UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

GABRIEL ROBERTO DAUER

As relações diplomáticas Argentina-México diante das denúncias humanitárias e anti-ditatoriais de exilados argentinos (1974-1983)

São Paulo – SP
2024

GABRIEL ROBERTO DAUER

As relações diplomáticas Argentina-México diante das denúncias humanitárias e anti-ditatoriais de exilados argentinos (1974-1983)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Instituições, Processos e Atores", na linha de pesquisa "Governança, Política Internacional e Política Externa".

Orientador: Prof. Dr. Daniel Damásio Borges
Coorientadora: Profª. Drª. Silvina Inés Jensen

São Paulo – SP
2024

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Dauer, Gabriel Roberto.
D238 As relações diplomáticas Argentina-México diante das denúncias humanitárias e anti-ditatoriais de exilados argentinos (1974-1983) / Gabriel Roberto Dauer. – São Paulo, 2024.
365 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Daniel Damásio Borges.
Coorientadora: Silvina Inés Jensen.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2024.

1. Argentina – Relações exteriores – México – Séc. XX. 2. Argentina – Relações exteriores – História – Séc. XX. 3. Argentina – Política e governo – 1955-1983. 4. México – Relações exteriores – História – Séc. XX. I. Título.

CDD 327.82072

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa oferece uma nova perspectiva sobre as relações diplomáticas Argentina-México ao considerar a existência e a atuação política dos exilados argentinos no México como um fator estrutural nas negociações entre esses países. Destacam-se os distintos eventos em que o ativismo transnacional anti-ditatorial dos exilados esteve presente na história da política externa de ambos os países no período estudado.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The research offers a new perspective on Argentina-Mexico diplomatic relations by considering the existence and the political activity of Argentine exiles in Mexico as a structural factor in negotiations between both countries. It highlights the key events when the transnational anti-dictatorial activism of exiles was present in the foreign policy history of both countries in the studied period.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

La investigación ofrece una nueva perspectiva sobre las relaciones diplomáticas Argentina-México al considerar la existencia y la actuación política de los exiliados argentinos en México como un factor estructural en las negociaciones entre dichos países. Se destacan los distintos eventos en los que el activismo transnacional anti-ditatorial de los exiliados estuvo presente en la historia de la política exterior de ambos países en el período estudiado.

GABRIEL ROBERTO DAUER

As relações diplomáticas Argentina-México diante das denúncias humanitárias e anti-ditatoriais de exilados argentinos (1974-1983)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Instituições, Processos e Atores", na linha de pesquisa "Governança, Política Internacional e Política Externa".

Orientador: Prof. Dr. Daniel Damásio Borges
Coorientadora: Profa. Drª. Silvina Inés Jensen

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Daniel Damásio Borges (Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho")

Professora Drª. Cláudia Alvarenga Marconi (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Professor Dr. William Torres Laureano da Rosa

Professor Dr. Bruno Boti Bernardi (Universidade Federal da Grande Dourados)

Professor Dr. Daniel Lvovich (*Universidad Nacional General Sarmiento*)

São Paulo, 27 de agosto de 2024.

À memória de Vó Rosa, a mulher que, com agulhas e linhas, costurou com força de vida a minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, entre março e agosto de 2020, e da FAPESP, entre setembro de 2020 e agosto de 2024: processo nº 2020/01605-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e/ou da CAPES.

Esta pesquisa faz parte de uma jornada acadêmica que iniciei na graduação e decidi percorrer na pós-graduação, com foco nos estudos sobre ditaduras civil-militares, movimentos sociais e deslocamentos forçados. Durante a minha experiência como intercambista na cidade de Córdoba, Argentina, avancei nos estudos sobre a ditadura argentina, o que me levou a desenvolver a monografia de conclusão do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina sobre a atuação transnacional das Mães da Praça de Maio na luta pela memória, verdade e justiça de seus filhos desaparecidos. A vontade de entender os distintos mecanismos de repressão da ditadura e os movimentos de resistência me direcionou à temática dos exílios. No mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, dediquei-me à compreensão e análise dos exílios de argentinos no México, o que resultou em uma pesquisa de campo no país, base para a construção e avanço desta tese.

Essa trajetória não teria sido possível sem o apoio de inúmeras pessoas que atravessaram a minha vida e me motivaram diariamente na pesquisa. Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe e ao meu pai, Maristela e Isaias, e à minha irmã, Michelle. Mais uma vez, estiveram comigo e me apoiaram da melhor maneira possível em minha trajetória pessoal e profissional. Na Argentina, no Brasil ou no México, estiveram presentes e sem hesitar em me ajudar diante de qualquer dificuldade.

Ao meu orientador, Professor Doutor Daniel Damásio Borges, por acreditar na minha pesquisa desde os primeiros dias no doutorado e me apoiar em todas as minhas decisões. Nossas conversas e discussões sinceras sempre me estimularam a repensar a pesquisa, observar novos caminhos e perspectivas possíveis de uma temática que tem ganhado espaço na área de Relações Internacionais. Obrigado pela presença, aprendizado contínuo e, sobretudo, por me motivar a tornar essa pesquisa realidade.

À minha coorientadora, Professora Doutora Silvina Inés Jensen, que desde o mestrado tem estado presente em minha carreira acadêmica. Obrigado por me acolher em um campo de estudo no qual eu ingressava vindo de outra formação acadêmica e por me ensinar a refletir

com as minhas próprias percepções sobre os exílios. A sua presença nessa trajetória tornou tudo mais desafiador e, ao mesmo tempo, mais fácil: desafiador por me incentivar a elevar o meu nível acadêmico e fácil por me mostrar que era possível. Meus sinceros agradecimentos.

À Professora Doutora Cláudia Alvarenga Marconi, por ter me dado as boas-vindas quando cheguei em São Paulo e por aceitar a minha participação como monitor de estágio docência em sua disciplina "Cartografias Urbanas das Migrações Internacionais" na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nossa relação ocorreu intermediada pelo desafio de lecionar nos piores momentos da pandemia de Covid-19. Seguimos juntos na construção de discussões e debates sobre migrações e deslocamentos até hoje. Obrigado pela confiança e parceria.

Ao Professor Doutor William Torres Laureano da Rosa, que no meu voluntariado na Caritas Arquidiocesana de São Paulo antes da pandemia e nas aulas do doutorado, também em tempos pandêmicos, proporcionou experiências fundamentais para pensar sobre a temática dos exílios desde a proteção humana, a acolhida e o humanitarismo. Obrigado pela sensibilidade em se atentar às vozes e experiências das pessoas exiladas.

Ao Professor Doutor Bruno Boti Bernardi, que desde o mestrado, enquanto meu coorientador, acompanha a minha pesquisa e compartilha o seu vasto conhecimento sobre a política externa mexicana e os direitos humanos. Os seus conselhos acadêmicos me abriram portas que até hoje me mobilizam a transformar e ampliar os estudos sobre política externa e direitos humanos no Brasil. Obrigado, mais uma vez, por contribuir com comentários sempre construtivos e atuais.

Ao Professor Doutor Daniel Lvovich, pela acolhida na Argentina durante a minha estadia no país em 2022. Uma das minhas mais bonitas experiências acadêmicas e de vida aconteceu nesse ano, e a sua presença foi fundamental para me apaixonar ainda mais por um país que tanto me deu. Obrigado pelos ensinamentos, espaços de escuta e momentos de inserção cultural que tornaram Buenos Aires ainda mais encantadora.

Aos homens e às mulheres que, voluntariamente, disponibilizaram o seu tempo e, em alguns casos, até as suas casas para me receberem e contarem sobre um período extremamente difícil e doloroso em suas vidas e para a história da Argentina. Sou profundamente e eternamente grato pelas longas horas de conversas sobre as inúmeras e diversas experiências dos exílios no México. Entre lágrimas, risadas e saberes compartilhados, espero conseguir transmitir uma parte da vida de vocês com o respeito que merecem. Obrigado!

Às amizades e amores de Balneário Camboriú, Brasília, Buenos Aires, Cidade do México, Córdoba, Florianópolis, Goiás, Itajaí, León, Mar del Plata, Salvador e São Paulo.

Obrigado por me acolherem mais uma vez em cidades que, se não eram moradas, agora são a minha casa também. Alessandra, Ana Carolina, Ana Luisa, Camila, Carolina, Franco, Gabriela, Jamylle, José, Juliane, Kauane, Louise, Lucas, Luíza, Marília, Marta, Matías, Micaela, Nágila, Nicole, Rebeca e Sofia. Obrigado pela rede de afeto, cuidado, amor, paciência e risos em meio às minhas idas e vindas. Todas e todos vocês, com as suas singularidades, fizeram dessa experiência profissional e pessoal mais alegre e leve.

Tive um companheiro [...] Mas não deu em nada. Ambos saímos do cárcere muito doídos. Eu tinha a impressão de que nos olhávamos entre barras, sem que lográssemos nos desprender desse passado comum mas não partilhado. Asseguro a você que nunca quis permanecer escrava daquela temporada alucinante, cavernosa. Desde que saí tentei reinserir-me na vida comum, nesse espaço que reputava próprio, sem ressentimentos e até sem rancor. Mas é difícil. Cada coisa no mundo exterior me vinculava, me vincula ainda (umas vezes porque senti falta, outras porque as subestimei) com algo ou alguém daquele outro mundo de confinamento e ansiedade. Os anos de clausura partem a vida em três pedaços: antes, durante e depois. Entre o antes e o durante as pontes são sólidas e são feitas de sentimentos e convicções, mas entre o durante e o depois não há pontes, mas sim passarelas estreitas e escorregadias (Benedetti, 2017, p. 70-71).

É necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós (Saramago, 1998, p. 41).

RESUMO

Esta tese analisa as repercussões das mobilizações humanitárias e anti-ditatoriais de exilados argentinos no México nas relações diplomáticas Argentina-México (1974-1983), entendidos como atores não estatais situados em uma rede transnacional de ativismos e de resistências contra a última ditadura civil-militar argentina. A partir disso, pretendeu-se responder ao seguinte problema de pesquisa: em que medida as mobilizações de denúncias e a própria existência de exilados argentinos em território mexicano, entre 1974 e 1983, foram fatores determinantes nas relações diplomáticas Argentina-México? A hipótese é a de que as denúncias dos exilados não apenas inseriram o México na rede transnacional contra a ditadura civil-militar argentina, mas também se somaram às divergentes pressões e demandas de distintos atores estatais e não estatais mexicanos sobre o país, o que dificultou o avanço das relações diplomáticas Argentina-México em outras questões além dos direitos humanos e dos exilados. A metodologia incluiu análise documental e realização de entrevistas. Os documentos são de arquivos da diplomacia argentina e mexicana, organizações de exilados argentinos, de organizações internacionais e de instituições e grupos de direitos humanos. Esses materiais são interpretados a partir de conceitos e ferramentas analíticas dos estudos sobre redes e ativismos transnacionais. As entrevistas são orientadas pela perspectiva da História Oral, por viabilizar uma compreensão menos restrita da política externa argentina e mexicana (da clássica ótica de militares e diplomatas), ao incluir os exilados, os quais trazem distintas perspectivas de sujeitos historicamente excluídos das narrativas, dos processos e das estruturas que são de interesse da História das Relações Internacionais na região do Cone Sul. Os resultados demonstram que as ações de denúncia e a própria existência dos exilados argentinos no México e dos asilados na Embaixada do México na Argentina foram fatores estruturantes das relações diplomáticas Argentina-México, quando os países tentaram avançar em negociações de seus interesses nacionais para além da pauta dos direitos humanos.

Palavras-chave: Exilados argentinos; Relações diplomáticas Argentina-México; Violações de direitos humanos; Redes transnacionais de ativismo; Ditadura civil-militar argentina.

ABSTRACT

This thesis analyzes the repercussions of humanitarian and anti-dictatorial mobilizations of Argentine exiles in Mexico on Argentina-Mexico diplomatic relations (1974-1983), understanding these exiles as non-state actors situated in a transnational network of activism and resistance against the last Argentine civil-military dictatorship. From this, the following research problem was addressed: to what extent were the mobilizations of complaints and the very existence of Argentine exiles in Mexican territory, between 1974 and 1983, determining factors in Argentina-Mexico diplomatic relations? The hypothesis is that the exiles' complaints not only integrated Mexico into the transnational network against the Argentine civil-military dictatorship but also added to the divergent pressures and demands of several Mexican state and non-state actors on the country, which hindered the advancement of Argentina-Mexico diplomatic relations in issues beyond human rights and exiles. The methodology included document analysis and interviews. The documents come from Argentine and Mexican diplomatic archives, Argentine exiles organizations, international organizations, and human rights institutions and groups. These materials are interpreted using concepts and analytical tools from studies on transnational networks and activism. The interviews are guided by the perspective of Oral History, enabling a less restricted understanding of Argentine and Mexican foreign policy (beyond the classical view of military and diplomats) by including exiles, who bring different perspectives of subjects historically excluded from the narratives, processes, and structures that shape the History of International Relations in the Southern Cone region. The results demonstrate that the complaints and the very existence of Argentine exiles in Mexico and asylum seekers at the Mexican Embassy in Argentina were structuring factors in Argentina-Mexico diplomatic relations, when the countries tried to advance in negotiations of their national interests beyond the human rights agenda.

Keywords: Argentine exiles; Argentina-Mexico diplomatic relations; Human rights violations; Transnational activism networks; Argentine civil-military dictatorship.

RESUMEN

Esta tesis analiza las repercusiones de las movilizaciones humanitarias y antidictatoriales de exiliados argentinos en México en las relaciones diplomáticas Argentina-México (1974-1983), entendiéndolos como actores no estatales situados en una red transnacional de activismos y resistencias contra la última dictadura civil-militar argentina. A partir de esto, se abordó el siguiente problema de investigación: ¿en qué medida las movilizaciones denuncialistas y la propia existencia de exiliados argentinos en territorio mexicano, entre 1974 y 1983, fueron factores determinantes en las relaciones diplomáticas Argentina-México? La hipótesis es que las denuncias de los exiliados no sólo integraron a México en la red transnacional contra la dictadura civil-militar argentina, sino que también se sumaron a las diversas presiones y demandas de varios actores estatales y no estatales mexicanos sobre el país, lo que dificultó el avance de las relaciones diplomáticas Argentina-México en cuestiones más allá de los derechos humanos y los exiliados. La metodología incluyó el análisis documental y la realización de entrevistas. Los documentos provienen de archivos diplomáticos argentinos y mexicanos, organizaciones de exiliados argentinos, organizaciones internacionales e instituciones y grupos de derechos humanos. Estos materiales se interpretan utilizando conceptos y herramientas analíticas de estudios sobre redes y activismos transnacionales. Las entrevistas están guiadas por la perspectiva de la Historia Oral, lo que permite una comprensión menos restringida de la política exterior argentina y mexicana (más allá de la visión clásica de militares y diplomáticos) al incluir las perspectivas de los exiliados, actores historicamente excluídos de las narrativas, procesos y estructuras que interesan a la Historia de las Relaciones Internacionales en la región del Cono Sur. Los resultados demuestran que las acciones de denuncia y la propia existencia de exiliados argentinos en México y de asilados en la Embajada de México en Argentina fueron factores estructurantes de las relaciones diplomáticas Argentina-México, cuando los países intentaron avanzar en negociaciones de sus intereses nacionales más allá de la agenda de derechos humanos.

Palabras clave: Exiliados argentinos; Relaciones diplomáticas Argentina-México; Violaciones de derechos humanos; Redes transnacionales de activismo; Dictadura civil-militar argentina;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ficha de Registro de Solicitações de Asilo - Serviço Consular da Embaixada mexicana.....106

Figura 2 – Passagens aéreas para asilados, custeadas pela Embaixada do México na Argentina.....106

Figura 3 – Matéria do jornal mexicano *El Día*, com destaque para as relações comerciais do México com a Argentina e a Espanha.....124

Figura 4 – Relações comerciais México-Argentina (1976-1977).....128

Figura 5 – Jornal mexicano *El Día* publica matéria sobre a tensão existente entre a Argentina e o México devido aos asilados na Embaixada mexicana.....131

Figura 6 – Carta do ex-presidente Cámpora para o presidente López Portillo, 15 de maio de 1979.....134

Figura 7 – Jornal *Excélsior* expõe mobilização de congressistas mexicanos em busca de salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora.....137

Figura 8 – Matéria publicada pelo jornal *Unomásuno* relata pressão de políticos brasileiros e europeus sobre as violações de direitos humanos na Argentina e a necessidade de concessão de salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora.....138

Figura 9 – Documento de emissão do salvo-conduto do MREyC ao ex-presidente Héctor José Cámpora.....140

Figura 10 – Relato de pessoa sobre condições nas prisões durante a ditadura.....189

Figura 11 – Relato de pessoa que havia estado presa na ditadura para resistir às violências carcerárias.....189

Figura 12 – Documento de campanha do COSPA para denunciar as violações dos direitos das pessoas presas e desaparecidas na Argentina.....191

Figura 13 – Informações do COSPA direcionadas à CIDH da OEA.....192

Figura 14 – Exportações argentinas ao México em milhões de dólares estadunidenses (1972-1976).....231

Figura 15 – O Embaixador Gómez Centurión criticou a aplicação do instituto do asilo diplomático pelo México.....236

Figura 16 – O Embaixador Gómez Centurión criticou a aplicação do instituto do asilo diplomático pelo México (continuação).....237

Figura 17 – Comentários críticos da representação diplomática argentina sobre agentes diplomáticos mexicanos.....238

Figura 18 – Investigações realizadas pela Embaixada argentina sobre atividades consideradas subversivas pelos exilados argentinos no México.....242

Figura 19 – Apontamentos do MREyC sobre os argentinos asilados na Embaixada do México na Argentina.....244

Figura 20 – Aspectos científicos e tecnológicos das relações diplomáticas Argentina-México 245

Figura 21 – Negociações sobre integração tarifária entre a Argentina e o México.....247

Figura 22 – Deputados e senadores mexicanos presentes na IX Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano.....248

Figura 23 – Senador argentino que participou da IX Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano não teria concordado com o andamento das discussões do evento.....249

Figura 24 – Deputados e senadores do México presentes na IX Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano.....249

Figura 25 – Fala de Joaquin Gamboa Pascoe, senador e presidente da delegação mexicana na IX Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano.....250

Figura 26 – López Portillo se pronunciou sobre acolhida aos exilados argentinos no jornal *Unomásuno*.....252

Figura 27 – Discurso do México na OEA sobre a situação na Nicarágua e o perigo do comunismo internacional.....257

Figura 28 – Candidaturas dos países-membros da OEA às vagas de membros da CIDH.....258

Figura 29 – Embaixador Quijano afirmou que o México não levaria à discussão na OEA o caso do ex-presidente Cámpora.....260

Figura 30 – Expectativa argentina de obter apoio a sua candidatura ao cargo na Secretaria Geral da OEA pelo México.....260

Figura 31 – Representação diplomática argentina na OEA destaca e critica participação de ONGs no organismo.....261

Figura 32 – Análise da representação argentina na OEA sobre a participação de ONGs no organismo.....261

Figura 33 – Crítica da representação argentina na OEA sobre a participação da Anistia Internacional no organismo.....262

Figura 34 – O Embaixador Quijano qualificou o perfil dos comissionados da CIDH e as dificuldades que a Argentina teria na comissão, mesmo com uma mudança de presidência....262

Figura 35 – Congressistas mexicanos se reuniram para condicionar as relações diplomáticas com a Argentina mediante a concessão do salvo-conduto do ex-presidente Cámpora.....263

Figura 36 – Congressistas mexicanos se reuniram para condicionar as relações diplomáticas com a Argentina mediante a concessão do salvo-conduto do ex-presidente Cámpora.....264

Figura 37 – Relevância dada aos exilados argentinos e as suas denúncias internacionais contra a ditadura.....264

Figura 38 – Tentativas da Embaixada argentina de não prejudicar a imagem da Junta Militar no México.....268

Figura 39 – Embaixada argentina avaliou importância de apoiar o México para ganhar apoio internacional e evitar críticas à ditadura.....268

Figura 40 – O salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora seria um instrumento da Junta Militar para renovar as relações com o México.....269

Figura 41 – Tentativas da missão diplomática argentina na OEA de modificar o conteúdo do relatório da CIDH.....270

Figura 42 – Atividades do MREyC em temas de direitos humanos em âmbito multilateral em 1980.....273

Figura 43 – Monitoramento de ações dos exilados do COSPA e CAS em comemoração ao Cordobazo.....276

Figura 44 – Embaixada argentina queria adquirir exemplares de publicações de exilados que criticavam a ditadura.....277

Figura 45 – Declarações do ex-presidente Cámpora preocupam a ditadura, mas o governo mexicano não estava disposto a discutir o tema.....278

Figura 46 – Críticas de funcionário mexicano à Argentina por querer que o governo mexicano limitasse a liberdade de expressão de Cámpora.....278

Figura 47 – Representação argentina na OEA estava atenta à postura na instituição e possíveis dificuldades a serem enfrentadas sobre a discussão de seu contexto doméstico em direitos humanos.....279

Figura 48 – Discussão sobre a situação dos asilados na Embaixada mexicana chega à OEA...280

Figura 49 – Processo burocrático argentino e mexicano dificultava a migração de argentinos. 280

Figura 50 – México adotou uma posição menos rígida ao fim de 1980 sobre a questão dos asilados na Embaixada mexicana.....281

Figura 51 – Interesse da Argentina em saber se o México era signatário dos protocolos adicionais das Convenções de Genebra.....283

Figura 52 – Argentinos e mexicanos teriam se voluntariado no consulado argentino no México para integrar a Guerra das Malvinas.....291

Figura 53 – Manifestantes argentinos protestam em frente ao consulado argentino no México. 293

Figura 54 – Manifestação no exílio chama a atenção da Embaixada argentina em 1982.....295

Figura 55 – Embaixada argentina informou ao MREyC assuntos que deveriam ser tratados com cautela com o governo mexicano, especialmente sobre a América Central e os EUA.....296

Figura 56 – Para a Embaixada argentina, o apoio mexicano às ilhas Malvinas deveria ser aproveitado ao máximo, haja vista os interesses do México em melhorar a sua imagem internacional.....297

Figura 57 – Tentativas de aprimorar as relações diplomáticas com o México em exportação e comércio.....297

Figura 58 – López Portillo expressou otimismo sobre as relações diplomáticas entre a Argentina e o México.....298

Figura 59 – López Portillo expressou otimismo sobre as relações diplomáticas entre a Argentina e o México em 1982.....299

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Aliança Anticomunista Argentina
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AHD-SRE	*Archivo Histórico Diplomático – Secretaría de Relaciones Exteriores*
AI	Anistia Internacional
ANCLA	*Agencia de Noticias Clandestina*
APDH	Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos
APE	Análise de Política Externa
CAS	Comissão Argentina de Solidariedade
CELS	Centro de Estudos Legais e Sociais
CENCOS	*Centro Nacional de Comunicación Social*
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIEN	Comissão Interamericana de Energia Nuclear
CGT	*Confederación General del Trabajo*
CNI	*Council of the Americas*
COLMEX	*Colegio de México*
CONADEP	Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas
CONASUPO	*Compañía Nacional de Subsistencias Populares*
COSPA	Comitê de Solidariedade com o Povo Argentino
DASE	Departamento de Assuntos Consulares da Argentina no México
DFS	Direção Federal de Segurança
DGIPS	Direção-Geral de Investigações Políticas e Sociais
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
EMBAMEX	*Embajada de México en Argentina*
EMBARG	*Embajada de Argentina em México*
ESMA	Escola de Mecânica da Armada
EUA	Estados Unidos da América
FMLN	Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
IACHR	*Inter-American Commission on Human Rights*
IFONA	Instituto Florestal Nacional da Argentina
ILHR	*International League for Human Rights*
INMM	Instituto Nacional de Migração do México

ISEN	*Instituto del Servicio Exterior de la Nación*
MEDH	Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos
MINDEF	*Ministerio de Defensa*
MPM	Movimento Peronista Montoneros
MREyC	*Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto*
MRECIC	*Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto*
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIEA	Organização Internacional de Energia Atômica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPANAL	Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAN	Partido Ação Nacional
PEMEX	*Petróleos Mexicanos*
PEN	Poder Executivo Nacional
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRI	Partido Revolucionário Institucional
PRT-ERP	Partido Revolucionário dos Trabalhadores – Exército Revolucionário do Povo
II GM	Segunda Guerra Mundial
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe
SERPAJ	Serviço Paz e Justiça
SIDE	*Secretaría de Inteligencia del Estado*
SRE	*Secretaría de Relaciones Exteriores*
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TSM	Trabalhadores de Saúde Mental da Argentina
UAM	*Universidad Autónoma Metropolitana*
UBA	*Universidad de Buenos Aires*
UNAM	*Universidad Autónoma de México*
UNC	*Universidad Nacional de Córdoba*
UNCuyo	*Universidad Nacional de Cuyo*
UNHCR	*United Nations High Commissioner for Refugees*

UNS	*Universidad Nacional del Sur*
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UGOCM	*Unión General de Obreros y Campesinos de México*
WOLA	*Washington Office on Latin America*
YPF	*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 24

2 AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ARGENTINA-MÉXICO, AS CHANCELARIAS E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS (1 DE JULHO DE 1974 A 10 DE DEZEMBRO DE 1983).....59

2.1 Introdução.....59

2.2 Antecedentes históricos e o papel do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* (MREyC) na política externa argentina.....60

2.3 Antecedentes históricos e o papel *Secretaría de Relaciones Exteriores* (SRE) na política externa mexicana.....79

2.4 As relações diplomáticas Argentina-México antes e durante a ditadura (1 de julho de 1974 a 10 de dezembro de 1983).....90

2.5 Considerações preliminares.....101

3 A EMBAIXADA DO MÉXICO NA ARGENTINA: A POLÍTICA DE ASILO E AS TENTATIVAS DE DIÁLOGO COM A JUNTA MILITAR.....103

3.1 Introdução.....103

3.2 A diplomacia mexicana para a Argentina: a política de proteção antes do golpe e no início da ditadura (1 de julho de 1974 ao final de 1976).....104

3.3 As dificuldades da diplomacia mexicana em dialogar com a ditadura (1977-1980).....117

3.4 A situação dos asilados na Embaixada mexicana e os esforços para obter os salvo-condutos (1981-1983).....152

3.5 Considerações preliminares.....161

4 DENÚNCIAS, RESISTÊNCIAS E PRÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA: AS ESTRATÉGIAS DE EXILADOS ARGENTINOS NO MÉXICO CONTRA A DITADURA MILITAR.....162

4.1 Introdução.....162

4.2 As experiências das trajetórias exilares a partir da História Oral.....163

4.3 As mobilizações políticas de resistência e denúncia contra a ditadura no exílio: retratos das experiências exilares no México.....170

4.3.1 Os exílios e as articulações políticas de denúncia, reflexão e resistência à ditadura....171

4.3.2 Limites e alcances da participação política: o artigo 33º da Constituição Mexicana....205
4.3.3 A integração laboral exilar: oportunidades e desigualdades.....208
4.3.4 Elementos psicológicos e corpóreos das experiências dos exílios.....215
4.3.5 (Re)organização, aproximação e ruptura de laços familiares.....222
4.4 Considerações preliminares.....227

5 A EMBAIXADA DA ARGENTINA NO MÉXICO: OS ESFORÇOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM O MÉXICO E DE COMBATE ÀS DENÚNCIAS DOS EXILADOS ARGENTINOS CONTRA A DITADURA.....228
5.1 Introdução.....228
5.2 O balanço das relações diplomáticas Argentina-México pela ditadura antes e no ano do golpe.....229
5.3 A crescente pressão internacional contra a Argentina e as negociações com o México sobre o salvo-conduto do ex-presidente Cámpora (1977-1979).....232
5.4 Crises, avanços e retrocessos: as instabilidades e as incertezas das relações diplomáticas Argentina-México (1980-1983).....271
5.5 Considerações preliminares.....299

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....300

REFERÊNCIAS.....319

APÊNDICE A – CORPO DIPLOMÁTICO DAS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DA ARGENTINA E DO MÉXICO ENTRE 1976 E 1983....352

APÊNDICE B – LISTA DE PERGUNTAS PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....353

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA.356

ANEXO A – INSTRUÇÕES SRE PARA LIMITAR AS ATIVIDADES POLÍTICAS DOS ARGENTINOS EXILADOS NO MÉXICO.....357

ANEXO B – ACNUR SOLICITA À EMBAIXADA MEXICANA ANÁLISE DE CASO DE REFÚGIO PARA O MÉXICO.....358

ANEXO C – UNIVERSIDADE MEXICANA SOLICITA À EMBAIXADA MEXICANA CONCESSÃO DE ASILO DIPLOMÁTICO PARA EX-ALUNO ARGENTINO.....359

ANEXO D – DOCUMENTAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO MIGRATÓRIA NO MÉXICO.....360

ANEXO E – ABAL MEDINA CONCEDE ENTREVISTA E DENUNCIA QUADRO DE DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA.....361

ANEXO F – ABAL MEDINA CONCEDE ENTREVISTA E DENUNCIA QUADRO DE DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA….....362

ANEXO G – ABAL MEDINA CONCEDE ENTREVISTA E DENUNCIA QUADRO DE DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA.....363

ANEXO H – ABAL MEDINA CONCEDE ENTREVISTA E DENUNCIA QUADRO DE DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA.....364

ANEXO I – ACNUR SOLICITOU QUE A EMBAIXADA MEXICANA REAVALIASSE CASO DE ASILO DIPLOMÁTICO.....365

1 INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar na Argentina, instaurada em 24 de março de 1976, teve início quando as Forças Armadas argentinas derrubaram o Congresso Nacional e tomaram os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Os militares implementaram o golpe, chamado por eles como Processo de Reorganização Nacional (de aqui em diante, "Processo"), o que marcou profundamente a história do país. Este novo sistema político autoritário foi centralizado em uma Junta Militar, que tinha como objetivo declarado afastar o comunismo, restabelecer a ordem e reorganizar as instituições (Romero, L. A., 2002; Vezzetti, 2003).[1]

O contexto das décadas de 1960 e 1970 foi crucial para a ascensão de ditaduras civil-militares na América do Sul, orientadas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Segundo essa doutrina, a região era um espaço de guerra total, sendo necessário combater a subversão na lógica de reestruturar sociedades adoecidas pela infiltração do comunismo e dos chamados inimigos internos (Novaro; Palermo, 2007; Águila, 2023).[2] A intervenção militar não era uma novidade na região, mas sim os novos mecanismos de repressão e perseguição utilizados para reformar e regenerar a sociedade ao eliminar os inimigos internos e que se estendia aos inimigos externos (Sznadjer, 2003; Franco, 2021; Águila, 2023).

Antes de 1976, a presidência esteve nas mãos de Isabel Perón, cujo mandato ocorreu em um difícil cenário político devido à ausência de uma liderança política capaz de balancear os anseios dos diversos partidos políticos e de não possuir os instrumentos capazes de manter e garantir a ordem estatal frente os segmentos populacionais que se encontravam em intensa

[1] A Junta Militar, formada por membros das três alas das Forças Armadas (Aérea, Naval e Marinha), elegia um presidente, com mandato de três anos, cuja responsabilidade era coordenar o governo militar a partir de determinadas prerrogativas executivas, legislativas e judiciárias. Durante o "Processo", a Junta Militar foi liderada pelos seguintes ditadores: Jorge Videla (1976-1981); Roberto Viola (1981); Leopoldo Galtieri (1981-1982) e Reynaldo Bignone (1982-1983) (Quiroga, 2005).

[2] A DSN surgiu no período entre-guerras, momento que também se cunhou o conceito de guerra total, utilizado na Segunda Guerra Mundial (II GM). Instrumento tático e racional, a guerra é total por ultrapassar a área militar e atingir outros níveis, sejam eles o civil, o político, o econômico, o social e o cultural (Sznajder, 2003). A sociedade argentina era vista como um corpo orgânico que metaforicamente estava "doente" e necessitava de "reparos" como a desmobilização social, o desligamento político e a reordenação. O diagnóstico era que o comunismo havia se infiltrado no corpo social, uma vez que os conflitos internos permitiram a entrada da subversão externa na Argentina, essa responsável por adoecer a nação. Para curá-la, era preciso eliminar essas partes (Novaro; Palermo, 2007). Nesse projeto ditatorial, as Forças Armadas eram vistas como o principal instrumento que colocaria em prática os objetivos propostos. A sociedade enquanto "corpo orgânico" tinha funções específicas para as suas partes (com funções hierárquicas): a "cabeça", composta pelas Forças Armadas, dotadas de racionalidade para comandar o "corpo" social, submisso (O'Donnell, 2004). Cabe pontuar que, desde 1973, com a volta do peronismo ao poder, os conceitos médicos de salvar a sociedade argentina de uma crise eram utilizados nos pronunciamentos de Perón, como "germes patológicos" e "desinfectar a tempo" que avançavam sobre o "corpo do movimento peronista" (Franco, 2011, p. 33, tradução nossa).

disputa política (Novaro; Palermo, 2007).[3] Grupos armados (militares, forças policiais, organizações guerrilheiras) e civis (cúpulas sindicais, empresários e políticos da extrema direita) revelaram, a partir de suas divergências, os desentendimentos políticos da época (Canelo, 2008; Franco, 2021). O período esteve marcado por ações de violência estatal e paraestatal para controlar a população e coagir a sua mobilização contra o governo desde uma lógica política-repressiva de eliminar o inimigo interno (Canelo, 2008; Franco, 2021).[4] Assim, houve uma escalada de medidas de exceção, repressão e autoritarismo ao longo da década de 1970, em um período de anuência "[...] tácita da violência e de consenso sobre o processo de radicalização política" (Franco, 2021, p. 24, tradução nossa).

No governo de Isabel Perón, as ações da Aliança Anticomunista Argentina (AAA) ou *Triple A* começaram a incitar, juntamente do Estado argentino, o início de um processo que forçou argentinos e não nacionais a seguirem ao exílio em todos os continentes, situação que perdurou ao longo da ditadura e que produz, ainda, discussões na democracia.[5] Como exemplo está a Embaixada do México na Argentina (de aqui em diante, "Embaixada mexicana" ou "EMBAMEX") que, desde 1974, passou a ser um lugar de proteção para argentinos sob as ameaças de forças militares e paramilitares.

Durante a ditadura, a Argentina foi palco de inúmeras atrocidades contra a vida da população no país e também de nacionais no exterior que, com o passar dos anos, são reconhecidas hoje como graves violações de direitos humanos, a exemplo dos desaparecimentos forçados.[6] Além disso, a arquitetura da ditadura foi responsável por desmobilizar e desarticular

---

[3] A cultura política da época consistia na violência, na intolerância e na eliminação do outro (o inimigo enquanto opositor da ditadura). Para governar, Juan Domingo Perón (ou somente "Perón") decidiu manter alianças políticas com diversos e distintos grupos sociais da esquerda e da direita para tratar de problemas econômicos, conflitos internos de seu partido e o avanço da violência por grupos guerrilheiros e paramilitares. O falecimento de Perón em 1 de julho de 1974 deixou um vazio de poder que acirrou a disputa política e as Forças Armadas, que já estavam organizadas, impuseram-se na linha de frente (Novaro; Palermo, 2007).

[4] Os termos paraestatal e estatal nesta tese estão situados nos debates sobre violência paraestatal e estatal sobre a ditadura civil-militar argentina (1976-1983) e sobre o período que a precede. Logo, para uma compreensão mais aprofundada desses termos, ver Pittaluga (2006), Duhalde (2013), Rosignoli (2015), Besoky (2016), Jensen e Lastra (2016), D'Antonio e Eidelman (2019), Garano (2019), López de la Torre (2021) e Pontoriero (2022).

[5] José López Rega, mais conhecido por *El Brujo* ("O Bruxo", em português), foi o fundador da *Triple A*. Durante o mandato de Isabel Perón, ele esteve no cargo de secretário presidencial e de Ministro na pasta de *Bienestar Social* (Svampa, 2007). O seu papel na *Triple A* foi fundamental na tentativa de exterminar os setores da esquerda e na dissolução do poder sindical argentino (Svampa, 2007). O grupo foi fundado no governo de María Estela Martínez de Perón, vigente desde 1 de julho de 1974 a 24 de março de 1976.

[6] Calveiro (2006) afirma que o Estado argentino aplicou um poder desaparecedor que perseguia as organizações sociais e políticas de esquerda e as aprisionava em Centros Clandestinos de Detenção e Extermínio. A desumanização nesses lugares era uma tática de guerra para descaracterizar os indivíduos de sua condição humana: não eram mais pessoas, e sim números. Foram registrados 340 campos de concentração-extermínio na Argentina (conhecidos também como *chupaderos*, por literalmente "chuparem" as pessoas repentinamente), onde cerca de 15 a 20 mil pessoas passaram e 90 por cento foram assassinadas (Calveiro, 2006). Os dois maiores encontram-se

a população no país, empregar discursos antipolíticos, valer-se de distintos mecanismos de repressão e de expulsão de nacionais, cometer assassinatos e torturas para tentar imobilizar, pelo medo, toda e qualquer manifestação popular desalinhada de seus propósitos (Quiroga, 2005; Calveiro, 2006; Lvovich, 2020).[7]

A divergência de poder entre as Forças Armadas era notória, em que o Exército detinha metade do poder de decisão e, a outra metade, foi dividida entre a Marinha e a Força Aérea (Águila, 2023). Com base nisso, as três alas das Forças Armadas trabalharam para preservar as instituições e a legalidade. Isto é, a ditadura possuía uma faceta clandestina e paralegal que assegurou a existência de instrumentos institucionais e um marco jurídico-legal para atingir os seus objetivos, como as constituições nacional e provinciais, estatutos, leis e decretos, por exemplo (Águila, 2023). A ditadura, portanto, criou uma estrutura própria para validar as suas decisões e evitar quaisquer tipos de críticas.

Naquele período, instrumentos políticos, legais e sociais foram utilizados para legitimar as atividades e os métodos de repressão por meio de justificativas e concepções nacionalistas e orgânicas de sociedade não condizentes com a realidade (Sznajder, 2003). Quiroga (2004) aponta que o "Processo" foi construído como uma ditadura institucional, impessoal e sem a personalização do poder, dada a existência da Junta Militar (órgão supremo estatal) e de um órgão unipessoal – o Presidente. Esse era um executor de políticas governamentais que poderia também ser membro da Junta Militar, mas com baixo poder de decisão (Canelo, 2008; Águila, 2023).

Para os militares, o objetivo do golpe era afastar o comunismo que havia se infiltrado na sociedade por conflitos internos na Argentina, restabelecer a ordem e a reorganização das instituições por meio da instauração de um poder com representações das três alas das Forças Armadas na Junta Militar (Sznajder, 2003; Novaro; Palermo, 2007). O discurso antissubversivo fortaleceu o papel dos militares na política e era parte da ideologia de diversos setores civis e políticos antes e durante a ditadura, sendo um "[...] elemento legitimador e organizador do esquema repressivo, articulando-se com um conjunto de estratégias e ações levadas adiante pelas instituições estatais (Águila, 2023, p. 40, tradução nossa). Assim, os militares instauraram

em Buenos Aires (*Escuela de Mecánica de la Armada* – ESMA) e em Córdoba (*La Perla*), mas existem outros nas províncias de Santa Fé, Mendoza, Tucumán e Jujuy, por exemplo.

7 O medo e a violência não são variáveis que explicam por si só os inúmeros sentimentos e ações contra a ditadura, desde a apatia até a oposição direta aos militares (Águila, 2023); para os militares, desestruturar o governo peronista era o caminho mais rápido e fácil para conquistar o poder (Quiroga, 2004, 2005). Isso extrapola o campo da violência, ou seja, ela é apenas um dos inúmeros fatores para entender o contexto das décadas de 1970 e 1980 na Argentina. Segundo Franco (2021), existem outras dimensões fundamentais para analisar esse contexto, como os problemas econômicos e sociais que assolavam a população na Argentina da época.

uma sensação de guerra e de medo em todas as esferas da sociedade para eliminar quaisquer formas de ativismo e de protestos sociais (armados ou não), sob a justificativa de que o país enfrentava uma guerra revolucionária do tipo não declarada e não convencional (Romero, L. A., 2002; Novaro; Palermo, 2003).[8]

Em 1976, boa parte da população do país atuou de maneira passiva e silenciosa, mas disposta a apoiar a falsa recuperação de uma ordem política e social orientada pela perspectiva dos militares, sendo as Forças Armadas o símbolo legítimo da salvação nacional e os principais agentes que buscaram colocar em prática os quatro objetivos do "Processo": "[…] 1) a restituição dos valores essenciais do Estado; 2) a erradicação da subversão; 3) a promoção do desenvolvimento econômico; e 4) a posterior restauração de uma democracia republicana" (Quiroga, 2005, p. 43, tradução nossa). Os discursos foram instrumentos fundamentais para disseminar as ideias e os propósitos do projeto militar, legitimar as ações das Forças Armadas e obter o máximo de adesão social e política aos seus propósitos (Águila, 2023).

Uma vez que as denúncias dos exilados argentinos no México buscavam revelar as inúmeras violências que ocorriam na Argentina, tanto no âmbito transnacional quanto para atores envolvidos em relações diplomáticas multilaterais e bilaterais com a ditadura, esta tese visa responder ao seguinte problema de pesquisa: em que medida as mobilizações de denúncia e a própria existência de exilados argentinos em território mexicano, entre 1974 e 1983, foram fatores determinantes nas relações diplomáticas entre a Argentina e o México?

O objetivo desta tese é compreender os possíveis resultados e repercussões das mobilizações humanitárias e anti-ditatoriais de exilados argentinos no México nas relações diplomáticas entre a Argentina e o México (1974-1983). Nesse sentido, este trabalho também busca analisar, em perspectiva histórica, as bases e as transformações das relações diplomáticas entre a Argentina e o México, com especial atenção para o período entre 1974 e 1983; comparar os posicionamentos da Argentina e do México em matéria de política externa para questões sobre direitos humanos nas esferas doméstica e internacional; identificar as formas, os objetivos, os recursos e as plataformas de atuação da mobilização dos exilados argentinos no México em vistas a constranger a ditadura civil-militar argentina no cenário internacional; reconhecer e analisar os objetivos e os mecanismos (explícitos e implícitos) utilizados pelas

[8] A partir do século XX a guerra ganhou novas facetas. Não se limitou mais às mãos do Estado: dinamizou-se ao ser prospectada e concretizada por atores civis. Os novos eixos caracterizam as guerras não convencionais: grupos guerrilheiros e terroristas. Esses, por precariedade na definição de conceitos e princípios, são confundidos dada a má compreensão de suas características e disparidades. Para Vezzetti (2003), a guerra não convencional é caracterizada por uma situação de luta contra-insurgente com metodologia própria, organizada principalmente por guerrilhas. Por ser uma guerra não convencional, o uso de instrumentos ilegais era justificado (tortura, desaparecimento, assassinato) para enfrentar e desarticular as forças opositoras.

Embaixadas da Argentina no México e do México na Argentina para tratar de assuntos relacionados à mobilização dos exilados argentinos no México com distintos diplomatas e demais atores estatais de relevância para a condução da política externa dos países; e, por fim, avaliar se e como as relações diplomáticas Argentina-México foram comprometidas em termos políticos, econômicos, comerciais e em outras áreas devido às mobilizações e à existência dos exilados argentinos no México.

Os exílios fizeram parte das estratégias institucionais do Estado argentino de controle e expulsão de nacionais que atuavam contra os governos em vigência, especialmente ao longo do século XX. De acordo com Sznajder e Roniger (2009), o exílio pode ser compreendido como um mecanismo de exclusão institucional utilizado pelos Estados no qual uma pessoa envolvida na vida política (ou pública) é forçada a deixar o seu país ou local de residência. Ao estar impossibilitada de regressar até que mudanças políticas ocorram nesse local, o exílio resulta em coerções e mudanças sociais na vida de quem o vivencia, como a ruptura de laços sociais, políticos e econômicos.

O elemento político é a base que fundamenta o exílio, o qual pode abarcar aquelas pessoas que, na condição voluntária de estar em outro país que não o seu, são forçadas a se fixar nesse local, pois as variáveis políticas daquele a impedem de voltar (Sznajder; Roniger, 2009). Há, portanto, uma quebra ou fratura dos canais (não)institucionais de participação política, de negociação e de diálogo no espaço público (Sznajder; Roniger, 2009). Na região geográfica e política da América Latina, como destaca Jensen (2009), a história do exílio é marcada por sua polifonia. Termos como ostracismo, fugido, desterrado, expatriado, asilado, refugiado, apátrida, traidor, opositor, derrotado, dissidente e inúmeras outras nomenclaturas que, nessa região, identificaram os processos que forçaram milhares de pessoas a deixarem os seus países de origem ou de residência.[9]

[9] Os institutos jurídicos do asilo e do refúgio coexistem na América Latina. O asilo é um "[...] ato discricionário do Estado visando a proteger pessoas que sofram perseguição, geralmente políticas" (Jubilut; Apolinário, 2010, p. 285), o qual pode ser concedido no território do Estado asilante (asilo territorial) ou em embaixadas, consulados e jurisdições (asilo diplomático). Já o refúgio não se limita a questões políticas. A pessoa refugiada ou solicitante de refúgio é aquela que, conforme a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o seu Protocolo Adicional de 1967, está fora de seu país de origem ou de residência por conta de um bem-fundado temor de perseguição por conta de sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a um grupo social, e que não pode ou, por conta do temor, não queira voltar ao país (ONU, 1951). Muitos argentinos decidiram não optar pelo refúgio enquanto mecanismo de proteção devido a distintas razões, como o pertencimento identitário aos preceitos de grupos guerrilheiros. Conforme Sznajder e Roniger (2009), uma das principais diferenças entre o exílio e o refúgio (e de outras modalidades de deslocamento forçado) é a de que permanece a vontade de "[…] manter o controle sobre as suas decisões, opções e autoimagem" (Sznajder; Roniger, 2009, p. 50, tradução nossa). Ou seja, muitas pessoas olhavam para o refúgio como um enquadramento de vítima, de pessoas passivas e sem a possibilidade de terem controle e autonomia sobre as suas escolhas, mesmo quando a legislação de refúgio concedia benefícios legais e materiais, principalmente.

Ao longo desse processo, existem três marcas principais das pessoas que partem para o exílio: a exclusão institucional, contrabalanceada com os seus esforços para manterem o mínimo de controle sobre as suas vidas; as transformações impostas devido a uma nova realidade em uma nova condição em outro território, o que as mobiliza a repensar estratégias de sobrevivência e de expectativas sobre o seu lugar de saída; e, por fim, a vontade de regressar para casa e continuar com os seus projetos de vida (Sznajder; Roniger, 2009). O exílio exige, então, a reconstrução de ideias, experiências e táticas de sobrevivência com certa sensação de alienação, de "'estar em um lugar, mas pensando em outro'" (Bielous, 2010, p. 513, tradução nossa).

Mesmo que a escolha de sair do país seja limitada, ela existe; há ainda margem para decidir quando e aonde ir, consequentemente dando ao exílio uma dimensão geográfico-política. Para algumas pessoas, o exílio pode significar alienamento, exclusão, solidão. Para outras, é uma forma de participar ou renovar o seu ativismo político na esfera pública, de continuar a luta interrompida no país de origem em um processo de (re)criação de estratégias de vida, identidades e imagens coletivas (Said, 2000; Sznajder; Roniger, 2009). O exílio possui ainda um caráter multigeracional que afeta não apenas uma geração, mas todas as que se estendem na família por suas transmissões, (re)adequações e subjetividades (Bielous, 2013).

Na ditadura argentina, a Junta Militar, por meio do terrorismo de Estado implantado contra a sociedade, fez com que centenas de milhares de argentinos e pessoas de outras nacionalidades deixassem a Argentina em busca de segurança, em uma tentativa de sobreviver e (re)construir as suas vidas em outros países. Com isso, os exilados argentinos constituíram comunidades no Brasil, México, Venezuela, França, Itália, Espanha, Suécia, Israel e EUA, principalmente.[10]

[10] Dentre as diversas associações de exilados argentinos no México, duas se destacaram: o Comitê de Solidariedade com o Povo Argentino (COSPA) e a Comissão Argentina de Solidariedade (CAS) (Yankelevich; Jensen, 2007; Yankelevich, 2009). Com diversos aspectos políticos, o COSPA e a CAS consolidaram o maior número de exilados argentinos no México, responsáveis por tomarem ações de denúncia contra atrocidades cometidas pelos militares na Argentina e garantir o apoio necessário aos exilados que estavam em território mexicano (Bernetti; Giardinelli, 2014). Uma das personalidades de destaque no exílio foi Rodolfo Puiggrós, ex-reitor da *Universidad de Buenos Aires* (UBA). A sua extensa experiência no México desde os anos 1960 facilitou o estabelecimento de vínculos e o desenvolvimento de atividades políticas dos exilados argentinos no país (Yankelevich, 2009). Puiggrós, ao lado de outras grandes personalidades como Esteban Righi, Noé Jitrik, Rafael Pérez e César Calcagno fundaram a Comissão Argentina de Solidariedade (CAS). Com distintas posições políticas, o COSPA e a CAS reuniram grande número de exilados argentinos no México e, a sua maneira, trabalharam para derrubar a ditadura, seja pela via armada (no caso da COSPA) ou humanitária (para a CAS e a CADHU) (Yankelevich, 2009; Bernetti; Giardinelli, 2014). Outras organizações de exilados que surgiram na década de 1970 e formaram a rede transnacional de denúncia desde diversos países foram as seguintes: *Centre Argentin d'Information et Solidarité* (CAIS); *Trabajadores y Sindicalistas Argentinos en el Exilio* (TySAE); *Groupe d'Avocats Argentins Exilés en France* (GAAEF); *Unión de Periodistas Argentinos Residentes en Francia* (UPARF); *Commission Argentine des Droits de l'Homme* (CADHU) e *Commission de Solidarité des Parents des Prisonniers, Disparus et Tués en Argentine*) na França (COSOFAM); *Comité Argentino de Solidaridad con el Pueblo Argentino* (COSPA); *Comisión*

A experiência exilar argentina foi analisada desde distintos países sob as perspectivas da História, Sociologia e Ciências Sociais, principalmente. Autoras como Franco (2007, 2008, 2018), Jensen (2007, 2009, 2010, 2016, 2017) e Calderoni (2020) investigam os exílios de argentinos na França, na Espanha e na Itália, respectivamente, além de visualizá-los desde a sua potência de denúncia humanitária e antiditatorial. Há ainda o exílio na Suécia, estudado por Brenda Canelo (2007) e, em Israel, o trabalho conjunto de Sznadjer e Roniger (2007).

Nas Américas, Ayala (2014, 2017) destaca a presença do exílio argentino e de sua militância política na Venezuela, além da contribuição de Schenquer e Dios (2020) para entender as manobras da ditadura para deter as denúncias contra o governo realizadas pelos exilados nesse país. No Brasil, as pesquisas de Rollemberg (1999), Quadrat (2007), Fernández (2011) e Gonçalves (2015) abordam, em distintas escalas regionais, o exílio de argentinos no Brasil, que também estava sob uma ditadura. Não menos importante, Calandra (2013) se debruça sobre as comunidades de argentinos (e de chilenos) exilados nos EUA.

Em que pese o México como país de destino, os trabalhos de Yankelevich (1998, 2002, 2009, 2014, 2019, 2021) são fundamentais para compreender não somente os exílios de argentinos nesse país, mas ainda as relações diplomáticas travadas pela política externa mexicana para conceder proteção internacional aos exilados.[11] Também sobre o México, autoras como Bielous (2000a, 2000b, 2010, 2013, 2015, 2020) e Morales Muñoz (2018) ao estudarem a proteção mexicana para uruguaios e brasileiros, evidenciam as contradições, as estratégias e as particularidades desses exílios por esse país, sem deixar de analisar as distintas modalidades de proteção pelas Embaixadas do México no Uruguai e no Brasil.

Argentina de Solidaridad (CAS), *Programa Venezolano Pro-Refugiado Latinoamericano* (Pro-Refugiado) e *Fundación Latinoamericana para el Desarrollo Social* (FundaLatin) na Venezuela. Determinadas organizações possuíam representações em mais de um país, como a CADHU (Bélgica, Espanha, França e México), CAS (México e Venezuela) e a COSOFAM (com pessoas na Holanda, Itália, México e Espanha) (Franco, 2007; Ayala, 2014).

[11] Até meados de 1930, os exílios no México eram fenômenos particulares de pequenos grupos de líderes políticos e intelectuais. Apenas a partir da Guerra Civil Espanhola que a solidariedade do México passou por um processo de consolidação pela proteção aos espanhóis em um exílio que perdurou por quatro décadas (Yankelevich, 2019). Nessa época, o perfil desses exilados já era diverso, ou seja, não se tratava apenas de exilados intelectuais, artistas e acadêmicos, mas pessoas de diversas classes sociais (Lida, 2011). Após a proteção aos espanhóis na década de 1930, o México também foi o destino de exilados da América do Sul (1960-1970) e da Guatemala (1980), pessoas com distintos perfis sociais, econômicos, políticos, de raça e de gênero (Yankelevich; Jensen, 2007; Lida, 2011; Morales Muñoz, 2018). A identidade de país "acolhedor" foi construída, portanto, por meio de distintos mecanismos nacionais e internacionais de proteção humanitária voltados às pessoas em situação de deslocamento forçado. Entre os instrumentos, destacam-se as Convenções Interamericanas sobre Asilo Territorial e Diplomático (Havana, 1928; Montevidéu, 1933; e Caracas, 1954); a *Ley General de Población* (1974); a *Comisión Mexicana de Ayuda a Refugiados* (COMAR) de 1980; o convênio com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) de 1982 e a instauração de seu escritório no México em 1983; e a assinatura da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o seu Protocolo Adicional de 1967 em 2000. Embora essas normativas jurídicas tenham avançado na proteção de pessoas migrantes e refugiadas, somente em 2016 que o artigo 11 da Constituição mexicana – que se refere à temática migratória – foi reformulado para incorporar na carta constitucional o direito ao refúgio (Rodríguez Chávez, 2011; Macías, 2017).

Há estudos que tratam sobre as distintas organizações de exilados argentinos formadas em diversos países, as suas atuações em redes transnacionais de cunho humanitário ou não, de grupos armados (Confino, 2018, 2019) e religiosos (Catoggio, 2014, 2016). Tais grupos também estiveram presentes em organizações internacionais e organizações não governamentais para registrar as suas denúncias contra a ditadura (Basualdo, 2017). E, mesmo em outro país, nem todos os exilados participam de organizações políticas, mas é comum que redes transnacionais sejam constituídas com outros exilados e nacionais do país de destino, cujas atividades geralmente visam promover transformações em seus países de origem (Sznajder; Roniger, 2009).

Essas redes, em certa medida, contam com o compartilhamento de uma identidade comum que, para quem está no exílio, trata-se de uma permanência de estar entre o passado e o presente, em uma constante incerteza de regressar a casa. Os temas urgentes que uniam os exilados foram, em geral, a luta anti-ditatorial e a denúncia das violações de direitos humanos, baseadas em lógicas político-partidárias e de organizações armadas.

Esses trabalhos trazem inúmeras informações sobre as técnicas utilizadas pelas ditaduras em expulsar os seus nacionais, orquestrar ações conjuntas e, também, modalidades de mobilização no exílio contra os militares. Em termos de relações diplomáticas, as pesquisas contribuem para esta tese no sentido de avançar na temática dos exílios para entender como estão vinculados, em menor ou maior grau, na área de política externa e relações internacionais desses países. A temática permanece atual na área de Relações Internacionais (RI) e esta pesquisa faz parte desse esforço de ir além desses trabalhos ao analisar as relações diplomáticas Argentina-México intermediadas pelos exílios enquanto um fator estrutural entre esses dois países.

Desse modo, esta tese também se vale dessas pesquisas para entender como os exílios de argentinos no México foram estruturados a partir de dimensões sociodemográficas, laborais, burocráticas, físicas, psicológicas e geracionais, as quais delimitaram as suas organizações políticas no país em vistas a participarem ou não de ações de denúncia contra a ditadura, e que exigiram das diplomacias argentina e mexicana negociarem com um olhar para os exilados. Aqui, os exilados argentinos são compreendidos como atores não estatais e, aos que decidiram participar ativamente em ações de denúncia e solidariedade contra a ditadura, podem ser enquadrados como ativistas, envolvidos em redes e conexões transnacionais, somados a outros exilados ao redor do mundo no compartilhamento e uso estratégico de informações.

Em paralelo ao aumento dos exílios, o contexto da década de 1970, demonstra que os poucos momentos democráticos na Argentina não conseguiram impedir também o aumento da

apatia, da insatisfação popular geral e do apoio público ao golpe, cujo resultado era reflexo do desinteresse do governo, das elites e dos partidos políticos de proporcionarem condições ao estabelecimento de uma sólida democracia (Sznajder, 2003). Somado ao apoio social aos militares, a dificuldade de Isabel Perón em governar a Argentina demonstrou a falta de credibilidade das instituições democráticas e a deterioração da autoridade presidencial, além dos conflitos intrapartidários, o anticomunismo e a ostensividade dos governos peronistas contra organizações juvenis, principalmente no âmbito universitário (Franco, 2011, 2021).

No governo de Isabel Perón, as Forças Armadas já trabalhavam para destruir as guerrilhas antes mesmo do golpe de 1976 (Novaro; Palermo, 2007), como os Montoneros e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP), principais organizações armadas e políticas que se utilizaram da força armada como estratégia de resistência. Essas organizações também se destacavam por serem as que mais participaram no cenário político no país e que atraíram o maior número de militantes, especialmente jovens, tendo atuado no exílio (Confino, 2022).[12]

A luta armada de Montoneros e do PRT-ERP também auxilia a compreender certas dificuldades de o discurso dos direitos humanos ser utilizado no campo político na Argentina, como destaca Franco (2018, 2021), e de tornarem mais complexa a organização política dos exílios. Mesmo com o retorno do peronismo ao poder, a violência praticada por essas organizações armadas não cessou (Franco, 2021). E, dada essa dificuldade em se pensar os direitos humanos em um contexto em que a pauta ainda ganhava força – com inúmeros fatores que impediam o seu desenvolvimento –, a sociedade argentina, em geral, estava desarticulada e disposta a cooperar com os militares. A conformação com a situação política era reflexo de experiências de outros governos ditatoriais que haviam deixado os seus traços de autoridade e conservadorismo nas instituições do país (Vezzetti, 2003; Quiroga, 2005).[13]

Embora as Forças Armadas propusessem uma reconstrução do país em matéria econômica, sindical, educativa e de relações exteriores, não existia um programa político

[12] O grupo Montoneros surgiu a partir de movimentos juvenis católicos nacionalistas, próximos ao peronismo. Já o ERP estava atrelado ao grupo trotskista do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), por isso PRT-ERP (Araujo, 2008). Como destaca Caviasca (2011), o problema do poder foi uma pauta central das duas organizações, cujo objetivo era obter acesso ao controle do Estado. Surge, portanto, um período revolucionário nas décadas de 1960 e de 1970 cuja preocupação era a apropriação das instituições estatais das elites pela via militar. Uma das principais diferenças entre os Montoneros e o PRT-ERP é que, ao contrário dos Montoneros, o PRT-ERP não considerava factível ou correto que militares das Forças Armadas fossem membros de suas organizações (Caviasca, 2011).

[13] Quiroga (2005) divide os golpes militares na Argentina em dois tipos: a) clássicos (1930, 1943 1955 e 1962), marcados pela prerrogativa de colocar ordem no Estado; e b) novos tipos (1966 e 1976), por garantir às Forças Armadas um papel estratégico antes não visto na reestruturação do Estado e da sociedade, configurando-se como um novo sistema de dominação autoritária.

coerente para além da repressão clandestina de um inimigo amplo e onipresente, ou seja, o subversivo.[14] Quem era subversivo? Como caracterizá-lo? Qualquer pessoa era suspeita em potencial e assim se justificava a violência generalizada, inspirada na atuação francesa na Argélia e na Indochina, tanto como nos ensinamentos dos diversos centros militares dos Estados Unidos da América (EUA).

As críticas à ditadura e a queda de sua legitimidade não ocorreram apenas devido à questão de direitos humanos, mas também em razão da política econômica adotada pelos militares (e civis) no poder. O plano econômico, ao longo do período, tornou-se um pilar central de dissenso e oposição (Franco, 2018). Nessa perspectiva, os estudos de Canelo (2008) e Lvovich (2022) atualizaram a percepção da sociedade argentina sobre a ditadura e a compreensão das divergências e coesões entre as alas das Forças Armadas, o que permite visualizar os alcances e os limites da mobilização dos exilados argentinos, bem como a dificuldade da ditadura em formular políticas e ações coesas em política externa. Ao analisar os conflitos internos entre as Forças Armadas, Canelo (2008) sublinha o papel da luta antissubversiva como elemento de coesão institucional entre os militares e de legitimidade para a sociedade argentina.

As crises pré-existentes em cada Força Armada também estiveram presentes na Junta Militar (Canelo, 2008) e na elaboração e tomada de decisão no âmbito da política externa em escala bilateral e multilateral. Logo, a escolha de um modelo de poder tripartite e a alta concentração de poder em uma Junta Militar "[...] favoreceu que esses conflitos fossem para toda a estrutura governamental, o que cristalizou uma estrutura institucional na qual distintos grupos operavam em uma lógica permanente de veto, empate e paralelismo de poderes" (Canelo, 2008, p. 216, tradução nossa).

As investidas dos militares contra a subversão perduraram nos primeiros anos da ditadura, visto o crescimento das denúncias sobre os desaparecimentos forçados e as prisões arbitrárias, a mobilização internacional no exílio e a crise econômica que assolou a Argentina. Esses fatores contribuíram ao desgaste gradual da estratégia da Junta Militar em utilizar a lógica

[14] Em 1974, no governo de Juan Perón, ocorreu o chamado *Operativo Independencia*, antessala das atrocidades cometidas durante a ditadura de 1976 que visava destruir a guerrilha urbana que se formou em *Tucumán*, província no noroeste da Argentina e que marcou o início da formação do terrorismo estatal no país (Slatman, 2012). A operação, orquestrada pelas Forças Armadas e com apoio da *Triple A*, serviu também como "[…] uma estratégia de propaganda e de informação destinada à opinião pública, para a qual se distorcia deliberadamente o número de combates, de baixas e de guerrilheiros envolvidos [...] o Exército argentino desembarcou com um contingente estimado em 4.000 homens para derrotar 'em uma guerra' um exército de guerrilheiros que talvez tenha chegado a contar com 160 milicianos" (Svampa, 2007, p. 432, tradução nossa).

de guerra revolucionária contra subversivos e terroristas (dentro e fora da Argentina) para se sustentar no poder, especialmente no segundo mandato de Videla (1978-1981) (Canelo, 2008).

Somado a isso, está a crença de Videla enquanto uma figura moderada e que não tinha instrumentos para controlar os ditos excessos de violência das Forças Armadas e de civis da extrema direita, um mito criado tanto pelo ditador, quanto pela imprensa da época e pelos seus apoiadores (Lvovich, 2022).[15] Por conta disso, Lvovich (2022) defende que não existiu uma forte oposição logo no início da ditadura e essa percepção se deu em todas as áreas do governo.

Como exemplo, está a tática de Videla em tentar, a partir de sua falsa imagem de militar moderado, evitar sanções internacionais e críticas domésticas, como ocorria com Pinochet no Chile, mas que se mostraram insustentáveis com o aumento nas trocas de informações na Argentina e fora do país sobre a realidade social, política e econômica da ditadura (Lvovich, 2022). Esse aspecto é importante porque, de certa maneira, diminuiu o alcance das denúncias internacionais contra a ditadura e que, nesta pesquisa, apontam para a dificuldade dos relatórios, das discussões e das ações dos exilados argentinos no México consolidarem na política internacional e nas relações diplomáticas da Argentina os direitos humanos como basilares em quaisquer negociações e tratativas do país com o mundo.

Nas palavras de Videla, as Forças Armadas respondiam a uma crise institucional a partir de supostas respostas institucionais (Novaro; Palermo, 2007).[16] Ou seja, a sua fala demonstra como o discurso dos militares justificava a legitimidade do golpe pela própria concepção de que as Forças Armadas eram os únicos agentes possíveis de governar o país no caos institucional em que se encontrava. As Forças Armadas, assim, exerceram o poder com o apoio da igreja católica (não em sua totalidade, dadas as suas distintas vertentes), do setor empresarial, de intelectuais, dos meios de comunicação e de outros países (desde o reconhecimento da ditadura como governo por países como Espanha, EUA, Guatemala, Uruguai, Bolívia, Peru, Equador, Brasil e Chile, por exemplo) (Águila, 2023).

Em geral, os planos eram amplos e tinham propostas concretas, todavia, eram contraditórios e polêmicos, além de acirrarem as tensões e os conflitos ao invés de resolvê-los. A grande concentração de poder na Junta Militar e a sua fragmentação interna marcaram a impotência do Poder Executivo em concretizar determinadas decisões governamentais devido

[15] A estrutura de poder repressivo no país era descentralizada em diversas regiões do país. Ou seja, não era que Videla (ou em geral, a Junta Militar) perdia o controle sobre os seus subordinados, mas que a lógica e a gestão do aparato repressivo estatal foram estruturadas a partir de uma repartição de responsabilidades e de autoridades (Lvovich, 2022).

[16] A imprensa, que apoiou abertamente à ditadura, retratava a Junta Militar de maneira positiva ao enfatizar o seu respeito e preocupação para com os direitos humanos, em que os autênticos violadores eram os subversivos e as denúncias eram sintomas de uma campanha contra a Argentina (Franco, 2018).

aos atritos internos. As ideias e os objetivos das Forças Armadas careciam de consenso entre os seus próprios membros que, com o passar dos anos, resultaram em fracassadas propostas econômicas e políticas (Novaro; Palermo, 2007; Águila, 2023).

Nesse sentido, a ditadura de 1976 é menos uma quebra institucional e política na Argentina e mais parte de um processo, como destaca Franco (2011, 2021), do contexto de repressão, censura e violência no país. Segundo a autora, a política intrapartidária do peronismo fez uso de práticas repressivas e concepções de cunho militar, as quais se articularam "[...] às práticas repressivas estatais da ditadura de 1976. Dessa maneira, as políticas do peronismo nos anos 1970 – e o seu conflito interno fundamental – formaram parte de um contínuo repressivo quase linear, que se estende entre 1966 e 1983" (Franco, 2011, p. 51, tradução nossa).

Em 1976, a violência estava generalizada na sociedade. A tática dos desaparecimentos foi implicitamente institucionalizada pelo governo militar, além do estreitamento dos laços entre as Forças Armadas e os grupos paraestatais como a *Triple A*, cuja parcela de seus membros foram integrados à burocracia estatal, a exemplo da *Secretaría de Inteligencia del Estado* (SIDE) (Franco, 2021), e o Estado argentino se apropriou desses grupos para reforçar a institucionalidade das táticas repressivas (Romero, 2002).

Entretanto, a repressão do governo peronista não se limitou à atuação de López Rega, dado que a atividade da *Triple A* esteve acompanhada e articulada de outras ações "[...] políticas partidárias e governamentais de perseguição ideológica [...] eliminação física de toda manifestação 'rebelde', 'revolucionária' ou de 'esquerda' dentro ou fora do peronismo" (Franco, 2011, p. 47, tradução nossa), sem contar a legislação da época que aprimorava os mecanismos de repressão e tolhia as liberdades democráticas em defesa do Estado e da Nação (Franco, 2011).[17]

Um dos argumentos para justificar as violações de direitos humanos (não reconhecidas pela Junta Militar) e a legitimidade do governo foi a preservação do próprio Estado.[18] Caso a subversão – as ações das guerrilhas ou de qualquer indivíduo que subvertesse as diretrizes do "Processo" – não fosse combatida, a existência do Estado estaria em risco: ou seja, era possível

[17] Franco (2011) destaca o aparato repressivo jurídico do peronismo ao recordar que, em novembro de 1974, foi decretado o Estado de Sítio (revogado somente com a queda da ditadura) e, desde 1975, as Forças Armadas foram autorizadas a intervir em ações antissubverssivas em todo o país.

[18] Conforme o general Roberto Eduardo Viola (membro da Junta Militar) em comunicação ao jornal nacional *La Nación* em 30 de maio de 1979, as justificativas da repressão eram porque "esta Guerra, como todas, deixa uma sequela, enormes feridas que o tempo e apenas o tempo pode curar. Elas estão dadas pelas baixas produzidas; os mortos, os feridos, os detidos, os ausentes para sempre […] o pior não é perder a vida. O pior teria sido perder a guerra […] Cumprimos com nossa missão" (Quiroga, 2005, p. 59, tradução nossa).

justificar qualquer repressão estatal.[19] Esse argumento é importante pois, como será visto na tese, foi utilizado pela diplomacia argentina em suas relações diplomáticas com o México no sentido de defender que os exilados argentinos nesse país eram uma ameaça que deveria ser combatida e que prejudicavam a imagem da Argentina diante a comunidade internacional.

O emprego sistemático da tortura era justificado para extrair informações que fossem essenciais para a guerra antissubversiva, que visava eliminar o inimigo interno em nome de um discurso em defesa da democracia. Os princípios da guerra não convencional e os objetivos de acabar com a subversão demonstram que a defesa da integridade do Estado estava acima de tudo. Matar, como meio de salvar a nação, foi instrumento que não mediu esforços e dispositivos de ação (Novaro; Palermo, 2007; Valdes, 1989).

Nesse cenário em que o discurso sobre os direitos humanos e a sua circulação em foros nacionais e internacionais de debate era construído nos anos 1970 e 1980, Franco (2018) explora como a questão da repressão surgiu na esfera pública e se tornou um assunto de política apenas ao fim da ditadura. Isso para dizer que a temática dos direitos humanos, atrelada às discussões sobre terrorismo estatal e guerra antissubversiva, estiveram mais presentes no fim da ditadura e como consequência da queda da Junta Militar e do processo paulatino de perda de legitimidade dos militares (Franco, 2018), impulsionados por outros fatores como a crise econômica e social e o fracasso da Guerra das Malvinas, segundo apontado por Franco (2018, 2021), Canelo (2008) e Águila (2023).

Dado o exposto, esta tese aborda as mobilizações de denúncia contra a ditadura civil-militar argentina realizadas por exilados argentinos no México, tanto de caráter anti-ditatorial quanto humanitário, bem como a presença desses exilados em território mexicano como fatores decisivos nas relações diplomáticas Argentina-México no contexto de 1974 a 1983. Os exilados argentinos nesse país, juntamente de outros atores estatais e não estatais (chefes de Estado, Organizações Internacionais – OIs e Não-Governamentais – ONGs, movimentos sociais,

[19] Entende-se por guerrilha o choque de forças entre as suas formações irregulares contra um exército regular em um determinado espaço territorial do Estado. Por possuir objetivos mais políticos que militares, visa a emancipação social e política das populações ao seu redor. Quando prolongada, observa-se o auxílio da própria população pela propagação de uma ideologia que personaliza o governo vigente como ilegítimo e incapaz de garantir os direitos da primeira. A guerrilha pode ser de dois tipos, a que luta contra a ocupação de forças estrangeiras em seu território e a que luta contra governos ilegítimos (Ávila; Rangel, 2009). Para Bobbio *et al.* (1998), a guerrilha baseia-se na tática e na estratégia. A primeira é marcada pela ameaça do uso da força, ou seja, usufruir do aparato psicológico para afetar o moral do adversário. A tática atua contra forças não secundárias do inimigo, visando improvisar e obter posições favoráveis. Age sob o elemento paralisante, que atribui à guerrilha a sensação de que está em todo lugar e em qualquer hora (ataca e dispersa-se), ao atingir o oponente em situações de despreparo. A estratégia analisa quais combates serão feitos e como serão realizados em relação ao uso da força. Por essa perspectiva, a insurreição opera mais pelo desgaste do que pelo choque direto entre forças. Essas duas formas de ações permitem manter o apoio popular ao assegurar o moral, a segurança e a legitimidade do grupo guerrilheiro, todavia, é difícil que a população conceda apoio em guerras, dado o limite de sua força moral.

grupos de direitos humanos e outros atores), reuniram esforços – marcados por disputas e divergências políticas internas e entre esses atores quanto às formas e às estratégias de ação – para denunciar e construir uma oposição em rede transnacional contra a Junta Militar argentina, dadas as violações de direitos humanos e as atrocidades cometidas pela ditadura.

Nesse contexto, o México, visto ao longo do século XX como um país acolhedor de perseguidos políticos da América Latina, foi um dos principais locais de destino dos exilados argentinos (Yankelevich; Jensen, 2007; Lida, 2011; Morales Muñoz, 2018). Embora tenha conquistado uma identidade na comunidade internacional de nação comprometida com a proteção de pessoas atingidas pelas violências de seus países, para alcançar e manter esse reconhecimento, os responsáveis pela diplomacia do México tomaram decisões de política externa e doméstica contraditórias, haja vista as próprias violações de direitos humanos e de repressão contra a população mexicana (Aguilar Camín; Meyer, 2000; Yankelevich, 2019). Portanto, esta tese analisa as relações diplomáticas Argentina-México atreladas às mobilizações e à existência dos exilados argentinos no México em oposição à ditadura da Junta Militar.

Os exilados argentinos no México, ao realizarem mobilizações de denúncias com recorte humanitário e anti-ditatorial contra a última ditadura civil-militar argentina, com o apoio de outros atores estatais e não estatais, pressionaram a Junta Militar ao ponto de forçarem os militares a responderem às atrocidades por eles cometidas no sentido de detê-las e de serem responsabilizados. Com recursos e táticas distintas e desiguais, os exilados disputaram com os militares em escopo transnacional distintos recursos materiais e discursivos, como a veracidade e a legitimidade das violações de direitos humanos na Argentina, além de exporem a deterioração econômica, política e social no país.

Desde essa conjuntura, a literatura já discutiu os objetivos e os resultados das ações de denúncia de exilados argentinos (Franco, 2008; Yankelevich, 2009; Jensen, 2010; Fernandez, 2011; Ayala, 2014; Calderoni, 2020) e de outros atores estatais e não estatais sobre a imagem da ditadura argentina na comunidade internacional (Guest, 1990; Novaro; Avenburg, 2009; Schmidli, 2013; Lloret, 2016, 2019; D'Antonio, 2017; Míguez; Morgenfeld, 2017; Risler, 2018). Contudo, os estudos sobre os exílios argentinos no México e em outros países, sem desvalorizar as valiosas contribuições para entender os papéis exercidos por diplomatas e de outros atores responsáveis pela proteção dessas pessoas, não esgotaram e nem pretenderam encerrar as possibilidades de analisar os efeitos das mobilizações dos exilados nas relações diplomáticas da Argentina, entre essas as com o México.

Esta tese sustenta que as denúncias dos exilados não apenas inseriram o México na rede transnacional contra a ditadura civil-militar argentina, mas também se somaram às divergentes

pressões e demandas de distintos atores estatais e não estatais mexicanos sobre o país, o que dificultou para os governos mexicanos avançarem nas relações diplomáticas com a Argentina em outras questões para além dos direitos humanos e dos exilados. A hipótese parte de um contexto em que o México passava por distintas pressões nos âmbitos doméstico e internacional, as quais deveria contrabalancear em suas relações com a Argentina, sendo essas: i) o apoio das esquerdas mexicanas às mobilizações dos exilados e a necessidade dos governos de se aproximarem desses setores; ii) a tentativa do governo mexicano em fortalecer as suas relações com os setores econômicos e financeiros estratégicos para alavancar a política comercial e econômica do país; iii) a pressão internacional da agenda de direitos humanos que se fortalecia à época, especialmente encabeçada por OIs como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como a política externa estadunidense de James Earl "Jimmy" Carter Jr. (1977-1981) voltada aos direitos humanos.

Como resultado, as relações diplomáticas Argentina-México foram marcadas por dificuldades para avançar em outros temas, dada a pressão da agenda de direitos humanos, a mobilização e a existência dos exilados, que faziam parte da maioria das pautas e negociações entre os países. Além disso, a política de proteção do México aos exilados argentinos foi limitada por não realizar todos os esforços possíveis de proteção internacional, além de impor restrições constitucionais às liberdades de mobilização política dos exilados no México, embora defendesse a sua liberdade de expressão quando questionado pela Argentina.[20]

Para responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, a tese foi estruturada em quatro capítulos, voltados à compreensão e à análise das dinâmicas das políticas externas da Argentina e do México em suas relações bilaterais e multilaterais, diante da existência e da mobilização dos exilados argentinos no México. É necessário entender os distintos fatores e variáveis que os atores estatais e não estatais, a partir de seus interesses e maneiras de compreender a política externa de seus países, moldaram cenários de disputas de narrativas e de recursos sobre as atrocidades cometidas pela Junta Militar argentina e pelas outras partes que apoiaram (direta e indiretamente) os militares. Logo, serão estudados o

20 Os direitos políticos e de mobilização dos migrantes eram e ainda são limitados constitucionalmente. Esse é o caso do México, cujo artigo 33 de sua constituinte diz que: "Os estrangeiros não poderão, de forma alguma, intrometer-se nos assuntos políticos do país" (México, 1917, p. 72, tradução nossa). Com isso, de maneira individual ou em grupos, as ações de crítica dos exilados sobre os governos de seus países de acolhida eram limitadas, bem como as possíveis articulações que poderiam estabelecer com a sociedade local, a qual, muitas vezes, poderia servir de apoio em suas causas. Ao mesmo tempo, os próprios funcionários da SRE afirmavam que a liberdade de expressão dos exilados argentinos no México estava protegida pela mesma constituição mexicana (Yankelevich, 2019). Na prática, representava uma contradição por ser uma liberdade de expressão limitada até o ponto de tocar em questões de política doméstica e externa do México.

funcionamento da estrutura institucional de política externa da Argentina e do México, as bases teóricas e históricas da posição de cada um dos países, as ações estatais relativas à migração nesse período e, também, os distintos arranjos e mobilizações em rede transnacional construídos pelos exilados argentinos durante a última ditadura em vários países nos quais buscaram proteção, solidariedade e espaço para as suas denúncias, até chegarem ao México e dele regressarem à Argentina (se voltaram).

O primeiro capítulo "As relações diplomáticas Argentina-México, as chancelarias e as violações de direitos humanos (1 de julho de 1974 a 10 de dezembro de 1983)" retoma as bases da política externa argentina e mexicana para entender as relações diplomáticas entre a Argentina e o México em 1974, antes do golpe, até o fim da ditadura. Nesse sentido, analisam-se os papéis dos dois órgãos responsáveis pela construção, análise e tomada de decisão em matéria diplomática desses países: o *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* (MREyC) da Argentina e a *Secretaría de Relaciones Exteriores* (SRE) do México.

Na sequência, no segundo capítulo "A Embaixada do México na Argentina: a política de asilo e as tentativas de diálogo com a Junta Militar", pondera-se como a diplomacia mexicana construiu as suas decisões de política externa para realizar a manutenção de suas relações diplomáticas com a Argentina, em paralelo à proteção do México aos exilados argentinos. Para isso, são analisados os telegramas entre funcionários da Embaixada do México na Argentina e da SRE.

Para obter a perspectiva dos exilados argentinos no México, o terceiro capítulo "Denúncias, resistências e práticas de sobrevivência: as estratégias de exilados argentinos no México contra a ditadura militar" está dedicado a visibilizar, em primeiro plano, as experiências individuais de homens e mulheres que se exilaram no México. Essas pessoas carregam consigo uma pluralidade de perspectivas sobre os processos e as ações de denúncia, de solidariedade, de reflexão e de sobrevivência em um país que nada ou pouco conheciam e que, em coletividade, forçaram os governos argentino e mexicano a repensarem as suas tomadas de decisão de política externa aos níveis nacional e internacional sobre os direitos humanos enquanto discurso e prática estatal.

O quarto e último capítulo "A Embaixada da Argentina no México: os esforços de cooperação internacional com o México e de combate às denúncias dos exilados argentinos contra a ditadura" analisa como a Junta Militar instrumentalizou os objetivos da ditadura na esfera da política externa, em que pese os interesses dos militares em suas relações diplomáticas com o México. Nesse sentido, são reconstruídas as estratégias, as ações e as respostas da diplomacia argentina, com especial atenção aos principais assuntos que estruturam as relações

com o governo mexicano, como os direitos humanos e a proteção do México aos exilados argentinos. Assim como no segundo capítulo, são analisados os telegramas entre a Embaixada da Argentina no México e o MREyC da Argentina, além das memórias do ministério.

Espera-se que a investigação contribua na ampliação do campo de estudos em política externa e migrações nas RI sobre as ditaduras do século XX no mundo. Para isso, enfatiza-se a análise de documentos históricos e a realização de entrevistas embasadas na História Oral, dada a preocupação desta tese em colocar, no centro do debate, as agências, as vulnerabilidades e as potências de transformação dos exilados, forçados a um desenraizamento que busca, até hoje, novas raízes de memória, verdade e justiça.

O esforço desta pesquisa se deve à ausência de trabalhos que tenham se debruçado sobre os documentos de arquivos da ditadura, especificamente os que tratam da condução das relações diplomáticas da Argentina para com o México por meio de suas representações diplomáticas, com especial atenção para as decisões tomadas por funcionários na Embaixada da Argentina no México (de aqui em diante, "Embaixada argentina" ou "EMBARG"). A pesquisa também contribui na análise de documentos ainda não investigados em profundidade, sobretudo a documentação relativa às comunicações entre a Embaixada da Argentina no México e o MREyC, além de uma nova abordagem sobre a tomada de decisões, os interesses e a leitura feita pelos militares e diplomatas argentinos em suas relações com as suas contrapartes mexicanas.

A pertinência de uma perspectiva voltada aos cálculos e às percepções da ditadura frente a proteção mexicana aos exilados argentinos não se deve somente pela pressão exercida sobre os militares por conta das denúncias contra a Argentina. Ela também é necessária pela desestabilização da imagem da ditadura pela atuação política dos exilados argentinos no México, tendo habitado um país que convivia com a contradição de violar os direitos de sua população no plano doméstico, mas de querer ser reconhecido internacionalmente como um Estado defensor dos direitos humanos.

Ao abordar as relações diplomáticas entre a Argentina e o México desde a mobilização dos exilados em um contexto transnacional, defende-se que uma das vias para aprofundar os estudos sobre os exílios argentinos no México deve partir de uma análise mais atenta às relações diplomáticas entre esses países em âmbito bilateral e multilateral. Esse caminho começa, então, ao considerar a probabilidade da existência e das ações de denúncias dos exilados terem sido componentes estruturais e intermediadores dos interesses nacionais da Argentina e do México, mediados por suas mútuas relações diplomáticas. Ou seja, para muitas das reuniões e

negociações entre os dois países, os direitos humanos e a questão dos exilados eram tomados como fatores de análise, mesmo que não fossem centrais.

Do mesmo modo, propõe-se uma reinterpretação da imagem do México enquanto país de refúgio e de proteção. O México foi, de fato, um dos principais países de destino dos exilados argentinos, com características de atratividade como o compartilhamento da língua espanhola, as possibilidades de crescimento econômico e de empregabilidade, a proximidade em comparação aos distantes países europeus e de seu histórico de proteção a perseguidos políticos no século XX (Yankelevich, 2009). A exportação de petróleo, o processo de modernização e de crescimento nas áreas políticas, econômicas e educacionais que o México passou a partir dos anos 1960 foram fatores que expandiram a atratividade para que os exilados o escolhessem como o seu país destino, pudessem continuar com as suas carreiras e realizar ações de denúncia contra a ditadura (Aguilar Camín; Meyer, 2000; Yankelevich, 2019).

Ao considerar esses aspectos e que o México defendia à época um discurso de direitos humanos que, na prática, rompeu as suas relações diplomáticas com determinadas ditaduras na região da América Latina (Saltalamacchia Ziccardi; Covarrubias Velasco, 2011), o país também foi palco de violações de direitos humanos contra o povo mexicano que perduram até hoje, seja por conta dos desaparecimentos forçados ou das políticas migratórias restritivas e que acentuam as mortes migrantes desde a fronteira sul à fronteira norte do país. Para contrabalancear esse paradoxo de proteção internacional e de violência doméstica no país e alcançar os objetivos de interesse nacional nas relações internacionais, os governos mexicanos viram que era fundamental que o México deixasse de lado o isolacionismo e a neutralidade que havia adotado nos anos anteriores para se aproximar de setores da sociedade cujas demandas não eram atendidas.

Para isso, os governos mexicanos se dedicaram a responder às necessidades e às demandas de setores domésticos e instrumentalizar a política externa mexicana para garantir uma boa imagem do México no cenário internacional, manter boas relações diplomáticas e, primordialmente, simular o compromisso democrático do regime do Partido Revolucionário Institucional (PRI) (Ojeda, 1984; Saltalamacchia Ziccardi, 2009). Diante disso, é preciso reinterpretar como o México articulou o seu discurso diplomático em suas relações bilaterais e multilaterais ao serem identificados os padrões de comportamento, os processos de construção de agendas e as ações práticas de vigilância sobre os exilados, assuntos que ainda podem ser explorados nos estudos sobre as relações diplomáticas Argentina-México.

A temática pode ser analisada pela ótica da política externa, dos ativismos e das relações transnacionais. Esta pesquisa foi desenvolvida no sentido de ampliar a compreensão da própria

área de RI sobre a história da política externa latino-americana desde um estudo de caso que tem como centro a mobilização de atores não estatais (os exilados) que foram – e ainda são – colocados às margens ou totalmente excluídos da história oficial e da história diplomática da região. Trata-se de compreender, conforme apontam Keck e Von Bülow (2011), a criação de laços de colaboração e de conflito entre distintos atores não estatais e políticos institucionais, vínculos que merecem maior investigação no escopo de movimentos sociais e redes transnacionais, sobretudo nas RI.

Portanto, são mensuradas as principais ações políticas realizadas por distintas organizações de exilados argentinos no México a partir de experiências individuais de pessoas entrevistadas. A pesquisa se desenvolve nas RI, mas propõe contribuir aos diálogos interdisciplinares e transnacionais com trabalhos semelhantes em áreas como a Ciência Política, as Ciências Sociais, a História e a Sociologia, principalmente.

Assim, a temática da tese está inserida nos estudos que tratam sobre os mecanismos e os instrumentos estatais de cooperação transnacional entre as ditaduras do Cone Sul voltados à repressão e troca de informações sobre os cidadãos de seus países, além dos trabalhos sobre ativismos e redes transnacionais. Essas pesquisas dão subsídio para compreender o panorama da atuação vigilante da ditadura sobre os exilados argentinos no México e, também, sobre as estratégias de resistência e as circularidades das ações dos exilados contra a ditadura.

Ao mesmo tempo que os exilados argentinos se organizaram em diversos países para estruturar ações de denúncia contra a ditadura, os regimes militares dos países do Cone Sul também se articularam, a partir de seus chefes de inteligência das Forças Armadas, para implementar atividades conjuntas de repressão em um processo de soma de esforços. Essa articulação deu origem ao que se conhece hoje em dia por Operação ou Plano Condor.

A Operação Condor é um tema de estudo atual que tem desvelado distintas características e estratégias das ditaduras civil-militares para realizar repatriações forçadas e clandestinas de dissidentes políticos, trocarem informações e até mesmo operarem centros clandestinos de detenção e extermínio de maneira compartilhada.[21] Autores como Dinges (2004) e Kornbluh (2003) se debruçaram sobre documentação produzida pelos serviços de inteligência estadunidense e argumentavam que a Operação Condor era uma resposta contra a

[21] Na Argentina, os centros clandestinos de detenção também funcionaram como espaço de tortura, interrogatório e extermínio de estrangeiros, como foi o caso de *Automotores Orletti* (Slatman, 2011, Alén, 2015). Nesse lugar – atualmente um espaço de memória, localizado na cidade de Buenos Aires – agentes de inteligência do Uruguai trabalharam na gestão do espaço e das práticas repressivas juntamente de militares argentinos (Alén, 2015).

articulação de grupos e organizações armadas na América do Sul.[22] Em contrapartida, o estudo de McSherry (2005) se contrapôs a essa perspectiva ao enfatizar que, na realidade, a cooperação entre as ditaduras era anterior à formação desses grupos e ia no sentido de uma resposta hemisférica em defesa dos países de maneira regional, com foco nos EUA como protagonista e financiador da Operação Condor.

Com o passar dos anos, inúmeras pesquisas foram desenvolvidas por acadêmicos latino-americanos, especialmente argentinos, brasileiros, chilenos e uruguaios, para colocar no centro da questão os papéis, as estruturas e as modalidades que os próprios aparatos repressivos estatais e paraestatais desses países se organizaram, de maneira a estudar localmente a estratégia dos militares de cooperação transnacional para além da responsabilidade dos EUA na Operação Condor.[23] Nesse sentido, trabalhos como os de Franco (2004), Slatman (2009, 2011, 2012a, 2012b), Padrós e Slatman (2014), De la Torre (2012), Alén (2015) e Romero, F. L (2022) trazem novas nuances e aprofundam, com exemplos específicos, os instrumentos, as estruturas e os atores estatais responsáveis pelas atividades de coordenação repressiva em diversos países, como as ações orquestradas pela ditadura argentina no México.[24]

---

[22] Os maiores resultados da Operação Condor foram o número de desaparecimentos forçados e de execuções sumárias de cidadãos dos países que compunham a operação (Slatman, 2011). Para alguns autores como Dinges (2004) e Kornbluh (2003), a criação da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), composta de grupos armados de distintos países (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria* – MIR, no Chile*;* PRT-ERP, na Argentina, *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros* – MLN-T e o *Ejército de Liberación Nacional* – ELN, na Bolívia), teria motivado a criação da Operação Condor. Contudo, esta pesquisa está de acordo com Slatman (2011) e McSherry (2005), as quais afirmam que, na realidade, a hipótese que mais dialoga com os objetivos e ações da Operação Condor eram os esforços ao nível hemisférico de impedir e combater o avanço revolucionário nas Américas, conhecida como Doutrina de Segurança Hemisférica, em que a preocupação com a defesa era, em primeiro lugar, continental, para depois pensar na defesa nacional. As atividades de propaganda, compartilhamento de informações e de coordenação de comitês de solidariedade da JCR não eram suficientes para a criação de uma cooperação da magnitude da Operação Condor. Dessa maneira, a aliança entre os países era justificada para combater as ditas forças subversivas e terroristas, muito além da JCR ao abranger outros grupos e indivíduos (Slatman, 2011).

[23] Rollemberg (1999), Quadrat (2002, 2008), Motta (2004), Penna Filho (2009), Bauer (2011), Boti (2020) e Roriz (2021) são exemplos de pesquisas sobre a ditadura brasileira (1964-1985) e as suas conexões com outras ditaduras do Cone Sul e OIs.

[24] Dois eventos marcam as investidas transnacionais da ditadura contra os exilados argentinos no México: a Operação México realizada pela ditadura e a sua resposta à *Contraofensiva* de Montoneros. A Operação México foi uma tentativa fracassada da ditadura de ataque a uma parcela da direção de Montoneros que se encontrava no México (De la Torre, 2012). O objetivo era que os militares se infiltrassem no grupo e exterminasse os seus membros em janeiro de 1978. A estratégia não obteve sucesso pois Tulio Valenzuela (um dos comandantes de Montoneros) denunciou a operação em uma coletiva de imprensa no México. A partir disso, a inteligência mexicana expulsou os militares argentinos do país, o que dificultou ainda mais as relações diplomáticas entre a Argentina e o México. Após o evento, a condução da cúpula de Montoneros deixou o México e partiu para Cuba, sem contar que o próprio governo mexicano, que não impedia explicitamente as ações do grupo, deixou de apoiá-lo, visto que "[...] a permissividade do governo mexicano às ações da organização peronista estava relacionada com um acordo tácito entre ambos atores. Por um lado, Montoneros havia consentido em discrição e não se intrometer em assuntos locais e, por outro lado, o governo mexicano permitiria ao grupo que se instalasse no México para a sua reorganização" (Romero, F. L, 2022, p. 321, tradução nossa). Já a *Contraofensiva*, concebida em 1978 e realizada entre 1979 e 1980, foi uma operação política e militar realizada pelo grupo armado Montoneros. O seu objetivo era realizar ataques militares contra a ditadura, especialmente contra o gabinete

A Operação Condor foi uma aliança político-militar voltada à identificação e denúncia de cidadãos de outros países da região, bem como o repatriamento clandestino e coercitivo de dissidentes políticos ou de qualquer pessoa alvo das ditaduras. Tratou-se de uma aliança secreta entre os governos de oito países (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai) que, embora fossem adversários históricos em distintos momentos, mobilizaram esforços para destruir os seus adversários políticos (McSherry, 2005).[25]

A aliança que deu origem à Operação Condor, com particular destaque as suas atividades de repressão transnacional, não começou nos anos 1970, mas foi construída ao longo de décadas e anos de ações bilaterais e multilaterais que acumularam experiências e práticas nas Américas. Conforme McSherry (2005), a Guerra Fria foi um momento em que os métodos e as estratégias no campo da segurança, da inteligência e das forças armadas serviram de insumo à Operação Condor. Para isso, houve também apoio de países que fundaram as bases da DSN, como os EUA (que transferiu conhecimento, recursos materiais e financeiros) e a França, países que combateram a chamada subversão nas guerras contra o Vietnã e a Argélia, e também contra Cuba (McSherry, 2005), o que fortaleceu ao longo dos anos o "consenso antissubversivo" (Águila, 2023, p. 50, tradução nossa) na população da Argentina.

Na América do Sul, as práticas de repressão transnacional, segundo Lessa (2022), remontam ao início do século XX, com especial desenvolvimento na década de 1960 até o início da década de 1980 sob distintas fases, marcadas por cooperações bilaterais e pontuais, até atingir cooperações bilaterais e multilaterais (por exemplo, serviços de inteligência militar e civil). Existiam formas complexas de comunicação, trocas de informação e de tecnologia de aparatos sofisticados que facilitavam a identificação e o monitoramento de atividades consideradas clandestinas e subversivas (Slatman, 2009; Padrós; Slatman, 2014). Nesse

econômico dos militares, além de interferir nos canais de comunicação, como televisão e rádio. A maioria dos membros dos Montoneros estava exilada em diferentes países, incluindo o México. Entre 1979 e 1980, membros dos Montoneros começaram a retornar à Argentina, o que resultou em inúmeras perdas devido à repressão militar e à enorme disparidade bélica entre o grupo e o Estado argentino (Confino, 2022). Mais documentos sobre a Operação México estão disponíveis via *The National Security Archive*, uma ONG sediada na Universidade George Washington, EUA, no seguinte link: https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB241/index.htm.

25 Os motivos pelos quais esses países decidiram cooperar, conforme Lessa e Balardini (2024), devem-se a três principais fatores: a) demanda, devido a uma ameaça à sobrevivência do Estado e ao regime político, localizada fora do território nacional, a exemplo da atuação em rede transnacional dos exilados argentinos em diversos países, como o México; b) compartilhamento primário de interesses, ou seja, quando os países possuem ideologias e formas de governos similares, nesse caso, todos os países-membros estavam sob ditaduras civil-militares ou governos autoritários; e c) compartilhamento secundário de interesses ou o momento no qual um ou mais países lideram os esforços de integração (como foi o caso da Argentina e do Chile, principalmente). Esses fatores não foram lineares e, ao longo dos anos, as interações, os recursos e os interesses foram transformados. Portanto, o destaque das autoras está no fato de que as ameaças contra a sobrevivência de um Estado-nação não são originárias somente da existência e a atuação de outros países como a literatura de regimes internacionais aponta (Keohane, 1983; Krasner, 1983; Young, 1983), mas também da atuação de atores não estatais, como os exilados.

contexto, as novas fronteiras ideológicas eram mais importantes que as nacionais e fortaleceram os laços diplomáticos entre as ditaduras (Lisińska, 2019).[26]

Como resultado, a Junta Militar foi obrigada a mudar o seu discurso sobre o cenário no país para que as suas relações internacionais não fossem prejudicadas, especialmente com parceiros econômicos e comerciais importantes, como os EUA e países da Europa. Houve uma distensão, ou seja, a ditadura passou a declarar que, quando os tempos fossem propícios, a democracia voltaria e os partidos políticos teriam protagonismo no governo (Jensen, 2010). Esse movimento dos militares permite entender as transformações que ocorreram ao logo da política externa do "Processo" e que acompanharam as relações diplomáticas entre a Argentina e o México, além das ações de denúncia dos exilados.

E, nesse sentido, os exilados argentinos, tratados como terroristas e subversivos no exterior (Franco, 2007; Jensen, 2010), estiveram engajados na desestabilização política e da imagem da ditadura, no sentido de enfraquecer qualquer tipo de apoio e de vínculo que o governo possuía ou gostaria de firmar, como as relações diplomáticas com o México. Com o apoio de argentinos exilados em outros países e de exilados de outras nacionalidades que estavam no México, os argentinos exilados nesse país fizeram parte da construção de uma rede transnacional de exilados no mundo, a qual esteve em contato com distintos atores estatais e não estatais, nacionais e internacionais, também voltados à derrubada da ditadura (Yankelevich; Jensen, 2007; Fernandez, 2011; Bernetti; Giardinelli, 2014).

No processo de construção e implementação da política externa da Argentina e do México, houve a participação de vários atores em distintos contextos nacionais e internacionais. As denúncias sobre as violações de direitos humanos e a mobilização contra a ditadura são eventos importantes nesta pesquisa, em que pese as relações diplomáticas entre esses países. As denúncias, realizadas por exilados, grupos de direitos humanos argentinos, instituições internacionais e agentes estatais que compactuavam com o discurso de direitos humanos (e que se valiam de outras estratégias para derrubar a ditadura, como as sanções econômicas de determinados países), devem ser entendidas com base em seus objetivos, as suas motivações, as estratégias empregadas e os resultados esperados por esses atores.

Desse modo, os conceitos da literatura sobre transnacionalismo e redes transnacionais de ativismo são úteis para entender de que modo as denúncias de exilados argentinos no México podem ter repercutido nas relações diplomáticas Argentina-México. As relações transnacionais,

[26] A concepção de fronteiras ideológicas já figurava na *Revolución Argentina*, alcunha da ditadura de Juan Carlos Onganía (1966-1970) (Lisińska, 2019). E, no caso dos serviços de inteligência de cunho civil, destaca-se a *Secretaría de Inteligencia del Estado* (SIDE), que trabalhou ao lado das três Forças Armadas argentinas (Slatman, 2009).

entre as décadas de 1960 e 1970, eram compreendidas mais como interações entre as fronteiras estatais sem o controle de instituições da política externa dos Estados (Nye; Keohane, 1971). Naquela época, a concepção dos estudiosos em relação à interdependência entre os Estados se limitava aos atores não estatais poderosos, como as empresas multinacionais (Faist, 2012).

Na década de 1990, os estudos transnacionais começaram a abranger outras categorias de atores não estatais, como os migrantes (Faist, 2010; Glick Schiller, 2010). Esse giro foi necessário para que as RI dialogassem com os estudos de movimentos sociais a partir de uma leitura não estadocêntrica e não hegemônica de identidades sociais e espaços geográficos (Khagram; Riker; Sikkink, 2002; Basch; Glick Schiller; Szanton Blac, 2005; Khagram; Levitt, 2008; Faist, 2012). Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, os estudos sobre globalização cresceram vertiginosamente e ganharam espaço em pesquisas orientadas pelas teorias de movimentos sociais e que, com o tempo, se debruçaram sobre outras temáticas (Della Porta; Tarrow, 2005), como a mobilização de pessoas em situação de deslocamento forçado.[27]

Os exilados argentinos no México desempenharam um papel fundamental enquanto atores não estatais transnacionais que se mobilizaram no escopo de uma rede transnacional de combate e denúncia das atrocidades cometidas pelos militares e seus aliados e, nessa medida, foram também ativistas transnacionais. Segundo Risse (2013), os atores transnacionais atuam em uma esfera que ultrapassa as fronteiras nacionais, organizam-se em escalas locais, regionais ou globais com objetivos comuns. Esses atores podem construir estruturas formais ou informais (com estatutos formais fortes, graus de hierarquia variados entre os seus membros para a formulação e a implementação de decisões), como redes e movimentos sociais, que visam promover o bem-estar de seus membros e defender princípios morais ou políticos comuns.

Keck e Sikkink (1998) afirmam que os atores transnacionais, orientados por princípios e valores morais, tentam disseminar informações de forma estratégica para criar problemas, pressionar, persuadir e influenciar organizações e governos. Esses atores ao agirem em rede multiplicam os canais de acesso às instâncias políticas do sistema internacional e facilitam o acesso a recursos materiais e informacionais.

Um exemplo disso são os espaços e os atores estatais que determinados exilados argentinos no México – líderes dos grupos no país – conseguiam contatar para demandar apoio material e político durante a sua vivência exilar, seja a regularização migratória, a liberdade de

[27] Em suma, as principais teorias de movimentos sociais são: Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) ou paradigma norte-americano; Teoria do Processo Político (TPP), também pertencente ao paradigma norte-americano; e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) ou paradigma europeu (Alonso, 2009). Mais tardiamente, nos anos 1980, foi desenvolvido um paradigma latino-americano (Gohn, 2014). Para uma compreensão mais aprofundada sobre essas teorias, consultar Alonso (2009) e Gohn (2014).

expressão contra a ditadura ou a busca por emprego. Assim, os exilados enquanto ativistas transnacionais em rede se articularam para influenciar a política, como as relações diplomáticas bilaterais e multilaterais entre a Argentina e o México.

Uma compreensão conceitual de ativistas transnacionais é a de Tarrow (2005), que os descreve como indivíduos ou grupos que mobilizam recursos e oportunidades nacionais ou internacionais para atingir os seus objetivos em nome de atores externos, contra oponentes externos ou com o apoio de aliados.[28] Esses atores constroem redes que possibilitam a colaboração entre si e com outros atores, nacionais e internacionais.

Uma das marcas nos exílios de argentinos no México – e na convivência com exilados de outras nacionalidades – eram as inúmeras divergências políticas, econômicas, sociais e de gênero, as quais geravam conflitos dentro dos grupos e entre si. Nesse sentido, Tarrow (2011) salienta que a identidade política desses não é homogênea e as desavenças entre os membros é uma realidade que, às vezes, pode impulsionar as suas ações.

Esses conceitos se aplicam aos exilados argentinos no México pois ao formarem coletividades e redes de solidariedade, resistência e denúncia contra a ditadura (diversas e divergentes em suas estratégias e políticas), estiveram unidos em torno da luta anti-ditatorial e de visibilidade das atrocidades cometidas pelos militares contra os direitos humanos no país. As práticas e as ações se transformaram ao longo do tempo, ganharam maior relevância internacional – como a visita da CIDH, a Copa do Mundo de 1978 e a Guerra das Malvinas, por exemplo –, além de estarem vinculados a outros exilados não somente por sua condição de pessoas expulsas, mas também pelo elo identitário de serem latino-americanos (Franco, 2004, 2008; Jensen 2009).

As ações dos exilados argentinos no México são exemplos práticos dos papéis dos ativistas transnacionais que Tarrow (2005) descreve e as estratégias e estruturas das redes transnacionais de ativistas discutidas por Keck e Sikkink (1998).[29] Ao denunciarem as atrocidades da ditadura e mobilizarem apoio dos governos mexicanos e de outros atores

[28] Sikkink (2005) propõe quatro interações ao ativismo transnacional que não dependem somente de oportunidades nacionais, mas também da abertura ou do fechamento de oportunidades no âmbito internacional: a) menores oportunidades de ativismo (estruturas fechadas no âmbito nacional e internacional); b) bumerangues e espirais (estruturas fechadas no nacional e abertas no internacional); c) coalizões internas-externas (estruturas abertas no nacional e internacional) e d) déficit democrático e transnacionalização defensiva (estruturas abertas no nacional e fechadas no internacional) (Sikkink, 2005).

[29] Essas redes surgem de três maneiras: a) quando os canais entre os grupos domésticos e os seus governos estão bloqueados ou são ineficazes para resolver um problema; b) quando os ativistas acreditam que, ao atuarem em rede, será mais fácil atingirem os seus objetivos; e c) quando encontros e demais formas de interação internacional viabilizam a criação e o fortalecimento de redes (Keck; Sikkink, 1999).

internacionais, os exilados não somente pressionaram a Junta Militar, mas também criaram para si um espaço nas relações diplomáticas entre a Argentina e o México.

Ou seja, a presença e as ações dos exilados argentinos demonstram como atores não estatais podem moldar a política internacional ao criarem uma pressão considerável sobre regimes repressivos e promover mudanças sociais e políticas significativas, até mesmo de princípios e normas no sistema internacional.[30] Ademais, o exílio entendido como uma das modalidades de ativismo transnacional se deve também às relações de poder e de resistência nos quais os exilados estão envolvidos, pela capacidade de atuarem distintamente em múltiplas escalas e porque o exílio político "[…] adota diferentes **práticas de contestação** que exigem uma leitura abrangente do fenômeno, sensível a **modalidades diversas de desobediência, resiliência, solidariedades e expressões do conflito**" (Bringel; Marques, 2021, p. 167, grifo nosso).

Para analisar e compreender essas diferentes estratégias de denúncia das violações de direitos humanos e de mobilizações contra a ditadura dos exilados argentinos no México, retoma-se o efeito bumerangue, um modelo teórico criado por Keck e Sikkink (1998). Segundo esse modelo, dada a impossibilidade de recorrer ao Estado violador – cujos canais de relação Estado-atores domésticos estão bloqueados –, atores e grupos nacionais recorrem a outros atores estatais e não estatais externos para pressionar o Estado desde fora a fim de alcançarem os seus objetivos. Em muitos casos, o apoio obtido por esses atores e grupos nacionais resultam na criação de uma rede transnacional de ativistas que, por sua vez, mobiliza outros atores e Estados a tomar uma posição sobre a situação que ocorre no Estado violador.

No caso desta tese, o efeito bumerangue permite observar as ações dos exilados argentinos no México contra a ditadura e em apoio aos familiares de vítimas de desaparecimento forçado e prisões arbitrárias, grupos, movimentos e organizações políticas de direitos humanos na Argentina. O "bumerangue" era arremessado aos exilados argentinos (Jensen, 2010), o que fortalecia a rede transnacional de denúncia contra a ditadura. O propósito

[30] Para Finnemore e Sikkink (1998), as normas podem ser úteis para observar o comportamento das instituições, de seus componentes internos e como seus elementos são renegociados para formar novos arranjos e padrões de comportamento na esfera política. As normas exprimem o que é ou não é apropriado. No caso dos Estados, as normas domésticas estão inter-relacionadas com as normas internacionais em três fases: 1) surgimento da norma, onde mecanismos de persuasão são úteis por aqueles que criam a norma a fim de convencer seus pares sobre a utilidade e a necessidade de seguir a norma; 2) aceitação da norma, quando esforços são tomados pelos criadores da norma para ser socializada e reproduzida por outros Estados, onde a pressão e a busca por autoestima e prestígio internacional são variáveis relevantes nesse estágio; e 3) internalização da norma no âmbito doméstico. Nesse processo, é importante que as normas sejam próximas das identidades dos atores para serem seguidas, mas também podem ser internalizadas por pressão de outros atores em uma região e/ou contexto. Outro destaque para a compreensão das normas são os custos. A reputação, a confiança, a credibilidade e a legitimidade doméstica e internacional são elementos que, nas interações internacionais, são considerados na análise da internalização das normas.

de parcela desses atores e exilados, dentro e fora da Argentina, era pressionar os militares, as ONGs e as OIs por respostas e melhorias na situação doméstica de direitos humanos e pela responsabilidade das atrocidades cometidas no país.

Dessa maneira, os exilados argentinos enquadraram as suas ações a partir de distintos materiais e propósitos. Para melhor visualizar essas estratégias, toma-se como base as táticas políticas elencadas por Keck e Sikkink (1998), utilizadas pelas redes transnacionais de ativismo para pressionar e persuadir outros atores a agirem conforme os interesses dos atores não estatais (nesta pesquisa, os exilados): a política de informação, que envolve a geração de informação útil para alcançar o maior impacto possível nos tomadores de decisão ou à sociedade (a produção e disseminação de material produzido no exílio em eventos, publicação de textos em jornais mexicanos); a política simbólica, que busca convencer o público sobre a importância das questões levantadas pelos ativistas (o uso de palavras de ordem, frases de efeito e divulgação de imagens, à exemplo das manifestações dos exilados argentinos frente às representações diplomáticas da Argentina no México durante a Copa do Mundo de 1978 e a Guerra das Malvinas em 1982, além de eventos culturais e acadêmicos); a política de influência, que visa construir e estabelecer laços com atores relevantes para aumentar o espaço de atuação dos ativistas (como os vínculos de políticos e acadêmicos de renome na Argentina que se exilaram no México e possuíam contato direto com o governo mexicano); a política de responsabilização, que demanda respostas ou prestação de contas dos Estados que não cumprem com os seus compromissos nacionais e internacionais (os pronunciamentos dos exilados argentinos, ao lado de outros atores, em exigência do paradeiro das pessoas desaparecidas e da responsabilização de seus algozes).

O modelo bumerangue foi aprimorado por Sikkink e Risse (1999) ao modelo espiral, que introduz uma estrutura mais dinâmica e contínua dos processos daquele modelo, além de facilitar a compreensão de como as normas, os princípios e as regras pactuadas internacionalmente pelos Estados são aplicados no ordenamento jurídico doméstico. O modelo espiral, que opera simultaneamente em quatro níveis – a esfera internacional-transnacional, a sociedade doméstica do Estado, as relações entre a oposição e as redes transnacionais e o governo nacional do Estado violador –, é um instrumento analítico relevante para entender como os exilados argentinos no México pressionaram a ditadura argentina (Sikkink, 2003).

O modelo espiral, com as suas cinco fases (repressão e ativação de redes, negação, concessões táticas, status prescritivo e comportamento baseado em regras) demonstra as diferentes etapas e momentos nos quais os exilados argentinos, em ação com outros atores em

rede, atuaram contra a ditadura.[31] Na primeira fase, a estruturação inicial dos grupos de exilados no mundo (com outros atores estatais e não estatais) e o estabelecimento de laços de solidariedade foram fundamentais para a formação inicial e futura consolidação da rede transnacional e para o reconhecimento das possibilidades de ação política no México de denúncia contra a ditadura argentina.

Na segunda fase, os grupos de direitos humanos na Argentina, os exilados argentinos no México (e em outros países) produziram inúmeros materiais informativos e realizaram várias manifestações sobre o quadro de direitos humanos argentino – especialmente nos anos de 1978, 1979 e 1980, com a Copa do Mundo e a visita da CIDH ao país. Os objetivos e os conteúdos dessas ações foram negados pelos militares tanto no âmbito doméstico quanto no internacional (foros multilaterais na ONU e na OEA, por exemplo). Além disso, os militares tentaram deslegitimar as ações dos exilados argentinos ao taxá-los como traidores da pátria por realizarem propaganda política contra o próprio país.

Na terceira fase, a ditadura fez concessões táticas para melhorar a sua imagem e reduzir as críticas internacionais, um ponto crucial para entender as ações dos exilados argentinos e as suas repercussões, como nas relações diplomáticas entre a Argentina e o México no caso de concessão de asilos diplomáticos e de proteção internacional aos exilados. Foi nessa fase também que os militares passaram a reconhecer a legitimidade das denúncias e a cooperar com OIs para responder às pressões internacionais (Sikkink, 1993) e reduzir as críticas, tensões diplomáticas e sanções internacionais (Schmidli, 2013).

Esse reconhecimento pelos militares é fundamental para entender os ajustes realizados na política externa argentina (e, assim, na mexicana) às crescentes pressões internacionais sobre os direitos humanos na Argentina em suas relações bilaterais e multilaterais. Por fim, as fases

[31] O modelo espiral acontece em cinco fases. Na primeira fase (repressão e ativação da rede), o grau de repressão varia de acordo com o Estado, o que dificulta às redes e aos atores domésticos e internacionais obterem informações e enquadrarem os problemas do Estado violador na agenda internacional. Já na segunda fase (negação), a estratégia utilizada pelos dissidentes é destacar a produção e disseminação de informações sobre as violações de direitos humanos e chamar a atenção da opinião pública internacional, além de tentar obter apoio de OIs e demais atores estatais e não estatais relevantes nas denúncias. A negação é uma demonstração da recusa do Estado violar de aceitar as acusações ao se defender das críticas e proteger a sua imagem internacional. Na terceira fase (concessões táticas), o Estado violador se encontra em um panorama mais maleável, pois realiza transformações domésticas para diminuir as críticas e possíveis sanções internacionais. Nesse contexto, os grupos domésticos operam com maior facilidade ao lado de outros atores da rede transnacional. Na quarta fase (status prescritivo), é quando persistem casos de violações de direitos humanos, mas o Estado violador não questiona a validade das normas internacionais de direitos humanos, o que facilita a sua implementação doméstica. Os canais de comunicação da sociedade estão mais abertos para denúncias e críticas sobre o quadro de direitos humanos no país, além de um maior diálogo com o governo – especialmente em momentos de transição democrática. Por fim, a quinta e última fase (comportamento baseado em regras), é quando as redes transnacionais, internacionais e domésticas já possuem um sistema de monitoramento e análise dos direitos humanos mais consolidado e podem pressionar o Estado violador a realizar melhorias. Podem persistir pressões estatais (militares e apoiadores do governo), mas o processo de institucionalização das normas internacionais já existe ao nível doméstico.

quatro e cinco fazem mais parte do processo de transição democrática da Argentina, porém não estão no escopo desta pesquisa.

Para entender as subjetividades de parcela das experiências exilares, é fundamental buscar relatos que partam das próprias pessoas que viveram e construíram essa rede transnacional de denúncia contra a ditadura. Para isso, esta pesquisa realizou entrevistas com homens e mulheres que estiveram exilados no México. Essas entrevistas partem da perspectiva da História Oral, para a qual há a necessidade de resgatar as trajetórias de pessoas historicamente excluídas dos processos históricos.

Há, portanto, uma disputa de memórias ou como indica Pollak (1989), uma necessidade de resgatar a importância das memórias subterrâneas: dos excluídos, marginalizados, das minorias, cujas memórias se opõem (muitas vezes) à memória oficial, nacional ou estatal. A História Oral é, então, a "contemporaneidade do não contemporâneo" (Dosse, 2012, p. 6), a testemunha como um "ainda-aí" (Rousso, 2016, p. 18), presente em nosso quotidiano, seja por sua existência física ou simbólica (verbal, textual, imagética).

No caso da América Latina, especialmente no Cone Sul, a História Oral está conectada com a História do Tempo Presente (também chamada de História Recente). Nesta investigação, a História Recente é compreendida a partir da definição de autores como Franco e Lvovich (2017), segundo os quais se trata de processos históricos "[...] cujas consequências diretas conservam ainda fortes efeitos sobre o presente, especialmente em áreas muito sensíveis, como o desrespeito aos direitos humanos mais elementares" (Franco; Lvovich, 2017, p. 191, tradução nossa).

E, nesse sentido, a História Oral é um instrumento importante para compreender de que maneira as experiências exilares das pessoas entrevistadas atravessam um passado que persiste em não passar, um presente que ainda reverbera, nas relações sociais individuais e coletivas, os seus efeitos. Portanto, as entrevistas foram importantes como mais um exercício de compreender e analisar com maior atenção as práticas estatais e paraestatais que resultaram nos exílios.

Esta pesquisa considera que as entrevistas permitem reconhecer que o controle exercido pela ditadura e os seus distintos mecanismos institucionais de expulsão produziram resultados individuais e coletivos sobre as pessoas exiladas e que, mesmo após a ditadura, com a volta da democracia, o Estado argentino continua em falta com processos de memória, verdade e justiça. Portanto, como defendem Jensen e Lastra (2016), é necessário desnaturalizar e criticar os

binômios exílios-ditaduras e retornos-democracia, pois nem sempre condizem com o contexto, com as práticas políticas, as políticas e os debates públicos em discussão.[32]

As entrevistas realizadas também podem ser classificadas como "em profundidade", ao permitirem um maior contato com a pessoa entrevistada, flexibilidade, grau de informação e conhecimento nem sempre disponível em documentos (Johnson; Rowlands, 2012). A entrevista em profundidade é útil por possibilitar a validação ou não de teorias, conceitos e hipóteses formulados na pesquisa, triangular fontes e casos empíricos e explorar múltiplos significados e perspectivas de ações, eventos e configurações (Johnson; Rowlands, 2012). Ademais, as entrevistas com acadêmicos e (ex-)funcionários do governo podem revelar conhecimentos particulares da elite e de especialistas, as suas posturas em estruturas, processos e eventos de determinadas instituições (Littig, 2009) que nem sempre são condizentes com o que os documentos escritos apontam.

Para o desenvolvimento desta tese, foram realizados distintos procedimentos metodológicos, desde a leitura de literatura especializada, análise de fontes escritas e orais, bem como realização de entrevistas. O primeiro procedimento de pesquisa realizado foi a revisão de literatura acerca dos principais tópicos que sustentam a temática da pesquisa, a saber: a) a política externa da Argentina e do México e a história das relações diplomáticas entre esses dois países; b) os processos históricos dos exílios e deslocamentos forçados latino-americanos no século XX; e c) as teorias e os conceitos de movimentos sociais e ativismos transnacionais. O estudo desses conteúdos compreende, principalmente, as décadas de 1970 e 1980, uma vez que abrangem os anos prévios e vigentes da ditadura civil-militar argentina e os mandatos presidenciais no México.

À vista disso, a pesquisa utilizou como método a análise documental, fundamentada em estudos que discutem a pesquisa acadêmica em arquivos históricos, com especial atenção para os acervos com fontes primárias da diplomacia, de movimentos e de grupos de direitos humanos. Os arquivos escolhidos para esta pesquisa depositam documentos desclassificados de

[32] Com o retorno da democracia, existiram movimentos de avanço e retrocesso para com aquelas pessoas que haviam retornado do exílio. Como ponto positivo, tem-se o trabalho de assistência jurídica (*habeas corpus*) ofertada aos exilados pela *Oficina de Solidaridad con el Exilio Argentino* (OSEA), criada em julho de 1983, pela organização de direitos humanos *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS) (Jensen; Lastra, 2016). Já os problemas foram muitos, como: a legalização dos cursos acadêmicos realizados no exterior; a falta de financiamento para assistência para buscar trabalho; o término da proteção internacional sob o ACNUR com a volta da democracia, mesmo sem todas as garantias constitucionais aos exilados; e, também, durante toda a administração de Raúl Alfonsín, a perseguição e a prisão de distintos perfis conhecidos da militância política no exílio (Jensen; Lastra, 2016). Ou seja, mesmo com a volta do regime democrático na Argentina, o Estado ainda continuou a "[…] usar da prisão e do exílio como meios de exclusão política e física dos 'indesejáveis', mas também como válvulas de controle e administração do conflito político em relação ao crescimento exponencial de denúncias e casos jurídicos contra os militares" (Jensen; Lastra, 2016, p. 179, tradução nossa).

governos da Argentina e do México, OIs como a ONU e a OEA, ademais de arquivos que resguardam documentos sobre os exilados.

A análise documental deste projeto é compreendida pela perspectiva de Le Goff (1990), o qual aponta que os documentos não são objetivos ou neutros e nem transmitem toda a informação, ou seja, torna-se indispensável uma leitura e análise crítica das informações contidas nos materiais dos arquivos históricos. O interesse e o cuidado para com a análise documental em arquivos históricos não é e não deve ser apenas da História – uma área na qual as origens das fontes e os seus usos são amplamente discutidos –, mas também de outras disciplinas, como as RI.[33]

Inicialmente, a pesquisa estava programada para analisar documentos dos arquivos históricos da Argentina e do México em 2021. Contudo, a pandemia da Covid-19 fez com que a investigação em campo fosse postergada para 2022, tendo ocorrido nesse ano de março a outubro, na cidade de Buenos Aires, capital da Argentina. A pesquisa de campo no México estava programada para ocorrer de novembro de 2022 a março de 2023 na Cidade do México. Entretanto, por complicações na obtenção do visto mexicano e exaustão física e psicológica do autor desta tese na vivência desse processo burocrático (recentemente exigido pelo Estado mexicano), optou-se por não realizar a pesquisa no México.

São reconhecidas as lacunas da pesquisa dada a falta do campo no México, mas foi possível revisitar a documentação que o autor já possuía dos telegramas entre a Embaixada do México na Argentina e a SRE. Os arquivos foram consultados quando esse esteve em 2019 no *Archivo Histórico Genaro Estrada* da SRE para a sua pesquisa de mestrado, que resultou na publicação de sua dissertação sobre a atuação da representação diplomática mexicana durante a ditadura argentina (Dauer, 2019).[34]

Portanto, diante das restrições impostas em decorrência da pandemia, uma das primeiras fontes consultadas foram os documentos da Comissão de Direitos Humanos da ONU (CDHNU) e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA. Ao considerar a literatura sobre a veracidade das violações de direitos humanos na Argentina terem sido pauta de reuniões

[33] No terceiro capítulo, discute-se em maior profundidade a relevância dos arquivos históricos e das entrevistas na elaboração de pesquisas acadêmicas, com especial atenção às possibilidades de novas análises a partir de fontes diversas.

[34] Para futura pesquisa, outro acervo a ser consultado, no México, é o do *Archivo General de la Nación* (AGN). Pode-se consultar materiais com tópicos mais amplos sobre os governos mexicanos, como documentos sobre os mandatos dos presidentes Luis Echeverría Álvarez e José López Portillo referentes a questões que vão desde a participação do México na ONU e na OEA, até a relação do país com amplos e distintos setores da sociedade mexicana. Nessa pesquisa de campo, será também fundamental a realização de entrevistas presenciais com argentinas e argentinos que se exilaram no México e por lá permaneceram por distintas razões, como se pode compreender no terceiro capítulo.

nessas OIs, a pesquisa buscou entender quem foram os atores que participaram dessas discussões, quais foram os principais tópicos abordados e quais foram as decisões tomadas. Em relação aos atores estatais, o objetivo foi verificar como os diplomatas argentinos e mexicanos atuaram nesses espaços para assuntos de direitos humanos relevantes aos interesses nacionais de seus países, sem desconsiderar a possível atuação dos exilados nas pautas em discussão.

Para os documentos de e sobre exilados, há informações nas edições de *Controversia. Para el examen de la realidad argentina*, uma revista que contou com artigos publicados por exilados argentinos, cujo trabalho resultou em 13 edições entre outubro de 1979 a agosto de 1981, distribuídos na Cidade do México. As publicações da revista permitem descrever os perfis e perspectivas ideológico-políticas de distintas frentes do exílio argentino no México. Consumida na maioria por argentinos, a revista também alcançou grupos de exilados nos EUA e na Europa, além da divulgação na Argentina (Yankelevich, 2009).

No *Archivo Periodístico del exilio argentino en México – Delia Carnelli de Puiggrós* da *Universidad Nacional de Lanús* (APEAM-UNLa) existem documentos de jornais que tratam de diversos temas nos anos prévios ao golpe e durante a ditadura (1973-1983), os quais trazem aportes para compreender a mobilização dos exilados no México e as formas pelas quais eles se inseriram, desde o exterior, no que acontecia na Argentina. Os principais assuntos de interesse que o arquivo dispõe são: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; Anistia Internacional; ameaça de morte; intimidação; assassinato político; asilo político; e atentado.

Para complementar a investigação sobre os exilados, foram consultados outros arquivos presentes na cidade de Buenos Aires. Esses arquivos foram fundados por movimentos sociais e grupos de direitos humanos, sendo esses: o espaço *Memoria Abierta*; o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS); o *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de las Izquierdas* (CeDInCI); e a *Colección de la Comisión Argentina de Derechos Humanos* (CADHU) localizada no *Archivo Nacional de la Memoria* (ANM) da Argentina.

Os documentos da diplomacia argentina e mexicana utilizados na pesquisa estão localizados, no caso da Argentina, no *Archivo Histórico de la Cancillería* do atual *Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto* (MRECIC) da Argentina, em Buenos Aires e, no caso do México, no *Acervo Histórico Diplomático – Archivo Histórico Genaro Estrada* da SRE do México, na Cidade do México. A análise documental desses arquivos diplomáticos identificou e analisou, durante o período de 1974 a 1983: i) as relações Argentina-México acerca de direitos humanos, dos exilados e outras áreas de interesse; ii) a monitoração das atividades dos exilados, a vigilância exercida sobre eles pelos governos argentino e

mexicano, bem como as suas relações com o governo mexicano; iii) as decisões da diplomacia argentina frente aos exilados; e iv) o grau de interferência da denúncia dos exilados nas relações Argentina-México.

O conteúdo dos acervos consultados na Argentina e no México merece maior detalhamento. No caso da Argentina, os fundos documentais do arquivo do MRECIC tratam de temas como assuntos políticos, econômicos, religiosos, seção administrativa, técnica e consular, representações diplomáticas e consulares, agrupações documentais, biblioteca auxiliar e outros fundos. Entre as principais coleções de documentos do arquivo, destacam-se as seguintes subseções: Direção da América Latina (1960-1980); Direção da América do Sul (1950-1985); Organizações Internacionais (1940-1987); OEA; ONU; Antártida e Malvinas (1905-1990); Divisão Econômico-Comercial (1920-1970); Migração, Colonização e Turismo; Imigração, Colonização e Turismo; Consulares. De todas essas áreas, as consultadas com arquivos de interesse para análise para a pesquisa foram a de América Latina, Comunicação e Organizações Internacionais.

Foram também consultadas as atas da Junta Militar, disponíveis nos *Archivos Abiertos* do *Ministerio de Defensa* (MINDEF) da Argentina. Nesse acervo, há informações sobre as Forças Armadas da Argentina nos seguintes temas: Livros e Memórias Históricas (1905-2017); Estado Maior Geral do Exército (1901-2012); Instrução de Oficiais (1905-1994); Boletins do Exército Argentino (1915-2018); e Quadros de Organização (1946-2011). Esses arquivos auxiliam no entendimento de possíveis conexões, trocas de informações, apoio e atritos entre o corpo diplomático argentino no México e as Forças Armadas em que pese os seus esforços em deter as ações dos exilados nesse país.

Para os arquivos do México, os documentos históricos da diplomacia do país sob a ordem da SRE tratam de distintas temáticas relativas à ditadura argentina de 1976. Os assuntos mais importantes para a pesquisa são: informes políticos (1976-1983); informes relacionados com o asilo político concedido pela Embaixada do México na Argentina (1969-1998); informes relacionados com os direitos humanos na Argentina; a queda do governo de Isabel Perón e o estabelecimento da Junta Militar na Argentina; pastas classificadas por assuntos e pessoas importantes do período, como exilados e a política doméstica na Argentina.

A partir desse acervo mexicano, foram observadas e analisadas informações sobre: i) os atores da diplomacia mexicana responsáveis por estabelecer relações com a diplomacia argentina; ii) as estratégias e as ações da Embaixada e do Consulado do México na Argentina diante a movimentação geográfica e mobilização política dos exilados argentinos no México; iii) a posição do México diante das denúncias sobre violações de direitos humanos na Argentina

na ONU e na OEA ao longo da ditadura; iv) o lugar ocupado pela Argentina nos interesses da política externa mexicana para assuntos como economia, comércio, segurança, cultura e direitos humanos; e v) os papéis exercidos por atores e setores nacionais (movimentos sindicais, trabalhistas, campesinos e das elites políticas e econômicas) na política externa mexicana e as possíveis pressões que exerceram nas relações diplomáticas México-Argentina por conta dos exilados.[35]

As variáveis de análise utilizadas na leitura dos documentos diplomáticos da Argentina e do México incluem as diferentes posições diplomáticas dos dois países. Para a Argentina, as variáveis analisadas foram a posição diplomática argentina sobre: a acolhida mexicana aos exilados; os depoimentos às imprensas mexicana e argentina; outros temas de interesse nas relações com o México; e a percepção dos diplomatas argentinos sobre o perfil do corpo diplomático mexicano. No caso do México, as variáveis analisadas foram a posição diplomática mexicana frente: a negação, pela Junta Militar, da violência contra os exilados; as ações políticas dos exilados no México; aos depoimentos às imprensas argentina e mexicana; outros temas de interesse nas relações com a Argentina; e a percepção dos diplomatas mexicanos sobre o perfil do corpo diplomático argentino.

Além das informações dos arquivos, estão as entrevistas realizadas com homens e mulheres que estiveram exilados no México e, em alguns casos, ainda lá permanecem. Para conduzir as entrevistas, foi realizado um mapeamento inicial de potenciais entrevistados. Cada pessoa entrevistada indicou outra potencial entrevista que poderia ser realizada, conforme a técnica conhecida como bola de neve, proveitosa quando a amostra é pequena e se deseja estabelecer uma relação de confiança entre entrevistador e entrevistado (Bosi; Reiter, 2014), como foi o caso desta pesquisa.

As perguntas direcionadas a essas pessoas foram feitas mediante um estudo prévio e aprofundado de suas biografias (quando públicas e acessíveis), para obter novas informações ou novas percepções sobre os fatos pessoais e históricos que vivenciaram. As perguntas que guiaram as entrevistas estão no Apêndice B e o modelo de autorização de uso das informações prestadas está no Apêndice C. Elas foram utilizadas para guiar o diálogo e não foram necessariamente feitas na ordem estabelecida, em respeito ao exercício de memória das pessoas entrevistadas, que nem sempre era linear. Ou seja, muitas vezes falaram de outros aspectos que não estão no rol de perguntas e iniciaram o seu testemunho ora pelo presente, ora pelas perspectivas de futuro, para depois falar do que haviam vivido.

[35] O Apêndice A apresenta um resumo dos cargos identificados nas representações diplomáticas da Argentina e do México.

Em algumas entrevistas, foi necessário agendar mais de um encontro, seja pela disponibilidade da pessoa entrevistada querer continuar com o relato sobre um tema sensível ou por questões de disponibilidade de horário. Outros aspectos da experiência das entrevistas dizem respeito ao seu formato e ao seu local. Algumas foram feitas por videoconferência e outras na modalidade presencial, ambas com impactos distintos, tanto para a pessoa entrevistada, quanto para o pesquisador. Nas entrevistas por videoconferência, pode-se observar uma distância maior entre a pessoa entrevistada e o pesquisador no sentido de que faltavam elementos físicos, simbólicos e até mesmo sensoriais que dificultaram a atenção necessária para o desenvolvimento do diálogo.

Contudo, foi possível construir elementos sólidos, entre silêncios, risadas e lágrimas que também ocuparam os momentos das entrevistas presenciais. Essas últimas aconteceram ora em locais públicos (cafés e restaurantes, principalmente), ora na residência particular das pessoas entrevistadas; nesses momentos presenciais, foi possível ter contato direto com materiais físicos, preservados com cuidado e compartilhados com o entrevistador ao longo do diálogo estabelecido. Em algumas entrevistas, foram vistos fotos, certidões, livros, cartas e objetos que criaram mais camadas para os testemunhos.

Ao total, foram realizadas 16 entrevistas, as quais demonstram uma heterogeneidade em termos de gênero, profissão, afiliação política, motivos de saída do país, modalidade e circulação migratória. A maioria das pessoas entrevistadas são homens (75%), que saíram sozinhos ou com suas parceiras mulheres (e, muitas vezes, com descendentes), estabeleceram-se na Cidade do México e se vincularam a um ou mais grupos ou movimentos políticos no exílio. De todas as pessoas entrevistadas, apenas três permaneceram no México, motivadas a ficar no país porque construíram suas carreiras profissionais e lá se consolidaram em seus trabalhos.

Logo, a importância das entrevistas se deve, também, à possibilidade de destacar as subjetividades individuais e coletivas do público com o qual esta tese trabalhou. Concede-se, assim, especial atenção aos papéis exercidos por essas pessoas nos locais em que atuaram, bem como nas articulações, relações e ações que empregaram no período estudado em uma perspectiva transnacional que marcou as suas vidas entre a Argentina e o México.

Por esse caminho, a memória das pessoas entrevistadas nesta pesquisa é relevante no sentido de reconstruir o passado das relações internacionais da América Latina em um período sitiado por diversas ditaduras. Como coloca Jelin (2012), o passado não é fixo ou fechado, dado que as pessoas que estavam nesse passado carregam consigo interpretações que também se transformam. Ao discutir sobre as memórias de diplomatas e exilados (sem negligenciar outros

atores), consideram-se as memórias como objetos de disputa e conflito, tanto entre atores de diferentes contextos sociais e políticos, quanto entre membros de um mesmo grupo.

2 AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ARGENTINA-MÉXICO, AS CHANCELARIAS E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS (1 DE JULHO DE 1974 A 10 DE DEZEMBRO DE 1983)

2.1 Introdução

O primeiro capítulo reconstrói, em perspectiva histórica, as relações diplomáticas Argentina-México para entender as suas bases e transformações no período desde 1974, ano que marca o início da saída massiva de argentinas e argentinos para o exílio, até o término da ditadura civil-militar argentina (1 de julho de 1974 a 10 de dezembro de 1983). Para isso, o foco está especialmente nas burocracias estatais responsáveis pela política externa dos países: o *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* (MREyC) da Argentina e a *Secretaría de Relaciones Exteriores* (SRE) do México.

Na primeira seção do capítulo, discutem-se as diretrizes de política externa argentina prévias ao golpe de 1976 na Argentina, com especial atenção ao governo de Isabel Perón, a sua destituição com o golpe em 24 de março de 1976 e até o fim da ditadura, em 1983. Na pasta de política externa desse período, estão presentes as disputas ideológicas e as tensões políticas entre as Forças Armadas para a tomada de decisão em assuntos diplomáticos, marcadas por históricas mudanças de regimes políticos na Argentina.

Nesse cenário estão os agentes, a estrutura e o papel do MREyC na construção e implementação de ações antes e durante a ditadura, em uma agenda ampla de política externa que abarcava questões de segurança, comércio, economia, política, cultura e a pauta de direitos humanos nos planos doméstico e internacional. Argumenta-se que, ao longo do período, embora o MREyC tenha disputado com outras burocracias estatais a condução das relações internacionais da Argentina, foi fundamental para desenhar estratégias em matéria de política externa em assuntos bilaterais e multilaterais.

A segunda parte do capítulo trata das características da política externa mexicana ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980. O objetivo é compreender as estratégias tomadas pela diplomacia mexicana para a chegada e instalação dos exilados argentinos em um contexto mais geral que abarca desde questões como segurança nacional, repressão contra a população mexicana (estudantes, dissidentes políticos, movimentos sociais, por exemplo) e a relação do Estado com a proteção de direitos humanos em escala nacional e internacional. Como guia dessa seção, as decisões tomadas pelo Estado mexicano em matéria de política

externa para as migrações foi a de preservar laços amistosos com a sociedade mexicana e, sobretudo, assegurar em suas relações internacionais uma imagem de país acolhedor e defensor dos direitos humanos, em paralelo às violações domésticas de direitos humanos.

A terceira e última seção traz os principais elementos que guiaram a política externa da Argentina e do México e as suas relações diplomáticas nos anos antes e durante a ditadura, ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980. Depreende-se que as ações e as mudanças nas diplomacias argentina e mexicana foram realizadas de maneira estratégica para acomodar necessidades e interesses de atores estatais e não estatais domésticos, além de projetar a Argentina e o México de maneira positiva no cenário internacional, considerando as violações de direitos humanos de ambos os países, sendo a proteção aos exilados um dos principais fatores a serem considerados.

2.2 Antecedentes históricos e o papel do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* (MREyC) na política externa argentina

O governo de Isabel Perón que antecedeu a ditadura civil-militar – anteriormente na qualidade de vice-presidente (e primeira-dama) de Juan Domingo Perón (aqui, citado como "Perón") – manteve o mandato presidencial de 1 de julho de 1974 a 24 de março de 1976, após o falecimento de Perón, ex-presidente. Com a morte de um dos principais líderes políticos da Argentina, um vazio de poder se instaurou e marcou a disputa política pelo exercício do comando do país, com as Forças Armadas na frente dessa corrida (Novaro; Palermo, 2007).

A legitimidade das Forças Armadas ganhou espaço no cenário político da época, em contrapartida à incapacidade do governo de Isabel Perón de assegurar a ordem estatal, em que grupos armados e civis (organizações guerrilheiras, militares e outras forças policiais, sindicatos, empresariado e grupos políticos da extrema direita) acentuaram a instabilidade política para a sociedade. Devido ao estado caótico e de fraca governabilidade de Isabel Perón, a população estava ainda menos confiada no governo (Vezzetti, 2003; Novaro; Palermo, 2007).

As dificuldades de articulação de movimentos políticos e de contestação das medidas estabelecidas pelo governo da época foram agregadas, em 1975, à crise econômica no país. A desestruturação dos canais políticos e da economia formou um quadro de descontrole de governabilidade e de incapacidade de o Estado argentino garantir coesão social, o que facilitou aos militares das Forças Armadas se aproximarem da sociedade com o seu discurso de ordem e autoridade (Romero, L. A., 2002; Novaro; Palermo, 2007).

Os militares, portanto, tornaram-se os atores responsáveis e legitimados pela sociedade pelo reestabelecimento da "ordem" na Argentina, mesmo que para isso fosse necessário se valer de mecanismos de violência (Vezzetti, 2003). O governo de Isabel Perón demonstrou que o seu mandato, as elites políticas e os partidos políticos – em um contexto de alta insatisfação popular – não possuíam instrumentos que garantissem condições mínimas de governabilidade:

> O fracasso das elites políticas democráticas em suas tentativas de conter a polarização e a mobilização popular, bem como os frequentes escândalos políticos atrelados ao clientelismo e à corrupção, exacerbaram um cenário que viabilizou o estabelecimento de uma ideologia militar sobre o destino nacional (Sznajder, 2003, p. 157, tradução nossa).

As dificuldades de governar no plano doméstico também se estendiam ao plano externo. Na política externa, o governo de Isabel Perón fracassou em equilibrar fatores domésticos com externos, além de ter se distanciado da posição independente da política externa que Perón havia construído (Corigliano, 2007).

Para entender o papel do MREyC, importa destacar os fatores domésticos que possibilitaram ou prejudicaram a tomada de decisão e a execução de ações na política externa argentina nos anos que antecedem a ditadura. Dentre os fatores domésticos de interesse estão aqueles de escopo individual e institucional. Os individuais dizem respeito às diferenças de personalidade que, entre Perón e Isabel Perón, demonstram-se no primeiro um perfil de liderança, capaz de moderar distintos anseios sociais e de conduzir a política, em detrimento de um perfil sem capacidade de governar e excessivamente influenciado por pressões de atores estatais e não estatais, no caso da ex-presidenta (Corigliano, 2007).[36]

Com relação aos fatores domésticos institucionais, a morte de Perón e o vazio de poder que se instaurou trouxeram obstáculos para que os diplomatas exercessem atividades inovadoras e criassem margens de negociação na política externa argentina, sem desconsiderar as disputas internas no MREyC entre grupos poderosos que buscavam assegurar a execução de seus projetos políticos pessoais (Corigliano, 2007).[37] E, se em termos institucionais o MREyC

---

[36] No governo de Isabel Perón, ministros que não possuíam grande relevância em cargos administrativos se tornaram importantes influentes políticos, como o ministro do *Ministerio de Bienestar Social*, José López Rega, dado o panorama de vazio de liderança e de poder do período (Corigliano, 2007). Outro ator importante que assumiu diretrizes de política doméstica e externa, além de ter disputado espaços de poder com José López Rega foi Emilio Eduardo Massera, comandante-chefe da Marinha. Ele foi responsável por buscar protagonismo para a ala da Marinha nas Forças Armadas, com especial foco em assuntos de política externa (Corigliano, 2007).

[37] Uma das marcas da diplomacia argentina é a recente profissionalização de seu corpo diplomático, fator que pode auxiliar na compreensão das margens de negociação da Argentina em suas relações bilaterais e multilaterais, como em organizações internacionais na área dos direitos humanos, a despeito das denúncias contra o Estado nesses fóruns, motivadas por atores estatais e não estatais. No estudo de Neto e Malamud (2019) sobre as fontes de formulação de políticas em Ministérios de Relações Exteriores com base nas capacidades de direção, estabilidade e legitimidade do corpo diplomático, a Argentina é um exemplo de país que consta de um órgão encarregado pela política exterior desde a constituinte de 1853. Segundo os autores, de 1946 a 1973 a maioria dos embaixadores

se viu fragilizado pelos conflitos burocráticos do governo de Isabel Perón, ao nível individual diplomatas com larga experiência na carreira mantiveram níveis mínimos de continuidade da diplomacia argentina para garantir o respeito da Argentina em foros multilaterais, como na ONU e na OEA:

> Condicionados por esses problemas internos, os embaixadores da época isabelina não contaram com margem suficiente para conceber e implementar uma política externa de envergadura. Em vez disso, limitaram-se a adotar a medidas adaptativas ou inerciais que evidenciaram a ausência de mudanças substantivas no conteúdo da agenda (Corigliano, 2007, p. 77, tradução nossa).

Com o golpe, a preservação da segurança do Estado e a proteção da paz doméstica – vinculadas ao combate ao chamado "inimigo interno" que se "infiltrou" na sociedade argentina –, são elementos que estruturaram a lógica de ação dos militares e os guiaram na condução da política externa do "Processo" (Sznajder, 2003; Novaro; Palermo, 2007). Esses elementos foram também utilizados para negar ou dificultar a concessão de salvo-condutos aos asilados argentinos, considerados pelos militares como atores com potencial de ameaçar o Estado argentino, como será visto na tese.

Segundo Russell (1984), o objetivo das Forças Armadas era o de acabar com a "subversão", promover o desenvolvimento econômico de maneira equilibrada e responsável com vários setores a fim de mobilizar uma profunda transformação na estrutura da sociedade argentina. Para assegurar essa mudança social, política e econômica, era primordial às Forças Armadas o estabelecimento de uma aliança com as elites políticas e econômicas nacionais argentinas, o que não foi possível dadas as diretrizes do próprio "Processo": a única maneira de desenvolvimento do país era via um modelo de aproximação do capital financeiro internacional e das corporações transnacionais (Russell, 1984). A estratégia, ainda, excluía setores importantes como o empresariado e a classe média alta da Argentina (Russell, 1984).

Existia, assim, uma tensão entre as Forças Armadas e as elites argentinas que dificultava a elaboração de estratégias de alcance nacional e internacional. Não obstante, as Forças Armadas possuíam autonomia em decisões de política externa e não eram agentes passivos que apenas respondiam aos interesses exclusivos de uma única classe econômica:

> [...] é preciso reconhecer que **as Forças Armadas adquiriram nesta etapa margens relativas de autonomia frente aos grupos econômicos dominantes**, conseguindo aumentar significativamente os seus privilégios corporativos e impor, em grande medida, as suas próprias percepções e visões de mundo. [...] Esse ponto me parece relevante para dar um passo a mais na compreensão dos **enfrentamentos produzidos**

não eram diplomatas de carreira e, apenas a partir de 1973, houve uma mudança para a profissionalização do cargo; durante a ditadura, três dos cinco embaixadores foram militares (Neto; Malamud, 2019). Outros marcos da diplomacia foram a atribuição à pasta de assuntos religiosos (1898), a mudança física do órgão ao *Palacio de San Martín* (1936), a criação do *Instituto del Servicio Exterior de la Nación* (ISEN) (1963) e a delegação ao ministério de assuntos comerciais (1992), pauta que retornou ao Ministério da Economia em 2011 (Neto; Malamud, 2019).

> **no interior do regime e do caminho errático de sua política externa** (Russell, 1984, p. 172, tradução nossa, grifo nosso).

A interação de elementos internacionais e nacionais moldam, segundo Russell e Tokatlian (2015), os principais traços da política externa da Argentina na ditadura. A política externa da ditadura esteve circunscrita a um estágio que perdurou desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o término da década de 1980. Nesse período, os fatores externos foram os elementos mais relevantes que guiaram a política externa da Argentina, embora os domésticos também tenham ganhado maior dimensão (Russell; Tokatlian, 2015).

Dentre os fatores externos que se destacaram estão as relações diplomáticas com os EUA, o surgimento e a consolidação de diversas OIs como a ONU e a OEA. Já os fatores domésticos tratam de longos governos autoritários que marcaram a história da política argentina, as dificuldades de equilibrar as preferências das elites e das novas forças sociais que surgiram ao longo do tempo (Russell; Tokatlian, 2015).

Com respeito aos momentos autoritários no país, os autores ressaltam que a relação entre a política externa e o tipo de regime político não é contingencial (Russell; Tokatlian, 2015). Ou seja, o tipo de regime político pode transformar estruturalmente a política externa do país, como foi o caso da Argentina nos anos do "Processo" ao não dar continuidade às relações e às premissas adotadas em outros momentos da diplomacia do país: "O Processo violou leis internacionais, abandonou a ativa defesa da paz, recorreu à força ao invés da lei e abandonou o princípio da não-intervenção" (Russell; Tokatlian, 2015, p. 131, tradução nossa).

Nesta pesquisa, a política externa é analisada como um processo formado por elementos complexos e de distintos níveis. A descontinuidade de diretrizes de política externa que marcam a diplomacia argentina com maior ênfase desde o governo de Isabel Perón e que se acentuaram ao longo da ditadura é importante para entender como o Estado argentino, sob o comando da Junta Militar, definiu novas linhas à política externa e distribuiu funções entre militares e civis no MREyC e a outras pastas que também disputaram com o último temáticas da diplomacia, como o Ministério da Economia.[38] O MREyC não era a única instituição para a discussão e a

[38] As tensões existentes no MREyC não eram exclusivas desse ministério. Osuna (2012) recorda a existência de conflitos entre órgãos como o Ministério do Interior com outras pastas, particularmente com o de Economia. Nesse embate com o Ministério da Economia, o Ministério de Bem-Estar Social – comandado pela Marinha durante quase a totalidade do "Processo" e cuja maioria de seus funcionários eram católicos conservadores, setor que apoiava à Junta Militar – somou-se no combate à "subversão", algo esperado da pasta, pois o seu mandato se dirigia à "[...] família nuclear e a sua proteção em termos ideológicos e materiais. Isso respondia ao diagnóstico da 'crise da família' e ao potencial impacto destrutivo da subversão em seu meio" (Osuna, 2017, p. 56, tradução nossa). Na economia, o Ministro da Economia, Martínez de Hoz (responsável pela pasta durante cinco anos do "Processo", ministro entre 1976 e 1981 no mandato de Jorge Rafael Videla) buscou, no mandato de Videla, frear a crise econômica que assolava a Argentina devido a fatores como recessão econômica, aumento da inflação e déficits no balanço de pagamentos, obstáculos vinculados à crise política e social do país (Romero, L. A., 2002;

tomada de decisões em matéria de política externa, dado que outros ministérios também estiverem envolvidos de maneira direta ou indireta em assuntos diplomáticos do "Processo".[39]

As propostas do Ministro da Economia Martínez de Hoz eram respeitadas ao ponto de seus posicionamentos sobre as ações econômicas extrapolarem a sua pasta para a da política externa. De acordo com Lloret (2019), a proposta de Martínez de Hoz de priorizar diplomatas civis no MREyC ao invés de militares para contrapor as críticas ao "Processo" em matéria de direitos humanos foi apoiada por Videla.[40] Esses funcionários atuariam em países capitalistas, na garantia de que a Argentina pudesse estabelecer "[...] uma relação privilegiada para negociar aspectos prioritários ao Ministério de Economia, seja em matéria de renegociação da dívida externa, atração de capital estrangeiro e investimentos públicos e privados" (Lloret, 2019, p. 54, tradução nossa).

Com isso, grande parte dos anos do "Processo" na economia ficaram caracterizados pela tentativa de abertura econômica ao mercado financeiro internacional, o declínio do poder aquisitivo da população, o crescimento da especulação financeira, a diminuição da demanda externa e do mercado interno, sem contar o endividamento externo da Argentina em um contexto regional de crise que surtiu resultados nos países da região nas décadas de 1970 e 1980 (Romero, L. A., 2002; Quiroga, 2005). Logo, infere-se que determinadas relações diplomáticas de escopo comercial e financeiro da Argentina foram necessárias para tentar responder a esses problemas, como as relações bilaterais com o México, tendo abarcado outros ministérios na política externa da ditadura além do MREyC. As relações econômicas com o México não deixaram de existir por conta da temática dos asilados, o que faz com que a análise da relação

Quiroga, 2005). Para sanar tais problemas, a sua proposta foi a de pôr fim aos mercados nacionais não eficientes e favorecer os setores capazes de responder de forma rápida e eficaz aos desafios econômicos, um movimento que demonstrava a forte intervenção estatal na economia.

[39] A divisão de poder entre as Forças Armadas também operava no exterior, pois partiu de sua própria organização estrutural no âmbito doméstico (Slatman, 2012a). Nesse sentido, a Marinha esteve incumbida da repressão de grupos de esquerda de origem peronista, como Montoneros, juntamente da Força Aérea, ao passo que o Exército se concentrou em organizações de origem marxista e suas vertentes, além de sindicatos e trabalhadores organizados (Slatman, 2012a). Destaca-se a atuação do Grupo de Tarefas 3.3 (parte de uma das onze Forças-Tarefa da Marinha), responsável pela gestão da ex-ESMA (Slatman, 2012a). Como se sabe, a Marinha controlou por muito tempo o MREyC, assim, as atividades de vigilância e controle dos exilados no México também estão atreladas às ações desse grupo, que iam desde a compilação e disseminação de informação, desprestígio das ações de denúncia dos exilados, repatriação forçada de exilados e tentativas de assassinato de opositores políticos no exterior (Slatman, 2012a).

[40] Um desses exemplos é a presença de civis nos ministérios (como foi o caso de Martinez de Hoz, na pasta da economia) que, ao longo do "Processo", tiveram a sua participação aumentada em número e em matéria de poder de decisão. Em geral, os civis estiveram encarregados mais em assuntos de escopo liberal e técnico (Ministério da Economia, Secretaria da Fazenda, Indústria e Agricultura) e, aqueles com caráter mais nacionalista, concentraram-se em pastas mais políticas (MREyC, Interior, Educação e Cultura, por exemplo). Isso não inviabilizou a militarização dos ministérios, submetidos à vigilância e às regras dos militares (Canelo, 2012).

diplomática argentina com esse país tenha um olhar também ao Ministério da Economia e a outros ministérios.

Simonoff (2010) indica que, no marco do "Processo", os estudos se preocuparam mais com as burocracias, abandonaram as generalizações e se voltaram a pesquisas mais específicas sobre o período. Conforme o autor, a ditadura marca uma característica que já existia na metade do século XX na política externa argentina: a existência de possibilidades de a Argentina se destacar internacionalmente, mas sem sucesso na prática, sem legitimidade e solidez em suas ações ao longo do tempo. As polarizações políticas e econômicas se somaram a essas mudanças, tendo como resultado tomadas de decisão erráticas do país no sistema internacional. Logo, existiram nos governos militares (entre 1955 e 1973) uma forte inserção internacional

> [...] acrítica, reflexo de teses ocidentalistas em que os civis estiveram propensos a aumentarem as margens de autonomia com base em uma forte presença na região. [...] os distintos posicionamentos diante da mudança de governo também ocorreram nos próprios governos. Foram de alinhamentos ocidentalistas coléricos a esforços mais sérios de autonomia em curtos períodos (Simonoff, 2010, p. 28, tradução nossa).

O estudo de Brighi e Hill (2008) auxilia a entender a errática política externa da ditadura. Para os autores, no processo de implementação, há um determinado nível de resistência no sistema internacional. A ação de política externa e o perfil comportamental dos atores envolvidos na tomada de decisão são mediados pela relação entre a estratégia desses atores e o contexto no qual estão inseridos. Com a Junta Militar, a falta de consenso entre os militares das Forças Armadas dificultou a implementação das ações de política externa da Argentina, o que contribuiu ao enfraquecimento da ditadura. De acordo com Brighi e Hill (2008),

> Quando o consenso é frágil, a política externa se torna enfraquecida desde seus pilares. Como resultado, a implementação é geralmente muito mais fraca ou pode estar ameaçada. De fato, se o consenso fracassar completamente, uma crise pode surgir, o que coloca em risco não apenas a política externa em ação, mas a sobrevivência do próprio governo (Brighi; Hill, 2008, p. 125, tradução nossa).

Os fatores domésticos de um país são elementos essenciais da implementação de uma ação de política externa, estágio no qual são balanceados as necessidades e os objetivos nacionais com a projeção internacional do país. Logo, a implementação não diz respeito somente ao alcance de objetivos por meios eficazes, mas da habilidade dos governantes de "[…] extrair e mobilizar recursos de seu público, seja na forma material ou não, e canalizar esses recursos na busca dos objetivos estabelecidos" (Brighi; Hill, 2008, p. 125, tradução nossa).[41]

[41] Os objetivos domésticos podem ser alcançados via política externa e vice-e-versa, determinados pelo nível de recursos, essenciais na seleção das escolhas das políticas externas dos países, mas o que não é garantia de sucesso (Brighi; Hill, 2008). A capacidade de traduzir esses recursos em ações concretas é o que determina a utilidade dos instrumentos na implementação das ações de política externa, sejam esses a diplomacia, as sanções (positivas e negativas), as intervenções políticas ou as ações militares (Brighi; Hill, 2008).

Essas desavenças nas Forças Armadas dificultavam a execução de políticas e a articulação entre os militares, também presente na formulação e implementação da política externa da ditadura (Novaro; Avenburg, 2009; Lisińska, 2019). Como dito, a etapa de implementação na política externa é crucial para pôr em prática os objetivos e as decisões do Estado em um contexto permeado pelos interesses de outros Estados e demais atores. Uma das estratégias de implementação da política externa da ditadura era desqualificar as denúncias dos argentinos nos âmbitos nacional e internacional a partir de três níveis: primeiro, identificar os responsáveis por realizarem as denúncias contra o país; segundo, refutar o conteúdo das denúncias e difundir uma compreensão distinta do que ocorria na Argentina (considerada pelos militares como uma leitura real dos fatos); e terceiro, qualificar todas as ações dos exilados e de outros grupos de direitos humanos e familiares como uma campanha para atacar os próprios argentinos e o país (Franco, 2007, 2008; Jensen, 2010).

As denúncias de outros países eram vistas pela ditadura como ingerência externa e um desrespeito à soberania nacional da Argentina. Em contrapartida, os exilados afirmavam que a proteção dos direitos humanos não estava limitada ao respeito de princípios de política internacional, como os de não intervenção e de autodeterminação dos povos (Novaro; Avenburg, 2009; Jensen, 2010). Os exilados, os Estados e outros atores defendiam que a Junta Militar, bem como seus apoiadores, utilizavam desses princípios como uma estratégia para a ditadura se eximir das responsabilidades pelas violações que cometiam.

Cabe, portanto, questionar até que ponto os funcionários do MREyC possuíam autonomia decisória na tomada de decisão da política externa, dado que os diplomatas de carreira presentes no órgão (aliados ou não aos militares) mobilizaram esforços para assegurar o mínimo de coerência e coesão possíveis às relações internacionais da Argentina a despeito das diferenças ideológicas e tensões nas Forças Armadas.[42] Em vista disso, estão as linhas

[42] Conforme P. Canelo (2012), ao longo do "Processo", o gabinete de ministros sofreu um processo progressivo de fragmentação. Além da supremacia da Junta Militar sobre o Presidente, existia uma divisão tripartite do poder ou o que se convencionou a chamar de esquema de poder entre as alas das Forças Armadas. Contudo, o Poder Executivo pendeu mais para o lado do Exército, o qual ganhou maior notoriedade e poder de decisão no governo (Canelo, 2012, 2014). O Exército detinha alguns elementos que o favoreciam em detrimento da Marinha e da Aeronáutica, como: maior quantidade de militares da ativa e da reserva, controle sobre os territórios e sobre a população e mais experiência política adquirida durante os outros governos militares (Canelo, 2012). E, ao longo dos anos, os ministérios mudaram os seus encarregados, como foi o caso do MREyC que, em 1978, foi comandado pela Aeronáutica e, em 1981, passou pela direção de um civil (Canelo, 2002). Canelo (2012) sublinha ainda que a criação de ministérios não foi uma prerrogativa da Argentina, mas ocorreu em outros países com governos autoritários como uma forma de "[...] criar pastas como instrumentos privilegiados para modificar as relações entre o Estado e a sociedade, diferentemente de governos democráticos, constrangidos por conta dos limites descritos pela Constituição. [...] essa tendência à 'inflação ministerial' menos voltada à vocação 'soberana' da ditadura, mas com a necessidade de incorporar como bases de apoio distintas organizações da sociedade civil" (Canelo, 2012, p. 145, tradução nossa).

condutoras da diplomacia na ditadura que, segundo Russell (1984), são marcadas por duas vias, a militar e a econômica, ambas com direções diversas, implementadas por uma ampla gama de atores que tinham propósitos também divergentes.[43]

A primeira era baseada em um nacionalismo e uma ideologia ocidental, cuja política era pautada no poder e na aceitação do status quo do sistema internacional (ou seja, da existência de países em desenvolvimento e desenvolvidos do conflito Norte e Sul). A perspectiva militar na diplomacia garantia ao Estado importante papel no desenvolvimento econômico do país, servindo ainda (em acordo com a Doutrina de Segurança Nacional) na contenção de novos e antigos opositores, chamados pelos militares de "terroristas".[44] Por outro lado, a diplomacia econômica era pragmática, internacionalista e direcionada aos ditos países de Primeiro Mundo ou desenvolvidos (Russell, 1984).[45]

Outra perspectiva da diplomacia da ditadura é a de Lisińska (2019). Para a autora, a ditadura estruturou a sua política externa em dois pilares: o político, no qual as Forças Armadas dominavam em todos os níveis estatais, e o ideológico, de orientação altamente nacionalista. O aspecto ideológico combinou o nacionalismo dos militares com o elemento pragmático de alcançar autonomia, unidade e identidade nacional da Argentina nas relações internacionais. Na visão de Lisińska (2019), a política externa da ditadura foi construída desde crenças em um nacionalismo ideológico que representava a defesa da sobrevivência do Estado e a não ingerência externa de países em assuntos domésticos argentinos.

Antes de Lisińska (2019), Jensen (2010) já havia destacado que uma das preocupações dos militares era a sobrevivência do Estado em contraposição às acusações de direitos humanos. E a Junta Militar, ao defender os direitos humanos, argumentava que, para isso, era preciso combater os verdadeiros violadores: os terroristas ou subversivos que ameaçavam a vida, a liberdade e a integridade da sociedade argentina (Novaro; Avenburg, 2009; Yankelevich, 2009). Na visão dos ditadores, as denúncias não eram legítimas, pois era essencial combater esses

[43] Conforme Russell (1984) o caminho errático da política externa da ditadura, com suas diplomacias militar e econômica díspares em escopo, aplicação e resultados, foram responsáveis por gestar uma situação que "[...] dificultou e, inclusive, impediu tanto no plano teórico como no plano prático, a organização racional e operacional dos elementos que compõem a política externa" (Russell, 1984, p. 173, tradução nossa).

[44] Os assuntos prioritários dessa diplomacia militar foram: os contenciosos com o Chile pelo Canal de Beagle, a Guerra das Malvinas (1982) com o Reino Unido, a disputa por recursos naturais com o Brasil, o interesse na política doméstica de países da América Central e na manutenção de suas relações diplomáticas com os EUA (Russell, 1984).

[45] O posicionamento diplomático da Argentina não descrevia o país como nação do Terceiro Mundo, mas de país capitalista desenvolvido, como os da Europa e da América do Norte. Entretanto, em termos práticos, a Argentina não foi capaz de traduzir o seu sentimento de país capitalista desenvolvido em ações globais (Lisińska, 2019). Como exemplo, a Argentina manteve relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao longo da ditadura, especialmente em matéria econômica e militar, a despeito do discurso de combate ao comunismo e às ideologias das esquerdas "subversivas".

supostos inimigos internos para garantir a sobrevivência do Estado-nação, desde uma perspectiva discursiva que afirmava que era necessário "[…] reconstruir a história e compreender as circunstâncias antes de poder afirmar que uma Nação viola direitos humanos" (Jensen, 2010, p. 90, tradução nossa).

Para minimizar as críticas, a Junta Militar fez questão de a Argentina estar presente em vários e diferentes foros multilaterais, em estreita negociação com países que estavam envolvidos nas denúncias contra a Argentina e, também, firmar parcerias com países que também eram alvo de denúncias:

> […] em 1977, Videla viajou a Washington, onde foi recebido pela imprensa progressista e por funcionários da administração de Carter. […] No caso das Nações Unidas, a Junta Militar deu ordens precisas ao seu embaixador em Genebra para que buscasse modificar as votações dos países membros, evitando que a Argentina sofresse condenações como aquelas pelas que passaram os regimes do Apartheid na África do Sul e de Pinochet no Chile. […] As relações entre a Junta Militar e as Nações Unidas foram tortuosas. Se em ocasiões a diplomacia argentina conseguiu que o país ficasse de fora da lista dos países envolvidos com violações aos direitos humanos, em outras não pôde frear as condenações (Jensen, 2010, p. 92, tradução nossa).

Além dos esforços para neutralizar ou minimizar as críticas internacionais, as divergências nas próprias Forças Armadas consolidaram distintas perspectivas como a Junta Militar deveria tratar as denúncias e os atores contrários ao governo (Novaro; Avenburg, 2009). Esses aspectos deixaram explícitas as "[…] diferenças entre a Marinha e o Exército, entre Massera e Videla-Viola e entre setores do Exército, chamados de 'duros' e 'suaves', latentes desde o momento do golpe, adquiriram com o tempo um nível considerável" (Jensen, 2010, p. 93, tradução nossa).[46]

Conforme Lisińska (2019), a atenção da política externa argentina deve se voltar aos militares e não somente ao Estado, pois os primeiros eram os reais responsáveis por desenhar os rumos das políticas na Argentina. Esse ponto é importante para que sejam analisadas as distintas perspectivas e visões dos atores na tomada de decisão e condução da política externa

[46] Os conflitos internos da Junta Militar apontam como atritos no âmbito nacional podem afetar transformações ou criar obstáculos no âmbito internacional para um país. Autores como Putnam (1988) já destacavam essa relação desde a década de 1980. Em sua teoria ou "jogo" de dois níveis, o autor destaca que, no âmbito nacional, grupos internos buscam seus interesses ao pressionar o governo por políticas que respondam às suas demandas, ao passo que políticos buscam poder a partir de alianças com esses grupos. Já na esfera internacional, os governos querem aumentar a sua capacidade de atender às pressões domésticas enquanto buscam diminuir consequências desfavoráveis das circunstâncias externas. Um desses exemplos foi quando a Junta Militar quis evitar que grupos de direitos humanos argentinos se encontrassem com os comissionados da CIDH para impedir que as denúncias ganhassem maior visibilidade. A abordagem de dois níveis, portanto, destaca a inevitabilidade do conflito entre as demandas domésticas e os interesses nacionais, sendo que a ditadura é um caso de como as suas políticas doméstica e externa não eram homogêneas e, por muitas vezes, envolviam conflitos internos entre os militares. Em suma, a análise de dois níveis facilita a compreensão de que os tomadores de decisão buscam conciliar, ao mesmo tempo, necessidades domésticas e internacionais, especialmente o apoio nacional de ações internacionais, crucial para potenciais conquistas (Putnam, 1988). No contexto da Junta Militar, a falta de condenação da Argentina pela Assembleia da OEA é exemplo dessas conquistas que evitaram maiores críticas contra o governo.

argentina (e mexicana), especialmente nas tratativas em assuntos que se mesclavam nas negociações, como direitos humanos, comércio, ciência e tecnologia, recursos militares e energéticos, especialmente.

Sendo assim, os valores católicos e nacionalistas compunham não apenas o discurso nacional de combate ao chamado "inimigo interno", mas a própria visão estratégica da Junta Militar para a projeção internacional da Argentina. A separação ideológica do mundo entre o bem e o mal, o sacrifício e a salvação e a noção distorcida de verdade dos militares foram transplantadas ao âmbito diplomático (Lisińska, 2019). Tratava-se, pois, de uma tentativa de obter o apoio da sociedade argentina na construção de uma imagem internacional que não condizia com a realidade das atrocidades cometidas e denunciadas em distintos níveis por atores estatais e não estatais, dentro e fora da Argentina.

Em suma, percebe-se a existência de três frentes de atuação da política externa argentina: a militar, a econômica e a institucional (Russell, 1984; Lisińska, 2019). A primeira, sob o comando dos militares da Junta Militar, era a que verdadeiramente ditava as diretrizes a serem empregadas pelas outras instâncias do governo. Enquanto isso, as alas econômica e institucional respeitavam, em geral, as ordens da Junta Militar, mas que conseguiram se posicionar com poder de decisão em temáticas de sua área de especialização. Mesmo que os militares tenham sido os principais responsáveis pelas diretrizes finais da diplomacia, isso não significa que o conteúdo e as estratégias construídas tenham sido formulados somente pelas Forças Armadas, como será analisado ao longo da tese. Logo, considerando os anos que antecedem o golpe e o perfil do MREyC, defende-se a noção de que os militares ainda se voltavam aos diplomatas de carreira e demais funcionários experientes para se orientarem na condução das relações internacionais da Argentina.

Em contrapartida, o MREyC perdeu espaço na diplomacia para outras pastas, como o Ministério da Economia, principal encarregado de temas econômicos na política externa e de formular estratégias de cooperação que a Junta Militar buscava estabelecer para a Argentina em suas relações bilaterais e multilaterais, como acordos comerciais e econômicos com os EUA e a não condenação da Argentina na ONU ou na OEA por violações de direitos humanos, o que visava evitar consequências negativas em suas negociações internacionais. Assim, a chamada diplomacia clássica ou institucional, conduzida pelo MREyC, detinha maior autoridade política de manutenção das relações diplomáticas da Argentina e de defesa das políticas adotadas pela

Junta Militar e menos autoridade decisória e estratégica em comparação à diplomacia exercida pelo Ministério da Economia.[47]

Como visto, ao longo dessa trajetória de reorientação da política externa argentina no "Processo", o MREyC não foi o principal responsável pela condução da política externa do país durante a ditadura. O ministério tampouco era a instituição decisória em temas considerados essenciais para as relações bilaterais e multilaterais da Argentina, além de estar limitado a receber informações relativas a negociações já realizadas ou a serem empregadas por outras instâncias, como os Ministérios do Interior e da Economia (Russell, 1984).[48]

Entretanto, Lloret (2019) aponta um tensionamento nessa consideração de Russell (1984) ao demonstrar que o MREyC não se tratou apenas de um órgão técnico-profissional, mas com autonomia capaz de representar os interesses e os objetivos do "Processo" nas relações internacionais. Não era uma pasta tão somente burocrática e executora de ações de outros ministérios, mas parte da burocracia estatal argentina com a maior responsabilidade de coordenar ações em distintos planos da política externa.[49] Tratou-se de um ministério responsável por resguardar a imagem da Argentina diante das condenações de violações de

[47] O Ministério da Economia foi um dos principais empreendedores da diplomacia econômica que, sob a condução de Martínez de Hoz, disputou com o MREyC a tomada de decisão em assuntos econômicos para as relações internacionais da Argentina. O ministério buscou estabelecer boas relações com os EUA no início da ditadura e com determinados países europeus na tentativa de, no âmbito doméstico, reduzir a inflação e recuperar os níveis de crescimento da Argentina (Paradiso, 2005). Como país intermediário, os objetivos econômicos da política externa da ditadura não foram pensados em consideração ao quadro de violações de direitos humanos no país, fatores que os representantes da "linha dura" da Junta Militar não consideravam em suas estratégias de ação. O ditador Videla, comandante-chefe do Exército e integrante da Junta Militar, empossado ao cargo no dia 29 de março de 1976, permanecendo até 1981, tentou estabelecer uma distribuição tripartite do poder da Junta Militar, além de reorganizar os planos políticos da Argentina. Tais manobras pretendiam descentralizar a tomada de decisão e buscar um consenso de ideias, mas fracassaram dadas as contradições e divergências políticas internas da Junta Militar (Quiroga, 2005).

[48] O seu papel limitado e de baixa incidência nas diretrizes da política externa era resultado de uma baixa confiança dos militares na figura dos diplomatas. Discordâncias entre funcionários civis que exerciam cargos na instituição e de seus superiores militares eram comuns; e, simultaneamente, foram empregadas relações especiais com certos diplomatas de confiança dos militares (Lisińska, 2019).

[49] Se no começo da ditadura cada Força Armada adquiriu o mandato de dois ministérios, na prática, não existia um equilíbrio dessa divisão. O Exército coordenou as pastas mais poderosas e estratégicas, como o Ministério do Interior e o do Trabalho, ambos essenciais "[...] na manutenção da ordem interna e no controle das organizações da sociedade civil mais nevrálgicas para o Processo, como os partidos políticos e as organizações sindicais" (Canelo, 2012, p. 134, tradução nossa). E, em comparação entre os Ministérios, Heredia e Gené (2008) apontam que os ministros da Economia foram escolhidos mais pela sua trajetória profissional técnica. Para os cargos no Ministério do Interior, consideraram-se os laços de confiança com a presidência, a experiência na política e a sua capacidade de construir boas relações com os partidos políticos e com amplos setores da sociedade. Houve também uma alta militarização nos ministérios e o MREyC não esteve isento desse processo, já que foi comandado pela Marinha. Embora com menos proporção de militares em sua composição quando comparado a outros ministérios, cerca de metade dos cargos do MREyC era composto por militares da ativa (Canelo, 2012). E, em setembro de 1976, no início do "Processo", novos ministérios surgiram, como foi o caso do Ministério do Planejamento. Isso ocorreu em parte pela necessidade de, em cada um dos mandos da Junta Militar, conceder mais poder às alas das Forças Armadas (Canelo, 2012).

direitos humanos que os executores do "Processo" eram responsabilizados, além de abafar as práticas do terrorismo de Estado no país (Lloret, 2019).[50]

Existiam, portanto, algumas marcas da política externa da ditadura. Segundo Russell (1984), podem-se elencar cinco, sendo a primeira a posição heterodoxa da Argentina em relação ao mundo ocidental e cristão, em que as decisões iam de acordo e em desacordo com os EUA ao longo do tempo. Nesse primeiro aspecto estavam os "inimigos internos e externos" a serem combatidos, dada a agressão comunista internacional e o distanciamento político para com os EUA durante o mandato de James Earl "Jimmy" Carter Jr. (20 de janeiro de 1977 a 20 de janeiro de 1981), presidente que tentou emplacar uma política externa em defesa dos direitos humanos (Schmidli, 2013).[51]

O segundo aspecto é o de relações não amistosas para com a América Latina e a exacerbação do componente da segurança regional. Mais especificamente, o multilateralismo e as relações cooperativas com países da região não eram uma prioridade para a Junta Militar, a não ser na área comercial. O terceiro ponto trata do sistema interamericano que, para a diplomacia argentina da ditadura, deveria se voltar à garantia da segurança da região por meio do combate ao comunismo. Isso vai ao encontro do que Lisińska (2019) chama de círculo geográfico regional, ou seja, a política externa da ditadura para a região esteve enquadrada na aspiração da Junta Militar em posicionar a Argentina enquanto país líder e representante dos

---

50 Eduardo Duhalde (2013) foi um dos pioneiros na Argentina a desenvolver o conceito de "terrorismo de Estado" ou "Estado terrorista". O terrorismo de Estado nasceu com a Doutrina de Segurança Nacional, uma nova forma do Estado de exceção, cuja institucionalidade opera fora da legalidade e se pauta em elementos ideológicos. O terrorismo de Estado possui duas formas de atuação: uma pública, orientada em leis; e outra clandestina, às margens da legalidade formal. Na forma terrorista de Estado, as instituições militares são incorporadas nas instituições governamentais e em sua administração. Em relação à sociedade, são impostos comportamentos sociais para que modelos políticos e econômicos sejam respondidos conforme os interesses particulares daquelas pessoas que exercem o poder nesse Estado terrorista. A metodologia utilizada é o terror, a subordinação da sociedade ao aparato militar e às Forças Armadas. Ou seja, a aniquilação física da oposição e a destruição de qualquer tipo de organização democrática que vai de encontro à ditadura, ao modo de vida ocidental e cristão de uma concepção de unidade nacional que sufoca qualquer tipo de alteridade. Todavia, o Estado militar difere do Estado terrorista: para existir, o modo terrorista deve ter um nível muito maior de controle sobre a sociedade que o militar; o modo terrorista também não apenas constrói seu poder militarizando a sociedade como faz o militar, mas também desarticula a população pelo medo, o qual de maneira subjetiva desarticula e aparta física, psicológica e socialmente os cidadãos pela lógica da contra-insurgência. Em suma, no terrorismo de Estado há o controle absoluto do governo e do aparato coercitivo do Estado, representado pela destituição das autoridades e corpos representativos; submissão do Poder Judicial; desarticulação da sociedade política e civil; supressão das liberdades públicas; dissolução e suspensão de partidos, instituições e organizações políticas; eliminação de sindicatos; e controle absoluto sobre as universidades e meios de comunicação (Duhalde, 2013).

51 No governo "Jimmy" Carter houve uma maior aproximação com os movimentos de direitos humanos em escala governamental e não-governamental em um panorama que pretendia institucionalizar os direitos humanos na política externa (Schmidli, 2013). Com isso, na visão da Junta Militar, os EUA não tinham mais como prioridade combater o principal inimigo que assolava o sistema internacional, especialmente nas Américas: o comunismo. A guinada estadunidense pela priorização dos direitos humanos fez com que a Argentina pretendesse ser o líder na América Latina na defesa dos interesses da região (Russell, 1984).

interesses da América Latina no mundo.[52] E, por fim, a quarta característica diz respeito às relações internacionais da Argentina, conduzidas de maneira pragmática a fim de incrementar as parcerias econômicas, comerciais e financeiras do país, independente de posições ideológicas (Russell, 1984). Isso pode ser visto a partir da manutenção de acordos comerciais firmados com os EUA, mas também com a URSS.[53]

Na obra de Paradiso (2005), o autor destaca que a URSS, ao rejeitar quaisquer moções de investigação ou de condenação na ONU contra a Argentina em temáticas de direitos humanos, não agiu apenas motivada pelas críticas do país sobre a ingerência dos EUA em assuntos domésticos ou ainda sobre a chamada "guerra civil" dos militares contra dissidentes políticos. Em contrapartida às investidas multilaterais da ONU e da OEA, bem como da política externa dos EUA no mandato de Carter, a Junta Militar ganhou um forte aliado não somente nas áreas econômica, militar e tecnológica, mas também no campo dos direitos humanos: a URSS.

Embora o discurso da ditadura fosse de combate ao comunismo, foi com a URSS que os militares encontraram apoio nos foros multilaterais como uma forma de manter boas relações econômicas com a Argentina, particularmente entre os anos 1977 e 1979 (Paradiso, 2005), período em que as denúncias contra as violações na Argentina tinham aumentado consideravelmente.[54] Em que pese a relação entre países do chamado Norte e Sul geográficos, a ditadura adotou uma postura mais moderada ao evitar confrontos políticos com países desenvolvidos e se absteve de votar em temas entendidos como conflitivos com parceiros importantes como os EUA.

---

[52] Os principais países de interesse da Argentina eram aqueles pertencentes à sub-região do Cone Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai). Além do círculo de atuação regional, a autora define outros dois: o hemisférico e o global. No plano hemisférico, encontram-se as relações com o Ocidente e, no global, com o restante do planeta. No círculo hemisférico estão as relações entre a Argentina e a América Central, cuja aproximação deveu-se, no marco das fronteiras ideológicas, pelo receio de que o comunismo pudesse se alastrar na região, como ocorria no Cone Sul. Nesse caso, a ascensão da atuação da Junta Militar na região ocorreu durante o governo de Carter, período em que os militares desconfiavam de que os EUA fossem de fato voltar sua atenção na garantia da segurança das Américas (Lisińska, 2019). A presença da Argentina na América Central também foi uma tentativa de melhorar a posição internacional do país e recuperar o prestígio que havia sido perdido durante a presidência de Jimmy Carter, já que com a chegada de Ronald W. Reagan (20 de janeiro de 1981 a 20 de janeiro de 1989) ao poder, o combate ao terrorismo e ao comunismo retornou na agenda de política externa dos EUA (Lisińska, 2019). Com Reagan, a diplomacia preventiva e de direitos humanos deixou de ser uma prioridade: os direitos humanos, já dificilmente discutidos no Congresso dos EUA durante a presidência de Carter, não foram uma prioridade da agenda política de Reagan (Skidmore, 1993; Schmidli, 2013).

[53] Mesmo assim, a diplomacia econômica não foi exitosa em gerir no nível doméstico os efeitos da crise econômica mundial da década de 1980 e as falhas da política econômica, o que impossibilitou a diversificação pretendida pela ditadura (Russell, 1984).

[54] De acordo com Paradiso (2005), além das exportações da Argentina para a URSS terem duplicado nesse período, em 1976 foi retomada a Comissão Mista Argentina-Soviética, que tratou de questões para além da área comercial, como a venda de maquinário e equipamento à URSS, cooperação científica-tecnológica e na agricultura.

Por fim, a última característica é a de que além de uma diplomacia institucional, existia uma paralela, a secreta, construída pelas Forças Armadas para assuntos de alta relevância (Russell, 1984). Sobre a última, as suas consequências na atualidade estão na ausência ou ruptura cronológica de documentação no acervo diplomático do MRECIC, ainda mais que provavelmente muitas das decisões da dita diplomacia secreta não foram registradas textualmente e sim, oralmente.

É de interesse analisar, no contexto da diplomacia argentina da ditadura, a maneira pela qual os direitos humanos (em sua forma de discurso e ativismo) eram entendidos por grupos que não empregavam ou nem sempre utilizavam dos direitos humanos para derrubar a ditadura. Nos primeiros anos do "Processo" (entre 1976 e 1978), o discurso de determinados grupos de direitos humanos e familiares era recebido pela opinião pública com certa ambiguidade e indiferença.[55]

A comoção da sociedade argentina às denúncias contra o governo escalou de nível quando da visita da CIDH da OEA, realizada entre os dias 6 e 20 de setembro de 1979.[56] O evento foi um marco no panorama dos direitos humanos na Argentina ao ter ouvido os depoimentos de familiares, grupos de direitos humanos e de (ex-)presos políticos (Jelin, 2005). A visita também não passou desapercebida pelas representações diplomáticas no país, como a Embaixada do México, a qual recebeu solicitação para conversar não apenas com José Antonio Lara Villarreal, Embaixador do México na Argentina à época, mas também com o ex-presidente Cámpora, asilado nas dependências da Embaixada mexicana.

Após a visita, a Comissão publicou um informe sobre o contexto do país que, a despeito dos limites institucionais de pressão da Argentina e de Estados apoiadores ao governo ditatorial, introduziu à discussão uma dimensão jurídica às violações de direitos humanos no país.

---

[55] Dentre esses movimentos e grupos argentinos de destaque estão: *Asambleia Permanente por los Derechos Humanos* (APDH); CELS; *Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos* (MEDH); *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ); *Madres* e *Abuelas de Plaza de Mayo* (Jelin, 2005).

[56] Os membros comissionados da CIDH mantiveram reuniões com distintos representantes da ditadura e da oposição: o presidente Videla, membros da Junta Militar, dos Ministérios do Interior, Exterior, Educação e Cultura, representantes do Poder Judicial, o ex-presidente Cámpora, organizações de direitos humanos, representantes de partidos políticos e da Igreja Católica, sindicatos, entidades comerciais, industriais, empresariais e figuras relevantes como Ernesto Sabato, Jacobo Timerman, Lorenzo Miguel e Alfredo Bravo. A Comissão ainda realizou visita técnica a prisões de diversas regiões do país, no que na época não se conhecia como os atuais centros clandestinos de detenção e extermínio (Jensen, 2010; D'antonio, 2017). Salienta-se também que as denúncias recebidas pelos grupos de direitos humanos e outras instituições, no período da visita da CIDH, não resultaram em represálias contra essas pessoas, ao menos em discurso, o que não quer dizer que na prática seus efeitos não tenham ocorrido de maneira direta e indireta. Conforme a Comissão, o governo da Argentina "[...] fez um acordo com a Comissão de que não tomaria nenhuma forma de represália contra as pessoas que submeteram suas denúncias para a Comissão ou contra agências ou instituições que lhe concederam informações ou depoimentos" (CIDH, 1979a, tradução nossa).

Tratava-se de um momento em que "[...] não existia um marco de referência doméstico que permitisse estabelecer uma noção de Estado de Direito, a noção internacional de direitos humanos se tornou especialmente significativa" (Jelin, 2005, p. 527, tradução nossa).

Os direitos humanos, enquanto retórica, começaram a ganhar, aos poucos, espaço para discussão por terem rompido com o discurso da Junta Militar que insistia em negar a sua responsabilidade pelas violações cometidas (Jelin, 2005), além de terem sido colocados na agenda da política externa dos militares. Não menos importante, o episódio levanta questões sobre a posição mexicana na temática ao não denunciar tacitamente e publicamente a Argentina em foros multilaterais e, a depender da sua decisão, quais foram as possíveis consequências para as relações diplomáticas entre a Argentina e o México.

Dadas as ações de mobilização de exilados argentinos em diversos países contra a ditadura, Lloret (2019) demonstra como os militares – com suporte do corpo diplomático – estruturaram os seus instrumentos de vigilância transnacional para deterem as críticas contra o "Processo". Nesse aspecto está a Operação Condor, na qual os militares se articularam para empregar atividades transnacionais de vigilância, tortura, transferência de exilados, além de oferecer aos agentes de inteligência passaportes e vistos (para facilitar os seus translados e a sua infiltração em grupos e coletividades de direitos humanos e de exilados, por exemplo), carros, aviões, recursos financeiros e outros insumos (McSherry, 2005). As atividades da Operação Condor deveriam parecer como resultado das ações das atividades dos grupos contrários às ditaduras, o que confundia as populações locais e tinha por objetivo conseguir o apoio social a favor dos militares (McSherry, 2005). Logo, tratou-se também de uma ação psicológica de propaganda intermediada pelos meios de comunicação que, no caso da Argentina, se baseou na

> […] existência de uma dimensão produtiva da ditadura […] uma estratégia comandada pelo regime militar e orientada a produzir valores, regular atitudes e condutas, e buscar formas de adesão e participação da população com base em conjunturas (e interesses) específicos e mutáveis […] o inimigo era um objeto de ameaça aos valores e aos comportamentos cidadãos promovidos pelo regime militar; e a **estratégia psicossocial** não apenas era construída como o principal procedimento destinado a proteger esses valores essenciais, mas também para erradicar aquelas atitudes e comportamentos que alteravam a ordem e a segurança prometidas pelo regime (Risler, 2018, p. 23-90, tradução nossa, grifo da autora).

As reações dos militares buscaram fazer frente às acusações e denúncias contra a ditadura ao contraporem o discurso da rede transnacional de exilados e de seus apoiadores desde uma propaganda ideológica para melhorar a imagem do país diante a opinião pública nacional e internacional (Avenburg, 2009; Lloret, 2016, 2019; Risler, 2018; Schenquer; Dios, 2020). Em meio a essas denúncias dos exilados, a ditadura buscou fortalecer o seu governo desde o início

do golpe. Todas as representações diplomáticas na Argentina foram notificadas pelo MREyC do país para avisar que as Forças Armadas haviam tomado o poder (EMBAMEX, 1976a), o que não havia surpreendido os diplomatas mexicanos que estavam à frente da Embaixada mexicana no período (EMBAMEX, 1976b), pois acompanhavam a situação de instabilidade política, social e econômica do governo de Isabel Perón.

Para garantir a manutenção das relações diplomáticas, o MREyC tentou justificar no exterior a crise política no país, exacerbada pela "campanha anti-Argentina" em território nacional e em outros países. Os exilados, que também eram vistos em sua maioria como "terroristas" e "elementos subversivos" dentro ou fora da Argentina, eram responsabilizados por difamarem a Junta Militar e criarem uma falsa imagem no exterior que prejudicava as relações internacionais do país. Em paralelo à rede transnacional de exilados – que articulou pessoas e moveu esforços no México e em outros países para denunciar e demonstrar a existência de inúmeras violações contra a população na Argentina –, estavam os militares e os diplomatas argentinos. Esses funcionários também trabalharam nacional e internacionalmente para impedir que as ações dos exilados, de grupos de direitos humanos e familiares das vítimas ganhassem espaço e relevância para fora da Argentina e prejudicassem as relações diplomáticas do país, sejam esses de escopo multilateral ou em suas relações bilaterais com outros países (Quiroga, 2005; Lvovich, 2020).

Além do MREyC, existiam outros órgãos que participavam das decisões de política externa. Para alguns autores como Russell (1984), o MREyC não era o principal condutor da política externa, nem o órgão decisório de temas essenciais: recebia informações de negociações já realizadas ou implementava políticas de outras instâncias (Russell, 1984). Havia ainda baixa confiança dos militares nos diplomatas, agravada por desavenças entre civis e seus superiores militares; e, em paralelo, existiam relações especiais com diplomatas de confiança dos militares (Lisińska, 2019).[57]

Um exemplo dessas grandes articulações foi durante a visita de CIDH, em que o MREyC encaminhou instruções às representações diplomáticas da Argentina no exterior para impedir qualquer investigação sobre violações de direitos humanos e negar as denúncias. Alguns de seus funcionários atuaram em pareceria com os militares da antiga Escola de Mecânica da Armada (ESMA) em um grupo de inteligência para entender o *modus operandi* da "campanha anti-argentina" no exterior.[58]

[57] Na prática, os documentos atestam que os funcionários da maioria das Embaixadas e Consulados da Argentina eram compostos por funcionários civis, como as representações diplomáticas no México.
[58] A ESMA, atualmente *Espacio Memoria y Derechos Humanos*, foi o maior centro clandestino de detenção e extermínio da Argentina (Dias, 2015; Figueiredo, 2016).

Para Lisińska (2019), a presença da CIDH na Argentina foi uma demonstração do aspecto ideológico da política externa da ditadura, haja vista a falta de compreensão da Junta Militar sobre a relevância que os direitos humanos possuíam para as democracias ocidentais em suas relações internacionais. A visita, portanto, marcou a posição diplomática da ditadura sobre a necessidade de flexibilizar a sua posição para concordar, em certa medida, com determinados mecanismos de controle do sistema internacional e tentar alcançar uma posição respeito na comunidade internacional, evitar ou diminuir críticas de outros países e de OIs que poderiam prejudicar as relações diplomáticas da Argentina (Lisińska, 2019).[59]

A visita da CIDH demonstra que o MREyC não detinha única e exclusivamente a prerrogativa para gestar assuntos de relações internacionais. Pressionado por ministérios de alto poder de decisão (Economia e Interior) a estabelecer relações de comunicação e de negociação com essas outras burocracias em decisões de política externa, o MREyC teve de organizar a visita da CIDH juntamente do Ministério do Interior. Com esse mesmo ministério, o MREyC também negociou ações que envolviam o controle populacional e migratório na Argentina e para outros países, como o caso dos asilados no México.

Na visita da Comissão, o Ministério do Interior ficou encarregado de promulgar as leis sobre a situação dos desaparecidos e dos presos do Poder Executivo Nacional (PEN), além de responsabilizar as organizações de direitos humanos de serem partícipes da campanha "anti-Argentina" (Canelo, 2014).[60] Tais prerrogativas podem ser relacionadas com as possibilidades de mobilização política de grupos de direitos humanos e familiares das vítimas de desaparecimento, por exemplo.[61]

---

[59] Contudo, em situações bilaterais as ações eram mais complexas, a exemplo da Guerra das Malvinas e da disputa pelo Canal de Beagle. Em um primeiro momento, os meios diplomáticos eram utilizados nas negociações, mas caso os resultados esperados não fossem alcançados, a Junta Militar se valia de sua diplomacia militar. Ou seja, a depender do escopo e do formato da questão, o pragmatismo do MREyC perdia espaço para o nacionalismo da Junta Militar (Lisińska, 2019).

[60] Sempre no comando de militares (do Exército), o Ministério do Interior possuiu uma das maiores estabilidades entre o gabinete de ministros: o seu comandante, o general Albano Harguindeguy, permaneceu cinco anos no cargo, como foi o caso de Martinez de Hoz na pasta econômica (Canelo, 2014). A função desse ministério era a de garantir a segurança doméstica, ou seja, pela gestão das forças de segurança nacionais, pelo controle populacional, e estabelecer relações com partidos políticos, governadores locais e os meios de comunicação (Canelo, 2014).[60] E enquanto estabelecia relações de articulação e de contato com a sociedade, o Ministério do Interior participou de atividades de repressão contra a população e suspendeu atividades de partidos políticos (Canelo, 2014).

[61] No que tange o desaparecimento forçado, o debate sobre o tema integrou a pauta da agenda de direitos humanos internacional, essa utilizada por OIs, países, atores estatais e não estatais a fim de cobrar da Argentina respostas do paradeiro de todas as pessoas que se encontravam desaparecidas. Esses atores foram as pessoas encarregadas de criar espaços políticos para que o campo dos direitos humanos se desenvolvesse com maior força na Argentina (Jelin, 2005), além de ser uma inspiração a outros movimentos e grupos de direitos humanos no mundo. O desaparecimento forçado, enquanto categoria jurídica, foi discutido no contexto dos anos 1970 e 1980 (Jensen, 2019b), em que familiares e amigos de pessoas desaparecidas, movimentos e grupos de direitos humanos que buscavam pelo paradeiro dessas vítimas da violência estatal e paraestatal tomaram as ruas das cidades de países que viviam sob ditaduras civil-militares. Como destaca Crenzel (2008), à diferença de outros momentos políticos

Nesse aspecto, o Ministério do Interior criou obstáculos para que tais ações ecoassem para fora da Argentina e ganhassem apoio no cenário internacional, como os exilados argentinos no México e em outros países. Portanto, o diferencial do Ministério do Interior na política externa se dá em sua atuação desde o nível municipal ao internacional ao influir na política local e externa e exercer controle territorial e populacional (Canelo, 2014).

Na mesma linha, os trabalhos de Jensen (2019a, 2020) avaliam a articulação entre o MREyC e o Ministério do Interior para controlar, vigiar e realizar a manutenção de presos políticos dentro e fora da Argentina. Para a autora, existem nexos que merecem atenção na investigação sobre as instituições e os dispositivos utilizados no "Processo", como aqueles entre as formas de manutenção da prisão política e os exílios (Jensen, 2019a).

As considerações são valiosas para esta pesquisa porque dizem respeito não somente a maneira pela qual o Estado argentino buscou gestar as ações de pessoas argentinas exiladas, mas também com pessoas de outras nacionalidades que buscavam asilo em embaixadas em Buenos Aires, as dificuldades criadas pela diplomacia argentina (e de outros Estados) nesse processo e as relações internacionais do país com outros Estados que envolviam a questão. E, no tocante aos formatos dos exílios, Jensen (2019a) salienta as suas inúmeras modalidades

---

na Argentina durante o século XX, o desaparecimento na última ditadura foi realizado como uma decisão de extermínio político e de maneira clandestina, sendo o caráter clandestino uma forma de "(...) evitar as denúncias da comunidade internacional como as que recebia a ditadura chilena, e permitia ampliar sem limites a tortura e eliminar opositores sem obstáculos legais ou políticos" (Crenzel, 2008, p. 33, tradução nossa). Segundo o autor, o número de pessoas desaparecidas a partir do golpe de 1976 foi multiplicado por dez, especialmente entre os anos 1976 e 1977 ao atingir grupos da classe trabalhadora, movimentos estudantis, guerrilhas e demais militantes contra a ditadura (Crenzel, 2008). Dessa maneira, a figura da pessoa desaparecida em matéria de memória e de representação política faz parte de um debate atual na sociedade argentina, mediada por distintos atores e grupos que disputam entre si os seus sentidos públicos, como afirma Crenzel (2011, 2015) em outros trabalhos. Para Crenzel (2011, 2015), o relatório da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) da Argentina (intitulado *Nunca Más* e publicado em 1984) cumpriu com o seu papel ao enfrentar e desmentir as falsas informações colocadas pela Junta Militar, bem como a negação de seus crimes. Contudo, a CONADEP não criticou a figura da pessoa desaparecida enquanto vítima inocente e o uso do discurso dos direitos humanos vinculado a valores morais ao invés de pautados na universalidade dos direitos humanos (Crenzel, 2011, 2015). Tal transformação se deu em sociedade a partir de novas formas de evocar a figura das pessoas desaparecidas pelos seus familiares e por produções audiovisuais e textuais (filmes, livros de literatura) a fim de recordar seus os perfis sociodemográficos e compromissos políticos (Crenzel, 2011, 2015). Cabe destacar ainda que o desaparecimento não é originário dessa época, visto que a existência de situações em que pessoas deixaram de estar presentes nas sociedades já era registrada em períodos de guerras e conflitos armados ao longo do século XX pelo mundo. Entretanto, foi durante a ditadura na Argentina que o termo desaparecimento forçado encontrou espaço para a sua consolidação. A singularidade da tática utilizada no "Processo", alcunhada como um poder de desaparecimento (Calveiro, 2006), fez com que familiares das vítimas enquadrassem o termo em suas incessantes buscas pelo paradeiro de seus entes queridos para além das fronteiras geográfico-políticas da Argentina. As e os *detenidas(os)-desaparecidas(os)* (termo em espanhol, ou presos-desaparecidos em português) ficaram conhecidas e conhecidos transnacionalmente como pessoas sequestradas e presas em centros clandestinos de detenção e tortura na Argentina, especialmente (Gatti, 2017). Como resultado dessa e de outras inúmeras lutas, foram promulgados dois instrumentos internacionais sobre desaparecimento forçado no fim dos anos 1990 e no início dos anos 2000. O Artigo 7º do Estatuto de Roma (1998) do Tribunal Penal Internacional que define o desaparecimento forçado de pessoas como crime contra a humanidade (ICC, 2011). E, em 2006, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados da Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 2006).

aprimoradas no "Processo" (não criadas na ditadura, pois tais instrumentos já existiam no próprio governo de Isabel Perón) a partir do uso estratégico do direito de opção, no marco da "guerra contra a subversão" e dos "inimigos internos" (Jensen, 2020).[62]

O direito de opção foi aplicado como uma poderosa ferramenta política de controle e punição das liberdades individuais, negociado com a finalidade de avaliar quais das pessoas presas sob o PEN poderiam ou não deixar a Argentina, segundo o seu grau de periculosidade relativo à paz e a segurança nacional argentinas (Jensen, 2019a). O instrumento também serviu de resposta às críticas internacionais sobre as violações de direitos humanos no país, em uma estratégia de "[...] 'limpar a cara' da ditadura em termos humanitários" (Jensen, 2019a, p. 141, tradução nossa) ou, como coloca a autora, uma modalidade de "exílios institucionalizados" (Jensen, 2020, p. 3).

Cabe enfatizar que o direito de opção foi orquestrado pelo PEN, com apoio administrativo do Ministério do Interior, o qual recebia as solicitações de opção e as autorizações de retorno decretadas pelo PEN (Jensen, 2019a). O papel do MREyC era de fornecer informações ao Ministério do Interior, pois apurava os antecedentes policiais e penais de argentinos que residiam no exterior, controlando quem poderia ou não voltar ao país. O MREyC monitorava, por meio de suas embaixadas e consulados, quaisquer vínculos dessas pessoas com grupos e organizações de exilados que denunciavam as atrocidades do "Processo" (Jensen, 2020).[63] Dessa forma, quando pensada a atuação do Ministério do Interior em questões de alcance internacional, as atividades exercidas e sob a prerrogativa do MREyC – mesmo que apenas formalmente – foram fortalecidas, especialmente àquelas de contraposição às ações de denúncia transnacional das violações de direitos humanos na Argentina.

Mencionar o direito de opção aqui é também analisar a política externa argentina, visto que ele estava atrelado às relações internacionais travadas pela Argentina no "Processo". Os militares e os diplomatas consideraram as sanções internacionais e as possibilidades de

[62] O direito de opção decretava que, em momentos políticos domésticos, em um contexto de Estado de Sítio ou de Exceção, o PEN poderia conceder aos presos considerados perigosos pelo Estado e que estavam em território nacional a autorização para que deixassem a Argentina (Jensen, 2016). No "Processo", a aplicação desse direito de opção serviu como uma forma punitiva aos declarados pelo governo como *opcionados* (termo em espanhol, ou aqueles que "decidiram" pela "opção" de sair da Argentina), já que também os proibia de regressar ao país ou dificultava seu retorno pela insegurança jurídica e física que o Estado argentino os colocava (Jensen, 2016). Cabe destacar que em 24 de março de 1976 a Junta Militar suspendeu o direito de opção, mas decidiu restituí-lo por conta de pressão internacional de maneira "[...] arbitrária e discricionária" (Jensen, 2020, p. 6, tradução nossa).

[63] O nexo entre a prisão política na Argentina e a outorga da saída para o exílio (quando concedida) se estabeleceu enquanto pessoas *opcionadas*: "[...] além da expatriação, a sua condição jurídica continuava a de 'afetados diretos pelo Estado de sítio', ou seja, muitos continuaram à disposição do PEN fronteiras afora [...] em caso de decidirem regressar ao país, deveriam se apresentar diante de autoridade migratória ou policial, a qual decidiria sobre os limites de sua liberdade de movimento (Jensen, 2019a, p. 149, tradução nossa)".

mobilização de presos políticos que, ao saírem do país, continuaram a se vincular a grupos de exilados e demais movimentos que buscavam denunciar as atrocidades da ditadura (Jensen, 2019a). Nessas circunstâncias, o Ministério do Interior e o MREyC trabalharam conjuntamente para dificultar e até mesmo negar a concessão de passaportes a argentinos residentes no exterior (Jensen, 2020), o que aconteceu com pessoas que estavam no México.

Esse ponto era uma das grandes preocupações do MREyC e de suas representações diplomáticas que subsidiaram as ações do órgão, particularmente em missões em OIs que monitoravam o quadro de direitos humanos no país, como a OEA e a ONU. Como será visto na próxima seção, dentre outros aspectos, a SRE do México tampouco foi um órgão atuante de maneira isolada de outras burocracias mexicanas, mas que exerceu as suas atividades de política externa com apoio e troca de informações com demais pastas para questões sobre os exilados argentinos no México.

2.3 Antecedentes históricos e o papel *Secretaría de Relaciones Exteriores* (SRE) na política externa mexicana

Quem ditava a política mexicana era, em grande medida, o PRI, circunscrita a um sistema formalmente democrático que recorreu a discursos e práticas autoritárias sem quaisquer mecanismos de controle domésticos ou internacionais. Ao longo da segunda metade do século XX, ocorreram mudanças para uma maior abertura política a partir da pressão das esquerdas, que destacavam a responsabilidade do México diante das torturas e desaparecimentos de opositores políticos no país (Ojeda, 1984; Carr, 1996; Bernardi, 2009).

Diante disso, para compreender as características da política externa mexicana na década de 1970 e início da década 1980, que acompanha o período da ditadura argentina, cabe entender onde estão e em que grau de relevância ocupam a segurança nacional e os direitos humanos nessa política. E, na sequência, de que maneira esses elementos conversam com a acolhida aos exilados latino-americanos, em especial argentinas e argentinos.

Uma das estratégias do Estado mexicano para se reaproximar da sociedade foi pela via da política externa. A acolhida de comunidades em exílio no México estava inserida na esfera de atuação dessa nova política externa, cuja novidade era a de que se priorizou pelo estabelecimento de uma unidade nacional via reconciliação com grupos dissidentes, em especial de setores das esquerdas (Ojeda, 1984), solidários aos exilados latino-americanos. Logo, tratou-se de uma política externa que, na década de 1970, buscou uma participação ativa do México nas relações internacionais e mais próxima dos interesses de sua população.

As relações diplomáticas entre a Argentina e o México estão no marco da reconfiguração da política externa mexicana, sendo a pressão dos atores estatais e não estatais mexicanos ao longo da década de 1970 um dos elementos de transformação. Essa prerrogativa dialoga com Covarrubias Velasco (2008), para a qual é necessária uma análise mais aprofundada com relação à interação entre o sistema internacional e o plano doméstico e os diversos atores que compõem esses níveis.

Nesse sentido, Heredia (1986) afirma a necessidade de existir um equilíbrio entre os objetivos geral e particular na relação entre fatores internos e externos, visto que constituem dimensões complementares de gestação, existência e projeção dos Estados no exterior. Outra contribuição ao debate vem de Chabat (1986), autor que destaca a importância de considerar as relações entre as políticas doméstica e a externa nos estudos sobre a diplomacia mexicana.

Entender e questionar as motivações domésticas da política externa mexicana facilita na observação do contexto das relações internacionais do México, em especial àquelas com a Argentina. A diplomacia mexicana foi constituída a partir diversos exercícios para responder a interesses nacionais e que, no caso da histórica proteção aos perseguidos latino-americanos, foi uma maneira de obter ou manter o apoio de determinadas camadas da população, enquanto se buscou demonstrar ao mundo que o México era um país democrático e hospitaleiro. Aqui, a diplomacia mexicana de proteção é entendida como uma estratégia para além de seu caráter ou discurso humanitário e, sim, marcada pelos seus objetivos políticos a médio e a longo prazo nas políticas doméstica e externa mexicanas de aproximação com a sociedade mexicana e com a comunidade internacional.

A história mexicana esteve assentada em uma complexa rede de variáveis endógenas e exógenas, situada em um cenário de países latino-americanos que conduziam as suas políticas domésticas condicionadas pela "[...] sua situação internacional. Nesse contexto, a política externa é geralmente subordinada à doméstica, e nessa mesma medida atua segundo os obstáculos e oportunidades que oferece a uma conjuntura internacional oscilante" (Heredia, 1986, p. 126, tradução nossa). Tal situação de interdependência não foge à regra para países que possuem menos poder e influência no sistema internacional, como o México e a Argentina no período.

Até a década de 1970, os responsáveis pela condução da política externa mexicana pretenderam, para além de objetivos tradicionais de segurança nacional, isolar o México do cenário internacional na tentativa de consolidar o poder doméstico (Heredia, 1986).[64] O

[64] A partir da década de 1940, a política externa mexicana incorporou as metas do projeto de desenvolvimento econômico e ampliou a atenção nas relações com os EUA. Segundo Heredia (1986), a subordinação da política

princípio de não intervenção foi fortalecido na diplomacia e houve uma maior apreensão a respeito da relação do país para com os seus vizinhos mais próximos. Em geral, a política externa mexicana foi mais passiva e pautada na ordem da gramática do direito internacional.

O México "[...] manteve uma atitude internacional cautelosa, reservada e solitária, pautada em um conjunto de princípios que asseguraram uma consistência marcada e que, em última instância, transformaram-se em um fator factível de negociação com o exterior" (Heredia, 1986, p. 127, tradução nossa). A política externa mexicana foi conduzida em continuidade à política doméstica: o nacionalismo e o baixo compromisso com problemas internacionais distantes da realidade mexicana ganharam o apoio geral da população, com forte predominância das elites governamentais e de sua conduta desinteressada, autoritária e ignorante em matéria de política externa (Heredia, 1986).[65]

À contraparte da política externa argentina, as relações internacionais do México eram formuladas e conduzidas em um processo fechado e centralizado na Presidência, na SRE e na elite diplomática, com baixa participação de atores não estatais e de outros interesses (Heredia, 1986). No século XX, até a década de 1970, o México esteve circunscrito a uma diplomacia multilateral pautada no direito internacional, na defesa da soberania e da não intervenção para resguardar a sua autonomia nacional (Aguilar Camín; Meyer, 2000; Rico, 2000; Ojeda, 2011; Saltalamacchia Ziccardi; Covarrubias Velasco, 2011; Lajous Vargas, 2012).

Ao longo da década de 1970, as atividades no exterior aumentaram, o que propiciou o começo de um processo de abandono do tradicional isolacionismo e da passividade da diplomacia mexicana (Shapira, 1978; Herrera-Lasso M., 1984; Chabat, 1986; Smith, 1991; Philip, 1992; Rico, 2000; Ojeda, 2011). Surgiu, assim, uma política externa voltada a reposicionar o México enquanto país protagonista e de vanguarda nas relações internacionais, não restrita às leis ou a sua baixa proatividade em discutir pautas relevantes na agenda internacional. Ou seja, a política externa mexicana, além de seguir as normas, tratados e demais instrumentos internacionais aos quais o México estava vinculado e responsável, impulsionou a

externa à política doméstica se deveu à baixa capacidade mexicana de negociar no meio internacional, o que a tornava débil, produto de um sistema político e econômico complexo, altamente condicionado pelas mudanças externas.

[65] O autoritarismo mexicano esteve presente na construção da política externa. As vulnerabilidades sociais e a relação distante entre a população o Estado são elementos que realçam a baixa participação da opinião pública na formulação da diplomacia (Heredia, 1986), algo recorrente em outros países. Contudo, na década de 1970, outras burocracias estatais começaram a se envolver no processo decisório da política externa mexicana, como a *Secretaría de Hacienda, de Industria y Comercio y de Gobernación*. A diversidade e a complexidade no cenário doméstico foram expandidas devido a uma confluência de fatores nacionais e externos, o que resultou em novos elementos para a diplomacia mexicana: o Estado conseguia recorrer a uma política externa para se aproximar ou se distanciar de grupos, evidenciar uma ideologia ou aumentar a sua margem de manobra em suas relações com setores que considerava primordial (Heredia, 1986).

sua presença e atuação em questões importantes para a comunidade internacional da época.[66] E, nesse processo, o interesse mexicano em manter relações bilaterais com a Argentina permaneceu não apenas nos direitos humanos, mas em outras áreas como comércio, economia e segurança, como será visto ao longo da discussão dos telegramas entre as representações diplomáticas de cada país.

Os governos de Luis Echeverría Álvarez (1 de dezembro de 1970 a 1 de dezembro de 1976) e de José López Portillo (1 de dezembro de 1976 a 30 de novembro de 1982) conduziram essas transformações da política externa mexicana no século XX. À vista disso, vale entender a política externa desses presidentes desde as diretrizes mais gerais, os vínculos da SRE com outras secretarias, a questão da segurança e da violência no México, até o lugar do discurso e das práticas em direitos humanos na diplomacia mexicana à América Latina, momento de ascensão de ditaduras civil-militares no Cone Sul.

A marca da política externa mexicana dos anos 1970 e 1980 foi a de tentar conjugar interesses domésticos e internacionais, aspecto que guiou a proteção do México aos exilados latino-americanos. Nesse sentido, Echeverría trabalhou para restabelecer a legitimidade do Estado mexicano após os resultados negativos do massacre de Tlatelolco em 1968, época em que foi *Secretario de Gobernación* (1964 e 1969) no governo Gustavo Díaz Ordaz (1 de dezembro de 1964 a 30 de novembro de 1970) e em outro massacre de estudantes em 1971.[67]

Diferentemente de seu antecessor Díaz Ordaz, Echeverría conferiu menos liberdade de agência aos governadores e interveio com maior força no âmbito local. Em 10 de junho de 1971, na Cidade do México, uma marcha estudantil não autorizada resultou no assassinato de estudantes pela polícia local. Para não ser responsabilizado pelos excessos policiais, Echeverría

[66] Para alguns autores, houve um rompimento com a conduta tradicional, sendo outro exemplo o esforço em consolidar a independência mexicana frente aos EUA em sua tomada de decisão na política externa (Shapira, 1978; Herrera-Lasso M., 1984; Chabat, 1986). Já para Ojeda (1984) não houve rompimento e sim mais um processo de continuidade. Para ele, o México deveria focar os seus interesses nacionais de forma pragmática, segundo a realidade política internacional, além de avaliar a sua relação com os EUA. Logo, uma política externa independente não seria adequada à realidade mexicana do momento histórico dada a superação do subdesenvolvimento, as novas exigências sociais, a pressão do mercado internacional, os recursos de acesso à tecnologia e o poder assimétrico das relações internacionais.

[67] No mandato de Díaz Ordaz, em 2 de outubro de 1968, aconteceu o que se chama de massacre de Tlatelolco, trágico evento em que centenas de estudantes desarmados foram assassinados na praça central da Cidade do México pelas forças militares mexicanas (Aguilar Camín; Meyer, 2000). Naquele período, Díaz Ordaz queria obter sucesso com as Olimpíadas no país, além de monitorar o avanço das guerrilhas e do crescimento do movimento estudantil (Smith, 1991), uma grande preocupação de autoridades estatais. Segundo Saltalamacchia Ziccardi (2009), os estudantes reivindicavam, principalmente, por uma concreta liberdade democrática e respeito à Constituição. Contudo, não se deve confundir os objetivos do movimento estudantil: em geral, era alheio a uma mobilização social em defesa dos direitos humanos que, na concepção política de grande parte das esquerdas mexicanas (como das argentinas), tratava-se de uma retórica burguesa, sem utilidade e eficácia para servir a uma transformação social. O objetivo das manifestações, assim, era abrir canais para a população ao sistema político mexicano, marcado pela sua sistemática exclusão à participação social e distância para com a população mexicana (Saltalamacchia Ziccardi, 2009).

demandou uma investigação sobre o evento e colocou a responsabilidade no prefeito e no chefe da polícia da Cidade do México (Philip, 1992; Aguilar Camín; Meyer, 2000). Tal medida ficou conhecida como abertura democrática do governo e se tratou de uma maneira de criar canais de diálogo na figura presidencial (Ojeda, 1984; Smith, 1991), canais esses que estiveram abertos com os próprios exilados latino-americanos.

A estabilidade política interna, abalada pelos acontecimentos do massacre de Tlatelolco, foi um fator doméstico que esteve presente nos cálculos da diplomacia mexicana de maneira direta e indireta nos anos 1970. Para Ojeda (1984), a estabilidade daquele período era um dos fundamentos indiretos da política exterior por se tratar de uma condição à continuidade do fortalecimento do sistema político. A estabilidade era ainda um fator direto de influência na política externa que poderia abrir margens de negociação aos governos mexicanos, com o apoio tácito da maioria da população mexicana.

A posição diplomática mexicana tinha como objetivo a inserção internacional do México como país de menor poder relativo, com a grande tarefa de gestar as suas relações com uma das superpotências na Guerra Fria (e seu país vizinho), os EUA. Para tais fins, o México teve em vista desenvolver uma diplomacia multilateral, alicerçada no direito internacional, na defesa da soberania e no princípio da não intervenção como formas de resguardar a autonomia nacional do país (Saltalamacchia Ziccardi; Covarrubias Velasco, 2011). Naquele período, a formulação e a condução da política externa no regime presidencialista mexicano era um processo fechado, centralizado e monopolizado na figura do poder do Presidente e da SRE, com baixa participação de atores não estatais e de outros interesses e demandas sociais (Heredia, 1986).[68]

No mandato de Echeverría, o governo atuou de duas formas estruturantes na política doméstica e externa. Enquanto promoveu uma abertura democrática e adotou posturas progressistas na política externa, em termos de segurança, foi também o governo responsável por organizar a repressão contra estudantes no ano de 1971 (Aguayo Quezada, 2014), mesmo que tivesse tentado se desvincular do ocorrido. De acordo com Rico (2000), Echeverría usou da política externa para resgatar a legitimidade de setores progressistas mexicanos e, como aponta Covarrubias Velasco (2008), o discurso de direitos humanos utilizado era um

[68] O sistema político mexicano do período era estritamente fechado desde canais e instrumentos próprios que dificultavam a participação de organizações e coletivos sociais e "[...] o que fugia dessas normas de negociação intramuros era violentamente reprimido: greves ferroviárias e invasões de terras da UGOCM no Norte (1958) ou movimentos estudantis (1968). O característico desse monólogo institucional é que os conflitos ficaram sujeitos a uma negociação subordinada ao Estado e o seu aparato de controle político ou a uma repressão seletiva de extraordinária violência" (Aguilar Camín; Meyer, 2000, p. 268-269). A sigla UGOCM se refere à *Unión General de Obreros y Campesinos de México*, criada em 1949. Para mais detalhes da união, ver http://ugocm.org/

instrumento de baixo custo para resgatar o apoio da população mexicana, além de melhorar a imagem internacional do México.

Com López Portillo, as diretrizes tomadas foram as mesmas e a política doméstica manteve o objetivo de exterminar as guerrilhas no México. Contudo, ao final da década de 1960 e no início da década de 1970, devido a fatores domésticos, a estabilidade e a legitimidade políticas do México perderam força. A repressão estatal policial contra estudantes universitários em 1968 (e, novamente, em 1971) havia obtido alcance e comoção nacional e internacional por conta do nível de violência do Estado mexicano contra a sua população.

A violenta resposta estatal contra a população estudantil foi um exercício de poder do governo que, dados os seus efeitos negativos, obrigou a presidência a reavaliar a natureza do sistema político do país por efeito das consequências simbólicas e de visibilidade internacional que o evento resultou. De acordo com Philip (1992), o massacre de Tlatelolco desgastou a imagem de Díaz Ordaz, tanto no ambiente doméstico quanto no exterior ao longo dos mandatos sucessores: o México não era mais visto como uma democracia em ascensão, mas como um país autoritário. Pode-se dizer mais: o evento foi importante para repensar novas estratégias para a política externa mexicana dos outros governos, especialmente em temas diretamente ou colateralmente conexos à pauta de direitos humanos.

O movimento estudantil de 1968 balançou as estruturas do sistema mexicano. A aliança entre o Estado e a elite intelectual mexicana estava conturbada, uma vez que os agentes estatais e não estatais de grande influência denunciaram a repressão e questionaram a legitimidade do regime devido às atrocidades cometidas (Smith, 1991). Os acontecimentos de 1968 transforaram, de maneira inédita, a estabilidade política mexicana, não mais resguardada por promessas de crescimento econômico (Ojeda, 1984).[69]

Ao longo dos anos foram abertas novas possibilidades de ações políticas à sociedade mexicana pela própria resistência da população contra as medidas repressivas tomadas pelos governos. Ainda assim, a urbanização das cidades e o aumento da população estudantil

[69] O massacre de Tlatelolco catalisou a criação das primeiras organizações (e suas ramificações) mexicanas de direitos humanos. Como exemplo está o escritório da Anistia Internacional no país, o *Centro Nacional de Comunicación Social* (CENCOS) e o *Comité pro Defensa de los Presos, Perseguidos, Desaparecidos y Exiliados Políticos* (posteriormente alcunhado de *Comité Eureka*) (Saltalamacchia Ziccardi, 2009). Os resultados de 1968 reverberaram para além do plano doméstico mexicano ao deixar exposto que "[…] a exibição diante do público internacional sobre os abusos cometidos no México era um calcanhar de Aquiles para o governo, sempre interessado em projetar a imagem de um país progressista e democrático, que respeitava os direitos humanos. Enquanto isso, outros atores internacionais – e de uma forma destacada, o governo dos Estados Unidos da América, incluso a época do presidente Carter – mostravam-se totalmente desinteressados em apoiar ou simplesmente escutar sobre o problema de tortura e desaparecimento de pessoas no México, algumas ONGs internacionais de direitos humanos estiveram dispostas a colaborar na investigação e difusão internacional dessas denúncias" (Saltalamacchia Ziccardi, 2009, p. 139-141, tradução nossa).

universitária não foram suficientes ao ponto de serem fatores capazes de consolidar canais de diálogo permanentes com o Estado:

> Era esperado que uma sociedade em rápido crescimento e urbanização, como era a do México nos anos 1960, em determinado momento exigisse novos canais de expressão e participação política. O que era menos esperado foi o desinteresse do governo de Díaz Ordaz para garanti-los (Philip, 1992, p. 60, tradução nossa).

Tlatelolco teve efeitos a longo prazo nas políticas doméstica e exterior, mas não se traduziu em uma crise estrutural que desmantelou as bases da nação mexicana, e sim em uma crise

> [...] política, moral e psicológica de convicções e valores que abalou os esquemas triunfais da elite governante [...] pode-se dizer que Tlatelolco arruinou o projeto de continuidade de modernização do México [...] foram utilizadas respostas arcaicas contra um movimento que apostava em mudanças para o futuro, que era em si a presença embrionária da possibilidade de outro país e de outra sociedade (Aguilar Camín; Meyer, 2000, p. 270-271).

O massacre de Tlatelolco faz parte de um contexto mais geral de violência estatal e da história dos serviços de inteligência mexicanos e seus mecanismos de controle e de segurança. Os mecanismos de inteligência do governo mexicano, desde a evolução de suas estruturas, os seus métodos de gestão interna e as suas contradições, ampliam não apenas a visão de suas ações sobre a sociedade mexicana, mas também àquelas direcionadas à população exilada no México no sentido de limitá-la ou constrangê-la, como o caso da argentina.

As duas principais pastas responsáveis pelos serviços de inteligência do México, sob o comando da Secretaria de Governação, foram a Direção Federal de Segurança (DFS) (1947-1985) e a Direção-Geral de Investigações Políticas e Sociais (DGIPS) (1967-1985).[70] Segundo o autor Aguayo Quezada (2014), os mecanismos tinham o objetivo de "[...] vigiar os amigos e os inimigos do regime, de ameaçá-los e, em algumas ocasiões, eliminá-los" (Aguayo Quezada, 2014, p. 17, tradução nossa).

Em geral, existia um desconhecimento presidencial sobre o conceito de segurança e, na perspectiva de Aguayo Quezada (2014), esse era um dos principais fatores que justificavam as debilidades do sistema mexicano de segurança, haja vista a falta de estratégia na área. Tampouco existiam controles institucionais, marco jurídico ou supervisão social sobre os aparatos de segurança mexicanos. Não menos importante, setores da sociedade eram

[70] Trata-se também, segundo o autor, de um esforço de reconstrução da democracia mexicana para repensar e controlar os aparatos de segurança e defesa. Ao longo de 1958 a 1985, os serviços de inteligência estiveram a cargo de quatro homens, dois deles presidentes: Gustavo Díaz Ordaz, Luis Echeverría, Fernando Gutiérrez Barrios, Javier García Paniagua e José Antonio Zorrilla Pérez. Para maiores detalhes dos outros agentes federais que estiveram a frente dos serviços de inteligência mexicanos, ver Aguayo Quezada (2014).

complacentes com os mecanismos e ações de violência estatal, como grupos de interesse e meios de comunicação:

> A brutalidade com a qual eliminaram os seus opositores foi apoiada tacitamente pelos meios de comunicação e grupos de interesse que consideravam que esse era o preço a ser pago para manter o crescimento econômico e a paz social. Aqueles que deveriam ter feito algo preferiram olhar para outro lado e decidiram manter uma postura de cômoda ignorância (Aguayo Quezada, 2014, p. 93, tradução nossa).

Determinados fatores externos entre os anos 1964 e 1985 foram relevantes para a estruturação dos serviços de inteligência. Um desses foi a absorção de práticas desenvolvidas e disseminadas pelos EUA e por alguns países do Cone Sul, governados por regimes militares que trocavam informações entre si.[71] No México, o chamado "inimigo interno" também estava presente nas estratégias de vigilância e controle dos serviços de inteligência. No período, a DFS já falava de "células malignas", alusão aos grupos guerrilheiros que eram responsabilizados pelo desaparecimento forçado de pessoas como método de extermínio de dissidentes políticos. A polícia mexicana, como "[...] os militares sul-americanos, acreditavam ser os médicos responsáveis pela saúde nacional, empregando 'medicamentos' como a tortura e o assassinato" (Aguayo Quezada, 2014, p. 94, tradução nossa).[72]

Os efeitos dos aparatos de vigilância eram aplicados não apenas à população mexicana, mas também a pessoas de outras nacionalidades. Os direitos políticos e de mobilização das pessoas migrantes eram e ainda são até hoje limitados constitucionalmente no México. Conforme o artigo 33 da constituinte mexicana os "[…] estrangeiros não poderão de maneira alguma imiscuir-se nos assuntos políticos do país" (México, 1917, p. 72, tradução nossa). Com isso, de maneira individual ou em grupos, as atividades e ações contrárias dos exilados aos governos de seus países de acolhida eram restringidas, bem como as possíveis articulações que poderiam estabelecer com a sociedade local a qual, muitas vezes, poderia servir de apoio para suas causas. Portanto, o conceito de segurança era sinônimo de controle e eliminação de

[71] Outro fator externo importante para a segurança e os mecanismos de inteligência do México eram as relações especiais e privilegiadas com os EUA. Em termos de segurança, as relações entre os países eram de uma "[...] discordância em público e concertação no privado" (Aguayo Quezada, 2014, p. 102, tradução nossa). Já no mandato de Díaz Ordaz, era reconhecida a assimetria de poder entre o México e os EUA. Logo, era mais vantajoso ao México manter uma boa relação pessoal e institucional com os EUA, visto que "[…] o respaldo de Washington outorgava ao regime mexicano amplas margens de manobra e, porque, não esqueçamos, existia uma coincidência fundamental no anticomunismo professado por ambos os governos" (Aguayo Quezada, 2014, p. 106, tradução nossa).

[72] Com relação à DFS, as suas principais transformações e estruturação foram realizadas nos mandatos de Gustavo Díaz Ordaz, Luis Echeverría Álvarez e de Fernando Gutiérrez Barrios. No caso de José López Portillo, o presidente "[…] herdou os usos e costumes desses presidentes e deixou que a DFS continuasse a operar como haviam estabelecido" (Aguayo Quezada, 2014, p. 95, tradução nossa).

inimigos, que podiam ser parte das elites políticas, tanto pelo espectro da direita quanto da esquerda política.

Durante o governo de Echeverría, o mandatário buscou se aproximar das esquerdas mexicanas para trazê-las de volta ao sistema político nacional. Na economia, ele aumentou a presença do Estado ao realizar reformas sociais e traçar rotas de reconciliação política com as esquerdas (Philip, 1992). No caso da política externa, houve uma tentativa de assegurar uma diplomacia ativa e revisionista, gestada a partir de um programa de reforma interna, que mobilizou esforços a fim de obter apoio doméstico de setores conservadores:

> [...] a dissidência de Echeverría contra o sistema internacional preponderante não foi apenas uma tática de divergir, criada para desviar o interesse dos cidadãos para fora dos problemas do país, nem foi simplesmente uma desculpa para promessas não cumpridas. Ele compreendeu a necessidade de uma transformação radical dos aspectos fundamentais de todo o sistema internacional para dar soluções aos problemas internos e a um mal-estar nacional (Shapira, 1978, p. 63, tradução nossa).

Dessa forma, os protestos universitários de 1968 condicionaram a concepção da política externa de Echeverría e foram estímulos relevantes ao reformismo de seu governo: o movimento universitário havia conquistado relevância política ao ponto de viabilizar transformações sociais que desafiavam a elite governante. Entretanto, as ações em matéria de relações internacionais atestaram a "[...] escassez de planos e metas específicas coerentes e não apontaram nenhuma intenção de se lançar a uma política externa ativa" (Shapira, 1978, p. 69, tradução nossa).

Ademais, a sociedade civil mexicana não conhecia em sua amplitude os instrumentos internacionais de proteção e de defesa de direitos humanos, os quais com muitos empecilhos começaram a ser criados após o massacre de Tlatelolco em 1968:

> [...] até os anos 1980 não existiam no país organizações ou grupos sociais que tentaram constranger a política exterior do país nessa área. Inclusive na década de 1970, quando a demanda para a construção de redes transnacionais de direitos humanos na América Latina veio com mais intensidade devido aos abusos das ditaduras militares, essas não se estenderam ao México e o país passou na maioria das vezes despercebido no cenário mundial (Saltalamacchia Ziccardi; Covarrubias Velasco, 2011, p. 165-166, tradução nossa).

No âmbito da política externa, as denúncias contra as violações de direitos humanos respondiam a uma pretensão de realçar a imagem progressista e democrática do México após o massacre de Tlatelolco, o que colocava a origem e o destino da política externa de Echeverría como instrumentos de resposta à política doméstica (Covarrubias Velasco, 2008). Tlatelolco instaurou, assim, uma forte crise política doméstica, além de pressões socioeconômicas e frustrações políticas, fatores que dificultaram a implementação de uma nova política exterior.

Em paralelo, a elite diplomática era a principal responsável por controlar a política externa mexicana que, sem prestar contas, concedia tratamento prioritário ou sistemático aos direitos humanos por considerá-los mais um entre os numerosos temas multilaterais das relações internacionais do México (Philip, 1992). Por conseguinte, os direitos humanos eram instrumentalizados para obter resultados considerados mais relevantes em matéria de política externa em assuntos como comércio, segurança e defesa, por exemplo.

A decisão da diplomacia mexicana em não aplicar o princípio de não intervenção a alguns casos era uma forma de justificar eventos enquadrados como violações massivas e sistemáticas de direitos humanos. O México fez uso desse critério apenas em situações nas quais a elite governamental mexicana entendia que o discurso de defesa dos direitos humanos poderia reforçar outro objetivo de política doméstica ou externa (Saltalamacchia Ziccardi; Covarrubias Velasco, 2011).

Antes dos anos 1980, o México não era pressionado ao ponto de prestar contas aos distintos movimentos transnacionais de direitos humanos. Existiam poucos grupos de direitos humanos no país e, nos anos 1970, havia baixo interesse no cenário doméstico mexicano de violações de direitos humanos. [73] De maneira estratégica, os governos mexicanos monopolizavam as suas relações internacionais com outros Estados e em foros multilaterais de maneira a diminuir a publicidade das tensões domésticas ao público internacional. Isso permitia que tais governos pudessem

> exercer, sem interferências externas, a violência contra os seus opositores. Os mexicanos que se opunham ao regime ou que estabeleciam relações com estrangeiros, além de serem desqualificados em público, eram vigiados e violentados, ameaçados e assassinados. O regime podia cometer fraudes eleitorais e prender os seus opositores, sabendo que os estrangeiros não se interessavam pelo que acontecia com os mexicanos. A independência da política externa neutralizava as ações dos progressistas do mundo, que se abstinham de opinar sobre a situação doméstica do México (Aguayo Quezada, 2014, p. 110, tradução nossa).

Como observado, a política externa mexicana não existia apartada da violência estatal doméstica e nem havia solucionado a contradição entre os princípios de autodeterminação dos povos e o da não intervenção na soberania de outros países. Conforme Covarrubias Velasco (2008), a transformação na diplomacia ocorreu mais por motivações domésticas, o que não quer dizer que fatores externos não influenciaram nessa mudança. Na política externa mexicana do

[73] Covarrubias Velasco (2008) apresenta a complexidade de afirmar se a incorporação dos direitos humanos na diplomacia mexicana foi um resultado mais pela pressão externa e menos devido a questões domésticas. Ao longo dos anos, a árdua contenção das transformações domésticas e a ampliação de redes e grupos de direitos humanos mexicanos na década de 1980 é um sinal de que a "[...] situação cômoda que viabilizava ao governo mexicano defender os direitos humanos no exterior, sem ter que prestar contas pelo grau dos mesmos no México, começou a ficar mais difícil nos anos 1980 quando, por múltiplas razões, o país parecia se abrir, de maneira não voluntária, à comunidade internacional" (Covarrubias Velasco, 2008, p. 314, tradução nossa).

século XX (e início do XXI), "[...] os direitos humanos estiveram presentes em políticas de 'defesa própria' que buscavam proteger o chamado interesse nacional (em concordância com a elite governante) ou o valor intrínseco dessa ideia" (Covarrubias Velasco, 2008, p. 305, tradução nossa).

A posição mexicana "[...] tratava-se de uma definição fácil e de baixo custo ao governo mexicano, sem contar a possibilidade de aumentar o seu prestígio. Por outro lado, os direitos humanos vincularam-se a outros objetivos não apenas de política externa, mas de política doméstica" (Covarrubias Velasco, 2008, p. 312, tradução nossa). E, nessa lógica, a acolhida mexicana à população exilada latino-americana foi uma ferramenta pouco onerosa, considerados os esforços de reaver a confiança e a credibilidade com grupos-chave do país (especialmente as esquerdas mexicanas) e a sua imagem internacional como Estado comprometido com a defesa dos direitos humanos.

Até a década de 1990, os direitos humanos estiveram presentes na política externa de maneira pontual, seja na participação do México em OIs, em reuniões bilaterais com outros países e em pífias interações com atores internacionais não estatais. O que existia, na realidade, era um compromisso declarativo do México para com os direitos humanos em situações específicas (Covarrubias Velasco; Saltalamacchia Ziccardi, 2011), a exemplo de suas denúncias contra as ditaduras de Augusto Pinochet (Chile), Francisco Franco (Espanha) e da família Somoza (Nicarágua).[74]

E, na questão migratória, durante o século XX o México estabeleceu um discurso de uma política de portas abertas a pessoas de distintas nacionalidades forçadas a deixarem os seus países de origem ou residência devido a perseguições políticas. Determinados processos e políticas inovadoras foram elementos que posicionaram o país na vanguarda internacional de defesa de direitos sociais, políticos e econômicos. Na visão de Yankelevich (2019), a Revolução Mexicana (1910) favoreceu uma transformação social de alcance regional para a América Latina na maneira de agir e de pensar:

> A implementação de um programa que considerava a distribuição de terras aos camponeses, estabelecendo direitos trabalhistas aos trabalhadores, defendendo o secularismo radical e implementando políticas educacionais e culturais inovadoras,

[74] Na década de 1970, autores como Shapira (1978) apontavam que o posicionamento mexicano de não estabelecer ou romper as relações diplomáticas do México com a Espanha e Chile constituíam uma modificação substancial na diplomacia mexicana de não intervenção e autodeterminação dos povos. Contudo, a intenção de estabelecer uma política externa mexicana mais politizada e ativista era complexa de coexistir com os princípios de orientação defensiva, legalista e não partidária da história da política mexicana. A maioria das políticas empregadas no mandato de Echeverría foram continuadas nos governos posteriores (Shapira, 1978). A quebra de relações diplomáticas com tais países, ademais de buscar legitimidade no âmbito nacional, é pautada em justificativas sistêmicas pela "[...] intenção de o México se posicionar como potência média na América Central, uma vez que se sentiu capacitado pela descoberta de enormes recursos de petróleo nos anos anteriores" (Saltalamacchia Ziccardi; Covarrubias Velasco, 2011, p. 176, tradução nossa).

> com **uma política externa que desafiava abertamente os centros do poder internacional, ajudou a transformar o México em um bastião que alimentou a esperança de que era possível construir um mundo mais justo** (Yankelevich, 2019, p. 152, tradução nossa, grifo nosso).

Após a Segunda Guerra Mundial, o radicalismo revolucionário diminuiu o seu espaço de atuação, mas alguns princípios da diplomacia permaneceram, como o da autodeterminação dos povos e o da não intervenção (Yankelevich, 2019). Embora a característica autoritária e repressiva do regime político mexicano tenha permanecido ao longo dos anos, o México protegeu pessoas de outros países que eram perseguidas por seus vínculos políticos ou por quaisquer outras motivações.

Mas além das transformações oriundas da Revolução Mexicana, as pressões domésticas, que ganharam volume e alcance com as repressões em 1968 e 1971, foram também fatores que moldaram as formas pelas quais a diplomacia mexicana desenhou e implementou as suas decisões favoráveis (ou não) à acolhida de pessoas politicamente perseguidas. Tratou-se, pois, de uma forma de obter legitimidade política em âmbito doméstico e internacional. Logo, era primordial estabelecer uma política que nutrisse

> [...] uma tradição que fazia alusão às origens revolucionárias do regime como uma expressão de solidariedade. Nesse sentido, as experiências anteriores – isto é, o exílio em massa dos republicanos espanhóis e as ações mais limitadas que beneficiaram opositores políticos da América Latina e da Europa – estavam presentes na racionalidade política das elites que, a despeito de seu conservadorismo, não estavam dispostas a desconsiderar uma conduta política que enalteceu o México ao projetar a imagem de uma nação comprometida com as causas da liberdade e da justiça (Yankelevich, 2019, p. 165, tradução nossa).

Em vista dos aspectos apresentados, a política externa mexicana nas décadas de 1970 e início de 1980 foi construída em consideração a princípios e conquistas históricas, mas também de mobilizações sociais que forçaram o Estado mexicano a dosar o uso de seus instrumentos de vigilância e repressão a fim de preservar a sua imagem internacional. A partir disso, a próxima seção discute como as relações diplomáticas entre a Argentina e o México foram construídas antes e ao longo da ditadura, com destaque para as suas principais características em um período de processo de transformação na política externa de ambos os países.

2.4 As relações diplomáticas Argentina-México antes e durante a ditadura (1 de julho de 1974 a 10 de dezembro de 1983)

Como visto, tanto a Argentina quanto o México, na década de 1970 e início dos anos 1980, experimentaram mudanças no rumo de suas políticas externas, seja em matéria de estrutura, pessoal e direcionamento de prioridades. No caso da Argentina, parceiros estratégicos

e históricos tiveram a sua importância alterada ao longo dos anos, como é o caso de países vizinhos (Brasil e Chile) e os EUA, esse último com períodos de choques e desavenças por conta das violações de direitos humanos causadas pelos militares argentinos e pela guinada estadunidense a uma política externa orientada pelo discurso de direitos humanos.

O México manteve relações próximas com antigos parceiros como os EUA, mas a sua política externa foi mais audaciosa: não apenas cumpriu com os seus compromissos internacionais e pautou as suas decisões nas normativas internacionais, como também buscou aumentar a sua visibilidade internacional enquanto país defensor dos direitos humanos. Esse interesse estratégico por maior presença em foros multilaterais se deveu a situações domésticas como o massacre de Tlatelolco, a pressão das esquerdas mexicanas sobre o evento e das elites em matérias econômica, comercial e financeira, especialmente em um momento de descoberta e exportação de petróleo.

Infere-se aqui, portanto, que as transformações nas políticas externas da Argentina e do México explicam a maneira pela qual os exilados latino-americanos, particularmente os de nacionalidade argentina, foram recebidos em terras mexicanas. Como hipótese da seção, o Estado mexicano fez uso estratégico da proteção aos exilados latino-americanos para se posicionar internacionalmente e obter legitimidade em âmbito doméstico após os efeitos negativos do massacre de Tlatelolco, desde a construção de uma imagem de país defensor dos direitos humanos, mas que na prática não os respeitava em sua plenitude e não foi um fator impeditivo para manter relações diplomáticas com a Argentina.

Nas relações internacionais mexicanas, Echeverría almejava ao México uma presença internacional mais persistente e dinâmica na política internacional. Uma dessas demonstrações é o número de visitas presidenciais a outros países. A "diplomacia presidencial" (Rico, 2000, p. 33) dessas viagens possuía três objetivos: diversificar as relações políticas, as relações econômicas e impulsionar iniciativas multilaterais do México. A interação com outros países, regiões e grupos econômico-políticos cresceu, foram firmados vários acordos bilaterais e a participação em OIs de escopo global e regional também aumentou.

Autores como Shapira (1978), Chabat (1986) e Rico (2000), destacam que um dos principais feitos diplomáticos de âmbito multilateral do período foi a promoção da Carta de Deveres e Direitos Econômicos dos Estados, a qual visava recompor e codificar uma nova ordem internacional.[75] A mudança que Echeverría pretendia alcançar no sistema internacional

[75] O documento foi apresentado durante a III Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, em inglês), em Santiago do Chile, no Chile, em 1972. Adotada em 1974 na Assembleia Geral da ONU, a carta tinha como objetivo modificar a estrutura do sistema econômico mundial com um recorte menos desigual. O México, nesse sentido, demonstrou que a diplomacia mexicana era uma "[...] presença respeitável no Terceiro

era a de usar a política externa para diminuir ou desviar as pressões domésticas. No entanto, os problemas da crise econômica no México dificultaram o seu objetivo e, como produto, a política externa empregada não foi suficiente para tranquilizar as animosidades domésticas:

> A política externa de Echeverría pode ter distraído a atenção dos problemas econômicos e sociais, mas os seus efeitos não foram muito fortes – especialmente nos setores sobre os quais se queria influenciar –, dado o desinteresse em questões internacionais de amplas camadas da opinião pública (Chabat, 1986, p. 98, tradução nossa).

Para conseguir recuperar o apoio doméstico, Echeverría tentou firmar relações amigáveis com a oposição ao fomentar o diálogo, realizar a crítica e a autocrítica do sistema e do governo para aplicar uma abertura democrática das instituições (Aguilar Camín; Meyer, 2000). Uma nova política externa nascia não apenas pelos esforços presidenciais, mas especialmente da pressão de setores das esquerdas que demonstravam ao mundo a debilidade do sistema político mexicano e o descompasso entre a truculência estatal e o nacionalismo revolucionário mexicanos (Ojeda, 1984).

Era fundamental desenvolver na política externa e na administração governamental uma pluralidade de pensamentos a fim de diversificar as relações internacionais do México, revitalizar o sistema político e conceder-lhe aspectos progressistas e nacionalistas, segundo os interesses da época. Uma política externa mais global, coesa e comprometida deveria se opor à passividade, ao insulamento e ao desinteresse histórico da diplomacia mexicana pelas problemáticas mundiais (Ojeda, 1984). Um desses eventos foi quando no dia do golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile, o governo mexicano concedeu asilo diplomático à família do presidente Salvador Allende, além da proteção aos exilados chilenos que se dirigiram à Embaixada do México em Santiago de Chile após o golpe (Rico, 2000; Mira, 2016).

A partir de Echeverría, existiu uma maior consciência de que os problemas domésticos do México estavam atrelados aos problemas internacionais e a função preliminar da política externa era a de consolidar a soberania e resgatar imagem de país progressista (Ojeda, 1984). Logo, com o tempo, a política externa foi politizada: os problemas foram discutidos por óticas econômicas e políticas, não mais pautados apenas no direito internacional (Rico, 2000).

Essas mudanças da política externa mexicana não eram consistentes com o reformismo doméstico pelo qual o México passava, em que grupos de interesse não se enxergavam como envolvidos na tomada de decisão das relações internacionais do país. Com Echeverría, a situação foi transformada, pois antes de o seu mandato a elite e os setores urbanos relevantes

---

Mundo. Isso permitiu ao México surgir como um país porta-bandeira reconhecido pelas nações em desenvolvimento, roubando a cena de outros países latino-americanos que o precederam em estabelecer laços com o Terceiro Mundo extracontinental e países não alinhados" (Shapira, 1978, p. 80, tradução nossa).

não eram tão afeitas à política internacional, e sim mais preocupados com questões domésticas. A nova estratégia de Echeverría de política externa era a de aprofundar a sua relevância aos setores nacionais, o que não aconteceu sem divergências:

> Não surpreende, portanto, que a política do presidente em relação ao Chile desencadeou fortes reações entre os setores conservadores e de direita do México, que em várias ocasiões foram definidos por Echeverría como 'inimigos do México', isolados e denominados como 'grupos improvisados de pressão' (Shapira, 1978, p. 77, tradução nossa).

Questões domésticas dificultaram a implementação de uma nova política externa (Rico, 2000) e também a modificaram, como leis de investimento externo direto, transferência de tecnologia, marcas e patentes. Outro anseio de Echeverría para cooptar e controlar as esquerdas, de acordo com Philip (1992), era a ameaça pela qual o país enfrentava de uma insurgência armada na década de 1970, como ocorria em países do Cone Sul e na América Central. As esquerdas, logo, foram utilizadas para rivalizar os atores oponentes do governo e frear o poder de outras lideranças políticas das esquerdas.[76]

Nos anos seguintes, o governo mexicano precisou transformar as suas ações políticas, sendo que uma delas se voltou a incrementar as atividades diplomáticas de proteção a exilados latino-americanos. De certa maneira, o México usou de um humanitarismo para resgatar o seu prestígio e a sua imagem diante o cenário de violações de direitos humanos do país. Naquele período, os governos e o Estado mexicano não possuíam os mesmos graus de respeito e confiança diante a sua população e a comunidade internacional. Por conta disso, a esfera de atuação dos governos mexicanos foi afetada nos âmbitos nacionais e internacionais, o que exigiu do México esforços de reconstrução de sua credibilidade com distintos atores (não) estatais e nacionais, internacionais, países e OIs.

Em que pese tal política de proteção aos exilados latino-americanos, embora houvesse uma baixa organização de grupos mexicanos de direitos humanos no país, o México ainda estava sob o escrutínio. Esse monitoramento era realizado por alguns países e organismos de OIs, mas foi a população a principal força de oposição e de responsabilização para iniciar um processo de pressão em vistas a conseguir transformações internas, seja para uma maior participação democrática, ou em ações de solidariedade para com outros países, como Cuba, Nicarágua, El Salvador e Honduras (Rico, 2000).

---

[76] A simpatia das esquerdas para com Echeverría não era total, dado que "[...] a emergência de alguns setores independentes de partidos de esquerda e o conflito sobre o jornal *Excelsior* demonstram que nem todas as pessoas de esquerda estavam dispostas a participar de uma orquestra conduzida apenas por Echeverría. O fantasma de Tlatelolco ainda não foi embora" (Philip, 1992, p. 93, tradução nossa). No mandato de López Portillo a imprensa dissidente obteve maior abertura política, fator catalisador do surgimento de outros jornais além de *Excelsior*, como *Proceso*, *Vuelta*, *Nexos* e *Unomásuno.*

Um dos exemplos de progressismo de Echeverría foi o movimento de estreitar laços do México com o Chile no governo de Salvador Allende, na expectativa de inserir o país como nação vanguarda na América Latina e de aprofundar as relações domésticas do governo com as esquerdas nacionais mexicanas (Rico, 2000).[77] Destaca-se ainda a proximidade do México com Cuba ao ter apoiado na OEA o retorno do país na instituição (Rico, 2000).[78] E, no caso da Argentina, o México nunca chegou a denunciar a Argentina em OIs, além de dispor os seus aparatos burocráticos para receber em suas terras milhares de exilados argentinos que deixavam o seu país para encontrar proteção e conseguirem manter os seus projetos de vida (com grande apoio de instituições públicas e privadas, bem como pessoas e grupos independentes), em paralelo às ameaças e violências contínuas do Estado argentino e de grupos paraestatais.

O mandato de Echeverría ocorreu em paralelo a seis governos na Argentina: Roberto Marcelo Levingston (18 de junho de 1970 a 22 de março de 1971), Alejandro Agustín Lanusse (26 de março de 1971 a 25 de maio de 1973), Héctor José Cámpora (25 de maio de 1973 a 13 de julho de 1973), Raúl Alberto Lastiri (13 de julho de 1973 a 12 de outubro de 1973), Juan Domingo Perón (12 de outubro de 1973 a 1 de julho de 1974) e Isabel Perón (1 de julho de 1974 a 24 de março de 1976).

Nos dois primeiros presidentes militares (Levingston e Lanusse), a política externa buscou estabelecer uma posição de autonomia para a Argentina no sistema internacional. Contudo, a formulação e decisão na pasta dificultou o alcance dos resultados esperados devido às distintas visões e tensões entre funcionários do MREyC mais tradicionais e membros das Forças Armadas, os quais defendiam uma perspectiva fortemente geopolítica (Simonoff, 1999). Essas desavenças dificultaram as possibilidades de diversificação de parceiros comerciais com países vizinhos e de outras regiões, mas com forte alinhamento com os EUA.

Já nesse período a força da ideologia na geopolítica da diplomacia argentina se fazia presente e de maneira negativa, como as desavenças com o Brasil por disputar a influência regional e do controle e uso de recursos energéticos (vide a construção da usina hidrelétrica de Itaipu) ou com o Chile por questões de limites geográficos relativas ao canal de Beagle

[77] O primeiro passo foi tentar diminuir as relações comerciais especiais com os EUA e ampliá-las com países da Europa Ocidental, Canadá, China, Japão e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Quando ficou notório que os resultados não eram tão proveitosos, o foco da política externa mexicana foi redirecionado à América Latina para impulsionar e liderar a cooperação regional na região. Somente no fim do mandato de Echeverría que foram iniciados negociações e diálogos com países da região (Shapira, 1978).

[78] Segundo Chabat (1986), o apoio mexicano à Cuba serviu de demonstração da independência da diplomacia do México diante os EUA. Ademais de princípios históricos de não intervenção para resguardar o México de futura intervenção estadunidense, havia pressão doméstica para apoiar Cuba, notadamente das esquerdas mexicanas.

(Simonoff, 1999). Existiram, entretanto, esforços em retirar a Argentina do isolamento da política internacional e de aproximá-la de países latino-americanos e do Leste.

Com Cámpora, a política externa também tinha por objetivo posicionar a Argentina de maneira autônoma frente às superpotências da época e, principalmente, em relação aos EUA e à Europa. Foram restabelecidas relações com Cuba e foram firmadas relações com a República Democrática Alemã, Coreia do Norte e Vietnã do Norte. Ademais, a Argentina decidiu se integrar ao movimento dos países não alinhados. Foram assinados diversos acordos comerciais, econômicos e de investimento misto com países socialistas, mantendo relações cordiais com os EUA na tentativa de "[...] diminuir os laços com a esfera norte-americana e diversificar o sistema de relações políticas e econômicas externas, aumentando o peso da Europa, América Latina, o bloco socialista e os países afro-asiáticos" (Simonoff, 1999, s. p., tradução nossa).

Mesmo em um curto mandato, Cámpora se propôs a diversas ações, como a redefinição da política externa de acordo com novo equilíbrio de poder na ordem mundial, a retomada de relações com países do Cone Sul para desenvolvimento nacional no marco da economia, o aprofundamento de relações multilaterais com países latino-americanos em foros como a OEA e a ONU, e a intensificação de negociações voltadas à integração econômica, financeira e tecnológica (Moneta, 1979; Paradiso, 2005).

Em que pese as relações com a Europa, a estratégia era a de manter bons vínculos com o lado ocidental, mas com acordos equilibrados e, com a oriental, desvencilhar-se de todo aspecto ideológico e político para ter como foco áreas importantes para o desenvolvimento da Argentina, como a econômica e financeira (Moneta, 1979; Paradiso, 2005). Por fim, com os EUA, a Argentina deveria evitar se sujeitar aos interesses dos grupos de poder da superpotência e buscar um equilíbrio em suas negociações, especialmente econômicas e comerciais.

Em seu curto mandato, Lastiri (presidente da Câmara de Deputados) assumiu o poder após a renúncia de Cámpora, momento prévio às eleições de setembro de 1973 nas quais Juan Domingo Perón saiu vencedor. A política externa da Argentina nesse período foi uma antessala para o governo de Perón: oposição de autonomia frente aos EUA, ruptura do bloqueio econômico de Cuba ao conceder empréstimos financeiros e estabelecer trocas comerciais com o país, além de diversificar parceiros comerciais para além da Europa Ocidental e EUA, como URSS (Moneta, 1979; Paradiso, 2005).

Com a vitória de Perón em setembro de 1979, a política externa de seu mandato (em especial para a região da América Latina e EUA) visou defender o pluralismo ideológico, a integração regional e a "Terceira Posição" como uma forma de atuar de maneira independente (Moneta, 1979; Paradiso, 2005) em um contexto de aumento do autoritarismo e da violência

política contra a população. Semelhante ao México, a Argentina estava entre os países latino-americanos que ansiavam por maior participação e relevância nas relações internacionais, sem desconsiderar as tratativas para transformar os foros multilaterais e criar modalidades de cooperação internacional sem dependência da Europa ou dos EUA.

Contudo, nesse período, as decisões foram afetadas negativamente pela existência de agentes que, encarregados de conduzir a política externa, estavam despreparados por não possuírem conhecimentos técnicos, políticos, econômicos e sociais das temáticas da pasta (Moneta, 1979; Paradiso, 2005). E, assim como o México, existiam fatores domésticos que dificultavam a viabilidade e a credibilidade de executar as propostas da política externa argentina, elementos que se colocaram como obstáculos também ao governo de Isabel Perón.

No mandato de Isabel Perón, o Poder Executivo estava enfraquecido e existia uma crescente deterioração do crescimento econômico, do sistema político, ideológico e social. As relações com os EUA buscavam maior proximidade e menor questionamento de sua dependência, o que afetava a possibilidade de a Argentina fazer parte de transformações e pressões em mecanismos multilaterais como a ONU e a OEA. O apoio a países socialistas como Cuba continuou, mas com menor intensidade, estendendo-se também a outros países da América Latina, como Peru e México (Moneta, 1979; Paradiso, 2005). Ao passo que a Argentina perdia autonomia e independência, aumentavam-se os casos de perseguição política e violações de direitos humanos.

Em suma, a estratégica de política externa argentina com os governos peronistas de autonomia e diversificação se assemelham às transformações operadas ao logo do governo de Echeverría e que foram continuadas no mandato de López Portillo. A dita “Terceira Posição” era uma maneira de destacar o objetivo de diminuir a dependência da Argentina na política internacional e impulsionar o desenvolvimento do país e resgatar a confiança nacional.

Na prática, as dificuldades estruturais e os fatores externos não possibilitaram que os governos peronistas conseguissem estabelecer e aprofundar relações com os países da América Latina (Simonoff, 1999). E, com relação ao México, não foi o único país da região com o qual a Argentina não conseguiu melhorar as suas relações diplomáticas bilaterais. Essas características vão se somar ao autoritarismo dos governos argentinos, marca compartilhada com os mandatários mexicanos que não foi suficiente para aproximar os laços entre os países.

Ao longo do mandato de López Portillo, a política externa mexicana adquiriu maior relevância e autonomia e, ao mesmo tempo, tornou-se menos vulnerável à política doméstica no sentido de servi-la como instrumento para alcançar os seus objetivos (Rico, 2000). Fatores como negociações financeiras e comerciais com outros países e a ascensão do petróleo na

economia mexicana tornaram a pasta da política doméstica menos autorizada a controlar e submeter à política externa aos seus interesses.

Para Covarrubias Velasco (2008), a política externa no mandato de Echeverría era fruto do e destinada ao âmbito doméstico, tendo em consideração a necessidade de reafirmar o compromisso democrático do México no cenário internacional. Isso mudou com o governo de López Portillo. A economia internacional em seu mandato esteve dependente da produção petrolífera mexicana, fator que se somou a posição ideológica do mandatário em defesa da democracia e dos direitos humanos, temas desenvolvidos a partir de uma forte figura presidencial e de liderança na diplomacia, como também foi a característica do mandato de Echeverría (Covarrubias Velasco, 2008).

Portanto, o governo de López Portillo deu continuidade (não total) à política doméstica de Echeverría, com ênfase na relação com o setor produtivo do país devido à ascensão econômica do período. Destacam-se aspectos positivos em seu mandato, como a reforma política (1977), o emprego de uma política externa ativa e uma administração eficiente no auge dos recursos do petróleo (Philip, 1992).[79] Ao longo da presidência, López Portillo quis deixar a sua marca, mas que findou desastrosamente pelo declínio do poder do petróleo mexicano no mercado internacional (Smith, 1991; Philip, 1992).

Conforme Herrera-Lasso M. (1984), a política externa mexicana tinha como primordial a sua situação de país em desenvolvimento, as relações de proximidade com os EUA e os níveis de produção e exportação de petróleo.[80] Os esforços pela independência econômica e política frente ao poder dos EUA dava-se por circunstâncias como: não perder a sua identidade política de nação independente; conservar um projeto econômico autônomo; responder às demandadas e interesses nacionais; e diversificar as relações econômicas para com outros países. Em termos de política doméstica e externa, as ações econômicas e políticas foram feitas desde uma "[...] luta contínua pela transformação dos sistemas no marco das instituições. Em sua política ao exterior, o México seguiu parâmetros semelhantes: a luta permanente por diminuir as tensões internacionais [...]" (Herrera-Lasso M., 1984, p. 361, tradução nossa).

[79] Destacam-se duas características da reforma política: facilitou o registro de partidos políticos da oposição e aumentou a representação proporcional na Câmara dos Deputados. Conforme Philip (1992), foi o primeiro exercício de reconhecimento pelo sistema mexicano da existência da oposição sem equipará-la a grupos ou movimentos subversivos. Com isso, distintas opiniões políticas eram permitidas, o que comprometia o governo e causava maiores atritos (Philip, 1992).

[80] A estatal Petróleos Mexicanos (PEMEX), criada em 1938 para exploração de recursos energéticos (petróleo e gás natural, principalmente), incrementou a extração de petróleo dada a especulação internacional. As importações e o gasto público foram outros elementos que aumentaram no período (Philip, 1992).

O período de López Portillo foi uma ocasião propícia à continuidade das ações de Echeverría, seja de uma política externa ativa e, em menor grau, de movimentos de independência perante os EUA (Chabat, 1986).[81] A direção tomada era, assim, de firmar a liderança mexicana em temáticas regionais. Isso foi possível com certo custo, como a contrapartida no plano doméstico de aumentar o controle estatal na economia (Smith, 1991).

A economia no período cresceu, do mesmo modo que a participação política em organismos multilaterais. A alta produção e exportação de petróleo buscaram expandir a economia, com grande e rápido endividamento externo como contrapartida (Herrera-Lasso M., 1984). As altas expectativas no petróleo como o futuro do desenvolvimento econômico, além do descobrimento de novas jazidas na metade dos anos 1970, fez com que o México não dispusesse de outras saídas de emergência econômica (Aguilar Camín; Meyer, 2000).

Portanto, o petróleo serviria como instrumento de finalidades múltiplas, não apenas na segurança de independência econômica, mas também política, representada na política externa ao consolidar outras vias econômicas e políticas, assegurar maior soberania política e poder de barganha em escala regional e internacional e impulsionar a relevância do México no sistema internacional (Herrera-Lasso M., 1984; Philip, 1992). Ao depositar grandes expectativas nos recursos energéticos, o governo de López Portillo estabeleceu como prioridade a economia em sua política doméstica e externa, tornando o país ainda mais vulnerável a mudanças (Smith, 1991).[82]

---

[81] 1979 é um ano marcado pelas discordâncias entre López Portillo e Jimmy Carter, por conta da negativa do governo estadunidense em comprar o gás mexicano. Não menos relevante, a diplomacia mexicana na região da América Central e Caribe demonstra que existiram outras grandes rupturas à tradição diplomática do país. O apoio contra a família Somoza na Nicarágua encerrou o período de isolacionismo e de princípios tradicionais mexicanos, além de aumentar a distância nas relações do México com os EUA. O México usufruiu de sua pujança em petróleo na tentativa de influenciar politicamente a região (Chabat, 1986; Smith, 1991). Outro marco da independência da diplomacia e da quebra dos princípios de não intervenção e autodeterminação foi o reconhecimento do movimento Frente Democrático Revolucionário e do Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) enquanto forças de representação política de El Salvador. Segundo Chabat (1986), tal qual a decisão mexicana de não intervir em Cuba, o apoio ao sandinismo foi também resultado de uma pressão da opinião pública e de determinados grupos da esquerda mexicana. A colocação faz sentido quando se observa que, dada a queda do preço do petróleo em 1981, o ativismo da política externa no mandato de López Portillo perdeu força. Logo, El Salvador foi um caso problemático, pois se comprometeu com o lado que perdeu para a guerrilha. A estratégia foi a mesma utilizada na Nicarágua, embora nesse país a oposição tenha triunfado, caso contrário de El Salvador.

[82] A alta dependência da economia no petróleo aumentou a vulnerabilidade mexicana às variações no preço internacional do recurso energético. Devido à queda dos preços do petróleo no mercado internacional no ano de 1981, as expectativas de crescimento caíram e a desconfiança na economia cresceu no país, o que causou uma fuga de capital e desvalorizações gerais. Como resultado, instaurou-se uma crise econômica (fragilidade no mercado petroleiro, saída de capitais, demanda interna em excesso e baixos níveis de intercâmbios comerciais) e política (fraca análise conjuntural e de cooperação com setores privados ao nível nacional e internacional) (Herrera-Lasso M., 1984; Smith, 1991; Aguilar Camín; Meyer, 2000). Smith (1991) destaca dois erros fundamentais na economia do mandato de López Portillo. O primeiro foi a alta confiança na exportação de petróleo, o que aumentou investimentos no setor energético e enfraqueceu outros setores. O ciclo de dependência energética ficou ainda mais grave pela formulação de novos empregos voltados ao aumento da taxa de crescimento do país. Para o autor, essas decisões podem ter sido aplicadas devido à cláusula de não reeleição, o que teria influenciado López Portillo a

O petróleo não foi a única ferramenta de negociação do México em suas relações internacionais. A política externa de López Portillo também se empenhou em posicionar o país como protagonista internacional em três áreas: a) o desarmamento via o fortalecimento de instituições multilaterais; b) a presença do México na América Central; e c) a cooperação do México com países em desenvolvimento na luta por sociedades mais igualitárias e justas, devido ao anseio dos agentes políticos mexicanos de uma nova ordem econômica internacional (Herrera-Lasso M., 1984).[83]

Um desses exemplos foi a proteção de exilados latino-americanos, em paralelo às violações de direitos humanos que ocorriam no país. Dadas as diferenças, os governos de Echeverría e de López Portillo, em um país marcado pelo seu autoritarismo, violações contra direitos civis e políticos, mantiveram posições diplomáticas voltadas a promover o México como país defensor dos direitos humanos e de proteção para pessoas perseguidas politicamente. Essa tensão em um país que no plano doméstico era marcado pelo seu autoritarismo e violação de direitos tentou, durante o mandato de López Portillo, estabelecer relações conciliatória com grupos sociais e o setor privado, principalmente em prol da colaboração ao invés de conflito.

O lugar geoestratégico do México, somada a tomada de decisão de seus diplomatas, foi uma condição para que a sua política exterior estivesse circunscrita a um perfil antimilitarista, em defesa da paz e do desarmamento (Herrera-Lasso M., 1984; Ojeda, 1984). Desse modo, os governos mexicanos aproveitaram a baixa capacidade militar do México para consolidar uma imagem de liderança no desarmamento e de construção da paz mundial.[84]

---

aplicar medidas a curto prazo para alcançar bons resultados favoráveis a um possível segundo mandato. O segundo erro, na linha do argumento de Aguilar Camín e Meyer (2000), refere-se à contínua sobrevalorização do peso mexicano, o que estimulou a dolarização da economia e a fuga de capitais que aumentou a dependência mexicana à economia dos EUA.

[83] Para Herrera-Lasso M. (1984), as ações do México na América Central e Caribe em resoluções de conflitos internos foram feitas para conseguir estabilidade política, especialmente por serem países fronteiriços e que ameaçavam a independência e soberania política do México. Existiam diferenças notórias entre a política externa do México e dos EUA para a região: enquanto a diplomacia mexicana focou no respeito pela autodeterminação e pelo pluralismo político (pois ao defender tais princípios, protegia-se da ingerência estadunidense), os EUA adotaram uma postura muito mais agressiva e invasiva. Se o México apoiasse os EUA, poderia comprometer a sua própria independência política e soberania. Na perspectiva dos EUA, os conflitos domésticos na América Central e o Caribe eram um produto de fatores externos, o que auxiliava o país a justificar a sua ingerência nesses países. Logo, o México defendia uma política externa antimilitarista, altamente política, sem recorrer a instrumentos econômicos, mas sim foros multilaterais de negociação (Herrera-Lasso M., 1984). No caso da Junta Militar na Argentina, ao contrário do México, a região era palco de luta contra o anticomunismo e a subversão, onde os militares argentinos apoiaram os países centro-americanos com a transferência de bens econômicos e militares, além de treinamento contra a atuação das guerrilhas (Lisińska, 2019). As tentativas de atuação da Junta Militar na América Central buscavam ainda melhorar a posição internacional da Argentina e recuperar o seu prestígio militar, abalado pela pressão do governo de Jimmy Carter em relação aos direitos humanos no país (Lisińska, 2019).

[84] A assinatura do Tratado de Tlatelolco e seus dois protocolos (ou Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe) foi um dos maiores esforços diplomáticos do México no período. O documento foi rascunhado na Cidade do México, em 1967.

Em paralelo a essa investida do México em condenar violações de direitos humanos em alguns países e regiões, no próprio país eram praticadas ações por instituições estatais de abuso de poder, mecanismos de vigilância e controle e corrupção política, por exemplo, em paralelo ao discurso e às ações de proteção aos exilados argentinos. Um caso prático foi o aumento do orçamento da DFS no mandato de López Portillo cuja estrutura, em 1981, já estava presente em todos os estados mexicanos e contava com mais de três mil pessoas empregadas e cerca de dez mil informantes. Para Aguayo (2014), a DFS tratava-se de um órgão que mantinha uma "[…] polícia política, e a inteligência que produziam refletia a visão (distorcida) que os chefes possuíam sobre segurança" (Aguayo Quezada, 2014, p. 230, tradução nossa).

As violências perpetradas pelos funcionários das DFS eram toleradas (tortura, desaparecimentos forçados), desde que os resultados fossem alcançados. No governo de López Portillo, o órgão foi transformado em "[…] uma sólida base de poder. Em pouco tempo ganhou a lealdade de seus agentes por meio de generosidade, de melhorias nas condições de trabalho [...] e a tolerância de atividades ilegais" (Aguayo Quezada, 2014, p. 233, tradução nossa).

Com relação aos direitos humanos, o governo de López Portillo também manteve as diretrizes da política externa de Echeverría na América Central. Em 1979, ele rompeu relações com a Nicarágua (Saltalamacchia Ziccardi; Covarrubias Velasco, 2011) e, em 1980, retirou o seu Embaixador de El Salvador por conta de violações de direitos humanos nesses países como uma forma de "[...] influir efetivamente na região, desde uma perspectiva de política realista, mais que uma medida dirigida ao âmbito doméstico" (Rico, 2000, p. 94).

Se no mandato de Echeverría houve quebra de relações diplomáticas e denúncias contra países que cometiam violações de direitos humanos contra a sua população, com López Portillo não foram tomadas ações tão incisivas contra países que estavam sob ditaduras civil-militares: a maioria dos países do Cone Sul estavam sob o domínio das Forças Armadas, como a Argentina, que com inúmeras atrocidades, não recebeu o mesmo trato tal qual o Chile, por exemplo.

Portanto, a política externa de López Portillo foi mais protagonista nas relações internacionais e menos propensa a conciliar as necessidades domésticas com os interesses internacionais do México (Philip, 1992). Assim, López Portillo queria aumentar a sua presença na comunidade internacional a despeito dos efeitos negativos que poderia ter de lidar no cenário doméstico mexicano ao buscar "[...] um papel global, enquanto negligenciava o ambiente doméstico. Quando a situação na esfera econômica começou a ficar difícil, o medo de perder visibilidade internacional foi mais uma restrição à política doméstica" (Philip, 1992, p. 120, tradução nossa).

A política externa do México perdeu alcance especialmente nos anos de 1979 e 1981 devido a deterioração da crise financeira e do distanciamento dos principais centros de poder econômicos privados do México. Tais elementos domésticos dificultaram um papel mais ativo da política externa mexicana com Echeverría, mas também sob a liderança de López Portillo (Rico, 2000). Enquanto isso, as relações bilaterais e multilaterais da Argentina durante a ditadura com países da América Latina tampouco conseguiram avançar de maneira significativa (Simonoff, 1999). Na ditadura, houve um forte embate político e bélico com países limítrofes e da região (político com o Chile por conta do Canal do Beagle e bélico com a Inglaterra pelas Malvinas), mas com tentativas de manter vínculos estratégicos com os EUA (Simonoff, 1999).

2.5 Considerações preliminares

Nota-se que os governos argentinos e mexicanos ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980 buscaram estabelecer uma política externa pautada na autonomia e na diversificação de suas relações diplomáticas com vistas a diminuir a dependência em relação às superpotências da Guerra Fria, particularmente os EUA. No caso do México, preponderaram fatores domésticos que tomaram a política externa como instrumento para sanar as desavenças e as disputas com as esquerdas e as elites, sendo a proteção aos exilados argentinos uma maneira de reposicionar o país como líder na pauta de direitos humanos em nível local e global, bem como demonstrar o compromisso (ao menos em discurso) do país com os direitos humanos. No entanto, a política externa mexicana do período respondia a interesses domésticos na política e na economia, ao passo que a repressão interna continuava contra opositores do regime.

No caso da Argentina, a instabilidade política é notória: em menos de duas décadas, mais de seis governos conduziram o país a partir de distintas perspectivas e estratégias políticas na diplomacia. Em geral, as oscilações enfraqueceram a política externa e a impossibilitaram de estabelecer diretrizes mínimas e ações sólidas para garantir a independência e a autonomia do país frente à comunidade internacional. E, como agravante durante a ditadura argentina, sublinham-se as dificuldades de manter boas relações com parceiros estratégicos em escala bilateral e multilateral devido às denúncias sobre as violações de direitos humanos, situadas em um contexto mais amplo de uma estratégia falha de autonomia e independência da política externa. A ditadura do “Processo” tentou estabelecer uma abordagem pragmática voltada às questões econômicas e militares que, com base em aspectos nacionalistas, não conseguiu alcançar os seus objetivos, além de sofrer com as inúmeras denúncias sobre as violações de direitos humanos que minaram o governo dos militares ao longo dos anos.

Portanto, ambos os países tentaram diminuir a dependência internacional a partir da ampliação de seus parceiros nas relações diplomáticas. Contudo, as limitações domésticas e externas foram significativas, a instabilidade econômica e política assolou ambos os países de regimes autoritários com próprias peculiaridades históricas. Na sequência deste capítulo, o próximo busca entender de que forma o México decidiu conduzir a sua diplomacia em suas relações diplomáticas com a Argentina. Como base de análise, está a proteção de exiladas e exilados argentinos em um contexto de violência política que atingia a população argentina em crescente desde 1974.

3 A EMBAIXADA DO MÉXICO NA ARGENTINA: A POLÍTICA DE ASILO E AS TENTATIVAS DE DIÁLOGO COM A JUNTA MILITAR

3.1 Introdução

Em continuidade à discussão sobre as relações diplomáticas entre a Argentina e o México, este capítulo explora como a diplomacia mexicana implementou as suas ações em vistas a proteger a comunidade exilar de argentinos no México. No bojo desse processo, cabe entender de que maneira o Estado mexicano estabeleceu as suas relações diplomáticas com o Estado argentino, em consideração às relações sociais, políticas e diplomáticas com os grupos de exilados nesse contexto de proteção internacional via o instituto do asilo.

Consideram-se, então, não apenas os interesses nacionais e de política externa mexicanos, mas também o grau de relevância que a presença e a atuação dessa comunidade exilar pode ter representado na tomada de decisão da diplomacia do México para com a Argentina. A documentação analisada permite identificar o perfil dos diplomatas mexicanos atuantes na Embaixada mexicana e na SRE. São também analisadas as suas decisões, divergências e estratégias no trato da temática de direitos humanos com a Junta Militar.

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira seção, discute-se a política externa mexicana para a Argentina desde antes do golpe (1 de julho de 1974, com a morte de Perón e o início do governo de Isabel Perón) até o fim de 1976 (ano com o maior número de entrada de argentinos no México). O contexto da época era de aumento da ofensiva estatal e paraestatal contra a população do país e de início do processo de proteção por meio da concessão de asilo diplomático na Embaixada mexicana. Argumenta-se que no agravamento da situação política, social e econômica na Argentina, coexistia uma posição conservadora na Embaixada mexicana no ano do golpe, caracterizada por uma restrição na concessão de asilo pelo representante na missão, cujo perfil era oposto à política de portas abertas do mandato de Echeverría.

Na segunda parte, o foco está em compreender as relações internacionais entre o México e a Argentina a partir de 1977 até o final do ano de 1980. O período marca a complexidade de lidar com inúmeros casos de desaparecimento e a tentativa de outorgar salvo-condutos aos asilados que estavam na Embaixada mexicana, temas que suscitaram uma grande movimentação de grupos e movimentos de direitos humanos em denúncia às atrocidades da ditadura, além do contexto internacional mais complexo ao México no marco da expansão da indústria do petróleo e da pressão doméstica de distintos atores do espectro político mexicano. O ponto que se defende nesse estágio das relações é o de que, o México, ao mesmo tempo que

aumentou a pressão sobre a Argentina para obter os salvo-condutos aos asilados que se encontravam há anos em sua Embaixada na capital argentina (majoritariamente devido a funcionários da representação diplomática), não deixou de mobilizar esforços políticos (e materiais) para avançar nas suas negociações e relações com a ditadura argentina em temáticas comerciais, econômicas, financeiras e energéticas, principalmente por manobras da SRE.

Por fim, a terceira seção trata sobre os obstáculos para conseguir dialogar com a ditadura na obtenção de salvo-condutos e retomar negociações em outras áreas para além dos direitos humanos, assuntos que marcam os anos de 1981 a 1983. Nesse período, a Embaixada mexicana persistiu na concessão de salvo-condutos para dois asilados que permaneciam na representação diplomática, mas cujos esforços políticos haviam diminuído nesse campo para dar espaço a outras tratativas nas negociações entre a Argentina e o México. Se as relações diplomáticas entre os países eram publicamente caracterizadas como confusas por conta da questão dos asilados, nos bastidores da diplomacia argentina e mexicana, os procedimentos tomados iam no sentido de contornar a questão de direitos humanos para dar espaço a assuntos de maior interesse nacional, ora no âmbito doméstico, ora em foros multilaterais nos quais a Argentina e o México se encontravam.

3.2 A diplomacia mexicana para a Argentina: a política de proteção antes do golpe e no início da ditadura (1 de julho de 1974 ao final de 1976)

A perseguição política contra a população argentina e de outras nacionalidades não iniciou com o golpe pelas Forças Armadas que derrubou o Congresso Nacional em 24 de março de 1976. Antes da ditadura, já existiam estratégias estatais e paraestatais (essas amparadas por grupos paramilitares da extrema-direita argentina) de múltiplas violências contra a população na Argentina. Em paralelo, as pessoas que conseguiam buscar apoio doméstico e internacional se mobilizaram para sair do país, sendo o México um dos principais países de destino.[85]

---

85 O período de 1 de julho de 1974 até o início da ditadura faz parte do chamado terceiro peronismo, ou seja, quando o peronismo voltou como potência política na Argentina a partir das eleições de 1973 (Águila, 2023). Esses anos foram marcados pela escalada da violência política, o que levou ao acentuamento de repressões contra a população na Argentina e à necessidade daquelas pessoas ameaçadas ou violentadas a buscarem proteção, como a solicitação de asilo diplomático em embaixadas. A violência política era empregada tanto pelo espectro da direita política como da esquerda (Franco, 2021; Águila, 2023). De acordo com Águila (2023), meses após a morte de Perón e assunção de Isabel Perón ao cargo de presidenta, a repressão estatal e paraestatal aumentou consideravelmente: "os instrumentos legais que penalizavam as atividades consideradas subversivas foram endurecidos [...] foi sancionada a Lei de Segurança Nacional (20.840), a qual estabelecia penas por atividades subversivas em todas as suas manifestações [...] foram instauradas medidas de exceção, como o Decreto 1.368 de novembro de 1974 (vigente até 1984), que declarava estado de sítio em todo o território do país" (Águila, 2023, p.

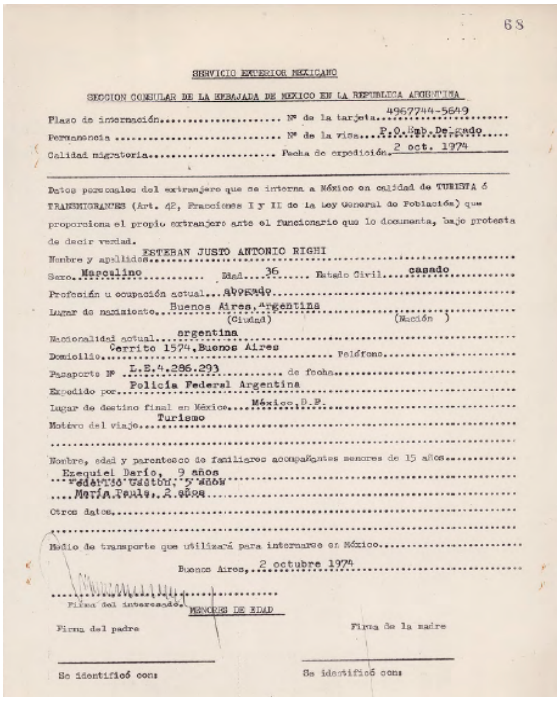
Prévio ao golpe, a Embaixada mexicana concedia asilo diplomático à população, essa composta por diversos perfis, desde docentes universitários, profissionais liberais a membros de grupos guerrilheiros como Montoneros ou a pessoas renomadas do meio acadêmico, por exemplo.[86] Em documentação recentemente digitalizada pelo arquivo histórico da SRE, a concessão de asilo político para cidadãos argentinos já acontecia desde setembro de 1974 devido a ameaças, assassinatos e demissões, casos que ilustram os múltiplos fatores que impulsionaram a saída dessas pessoas do país. Em uma pasta composta por diversas fichas de solicitações de asilo, a Embaixada mexicana classificava a filiação política (grupos, movimentos), a profissão e outros dados das pessoas.

Existiam casos em que as solicitações eram justificadas por motivos turísticos, mas é notório que as razões tinham como base as ameaças psicológicas e físicas; em outros casos, as pessoas de fato confirmavam que o motivo era por temor à vida. Segundo o formulário apresentado na figura 1 abaixo, as informações eram oriundas de depoimento da pessoa que se apresentava na Embaixada, mas isso não significa que o Estado mexicano não fizesse investigações próprias:

Figura 1 – Ficha de Registro de Solicitações de Asilo – Serviço Consular da Embaixada mexicana

33, tradução nossa). Além disso, como mencionado na introdução, o Estado argentino financiava e tolerava a ação de grupos armados de direita e de comandos paraestatais como a *Triple A*. As penalidades da Lei de Segurança Nacional (ou lei antissubverssiva) recaíam também sobre argentinos naturalizados e estrangeiros, que poderiam perder a cidadania e serem expulsos no primeiro caso e serem expulsos no segundo (Argentina, 1974).

[86] O trabalho de Sepúlveda (1979), publicado em um contexto no qual o México era visto internacionalmente como um dos principais países de acolhida a pessoas e grupos perseguidos, ilustra os limites, as dificuldades e as urgentes mudanças que já eram visíveis na década de 1970 para o asilo diplomático. Conforme o autor, na década de 1970, os países latino-americanos decidiam acolher com base em uma postura nacionalista que visava proteger o mercado de trabalho nacional e suas delimitações geográficas. Ao longo desta tese, será observado o que Sepúlveda (1979) aponta como as características da acolhida mexicana: a maioria dos casos de concessão de asilo ocorria por costume, regras morais e éticas de conduta que, ao serem atreladas às normas internacionais de direito público, ganhavam solidez e garantiam a imagem de país acolhedor entre os Estados.



68

SERVICIO EXTERIOR MEXICANO

SECCION CONSULAR DE LA EMBAJADA DE MEXICO EN LA REPUBLICA ARGENTINA

Plazo de internación..... Nº de la tarjeta 4967744-5649
Permanencia ..... Nº de la visa P.O.Emb. De cnsdo
Calidad migratoria..... Fecha de expedición 2 oct. 1974

Datos personales del extranjero que se interna a México en calidad de TURISTA ó TRANSMIGRANTES (Art. 42, Fracciones I y II de la Ley General de Población) que proporciona el propio extranjero ante el funcionario que lo documenta, bajo protesta de decir verdad.

Nombre y apellidos ESTEBAN JUSTO ANTONIO RIGHI
Sexo Masculino Edad 36 Estado Civil casado
Profesión u ocupación actual Abogado
Lugar de nacimiento Buenos Aires, Argentina (Ciudad) (Nación)
Nacionalidad actual argentina
Domicilio Cerrito 1574, Buenos Aires Teléfono
Pasaporte Nº L.E.4.286.293 de fecha
Expedido por Policía Federal Argentina
Lugar de destino final en México México D.F.
Motivo del viaje Turismo

Nombre, edad y parentesco de familiares acompañantes menores de 15 años
Ezequiel Darío, 9 años
Federico Gastón, 7 años
María Inés, 4 años

Otros datos

Medio de transporte que utilizará para internarse en México

Buenos Aires, 2 octubre 1974

Firma del interesado

MENORES DE EDAD

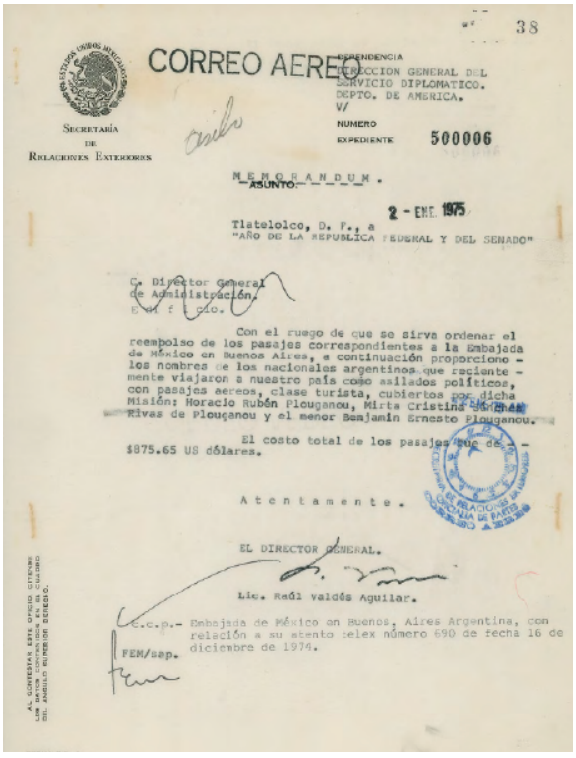
Firma del padre Firma de la madre

Se identificó con: Se identificó con:

Fonte: AHD-SRE, 1974a.

Antes do golpe, em 1974 a Embaixada mexicana chegou a custear as passagens aéreas das pessoas que obtiveram asilo para irem ao México, segundo o telegrama apresentado na figura 2 a seguir:

Figura 2 – Passagens aéreas para asilados, custeadas pela Embaixada do México na Argentina



38

CORREO AEREO

SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES

DEPENDENCIA
DIRECCION GENERAL DEL SERVICIO DIPLOMATICO.
DEPTO. DE AMERICA.
V/
NUMERO
EXPEDIENTE 500006

M E M O R A N D U M .
ASUNTO.

2 - ENE 1975

Tlatelolco, D. F., a
"AÑO DE LA REPUBLICA FEDERAL Y DEL SENADO"

C. Director General de Administración.
P r e s e n t e.

Con el ruego de que se sirva ordenar el reembolso de los pasajes correspondientes a la Embajada de México en Buenos Aires, a continuación proporciono los nombres de los nacionales argentinos que recientemente viajaron a nuestro país como asilados políticos, con pasajes aereos, clase turista, cubiertos por dicha Misión: Horacio Rubén Plouganou, Mirta Cristina Mc Rae Rivas de Plouganou y el menor Benjamin Ernesto Plouganou.

El costo total de los pasajes fue de $875.65 US dólares.

A t e n t a m e n t e.

EL DIRECTOR GENERAL.

Lic. Raúl Valdés Aguilar.

c.c.p.- Embajada de México en Buenos, Aires Argentina, con relación a su atento telex número 690 de fecha 16 de diciembre de 1974.

FEM/sap.

Fonte: AHD-SRE, 1975a.

Dentre os asilos concedidos antes do golpe, destaca-se o de Rodolfo Puiggrós, ex-reitor da UBA e membro-fundador da CAS. Junto de sua esposa, Dela Judith Carnelli de Puiggrós, eles conseguiram asilo por Celso Humberto Delgado Ramírez, Embaixador do México na Argentina, no dia 23 setembro de 1974 (EMBAMEX, 1974a).[87] Em resposta ao asilo concedido pelo México, o governo argentino comunicou à Embaixada mexicana que as condições para a concessão não possuíam fundamentos jurídicos (AHD-SRE, 1974b). A justificativa dada pelo governo de Isabel Perón era a de que os asilados "[...] gozam de todos os direitos legais que amparam os habitantes do país" (AMRECIC, *Encargado del Despacho del Ministerio de Relaciones Exteriores*, 24 de setembro de 1974, p. 1, tradução nossa) e se encontravam em "[...] plena e absoluta liberdade para entrar, permanecer e transitar no território da República" (AMRECIC, *Encargado del Despacho del Ministerio de Relaciones Exteriores*, 24 de setembro de 1974, p. 1, tradução nossa).

Tratava-se de um período em que a Argentina ainda não reconhecia essas pessoas como asilados, pois não eram considerados perseguidos políticos. E, embora existisse a possibilidade de não serem de fato alvos do governo, a Embaixada mexicana concedia o asilo por saber do contexto de segurança no qual os argentinos (e estrangeiros) estavam inseridos. Em entrevista concedida à pesquisadora Silvia Dutrénit Bielous, o Embaixador mexicano da época, Roque González Salazar, afirmou que:

> [...] quando ocorreu o golpe de Estado, havia na Embaixada apenas dois, que chamávamos de hóspedes, porque não eram considerados na categoria, o governo da senhora Perón não considerava a categoria de asilado, pois os funcionários afirmavam que não eram perseguidos políticos do governo. Provavelmente não eram, mas havia um grupo paramilitar importante de direita, a *Triple A* [...] (González Salazar, Roque. [Entrevista concedida a] Bielous, 2000a, p. 72, tradução nossa, grifo nosso).[88]

Outro ator importante no exílio foi Raúl Federico Laguzzi, Reitor da UBA na época (AHD-SRE, 1974d). Em dia 27 de setembro, logo após o asilo de Puiggrós (que já possuía uma ampla rede de contatos no México desde a década de 1960, especialmente na área acadêmica), Laguzzi e a sua esposa Lidia Elsa Repetto também foram asilados na Embaixada mexicana.[89]

---

[87] Segundo informações da *Secretaría de Relaciones Exteriores* (SRE) do México, quando o presidente Echeverría soube da solicitação de asilo, solicitou imediatamente que a Embaixada tomasse as providências necessárias para garantir a segurança de Puiggrós e de sua esposa (AHD-SRE, 1974c). O México autorizou o casal a residir no país por um ano, na qualidade de não imigrantes conforme a forma migratória "F-M-10" (AHD-SRE, 1974f). Já no México, Rodolfo Puiggrós foi redator do jornal *El Día* para assuntos internacionais e culturais.

[88] Na dúvida de conceder ou não asilo, consideradas as condições locais do país no qual estava a representação diplomática mexicana, a prática era a de proteger as pessoas, mesmo que nem todos os casos se enquadrassem em perseguição política, como destaca Mendoza y Caamaño (2004). Contudo, como será visto, esse costume não foi linear e constante; ao longo dos anos, na Embaixada, as concessões de asilo foram basicamente encerradas.

[89] As práticas repressivas da ditadura, que resultaram nas demandas por solicitação de asilo na busca de proteger a vida, eram condizentes com as táticas psicológicas de instaurar o medo e o terror sobre a sociedade, dado que serviam de exemplo a outros grupos e setores da população caso ousassem contrariar os militares. Havia, portanto,

Nesse segundo asilo, a Argentina respondeu com menos paciência: o Ministro de Justiça e Membro Interino do MREyC, Antonio J. Benitez, destacou que as condições do momento não eram propícias à concessão do asilo para Laguzzi e a sua esposa, tal qual o caso de Puiggrós (AMRECIC, 1974), e que o México deveria parar com as concessões de asilo:

> [...] devo chamar a atenção de Vossa excelência da imperiosa necessidade de que cessem estas peculiares situações que pretendem desnaturalizar a essência da nobre instituição do direito de asilo que tem sido permanentemente reconhecida e cultivada na mais pura tradição histórica para a honra de nossos países (AMRECIC, *Encargado del Despacho del Ministerio de Relaciones Exteriores*, 27 de setembro de 1974, p. 1-2, tradução nossa).

Em contrapartida, o México não respondeu à solicitação argentina (AHD-SRE, *Mensaje que dictó por teléfono*, 27 de setembro de 1974). Para casos similares, a SRE instruiu o Embaixador do México, Celso Humberto Delgado Ramírez, a:

> [...] solicitar informações da chancelaria argentina e se receber as mesmas colocações dos casos anteriores, irá abster-se de formalizar o asilo solicitando, em troca, as maiores facilidades que possa obter para garantir que seus hóspedes possam ir ao México sem problemas, evitando publicidade que possa dar lugar a más interpretações (AHD-SRE, 1974c, s. p., tradução nossa, grifo nosso).[90]

No ano seguinte, em 1975, as novas diretrizes do México buscaram limitar a atuação dos exilados argentinos no país.[91] A decisão era uma forma de, na perspectiva da diplomacia mexicana, não deteriorar as relações entre a Argentina e o México, considerando as pessoas que estavam nesse país sob a proteção do asilo diplomático. Segundo o governo mexicano, determinados grupos de exilados realizavam "[...] ataque sistemático ao Governo Argentino e a suas instituições" (AHD-SRE, 1975b, s. p.), sendo esses grupos o COSPA, a CAS e a *Unión de Periodistas Argentinos para la liberación*.

Acontecimentos marcantes da política argentina em março de 1975 repassados à SRE pela Embaixada demonstram, outra vez, que os diplomatas mexicanos estavam cientes do clima político e da violência estatal contra a população na Argentina:

> Há muitos anos que neste país se pratica a arte de destruir o inimigo. O partido no poder busca a melhor maneira de aniquilar os opositores. Por isso Perón, ao assumir,

---

um componente de espetacularidade, como chama Águila (2023). Ou seja, exibir os cadáveres e as mutilações em seus corpos era uma maneira da ditadura demonstrar o poder dos militares (Águila, 2023). Não cabe aqui estender a discussão sobre o espetáculo da repressão empregado pela ditadura, mas Michel Foucault em sua obra "Vigiar e punir: nascimento da prisão", publicada em 1975, já discutia as formas pelas quais a humilhação e a execução em praça pública eram realizadas como exemplo do poder de polícia do Estado.

[90] Até aquele momento, a Embaixada havia concedido asilo a argentinos de diversas profissões: Esteban Justo Antonio Righi, ex-Ministro do Ministério do Interior; Zulita Fellini Gandulfo de Righi, esposa de Esteban Righi; Ezequiel Darío Righi, Federico Gastón Righi e María Paula Righi, filhos do casal; Ignacio Germán González, jornalista; Rubén Antonio Sosa e Rafael Julio Pérez, ambos advogados; Bernardo Groxler, militar aposentado e sub-oficial maior do exército; e Federico Guillermo Troxler, técnico de motores industriais (AHD-SRE, 1974e).

[91] Foi dada instrução para que os protestos no México fossem restringidos, conforme o telegrama do Anexo A. Sem autoria, o documento foi encontrado nas pastas de informes políticos de 1975.

> tratou de que todos os setores políticos esquecessem as suas diferenças para se unirem em torno de seu governo. Todos pareceram aceitar este pacto imaginário de não agressão, com maior ou menor grau de sinceridade. Quando o General Perón desapareceu, as coisas voltaram lentamente ao seu estado anterior (EMBAMEX, 1975a, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

Na perspectiva da Embaixada mexicana, os próximos eventos políticos da Argentina seriam mediados pelo governo e pelas próprias Forças Armadas. As Forças Armadas, segundo os rumores repassados pela Embaixada mexicana, dariam um golpe de estado ou manteriam o regime da época até as eleições de 1977 (EMBAMEX, 1975a). Vê-se, então, que a Embaixada mexicana previa uma radical transformação na política argentina que poderia, por ventura, aumentar a violência e, consequentemente, as solicitações de asilo e outras modalidades de migração da população argentina e de outras nacionalidades ao México e a outros países.

Nesse contexto, o governo argentino mantinha uma posição de descontentamento com as ações de proteção do México. González Salazar, novo Embaixador do México, foi comunicado pelo governo argentino sobre o desagrado que as ações de Rubén Antonio Sosa, cidadão argentino, haviam causado ao país ao ter participado de uma conferência de imprensa mexicana para divulgar seu livro. No evento, Sosa teria discursado contra o governo de Isabel Perón e acusado a mandatária de ser responsável pelos assassinatos e outros delitos na Argentina (EMBAMEX, 1975b).

Na opinião de Gonzalez Salazar, o México deveria ter tomado uma atitude restritiva, ou seja, não ter deixado realizar a conferência, evitando assim a abertura midiática que prejudicou a imagem da Argentina (EMBAMEX, 1975b). Para o Ministro da Argentina, a ação teria contribuído para arruinar as boas relações entre a Argentina e o México. Dado o agrave da situação, a Embaixada da Argentina no México comunicou à SRE sobre as declarações de Sosa, o qual teria responsabilizado

> [...] a Excelentíssima Senhora Presidente da Argentina, cumplicidade e encobrimento dos crimes da organização extremista conhecida pela sigla AAA e outras apreciações lesivas ao decoro da Senhora Presidente. Por considerar que a conduta do senhor Sosa constitui um abuso das condições de sua residência neste País e se orientam a afetar as relações de inquestionável nível de cordialidade e cooperação entre nossos Governos, esta Embaixada coloca em consideração desta Secretaria o referido fato (EMBARG, 6 de junho de 1975, s. p., tradução nossa).

Em resposta, a Embaixada atestou compreender a preocupação da Argentina, mas não cercearia a liberdade de expressão das pessoas asiladas em seu território. A justificativa mexicana ao governo argentino não correspondeu às sugestões do Embaixador González Salazar, prevalecendo a posição da SRE.

A partir desses telegramas, é notório que argentinos e exilados de outros países já se organizavam para construir alternativas a fim de sair da Argentina antes do golpe, em um

contexto de aumento da perseguição política e da violência contra a população ainda no governo de Isabel Perón. Em paralelo, a Embaixada mexicana se mantinha atualizada da situação política do país antes do golpe, além de conceder asilo diplomático às pessoas que buscavam proteção na representação mexicana.

Notificadas pelo MREyC, as representações diplomáticas de diversos países na Argentina tomaram ciência de que as Forças Armadas haviam criado uma Junta Militar para assumir o governo (EMBAMEX, 1976a). Tendo isso em vista, o governo argentino solicitou à Embaixada mexicana que o México reconhecesse o novo governo na Argentina e, no México, a Embaixada argentina comunicou ao Secretário de Relações Exteriores do México, Alfonso Garcia Robles, sobre o novo governo (EMBAMEX, 1976a).

Nas palavras do Embaixador González Salazar, não foi uma surpresa a tomada de poder pelas Forças Armadas, mas sim que não tivesse acontecido antes, já que o governo de Isabel Perón estava sob forte crise política, social e econômica (EMBAMEX, 1976b). O relato do Embaixador permite inferir que parcela das representações diplomáticas na Argentina sabiam que o governo de Isabel Perón não era coeso e coerente em suas ações, o que intensificava o desprestígio do governo, o clima de indecisão e de insegurança no país.[92]

Caracterizada por González Salazar como uma ditadura de direita, o governo argentino poderia tomar ações mais rígidas com a oposição, o que aumentaria a violência no país. Segundo ele, "Os **golpistas** tomaram posse dos principais centros e pontos estratégicos do país, como era normal que fosse acontecer, aplicando a técnica mais fundamental de um **golpe de estado**" (EMBAMEX, 1976b, p. 7, tradução nossa, grifo nosso). Para a Embaixada, a política externa argentina estava mais voltada aos países vizinhos da Argentina e distante dos chamados países não alinhados e socialistas; em decorrência disso, a Argentina ampliaria as suas relações para com os EUA e a Europa Ocidental (EMBAMEX, 1976b).

O Embaixador González Salazar se preocupava com o estado anormal das relações diplomáticas do México com a Argentina, tendo em horizonte as tratativas para conseguir obter da ditadura os salvo-condutos aos asilados. Além disso, a Embaixada esperava um aumento nas solicitações de asilo por conta do crescimento da violência no país.[93]

---

[92] De acordo com González Salazar, as maiores dificuldades do governo de Isabel Perón eram a crise econômica em ascensão, o vazio de poder após a morte de Perón, o alto grau de corrupção governamental e a violência estatal e paraestatal, somada à violência policial e aos grupos guerrilheiros que acentuavam o sentimento de insegurança na população (EMBAMEX, 1976b).

[93] Segundo Bielous (2000), ao contrário da Embaixada do México na Argentina (que recebeu um número elevado de solicitações de asilo antes do golpe), as representações mexicanas chilena e uruguaia receberam solicitações apenas depois do golpe. Contudo, diferentemente da representação na Argentina, as Embaixadas mexicanas no Chile e no Uruguai receberam da SRE instruções de como conceder asilo nos primeiros momentos do golpe. No caso da Embaixada mexicana na Argentina, as orientações chegaram muito depois do golpe e o seu recorte era

No entendimento do Embaixador, o México deveria participar da cerimônia de transição de governo organizada pelo MREyC a fim de estreitar os seus laços com os militares (EMBAMEX, 1976c). Contudo, a SRE destacou que o Embaixador não deveria comparecer à reunião com o Ministro de Relações Exteriores da Argentina e outros assuntos em discussão seriam analisados com base no direito internacional (AHD-SRE, 1976b), como o caso dos asilados a partir das convenções latino-americanas sobre asilo.

Após o golpe, o Embaixador notificou à SRE que 34 países reconheceram o novo governo. No caso do México, o país buscaria manter relações normais com a Argentina a partir do reconhecimento via a sua Doutrina Estrada (EMBAMEX, 1976d), segundo a qual,

> [...] o Governo mexicano não outorga nem nega seu 'reconhecimento' às autoridades que assim se estabeleçam, mas se limita a manter ou retirar a sua Missão diplomática do respectivo país. Quando a decisão que se adota a respeito é positiva, o ato mediante o qual cobre vigência de tal decisão consiste unicamente na confirmação formal de recebimento, pela Embaixada mexicana correspondente, da nota diplomática que tenham dirigido às novas autoridades comunicando a composição do Gabinete (AHD-SRE, 1976b, s. p., tradução nossa).[94]

No fim de março de 1976, a Embaixada encaminhou à SRE um dos primeiros relatórios sobre a situação política argentina (EMBAMEX, 1976e). Nesse informe, o Embaixador González Salazar descreveu a composição da Junta Militar, a sua divisão desigual de poderes e as desavenças entre a Aeronáutica, o Exército e a Marinha. Um ponto muito importante que o Embaixador trouxe foi a dificuldade em estabelecer comunicação com o governo argentino, dado o "[...] ocultamento recíproco de informação e, como consequência, uma falta de coordenação. Nossa própria Embaixada teve que perceber esses sintomas ao tramitar os casos de asilo" (EMBAMEX, 1976e, p. 2, tradução nossa).

Outra temática tratada pelo Embaixador foi sobre os presos políticos. Existia um interesse em conhecer o tratamento dado pelo governo argentino a essa camada da população e, mais uma vez, houve dificuldade em obter informações locais: "É difícil realizar um cálculo sobre o número de presos no momento do golpe de estado, e muito menos sobre o tratamento que recebem, uma vez que há um grande hermetismo sobre o assunto, algo geral sobre tudo que se trata dos atos do governo" (EMBAMEX, 1976e, p. 2-3, tradução nossa).

Além da falta de informações, a Embaixada também sabia que a ditadura controlava os meios de comunicação, visto que as notícias governamentais vinham somente a partir de boletins oficiais de imprensa (EMBAMEX, 1976e), sendo que o governo mexicano não era isento de críticas. Para o Embaixador, tais críticas continuariam no futuro "[...] uma vez que a

---

especificamente para gestar os casos do ex-presidente Cámpora, de seu filho e de Juan Manuel Abal Medina, o que teria prejudicado a concessão de asilo a outras pessoas.

[94] O MREyC encaminhou a nota verbal à Embaixada mexicana em 20 de abril de 1976 (AHD-SRE, 1976b).

política mexicana irrita aos setores conservadores deste país. Em particular, irritou-os que o México concedeu asilo para argentinos muito importantes" (EMBAMEX, 1976e, p. 5, tradução nossa). Mais ao final do documento, o Embaixador discutiu sobre o asilo. Naquele período, haviam sido registrados poucos casos de asilo pelas Embaixadas e, no caso da Embaixada mexicana, foram concedidos 31 asilos (dois antes do golpe, 26 no golpe e três após o golpe).[95] As justificativas para a concessão de um baixo número de asilos, segundo o Embaixador, foi devido aos seguintes fatores:

> a) **imediatamente depois do golpe militar** – e em muitos casos, algumas horas antes do mesmo – **todas as embaixadas, em especial as que tradicionalmente concedem asilo, foram sitiadas pelas forças armadas para controlar rigorosamente a entrada e a saída de pessoas, situação que se manteve por vários dias**; b) durante esse período, foram detidas pelas forças armadas a maioria das pessoas com possibilidade de se asilarem, que eram perseguidas (políticos, funcionários públicos ou dirigentes que têm contato com Embaixadas e fácil acesso a Buenos Aires); c) **muitas embaixadas latino-americanas** – e também de outros continentes – **tinham instruções de não conceder asilo**; d) é provável que muitos perseguidos políticos saíram antes, quando o golpe era iminente, ou pouco depois ao encontrar refúgio em outros países, seja como turista ou de maneira ilegal (EMBAMEX, 1976e, p. 12, tradução nossa, grifo nosso).[96]

A maioria das solicitações de asilo foi negada pela Embaixada mexicana. As justificativas apresentadas ao longo do tempo foram várias e, no primeiro ano da ditadura, o Embaixador afirmou que as solicitações não possuíam os requisitos necessários para a concessão de asilo, não especificados pelo diplomata. Para González Salazar, as características daquelas pessoas que solicitavam asilo era de

> [...] pessoas demitidas de seus empregos na administração pública ou em empresas que, por conta de sua função ou estatuto, foram intercedidas pelo governo militar (universidades, institutos, sindicatos, empresas de serviços públicos, etc.). Em muitos destes casos, **parece óbvio que a causa da demissão tenha sido exclusivamente pela filiação política da pessoa**. Às vezes são casos muito claros de pessoas hostilizadas por ostentar ideias políticas distintas do governo no poder, ou por serem consideradas inimigos em potencial. **Mas, em geral, os solicitantes não conseguiram apontar outros indícios que levem a supor que a hostilização que**

[95] Todas as 26 pessoas que obtiveram asilo pela Embaixada mexicana pertenciam à família Vaca Narvaja (AHD-SRE, 1976a), vinculada ao grupo Montoneros. No governo de Echeverría, 63 pessoas conseguiram asilo pela Embaixada mexicana de 23 de setembro de 1974 a 5 de julho de 1976 (AHD-SRE, 1979b). Além da Embaixada do México, a Embaixada de Cuba e a do Peru concederam um pedido de asilo cada uma.

[96] Entre 1960 e 1983, 6.230 argentinos entraram no país, em sua maioria com visto de turista, e posteriormente legalizaram sua situação migratória por outras categorias. A metodologia usada por Yankelevich e Jensen (2007) distingue dois períodos: um prévio à chegada dos exilados (1960-1973) e um segundo período (1974-1983), marcado pela repressão e perseguição política na Argentina. Existiu uma regularidade de ingresso de argentinos no México entre 1960 e 1973: 1.617 pessoas ingressaram no país, cerca de 124 ingressos anuais. Já entre 1974 e 1983 é notório que a deterioração da situação política na Argentina antes de 1976 aumentou a entrada de argentinos no México: somente em 1976, 784 argentinos migraram ao país. Ou seja, quase metade das pessoas que entraram no México entre 1960 e 1973 ingressaram no país no ano do golpe devido à escalada da violência política sobre a sociedade argentina das esquerdas e das direitas (Franco, 2021; Águila, 2023). Nos anos 1982 e 1983 houve uma pequena queda no número de argentinos que entraram no México, o que pode ser explicado pelo início dos vários eventos que culminaram na derrubada dos militares, como a derrota na Guerra das Malvinas e as crises políticas, econômicas e sociais do país que tornavam insustentável a permanência da ditadura no poder (Yankelevich; Jensen, 2007).

> **sofrem permanecerá até colocar em perigo a sua liberdade ou a sua vida, e muito menos que esse perigo seja iminente** (EMBAMEX, 1976e, p. 13, tradução nossa, grifo nosso).

A posição rígida da Embaixada mexicana ao negar as solicitações de asilo é contraditória. Mesmo ciente do contexto político pré-golpe – e que a representação diplomática já tivesse protegido a outros argentinos com casos parecidos de perseguição e ameaça contra a vida – o Embaixador contrariava a política de portas abertas do México.[97] Em outras Embaixadas do México, como Chile e Uruguai, as concessões não eram tão restritas como na Argentina (Bielous, 2011), chegando a abrigar centenas de pessoas.

A determinação do Embaixador González Salazar em não ofertar o asilo para a população argentina marcou também a conduta de outros diplomatas mexicanos: as pessoas deveriam se dirigir voluntariamente à Embaixada mexicana. Em entrevista à pesquisadora Silvia Dutrénit Bielous, percebe-se que a atitude de González Salazar (e de outros colegas) foi mais um costume do que de uma instrução da SRE:

> Uma prática que eu observava e que continuei observando depois também, nos casos de asilo, era de, sim, pedir a todos que solicitavam asilo, incluindo o presidente Cámpora, que se chegavam à Embaixada, que somente nesse caso, eu não poderia mobilizar nenhum de meus colaboradores para buscar ou trazer até a Embaixada aquelas pessoas que solicitariam asilo, poderia qualificá-los (González Salazar, Roque. [Entrevista concedida a] Bielous, 2000a, p. 72, tradução nossa, grifo nosso).

Uma vez que se tratou de uma prática e não de uma orientação do governo mexicano, González Salazar poderia ter mobilizado maiores recursos para garantir a proteção daquelas pessoas que buscavam asilo na Embaixada. Um exemplo distinto foi na Embaixada do México em Santiago do Chile. No Chile, o Embaixador do México, Gonzalo Martínez Corbalá, além de conceder asilo aos chilenos perseguidos pela ditadura de Pinochet também

> [...] promoveu todos os tipos de apoios solicitados em situações de emergências que viviam, como também buscou, no momento do golpe e do bombardeio no *Palacio de la Moneda*, encontrar muitas pessoas para salvá-las. Com o risco de pôr em perigo a sua própria vida, Martínez Corbalá conseguiu a proteção dessas pessoas por uma decisiva e valente busca dos perseguidos. Sem dúvida outra história pode ser contada no Chile, mesmo quando o trâmite de solicitação era realizado de maneira burocrática (Bielous, 2000a, p. 45, tradução nossa, grifo nosso).

E, em relação à política externa argentina, o Embaixador disse que as linhas da diplomacia da ditadura não eram bem definidas (EMBAMEX, 1976e). Sem contar algumas nomeações de Embaixadores, a Junta Militar não havia produzido discursos, boletins ou informes de política externa aprofundados, apenas documentos gerais e sucintos. Outro fator

[97] Enquanto as representações diplomáticas mexicanas no Chile e no Uruguai abrigavam mais de centenas de asilados (mesmo em condições estruturais limitantes), na Argentina o quantitativo de asilos concedidos permaneceu somente em dezenas de pessoas (Bielous, 2000b).

que pode ter dificultado as relações diplomáticas entre os países era que, segundo González Salazar, os novos funcionários alocados no MREyC da ditadura possuíam baixo conhecimento em política externa (EMBAMEX, 1976e).

Em outro informe da Embaixada mexicana à SRE, a representação relatou que a ditadura retiraria os direitos políticos e a nacionalidade de determinados argentinos (EMBAMEX, 1976f).[98] Essas investidas da Junta Militar certamente aumentaram o número de pessoas que decidiram sair da Argentina e buscar proteção em outro país, além de que outras medidas do governo tratavam sobre a expulsão de estrangeiros e argentinos naturalizados; a proibição de exercer cargos em comissões públicas; e a prisão em espaços determinados pelo PEN (EMBAMEX, 1976h).

Em junho de 1976, a Junta Militar sancionou uma *Acta de Responsabilidad Institucional* (em português, Ata de Responsabilidade Institucional), que tinha o objetivo de avaliar a conduta de pessoas que causaram prejuízos aos interesses nacionais devido a fatores como princípios morais, negligência no exercício de funções públicas, políticas, gremiais ou em atividades de interesse público, não cumprimento de mandato, ações ou omissões que facilitaram a subversão e a tolerância à corrupção administrativa (EMBAMEX, 1976).[99] Para pessoas atreladas a essas condutas, seriam aplicadas medidas como perda de direitos políticos, perda de cidadania a argentinos naturalizados, expulsão de estrangeiros e argentinos naturalizados, impedimento para exercer cargos no governo e prisão. Destaca-se que tais sanções foram determinadas para personagens políticos importantes, como Isabel Perón, o ex-presidente Cámpora e o seu filho, Juan Manuel Abal Medina e Esteban Righi (EMBAMEX, 1976).

Não era somente a população na Argentina que era sistematicamente ameaçada, as instituições estrangeiras também. Em junho, a Embaixada mexicana foi ameaçada por telefone por pessoas não identificadas que, conforme González Salazar, a mensagem afirmava existir um plano de invasão à representação diplomática cujo objetivo era sequestrar os asilados que lá viviam (EMBAMEX, 1976g).

Não se sabe se a ameaça veio de grupos contrários à ditadura ou se a própria Junta Militar teria orquestrado a chamada para possivelmente deteriorar as relações entre o governo

[98] Algumas figuras importantes eram Rodolfo José Puiggrós, Carlos Saul Menem, Héctor José Cámpora, Eduardo Luis Duhalde, Victor Pedro Cámpora, Juan Manuel Abal Medina e Esteban J. Antonio Righi (EMBAMEX, 1976f). Como será abordado ao longo da tese, em 1976 o ex-presidente Héctor José Cámpora e o seu filho entraram na Embaixada mexicana para solicitar asilo e demoraram anos para sair, pois a ditadura não quis conceder o salvo-conduto necessário para que deixassem o país, situação que prejudicou as relações diplomáticas México-Argentina.

[99] E, em junho de 1976, a Junta Militar alterou o código penal argentino ao introduzir a pena de morte (EMBAMEX, 1976).

mexicano, asilados e demais pessoas que solicitavam asilo. O Embaixador tampouco sugeriu a autoria da ameaça, mas se supõe que tenha sido a *Triple A*, visto que o mesmo foi ameaçado pelo grupo e teve de deixar a Argentina com a sua família (Yankelevich, 2009).

Em julho de 1976, o Embaixador da Argentina, Carlos Enrique Gómez Centurión, reuniu-se com o Secretário de Relações Exteriores do México, Alfonso de Rosenzweig-Díaz na Cidade do México.[100] O tema da reunião era sobre as atividades dos exilados argentinos no México, como as falas de Rodolfo Puiggrós contra o governo argentino e o hasteamento da bandeira da Argentina na residência da CAS que, conforme o Embaixador argentino, somente poderia estar em edifícios públicos (AHD-SRE, 1976c).[101]

Em resposta ao governo argentino, a SRE compreendeu a perspectiva de que as palavras de Rodolfo Puiggrós pudessem ter efeitos negativos à imagem da Argentina, contudo, o México não poderia "[...] limitar a liberdade de expressão dos asilados – em virtude de que gozam de todas as garantias que a Constituição outorga ao indivíduo – nem tem a obrigação internacional de fazê-lo" (AHD-SRE, 1976c, p. 2, tradução nossa). Com relação à bandeira, caso fosse de fato ilegal utilizá-la conforme a legislação argentina, poderia ser avaliada a possibilidade de ser retirada.[102] O tema não foi retomado nas outras comunicações entre a SRE e a Embaixada mexicana.

Em outras tratativas, a Embaixada mexicana acompanhava a produção petrolífera da Argentina e compartilhava com a SRE o estado de desenvolvimento nesse setor no país, caso houvesse interesse do México em cooperar com o governo argentino. Em dezembro de 1976, o Encarregado de Negócios Rául Lópezlira enviou informe sobre a produção local de petróleo pela empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) (EMBAMEX, 1976). Um dos destaques foi a movimentação da Junta Militar para diminuir a importação de petróleo a partir de licitações com empresas privadas (EMBAMEX, 1976). Supõe-se que essa oportunidade pudesse ser negociada com o México a partir de cooperação com as instituições mexicanas, a saber a empresa estatal *Petróleos Mexicanos* (PEMEX) e o *Instituto Mexicano del Petróleo*, situação que colocou as relações diplomáticas entre a Argentina e o México para além da questão dos asilados e direitos humanos.

---

100 Gómez Centurión foi um político da província argentina de San Juan que assumiu, ao longo de sua vida, diversos cargos políticos, tendo contribuído com a ditadura argentina. Como outros, após a ditadura, continuou ativo na política argentina.

101 Hasteada desde 1975, o governo de Isabel Perón já havia solicitado a sua retirada.

102 Na legislação mexicana da época, o uso de Escudo, Bandeira e Hino Nacional, em situações de reciprocidade, a regulamentação estaria a cargo do Poder Executivo Federal. Segundo a SRE, se a Argentina oferecesse reciprocidade, o México se respaldaria na legislação (AHD-SRE, 1976c).

Em outra reunião com o governo argentino para tratar dos salvo-condutos, González Salazar informou ao Secretário Alfonso García Robles da SRE que tinha se reunido com o Subsecretário de Relações Exteriores da Argentina para tratar das solicitações, na expectativa de que seriam concedidos em pouco tempo pela Junta Militar (EMBAMEX, 1976i). Nesse encontro, também discutiram sobre as ações políticas realizadas pelos exilados argentinos no México, com destaque para àquelas do grupo COSPA. Conforme o Embaixador, o Subsecretário da Argentina requereu ao governo mexicano o controle das ações dos grupos de exilados, tendo em vista que essas prejudicavam a imagem da Junta Militar. Para González Salazar, o México deveria atender ao pedido do Subsecretário da Argentina:

> Tenho a impressão, senhor Secretário, que ajudaria muito para o bom progresso de nossas relações com a Argentina, se pudéssemos demonstrar ao nível governamental alguma demonstração de preocupação por controlar ou moderar o tom dos ataques contra o governo argentino que vêm do México, especialmente do grupo de asilados argentinos, peço-lhe que considere a possibilidade de fazer algo nesta direção (EMBAMEX, 1976i, p. 2, tradução nossa).

Distintamente da perspectiva mexicana, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina na época, César Augusto Guzzetti, não considerava que as relações diplomáticas Argentina-México haviam "esfriado", mas que eram boas (AHD-SRE, 1976d). Ele declarou que tais relações não mudaram e que existia muito exagero na dimensão pública que a solicitação do salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora havia tomado (EMBAMEX, 1976j). Guzzetti também disse ao jornal argentino *La Opinión* que "[...] iniciaram diálogos diretos e não avançamos mais do que a imprensa sabe" (*La Opinión*, 15 de outubro de 1976, p. 10, tradução nossa). Quando questionado sobre o caso do ex-presidente Cámpora, não quis dar declarações (EMBAMEX, 1976k).

Depois do encontro com Guzzetti, González Salazar disse à SRE que, segundo o Ministro argentino, a concessão dos salvo-condutos estava lenta devido a questões de política interna na Argentina (AHD-SRE, 1976e). Como sugestão, o Embaixador sugeriu que os asilados na Embaixada mexicana deveriam receber asilo de um terceiro país não latino-americano, como Áustria ou Argélia (EMBAMEX, 1976l), possibilidade que a SRE não considerou cautelosa e orientou o Embaixador a persistir na obtenção dos salvo-condutos (AHD-SRE, 1976f). Essa estratégia é mais condizente com a política de portas-abertas que o México queria implementar em sua política externa, ademais de ser pouco provável que a Junta Militar seria mais flexível com países europeus, dada a alta mobilização em rede transnacional que os exilados construíam na Europa.

3.3 As dificuldades da diplomacia mexicana em dialogar com a ditadura (1977-1980)

O ano de 1977 marca o término do primeiro ano da ditadura e o início de seu segundo ano no poder, período de crescimento das denúncias nacionais e internacionais contra a Argentina por violações de direitos humanos e também de organizações políticas armadas como Montoneros e PRT-ERP. Nesse ano, os documentos analisados da Embaixada mexicana expõem, por meio de entrevistas de diplomatas argentinos a jornais da Argentina, a situação da política externa do país (EMBAMEX, 1977a). Antes de deixar a Argentina, o Embaixador González Salazar alertava que, nessas entrevistas, o México e a situação dos asilados não eram abordados pelos diplomatas argentinos (EMBAMEX, 1977b).

Entre os funcionários da Embaixada mexicana, era generalizada a conclusão de que a resistência da ditadura em conceder os salvo-condutos aos asilados prejudicava o México. Conforme o Encarregado de Negócios da Embaixada, Raúl Lópezzlira, a posição da ditadura era um sintoma de que "[...] o caráter eminentemente humanitário do asilo está se desvirtuando já que as pessoas presentes na Embaixada **sofrem graves crises físicas e emocionais**, sobretudo o ex-Presidente Cámpora" (EMBAMEX, 1977c, p. 2, tradução nossa, grifo nosso). Contudo, em declaração ao jornal mexicano *Excélsior*, González Salazar afirmou que a questão dos asilados era uma "pedrinha" no longo caminho das relações diplomáticas entre os países, que estavam em seu melhor momento (APEAM-UNLa, *Optimismo de Roque González para sacar a Héctor Cámpora*, *Excelsior,* México, 19 de janeiro de 1977).

No início de janeiro de 1977, Raúl Lópezzlira destacou as declarações públicas da ditadura de negação sobre quaisquer tratativas para solucionar o caso dos asilados. Segundo o Encarregado de Negócios, a Junta Militar tinha pouco interesse em conceder os salvo-condutos e, em declaração do Ministro de Relações Exteriores, o MREyC "[...] inclusive afirmou que 'não existe gestão alguma entre ambos os governos ou Chanceleres sobre os asilados em questão', com o qual se desconhece em seu conteúdo total as múltiplas gestões que esta Embaixada realiza constantemente" (EMBAMEX, 1977d, p. 3, tradução nossa). Seria mesmo desconhecimento ou uma estratégia para diminuir a publicidade do caso nos meios de comunicação? Para Raúl Lopezlira, existiam razões políticas por parte da Argentina ao não conceder os salvo-condutos, decisão que era prejudicial ao México.

O ex-presidente Cámpora foi um tema emergencial para a Embaixada não somente pela figura política que representava, mas também pelo seu estado de saúde. Nesse ano, o *Ministerio de Bienestar Social* da Argentina publicou normativo (resolução 127) que negava à Cámpora o direito de pensão vitalícia por ter exercido o cargo de presidente (EMBAMEX, 1977d). Em

1977 as negociações para obter o salvo-conduto de Cámpora estavam sob orientação do novo Secretário de Relações Exteriores do México, Santiago Roel. Ao ser entrevistado pelo jornal *La Opinión* ele disse que "[...] por instruções do presidente (López Portillo), o tema está sendo tratado e as negociações para trazê-lo ao México estão avançadas" (*La Opinión*, 12 de febrero de 1977, s. p., tradução nossa, *No se le pagará a Cámpora su pensión*).

O ano de 1977 foi um período de divulgação crescente de informação por grupos e coletivos de direitos humanos e armados para a imprensa nacional e internacional, além de atores estatais e não estatais. Nesse contexto, a Embaixada mexicana recebeu diversos materiais produzidos por distintos atores que denunciavam e visavam acabar com a ditadura, seja na Argentina ou no exterior. Dentre os grupos que enviaram documentos (considerados clandestinos pela Embaixada) estão a *Confederación General del Trabajo* (CGT) e a *Agencia de Noticias Clandestina* (ANCLA) (órgão de difusão de informação controlado por Montoneros), que destacaram as exigências do movimento operário na Argentina, (EMBAMEX, 1977).

A Embaixada mexicana, portanto, estava ciente da situação política na Argentina e dos direitos que estavam sendo violados pela ditadura. Dentre as informações encaminhadas à missão mexicana, também figuram relatos sobre a situação em unidades prisionais na Argentina, com resultado em mortes e assassinatos de presos políticos, situação descrita pelo grupo de *Familiares de Presos Políticos Argentinos*, documento endereçado ao Agregado Político da Embaixada do México (EMBAMEX, 1977). Outros documentos haviam sido encaminhados por Montoneros, com destaque para a exigência da devolução dos direitos políticos e liberdade ao ex-presidente Cámpora (EMBAMEX, 1977, 1977).

Pode-se considerar que a estratégia de Montoneros de enviar material produzido tenha sido uma forma de ação de mobilização política para conscientizar os diplomatas mexicanos da situação na Argentina e, assim, inseri-los na dinâmica de pressão internacional contra a ditadura. Em uma das comunicações o grupo enviou um boletim com relato dos problemas na Argentina, com enfoque para realização de diversas políticas públicas anti-capitalistas com recorte socialista. O material foi assinado pelos seus principais dirigentes, a saber: Mario Eduardo Firmenich, Horacio Mendizabal e Fernando Vaca Narvaja, todos exilados no México (EMBAMEX, 1977e).

Em paralelo, as mobilizações dos exilados continuavam. Em 20 de abril, em Roma, na Itália, integrantes do grupo Montoneros se encontraram com outros exilados argentinos no país para constituir o grupo Movimento Peronista Montoneros (MPM). (EMBAMEX, 1977e). Conforme o novo Embaixador do México, Joaquín Bernal y García Pimentel, na reunião o nome

do COSPA foi mencionado para demonstrar que o encontro trazia novos elementos que dificultavam a melhoria das relações entre a Argentina e o México.[103] O Embaixador também compartilhava da opinião de que as atividades dos exilados prejudicavam a tentativa de obter o salvo-conduto do ex-presidente Cámpora:

> Creio ser oportuno destacar que esses acontecimentos repercutem diretamente nos esforços realizados para conseguir a sua saída, já que as Forças Armadas argentinas podem reforçar a sua crença de que o ex-Presidente e o senhor Abal Medina se converteram no exterior como figuras predominantes ou na cabeça da atual oposição ao regime e, portanto, pode adiar ainda mais a sua saída (EMBAMEX, 1977e, p. 5, tradução nossa).

O encontro em Roma foi um momento para o COSPA declarar o seu apoio à Montoneros via o pronunciamento de seu líder Rodolfo Puiggrós, que teria supostamente participado do evento. A SRE foi informada sobre os acontecimentos por um comunicado do Comando em Chefe do Exército argentino (AHD-SRE, 1977a), contudo, não repassou orientações à Embaixada mexicana. Manuel Bartlett Díaz, Diretor-Chefe do Departamento de América do México, disse ao Embaixador Joaquín Bernal que a SRE

> [...] ficou devidamente ciente dos pontos essenciais contidos no programa dado a conhecer pela Organização recentemente formada, bem como da posição do Governo argentino formulada em um Comunicado do Comando em Chefe do Exército ao conhecer o plano de ação da mesma. Seus comentários foram lidos com atenção em se tratando de que a menção feita no Comunicado sobre o chamado 'Comitê de Solidariedade com a Luta do Povo Argentino' pode incidir nas relações México-Argentina, do qual se tomou devida nota (AHD-SRE, 1977b, s. p., tradução nossa).

Ainda que a SRE não tenha determinado ações para à Embaixada mexicana nesse caso, a última demandou da Secretaria orientações mais enfáticas. Como exemplo, está a solicitação de Raúl Lópezlira ao Secretário de Relações Exteriores, Santiago Roel, quanto ao direito de opção:

> [...] os familiares do detido deverão requerer às autoridades diplomáticas estrangeiras o certificado de que o preso é aceito em seu país, no caso de que se resolva favoravelmente o pedido de opção. Como já foram apresentadas diversas solicitações de pessoas que desejam ir ao México para recuperar a sua liberdade, muito agradeceria ao senhor me auxiliar sobre este assunto (EMBAMEX, 1977f, s. p, tradução nossa).

Em maio, Joaquín Bernal palestrou na *Universidad de Belgrano*, instituição de ensino superior localizada em Buenos Aires, com a temática da política externa mexicana (EMBAMEX, 1977). No evento, a plateia demonstrou interesse em conhecer sobre a situação

[103] O novo Embaixador chegou em Buenos Aires no mês de março de 1977. Embora tivesse experiência como diplomata de carreira, não conseguiu obter os salvo-condutos e deixou o posto depois de cinco meses (Yankelevich, 2009). Ainda em abril, Joaquín Bernal afirmou que os grupos guerrilheiros Montoneros e PRT-ERP ainda possuíam membros, mas que "[...] evidentemente perderam grande parte da força que possuíam em 1975 e ainda mais em 1976 " (EMBAMEX, 1977i, p. 533, tradução nossa). Logo, é de se esperar que os funcionários da Embaixada mexicana sabiam do descompasso entre o discurso da Junta Militar de aniquilar a subversão e o real potencial de ameaça dessas organizações à "sobreviência" do Estado argentino.

do ex-presidente Cámpora na Embaixada mexicana, mas as perguntas e respostas não foram divulgadas na imprensa por conta da moderação da instituição. Contudo, o Embaixador encaminhou o conteúdo de sua fala à SRE, no qual destacou a parcialidade das motivações do México em não intervir na política doméstica argentina, tendo como base o direito internacional (EMBAMEX, 1977). A tônica para a concessão dos asilos pelos funcionários da Embaixada mexicana sempre esteve respaldada pelo caráter humanitário do instituto, algo esperado da política externa mexicana para não vincular o asilo a questões políticas. Entretanto, na prática, a situação dos asilados na Embaixada mexicana se tornou – como será visto em profundidade ao longo desta e da próxima seção – um tema altamente politizado e divergente entre agentes diplomáticos mexicanos.

As transformações na Embaixada mexicana não cessavam. No segundo semestre de 1977, um novo Embaixador assumiu o cargo na Argentina, sintoma das dificuldades em estabelecer boas relações diplomáticas entre a Argentina e o México. Durante a ausência de um representante, Raúl Lopezlira afirmou que, desde a saída de Joaquín Bernal, "[...] foram transmitidas diversas notícias relacionadas especialmente à ação do grupo 'Montoneros' no exterior e a abertura e posterior encerramento de um comitê central do partido peronista 'Montoneros' no México" (EMBAMEX, 1977, p. 170, tradução nossa). Na perspectiva do Encarregado de Negócios da Embaixada mexicana, a publicidade dessas notícias prejudicava em demasia o México e minaram a suposta eficácia da visita de Uribe Escandón (novo Embaixador mexicano na Argentina) à cúpula dos militares no ano, oportunidade que a SRE tentou se aproximar da Junta Militar e que não foi divulgada com a mesma intensidade pelos mecanismos de comunicação da Argentina (EMBAMEX, 1977), quando comparada a outros acontecimentos entre os países.

Outra preocupação da Embaixada mexicana eram as pessoas presas sob o mando do PEN e que poderiam pleitear pelo direito de opção para deixarem o país. Para poder auxiliar àquelas que gostariam de ir ao México, Raúl Lópezlira solicitou apoio técnico da SRE, pois, segundo ele,

> [...] os familiares do detido deverão solicitar às autoridades diplomáticas estrangeiras a certificação de que o detido é aceito em seu país, caso o pedido de opção seja resolvido favoravelmente. **Como várias solicitações já foram apresentadas por pessoas que desejam ir para o México e recuperar a sua liberdade, agradeço muito se o senhor puder me instruir sobre o assunto**" (EMBAMEX, 1977, p. 317, tradução nossa, grifo nosso).

Em outubro desse ano, o terceiro Embaixador empossado ao cargo, o Almirante Humberto Uribe Escandón, enviou informe à SRE para destacar que a mobilização de grupos

de exilados argentinos em diversos países (com especial atenção para o grupo COSPA no México) prejudicava a ditadura:

> Como informei a esta Autoridade em diversos telegramas, tudo isso está relacionado com a abertura da 'Casa do Povo Argentino' no México, que muito alarmou o governo deste país. [...] os mesmos grupos subversivos [...] puseram os seus esforços em uma campanha de 'conscientização' em fábricas e setores da população com escassos recursos econômicos e, sobretudo, têm realizado uma ativa participação no exterior para desprestigiar internacionalmente o atual governo argentino (EMBAMEX, 1977g, s. p., tradução nossa).

A constituição do grupo "Movimento Peronista Montoneros" fez com que, segundo a Embaixada mexicana, os militares criassem um Departamento de Imprensa voltado a construir instrumentos de propaganda para divulgar a "verdadeira imagem" do contexto social, político e econômico na Argentina. Ademais, a Embaixada mexicana sabia com vasta profundidade sobre a posição da Argentina com relação à presença da atuação de Montoneros no México; e mesmo sem dar detalhes (EMBAMEX, 1977g), supõe-se que era de total repúdio e ferrenha crítica, principalmente por executarem ações políticas e armadas contra a ditadura.[104]

Em paralelo às negociações para obtenção dos salvo-condutos e da movimentação dos exilados no México e em outros países, o governo mexicano impulsionou a sua política externa ao obter apoio para a ratificação do Tratato de Tlatelolco e seus protocolos, encabeçado pelo México para proibir armas nucleares na América Latina e Caribe. O tema veio com destaque em telegramas de novembro de 1977, quando da visita dos EUA pelo Secretário de Estado Cyrus Vance à Argentina (EMBAMEX, 1977). Segundo Uribe Escandón, a Argentina teria se comprometido a ratificar o tratado e os EUA a ratificar o seu Protocolo Adicional I (EMBAMEX, 1977), fatores importantes ao México, já que o governo de López Portillo queria colocar o país na vanguarda das relações internacionais para assuntos energéticos:

> É inquestionável que um dos pontos mais importantes do documento ratificado no Palácio San Martín [...] é o anúncio da decisão da Argentina de ratificar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares na América Latina, assinado por este país em setembro de 1967, mas que até o momento não foi ratificado (EMBAMEX, 1977, p. 372, tradução nossa).

[104] Próximo ao fim de 1977, o COSPA solicitou ao presidente López Portillo um encontro para relatar os problemas na Argentina, bem como agradecê-lo pela acolhida mexicana aos exilados (*Comite de Solidaridad con el Pueblo Argentino, Casa del Pueblo Argentino,* 17 de noviembre de 1977). O grupo ainda pediu ao presidente a regulação das seguintes ações: regulamentação da condição da pessoa exilada política; inclusão no Estatuto do Exilado Político de Argentinos que ingressaram no México por meio da ONU; regulamentação e aplicação do Decreto do ex-presidente Echeverría sobre a revalidação de estudos de asilados políticos e exilados; emissão, pela Embaixada do México em Buenos Aires, de vistos aos presos políticos detidos pelo PEN, e que o México solicitasse a esses presos a sua vinda ao país, sendo essa solicitação uma exigência da ditadura para que a permissão de saída da Argentina fosse concedida (*Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino*, *Casa del Pueblo Argentino*, 17 de novembro de 1977).

O Embaixador também destacou aspectos de mobilização política de grupos na Argentina sobre direitos humanos:

> No final da cerimônia na Praça San Martín, durante a qual o Secretário Vance depositou uma oferenda floral aos pés do monumento ao Libertador, um grupo de aproximadamente cem pessoas, familiares de detidos e desaparecidos que estavam esperando na Praça San Martín, tentou se aproximar do alto funcionário estadunidense, o que foi impedido pela forte segurança ao seu redor. No entanto, o Secretário Vance dirigiu um cumprimento amigável com a mão para aqueles que desejavam se aproximar dele, e diante da impossibilidade de ter contato com ele, começaram a entoar o seu nome (EMBAMEX, 1977, p. 373, tradução nossa).

O ato, acompanhado pela Embaixada mexicana, demonstra a complexidade diante a qual a política externa mexicana se encontrava, seja por balancear as suas estratégias para prestar apoio a todas as pessoas que buscavam proteção na missão diplomática, bem como avançar minimamente nas relações com a ditadura. Esses movimentos também se alinhavam à política externa dos EUA de priorizar os direitos humanos ao tomar decisões. Essa situação pode ter sido um fato adicional de pressão sobre o México para agir com cautela nas negociações com a ditadura para além dos direitos humanos e dos asilados a fim de preservar as suas relações com os EUA, mesmo que pudesse dissentir em questões comuns com seu principal parceiro e vizinho geográfico.

As relações entre a Argentina e o México já demonstraram sinais de instabilidade por conta dos asilados. Todavia, é no início de 1978 que a SRE reconheceu por escrito que o principal obstáculo da melhoria das relações com a Argentina era a situação dos asilados, caso que não seria solucionado rapidamente (AHD-SRE, 1978a).[105] Para obter os salvo-condutos, a diplomacia mexicana teria de lidar com o setor da linha dura da ditadura, os quais consideravam a política de proteção mexicana frágil, visto que o governo mexicano não controlava as ações dos asilados, especialmente as suas críticas contra a Junta Militar.

Outra dificuldade da diplomacia mexicana era saber remediar os sentimentos de ódio e desprestígio das Forças Armadas sobre o ex-presidente Cámpora, sendo uma das razões a decisão de declarar liberdade aos presos políticos durante o seu mandato. Para a Junta Militar, Cámpora seria um porta-voz contra a Argentina (AHD-SRE, 1978a), além de que a concessão

---

105 Nessa escalada conturbada das relações diplomáticas entre a Argentina e o México que ocorreu a Operação México. O objetivo era assassinar membros do grupo Montoneros e neutralizar as suas ações no exterior. Não foram encontrados telegramas sobre o evento na documentação dos arquivos históricos da SRE e do MRECIC. Contudo, segundo documentação da DFS mexicana, as autoridades argentinas foram expulsas do México. Para mais informações, ver o arquivo do link "*Expulsión de agentes argentinos*" em https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB241/19780121%20DFS%20Expulsados.pdf. De acordo com Yankelevich (2009), a operação era fundamental à Junta Militar porque os militares já sabiam, desde 1977, que o grupo Montoneros se organizava para sabotar a Copa do Mundo de 1978, celebrada na Argentina. Antes de serem expulsos, os agentes argentinos foram interrogados pelos próprios funcionários da inteligência mexicana do Grupo de Investigações Especiais (ou C-047) da DFS (Romero, F. L., 2022).

de salvo-condutos poderia resultar na quebra de relações dentro das Forças Armadas, essas já abaladas devido às disputas de poder. Em consideração a essas questões, a SRE não estava interessada em contrariar a ditadura, mas sim em se pautar no direito internacional e focar em outras áreas para além dos direitos humanos. A Embaixada mexicana foi instruída a desenvolver o seu trabalho de

> [...] boa aplicação dos Acordos assinados e focar principalmente seus interesses nos aspectos econômicos, científicos, técnicos e de intercâmbio cultural. No atual momento, **o mais aconselhável é deixar a política de lado e buscar um maior intercâmbio comercial, preferentemente favorável ao México, para que assim possamos nivelar nossa balança comercial** (AHD-SRE, 1978a, n. p., tradução nossa, grifo nosso).

A orientação da SRE em focar menos no aspecto político e mais no comercial nas relações com a Argentina pode ser vista como um descompasso quando comparada a diretrizes anteriores, as quais demonstravam exatamente o oposto: permanecer na busca pela obtenção dos salvo-condutos.[106] As negociações dos salvo-condutos ocorriam juntamente de outras discussões com a ditadura e, nos meios de comunicação mexicanos, eram públicas as tratativas diplomáticas para avançar com a Argentina no comércio. Um desses exemplos é a matéria do jornal *El Día*, que destaca as negociações entre a Argentina e o México no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), conforme a figura 3 a seguir:[107]

Figura 3 – Matéria do jornal mexicano *El Día*, com destaque para as relações comerciais do México com a Argentina e a Espanha

[106] Pode-se supor que a mensagem foi repassada à Embaixada mexicana pelo Secretário Santiago Roel, mas o documento não possui assinatura, o que dificulta localizar a origem da tomada de decisão.

[107] A ALALC foi fundada em 18 de fevereiro de 1960 a partir do Tratado de Montevidéu como um esforço de integração regional para incrementar o comércio e a interdependência de Estados latino-americanos em uma zona de livre comércio. Os fundadores da ALALC foram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

México fortalece sus relaciones comerciales con España y Argentina

A través de la SECOM se busca ampliar esta actividad para incrementar las exportaciones

La Secretaría de Comercio informó ayer que participan sus delegados activamente en negociaciones con diversos países para fortalecer las relaciones económicas e incrementar las exportaciones mexicanas, de acuerdo con las instrucciones recibidas del Ejecutivo Federal.

La acción de la SECOM está dirigida a favorecer la producción de bienes y servicios para abrir nuevas fuentes de empleo.

Con España la citada dependencia participó activamente, junto con la Secretaría de Relaciones Exteriores, en la negociación y firma del acuerdo de cooperación económica y comercial entre los 2 países.

Este acuerdo concede a las partes contratantes el trato de la nación más favorecida en lo que se refiere a derechos aduaneros, gravámenes de todo tipo aplicados a la importación o a la exportación, y reglamentaciones que afectan la venta, compra, transporte, distribución y utilización de los productos y servicios en el mercado interno, entre otros.

Ambas partes, además, auspiciarán y colaborarán en la realización de ferias y exposiciones, misiones y otras acciones de promoción comercial.

Asimismo se elaboraron los documentos preparatorios y las directivas para la firma del Protocolo sobre Cooperación en Materia de Comercio Interior, que tiende a elevar, al nivel más alto, la cooperación e intercambio de experiencias sobre políticas comerciales en el mercado interno en ambos países.

El sector comercio elaboró y participó en la firma del convenio de crédito entre el Banco Nacional de Comercio Exterior y el Banco Exterior de España, que autoriza una línea de crédito revolvente al Banco Exterior de España, hasta por la suma de 345 millones de pesos —15 millones de dólares— con el fin de apoyar las importaciones españolas de bienes de consumo y de capital para su actividad agropecuaria e industrias, de origen mexicano.

Además se estableció el Protocolo sobre Cooperación en Materia del Libro que se firmó con España y que compromete a las partes a intercambiar sus experiencias para una mayor producción de libros y promoción de autores de ambos países.

Dentro del marco del SELA la Secretaría de Comercio, a través de la Dirección General de Cooperación Económica Internacional, colaboró activamente en los estudios preparatorios al establecimiento del Comité de Acción sobre Fabricantes de Fertilizantes.

Como integrante de dicho comité se creó un Mecanismo Coordinador de Comercialización de Fertilizantes que tiene por fin auspiciar y promover el comercio intrarregional en esos insumos, así como determinar las bases prácticas para la futura constitución de una empresa multinacional de fertilizantes.

Con Argentina, país miembro del a ALALC, la Dirección General de Cooperación Económica Internacional de la Secretaría de Comercio, elaboró los estudios previos y participó en la reunión de una subcomisión de los dos países que tuvo como resultado el intercambio de nóminas de productos de interés para México y Argentina con miras a su liberación en el marco de la ALALC.

Fonte: APEAM-UNLa, 2023. "*México fortalece sus relaciones comerciales con España y Argentina. A través de la SECOM se busca ampliar esta actividad para incrementar las exportaciones*", *El Día*, México, 20 de julho de 1978.

No mês de março, Silvia González Giammattei (Encarregada de Negócios da Embaixada) informou que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) questionou a Embaixada mexicana da posição do governo mexicano sobre os refugiados protegidos pelo ACNUR na Argentina. O propósito do ACNUR era viabilizar o reassentamento desses refugiados ao México (UNHCR, 1978).

Ao perguntar à SRE qual seria a decisão do México na temática (EMBAMEX, 1978a), não foram encontrados registros de resposta à Encarregada de Negócios. Ademais, o Embaixador Uribe Escandón não foi mencionado nesse telegrama à SRE. Isso leva para a seguinte pergunta: qual era o papel desse Embaixador na Argentina? Um agente estatal estratégico que, por ser militar, teria maior contato e proximidade com os militares da ditadura na obtenção dos salvo-condutos? Isso seria suficiente para que ele fosse o representante legítimo dos interesses diplomáticos do México na Argentina em outros assuntos além dos asilados?

Segundo Yankelevich (2009), a decisão de escalar Uribe Escandón como Embaixador na Argentina foi tomada por ele ser membro da Marinha mexicana à época, o que facilitaria o diálogo com os militares argentinos por serem do mesmo ramo. A proximidade com alguns

membros da Junta Militar (como Emilio Eduardo Massera) possibilitou à Uribe Escandón confirmar a rigidez do governo argentino na temática do asilo.

Ao mesmo tempo que ele conseguiu "[...] sondar as entranhas do poder militar. [...] permitindo a Tlatelolco conhecer a irredutibilidade da posição dos militares argentinos" (Yankelevich, 2009, p. 75, tradução nossa), percebe-se que faltou da SRE maiores orientações de quais deveriam ter sido as ações tomadas e as negociações a serem feitas na figura do Embaixador. Na prática, a identidade militar de Uribe Escandón não foi suficiente para conseguir os salvo-condutos e, segundo ele, o governo argentino continuava a declarar que as ações dos exilados argentinos deterioravam a imagem internacional da Argentina, uma tática de defender a sua campanha "anti-argentina". Em informe à SRE, o Embaixador avisou sobre as declarações dadas em televisão pelo Ministro de Relações Exteriores, Vice-Almirante Oscar Antonio Montes:

> [...] o Ministro Montes se referiu à campanha de descrédito que se realiza no exterior contra a Argentina, e salientou as atividades realizadas pelo governo deste país para combatê-las. [...] o governo deste país realiza grandes esforços para mudar a imagem que se projetou da Argentina no exterior, a mesma que, na opinião das autoridades locais, foi difundida pelo terrorismo internacional (EMBAMEX, 1978b, n. p., tradução nossa).

Em meio a essas trocas de informações, os telegramas entre a SRE e a Embaixada mexicana demonstram a existência de uma falha na comunicação entre as partes, sendo provável também a omissão de informações e ações gestadas pela Embaixada mexicana. Um exemplo foi quando Uribe Escandón repassou à SRE que Videla foi entrevistado pela BBC Londres:

> Durante a entrevista, o General Videla se referiu, uma vez mais, à posição do governo argentino em relação aos direitos humanos e ao papel do terrorismo no país. Ele acrescentou que, embora não aceite como um fato, talvez fosse o caso de pessoas desaparecidas serem consequência de um **excesso de uma repressão** necessária que a Junta Militar exerceu desde que tomou o poder em março de 1976 (EMBAMEX, 1978h, s. p., tradução nossa, grifo do autor).

O destaque na mensagem foi feito pela SRE e, ao lado, escrito um ponto de interrogação. Logo, a informação prestada pelo Embaixador foi confusa e com ausência de informações necessárias para analisar as declarações feitas por Videla.[108]

Em junho, com a responsabilidade de obter os salvo-condutos, Uribe Escandón encaminhou à SRE um estudo para solucionar o caso dos asilados hospedados na Embaixada

[108] A ditadura também criticou as declarações realizadas por Rodolfo Puiggrós no *Canal 11*, programa televisivo do México (AHD-SRE, 1978b). Uribe Escandón demandou mais detalhes do ocorrido à SRE, tendo em vista que integrantes de Montoneros participaram do programa e teriam criticado a ditadura em um contexto no qual a Argentina sediou a Copa Mundial de Futebol (EMBAMEX, 1978c). Contudo, não foram encontrados telegramas da SRE ao Embaixador sobre o tema.

mexicana (EMBAMEX, 1978e). Para o Embaixador, a negociação dos salvo-condutos poderia ocorrer por três vias: a) concessão dos salvo-condutos, sem condicionalidades; b) concessão dos salvo-condutos, com condições; e c) não concessão dos salvo-condutos.

A primeira opção (concessão dos salvo-condutos sem condições) seria negociada mediante o reconhecimento dos compromissos internacionais com a perspectiva de uma "[...] melhoria considerável nas relações entre ambos os países, que se refletiria nos aspectos econômico, cultural, de ciência e tecnologia e de relações humanas" (EMBAMEX, 1978d, p. 2, tradução nossa). Para ele, os riscos seriam a possível reação negativa da opinião pública argentina e de setores militares, o que prejudicaria a popularidade da ditadura.

A concessão com condicionalidades era uma maneira de minimizar os riscos da primeira opção e de ressignificar a concessão dos salvo-condutos "[...] não como uma debilidade do regime, mas como uma troca inteligente de vantagens para ambas as partes" (EMBAMEX, 1978d, p. 4, tradução nossa). Entretanto, essa via poderia ser mal vista pela opinião pública mexicana,

> [...] dando a impressão de uma certa rendição condicional do Governo frente a uma situação que os fatos consequentes à concessão do asilo [...] contra a não concessão dos salvo-condutos sem expressão legal, explícita ou jurídica de Força Maior [...] poderiam evidenciar como submissão ou tolerância, ambas as situações lesivas ao prestígio internacional do país [...] **poderia parecer como complacência e indulgência do Governo Mexicano, suspeito de não ter atuado com lealdade e firmeza na concessão do asilo, coisa que ao seu povo resultaria inadmissível** (EMBAMEX, 1978d, p. 5, tradução nossa, grifo nosso).

A última alternativa (não concessão dos salvo-condutos), segundo Uribe Escandón, resultaria em consequências já presentes nas relações diplomáticas entre os países: um distanciamento ou o que chamaram de "esfriamento" das relações. Ou seja, os efeitos seriam generalizados para outras áreas (economia, política, comércio, por exemplo), e possivelmente sobre a população mexicana:

> É inevitável o sentimento de frustração do Governo mexicano, que se veria diante de um **grave problema de prestígio com o seu próprio povo e os povos da América Latina, todos esses parte das Convenções de Asilo e que não poderiam [...] desconsiderar a Convenção de Caracas, pois a concessão de salvo-conduto é obrigatória, salvo casos de força maior** [...] se bem é certo que a faculdade de conceder ou não os citados salvo-condutos poderia ser considerada um ato de soberania, ao negá-los sem justificar os fatos [...] poderia ser vista pelos Estados-membros das Convenções de Asilo como uma infração aos mesmos, algo que certamente não é eficaz nem resultaria conveniente para a Argentina [...] daria uma interpretação falsa que deterioraria a imagem exterior do país (EMBAMEX, 1978d, p. 6-7, tradução nossa, grifo nosso).

Em 1978, outro assunto de extrema importância para a Argentina foi a preparação para a visita da CIDH da OEA. A visita, que ocorreu de 6 a 20 de setembro de 1979, passou por

inúmeros processos de negociação para se concretizar e a Embaixada do México na Argentina acompanhou as tratativas.

O Embaixador Uribe Escandón relatou à SRE de que o Vice-almirante Oscar Antonio Montes, Ministro do MREyC da Argentina, formalizou o convite à CIDH para a sua visita oficial ao país. O chamado do Ministro, que se deu durante a VIII Assembleia Geral da OEA (EMBAMEX, 1978f), foi acompanhado de suas declarações contrárias às acusações de violação de direitos humanos na Argentina.

Ademais, ele criticou a interferência de determinados Estados nos assuntos domésticos de outros países e disse esperar uma resposta positiva da CIDH para o órgão avaliar as condições legais e jurídicas na Argentina (EMBAMEX, 1978g). A SRE demonstrou maior interesse nesse assunto em comparação com outros temas, e solicitou mais informações da visita (AHD-SRE, 1978d).[109] Supõe-se que o interesse da diplomacia mexicana se deve ao fato de que o México também estava nos holofotes da comunidade internacional devido as suas próprias violações de direitos humanos, o que poderia suscitar uma visita da CIDH ou outro mecanismo de monitoramento sobre o contexto mexicano.[110]

As tratativas da Embaixada mexicana para obter os salvo-condutos permaneciam. Segundo Uribe Escandón, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina afirmou em uma entrevista que a Junta Militar ainda não havia decidido sobre a concessão do salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora (EMBAMEX, 1978i). Sem decisões ou diretrizes acertadas, a situação perdurava (e dos outros asilados também, o filho de Cámpora e Juan Manuel Abal Medina) e era um dos principais problemas da Junta Militar a ser resolvido em um contexto político delicado de decisão do próximo presidente da Argentina (EMBAMEX, 1978j).

Se as condições para que os salvo-condutos fossem concedidos já estavam difíceis, a situação piorou devido a um atentado na casa do Chefe de Estado Maior da Marinha Argentina, Almirante Armando Lambruschini, que culminou no assassinato de sua filha. A Encarregada de Negócios da Embaixada, Silvia González Giammattei, em reunião entre a Embaixada mexicana e o governo argentino para discutir vias de cooperação no âmbito da II Reunião da Comissão Cultural Mexicana-Argentina foi informada por Medina Muñoz (Chefe da área de América Latina da SRE) que "[...] em sua opinião, esses acontecimentos complicariam as

[109] Conforme Uribe Escandón, a posição da Argentina na OEA era a de embasar as suas decisões no princípio de não intervenção para não ser incluída no grupo de Estados investigados pela OEA por violações de direitos humanos (EMBAMEX, 1978p).

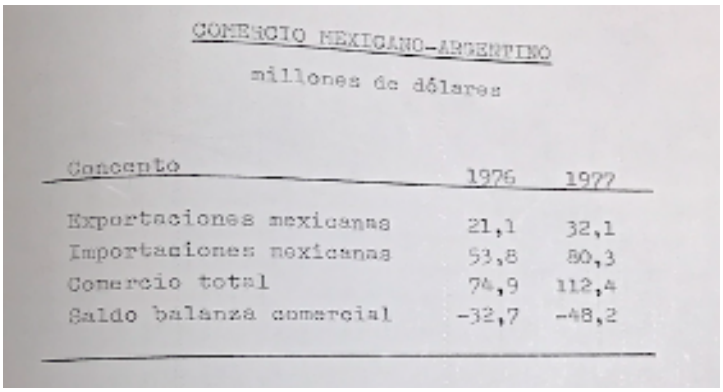
[110] A primeira visita da CIDH ao México só ocorreu em 1996. Durante a segunda década, as visitas continuaram respectivamente em 2011 (duas visitas), 2014 (uma visita) e 2015 (uma visita). Mais informações em detalhe das visitas estão disponíveis em: https://www.oas.org/en/iachr/activities/countries.asp.

negociações realizadas para obter os salvo-condutos aos asilados nesta Embaixada" (EMBAMEX, 1978k, s. p., tradução nossa).

Surpresa pelo ocorrido, a SRE solicitou à Embaixada mexicana que mantivesse a Secretaria informada sobre o assunto (AHD-SRE, Dirección General de Asuntos Diplomáticos, Departamento de América, 3 de agosto de 1978). O tema não foi retomado após a Encarregada informar que a reunião da comissão ocorreu de maneira cordial e que o assunto dos asilados não foi mais discutido (EMBAMEX, 1978l).

Além da área cultural, na pasta comercial Uribe Escandón destacou o aumento das exportações mexicanas para a Argentina em aproximadamente 50% no que se refere ao período de 1976 a 1977 (EMBAMEX, 1978r). Em outro telegrama, a SRE afirmou que as trocas econômicas entre a Argentina e o México aumentaram em 47,3% na mesma época, como se pode visualizar na figura 4 a seguir:

Figura 4 – Relações comerciais México-Argentina (1976-1977)



COMERCIO MEXICANO-ARGENTINO

millones de dólares

Concepto	1976	1977
Exportaciones mexicanas	21,1	32,1
Importaciones mexicanas	53,8	80,3
Comercio total	74,9	112,4
Saldo balanza comercial	-32,7	-48,2

Fonte: AHD-SRE, 1978c.

Entretanto, o conteúdo das exportações não contava com a mesma relevância quando comparadas aos itens que os EUA exportavam à Argentina. Essa relação era marcada por trocas comerciais e investimentos econômicos, financeiros e bélicos que permitiam ao governo de Jimmy Carter exercer maior pressão sobre a Junta Militar diante do cenário de direitos humanos argentino, por exemplo, ao contrário das margens de negociação que o México possuía.[111] Não é de se surpreender que, na perspectiva da SRE, as relações comerciais com a Argentina não eram suficientes e estavam sendo subaproveitadas (AHD-SRE, 1978c). Em vista disso,

[111] Os principais elementos que compunham a cesta de exportações eram: filtros de cigarro, máquinas de escrever, cartuchos de filme, calculadoras, suco de abacaxi e livros. A maioria dos produtos importados pela Argentina era milho, soja e feijão (AHD-SRE, 1978c).

quaisquer sanções econômicas aplicadas sobre a Argentina teriam pouco efeito na obtenção dos salvo-condutos, além de deteriorar mais a relação entre os países.

Uribe Escandón desconsiderava as implicações internacionais que o México poderia se colocar com relação ao seu próprio histórico de violações de direitos humanos. Um exemplo de sua falta de experiência para a política externa foi quando sugeriu que o México discutisse o tema dos asilados da Embaixada mexicana em instâncias como OEA, Corte de Haia e ONU. Nesses foros – dos quais a Argentina já era membro –, a Junta Militar poderia contrapor qualquer acusação de violação de direitos humanos ao apontar as próprias condições de direitos humanos mexicanas, além de inviabilizar qualquer aliança com a Argentina nesses e em outros mecanismos multilaterais para se defender de acusações.

O Embaixador não sabia mais quais caminhos tomar para obter da ditadura os salvo-condutos. Para ele, a sugestão de escalar o tema para mecanismos multilaterais era porque, em suas palavras:

> [...] me atrevo a insinuar, considerando que não sou versado em Direito e apenas como meio provável de luta [...] com minha saída do México, queria obter algum resultado nesse assunto, e francamente não sei mais o que fazer ou o que pensar para conseguir algo, mesmo que fosse um pequeno avanço (EMBAMEX, 1978n, p. 6, tradução nossa).

A estratégia de Uribe Escandón em escalar o assunto da concessão dos salvo-condutos às instâncias internacionais não foi contrariada pela SRE, conforme os telegramas analisados. Para Yankelevich (2009), as razões de o México nunca ter denunciado a Argentina de alguma maneira pelas violações de direitos humanos são complexas. Contudo, como será visto, o México chegou a apoiar a Argentina nesses foros multilaterais, seja em candidaturas e não comparecimento a reuniões que versavam sobre direitos humanos, o que já demonstra uma parcela da dinâmica existente entre os dois países de se protegerem.

A responsabilidade do México por ser um país com práticas sistemáticas de desaparecimento, assassinatos de opositores políticos, corrupção e outras atividades que violavam os direitos econômicos, políticos e sociais da população mexicana era um fator importante a ser considerado antes de criticar a Argentina. Ademais, o Embaixador chegou a questionar se os asilados poderiam ser transferidos a outro local, opção rechaçada pela SRE (AHD-SRE, 1978e).[112] Assim, as alternativas para Uribe Escandón pareciam esgotadas e a

[112] Na realidade, a proposta foi feita pela Junta Militar. Segundo Uribe Escandón, a proposta da ditadura era uma forma de diminuir as tensões que existiam na Embaixada mexicana. A alternativa dos militares era que o México hospedasse os asilados em outra residência, com proteção especial em lei concedida pelo governo argentino a fim de estender a extraterritorialidade ao México nesse local, ademais dos serviços de segurança a serem utilizados (EMBAMEX, 1978m).

Secretaria tampouco estava disposta a auxiliá-lo com maiores instruções para obter os salvo-condutos.

No final de 1978, a Secretaria mudou a orientação da diplomacia mexicana em relação à Argentina: os salvo-condutos não seriam o tema central, sendo necessário mobilizar esforços para outras áreas de interesse com a Argentina. Conforme Mariano Lemus Gas, Diretor Geral da SRE, para que o México avançasse nas relações com a Argentina, era necessário estabelecer negociações em outras pastas: "[...] o obstáculo para o desenvolvimento das relações bilaterais, que constitui a presença dos asilados, poderia ser superado ao serem tomadas formas mais amplas de cooperação" (EMBAMEX, 1978o, p. 2, tradução nossa).

Em outra tentativa, o ACNUR solicitou o apoio da Embaixada mexicana para discutir se o México poderia receber refugiados que estavam na Argentina. Uribe Escandón diretamente solicitou à SRE o que deveria fazer sobre o assunto: "[...] muito agradeceria a essa Autoridade para me instruir se nosso país manterá a sua posição a respeito dos refugiados e se seria viável assistir à reunião que se convoca" (EMBAMEX, 1978q, s. p., tradução nossa). Após esse telegrama, ao final de 1978, não foram encontrados outros informes sobre o tema dos asilados ou de direitos humanos no país nesse ano.

Embora a Embaixada mexicana tenha decidido ampliar as negociações com a Argentina para outros temas além dos asilados, a imprensa persistia nessa temática e não era por conta própria. Já no início do ano 1979, os asilados estampam as notícias de jornais argentinos, sendo que muitas matérias eram entrevistas de funcionários de governo. Em comunicado de Silvia González Giammattei, a Encarregada de Negócios da Embaixada mexicana informou que o Brigadeiro Maior Carlos Washington Pastor, novo Ministro das Relações Exteriores da Argentina, disse ao jornal *La Nación* que poderia tratar do tema dos asilados com mais detalhes (EMBAMEX, 1979a). Segundo o jornal, o Ministro relatou que o assunto

> [...] deveria ser avaliado em toda sua dimensão e que consideraria o julgamento condenatório dos argentinos sobre os delitos que os asilados cometeram [...] admitiu que a saída do país do ex-presidente Cámpora poderia ser estudada sobre a base do 'entendimento, mas o caso ainda – salientou – requer tempo'. O ministro de Relações Exteriores e Culto se mostrou otimista em relação aos vínculos amigáveis com o México e outros países [...] (*La Nación*, *Viajó a Venezuela el canciller Pastor*, 10 de marzo de 1979, p. 1, tradução nossa).

Em geral, muitos telegramas encontrados no arquivo no México – e no arquivo na Argentina – estão acompanhados de recortes de jornais como uma forma de transmitir as informações do contexto político, social e econômico de ambos os países, bem como servir de termômetro da opinião pública sobre as principais questões em discussão nas relações diplomáticas Argentina-México. Nesse sentido, as imprensas argentina e mexicana foram um

meio não somente informativo às populações argentina e mexicana, mas também aos próprios funcionários de ambas as representações diplomáticas.

O ano de 1979 passa a retratar uma nova faceta das relações diplomáticas Argentina-México: maiores desavenças e discussões que ganham notícia nos jornais, como ilustrou o jornal mexicano *El Día*. Na matéria, o México teria decidido condicionar todas as suas negociações com a Argentina à concessão dos salvo-condutos para os asilados, como se pode observar na figura 5 abaixo:

Figura 5 – Jornal mexicano *El Día* publica matéria sobre a tensão existente entre a Argentina e o México devido aos asilados na Embaixada mexicana

Discusiones tensas entre Argentina y México por el asilo de Cámpora

(EFE, AFP, AP y UPI)

BRASILIA, 15 de marzo.—Los cancilleres de México y Argentina reanudarán aquí sus discusiones para resolver el caso del ex presidente argentino, Héctor Cámpora, que lleva 3 años asilado en la embajada mexicana de Buenos Aires.

Así lo manifestaron hoy jueves fuentes diplomáticas en esta capital, al referirse a la cuestión que sensibiliza las relaciones diplomáticas entre los 2 países.

El tema comenzó a discutirse en Caracas en ocasión de la toma de posesión del nuevo presidente de Venezuela, Herrera Campins, pero los ministros, Carlos Pastor, de Argentina, y Santiago Roel, de México, no llegaron a un acuerdo.

Según medios allegados a las delegaciones de ambos países que están aquí para la toma de posesión del presidente Figueiredo, las discusiones de Caracas "fueron especialmente tensas".

Según estas fuentes, México insistió en condicionar toda negociación comercial o diplomática a la concesión de un salvoconducto para que Cámpora pueda abandonar Argentina.

En las mismas fuentes circuló hoy la versión de que Argentina intentó quebrar la irreductible posición mexicana con 2 propuestas que el canciller Carlos Pastor caracterizó como personales y que fueron rechazadas.

Una de las propuestas del canciller argentino era que Cámpora pudiese abandonar Buenos Aires en condición de "exiliado recluido", con prohibición de realizar en México cualquier actividad pública.

La otra intentaba resolver los problemas que tiene la embajada de México en Buenos Aires desde que aloja al ex presidente Cámpora: el cese de sus actividades específicas y el cordón de vigilancia que rodea el edificio.

El canciller argentino proponía otorgar inmunidad diplomática a cualquier otro edificio que México eligiese, separado del local donde funciona actualmente y en el que se encuentra Héctor Cámpora.

HUELGA EN UNA FABRICA MILITAR

En el marco de un exteriorizado descontento gremial, los trabajadores de una empresa militar argentina continuaron hoy un paro de actividades en reclamo de mejoras salariales, desoyendo la advertencia oficial sobre medidas punitivas.

La medida de fuerza es concretada desde el lunes por los obreros de Industrias Mecánicas del Estado, empresa dependiente de la Fuerza Aérea que está ubicada en Córdoba, a 780 kilómetros de aquí.

Las autoridades se limitaron a señalar que habían adoptado las providencias previstas en leyes de seguridad del Estado, sin que se produjeran alteraciones de ninguna naturaleza.

En la mañana de hoy, el personal que cumplía el paro de brazos caídos fue desalojado de la planta.

La actitud obrera obedece al reclamo de mayores salarios y en demanda de la reposición en sus cargos de 14 operarios que fueron declarados cesantes.

TESIS POLITICA DE LA FUERZA AEREA

La Fuerza Aérea propugnó hoy que las futuras bases de retorno a la democracia surjan de un acto directo de la Junta Militar en "uso de su poder constituyente" y no a través de una llamada "propuesta política" que contempla consultas con los distintos sectores civiles.

La tesis de la Fuerza Aérea no era desconocida, pero fue reiterada una semana después que el ministro del Interior, general Albano Hurguindeguy, proclamó a 1979 como el "año político" en el que se haría pública la llamada "propuesta política" que los tres servicios armados procuran armonizar.

El comandante de la Fuerza Aérea, brigadier general Omar Graffigna, declaró, en una entrevista que publica la revista **Siete Días**, que la posición de esa arma tiende a evitar que la llamada "propuesta política" implique "someterla al análisis de ciertos interlocutores y poner en marcha un mecanismo de consulta que ocasionaría un desgaste innecesario".

FALLECIO EL ESCRITOR VERBITSKY

El escritor Bernardo Verbitsky, uno de los más calificados narradores en la literatura argentina, murió hoy a los 72 años de edad.

Periodista agudo, que captó con alerta sensibilidad aspectos de la vida de Buenos Aires, trabajó en los diario **Crítica** y **Noticias Gráficas**, ahora desaparecidos.

Un núcleo de escritores conocido como "grupo de los 13" le confirió el año pasado el Premio a los Narradores, por su obra **Hermana y Sombra**, que llevaba el número 23 en su antología.

Entre sus obras más recordadas figuran **Café de los angelitos**, **La esquina y calles de tango**, **Un hombre de papel** y **Villa Miseria también es América**.

Fonte: APEAM-UNLa, 2023. "*Discusiones tensas entre Argentina y México por el asilo de Cámpora*", *El Día*, México, 16 de março de 1979.

Também pelos meios de comunicação, a Embaixada mexicana soube da designação de um novo Ministro no MREyC e que a Junta Militar poderia transferir Carlos Gómez Centurión, Embaixador da Argentina no México à época, à Embaixada da Argentina na Espanha. De acordo com uma rádio nacional, o motivo da transferência era que o México havia retirado o seu Embaixador da Argentina (EMBAMEX, 1979b). Entretanto, o MREyC não emitiu declaração sobre o assunto (EMBAMEX, 1979d) e Centurión permaneceu no México.

A pressão sobre a temática dos asilados não era apenas da Embaixada mexicana ou da imprensa. Os asilados também exigiram do próprio governo mexicano ações mais contundentes para resolver a sua situação. A Encarregada de Negócios comunicou à SRE que os asilados:

> [...] encontravam-se extremamente preocupados porque a recente conversa entre o senhor Secretário Roel e o Ministro Pastor, não, repito, não foi vista nenhuma mudança para sua situação. Expressam novamente sua inquietude diante do atraso na obtenção dos salvo-condutos e sua angústia frente à crítica situação de instabilidade emocional pela qual passam (EMBAMEX, 1979c, s. p., tradução nossa).

Responsável pela comunicação da Embaixada mexicana com a imprensa argentina, González Giammattei, pediu orientação da SRE para responder às diversas perguntas que chegavam sobre a negociação para conseguir o salvo-conduto do ex-presidente Cámpora. Um desses jornais era o mexicano *El Heraldo*, cuja declaração de apoio ao governo argentino era preocupante e repudiada pelos exilados argentinos no México, os quais consideravam o periódico como um traidor. O jornal argentino *La Nación* republicou a matéria, mas a SRE não falou sobre o ocorrido (EMBAMEX, 1979f).

Na televisão, o General Albano Harguindeguy, Ministro do Interior, tentou diminuir o grau de relevância do caso dos asilados nas relações diplomáticas Argentina-México. Segundo ele, a situação dessas pessoas não desestabilizou a relação que a Argentina tinha com o México. Ele negou que "[...] a situação do Doutor Cámpora tenha perturbado as relações com o México e adiantou que 'esse país em pouco tempo designará Embaixador na Argentina, fato que revela qual é o real estado das relações entre ambos países'" (EMBAMEX, 1979e, p. 2, tradução nossa).

A ditadura tentou ao máximo criar uma imagem de normalidade das relações com o México. Em outra entrevista, agora para o jornal argentino *Clarín*, Carlos Washington Pastor, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, disse que o caso de Cámpora nem figurava na pauta das discussões entre os países (EMBAMEX, 1979s). Segundo o Ministro,

> [...] se compreende com claridade que um caso como o mencionado não pode por nada diminuir os laços de intensa amizade e fraternidade com os quais nos mantêm unidos. Dentro de pouco tempo isso se confirmará com as ações e será demonstrado na **normalização das relações** do México com a Argentina (*Clarín*, *Pastor: Grandes progresos en derechos humanos*, 13 de mayo de 1979, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

Ainda em outra entrevista, Pastor respondeu ao jornal *La Prensa* sobre a situação dos asilados e se as relações diplomáticas Argentina-México estavam normais, mesmo com a presença desses na Embaixada mexicana, mas não haviam avançado ou melhorado: "[...] 'estamos seguros que nem na Argentina podemos aceitar que as boas relações fiquem manchadas por uma situação externa à vontade de ambos países, por um assunto de difícil solução, mas que não deveria danificar a normalidade da relação internacional' [...]" (EMBAMEX, 1979g, p. 5, tradução nossa). A Embaixada mexicana não comentou a declaração.

Entre fevereiro e março, foram encaminhadas à Embaixada mexicana diversas solicitações de cidadãos argentinos para residir no México, com casos de pessoas que saíram da Argentina como opcionadas e outras solicitações de familiares que buscavam saber onde estavam os seus entes (EMBAMEX, 1979g). Em paralelo à lentidão da ditadura em conceder os salvo-condutos aos asilados, o MREyC chegou a consultar a SRE se o México estaria disponível a receber cidadãos de outras nacionalidades considerados terroristas (EMBAMEX, 1979), além de pessoas detidas sob disposição do PEN (EMBAMEX, 1979g).[113]

No mês de março, Uribe Escandón disse que as relações com a Argentina não haviam mudado, sendo o principal motivo a não concessão de salvo-conduto aos asilados na Embaixada mexicana. Segundo o Embaixador, a outorga dos salvo-condutos seria um sinal para a melhoria das relações (EMBAMEX, 1979). Mesmo assim, o informe enviado à SRE pelo Embaixador também proporcionou diversas diretrizes para as relações em distintas áreas, como comercial, cultural e econômica. Como exemplo de negociações em outras áreas estão as atividades desenvolvidas pela Comissão Mista Argentina-México em transporte aéreo, cooperação científica e intercâmbio cultural (EMBAMEX, 1979s).

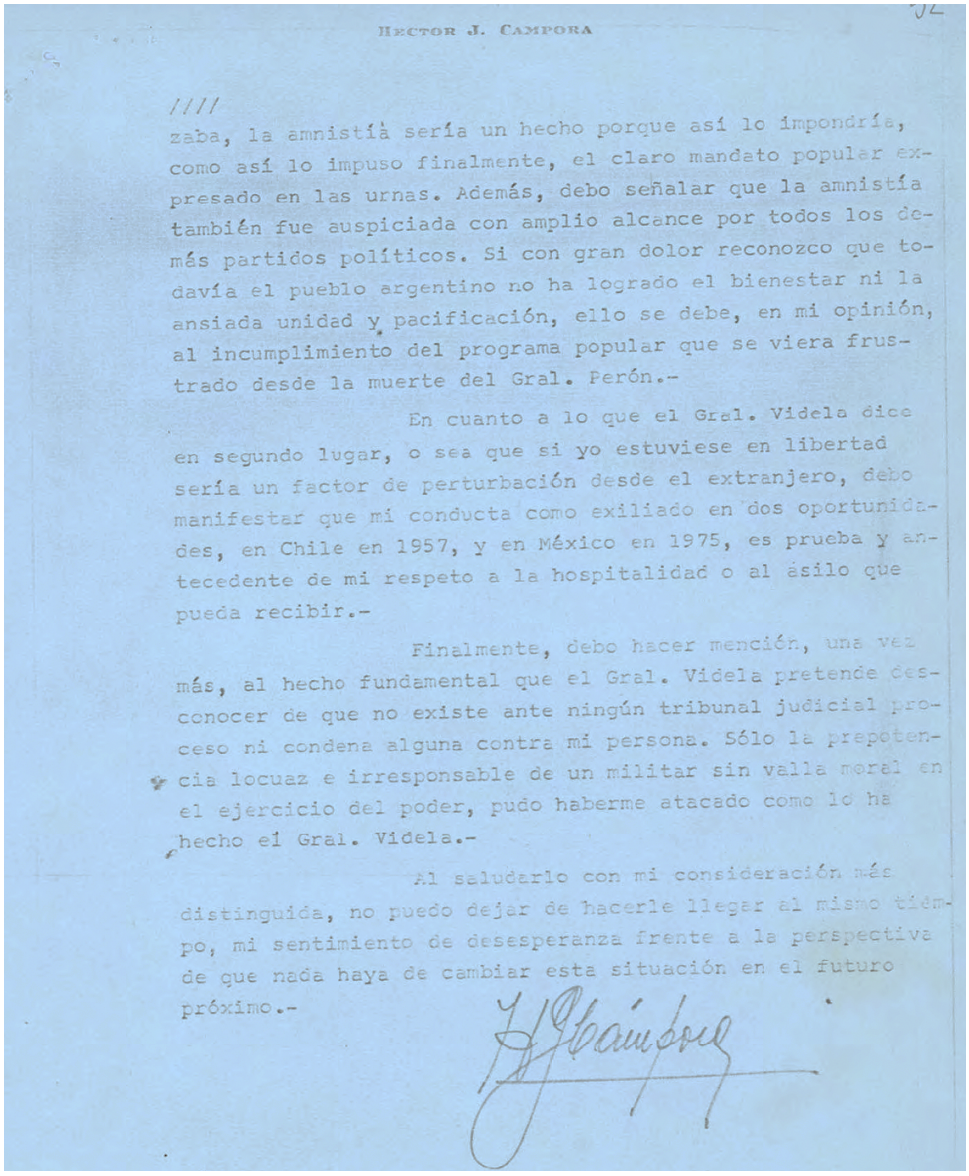
A ação dos diplomatas mexicanos em obter os salvo-condutos era um tema publicamente conhecido. Em maio, Silvia González Giammattei comunicou à SRE que o número de policiais do governo argentino havia aumentado de dois para cinco guardas, medida não solicitada pela Embaixada mexicana e que não ocorreu com outras representações diplomáticas (EMBAMEX, 1979s). O governo argentino havia comunicado à Embaixada mexicana que as mudanças eram rotineiras e que não existia situação de perigo para a representação. Pode-se inferir que o aumento de guardas tenha relação com a vigilância exercida pelo governo argentino diante dos asilados na Embaixada mexicana, como as constantes visitas que recebiam de familiares e de amigos.

Outro exemplo são as ameaças diretas feitas pela Junta Militar, uma delas proferida pelo general Videla em jornal contra o ex-presidente Cámpora. Ao final do mês, a Embaixada mexicana enviou à SRE uma carta do ex-presidente Cámpora endereçada ao presidente López Portillo (EMBAMEX, 1979s). No documento (ver figura 6 abaixo), o ex-presidente destacou os insultos do ditador, em que sublinha o seu comportamento enquanto asilado ao longo de sua vida:

[113] Quem ficou encarregada de tratar as questões na Embaixada mexicana foi a Encarregada de Negócios Silvia González Giammattei, a qual solicitou instruções e resoluções da SRE para tomar decisão, mas quem de fato tratava a questão era a *Secretaría de Gobernación*, responsável pelos Serviços Migratórios (EMBAMEX, 1979s). Não foram encontradas resoluções sobre os casos; mas como o México já havia tomado algumas decisões de negar as solicitações por questões de planejamento urbano, as solicitações devem ter sido negadas.

> **Quanto ao que o General Videla diz [...] que se eu estivesse em liberdade seria um fator de perturbação do exterior, devo afirmar que minha conduta como exilado em duas ocasiões, no Chile em 1957 e no México em 1975, é prova e precedente do meu respeito à hospitalidade e ao asilo que possa receber.** Por fim, devo mencionar mais uma vez o fato fundamental que o General Videla cogita desconhecer, de que não há processo ou condenação alguma contra mim perante qualquer tribunal judicial. Apenas a prepotência loquaz e irresponsável de um militar sem moral no exercício do poder poderia me atacar, como o General Videla fez [...] não posso deixar de expressar ao mesmo tempo, o meu sentimento de desesperança diante da perspectiva de que nada possa mudar essa situação em um futuro próximo (EMBAMEX, 1979, p. 54, tradução nossa, grifo nosso).

Figura 6 – Carta do ex-presidente Cámpora para o presidente López Portillo, 15 de maio de 1979



HECTOR J. CAMPORA

////

zaba, la amnistía sería un hecho porque así lo impondría, como así lo impuso finalmente, el claro mandato popular expresado en las urnas. Además, debo señalar que la amnistía también fue auspiciada con amplio alcance por todos los demás partidos políticos. Si con gran dolor reconozco que todavía el pueblo argentino no ha logrado el bienestar ni la ansiada unidad y pacificación, ello se debe, en mi opinión, al incumplimiento del programa popular que se viera frustrado desde la muerte del Gral. Perón.-

En cuanto a lo que el Gral. Videla dice en segundo lugar, o sea que si yo estuviese en libertad sería un factor de perturbación desde el extranjero, debo manifestar que mi conducta como exiliado en dos oportunidades, en Chile en 1957, y en México en 1975, es prueba y antecedente de mi respeto a la hospitalidad o al asilo que pueda recibir.-

Finalmente, debo hacer mención, una vez más, al hecho fundamental que el Gral. Videla pretende desconocer de que no existe ante ningún tribunal judicial proceso ni condena alguna contra mi persona. Sólo la prepotencia locuaz e irresponsable de un militar sin valla moral en el ejercicio del poder, pudo haberme atacado como lo ha hecho el Gral. Videla.-

Al saludarlo con mi consideración más distinguida, no puedo dejar de hacerle llegar al mismo tiempo, mi sentimiento de desesperanza frente a la perspectiva de que nada haya de cambiar esta situación en el futuro próximo.-

Fonte: EMBAMEX, 1979s.

O ano de 1979 foi quando a CIDH visitou a Argentina, um marco para os familiares, exilados, grupos de direitos humanos argentinos e demais atores nacionais e internacionais que trabalharam para mobilizar esforços a fim de encontrar respostas ao paradeiro de seus entes

queridos, desaparecidos ou (ex-)presos políticos. Para a Junta Militar, foi um período crítico em que a comunidade internacional se voltou para a Argentina, sendo um evento transformador ao ter ampliado os canais de denúncia em fase de construção por esses distintos atores. A Embaixada mexicana, que acompanhava os preparativos para a visita desde 1978, também recebia em 1979 notícias das ações de repressão da ditadura e da publicidade de locais utilizados para a execução das violações de direitos humanos, como o caso dos centros clandestinos de detenção e extermínio.

Nesse contexto, a SRE relembrou à Embaixada mexicana do interesse dos EUA em visitar a Argentina por conta de "[...] possível existência na Argentina de instalações clandestinas para manter presos" (AHD-SRE, 1979a, s. p., tradução nossa). A pressão estadunidense fazia parte da agenda da política externa de Jimmy Carter, voltada a um maior engajamento em questões de direitos humanos e que, em certa medida, mobilizava o México para ações mais intensas nessa área.[114]

Dada a proximidade da visita, o tema dos asilados ganhou maior interesse para todas as alas das Forças Armadas. Uma dessas situações foi repassada pelo Embaixador Larra Villarreal – novo representante no México após a saída do Almirante Uribe Escandón (EMBAMEX, 1979j) – quando o General Rubén Omar Graffigna (Comandante em Chefe da Força Aérea e integrante da Junta Militar) discutiu o tema em reunião com agentes civis das Forças

[114] Uma das pessoas-chave encarregadas pelo tema de direitos humanos na política externa dos EUA foi Patricia Derian. Designada Coordenadora do Departamento de Estado para Direitos Humanos e Assuntos Humanitários por Jimmy Carter, Derian era reconhecida pelo seu ativismo em prol dos direitos civis no Estado de Mississipi aos cidadãos negros. A nomeação foi severamente criticada pelo Congresso dos EUA, dado que os cargos eram atribuídos conforme o costume meritocrático e de pessoas reconhecidas por estarem na burocracia estatal, o que não era o caso de Derian (Schmidli, 2013). Ela chegou a visitar a Embaixada dos EUA na Argentina algumas vezes ao longo da ditadura. Nessas ocasiões, Derian se encontrou com familiares e grupos de direitos humanos que apresentaram a ela horríveis depoimentos que a mobilizaram a exercer pressão no Congresso estadunidense para condicionar as relações diplomáticas EUA-Argentina com base nos direitos humanos. Um desses exemplos foi a implementação em 1978 da emenda Humphrey-Kennedy, a qual bloqueou a assistência econômico-militar dos EUA à Argentina pelo contexto de violação de direitos humanos no país (Schmidli, 2013). A nomenclatura da emenda é originária dos senadores Edward Kennedy e Hubert Humphrey, responsáveis por instaurarem as primeiras medidas de suspensão do comércio de insumos militares com a Argentina (Dumbrell, 1997; Schmidli, 2013).

Armadas.[115] Para Graffigna, a situação dos asilados, especialmente do ex-presidente Cámpora, era um caso pendente de solução para a política externa argentina (EMBAMEX, 1979h).[116]

As desavenças e as disputas de poder nas Forças Armadas eram acirradas por membros que já não possuíam cargos, como foi o caso da visita do ex-Comandante Chefe das Forças Armadas e ex-integrante da Junta Militar, Emilio Eduardo Massera, ao México em 1979. Lara Villarreal comunicou para Jorge Castañeda y Álvarez de la Rosa, novo Secretário de Relações Exteriores do México, que a visita de Massera ao México e a Estados latino-americanos resultou em "[...] severas críticas tanto por parte dos meios de comunicação como da opinião pública, em geral [...] não é a primeira vez que o ex-funcionário mantém entrevistas com pessoas que desagradam o atual regime" (EMBAMEX, 1979i, s. p., tradução nossa).

Conforme o jornal argentino *La Voz del Interior*, a visita de Massera ao México foi para se reunir com líderes do movimento peronista a fim de conhecer os seus pontos de vista sobre uma

> [...] possível abertura política em nosso país. Como se sabe, a capital do México é o maior refúgio no exílio do grupo 'montoneros', cabe destacar, do peronismo revolucionário que se aderiu ao marxismo internacional [...] O que é isso? Massera é o único com a resposta. Contudo, os argentinos têm o direito de se perguntar sobre o sentido de tanta dor, sacrifício, sofrimento e morte, justificados desde os mais altos níveis como o preço inevitável que teria de pagar para derrotar a subversão dos extremismos [...] (*La Voz Del Interior*, *¿Massera en México con el peronismo?*, 27 de agosto de 1979, p. 17, tradução nossa).

Em agosto, Lara Villarreal se encontrou com Videla para tratar das relações diplomáticas entre os dois países. Na reunião, o Embaixador abordou distintos temas, mas pôs ênfase na condição dos asilados na Embaixada mexicana. Em suas palavras, durante uma hora,

> [...] analisou-se especialmente o caso dos asilados políticos, tendo aceitado argumentos subscritos, afirmando, no entanto, que existem problemas internos que impedem adotar uma solução para o problema, afirmou que excede a competência Presidencial e que compete à Junta Militar. Não obstante, o Senhor Presidente da República, Videla, comprometeu-se formalmente tratar o assunto com a Junta Militar em devida oportunidade. Seguirei informando (EMBAMEX, 1979k, s. p., tradução nossa).

---

[115] A saída de Uribe Escandón e o tempo de designação de um substituto criou uma situação desconfortável nas relações entre a Argentina e o México. Conforme a Encarregada de Negócios Silvia González Giammattei, o Embaixador da Argentina no México, Gómez Centurión, teria afirmado que "[...] não estava disposto a permanecer em nosso país se o México não nomeasse um novo Embaixador na Argentina. Parece que o governo argentino então comunicou ao Embaixador Gómez Centurión que deveria ser dado um tempo razoável, ao final do qual, se o México não 'regularizasse' essa situação, seria designada uma nova missão para ele" (EMBAMEX, 1979j, p. 38, tradução nossa). E que os jornais argentinos não "[...] divulgaram a notícia, no entanto, o rádio e a televisão mencionaram-na várias vezes; por minha parte, imediatamente procurei confirmar a informação anterior com funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Foi-me informado que, de fato, eles estavam cientes de que o Embaixador Gómez Centurión seria transferido, mas, naturalmente, não foram mencionadas as razões que o governo argentino poderia ter tido para tomar essa decisão" (EMBAMEX, 1979j, p. 39, tradução nossa).

[116] Lara Villarreal não comentou sobre o assunto e não confirmou se participou ou não da reunião, nem como conseguiu a informação (EMBAMEX, 1979h). Em complemento, a situação do ex-presidente Cámpora e as dificuldades para obter tratamento de saúde necessário permaneceram até outubro (EMBAMEX, 1979o).

Segundo informações entre a Embaixada mexicana e a SRE, até o ano de 1979 o Embaixador Lara Villarreal foi o primeiro de seu cargo a se encontrar com membros da Junta Militar e discutir o tema dos asilados. Em um momento de preparo para a visita da CIDH e de mobilização transnacional articulada por distintos atores estatais e não estatais para o evento, a comissão contatou Lara Villarreal para uma reunião em 10 de setembro (EMBAMEX, 1979l), cujo objetivo era dialogar com o Embaixador, mas também com o ex-presidente Cámpora (EMBAMEX, 1979m). A SRE e o Embaixador não retomaram o tema.

No mês de setembro, a visita da CIDH não foi o único ponto que mobilizou holofotes sobre a Argentina. No México, congressistas haviam solicitado que a ditadura concedesse o salvo-conduto para o ex-presidente Cámpora, demanda também compartilhada por políticos brasileiros, além de mobilização do parlamento europeu para retirada de Embaixadores da Argentina, segundo os jornais mexicanos *Excélsior* e *Unomásuno,* respectivamente, dispostos nas figuras 7 e 8 na sequência:

Figura 7 – Jornal *Excélsior* expõe mobilização de congressistas mexicanos em busca de salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora

El Congreso Mexicano Pide se Otorgue Salvoconducto a Héctor J. Cámpora

El Congreso Mexicano pidio que se otorgue salvoconducto para el ex Presidente de Argentina Héctor J. Cámpora.

Ante legisladores de 80 países reunidos en la LXVI Conferencia Interparlamentaria Mundial, que se efectúa en Caracas, Venezuela, el presidente de la delegación mexicana, senador Jesús Cabrera Muñoz Ledo, precisó que la postura de nuestro país es reiterada particularmente ahora que, según los partes médicos, se sabe que Cámpora padece una enfermedad grave.

México, sostuvo Cabrera Muñoz Ledo, "se mantiene fiel a la institución del derecho de asilo, del que es escrupuloso practicante. Por ello México acoge en su tierra a numerosos perseguidos, entre los cuales muchos son ex parlamentarios, particularmente en países del cono sur".

El jefe de la delegación parlamentaria mexicana, al abordar en la ceremonia de clausura de la junta el tema de los derechos humanos, comentó que México siempre se ha manifestado partidario de difundir y apoyar el respeto a los derechos humanos en cualquier ámbito del planeta.

El Senado de la República —por medio de su Secretaría de Información— dio a conocer también que el diputado sonorense, Alejandro Sobarzo, fue ratificado como vicepresidente de la delegación parlamentaria mexicana, que continuará presidiendo el senador Joaquín Gamboa Pascoe.

Cabrera Muñoz Ledo fue elegido como uno de los vicepresidentes de la Unión Interparlamentaria.

En la misma reunión de clausura, el senador Rafael Tristán habló de "la necesidad insoslayable de velar por los derechos del niño en todo el mundo, sin distingos de naturaleza alguna, ya que éstos constituyen la estructura fundamental en la que ciframos nuestras esperanzas, para que en la conciencia de los pueblos se fije permanentemente la paz".

Rafael Tristán se refirió a la labor que en México realiza la señora Carmen Romano de López Portillo en favor de la niñez y de la familia mexicana y agregó que el desarrollo y el bienestar son las metas únicas que unen a todos los pueblos.

Finalmente informa el Senado que el senador Cabrera Muñoz Ledo y el diputado José Murat son candidatos para formar parte del Consejo Interparlamentario Mundial, y que el presidente del organismo, sir Thomas Williams, renunciará a la presidencia del citado consejo.

Fonte: APEAM-UNLa, 2023. "*El Congreso mexicano pide se otorgue salvoconduto a Héctor J. Cámpora*", *Excélsior*, México, 29 de setembro de 1979.

Figura 8 – Matéria publicada pelo jornal *Unomásuno* relata pressão de políticos brasileiros e europeus sobre as violações de direitos humanos na Argentina e a necessidade de concessão de salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora

Salvoconducto para H. Cámpora demandó el Parlamento Europeo

BUENOS AIRES, 28 de septiembre (AFP, PL y UPI). Más de un centenar de legisladores brasileños exhortaron hoy al gobierno de Argentina para que otorgue el salvoconducto al ex presidente Héctor Cámpora, en tanto en Estrasburgo, el Parlamento Europeo emitió una condena al régimen de Videla, invitando a los nueve países miembros a que retiren a sus embajadores en Buenos Aires.

Por otra parte, en esta capital, el comandante del ejército, general Roberto Viola, señaló que el atentado de ayer contra el secretario de Planeación y Coordinación Económica, Guillermo Walter Klein, no significa un rebrote de las actividades guerrilleras.

En su resolución, el Parlamento Europeo condena asimismo la ley dictada a mediados de este mes, por la cual, dijo el comunicado, "se legaliza la muerte de millares de opositores|políticos desaparecidos, es decir, secuestrados, torturados, detenidos o asesinados en los campos de concentración del régimen".

Más de diez mil obreros, por su parte, se mantienen en huelga en este país. Los paristas pertenecen a los gremios metalúrgico (fábricas Peugeot y Nicoro), de la electricidad (Standard Electric), petrolero y otros, quienes demandan aumentos salariales.

Fonte: APEAM-UNLa, 2023. "*Discusiones tensas entre Argentina y México por el asilo de Cámpora*", *El Día*, México, 16 de março de 1979.

Em novo encontro com Videla no dia 26 de setembro, Lara Villarreal tentou outra vez extrair uma decisão oficial do governo argentino com relação à concessão do salvo-conduto de Cámpora. O assunto era urgente não apenas por Cámpora estar na Embaixada mexicana há anos, mas porque o seu estado de saúde era grave devido ao câncer de laringe (o que demandava serviço médico) (EMBAMEX, 1979n). Segundo o Embaixador,

> [...] sem um certificado confiável feito por um médico argentino designado pela Junta do Governo deste país de que o senhor Cámpora possui um câncer, não, repito, não será outorgado nenhum salvo-conduto. Ao me manifestar que essa certificação não teria que ser necessariamente consequência da realização de uma biópsia, mas mediante observação clínica derivada de alguns sinais evidentes que podem confirmar, desta forma, a existência de câncer. Também manifesto que o fato anterior mudaria a situação atual, mas não, repito, não me garante agora que imediatamente realizada a comprovação anteriormente mencionada o salvo-conduto seria outorgado (EMBAMEX, 1979n, s. p., tradução nossa).

Não eram somente a Embaixada mexicana e a Junta Militar que detinham poder de decisão sobre o caso de Cámpora. O ex-presidente teria afirmado aos funcionários da representação mexicana que apenas realizaria o exame de um médico (por um especialista de nacionalidade argentina) se a ditadura garantisse que o seu salvo-conduto seria concedido imediatamente após a comprovação do diagnóstico do tumor (EMBAMEX, 1979p). Não foram identificados nos telegramas se outras demandas do ex-presidente surgiram ao longo dos anos para obter o seu salvo-conduto, mas fica explicitado nessa situação que os interesses dos exilados (e de outros atores não estatais) existiam, eram legítimos e, em alguma medida, contavam na tomada de decisão da política externa mexicana.

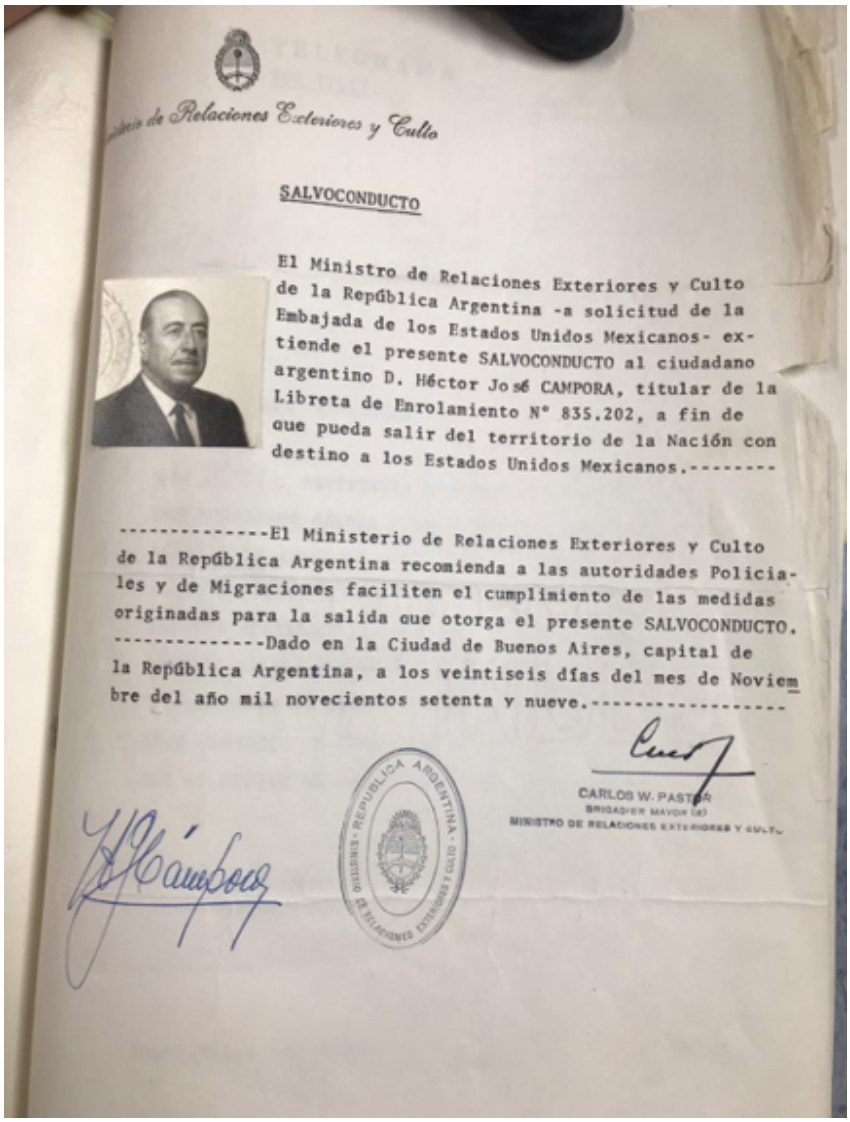
Em novo telegrama, Lara Villarreal informou para Jorge Castañeda que a ditadura concederia o salvo-conduto de Cámpora quando soubesse quanto tempo de vida o ex-presidente tinha (EMBAMEX, 1979q). A situação, portanto, teria chegado ao extremo: os militares deixaram Cámpora confinado na Embaixada mexicana para deteriorar a sua saúde até a beira de sua morte. Lara Villarreal chegou a sugerir que caso o salvo-conduto não fosse concedido, o México deveria suspender as suas relações diplomáticas com a Argentina. Segundo o Embaixador, o significado dessa decisão representaria a coerência do México com a política internacional e as normas de direito internacional, em especial a instituição do asilo, além de realçar a imagem do presidente López Portillo e o prestígio do país no cenário internacional. E, sobretudo, a quebra dessas relações não teria grandes efeitos ao México, pois não eram relevantes, especialmente em matéria econômica (EMBAMEX, 1979q).

A Junta Militar manteve as mesmas respostas para negar a concessão do salvo-conduto de Cámpora: o caso permanecia sob estudo, sem uma data para conclusão. Os militares aguardavam, na realidade, a morte do ex-presidente. A família de Cámpora, ciente da estratégia dos militares, decidiu agir quando a sua esposa demandou de Lara Villarreal que solicitasse aos militares a possibilidade de que Cámpora fosse operado na Argentina com base na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, especificamente sobre os lugares de hospitalização (EMBAMEX, 1979r) que, para ela, poderiam ser concedidos ao México com a devida imunidade diplomática por serem considerados locais de missão.[117]

Findada a longa espera, a Junta Militar concedeu o salvo-conduto de Cámpora em 26 de novembro de 1979 (ver figura 9 abaixo), tendo seguido diretamente ao México para iniciar o seu tratamento hospitalar:

[117] A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas foi adotada em 14 de abril de 1961 e entrou em vigor na data de 24 de abril de 1964. A Argentina foi um dos primeiros países a assiná-la (18 de abril de 1964) e a ratificá-la (10 de outubro de 1963), juntamente do México (assinatura e 18 de abril de 1964 e ratificação em 18 de junho de 1965). Mais informações sobre o documento e seu conteúdo estão disponíveis em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=III-3&chapter=3&clang=_en.

Figura 9 – Documento de emissão do salvo-conduto do MREyC ao ex-presidente Héctor José Cámpora



Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

SALVOCONDUCTO

El Ministro de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina -a solicitud de la Embajada de los Estados Unidos Mexicanos- extiende el presente SALVOCONDUCTO al ciudadano argentino D. Héctor José CAMPORA, titular de la Libreta de Enrolamiento N° 835.202, a fin de que pueda salir del territorio de la Nación con destino a los Estados Unidos Mexicanos.--------

----------El Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina recomienda a las autoridades Policiales y de Migraciones faciliten el cumplimiento de las medidas originadas para la salida que otorga el presente SALVOCONDUCTO.

----------Dado en la Ciudad de Buenos Aires, capital de la República Argentina, a los veintiseis días del mes de Noviembre del año mil novecientos setenta y nueve.----------

CARLOS W. PASTOR
BRIGADIER MAYOR (R)
MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO

REPUBLICA ARGENTINA - MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO

Fonte: AHD-SRE, 1979.

No México, o ex-presidente se encontrou com Raúl Valdés Aguilar (Diretor-Chefe para Assuntos Políticos Bilaterais do México) e Pedro González-Rubio S. (Subdiretor Geral de América Latina) para discutir as tratativas sobre a concessão de seu asilo diplomático, bem como o estado do trâmite de seu filho e de Abal Medina, ainda residentes na Embaixada mexicana (AHD-SRE, 1979c).

Dentre os principais temas da conversa entre Cámpora e funcionários do governo mexicano estavam a postura adotada por Lara Villarreal durante os seus serviços na Embaixada mexicana, avaliada de maneira negativa pelo ex-presidente. Uma de suas reclamações foi que Lara Villarreal negou qualquer tipo de visita de seus familiares sem a sua presença e que, ao final de sua estadia na Embaixada mexicana, o diplomata suspendeu todas as visitas.

Em consideração a essa situação, Cámpora solicitou que o governo mexicano autorizasse as visitas aos asilados; como resposta, os funcionários da SRE disseram que atenderiam a qualquer solicitação do ex-presidente (AHD-SRE, 1979c). Após o encontro com Cámpora, a SRE notificou Lara Villarreal que nunca foi instruído para limitar a visita de familiares dos asilados. Segundo a Secretaria, as visitas não eram um inconveniente, mas que deveria controlar o número de pessoas que entravam e saíam da Embaixada para evitar grandes movimentações.[118]

Uma nova falha de comunicação incomodou a SRE e o filho de Cámpora: a família não havia sido informada que o governo mexicano poderia ter enviado um médico para consultar o ex-presidente. Segundo seu filho, a possibilidade foi apresentada como uma oferta de um "amigo pessoal" de quem teria realizado a proposta, não uma ação do governo mexicano. Em resposta, caso a família soubesse das tratativas, o ex-presidente Cámpora teria aceitado ser consultado por um médico mexicano (AHD-SRE, 1979d). Não foram encontrados outros telegramas sobre o assunto.

No início de 1980, a Secretaria informou à Embaixada que o Diretor Chefe para Assuntos Bilaterais se reuniu com Carlos Enrique Gómez Centurión para discutir o caso de Abal Medina e do filho de Cámpora, ainda asilados na Embaixada mexicana. A SRE queria ter se encontrado antes, mas o Embaixador disse que não conseguiu porque estava com problemas de saúde. Sem acreditar plenamente nessa justificativa, a SRE disse que o motivo "[...] não foi obstáculo para que, desde a semana passada, visitasse o Subsecretário Navarrete para tratar de questões econômicas que eram de interesse de seu governo em relação à ALALC (AHD-SRE, 1980a, p. 1, tradução nossa)".

No mesmo telegrama, Gómez Centurión pontuou que a decisão da Junta Militar em conceder o salvo-conduto para Cámpora causou reações negativas nos círculos militares, particularmente sobre os asilados em geral (AHD-SRE, 1980a). No conjunto das negociações entre a Argentina e o México, a ditadura justificou em distintos momentos críticos de sua política externa (visita da CIDH, corte de insumos militares pelos EUA, crítica internacional contundente durante a Copa do Mundo em 1978) a negativa de conceder os salvo-condutos

[118] De maneira não explícita, Héctor Mendoza y Caamaño em sua biografia publicada em 2004 (abordada em outros pontos nas próximas páginas) sai em defesa da posição de Lara Villarreal ao ressaltar que tais restrições estavam conforme a Convenção de Caracas de 1954 sobre asilo diplomático, disposições também ditadas pela SRE, mais especificamente em seu artigo XVIII que diz "A autoridade asilante não permitirá aos asilados praticar atos contrários à tranquilidade pública, nem intervir na política interna do Estado territorial" (Convenção de Caracas Sobre Asilo Diplomático, 1954).

devido à possibilidade de os asilados desestabilizarem o governo e intensificarem as desavenças dentro das Forças Armadas.

Isso era uma estratégia da Junta Militar resguardar a Argentina de obrigações pactuadas em normativas internacionais e de demonstrar, ao menos em termos políticos, que o país possuía justificativas para não conceder os salvo-condutos. Somado a isso, havia apoio de jornais argentinos à ditadura, como foi o caso da publicação do diário *Convicción*, o qual criticou o governo mexicano pela concessão dos asilos e afirmou que a Argentina não deveria se preocupar com as suas relações com o México, visto que eram baixas. Para esse jornal, o filho de Cámpora e Abal Medina só "[...] deveriam sair de seu asilo para ir para a cadeia, ou ficarem na Embaixada do México e esperar pela velhice" (*Convicción*, *No deben darse salvoconductos a los peronistas, opina un diario argentino*, 24 de febrero 1979, s. p., tradução nossa).

Para a Secretaria, a ditadura não outorgaria os salvo-condutos à Abal Medina e ao filho de Cámpora visto que seria um movimento que acabaria com o governo instaurado pela Junta Militar:

> [...] esse mesmo equilíbrio tão delicado do governo e das forças militares é o que impede, segundo foi informado diversas vezes ao governo mexicano de maneira oficial, a saída dos dois asilados que estão em sua Embaixada há quatro anos [...] tudo parece indicar que nada poderá ser feito a este respeito antes que seja designado um novo Presidente no verão de 1980, e que se prove que a pessoa designada conta com o apoio geral das forças armadas. **Do contrário, é difícil que o salvo-conduto seja concedido aos asilados, pois tal ato seria utilizado, como certamente está sendo usado agora, como um mero pretexto para aflorar as brigas e a tomada de posições para alcançar o poder entre o elemento militar** (AHD-SRE, 1980b, p. 4-5, tradução nossa, grifo nosso).

Mesmo com esse obstáculo político colocado como justificativa pela Junta Militar, a Secretaria orientou a Embaixada mexicana a tomar ações para avançar nas negociações no sentido de o governo mexicano obter os salvo-condutos aos asilados que permaneciam na missão diplomática:

> Se o Governo mexicano não obteve êxito durante quase quatro anos de gestões para obter os salvo-condutos para os asilados, apoiando-se nos Tratados Pan-americanos sobre Asilo, por carecer de uma sólida base jurídica para consegui-los, posto que a Argentina não ratificou nenhum deles, deve avaliar o assunto desde outro ponto de vista. **Parece que é necessário convencer as partes ou forças que vêm utilizando o caso dos asilados para promover seus interesses que é de interesse geral do país aquilo que permita encontrar uma saída para esse assunto.** Ou bem, propor meios que possam ser aceitáveis para encontrar uma saída honesta que **exima o Governo de ser quem decida** (AHD-SRE, 1980b, p. 5, tradução nossa, grifo nosso).

Se a Junta Militar estava preocupada em não deteriorar as relações entre os militares das Forças Armadas, o trecho do telegrama enviado pela SRE à Embaixada mexicana deixa a entender que além dos salvo-condutos serem um interesse nacional de ambos os países, a decisão poderia ser tomada por um terceiro ator a fim de não comprometer os militares perante

os seus pares e à sociedade argentina. Logo, em oposição às ações de Embaixador Lara Villarreal (uma dessas a sugestão de romper relações diplomáticas com a Argentina), para a Secretaria a questão dos asilados não seria sanada mediante represálias ou ameaças do México, já que a ditadura não cederia. Essa análise dialoga diretamente com a base das relações diplomáticas entre os dois países, como apontou a Secretaria:

> Nenhum país cede ante ameaças de qualquer tipo quando está em jogo um interesse político, menos ainda caso as sanções ou represálias que sejam a ele aplicadas são insignificantes, como foram as do México, que **não pode romper relações com a Argentina enquanto tenha asilados. Por nenhum motivo devem ser aplicadas sanções ou represálias com implicações econômicas porque se arrisca perder os poucos contatos desse tipo que existem com a Argentina**, pois os efeitos podem ser permanentes já que as vias para as trocas comerciais são difíceis de serem estabelecidas e restabelecidas no atual mundo de feroz concorrência (AHD-SRE, 1980b, p. 6, tradução nossa, grifo nosso).

Considerando que impor penalidades econômicas à ditadura não era a abordagem mais adequada, o âmbito multilateral voltou a surgir como uma possibilidade viável para lidar com a questão dos asilados. Nesse sentido, a opção que se apresentava era a revitalização da ALALC que, segundo a SRE, os diplomatas argentinos no México trabalhavam em conjunto com o governo mexicano para reativá-la. Portanto, romper relações diplomáticas com a Argentina, mesmo diante da presença dos asilados na Embaixada mexicana, não era uma opção viável, dado que o México não deveria

> [...] por conta de seus problemas de tipo bilateral com dois membros importantes da ALALC, como são Argentina e Chile, obstruir ou afetar de maneira desfavorável, de novo por algo que é temporário, algo de que todos na América Latina estão convencidos e que pode ser a solução dos problemas da região a largo prazo (AHD-SRE, 1980b, p. 7, tradução nossa).

Em outras palavras, a Secretaria enfatizou que as relações entre o México e a Argentina eram mais abrangentes do que apenas a questão dos asilados que ainda se encontravam na Embaixada mexicana. Se anteriormente a questão dos salvo-condutos era essencial ao estabelecimento de relações positivas com a Argentina, em 1980 ela perdeu parte de sua importância.

No início de 1980, o Embaixador Lara Villarreal foi removido de seu cargo na Embaixada mexicana, o que atraiu a atenção da imprensa argentina (EMBAMEX, 1980a). Os veículos de comunicação argentinos afirmavam que a saída de Lara Villarreal teria causado um esfriamento nas relações entre a Argentina e o México, o que foi refutado pela SRE.

Consoante o porta-voz da Embaixada, Agustin Gutierrez, a saída de Lara Villarreal era um procedimento padrão da SRE. No entanto, as notícias da imprensa ganharam destaque devido à ausência imediata de um novo embaixador designado. O Encarregado de Negócios, Héctor Mendoza y Caamaño, assumiu a responsabilidade de representar a Embaixada mexicana

dada a ausência de um embaixador.[119] E, como não havia um embaixador mexicano na Argentina, Carlos Enrique Gómez Centurión retornou ao seu país (*Crónica*, Buenos Aires, *En México se Habla de 'Congelamiento' en las Relaciones de ese País con Argentina*, 4 de marzo de 1980, s. p.).

Segundo o jornal *Convicción*, embora a Embaixada mexicana tenha afirmado que a substituição do embaixador era um procedimento comum dentro da SRE, a atitude mexicana foi recebida com desconfiança: "[...] a falta de informação, em alguns casos, torna-se a própria informação" (EMBAMEX, 1980b, s. p., tradução nossa). O jornal também ressaltou que a relação entre Argentina e México era caracterizada por uma escassa troca de informações e que discutir a questão dos direitos humanos em organizações internacionais também não era relevante para a Argentina. Não somente não era interessante para a Argentina tratar das violações que cometia em foros multilaterais, mas para o país e o México era uma maneira de evitar quaisquer tipos de críticas e possíveis sanções nesses espaços e, por ventura, em relações diplomáticas bilaterais.

As críticas contundentes realizadas pelo ex-presidente Cámpora e seu filho em relação ao comportamento do diplomata na Embaixada mexicana foram decisivas para a sua remoção na missão diplomática mexicana (Yankelevich, 2009). Para Mendoza y Caamaño (2004), os diplomatas agiam totalmente conforme as convenções de asilo e com as diretrizes da SRE do México.

Para ele, os asilados se colocavam em uma situação que denominou de "Síndrome de Santiago", uma alusão à síndrome de Estocolmo. Ou seja, em situações nas quais as pessoas permaneciam por um longo período na Embaixada mexicana, os asilados responsabilizam a parte que concedeu o asilo por não conseguir o salvo-conduto, e não o Estado territorial (a Argentina, nessa situação). Para esse caso, os asilados na Embaixada mexicana responsabilizaram a demora do México, e não na ditadura argentina (Mendoza y Caamaño, 2004).

Em sua autobiografia, Mendoza y Caamãno comenta brevemente sobre os anos em que esteve na Embaixada mexicana. Ele relata que a frustração dos asilados era colocada sobre os funcionários da missão, ora pela demora na obtenção dos salvo-condutos, ora pelas restrições impostas sobre a possibilidade de terem vínculos fora das dependências da representação:

[119] Mendoza y Caamaño serviu também na Embaixada do México no Chile durante a ditadura de Pinochet, sendo responsável por gerir diversas solicitações de asilo na representação diplomática. Além de executar tarefas consulares, ele organizou a logística de hospedar as centenas de pessoas que viviam na Embaixada até a possibilidade de que pudessem sair do Chile com o devido salvo-conduto. Mais informações sobre o seu trabalho diplomático podem ser encontradas em sua biografia (Mendoza y Caamaño, 2004).

> [...] a atitude era a mesma, descarregar a sua frustração de não poder sair e ter uma vida normal sobre as pessoas que tínhamos o dever de velar e de negociar com as autoridades que se negavam sistematicamente a outorgar os salvo-condutos [...] os culpados éramos nós, não os ditadores [...] temos a consciência tranquila, pois atuamos com apego ao que estabelecem as convenções americanas sobre o tema [...] se pode qualificar o lugar de asilo como uma espécie de prisão dourada, e de fato muitos asilados diziam: 'É como estar preso e não estar, é como ser livre e não ser' (Mendoza y Caamaño, 2004, p. 190, tradução nossa).

Esse trecho expõe a maneira pela qual não só a diplomacia mexicana ainda estava estreitamente vinculada ao direito internacional, mas também os seus funcionários: todas as respostas estavam na letra da lei. Em geral, percebe-se que a memória e a reflexão continuam na inércia de não reconhecer que para além das normas internacionais era possível atuar de maneira mais enfática na proteção dos direitos humanos das pessoas em situação de perigo.

Nesse aspecto, cabe a reflexão de Agier (2021) sobre a hospitalidade de países e sociedades que acolhem pessoas em situação de perseguição. Para o autor, a hospitalidade é uma relação com condições, relativa e contextual. Como um símbolo de prestígio para quem concede a hospitalidade e, no caso do Estado que concede a proteção – aqui, o Estado mexicano como asilante – tem um papel duplo: ao mesmo tempo que exerce a hospitalidade, exerce também o controle. Segundo Agier (2021), o Estado-nação

> [...] assumiu a responsabilidade do asilo, mas integrou esse direito de asilo às políticas de controle de fronteiras dos territórios e livre circulação. A palavra 'asilo' ainda é utilizada em um duplo sentido: o de conceder asilo e o de confinar alguém no asilo. [...] A própria ideia de hospitalidade pública é uma metáfora enganadora para as políticas de integração nacional, enquanto na realidade se refere ao controle da imigração (Agier, 2021, p. 26-39, tradução nossa).

Há, assim, um estado de dependência e de gratidão que as pessoas asiladas devem se adequar. A fala de Mendoza y Caamaño (2004) revela o que Agier (2021) sublinha sobre a hospitalidade como um estado de agradecimento e dizer "obrigado" é um dos códigos que ilustra essa condição. A hospitalidade passa a ser, portanto, uma relação assimétrica, na qual a pessoa asilada é infantilizada no sentido negativo do termo, mantida em uma relação de dependência e sob mínimas condições.

Além do incidente dos asilados na Embaixada mexicana, as solicitações de asilo permaneciam. Nos anos de 1979 e 1980, a representação diplomática recebeu várias solicitações de asilo, não somente de argentinos na Argentina, mas também daquelas pessoas que se encontravam em países vizinhos, como o Brasil e o Uruguai. Antes de conhecerem a realidade desses países que também estavam sob ditaduras, os argentinos buscavam garantir sua segurança sem se afastarem de suas famílias e de sua terra natal. Frequentemente, essas solicitações eram intermediadas pelo ACNUR, cujo escritório regional estava no Rio de Janeiro, como mencionado no Anexo B.

A maioria dessas solicitações (tanto na Embaixada mexicana quanto em outros países) era rejeitada pelo México. Os casos eram avaliados pela Direção-Geral de Serviços Migratórios e encaminhados à Secretaria. As razões para a recusa das solicitações de asilo eram as seguintes:

> A taxa de crescimento populacional, incluindo cidadãos nacionais e estrangeiros, é bastante elevada. Os planos de desenvolvimento urbano, econômico, industrial, educacional, trabalho, agropecuário, alimentício e habitacional do governo são elaborados considerando dados ou números que visam a redução da taxa de crescimento demográfico. **A Secretaria tem a responsabilidade de respaldar e vigiar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo governo a curto, médio e longo prazo, visando o desenvolvimento geral do país.** Devido ao contínuo e crescente acolhimento de estrangeiros e asilados políticos pelo México, consoante a Convenção sobre Asilo Diplomático assinada em 1954 e vigente nas leis mexicanas desde 1957, assim como a atenção e acolhimento concedidos à maioria das solicitações encaminhadas pela Secretaria e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados por meio de suas Representações, conforme seu conhecimento e trabalho nesta Direção, neste momento não é possível atender à solicitação (AHD-SRE, 1980h, s. p., tradução nossa, grifo nosso).

No entanto, as pessoas que obtinham asilo não eram totalmente abrangidas pelos mesmos planos urbanos, geográficos, sociais e econômicos do governo mexicano: "[...] requer que sempre residam e trabalhem fora da Cidade do México, Distrito Federal, e do Estado do México, ou seja, em outras cidades e regiões do país fora da área metropolitana. Em caso de não cumprimento, a autorização será revogada" (AHD-SRE, 1980c, s. p., tradução nossa). Tratava-se, pois, de uma acolhida limitada que estrategicamente colocava os exilados em regiões distantes dos principais centros urbanos e restringia sua mobilidade.

É pertinente questionar por que o governo mexicano era tão rigoroso com os migrantes, especialmente àqueles vinculados a países com contextos políticos como o da Argentina. Pode-se inferir que a SRE se preocupava com o potencial de mobilização política e visibilidade que os exilados teriam nas grandes cidades, como a Cidade do México, onde estavam localizadas as principais redes e organizações de exilados latino-americanos, além da própria esquerda mexicana, que era valorizada pelo governo para obter apoio, como evidenciado nas tentativas de se reaproximar dessa camada da população por Echeverría e López Portillo.

Em abril, Mendoza y Caamaño enviou informações à SRE sobre o estado das relações entre o México e a Argentina (EMBAMEX, 1980c). Para ele, enquanto não houvesse uma garantia de que os salvo-condutos seriam concedidos, o México não deveria nomear um novo embaixador para representar diplomaticamente o país na Argentina. Ele argumentou que o México foi excessivamente tolerante em relação à inércia da ditadura em conceder os salvo-condutos, uma postura que precisava ser abandonada, uma vez que poderia prejudicar a imagem do país. Em sua perspectiva, as relações com a Argentina não eram normais, pois os asilados viviam na Embaixada mexicana há anos e as autoridades argentinas agiam de forma

completamente normal. Ele acreditava que era fundamental exigir da Argentina o respeito pelas normas do asilo:

> Não podemos mais permitir que as autoridades militares deste país menosprezem de forma tão lamentável a importância da instituição do asilo, e não podemos tolerar que a sua postura resulte em uma dose considerável de prepotência contra nós. Se a imprensa deste país já especulou sobre o descontentamento do governo mexicano com a situação atual, com base no conhecimento da iminente saída do último embaixador credenciado junto ao governo argentino, apesar das negativas oficiais de ambas as embaixadas, devido à postura deste último, acredito que devemos adotar medidas mais firmes para resolver o problema e, francamente, não acredito que esse problema será resolvido apenas com a nomeação de um novo embaixador, a menos que se obtenha previamente os salvo-condutos ou uma promessa real das autoridades militares de que eles serão concedidos imediatamente após a apresentação das credenciais, sem mais demoras. [...] tenho a impressão de que, no fundo, as autoridades [argentinas] estão sim preocupadas com a postura que o México possa adotar, especialmente devido ao inegável prestígio que o nosso país goza internacionalmente (EMBAMEX, 1980c, p. 2-3, tradução nossa).

Em suma, o Encarregado de Negócios defendeu a posição de que o México deveria adotar uma postura menos flexível em relação à ditadura e mostrar que a concessão dos salvo-condutos poderia até mesmo melhorar a imagem internacional da Argentina. Além disso, argumentou que todas as outras relações entre o México e a Argentina deveriam ser suspensas até que os salvo-condutos fossem concedidos (EMBAMEX, 1980c). Aqui, entende-se uma diferença entre a posição de Mendoza y Caamaño e a do ex-embaixador Lara Villarreal: a estratégia não seria suspender as relações diplomáticas com a Argentina, mas mantê-las no mínimo possível.

A Embaixada mexicana também examinou outra questão de natureza multilateral relacionada à Argentina, que era o contrainforme apresentado pela ditadura como resposta ao relatório da CIDH sobre sua visita à Argentina em 1979, o qual destacava a situação dos asilados argentinos que residiam na missão mexicana (AHD-SRE, 1980e). A ditadura enfatizou que:

> A República Argentina tem uma longa tradição de respeito ao direito de asilo e, portanto, tem concedido salvo-condutos para a saída do país às pessoas que receberam proteção de terceiros Estados. [...] No entanto, existem circunstâncias excepcionais que podem justificar restrições razoáveis a esse direito, especialmente quando ele ameaça a própria sobrevivência do Estado. Por esse motivo, o Governo da República Argentina não concedeu salvo-condutos apenas para dois casos mencionados no relatório, referentes aos asilados na Embaixada do México. Esses asilados são líderes de uma das organizações terroristas que têm causado problemas na Argentina. Permitir que eles deixem o país poderia fornecer a essas organizações os recursos necessários para planejar novos atos criminosos no território argentino (Argentina, *Observaciones y Comentarios Críticos del Gobierno de la República de Argentina al Informe de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos en Argentina*, p. 115-116, tradução nossa).

Em um dos documentos da SRE, Luis G. Zorrilla, Diretor responsável pela região da América Latina, expressou a sua falta de confiança em relação a Abal Medina e ao ex-presidente Cámpora como potenciais ameaças à sobrevivência da Argentina (AHD-SRE, 1980d). A

posição da ditadura também demonstrava a relutância dos militares em lidar com essa questão. Segundo o Diretor, a designação de um Embaixador com habilidades de negociação poderia facilitar os diálogos com a ditadura para obter os salvo-condutos. Até mesmo a possibilidade de utilizar as relações comerciais entre os países foi considerada uma alternativa viável:

> O Embaixador designado para uma missão especial estaria autorizado a negociar com o governo argentino a compra em grande escala de cereais. Dado que o déficit alimentar no México persistirá por vários anos, ele pode iniciar negociações desde já para adquirir todos os cereais disponíveis. **Essa ação demonstraria que as declarações repetidas no México sobre o aumento das relações econômicas com a América Latina e a busca pela integração, estão acompanhadas de ações. Espera-se que, diante dessa demonstração do interesse mexicano em fortalecer as relações, a Argentina resolva o problema dos asilados, muito secundário frente aos interesses sólidos e de longo prazo** (AHD-SRE, 1980d, s. p., tradução nossa, grifo nosso).

De acordo com Mendoza y Caamaño, a posição do Diretor da SRE refletia apenas a perspectiva da política doméstica da Argentina; por outro lado, para o Encarregado, era responsabilidade do México preservar intacta a instituição do asilo. Independentemente das motivações da política doméstica argentina, a concessão dos salvo-condutos deveria ser abordada no âmbito do direito internacional consuetudinário latino-americano, ou seja, de costumes difundidos nas relações internacionais da região. Segundo o Encarregado, a justificativa dos militares para recusar a emissão dos salvo-condutos com base na situação interna na Argentina revelava a inflexibilidade da Junta Militar em resolver o problema:

> [...] mesmo que essas considerações não possam ser consideradas, elas nos levam a questionar até que ponto os argumentos sobre o perigo que o Estado corre ao conceder os salvo-condutos são válidos, ou se tais argumentos representam apenas, em última análise, uma intransigência fundamentada em um espírito revanchista que seria frustrado se os asilados deixassem o país, especialmente Abal Medina (EMBAMEX, 1980e, p. 2-3, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, Mendoza y Caamaño não demonstrava certeza de que a ditadura permaneceria inflexível caso o México adotasse uma posição mais assertiva (EMBAMEX, 1980e). Ainda em maio, o Embaixador da Argentina no México, Carlos Enrique Gómez Centurión, informou à imprensa local que não houve progresso nas negociações para conceder salvo-conduto a Abal Medina e ao filho de Cámpora. No entanto, o Embaixador argentino considerou as relações entre o seu país e o México como boas (EMBAMEX, 1980d). A SRE, por sua vez, avaliou que a declaração de Gómez Centurión sobre as relações bilaterais entre os países era excessivamente otimista (AHD-SRE, 1980g).

Posteriormente a essa declaração, Jorge Castañeda, Secretário de Relações Exteriores do México, novamente comunicou aos jornais mexicanos que as relações diplomáticas Argentina-México não estavam no nível desejado devido à recusa do governo argentino em

conceder os salvo-condutos para Abal Medina e para o filho de Cámpora (EMBAMEX, 1980i). Independentemente de serem positivas ou negativas, as relações diplomáticas entre Argentina e México no âmbito comercial estavam vinculadas à questão dos direitos humanos, como evidenciado pela importância atribuída à ALALC como um mecanismo regional de diálogo entre os países da América Latina. Desse modo, Honorio Pueyrredon, novo Ministro Conselheiro Econômico e Comercial da Argentina na Embaixada argentina, informou em uma reunião com Mendoza y Caamaño que participaria da próxima reunião da ALALC, programada para ocorrer em Acapulco, no México (EMBAMEX, 1980f).

O novo Ministro argentino também ressaltou que a questão dos asilados era outro assunto que deveria ser discutido entre os dois países e convidou Mendoza y Caamaño para uma reunião com o Embaixador da Argentina (EMBAMEX, 1980f). Em resposta, a SRE instruiu o Encarregado a aceitar o encontro com o Embaixador (AHD-SRE, 1980f). Enquanto isso, no México, os asilados continuavam a desenvolver as suas atividades políticas. O ex-presidente Cámpora, asilado no país desde o final de 1979, participava de atividades de denúncia contra a ditadura e, em junho de 1980, ele foi ao Panamá para se encontrar com o presidente da época, o general Omar Torrijos Herrera (EMBAMEX, 1980g).

Segundo o jornal *La Nación*, a conversa abordou os movimentos populares e nacionalistas nas Américas, o peronismo e a probabilidade de remoção do Embaixador do Panamá na Argentina, Hugo Torrijos (irmão do presidente do Panamá), devido a sua incapacidade de obter um salvo-conduto para Isabel Perón, que buscava asilo no país (*La Nación*, Buenos Aires, 18 de junio de 1980). O encontro entre Cámpora e o presidente do Panamá representava uma das várias viagens que ele realizava a diferentes países com objetivos políticos (*La Nación*, Buenos Aires, 13 de junho de 1980).[120] E, nesse mesmo ano, o ex-presidente Cámpora se encontrou com López Portillo para agradecê-lo pela acolhida mexicana aos asilados argentinos no México (*Unomásuno*, *Gratitud de Cámpora para López Portillo*, 16 de noviembre de 1980).

Se para a SRE o aspecto comercial deveria guiar as relações com Argentina, para a Embaixada mexicana a tônica deveria ser outra. Em um dos relatórios elaborados por Mendoza y Caamaño sobre a Argentina, a questão dos direitos humanos e dos asilados na Embaixada mexicana foi destacada como um dos principais aspectos da política internacional do país. O Encarregado afirmou que a recusa da ditadura em conceder os salvo-condutos era "[...] um

[120] Cámpora faleceu durante a madrugada do dia 19 de dezembro de 1980 (AHD-SRE, 1980j).

motivo de deterioração nas relações bilaterais com o México (EMBAMEX, 1980h, p. 8, tradução nossa).[121]

Não eram somente as relações diplomáticas que estavam sendo deterioradas, mas também as condições de estadia do filho do ex-presidente Cámpora e de Abal Medina, ainda asilados na Embaixada mexicana. Em setembro de 1980, a missão diplomática encaminhou à SRE uma série de comprovantes de gastos médicos com Abal Medina (EMBAMEX, 1980). Em um primeiro momento, pode-se pensar que se trata apenas de questões orçamentárias, porém, é possível perceber que a longa permanência na Embaixada mexicana teve efeitos tanto mentais quanto corporais nos asilados, dados os inúmeros processos burocráticos não resolvidos, principalmente por parte do governo argentino.

Em um dos telegramas da Embaixada mexicana, o Encarregado de Negócios, Héctor Mendoza y Caamaño, afirmou que o asilado Abal Medina estava muito debilitado, havia perdido peso e sido submetido a uma dieta rigorosa para aumentar a sua massa corporal (EMBAMEX, 1980). As informações sobre a saúde de Abal Medina foram publicizadas pela SRE, porém, não se sabe se houve autorização para isso por parte das pessoas envolvidas.[122]

Em paralelo, o México expressou a sua discordância com a Argentina na X Assembleia Geral da OEA, celebrada em novembro de 1980. O Embaixador mexicano na OEA, Rafael de la Colina, apresentou quatro argumentos referentes à situação dos asilados argentinos que permaneciam abrigados na missão diplomática mexicana em Buenos Aires:

> 1. As normas estabelecidas por convenções, o direito consuetudinário e a doutrina referentes ao asilo não contemplam em nenhum momento a possibilidade de circunstâncias excepcionais que 'justifiquem limitações razoáveis a esse direito'; 2. O Governo do México não pode concordar com a posição adotada pelo respeitável Governo de Buenos Aires, que distorce o direito de qualificação reconhecido ao Estado asilante; 3. Sem qualquer intenção de julgar a situação interna de outros países, **o Governo do México encontra dificuldades em aceitar a ideia de que a emissão de salvo-condutos para dois asilados, após mais de quatro anos, possa afetar a segurança, muito menos a sobrevivência do Estado**; 4. Com relação à suposição de que permitir a saída desses asilados 'possa fornecer às organizações terroristas os meios necessários para planejar novos atos criminosos em território argentino", o Governo do México ressalta que, de acordo com suas leis internas e o respeito por todos os Estados com os quais mantém relações, não seria viável que tais indivíduos, uma vez no México, se dedicassem a planejar atividades criminosas contra o governo de seu país de origem; 5. Além das considerações mencionadas anteriormente, **o meu governo não pode deixar de concordar com a opinião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de que 'a detenção prolongada de pessoas em um local sujeito a imunidade diplomática constitui também uma violação da**

[121] Chama a atenção que ao mesmo tempo em que os salvo-condutos eram negados, o México buscava o respaldo da Argentina na tentativa de reeleger César Sepúlveda como membro da CIDH (EMBAMEX, 1980j). O apoio mútuo irá ocorrer em outras ocasiões ao longo das relações do governo mexicano com a ditadura, como será visto ao longo da tese.

[122] Houve a tentativa de entrevistar Abal Medina, mas ele recusou. Quem realizou o contato foi uma das pessoas entrevistadas para esta pesquisa.

> **liberdade do asilado e se torna uma pena excessiva**' (AHD-SRE, 1980i, p. 7-8, tradução nossa, grifo nosso).

Em consideração às posições tomadas pelo México (leia-se, SRE e diplomatas em OIs como a OEA e ONU), cabe o estudo da política externa mexicana por Velazquez-Flores (2022), que a classifica como pragmatismo de princípios ou pragmatismo principista. O pragmatismo de princípios se refere ao uso de princípios normativos e (ou) legais nas relações internacionais mexicanas, mas que, na prática, também recorre a ações implicitamente pragmáticas (Velazquez-Flores, 2022).

Ou seja, as suas atitudes podem ser embasadas por princípios morais e legais, mas que, no fundo, possuem distintos interesses. Para tanto, a declaração de ações com base em princípios que são, na verdade, interesses (pragmatismo), formam-se com base em variáveis externas (fatores como balança de poder, pressão de outros países, organizações internacionais), domésticas (fatores como interesse e identidade nacional) e individuais (presidente, secretaria de relações exteriores, grupos de pressão) (Velazquez-Flores, 2022).

Em que pese as ações do México com relação à Argentina, a política externa mexicana foi articulada com base em um pragmatismo de princípios, pois visou equilibrar as pressões domésticas e externas em um contexto de polarização de partidos políticos, grupos sociais, elites políticas e pressão de outros países que demandavam uma posição mais contundente frente às violações de direitos humanos da Junta Militar. Logo, quando a temática era sobre os asilados e os direitos humanos, o México se pautava com base em princípios, mas que, paralelamente, estavam atrelados a questões pragmáticas, como a necessidade de aumentar as exportações, fomentar o comércio e as negociações em áreas como energia, tecnologia e ciência, até mesmo posições estratégicas e de liderança nos foros multilaterais, exemplo da solicitação de apoio mútuo com a Argentina em postos em organismos internacionais.

Após oito meses sem um representante, Emilio Calderón Puig foi nomeado como Embaixador do México em Buenos Aires. Em suas primeiras atividades, o novo Embaixador mexicano se encontrou com o Ministro do MREyC, Washington Pastor. Durante a reunião, ele reiterou ao Ministro que a prolongada permanência do filho de Cámpora e Abal Medina na Embaixada mexicana era prejudicial às relações internacionais da Argentina e que não representavam um perigo à sobrevivência do país, em outras palavras, do governo militar. O Embaixador mexicano até mencionou ao Ministro argentino que os asilados poderiam se tornar símbolos de resistência política, o que teria um impacto negativo na imagem da Argentina no cenário internacional: "Exploramos também, durante a conversa, até que ponto a prolongação

do asilo poderia criar uma imagem de mártires aos seus 'beneficiários'" (EMBAMEX, 1980k, p. 2, tradução nossa).

3.4 A situação dos asilados na Embaixada mexicana e os esforços para obter os salvo-condutos (1981-1983)

No início dos anos 1980, a diplomacia argentina tentou manter uma aparência de normalidade nas relações com o México, ainda que a questão dos asilados estivesse pendente de resolução. Em uma entrevista ao jornal mexicano *El Heraldo de México*, o Embaixador argentino no México, Carlos Gómez Centurión, afirmou que as relações entre os países entraram em uma "[...] nova fase de fortalecimento e seriam revitalizadas em todos os aspectos: comercial, econômico, político e cultural" (*La Opinión*, 14 de enero de 1981, s. p., tradução nossa). E, em certo sentido, o México contribuía para fortalecer essa imagem ao buscar a expansão de seus laços com a Argentina em outros setores. Por exemplo, no campo energético, de suma importância para o México devido a sua crescente produção de petróleo, ou no âmbito comercial.

No começo de 1981, o Embaixador Calderón Puig teve um novo encontro com o Ministro Washington Pastor para convidar a Argentina a participar de uma reunião sobre energia na Cidade do México.[123] No entanto, o Embaixador afirmou que outros assuntos (como o caso dos asilados na Embaixada mexicana) não foram discutidos na reunião (EMBAMEX, 1981a).

Apesar de o México ter adotado uma política de proteção, na prática, os exilados enfrentavam várias dificuldades ao chegar ao país. Uma delas era a escassez de apoio financeiro e o limitado período disponível para reconstruir as suas vidas em um novo ambiente socioeconômico, geográfico, político e cultural. Na maioria das vezes, os asilados eram responsáveis por custear os seus traslados e, uma vez obtido o salvo-conduto, eram classificadas como não imigrantes por um período que poderia variar de quatro a doze meses. Isso os obrigava a buscar alternativas para permanecer no México ou até mesmo procurar um terceiro país de acolhida (AHD-SRE, 1981a).[124]

---

[123] Carlos Washington Pastor, em um documento de despedida de seu cargo como Ministro das Relações Exteriores da Argentina, descreveu as principais atividades realizadas durante o seu mandato de novembro de 1978 a março de 1981. No entanto, no extenso relatório de 25 páginas redigido pelo ex-ministro, não houve menção às relações diplomáticas entre a Argentina e o México (AMRECIC, *Exposición de S. E. el Señor Ministro de Relaciones Exteriores y Culto*, Brigadier Mayor Carlos W. Pastor, 17 de marzo de 1981).

[124] O documento foi enviado pela SRE para fornecer orientação ao Embaixador Calderón Puig (AHD-SRE, 1981b), o que evidencia o fato de que a Secretaria forneceu instruções tardias à Embaixada mexicana sobre o assunto do

Em contrapartida, as universidades mexicanas forneceram oportunidades aos argentinos ao solicitar às autoridades mexicanas que lhes concedessem asilo, como ocorreu na *Universidad Autónoma Metropolitana* (UAM) (consultar Anexo C). A UAM fez um pedido para permitir que um ex-aluno argentino, preso na Argentina, retornasse ao México e concluísse os seus estudos. Em resposta, o governo mexicano afirmou que não poderia encorajar nem oferecer asilo, pois isso significaria interferir nos assuntos domésticos de outros países (AHD-SRE, 1981d).[125] Essa diretriz já era adotada pela Embaixada mexicana na Argentina desde a época em que González Salazar era Embaixador.

Uma das queixas dos asilados na Embaixada mexicana era que o Embaixador Calderón Puig havia começado a restringir o direito de receber visitas de familiares e de expressar as suas opiniões sobre a sua condição de asiladas na missão diplomática mexicana. Como visto, esse tipo de restrição já havia ocorrido quando Lara Villarreal era Embaixador, como mencionado na reclamação do ex-presidente Cámpora. Supõe-se que a SRE não havia fornecido orientações adequadas ao novo representante e, ao final, o órgão reconheceu a situação e enfatizou ao Embaixador que não poderia impedir a entrada de familiares nem impedir que os próprios asilados criticassem a sua condição nas dependências da Embaixada mexicana (AHD-SRE, 1981e).

De acordo com um relatório político sobre a Argentina (possivelmente escrito por Calderón Puig, pois não está assinado), a condição dos asilados na Embaixada mexicana teria criado um *enturbamiento* nas relações com o México, ou seja, que o estado das relações diplomáticas bilaterais Argentina-México estava confuso (EMBAMEX, 1981b, s. p.). Na perspectiva da Embaixada mexicana, o salvo-conduto concedido ao ex-presidente Cámpora não representava uma alteração na posição da ditadura, mas sim:

---

asilo. Outra forma de obter asilo era quando os argentinos já estavam no México, o que é conhecido como asilo territorial. O asilo territorial está previsto no artigo 15 da Constituição mexicana de 1917, mas a sua aplicação é restrita à autoridade nacional e não uma obrigação internacional. Uma crítica da época é que, ao longo dos anos, a concessão de asilo pelo México foi mais uma prática humanitária imprevisível do que um programa sólido e definido, embora tenha contribuído positivamente para receber milhares de pessoas de nacionalidade espanhola, por exemplo (Sepúlveda, 1979). Uma das críticas de Sepúlveda (1979) à instituição do asilo (não apenas no México, mas também durante o período ditatorial) é que, para os asilados terem autonomia e garantia de que possam exercer seus direitos, é necessário que o asilo seja "[...] dissociado do conceito de soberania territorial e seja estabelecido como uma instituição autônoma (Sepúlveda, 1979, p. 25, tradução nossa).

[125] Em abril, o México recusou novamente conceder asilo aos argentinos que estavam no Brasil, com a justificativa sobre a população estrangeira, não mais nos planos de desenvolvimento geográfico e populacional do México. Segundo o Diretor Geral da Direção-Geral para a América Latina, a recusa da Secretaria de Governo em conceder asilo se baseava em razões como: "As razões apresentadas incluem o rápido crescimento da população estrangeira no México, os graves problemas de desemprego enfrentados pelos cidadãos mexicanos, o grande número de asilados políticos que tivemos que admitir no país por meio de nossas embaixadas no exterior, entre outras razões" (AHD-SRE, 1981c, s. p., tradução nossa). Vale ressaltar que a solicitante de asilo possuía uma oferta de emprego fora da área metropolitana da Cidade do México, como indicado pelo ACNUR, no entanto, a sua solicitação foi negada pela embaixada (ver Anexo I).

> [...] um resultado no qual foi necessário que fossem apresentadas circunstâncias adicionais, completamente independentes do problema em questão, e que não eram consideradas um 'pressuposto indispensável' para a concessão de um salvo-conduto, o que permitiu redefinir os termos das negociações com as autoridades argentinas: o fato de que a condição de Cámpora havia piorado e ele estava sofrendo na região do pescoço. [...] havia o receio de que o ex-presidente pudesse emergir como uma figura política proeminente em um movimento subversivo contra a Argentina; e, por outro lado, a concessão dos salvo-condutos aos três asilados certamente teria graves consequências dentro das Forças Armadas (EMBAMEX, 1981b, s. p., tradução nossa).

Portanto, o salvo-conduto concedido a Cámpora não foi baseado principalmente no caráter humanitário do asilo diplomático, mas sim em questões políticas justificadas pela Junta Militar devido ao contexto doméstico de seu governo: a possível reação negativa da opinião pública e das Forças Armadas. Ou seja, a ditadura não considerou igualmente importante os possíveis impactos que o salvo-conduto de Cámpora poderia ter em suas relações internacionais, conforme evidenciado pelas declarações dos diplomatas argentinos. Consequentemente, a preocupação dos militares com a opinião pública e a sobrevivência do Estado argentino prevaleciam sobre os possíveis resultados que a recusa dos salvo-condutos poderia ter sobre a imagem internacional da Argentina.

Além disso, a Embaixada mexicana tinha conhecimento de que as atividades políticas dos exilados no México eram incômodas para a maioria dos militares da Argentina, pois desprestigiavam e apresentavam uma imagem negativa da Junta Militar. Conforme a Embaixada mexicana, o México deveria considerar os seguintes fatores para alcançar um resultado positivo na negociação dos salvo-condutos de Abal Medina e de Pedro Cámpora: a) as divergências dentro das Forças Armadas e os problemas internos (econômicos, políticos e sociais) na Argentina; b) a má reputação do país no âmbito internacional devido às violações dos direitos humanos; e c) o cumprimento do instituto do asilo (EMBAMEX, 1981b).

Em sua comunicação com a SRE, Calderón Puig informou que ainda trabalhava no caso de Abal Medina, mas destacou a dificuldade da situação, uma vez que ele era "[...] odiado pelas forças armadas, que o envolvem em atos de terrorismo, incluindo o assassinato do General e ex-Presidente Aramburu" (EMBAMEX, 1981d, p. 3, tradução nossa). Além disso, havia uma preocupação em relação à própria Embaixada mexicana devido a uma possível divulgação indevida de informações:

> Assim como lamentavelmente ocorreu anteriormente na revista '*Proceso*', com a publicação de documentos de nossa Chancelaria, dando a impressão de deslealdade por parte de alguém, só posso acrescentar que qualquer divulgação ou falta de discrição sobre a situação atual das negociações desse caso poderia levar ao fracasso (EMBAMEX, 1981d, p. 6-7, tradução nossa).

A SRE não respondeu sobre o vazamento de informações. O Embaixador enfatizou a importância de continuar com as negociações e ressaltou que o papel dos diplomatas era fundamental para obter resultados positivos. Nesse sentido, Calderón Puig criticou o trabalho realizado pelos Embaixadores anteriores na busca pelos salvo-condutos:

> É importante ressaltar que os três últimos chefes de missão que estiveram à frente da nossa Embaixada em Buenos Aires desde 1976 não possuíam a experiência necessária para negociar com determinação o caso dos asilados, e essa atuação foi severamente criticada pelos meios de comunicação mexicanos ('*Proceso*', '*Excélsior*', etc.) que comentaram da ignorância ou incoerência por parte do lado mexicano nas negociações (EMBAMEX, 1981b, s. p., tradução nossa).

Uma vez mais, a mídia surge como um fator relevante a ser considerado no processo decisório da Embaixada mexicana. Na visão de Calderón Puig, a incompetência dos Embaixadores anteriores precisava ser revertida a fim de melhorar a percepção das relações internacionais do México perante a população mexicana sobre a Argentina. Dessa forma, era essencial destacar aos militares que negar a concessão dos salvo-condutos não era apenas um problema interno da Argentina, mas também prejudicava a imagem positiva da política externa mexicana, uma vez que historicamente o México havia demonstrado respeito pela instituição do asilo (EMBAMEX, 1981b). Para o jornal *Unomásuno*, o prolongamento de anos do asilo de Abal Medina devido a não concessão do salvo-conduto pelos militares era uma forma de transformar o instituto do asilo e a Embaixada mexicana em uma prisão, sendo necessário levar o tema para discussão em organizações internacionais (*Unomásuno*, 1 de agosto de 1981, *Buenos Aires: ¿asilo o prisión?*).

O Embaixador argumentou ainda que era de responsabilidade do México manter relações diplomáticas amigáveis com a Argentina, a fim de aumentar as chances de resolver os problemas políticos que afetavam as relações bilaterais, indo além da questão dos direitos humanos (EMBAMEX, 1981b). Além disso, Calderón Puig recordou a crítica em relação ao perfil dos diplomatas que estiveram à frente da Embaixada no início da ditadura:

> [...] a situação em que nossa Embaixada em Buenos Aires foi liderada por um Encarregado de Negócios no final de 1976 e início de 1977 não contribuiu de forma alguma para resolver essa questão e apenas levou a comentários públicos sobre um 'esfriamento nas relações bilaterais' (EMBAMEX, 1981b, s. p., tradução nossa).

Pode-se presumir que as relações entre o Embaixador e o Encarregado de Negócios Mendoza y Caamaño eram tensas, uma vez que Mendoza y Caamaño foi o último a ocupar o cargo na Embaixada mexicana e até mesmo atuou como o seu representante quando o México ainda não havia nomeado um Embaixador. Além disso, diferentemente de Calderón Puig, para Mendoza y Caamaño o prestígio internacional do México seria preservado por meio de uma postura mais rígida e menos flexível do que a que o atual Embaixador pretendia adotar.

Calderón Puig propôs que a solicitação dos salvo-condutos fosse debatida em organizações internacionais como o Conselho Permanente da OEA, o Comitê Jurídico Interamericano e a Corte Internacional de Haia, propostas que os meios de comunicação mexicanos debatiam em suas reportagens. No entanto, havia um obstáculo: até aquele momento, a Argentina não havia ratificado as Convenções de Asilo, embora tivesse assinado as convenções.[126] De qualquer maneira, o México poderia mencionar "[...] as normas consuetudinárias e a obrigação da Argentina de cumprir com o dever qualificação do Estado asilante e, eventualmente, fornecer os salvo-condutos" (EMBAMEX, 1981b, s. p., tradução nossa).

Outras medidas de natureza política poderiam ser adotadas para obter os salvo-condutos. As opções disponíveis para a Embaixada mexicana incluíam: buscar orientações de organizações internacionais, evitar a participação da representação diplomática mexicana em eventos sociais convocados pela ditadura, solicitar às instituições de ensino superior mexicanas que se abstenham de qualquer tipo de relação cultural, educacional, de intercâmbio e outras atividades solicitadas pela ditadura, cancelar viagens de escolas militares que planejam visitar portos ou cidades argentinas, e pedir às federações esportivas que cancelem seus vínculos com instituições argentinas (EMBAMEX, 1981b).

No entanto, medidas de natureza econômica ou comercial não seriam adotadas, uma vez que os efeitos para o México poderiam ser mais negativos do que positivos. Além disso, o México possuía "[...] condições favoráveis para fortalecer as relações comerciais bilaterais" (EMBAMEX, 1981b, s. p., tradução nossa). Ao mesmo tempo, a Embaixada mexicana ressaltou a existência de mercados "[...] muito mais importantes para a Argentina que ela desejava

[126] O arcabouço jurídico internacional sobre asilo da época das ditaduras do Cone Sul era restrito e com distintos problemas de forma e de aplicabilidade. Segundo Sepúlveda (1979), as Convenções Interamericanas da temática, a de Havana (1928), a de Montevidéu (1933) e a de Caracas (1954), quando vistas em conjunto, "[...] ainda não estabelecem uma regra **geral** sobre o asilo diplomático, mas sim algumas normas de procedimento que deixam a porta aberta a interpretações perigosas, que poderiam causar conflito entre o Estado asilante e o Estado territorial" (Sepúlveda, 1979, p. 19, tradução nossa, grifo do autor). Em suma, tais convenções interamericanas não possuem uma norma geral regulatória para o asilo, o que permitia a existência de dois conjuntos normativos, um embasado em princípios humanitários ou de um regime consuetudinário (costumes) e outro em normas convencionais, mas com poucos detalhes (Sepúlveda, 1979). Em termos práticos existia outro problema: alguns Estados eram signatários de uma, duas ou três convenções. Isso resulta em distintos grupos de Estados com diferentes legislações aplicáveis, gerando conflitos e dificuldades para a concessão do asilo: "[...] apenas alguns países em nosso hemisfério normalmente concedem asilo em suas missões diplomáticas, e cada país adota modalidades diferentes ao fazê-lo. Portanto, não podemos afirmar que existe uma prática geral e uniforme. Da mesma forma, até o momento, não houve uniformidade na forma de solicitar asilo ao Estado territorial, de origem do asilado, pois em alguns casos a justificativa é baseada em princípios humanitários, em outros na reciprocidade e, na maioria das circunstâncias, não há sequer uma reivindicação de direitos. [...] A única consistência na prática latino-americana é que o Estado do asilado, em geral, não se opõe a objeções à concessão do asilo" (Sepúlveda, 1979, p. 21, tradução nossa).

preservar e expandir" (EMBAMEX, 1981b, s. p., tradução nossa), como era o caso das relações da ditadura com o Mercado Comum Europeu e a URSS.

Observa-se uma diminuição nos esforços políticos da Embaixada mexicana para obter os salvo-condutos. Anteriormente, embora os funcionários da missão terem reconhecido a existência de muitos caminhos a percorrer para fortalecer as relações entre o México e a Argentina em termos de quantidade e qualidade, o tom adotado pela representação diplomática era mais otimista e perseverante ao lidar com questões políticas junto à ditadura. No entanto, no final de 1980 e início de 1981, a Embaixada mexicana adotou uma postura mais pessimista e mostrou menos interesse em suas relações com a Argentina.

Em um relatório político de junho de 1981, o Embaixador descreveu as relações entre a Argentina e o México como anormais (EMBAMEX, 1981c). No final de 1980, Pedro Cámpora havia obtido o salvo-conduto necessário para deixar o país, porém Abal Medina ainda permanecia na Embaixada mexicana. O Embaixador acreditava que a resistência da ditadura em conceder o salvo-conduto a Abal Medina era devido ao medo que a Junta Militar tinha das possíveis reações nas Forças Armadas argentinas caso saísse do país (EMBAMEX, 1981c).

O Embaixador ressaltou que, caso não fosse convocado pelo Chanceler argentino, pelo Comandante da Junta ou pelo Presidente da Argentina, ele mesmo solicitaria uma reunião para discutir o assunto com o governo argentino. Se o salvo-conduto fosse concedido, Calderón Puig orientou que seria o momento oportuno para o México normalizar as relações econômicas e culturais com a Argentina (EMBAMEX, 1981c).

Em termos gerais, conforme o Embaixador, a política externa da Argentina carecia de habilidade e consistência política (EMBAMEX, 1981e). A SRE compartilhava dessa opinião e acrescentava que a incoerência política era resultado dos "[...] problemas econômicos do país, que ultrapassavam os próprios princípios fundamentais de sua lógica atrasada" (AHD-SRE, 1981f, s. p., tradução nossa).

Nesse contexto, em setembro de 1981, o jornal mexicano *El Día* publicou matéria sobre as relações diplomáticas entre a Argentina e o México, com destaque para a preocupação do novo Ministro do MREyC, Oscar Camillón, que pretendia melhorar as relações com o México (*El Día*, 18 de septiembre de 1981, *Juan Manuel Abal Medina sería autorizado a viajar a México*). A Argentina não teria sido convidada para uma conferência sobre cooperação e desenvolvimento, realizada em outubro, na cidade de Cancún, no México. E, além disso, o México só aceitaria as cartas credenciais de um novo Embaixador da Argentina no país caso a Junta Militar concedesse o salvo-conduto para Abal Medina.

Em novembro de 1981, outra notícia sobre os exilados foi publicada pelo jornal mexicano *Proceso*. Em uma nota, Fernando Gutiérrez Barrios, Subsecretário de Governo (secretaria que compõe o gabinete presidencial mexicano) afirmou que os exilados não seriam expulsos do México tendo ou não documentação migratória. Segundo Gutiérrez Barrios, a Secretaria de Governo "[...] regularizará a situação de todos aqueles que ainda não normalizaram a sua condição" (AR-ANM-CGG, Caja 27, s. d., p. 6, tradução nossa) e que o sequestro da filha do candidato à presidência pelo Partido Ação Nacional (PAN) por membros do PRT-ERP era um caso particular e que os responsáveis responderiam de acordo com a legislação mexicana:

> O sequestro, algo de principiantes, foi cometido por alguns quantos e não por um partido ou um setor representativo de uma comunidade. Os implicados, e somente eles, assumirão a culpa de acordo com as nossas leis. Seria impensável supor que seriam devolvidos aos seus lugares de origem, onde esperariam pela sorte da qual aqui tratamos de libertá-los (AR-ANM-CGG, Caja 27, p. 6, tradução nossa).

Embora as palavras de Gutiérrez Barrios tenham expressado a solidariedade do México e o seu respeito pela instituição do asilo, na prática, além de terem sido presos, os membros do PRT-ERP foram torturados pelas autoridades mexicanas. Entretanto, segundo Romero (2022), quando o jornalista e membro do Comitê Central do Partido Comunista Mexicano conseguiu se encontrar com os exilados presos, denunciou os maus-tratos em uma conferência de imprensa.

Isso possibilitou que a tortura cessasse e que não fossem desaparecidos pelas autoridades mexicanas, além dos membros do PRT-ERP terem enviado uma carta ao presidente López Portillo (Romero, F. L., 2022). Nessa carta, atestaram que tinham sido interrogados pela Divisão de Investigações para a Prevenção da Delinquência do México e por membros da Embaixada argentina. Com isso, teria sido registrada a cooperação entre os serviços de inteligência argentino e mexicano (Romero, F. L., 2022).

Os relatórios políticos de 1982 abordaram limitadamente a questão dos direitos humanos. No entanto, o México demonstrou grande preocupação sobre as relações da Argentina com os países da América Central. Isso fica evidente quando a SRE solicitou à Embaixada mexicana informações mais detalhadas sobre a assistência militar prestada pelas Forças Armadas argentinas a El Salvador (AHD-SRE, 1982a) e a possível visita de assessores militares argentinos em Honduras (AHD-SRE, 1982c).

E, finalmente em 1982, após passar seis anos na Embaixada mexicana, Abal Medina obteve o salvo-conduto da ditadura em 20 de maio de 1982 (EMBAMEX, 1982a). Acompanhado pelo Embaixador Calderón Puig, o asilado partiu imediatamente para a Cidade

do México (AHD-SRE, 1982b). Em um telegrama enviado à SRE, Calderón Puig informou haver expressado ao Presidente Reynaldo Bignone e ao novo Chanceler, Juan Ramón Aguirre Lanari, o interesse do México em colaborar para a Argentina poder solucionar os problemas que se agravaram até aquele momento em 1982. É possível que o Embaixador tenha mencionado especificamente o salvo-conduto de Abal Medina, considerando a sua longa permanência na Embaixada mexicana e os impactos políticos que essa situação gerou nas relações bilaterais entre os países.

Nesse maio, foi produzido um memorando sobre a situação do asilado Abal Medina, assinado por Gilberto Limon Enriquez (diplomata de carreira da SRE desde 1980), no qual destacou que a concessão de salvo-conduto ao asilado não foi um acordo entre a Argentina e o México para alcançar um fim determinado. O comentário se deu no contexto da Guerra das Malvinas que, segundo o diplomata mexicano, "[...] a política internacional do México possui uma linha bem definida e a sua posição em relação ao conflito argentino-britânico não iria mudar com ou sem a saída do asilado político" (AEMARG, 1982, p. 35, tradução nossa).

Essa declaração foi feita pois o Secretário da Embaixada da França na Argentina havia questionado a posição do México com relação ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e se a saída de Abal Medina teria sido realizada mediante uma "transação" entre a Argentina e o México. Com relação ao TIAR, ele confirmou que o México condenaria as ações bélicas no Atlântico Sul e que as transações comerciais não parariam, tanto bilateralmente quanto multilateralmente.[127]

Em 1983, último ano do regime ditatorial, os relatórios da Embaixada mexicana informavam à SRE que chegavam informações de grupos de direitos humanos na Argentina, como a Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (EMBAMEX, 1983a) e as Mães da Praça de Maio (EMBAMEX, 1983b). Esses relatórios forneciam informações gerais sobre a situação dos direitos humanos na Argentina, porém os grupos não solicitaram apoio específico da Embaixada mexicana, e a própria não se manifestou sobre os documentos recebidos.

A divulgação de um relatório pela ditadura sobre os desaparecidos resultou em numerosos protestos por parte de países e grupos de direitos humanos. Os governos da Itália, França, Espanha e a Comunidade Econômica Europeia expressaram a sua oposição às explicações apresentadas pela ditadura sobre o paradeiro dos desaparecidos, especialmente aqueles de ascendência europeia. Segundo a SRE, os exilados argentinos no México rejeitaram

[127] As informações contidas nesse documento são importantes para tratar especificamente do conflito das Malvinas, além de ser possível contrastar com os telegramas encontrados no *Archivo de la Cancillería* da Argentina, como será visto no último capítulo da tese.

veementemente o documento divulgado pela Junta Militar e organizaram protestos em frente à Embaixada argentina (AHD-SRE, 1983a).

Em março, o diplomata Ignacio Ovalle Fernández foi designado como o novo Embaixador do México na Argentina. Durante um encontro entre diplomatas em Brasília, o novo Embaixador realizou diversas declarações que demonstram a mudança de tom nas relações diplomáticas entre o México e a Argentina, especialmente em um período de transição para a democracia. Em suas palavras,

> [...] recentemente houve uma mudança de atitude por parte do atual governo militar argentino em relação ao México, transitando de uma hostilidade velada para uma aproximação franca. Como se sabe, a partir do golpe de 1976, **os laços com o México esfriaram abruptamente como resultado da política mexicana inalterável de conceder asilo a perseguidos políticos. Os múltiplos casos de asilados na embaixada mexicana, e a qualidade e características de vários deles, tornaram as relações tão tensas que, em várias ocasiões, o regime militar se recusou, durante muitos anos, a conceder os salvo-condutos correspondentes** (AHD-SRE, 1983b, p. 117, tradução nossa, grifo nosso).

Ovalle Fernández também abordou as relações do governo mexicano com Montoneros:

> Além disso, considerando que o grupo conhecido como 'Montoneros' – autor de muitas ações terroristas – emergiu do seio peronista e muitos de seus membros buscaram asilo no México, entenderemos por que a atitude de nosso país foi distorcida na Argentina, tanto em relação à sua simpatia pelos sistemas democráticos quanto ao seu respeito pela instituição do asilo. **Duas políticas baseadas em princípios foram apresentadas à opinião pública do país onde estou credenciado como provas de cumplicidade com um segmento do espectro político argentino, o que nunca existiu** (AHD-SRE, 1983b, p. 118, tradução nossa, grifo nosso).

Embora o MREyC da Argentina tenha destacado em suas publicações memorialísticas dos anos da ditadura que o volume das trocas comerciais e econômicas com o México tenham aumentado substancialmente ao longo dos anos, a visão não era compartilhada pelo governo mexicano à época:

> Neste clima, é óbvio que não poderia florescer – e não floresceu por anos – nenhum projeto ambicioso e previsor de aproximação cultural ou econômica. Isso explica os resultados modestos dos acordos alcançados na última Comissão Mista realizada em agosto de 1978, sem que até o momento tenha ocorrido outra reunião (AHD-SRE, 1983b, p. 118, tradução nossa).

No entanto, é necessário ter uma análise crítica dessa declaração, uma vez que, nas relações diplomáticas multilaterais, ambos os países apoiaram candidaturas para organizações internacionais e outros projetos nas áreas culturais e econômicas. Em resumo, os registros de 1983 fornecem poucas informações sobre as relações entre o México e a Argentina. A correspondência diplomática entre a Embaixada mexicana e a SRE em 1983 indica principalmente os preparativos do México para a transição democrática na Argentina, liderada pelo presidente Raúl Alfonsín. O objetivo do momento era, assim, restabelecer a normalidade nas relações diplomáticas entre os países (AHD-SRE, 1983c).

3.5 Considerações preliminares

As relações diplomáticas Argentina-México, desde o período anterior ao golpe militar até o fim da ditadura, passaram por vários desafios, com particular atenção ao caso dos asilados que viveram longos períodos na Embaixada mexicana. Os diplomatas mexicanos, cientes da escalada da violência na Argentina, concederam desde 1974 asilo diplomático para argentinos, especialmente acadêmicos e membros de grupos guerrilheiros. Antes e ao longo da ditadura, para alguns diplomatas mexicanos, a concessão era uma forma de demonstrar o respeito do México sobre o instituto do asilo diplomático e, para outros, tratou-se de uma ação temerária que mais prejudicaria as relações diplomáticas com a Argentina.

Durante a ditadura, as concessões de asilo diplomático pela Embaixada mexicana foram menores, posição desconexa com o discurso de portas abertas do México. Ao longo dos anos, em paralelo à problemática do caso do ex-presidente Cámpora, de seu filho e de Abal Medina, a diplomacia mexicana (o presidente, a SRE e a Embaixada mexicana) visou manter mínimas condições para as negociações com a ditadura, na busca de oportunidades de cooperação, com ênfase nas áreas econômica e comercial.

Entretanto, a inflexibilidade da ditadura em conceder os salvo-condutos foi um elemento que divergiu opiniões entre os representantes diplomáticos na Embaixada mexicana e a SRE que, ao longo dos anos, discutiram ações que variavam desde a ruptura completa das relações diplomáticas com a Argentina até a viabilidade de tratar das negociações em paralelo à situação dos asilados e dos direitos humanos. Diversas foram as solicitações do México para que a Argentina apoiasse as suas candidaturas em OIs, tendo em vista os interesses do governo mexicano em inserir o país com maior presença nas relações internacionais, ainda mais pela ascensão do petróleo. E, nesse sentido, o México buscou equilibrar o seu posicionamento de denúncia das violações de direitos humanos no caso da Argentina, por saber que, nacionalmente, também cometia desaparecimentos e assassinatos de opositores políticos.

4 DENÚNCIAS, RESISTÊNCIAS E PRÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA: AS ESTRATÉGIAS DE EXILADOS ARGENTINOS NO MÉXICO CONTRA A DITADURA MILITAR

4.1 Introdução

Neste capítulo, analisam-se as estratégias e os recursos (materiais e imateriais) utilizados pela comunidade exilar argentina no México para denunciar a ditadura em escala transnacional. São considerados, para tanto, os perfis sociodemográfico e político de argentinas e argentinos exilados nesse país, com ênfase em suas distintas e conflitantes estratégias de sobrevivência física e articulação política. O objetivo é entender as distintas mobilizações políticas, as estratégias de resistência e solidariedade dos exílios de argentinos no México, dado o entendimento de sua atuação enquanto atores não estatais que mobilizaram ações em uma rede transnacional de denúncia contra a ditadura argentina.

Em seguida, são analisadas 16 entrevistas realizadas pelo autor em 2020 e 2022.[128] Como complemento, contraste e triangulação de informações ao conteúdo das entrevistas, são também analisadas outras fontes, como documentação de grupos e organizações de argentinos exilados no México. Para construir essas memórias e discuti-las, as entrevistas são entendidas com base nos conceitos e nas técnicas da História Oral, desde a qual se propõe a recuperação de trajetórias e experiências de sujeitos historicamente excluídos da sociedade e da história oficial para possibilitar uma transformação social (Ferreira, 1994).

Essas memórias dos excluídos, ou como Pollak (1989) chama de memórias subterrâneas, podem reconfigurar a forma pela qual a história das relações diplomáticas Argentina-México é entendida nos anos 1970 e 1980 por serem memórias, muitas vezes, em oposição à memória ou à histórica oficial do Estado (Pollak, 1989). Ademais, possibilitam a compreensão de outros aspectos do exílio, abordados neste capítulo a partir das seguintes temáticas: articulações políticas de denúncia, reflexão e resistência à ditadura; limitações constitucionais às atividades políticas de não nacionais mexicanos; oportunidades de trabalho; elementos psicológicos e corpóreos do exílio; e dinâmicas familiares. No caso desta pesquisa, algumas pessoas eram menos excluídas ou às margens do que outras. Isso se deve ao fato de

[128] Para preservar a identidade das pessoas entrevistadas, os seus nomes foram codificados como Entrevistado(a)", seguido de um número, conforme a ordem das entrevistas, por exemplo, "Entrevistado(a) Número". Entende-se que algumas pessoas podem ser facilmente identificadas pelo contexto dos eventos narrados, mas a exclusão de trechos dos seus testemunhos prejudicaria os elementos analíticos da pesquisa. Ademais, houve autorização das pessoas entrevistadas para a publicação.

que algumas pessoas entrevistadas pertenciam a grupos, possuíam cargos e frequentavam espaços de alto nível institucional e de relevância, ao passo que outras pessoas não possuíam estudos universitários e não provinham de famílias abastadas, por exemplo.

4.2 As experiências das trajetórias exilares a partir da História Oral

> *"Agora o que eu queria te dizer é que você se desculpou por chorar, mas para mim é fantástico que você chore e se emocione. Porque acredito que todas essas coisas devem nos emocionar, e devemos ser capazes de falar com o coração. Também quando falo sobre certas coisas, meus olhos se enchem de lágrimas. E é assim, porque não estamos falando como se estivéssemos descrevendo uma tabela à nossa frente. Estamos falando de coisas que nos tocam, que nos atravessam. Então, é bom, chore muito, enquanto você escreve, enquanto você pesquisa, é assim que devemos fazer"* (Trecho de entrevista concedida a Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. Agosto de 2022, tradução nossa).
>
> *"Entrevistar-se implica literalmente ver o semblante, encontrar-se, encontrar-se entre si, falar-se".* (Vilanova, 2006, p. 80, tradução nossa).

O perfil sociodemográfico, as vinculações sociais e políticas e as trajetórias de cada argentina e argentino exilado no México guardam elementos compartilhados e singulares. Para aprofundar a compreensão dessas distintas experiências, o testemunho dessas pessoas é uma possibilidade de criar novas camadas e escalas geográficas do exílio, além de repensar a história da comunidade argentina exilada ao longo da ditadura argentina, especificamente no México e nas possíveis implicações para as relações diplomáticas entre os países. O diálogo com pessoas que estiveram no exílio foi também uma maneira de conduzir as entrevistas a partir de questões relevantes para a pesquisa, com traços singulares que estabeleceram conexões ao longo do processo de recordar a dois a experiência do exílio vivido no México.

Quando alguém se desloca de um lugar a outro, essa pessoa ocupa um novo espaço. O seu movimento faz com que deixe fisicamente outro espaço no passado, constituindo uma geografia humana que já não é mais a mesma. Esses deslocamentos não são necessariamente lineares e unidirecionais, nem mesmo deixam de sofrer alterações no tempo da passagem e nas formas pelas quais ocorrem. Esse ir e voltar é, também, um movimento que altera não somente a pessoa que se desloca, mas o espaço, o tempo e as outras pessoas ao seu redor.

O deslocamento envolve múltiplos fatores individuais e coletivos. E, sobre esse ir e vir, esta pesquisa está interessada em (re)construir e (re)analisar os caminhos percorridos de algumas experiências (corpóreas e memorialísticas) que surgem nessa lembrança da construção de uma paisagem migrante. Ou seja, a questão vai além de um exercício de (re)organizar as especificidades do deslocamento, mas de (re)visitar esses espaços e tempos das migrações a

partir de sentidos que as pessoas, individualmente e em coletividade, constroem as suas distintas errâncias.

Para o campo da memória, a (re)construção se trata de um processo contínuo, individual e coletivo e em constante disputa na reconstrução de um passado entre distintos grupos, atores e os Estados. Isso é, o deslocamento é um movimento experimentado em conjunto, motivado (com níveis distintos de imposição) por pessoas, políticas, grupos e situações contextuais criadas e mantidas em termos econômicos, sociais, políticos, raciais e de gênero. Aqui, as memórias são de pessoas forçadas a deixar – momentaneamente ou para o resto da vida – o lugar chamado de lar, as rotinas, os caminhares pelas ruas, os cheiros, os sons, as paisagens, as histórias, os medos, as felicidades, os amores e as dores, mas que estão em construção (ou em continuidade) de outra paisagem memorialística de suas migrações.

O processo de resgatar esse passado (ou passados) se deve justamente por se tratar de um "ontem" que ainda habita o "hoje": um passado que persiste em não passar, como destacado no campo da História. Essa repetição da experiência da memória do deslocamento não é universal, mas multidimensional e reformulada ao longo da passagem do tempo. Novas interpretações surgem e, com elas, novos caminhos são abertos para a análise de experiências individuais e coletivas do deslocamento, experiências essas que trazem memórias, mas, sobretudo, consciência do vivido em termos de razão e emoção: razão, pois, ao rememorar, é possível reavaliar decisões e contextos vividos no passado com um novo olhar; e emoção, ao serem ocupados espaços e geografias antes não acessados, dando vazão a novos sentimentos compartilhados.

Assim, o processo de recordar traz novas camadas sobre o que foi vivido. Como "portas", essas recordações podem ser "abertas" ou "fechadas", outras portas nem sempre abertas ao batimento do exercício de recordar. Em algumas dessas portas, as recordações podem ecoar como batimentos mais ou menos dolorosos, ofensivos, brutais ou até mesmo curadores por quem abre as portas.

Qual a medida, então, de acessar o conteúdo dessas memórias? Quais são os limites e as possibilidades das memórias das pessoas que passaram por deslocamentos forçados? É nesse cenário que entram os testemunhos construídos nesta pesquisa a partir de entrevistas. A entrevista é entendida aqui pela perspectiva de Vilanova (2006), ou seja, uma ponte de comunicação entre duas (ou mais) pessoas dispostas a estabelecer interações a partir de distintas expressões, sejam essas orais, escritas ou corpóreas.

A entrevista, oral ou escrita, é um diálogo de trocas entre a pessoa entrevistada e a pessoa que entrevista. No caso da escrita, a entrevista é feita por um intercâmbio de palavras que codificam mensagens. Já na modalidade oral, a expressão corpórea se torna presente, ocupa espaços e dá vazão para uma interação na qual o controle sobre a fala e a memória é menor e o fluxo de pensamentos é mais livre. Os gestos, as interjeições, as pausas e os silêncios "falam" e respondem a uma variedade de questionamentos (perguntas) que surgem ao longo da entrevista. Novamente, portas se abrem ou se fecham. É um corpo que expressa as experiências vivenciadas no passado do deslocamento forçado no presente desde uma possibilidade de resgate de memória com outra pessoa disposta a ouvir. As ditas "entre-vistas" de Vilanova (2006) são, portanto, os espaços que essas pessoas criam para dar vazão e fluidez às memórias.

Esse fluir, contudo, não é ininterrupto. Em determinados momentos é necessário realizar pausas. No caso das entrevistas com pessoas que passaram por situações de deslocamento forçado, a entrevista é um momento de (re)abertura de sentimentos e trajetórias do migrar. Em geral, no campo de RI, a entrevista é uma ferramenta utilizada para buscar informações principalmente de atores ditos "clássicos" ou cuja autoridade é mais valorizada e legítima: diplomatas e militares. Na maioria dos estudos, há uma preocupação menor com os chamados "atores não estatais", além da baixa disponibilidade de recursos financeiros e materiais para realizar pesquisas com essas pessoas, especialmente em estudos alheios aos temas consolidados na área.

Com isso, a História Oral proporciona uma perspectiva cuidadosa para tratar atores não estatais em RI por se propor à recuperação de trajetórias e experiências de pessoas e grupos historicamente excluídos da sociedade e da história oficial, em vistas a uma transformação social (Ferreira, 1994, 2002, 2018). Essas memórias de pessoas "excluídas", ou memórias subterrâneas, como intitula Pollak (1989), podem mobilizar na área de RI outras interpretações da história das relações internacionais e diplomáticas entre países, nações e comunidades.

Uma vez que as memórias desses excluídos são sistematicamente negadas e esquecidas por políticas públicas de apagamento do passado, elas entram em oposição à memória ou à história oficial de um Estado (Pollak, 1989) que persiste em silenciá-las. Por esse caminho, as memórias dos exílios são importantes para uma nova escrita do passado e de interpretações não convencionais sobre o migrar. Há, portanto, o contato da memória com distintas paisagens, estruturas físicas, situações políticas e burocráticas, sentimentos corporais e psicológicos de um passado em constante análise e vivência no presente.

E é esse mesmo passado que possibilita, a partir de sua abertura e flexibilidade, a costura de novas interpretações que se transformam (Jelin, 2012). Quando as memórias de diplomatas,

militares e exilados (sem negligenciar outros atores) são colocadas em discussão simultânea, está em debate também as memórias como campos de disputa entre atores pertencentes a distintos contextos sociais e políticos, e de conflitos de memórias entre atores de grupos similares ou distintos.

Ao se reconhecer que as memórias são construídas mais pela criação de atritos do que de consensos, admite-se que a forma de entender o passado também passa por mudanças históricas (Jelin, 2012). As memórias, portanto, são exercícios diários (re)produzidos, que podem ser destruídas e (ou) silenciadas passivamente, ou ativamente como uma forma de sobrevivência (Jelin, 2012). Como destaca Jelin (2012), o esquecimento faz parte dos trabalhos da memória e revela como as identidades de sociedades são sustentadas. Em RI, essas transformações e disputas fazem parte do entendimento construído sobre o passado na disputa entre atores clássicos e não clássicos em consideração às relações internacionais entre distintos países e sociedades em períodos históricos diversos de expulsão, perseguição e de proteção (não) institucional, como é o caso dos exílios de latino-americanos no século XXI.

A relevância das entrevistas com pessoas que estiveram exiladas no México visa (re)ativar memórias de errâncias que resultaram em transformações de curto, médio e longo prazo na vida delas, sem desconsiderar as possibilidades de tensionamento de identidades e pertencimentos sociais das pessoas entrevistadas. Busca-se revisitar, conforme Pollak (1992), o que existe na interligação entre a memória e a identidade quando uma pessoa observa uma imagem de si, para si e para outros. Logo, por confrontar essas memórias e identidades, essas entrevistas apresentam elementos contraditórios valiosos que, ao serem contrastados entre si e com outras fontes (escritas, orais ou visuais), podem gerar novos conceitos e teorias (Thompson, 2017).

As entrevistas, pela perspectiva da História Oral, dialogam ainda com a necessidade de cruzar distintos tipos de fontes, como, por exemplo, a análise de documentos escritos. A análise documental, conforme o historiador Le Goff (1990), trata-se da compreensão de que os documentos não são objetivos ou neutros, não falam por si, sendo indispensável um olhar e uso crítico das informações contidas nesses arquivos.

A preocupação com a análise documental em arquivos históricos não é somente de áreas cujo uso e discussão dessas fontes está mais consolidado – como a História –, mas também de RI. Embora a atenção da área ainda seja recente para a importância e as possibilidades de pesquisa com fontes primárias, pesquisadores como Thies (2002) e Lawson (2012) trazem aportes relevantes para questionar as necessidades, as divergências e as possíveis conexões entre as RI e a História na investigação em arquivos históricos.

Para Thies (2002), os maiores problemas enfrentados em pesquisas de RI voltadas à pesquisa documental de fontes primárias e secundárias é a seleção dessas sem uma boa justificativa e o uso de argumentos de terceiras pessoas tomados como fatos quando, na verdade, podem refletir a subjetividade e as inferências teóricas dessas autorias, que não destacam necessariamente os limites de suas supostas evidências históricas. Na tentativa de contornar esses desafios, o autor frisa a necessidade de justificar a escolha das fontes para minimizar os potenciais efeitos adversos da seletividade e das interpretações parciais de outras pessoas, como o enfraquecimento do argumento da pesquisa.[129]

Na mesma linha, Lawson (2012) critica o uso indiscriminado da História pelas RI ao tentar explicar e testar hipóteses e teorias. Para o autor, a ausência ou a baixa historicidade de conceitos e termos em RI é um sintoma dos maus usos da História na área, enquanto não se busca ou não há disposição para encontrar erros, contradições e novas interpretações que possam ir à contramão de pressupostos e da rigidez teórica (Lawson, 2012).

Os documentos produzidos por diplomatas e militares são construídos também por classificações. No caso argentino, Da Silva Catela (2007) aponta que, ao discutir as distintas preocupações metodológicas da investigação em arquivos da repressão no país, os militares "[...] não apenas registravam em seus informes indivíduos, mas grupos sociais, políticos, sindicatos e em relação com suas atividades conjuntas" (2007, p. 209, tradução nossa). Diante disso, a pesquisa em arquivos que se desenvolve nesta tese é enriquecida com o olhar crítico aos documentos e, mais ainda, com a realização de entrevistas com atores que participaram dos eventos documentados. A partir disso, abrem-se novos caminhos para a reconstrução e a análise da lógica de tomada de decisão de diplomatas, militares, e das comunidades exiladas no México em distintas escalas geográficas e memorialísticas.

Nesse sentido, Da Silva Catela (2007) proporciona uma leitura crítica e eticamente engajada ao refletir sobre a responsabilidade e os desafios assumidos por pesquisadoras e pesquisadores ao se colocarem diante de documentos de uma relevância não somente histórica, mas para a vida de milhares de pessoas, ainda mais quando essas podem estar vivas e interessadas no conteúdo desses arquivos. O alerta da autora serve como um componente importante às pesquisas em RI: a abertura desses arquivos viabiliza novas interpretações das relações internacionais e das tomadas de decisão de diplomatas e militares, sem contar as

[129] A contribuição de Thies (2002) às RI não está ao sugerir que distintas fontes sejam comparadas e que a confiabilidade das informações seja questionada, mas que os documentos sejam revisitados desde uma crítica acompanhada de teorias e conceitos com os quais a pesquisa dialoga, sem que essas sejam utilizadas para confirmar o problema de pesquisa ou a hipótese.

formas pelas quais os atores não estatais, como exiladas e exilados, construíram uma rede de denúncia transnacional contra as ditaduras de seus países.

Com a abertura dos chamados "arquivos da repressão", a autora ressalta que os documentos desses acervos não podem ser considerados uma verdade inquestionável:

> Nas relações gestadas nesse espaço público, com as suas tensões e lutas, funda-se a crença de que ali está escondida a verdade sobre os anos repressivos. Os arquivos e os seus documentos criam um efeito de **notoriedade retrospectiva**, absorvem toda a atenção e a variedade de problemas oriundos das ditaduras e de suas sequelas, e supervalorizam as esperanças sobre o seu potencial (Da Silva Catela, 2007, p. 199, tradução nossa, grifo da autora).

O trecho acima sublinha a necessidade de que sejam feitas pesquisas em arquivos históricos de maneira crítica, além de ser um alerta para as pesquisas em RI no sentido de que essas investigações também sejam conduzidas por pesquisadores acadêmicos que não são da área da História. Soma-se a isso a realização de entrevistas autorais. Em suma, os documentos dos arquivos históricos são, de acordo com Pollak (1989, 1992), locais que resguardam não apenas documentos, mas espaços onde as memórias e as identidades (individuais e coletivas) entram em disputa e podem ser forjadas, ainda mais quando se trata de documentos da diplomacia. Há, então, um processo contínuo de construção de memórias e de identidades das sociedades envolvidas nas situações e relações das quais esses documentos registram e, nesta pesquisa, existem sociedades de distintas nacionalidades involucradas em redes e escalas transnacionais de contato.

Se, conforme Pollak (1992), ao analisar esses documentos são construídas narrativas com base em suas informações, então os pesquisadores e as pesquisadoras também são responsáveis pela nova narrativa de um país sobre si e sobre a sua relação com outros países. Assim, a comunidade acadêmica de RI deve estar ainda mais atenta a um ofício no qual se pode transformar e suscitar um novo enquadramento histórico de sociedades. As entrevistas são, assim, fundamentais para questionar as modalidades pelas quais os atores estatais conduziram as relações internacionais de seus Estados, sendo esses os responsáveis pelas tomadas de decisão e, inclusive, pelas possibilidades de tensionar "[...] a 'verdade' que essas forças repressivas construíam para justificar as suas ações e deixar provas sobre a concepção de mundo que os guiavam" (Da Silva Catela, 2007, p. 202, tradução nossa).

Em consideração às entrevistas para esta tese (realizadas na Argentina de maneira presencial e virtual por videoconferência nos anos 2020 e 2022), foi possível identificar uma heterogeneidade em termos de gênero, profissão, filiação política, motivações para deixar o

país, modalidade e circulação migratória.[130] A maioria das pessoas entrevistadas foram homens (80%) que saíram sozinhos ou com suas parceiras mulheres, os quais se estabeleceram na Cidade do México e se integraram a um ou mais grupos no exílio.[131]

As áreas profissionais dessas pessoas eram as seguintes: advocacia, acadêmica universitária, psicologia, antropologia, jornalismo, cinema e militância política. Em casos específicos, essas afiliações profissionais determinaram ou influenciaram o envolvimento dessas pessoas em grupos e movimentos políticos específicos de diferentes segmentos (grupos de direitos humanos, armados, sindicais e/ou universitários). Em relação às decisões de deixar ou não a Argentina, os fatores são diversos, como vínculos prévios com grupos ou organizações no país e ameaças diretas ou indiretas a outros membros da família e (ou) amizades.

Outro dado interessante é que, para essas pessoas, o México (como país de acolhida) estava situado em uma escala geográfica e temporal de múltiplos níveis. Ou seja, mais de um terço das entrevistas analisadas destacam que a experiência do exílio não se concentrou apenas no México: algumas não foram diretamente ao país, enquanto viveram em outros países, e outras estiveram no México por um período de transição antes de se exilarem em outro país, como apresentado a seguir.

---

[130] No México, o exílio argentino era composto por uma alta concentração de adultos jovens que viviam, em sua maioria (estimativas superiores a 60%) na Cidade do México, capital do país (Yankelevich; Jensen, 2007). Conforme dados do Instituto Nacional de Migração do México (INMM) entre 1960 e 1983, uma parcela dos argentinos que ingressou no México foi registrada na categoria de imigrante ou *Forma Migratoria 2* (FM2) para residência permanente no país (Yankelevich; Jensen, 2007).

[131] Os principais grupos aos quais a maioria das pessoas entrevistadas pertenceram foram: Comitê de Solidariedade ao Povo Argentino (COSPA); Comissão Argentina de Solidariedade (CAS); Movimento Peronista Montonero (MPM); Comissão Argentina de Direitos Humanos (CADHU); Comissão de Solidariedade aos Familiares de Desaparecidos na Argentina (COSOFAM); Trabalhadores e Sindicalistas Argentinos no Exílio (TySAE) e outros. Em geral, mais da metade (60%) dos exilados argentinos vieram da província de Buenos Aires, 12% de Córdoba e 7% de Santa Fé, e outras províncias da Argentina somam 4% (Yankelevich; Jensen, 2007). No México, a maioria dos exilados residiu no estado do México e em sua capital (76%), seguida dos estados de Jalisco (3%), Puebla (3%) e Nuevo León (2%). As outras unidades federativas mexicanas totalizam 16% dos exilados argentinos (Yankelevich; Jensen, 2007). Esses dados auxiliam a compreender as formas de articulação política e de solidariedade dos grupos de exilados argentinos no México e de outras nacionalidades, consideradas as distâncias e proximidades, com destaque para a Cidade do México, cerne de suas atividades. O perfil dos argentinos no México entre 1974 e 1983 demonstra um equilíbrio de gênero, com leve predominância de homens (55%); formado por uma maioria de jovens adultos entre os 20 e 39 anos (56%); com credo religioso predominantemente católico (64%) e de ateus (18%). O número de pessoas casadas é reflexo do que a literatura demonstra ao revelar que muitas famílias decidiram sair juntas da Argentina. Esses números ainda são insuficientes para diferenciar migrantes econômicos de exilados que viviam no México. Contudo, dados do INMM possibilitam avaliar o perfil ocupacional dos argentinos no país antes e durante a ditadura que, segundo Yankelevich e Jensen (2007), grande parte dos exilados de nacionalidade argentina no México eram homens e mulheres, com alto grau de qualificação profissional, oriundos do meio universitário e de departamentos governamentais. Além disso, em que pese o primeiro período do estudo (1960-1973), os anos de 1974 a 1983 registraram um aumento no número de artistas, uma baixa no número de argentinos que trabalhavam em empresas ou no comércio. Também foi observado um número menor de mulheres voltadas ao trabalho doméstico e um maior equilíbrio de gênero nas ocupações e profissões.

4.3 As mobilizações políticas de resistência e denúncia contra a ditadura no exílio: retratos das experiências exilares no México

As experiências exilares de argentinas e argentinos no México, ao longo das décadas de 1970 e 1980, compõem o quadro de atrocidades contra os direitos humanos no qual a violência (estatal e paraestatal) comandada e executada majoritariamente pelos militares da última ditadura civil-militar argentina foram os principais responsáveis. O processo de recordar esse passado é um exercício memorialístico que assegura às vozes mais ou menos marginalizadas espaços de expressar um passado que não passa e, sobretudo, construir novos contornos da violação de direitos humanos que os exílios compõem a partir de ações de denúncia, resistência e solidariedade.

Esta seção faz um recorte de 16 relatos de experiências de homens e mulheres que foram forçados a se exilarem no México no contexto do "Processo". Esses testemunhos estão marcados por características pessoais, mas que, em seu conjunto, ilustram uma paisagem exilar que compartilha semelhanças, como a resistência à violência estatal. As exiladas e os exilados, com todas as ferramentas individuais e coletivas possíveis ao seu alcance, consolidaram atividades políticas de resistência, reflexão, diálogo e de denúncia anti-ditatorial e humanitária contra a ditadura em uma rede geográfica transnacionalizada.

Os exilados argentinos, enquanto ativistas transnacionais em rede, desenvolveram suas ações coletivas de maneira a enquadrar ou seus objetivos. O enquadramento (ou *framing*, na língua inglesa) trata sobre o uso estratégico de informações por atores, redes transnacionais, e outros grupos para chamar a atenção do público-alvo e persuadi-lo de que a ação empregada e os motivos pelos quais ela ocorre são eficazes e legítimos (Keck; Sikkink, 1998). Para os ativistas, há a identificação de um problema que precisa ser explicado com a intenção de as causas defendidas pelos grupos serem convincentes ao ponto de se converterem na causa de outros atores, o que estimularia outras pessoas a agirem (Keck; Sikkink, 1998). Nesse caso, os exilados buscavam o apoio de atores estatais e não estatais, seja para denunciar a ditadura ou até mesmo conseguirem subsistência no México.

Tarrow (2011) recorda que o uso de enquadramentos específicos pode sofrer represálias pelos Estados, dado que controlam não somente os meios de repressão, mas ainda possuem determinados instrumentos capazes de construir significados na esfera internacional. Como será abordado, o México controlava constitucionalmente os limites da atuação política dos exilados, com o objetivo de evitar que se envolvessem em questões domésticas da política mexicana. Em contrapartida, os ativistas se articularam para acionar uma ampla variedade de enquadramentos

que, segundo Benford e Snow (2000), dão significado aos acontecimentos e permitem que a experiência pessoal ou coletiva seja traduzida em quadros de ação coletiva que são: "[…] ações orientadas por um conjunto de crenças e significados que inspiram ou legitimam as atividades e campanhas de uma organização de movimento social" (Benford; Snow, 2000, p. 614, tradução nossa).

Para ressaltar os elementos importantes dos testemunhos, foram elencados os seguintes eixos e fatores que mais apareceram ao longo das entrevistas e que permitem analisar os aspectos corpóreos, burocráticos, políticos, sociais e psicológicos da experiência exilar no México: a) as ações políticas de denúncia, reflexão e resistência contra a ditadura; b) os cuidados e os limites para a atuação política exilar no México; c) a integração laboral como meio de subsistência básica no exílio; d) os aspectos psicológicos das trajetórias exilares; e e) o âmbito familiar como experiência compartilhada a intergeracional do exílio. Esses elementos são fundamentais para entender as camadas que fundamentaram, nos planos individual e coletivo, do geral ao particular, as possibilidades de articulação para a mobilização política de denúncia e solidariedade da comunidade argentina exilada no México.

4.3.1 Os exílios e as articulações políticas de denúncia, reflexão e resistência à ditadura

Como visto, a estrutura organizacional do exílio foi constituída de grupos e coletividades com características mais e menos semelhantes; com diferentes graus de articulação nacional e internacional, voltados mais à resistência pela via política ou pela luta armada, ou ainda mobilizados em sua essência por um discurso de direitos humanos que começa a se consolidar nas décadas de 1970 e 1980. Em que pese as entrevistas desta tese, quase todas as pessoas integram um dos dois principais grupos no exílio, a CAS e o COSPA. Algumas passaram de um a outro grupo, além de serem parte de outros grupos de exilados argentinos ou latino-americanos no México.

A primeira pessoa entrevistada (por videoconferência) foi uma mulher que viveu na cidade de Xalapa, no estado de Veracruz.[132] A Entrevistada 1 é licenciada em Física e atuou na

[132] Houve a tentativa de realizar a entrevista presencialmente, mas devido a questões de agenda da Entrevistada 1, o testemunho ocorreu por videoconferência. A sua decisão foi um ponto importante para as demais entrevistas: respeitar os tempos e os seus formatos (presencial ou virtual), além dos locais de encontro desejados pelas pessoas (espaços públicos, como restaurantes e cafés, ou na residência da pessoa, quando por convite). Embora pareça algo menor, trata-se de um mecanismo de proteção, segurança e limite individual da pessoa entrevistada com uma pessoa desconhecida. Outro ponto relevante como aprendizado foi compreender as resistências que uma pessoa pode ter ao falar sobre a sua experiência errante. Essa entrevista requereu mais paciência para obter informações e aprofundar certos temas, como a participação da Entrevistada 1 em assuntos políticos em grupos e movimentos no México ou questões relativas a sua família. Portanto, ficaram explícitos, a partir dessa experiência, a

área desde os seus exílios e também quando voltou à Argentina. Desde o início, a Entrevistada 1 demonstrou que a sua experiência exilar foi plural e composta por múltiplas escalas e dinâmicas. Antes de ir ao México em 1979, ela esteve exilada em Israel entre 1976 e 1979. Em Israel, ela destacou o forte sentimento de sair desse país em direção à América Latina devido às várias dificuldades de viver por conta de questões como não falar o idioma e diferenças culturais marcantes. Quando decidiu ir ao México com o seu parceiro e os seus filhos, a Entrevistada 1 já estava envolvida em grupos de exilados contra a ditadura.

Para ela, Xalapa foi uma cidade marcada pela solidariedade e abertura ao exílio de várias nacionalidades. A sua experiência atesta a abrangência e a força de organização de exilados de distintas nacionalidades, quando mencionou a sua participação em um grupo de exilados latino-americanos chamado *Comisión Latinoamericana del Exilio de Xalapa*. Isso faz com que as geografias exilares de argentinas e argentinos no México sejam vistas por outras escalas, sem se limitar à Cidade do México, mas sim em uma rede geograficamente descentralizada e abrangente fora da capital.

Em outra entrevista realizada por videoconferência, a Entrevistada 2 – que ainda vive no México e lá construiu a sua carreira profissional de pesquisadora e docente universitária – destaca que o exílio não era somente dor e sofrimento, mas também possibilidade de reflexão e de transformações, elementos marcados por momentos de felicidade. Logo, no contexto de vida e morte constante que pairava sobre a Argentina, celebrar a vida no exílio era também um ato de resistência contra a ditadura:

> Quer dizer, o clima do exílio era um clima de reflexão, mas também um clima muito vital, de muita... muita festa, de muita celebração da vida. Dizer isso sobre o exílio pode parecer superficial... como poderiam estar celebrando se as pessoas estavam morrendo? Bem, é assim, também se celebra quando se está sequestrado, tenta-se celebrar coisas quando se está sequestrado. E se celebra quando se está vivo, porque a vida é uma festa. Então isso estava presente e isso não queria dizer que não doía, ao mesmo tempo doía pelas pessoas que não estavam lá, doía a distância, doíam... as dificuldades de diferentes tipos: as próprias, as dos próximos, as dos companheiros... mas também havia algo muito vital de aprendizado, de abrir espaços... Lembro dessa fase como uma fase muito, muito importante e muito frutífera, no sentido de múltiplas aprendizagens (Entrevistada 2. Entrevista 2. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.), tradução nossa).

Contudo, existiam limites no processo de integração, não somente pelas condições impostas pela sociedade mexicana, mas no próprio exílio. Segundo ela, a sua participação política se concentrou mais na CAS e não no COSPA. No COSPA, a Entrevistada 2 disse que a sua presença era vetada porque se alguém havia sobrevivido à repressão – como era o seu

importância e os significados que os silêncios, as pausas, as respostas curtas e diretas podem ter, assim como a atenção e a paciência necessárias do pesquisador para (re)pensar as suas perguntas e a forma de apresentá-las.

caso por haver passado pela experiência do desaparecimento em um centro clandestino de detenção – alguma coisa estava errada:

> Se você, além disso, tivesse sido sequestrado e não retornasse à militância pedindo desculpas por ter sobrevivido, isso te tornaria duplamente culpado e suspeito. Então, **praticamente todos nós que sobrevivemos éramos considerados politicamente quebrados, pessoas que já pensavam como o inimigo, que apresentavam dessa forma. Ou seja, tínhamos sido conquistados pelo inimigo. Portanto, o que Montoneros esperava, ou melhor, o que mais exigia, era um retorno com uma autocrítica e um pedido de desculpas.** Quando na realidade muitos de nós que sobrevivemos, não posso dizer todos, mas era o meu caso e o de outros, **a experiência que tínhamos vivido nos levava a questionar profundamente a política que estava sendo desenvolvida, a discordar da *Contraofensiva*, a questionar a liderança de Montoneros** [...] havia um questionamento político que para eles era inaceitável e que eles associavam a estar 'conquistado' pelo inimigo [...] a minha participação não era possível no contexto do COSPA. Na CAS, ninguém me exigia isso (Entrevistada 2. Entrevista 2. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.), tradução nossa, grifo nosso).

A autoridade e a hierarquia eram elementos importantes para a estrutura e a gestão das atividades dos grupos armados argentinos. No caso de Montoneros não foi diferente: os distintos códigos disciplinários e de conduta (documentos, comunicados, publicações e discursos), segundo Slipak (2023), eram instrumentos que delimitaram as obrigações, as proibições e as próprias expectativas de seus integrantes. Mas no caso da situação da Entrevistada 2, as regras e as práticas disciplinares extrapolaram o nível oficial para alcançar o âmbito informal da disciplina. O heroísmo e o sacrifício eram elementos que guiavam os militantes de Montoneros e os delitos que cometiam os aproximavam da categoria de traidor(a), como o questionamento e a crítica contra as suas atividades:

> [...] a honra, o valor e o espírito marcial do guerreiro [...] ambas dimensões, a instrumental e a litúrgica, apareciam nas exigências montoneras: eficácia, precisão e obediência, ao mesmo tempo que valentia, paixão e exaltação. [...] diferentes obrigações, proibições e penas (concernentes ao circuito familiar, legal e/ou militar dos militantes) foram utilizadas para silenciar e castigar diferenças políticas. Além disso, os críticos eram catalogados de 'liberais' e de sabotarem a revolução [...] (Slipak, 2023, p. 49-80, tradução nossa).

O Entrevistado 3, cineasta e produtor audiovisual, esteve exilado no México de 1976 a 1979, onde desenvolveu atividades profissionais e se envolveu com o COSPA e o MPM.[133] A sua militância política não estava apenas relacionada à participação coletiva no COSPA ou no MPM, mas também a questões familiares: o seu irmão foi desaparecido antes de sua ida ao México e a sua mãe foi desaparecida pela ditadura na ESMA após ter participado da *III Conferencia General del Episcopado de América Latina* (CELAM) na cidade de Puebla, no México, realizada de 27 de janeiro a 12 de fevereiro de 1979.

[133] Ao regressar à Argentina em 1984, o Entrevistado 3 ficou preso em diferentes prisões até 1984.

Puebla é outro exemplo de que as mobilizações dos exilados argentinos no México também ocorreram no interior do país. A III CELAM foi um evento de notoriedade internacional. Um dos telegramas da Embaixada argentina afirma que Leonidas Proano (bispo do Equador) entregou aos participantes do evento uma carta com 30 mil nomes de pessoas desaparecidas na Argentina e responsabilizou a Igreja argentina por não ter oferecido solução ao problema dos desaparecidos.

Segundo informação da Embaixada argentina ao MREyC, a representação buscou "[...] formular uma resposta enérgica de protesto ao bispo equatoriano pela apresentação não consultada" (AMRECIC, 1979i, s. p.). No telegrama, a Embaixada argentina destacou que qualquer declaração pública de países latino-americanos no evento deveria ter sido feita com consulta prévia à delegação correspondente. A Embaixada argentina ainda destacou a forte presença de jornalistas que realizavam "atividades de esquerda" ao buscarem defender a agenda dos direitos humanos com "[...] perguntas intencionadas para condicionar as respostas dos bispos a condenações explícitas relacionadas aos direitos humanos e à situação política, econômica e social dos países da América Latina" (AMRECIC, 1979j, s. p.).

Um relato mais específico sobre a III CELAM é do Entrevistado 5, o qual esteve exilado no México, mas antes estava na Bélgica e, de lá mesmo, participou da organização da III CELAM. Segundo ele, a participação da comunidade exilar argentina no evento era importante para difundir as atrocidades cometidas pela ditadura e reivindicar o apoio da Igreja católica. O seu envolvimento no evento foi determinante para decidir ir ao México:

> Pedimos um bispo para os exilados, porque os croatas, os armênios, todos os que estavam atrás da cortina de ferro tinham um bispo para os exilados. Por que os latino-americanos não? Essa reunião foi importante. Muitos teólogos da libertação compareceram. Enrique Dussel veio, Pablo Richard veio, Boff veio, Frei Betto veio a Bruxelas para uma reunião que organizamos. E então, durante essa reunião, fui nomeado delegado para ir a Puebla, no México. [...] Quando ocorreu o encontro em Puebla, fui apresentar essa proposta lá. Fui designado para a Comissão de Imigrantes, mas não se falou sobre o tema do exílio. Em Puebla, o foco inicial era na denúncia, como as Mães da Praça de Maio e os exilados. [...] Houve denúncias sobre a situação dos direitos humanos e as ditaduras. Tentamos participar de todas as comissões. O documento de laicos era coordenado por um colombiano chamado Carlos Corsi. Lutamos para o documento abordar o tema do terrorismo de Estado, das ditaduras e do exílio. **Isso marcou minha chegada ao México. Quando voltei, disse à minha esposa que parecia que deveríamos ir para o México. Além de outras coisas, eu já estava vivendo na Bélgica há muito tempo e tinha amigos lá. Mas no México, naquele momento, era como a grande capital latino-americana. Porque naquela época, havia exilados de toda a América Latina. Era o auge do petróleo no México, e todos os personagens interessantes passavam pelo México** (Entrevistado 5. Entrevista 5. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (156 min.), tradução nossa, grifo nosso).

O Entrevistado 3 começou a se mobilizar para denunciar o desaparecimento de sua mãe. A III CELAM e outros eventos foram plataformas para ele poder difundir a informação. Em

que pese a sua participação política no exílio, assim como a Entrevistada 2, ele também se viu em situações de entraves com outros membros das organizações que participava, o COSPA e o MPM, chegando a romper com alguns membros desses grupos devido as suas ações em defesa dos direitos humanos, uma posição rejeitada pela maioria dos integrantes dessas organizações. O Entrevistado 3 chegou a recorrer a outras estratégias para denunciar o desaparecimento de sua mãe, como entrar em contato com o escritório da Anistia Internacional no México e publicar diversos anúncios em jornais mexicanos:

> [...] **eu tinha muitas informações**, quer dizer, além de um irmão desaparecido, eu tinha informações porque lia os testemunhos... sobre o que acontecia. [...] a questão é que sabíamos que te prendiam, torturavam e matavam. **Então eu sabia que tinha muito pouco tempo para salvar a vida da minha mãe e que uma maneira de salvá-la era fazer com que todo mundo soubesse que ela estava sequestrada e que contassem para a Junta Militar, ou seja, que a Junta Militar soubesse que todos sabiam que minha mãe estava sequestrada. Por isso, comecei uma campanha muito intensa, comecei a escrever cartas ao senador Alan Cranston porque li em algum lugar que ele era... não sei, respeitava os direitos humanos, então escrevi uma carta à mão. Escrevi para Cortázar, Cortázar me respondeu por meio do *Excélsior* e do *El País*, e agora vimos que também em outros jornais** [...] a carta de Cortázar foi publicada em vários lugares... então o objetivo era esse, fazer com que a Junta soubesse que todos sabiam que ela estava sequestrada" (Entrevistado 3. Entrevista 3. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (240 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Outro exilado vinculado ao COSPA foi o Entrevistado 4. No México, ele e a sua família viveram na Casa Montonera, mas ao longo do tempo, com a chegada da Contraofensiva, decidiu se desvincular de Montoneros por ser contrário às atividades do grupo. A sua atividade política foi menos incidente, pois trabalhava 12 horas ou mais por dia, além de ter de cuidar de seu filho com a sua ex-esposa.[134] Também chegou a participar de atividades no COSPA, mas quando a Casa Montonera acabou, distanciou-se de ações políticas no exílio. Para ele, a expectativa era voltar à Argentina e focar na sua vida quotidiana no México:

> [...] era um impasse até que as coisas se acalmassem e pudéssemos voltar. Na verdade, sempre que havia a expectativa de que talvez, como os relatórios de liderança diziam, em algum momento pudéssemos retomar o poder e todos voltaríamos muito felizes. Mas depois a realidade era cada vez mais cruel e negativa, então não havia mais possibilidade de que algo acontecesse na Argentina. Portanto, vivenciamos essa desolação e essa sensação de estar à mercê do destino, **francamente não havia nenhum sentido na argumentação em torno de uma *Contraofensiva* sem tropas. Era uma Contraofensiva de propaganda mínima, com um custo altíssimo, muitas pessoas caíram e ainda mais inutilmente do que na primeira etapa, porque para mim não foi alcançado nada tangível, absolutamente nada. Então era enviar pessoas para o matadouro apenas para manter uma presença político-militar.**

[134] Embora a maioria dos exilados argentinos tenha sido composta pela classe média, existiram também pessoas de setores populares. Conforme Yankelevich e Jensen (2007), a ausência de dados sobre pessoas com baixa qualificação no INMM decorre de uma política migratória restritiva do país, que priorizava a entrada de profissionais altamente qualificados ou técnicos. Essas barreiras dificultavam a regularização migratória de pessoas com menos estudos e renda. Ademais, os dados não incluem os argentinos que trabalhavam em empregos informais e que estavam em situação migratória irregular no México.

> **Não militar, política** (Entrevistado 4. Entrevista 4. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Existiam, portanto, dificuldades importantes na tentativa de conciliar a militância política, o trabalho e o cuidado com a família no exílio. E, no caso da *Contraofensiva*, embora não tenha derrubado a ditadura, a investida conseguiu "[...] romper o tenso equilíbrio da militância montonera no exílio" (Slipak, 2023, p. 151, tradução nossa). O Entrevistado 4 ainda vive no México, tendo se casado em 1982 e obtido a nacionalidade mexicana posteriormente.

Nem todas as pessoas eram contrárias aos objetivos da *Contraofensiva*. Quando perguntado ao Entrevistado 5 qual era a sua opinião sobre a *Contraofensiva*, ele disse que era positiva, além de estar atrelada ao discurso e às ações de direitos humanos:

> [...] digo isso com muito respeito, manter a vontade de lutar. [...] **foi um momento em que o discurso da derrota estava muito presente, e era um discurso que te acalmava, entende? Você assumia que estava derrotado e se descomprometia. E nisso, queira ou não, continuar a influenciar... manter a vontade de manter a luta social, acho que era politicamente... vou usar uma palavra que não é minha [...] que era historicamente necessário.** Quero dizer, talvez não fosse politicamente correto. [...] Pense que isso foi logo antes do início das grandes greves do movimento. [...] Claro, dava muito medo. Até mesmo as pessoas que viviam aqui tinham muito medo. **Mas o fato de haver alguém em algum lugar que continue dizendo... que diz... Continuamos. E isso, para mim, vale até hoje** (Entrevistado 5. Entrevista 5. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (156 min.), tradução nossa, grifo nosso).

O regresso para a Argentina não foi fácil devido às dificuldades em voltar ao mercado de trabalho, tanto para o Entrevistado 5 quanto para a sua esposa, uma situação comum na vida dos exilados. Hoje, o seu histórico profissional vai desde consultorias, docência e cargos na administração pública. Além disso, mantém contato com pessoas que conheceu na Bélgica e no México.

Uma das principais profissões exercidas no exílio foi o jornalismo. Esse é o caso do Entrevistado 6, cujo depoimento esclareceu informações sobre a sua afiliação a diferentes grupos de exilados no México e os seus esforços para encontrar trabalho e sobreviver no país. Desde jovem, o Entrevistado 6 militou em grupos políticos, como a *Juventud Trabajadora Peronista* (JTP), uma organização juvenil ligada à ala sindical de Montoneros e, aos 16 anos, ingressou na universidade para cursar Ciências Naturais, mas não concluiu os seus estudos.

Enquanto jornalista, ele pôde também contribuir com as atividades dos grupos de exilados no México, quando esteve a cargo da imprensa da CAS de 1980 a 1982. Anteriormente, havia passado pelo COSPA, mas com uma permanência curta devido a discordâncias políticas relacionadas à luta armada:

> O COSPA foi muito importante durante o período do exílio, mas aí ele se desfez. Muitos de nós saímos do COSPA [...] parecia que não nos dariam mais uma chance.

> Formamos um grupo com muitas pessoas que não concordaram com isso e nos aproximamos da CAS, que era a única oportunidade que nos restava para fazer algo no exílio. Começamos as nossas atividades na CAS em 1979. **E então veio a questão das Malvinas [...] tinha muitas discordâncias. A posição de Montoneros era muito beligerante, quando houve a guerra com o Chile [...] sobre o Canal de Beagle, Montoneros estava muito inclinado para a guerra [...] Tínhamos muitas discordâncias [...] A ideia de se apresentar como voluntário para a guerra me parecia uma completa tolice, porque o que eles iam fazer primeiro era dar um tiro na nuca dos próprios soldados.** [...] As posições da CAS eram mais sensatas. Havia desde os mais radicais que diziam que a Argentina deveria entregar as Malvinas [...] até a posição que previa um protesto em frente às duas embaixadas, a embaixada da Argentina e do México [...] reivindicando os direitos argentinos sobre as Malvinas (Entrevistado 6. Entrevista 6. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (146 min.), tradução nossa).

Como será visto ao longo deste capítulo, existiam distintas opiniões das pessoas entrevistadas sobre as Malvinas. Algumas eram totalmente favoráveis à guerra, conscientes de manterem o discurso e as ações contra a ditadura; outras eram contrárias devido à justificativa semelhante do Entrevistado 6 e, outras, não achavam que as Malvinas eram de fato um assunto importante para a Argentina despender os seus esforços.

Nesse mesmo sentido de aproveitar eventos críticos para mobilizar apoio, Montoneros também apoiou a continuidade da Copa do Mundo de 1978 na Argentina, tendo utilizado o contexto para publicizar as violações contra o povo argentino na cena internacional. Tratava-se, portanto, de usos estratégicos de ferramentas políticas e militares por Montoneros em que "nem a política esquecia as armas, nem as armas esqueciam a propaganda e as alianças com outros atores da conjuntura" (Slipak, 2023, p. 149, tradução nossa).

Assim como o Entrevistado 3, a entrevista com o Entrevistado 7 oferece uma perspectiva diferente do exílio no México, com ênfase na via política-armada e na afiliação a outra organização de grande relevância: o COSPA. Contudo, diferentemente do Entrevistado 3, o testemunho do Entrevistado 7 é de um homem gay, aspecto que ele trouxe e permite observar nuances distintas em sua militância política no COSPA e em outros espaços, ora na Argentina, ora no México.

Nascido na província de Jujuy, ao norte da Argentina, o Entrevistado 7 passou por distintos grupos e movimentos políticos ao longo de sua adolescência e vida adulta. Devido a suas atividades políticas, foi preso e saiu opcionado da Argentina em direção ao México em 1974, devido à perseguição do governo de Isabel Perón.[135] Durante o seu exílio no México, trabalhou como jornalista de maneira independente, em jornais do país e no COSPA.

[135] Como destaca Lastra (2016), as referências democráticas no exílio argentino eram complexas, como o caso de Isabel Perón. Segundo a autora, a figura da ex-presidenta "[...] não foi uma 'referência' democrática do exílio argentino, pelo contrário, operou como um dos elementos que fariam do exílio argentino algo 'polêmico' e difícil de compreender para as sociedades que recebiam argentinos" (Lastra, 2016, p. 55, tradução nossa).

Uma das questões que discutiu ao longo de seus anos de exílio no México foi mais que a homossexualidade, mas a sexualidade vinculada à participação política. Entretanto, havia pouco espaço para discussão desse tema no COSPA e em outras organizações majoritariamente centradas e estruturadas por uma liderança vertical, cristã e machista. Ao ser questionado sobre como era ser gay no exílio, o Entrevistado 7 detalhou as dificuldades de falar sobre sexualidade e desejo dissidentes das normas e códigos disciplinares dos grupos armados:

> [...] percebo que não era apenas uma questão de homossexualidade, era uma questão sobre sexualidade. [...] a questão era contra o prazer, contra o desejo. Porque se uma companheira ficasse viúva, imediatamente tinha que buscar um companheiro para que não lhe ocorresse sair sozinha. [...] **Ninguém podia ficar sozinho, sempre tinham que estar em casal. O casal é obrigatório, ponto. Ou seja, e aí já não era apenas uma questão de homossexualidade, mas de toda a sexualidade.** É a questão do desejo e da repressão do desejo e do prazer. Muito cristão isso, muito cristão medieval, digamos também. [...] são todos católicos na formação dos Montoneros (Entrevistado 7. Entrevista 7. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (126 min.), tradução nossa).

O livro de Rapisardi e Modarelli (2001) explora de que maneira homens gays e outras orientações sexuais e identidades de gênero fora da norma heterossexual cisgênero resistiram à ditadura, criaram códigos de comunicação próprios, celebravam a vida e, também, como a homossexualidade em grupos políticos de esquerda era vista como uma ameaça à segurança doméstica. Logo, a denúncia interna contra membros não heterossexuais era uma prática corriqueira entre militantes. Os códigos disciplinares iam além da militância política e adentravam a vida pessoal dos membros dos grupos armados. Conforme Cosse (2017), a escalada da repressão e o terrorismo de Estado fizeram com que os grupos armados enrijecessem os códigos morais e disciplinares:

> [...] foi fortalecido a **disciplina da sexualidade e das relações amorosas** mediante a sanção de **códigos de justiça**. Ambos os códigos penalizavam a infidelidade amorosa e a compreendiam frente à lealdade política em uma resposta naturalizada entre as **atitudes no plano sentimental e no plano da militância** [...] enquanto a repressão implementava um sistema inédito de extermínio que não deixava rastro no corpo de guerrilheiros e guerrilheiras [...] **as organizações, fortemente desmembradas, reforçaram o controle e a coerção sobre seus militantes, imaginando uma semelhança entre a traição política e a suposta 'infidelidade' amorosa** (Cosse, 2017, p. 18, tradução nossa, grifo nosso).

Ao passo que o Entrevistado 7 buscava ir de encontro aos esforços de Montoneros (incluindo-se aqui determinados membros do COSPA) em "promover estereótipos de família heterossexuais, monogâmicos e fiéis" (Slipak, 2023, p. 41, tradução nossa), ele desenvolvia atividades de comunicação e de acolhida com outras pessoas que chegavam no COSPA:

> [...] cada militante tinha uma dupla remuneração. Uma remuneração para o fundo comum da casa. A renda não estava incluída nisso, porque a renda tinha a sua própria parte. Era para o gerenciamento da infraestrutura da casa. E havia uma remuneração pessoal. [...] para se locomover pela rua, bilhetes de ônibus e metrô e essas coisas... [...] Depois comecei a trabalhar [...] em um escritório de contabilidade, fazendo

> praticamente nada. Tomando café e lendo jornais, praticamente era isso que eu fazia. E depois me mandaram para cuidar de uma casa, mas isso durou pouco, e depois disso fui [...] onde foi criada a Casa Montonera, e me levaram diretamente lá. Quando comecei a cuidar de uma casa, comecei a receber uma remuneração dos Montoneros e muito mais quando fui designado para receber pessoas que chegavam da Argentina. [...] tínhamos reuniões, sempre que havia reuniões importantes, digamos, grandes [...] Quando na Casa Montonera foi feita toda a campanha contra a Copa do Mundo [...] muito bem equipada, havia uma gráfica [...] tínhamos de tudo lá naquela casa. [...] Havia outros que vinham para reuniões e eu tinha que recebê-los, levá-los para outro lugar [...] para se dispersarem, mais ou menos isso. E outros que precisavam ser investigados, conversar e ver se cometiam algum erro, se não cometiam, se pareciam suspeitos ou não (Entrevistado 7. Entrevista 7. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (126 min.), tradução nossa).

As próximas quatro entrevistas são com pessoas que estiveram exiladas no México e que, de alguma forma, cruzaram os seus caminhos na CAS e construíram projetos conjuntos. Uma delas é o Entrevistado 8, jornalista e membro fundador da revista *Controversia: para el examen de la realidad argentina*.[136] O Entrevistado 8 também iniciou a sua militância política desde muito jovem. Entre os 15 e 17 anos, participou de grupos políticos juvenis e aos 18 já escrevia para jornais.

Embora tenha participado da CAS, o Entrevistado 8 tinha participado antes de seu exílio no México de grupos armados, como as Forças Argentinas de Libertação (FAL). Entretanto, por não concordar com a posição do COSPA, decidiu integrar a CAS por convite de um amigo. Com o tempo, aprofundou as suas relações na comissão e conseguiu, com o apoio de membros que tinham contato no governo mexicano, regularizar a sua situação migratória:

> Esteban Righi, Noé Jitrik e outros foram até a Secretaria de Governo, no Ministério do Interior, e disseram 'esse equatoriano não é equatoriano, entrou com um passaporte falso porque estava sendo perseguido pelos militares argentinos, ele quer recuperar a sua identidade', e finalmente recuperei a minha identidade lá, graças à intervenção da CAS, recuperei o meu sobrenome, o meu nome, tudo (Entrevistado 8. Entrevista 8. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (212 min.), tradução nossa).

Com outros membros da CAS, o Entrevistado 8 fundou *Controversia* em 1978. Segundo ele, a revista era um mecanismo para revalorizar a democracia e teorizar sobre a sua reconstrução na Argentina. Para ele, a reflexão sobre a construção política de um governo democrático no país exigia distância de experiências que haviam sido derrotadas, como era o caso de grupos armados. A derrota, portanto, foi o pilar estruturante dos debates em *Controversia*. Isso era uma crítica direta aos grupos armados e ao COSPA, os quais nunca

[136] A revista foi um periódico coordenado por exilados, principalmente da CAS, com diversos artigos, resultando em 13 edições entre outubro de 1979 e agosto de 1981, distribuídas na Cidade do México. As publicações da revista permitem visualizar perfis e perspectivas ideológico-políticas de diferentes frentes do exílio argentino no México, especialmente de pessoas não vinculadas à via armada. A revista foi divulgada para grupos de exilados nos EUA e na Europa, além de ser difundida na Argentina (Yankelevich, 2009).

tiveram uma revista feita por seus membros devido à falta, conforme o Entrevistado 8, de pessoas capazes de teorizar e pensar criticamente a realidade política da Argentina.

Segundo Gago (2012), a derrota no exílio era uma perspectiva, um "[...] lugar desde o qual se reexamina em retrospectiva a política das últimas décadas e também o nome de um realismo necessário" (Gago, 2012, p. 16, tradução nossa). A derrota é, portanto, o terreno em que se discutiam as possibilidades do retorno da democracia na revista. Importante sublinhar a circulação internacional da revista ao ter sido difundida além do México e da Argentina, disponível em países da Europa e da América do Sul:

> Essa revista foi muito bem-sucedida. Enviávamos exemplares para a Europa, especialmente para a Espanha. E às vezes recebíamos apoio, pessoas dizendo 'vocês são traidores porque estão criticando a luta armada, os Montoneros, o ERP'. [...] havia um alcance internacional no sentido de chegar aos exilados argentinos, principalmente. Muitos estavam na Espanha, muitos na Venezuela. A Venezuela era um grande centro de acolhimento. Enviávamos para a Venezuela e para a Espanha, e um pouco menos para a Itália, porque havia menos lá. Mas sim, queríamos abrir um debate sobre qual seria o futuro da esquerda [...] (Entrevistado 8. Entrevista 8. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (212 min.), tradução nossa).

Com relação às mobilizações políticas no exílio, chama a atenção a visão do Entrevistado 8 sobre as Malvinas. Diferente da maioria das outras pessoas entrevistadas que falaram sobre o assunto, ele não tinha interesse no tema. Para o Entrevistado 8, as ilhas não eram relevantes para a Argentina e se tratava mais de uma demanda nacionalista, embora reconheça as intensas discussões no exílio sobre apoiar ou não a guerra, uma vez que os militares usaram o evento para tentar mobilizar a população ao seu favor. Tal perspectiva dialoga com a da Entrevistada 2, para a qual a guerra das Malvinas era uma forma de os militares fomentarem um falso nacionalismo:

> Houve manifestações de argentinos perto do consulado, apoiando Malvinas. **Para mim, isso era inconcebível, ou seja, para mim ficava muito claro que era uma manipulação dos militares, eu não acreditava em nada do seu nacionalismo e para mim ficava muito claro que o nacionalismo não era ocupar as Malvinas... nem por nenhum desses atos de guerra que eles gostam tanto. Ou seja, as Malvinas não me emocionaram nem me deram vontade de voltar.** [...] Para mim, em 1983, ainda era muito cedo para retornar. Eu sentia que estava... se eu não me sentia segura, nem confiante em voltar à Argentina... o que tinha acontecido não estava claro para mim. [...] a experiência que tinha vivido me deixou com muito medo, eu não queria me expor novamente, sinceramente, a uma situação assim. Ou seja, em 1983, não pensei em voltar. **Em 1985, muitas pessoas retornaram, talvez fosse em 1985, quando os julgamentos começaram. Pensei mais sobre isso, mas tinha questões pendentes no México na época. Tinha que me formar, estava terminando a graduação, então preferi esperar um pouco**. [...] Em 1987, me apaixonei, e isso mudou algumas coisas, em 1989 quis voltar e, como mencionei, não era o momento [...] o tempo é inexorável (Entrevistada 2. Entrevista 2. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.), tradução nossa).

E se as diferenças existiam internamente na CAS, segundo o Entrevistado 8, era consensual discordar de todas as concepções, estratégias e ações vinculadas às guerrilhas. Um desses exemplos era a *Contraofensiva* de Montoneros:

> Estávamos completamente alheios a qualquer coisa relacionada aos Montoneros. Vimos que, de repente, havia amigos Montoneros que estavam partindo, desaparecendo do México, que de repente não estavam mais lá. E então, logo depois, ficamos sabendo que voltaram à Argentina. E todos, todos dissemos ser uma loucura absoluta, que aquilo era um suicídio coletivo. [...] éramos muito críticos deles, muito críticos da *Contraofensiva*, porque aqueles que estavam retornando, eram muito jovens, com cerca de 20 anos, praticamente adolescentes. Aqueles que davam as ordens para retornar, davam as ordens de Paris, de Roma ou de Havana, mas eles não retornavam. Os líderes ficavam do lado de fora. Eles enviavam os jovens e praticamente todos morreram. Mais de uma centena de jovens morreram naquela *Contraofensiva*. (Entrevistado 8. Entrevista 8. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (212 min.), tradução nossa).

A seguinte entrevista relatada é a do Entrevistado 9, advogado que iniciou a sua carreira acadêmica como estudante na *Universidad Nacional de Córdoba* (UNC) nos anos 1960. Em Córdoba, desenvolveu projetos de pesquisa e esteve envolvido em grupos cristãos da política local. Em 1972, ele começou a sua pós-graduação, uma experiência que mudou a sua perspectiva política, intelectual e ideológica.

Uma das coisas mais importantes para o Entrevistado 9 foi quando, na CAS, os membros decidiram realizar eleições democráticas para escolher a nova diretoria da comissão, uma experiência que não acontecia há muitos anos nos grupos e coletividades na Argentina. Ele se recordou de ter participado de protestos em frente à Embaixada argentina, como durante a Copa do Mundo de 1978. O evento foi uma demonstração do peso político dos exilados em organizar a denúncia contra a ditadura, mas que, segundo ele, existia uma divisão superficial sobre o assunto entre os exilados.

Nas organizações do exílio, existiam pessoas mais conhecidas devido ao seu histórico profissional, atuação política e, também, articulação com atores estatais do governo mexicano. Uma das entrevistas mais esperadas foi com a Entrevistada 10, filha de uma das grandes referências do exílio argentino no México – um exemplo de pessoas cujas memórias não são tão excluídas ou subterrâneas.[137] Antes de se exilar no México, a Entrevistada 10 já tinha uma carreira acadêmica em desenvolvimento na Argentina. Graduada em Ciências da Educação pela UBA, nos anos de 1973 e 1974 assumiu cargos acadêmicos importantes na direção da universidade. Em setembro de 1974, ameaçada durante o governo de Isabel Perón, ela decidiu se exilar no México para evitar a morte, pois estava na lista da *Triple A*.

[137] Ao realizar a entrevista, buscou-se direcionar perguntas para entender quais foram as suas ações, decisões e sentimentos no exílio, no sentido de não apagar a sua própria imagem nesse processo por ser filha de uma pessoa conhecida, mas aprofundar a sua própria experiência.

A Entrevistada 10 não abandonou o seu engajamento e a sua participação em eventos públicos no exílio contra a ditadura. Participou do COSPA, mas também deixou a organização por conta de diferenças com os Montoneros e integrou a CAS. As motivações que resultaram em fortes desavenças com Montoneros não eram meros detalhes; segundo ela, foi ordenada pela organização a parar de escrever e publicar sobre qualquer tema:

> Eu não era Montonera e os meus problemas eram porque me ameaçavam, falavam mal de mim por todos os lados, se metiam muito na vida do meu pai [...] Em 1975, foi a primeira vez que um amigo deles me mandou uma mensagem, que era um companheiro deles, mas que vinha de Buenos Aires. Antes mesmo de fundarem o COSPA, ele me disse que eu havia sido punida, que eu não deveria mais escrever. Foi nesse momento que escrevi o que depois foi a minha dissertação de mestrado, o livro mais difundido [...] assim foi minha saída da Argentina. **Mas destaco que, já no México, eu também era condenada pelos Montoneros, pois eles condenavam aqueles que se exilavam. [...] como eu havia ocupado um cargo destacado como decana da faculdade e também sou filha do meu pai, portanto, portadora de sobrenome, isso os incomodava o triplo que eu tivesse me exilado. [...] eles aplicavam qualquer punição, porque o que eles realmente queriam não era apenas que eu não escrevesse, era algo muito mais grave que prefiro não mencionar.** Ou seja, isso aconteceu com outras pessoas também (Entrevistada 10. Entrevista 10. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.), tradução nossa).

De acordo com ela, a organização havia se militarizado a um ponto muito além de seu aspecto político. Ainda assim, não acatou a ordem dos Montoneros: publicou livros e escreveu artigos na revista *Controversia*.[138] Durante o seu período no exílio, as relações com seu pai não eram boas, devido à divergência de opiniões sobre política e luta armada. Apesar das discussões, sempre tentavam se encontrar. Outro empecilho nessa relação era que, segundo ela, os membros do COSPA não a queriam na casa onde o seu pai vivia, o mesmo lugar onde vários Montoneros se encontravam e compartilhavam o dia com seu "líder".

Segundo a Entrevistada 10, quando visitava o seu pai, para que ele pudesse vê-la e a seus netos, os membros do COSPA não a deixavam entrar na casa, então se encontravam em espaços públicos. Esses momentos eram oportunidades para compartilhar ideias e sentimentos familiares, sem discutir assuntos políticos, pois deixavam o seu pai excessivamente alterado, segundo ela.

Na CAS, ela era uma das poucas mulheres que participavam das reuniões.[139] Outra percepção dela era de que o líder da CAS e o líder do COSPA se odiavam, no entanto, ela conseguiu manter relações amigáveis com o líder da CAS e a sua família. A Entrevistada 10 também participou de um grupo chamado *Reflexivos*, nome pejorativo dado pelos membros do

[138] Para a Entrevistada 10, era difícil publicar na revista, tendo sido uma das poucas mulheres a ter um espaço nos editoriais.
[139] Dentre as quatro mulheres entrevistadas, apenas a Entrevistada 1 não frequentava as reuniões da CAS, pois vivia em outra cidade.

COSPA, mas utilizado estrategicamente pelos membros desse grupo para fortalecer o seu objetivo de pensamento crítico. Quando questionada sobre a sua participação em eventos importantes para a Argentina, apenas se recorda que considerava a Guerra das Malvinas uma empreitada sem sentido, alicerçada em uma soberania nacional que enviou milhares de jovens à morte.

Outra entrevista importante para entender a mobilização política de membros da CAS, as críticas contra a luta armada e as discussões sobre a derrota e os sentidos de democracia foi com o Entrevistado 11. Ele teve uma participação ativa na CAS e como articulista de diversos textos em *Controversia*. Jornalista, escritor e professor universitário, exilou-se no México com a sua ex-esposa em agosto de 1975. A decisão de ir ao México ocorreu, pois, muitas pessoas próximas a ele foram ameaçadas no governo de Isabel Perón.

Para ele, a revista *Controversia* era implicitamente rejeitada pelo COSPA, uma vez que um dos principais objetivos da revista era discutir a derrota do foco guerrilheiro, entendido como o fracasso da luta armada em deter os governos autoritários da Argentina. Na sua perspectiva, a luta armada não fazia sentido, assim como a Contraofensiva montonera, vista por ele como uma loucura. E, segundo o entrevistado, *Controversia* era uma forma de traição aos membros do COSPA, os quais não tinham capacidade intelectual de criticar o que era publicado:

> [...] para o COSPA, a revista *Controversia* era uma espécie de traição, mas era algo que eles não conseguiam enfrentar em termos intelectuais, pois tinham uma grande deficiência nesse aspecto. **Era uma pobreza política deles. Eles estavam em uma posição desfavorável, não tinham como responder, não lançaram uma revista que confrontasse isso, não conseguiram. [...] Como tudo era debatido no México, essa revista também funcionava para eles. Além disso, era uma revista do exílio e também circulava um pouco na Europa, algumas cópias eram enviadas. Foi uma revista muito única em todo o exílio, no sentido de que havia outras publicações, mas esta era a revista mais polêmica, no sentido de que abordava todos os assuntos. Discutia luta armada, democracia. Enquanto outras não o faziam.** Era puramente antiditatorial em termos clássicos. [...] a crítica ao foco guerrilheiro do nosso lado foi absoluta. Além disso, era necessário abandonar isso como tática e estratégia. Era necessário seguir pela via democrática, reformar a sociedade, reformar as instituições armadas, militares... [...] foi uma luta radical (Entrevistado 11. Entrevista 11. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (116 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Conforme o Entrevistado 11, a ala de esquerda do PRI simpatizava com as ações de denúncia dos exilados argentinos contra a ditadura, devido às afinidades com o peronismo de esquerda. Isso permitiu que o mandato de López Portillo se mantivesse sólido, tendo aumentado a proteção ao exílio latino-americano, iniciada no mandato de Echeverría. Em contraposição a essa afirmação, Lastra (2016) aponta as dificuldades dos atores governamentais e não governamentais de países receptores de exilados argentinos durante a ditadura em se identificar

com o peronismo. Houve, portanto, obstáculos para que o exílio dito "peronista" (Lastra, 2016, p. 55), se consolidasse na comunidade internacional e conseguisse, de fato, aderência às agendas de potenciais aliados às atividades de denúncia dos exilados argentinos:

> O peronismo era 'um enigma' para os governos dos países receptores e, em alguns casos, um movimento político que gerava suspeitas. [...] os exilados chilenos e uruguaios conseguiram se identificar imediatamente com os partidos políticos na Europa, pois muitos deles pertenciam a partidos políticos semelhantes; todavia, no caso argentino, isso foi realmente complicado, pois o peronismo não teve uma experiência equivalente nos países nos quais os exilados se destinaram, o que dificultou a solidariedade dos partidos políticos e outros atores em escala internacional (Lastra, 2016, p. 56, tradução nossa).

Para o Entrevistado 11, embora o México fosse solidário aos exilados, as relações diplomáticas Argentina-México eram distantes em questões econômicas e permaneceram ativas na área política e cultural, como o futebol e o cinema:

> Não havia relação, as relações eram muito distantes. [...] **eram relações políticas, não havia relações econômicas, simplesmente não havia. E, claro, não havia relações turísticas também, isso veio muito depois.** Portanto, não existia esse tipo de vínculo. Não havia. Para o México não era difícil, não havia necessidade de preservar um interesse econômico, as relações estavam lá, era uma ideia de América Latina e López Portillo a executou de uma certa maneira, então não havia custo econômico, não havia custo de forma alguma. E também não havia muito turismo ou algo do tipo. A conexão mais forte [...] era o futebol. Porque muitos jogadores argentinos iam jogar no México, inclusive também tiveram um grande sucesso. E, depois, alguns desses jogadores ficavam, abriam restaurantes argentinos, vendiam carne (a carne mexicana preparada ao estilo argentino) [...] muitos atores atuavam no cinema argentino, e muitos atuavam no cinema mexicano. [...] no México, então essa era a conexão. Um mundo mítico de cinema e futebol (Entrevistado 11. Entrevista 11. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (116 min.), tradução nossa, grifo nosso).[140]

Um dos aspectos importantes da entrevista é que o Entrevistado 11 era e ainda é amigo de Juan Manuel Abal Medina, exilado na Embaixada mexicana durante seis anos até que pôde sair por salvo-conduto do governo argentino em 1982. Durante o seu exílio, o Entrevistado 11 se comunicou com Abal Medina por cartas que chegavam à representação diplomática mexicana. Quando Abal Medina conseguiu o salvo-conduto, ele e o Entrevistado 11 participaram de atos políticos na Cidade do México. Para o Entrevistado 11, por parte do México, a manutenção das relações diplomáticas se deu devido à permanência dos exilados na Embaixada mexicana, especialmente a do ex-presidente Cámpora. Segundo ele, era uma expressão da política externa do México:

> Acredito que para expressar uma política, a política do México, derivada da política externa, originada por Benito Juárez, tanto para as pessoas quanto para as relações de

[140] As informações do Entrevistado 11 não condizem com os documentos analisados oriundos da Embaixada mexicana, vistos no segundo capítulo e, também, com a documentação da Embaixada argentina, analisada no quarto e último capítulo. Na realidade, existiam sim relações econômicas, mesmo que diminutas quando comparadas às tratativas políticas entre os dois países. Os custos políticos e econômicos também estão entrelaçados: as dificuldades políticas influem nas decisões econômicas e vice-versa.

> respeito ao direito alheio, a paz era o princípio. **E, em seguida, a política externa do governo mexicano sempre foi muito firme em relação aos Estados Unidos. Esse é o ponto central. E por se oporem aos Estados Unidos, eles também tinham uma visão muito latino-americanista, algo que a Revolução Mexicana estabeleceu.** Essa política [...] transformou-se no governo de Echeverría e López Portillo em uma exaltação da política latino-americanista que, ao mesmo tempo, opunha-se à política do grande irmão norte-americano e à noção de quintal dos Estados Unidos. Nesse sentido, o México dizia: 'Bem, esta é a nossa política, [...] ser solidários com os latino-americanos que lutam pelos mesmos ideais'. Se o PRI começasse a se identificar muito com o peronismo argentino… Eles enxergavam as lutas democráticas na Argentina como uma extensão desses movimentos nacionais e populares. **No entanto, isso não era apenas uma questão de imagem, mas sim uma questão de convicção, acredito. Havia uma convicção mexicana muito voltada ao latino-americanismo e isso era expresso em todos os lugares** (Entrevistado 11. Entrevista 11. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (116 min.), tradução nossa, grifo nosso).

O Entrevistado 11 trouxe pontos relevantes para entender a política externa mexicana mais além de suas relações diplomáticas com a América Central e a América do Sul ao colocar no centro da discussão a relevância dos EUA em tratativas e negociações sobre a agenda de direitos humanos na comunidade internacional. Como visto, a década de 1970 foi um momento em que os EUA impulsionam a chamada política externa de direitos humanos com reviravoltas entre o governo de Jimmy Carter e, posteriormente, Reagan (Lisińska, 2019; Schmidli, 2013; Skidmore, 1993). Para o Entrevistado 11, a posição de Carter favorecia a mobilização dos exilados:

> **[...] tudo que envolvia Carter e a questão dos direitos humanos nos favorecia.** [...] O imperialismo ainda era o imperialismo, mas, ao mesmo tempo, devido às lutas populares na América Latina, não tinha outra opção senão tentar moderar essas ditaduras. Essa era um pouco a interpretação, grosseira, tosca do fenômeno. Não houve aprofundamento. O que acontece é que naquele momento, lembre que, ao mesmo tempo, havia o fenômeno do eurocomunismo, o fenômeno da social-democracia que estava avançando, então **parecia estarmos em um mundo de direitos humanos**, eurocomunismo... [...] **Havia simpatias em setores do exílio pelo tema do eurocomunismo e da social-democracia, como estava avançando na Europa. [...] Quando Reagan assumiu, vimos que havia algo diferente.** Parecia que a questão dos direitos humanos havia desaparecido, mas desapareceu em um sentido e depois os Estados Unidos a trouxeram de volta de uma forma diferente [...] **Mas simpatizávamos com isso, porque os Estados Unidos estavam pressionando a ditadura e isso ajudou algumas pessoas a saírem do país, a saírem da prisão.** [...] Era positivo que Carter fizesse tudo isso. E como os mexicanos dizem, ele estava incomodando a ditadura, então que seja bem-vindo (Entrevistado 11. Entrevista 11. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (116 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Além das discussões sobre direitos humanos que começavam a aumentar no exílio, as questões que envolviam o retorno da democracia também avançavam. Para o Entrevistado 11, o seu engajamento esteve voltado à justiça social e ao debate sobre o tipo de democracia que deveria ser construída após a derrubada da ditadura:

> [...] como peronista, o meu valor era a justiça social. Esse era o assunto, a justiça social. Ainda acredito que isso é um tópico fundamental. **Os direitos humanos são uma ampliação das liberdades que às vezes [...] são básicas [...] Se não houver**

> **justiça social [...] tudo desmorona [...] Liberdade política, liberdade de imprensa... [...] eu reivindicava muito isso. Especialmente no México, o setor que estava na CAS valorizou muito, começamos a valorizar muito a profundidade do processo democrático.** Dizíamos: 'Não, temos que trabalhar pela democracia'. Então houve discussões sobre qual tipo de democracia, democracia social, e assim por diante. A questão de reivindicar a democracia foi muito importante. Tanto que na organização interna da CAS, quando renovamos uma das diretorias, dissemos: 'Não, não faremos uma assembleia, faremos uma eleição' (Entrevistado 11. Entrevista 11. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (116 min.), tradução nossa, grifo nosso).

E, enquanto jornalista no México, participou de reuniões e ações de denúncia das atrocidades na Argentina, bem como obter o apoio de atores no México e em outros países:

> Havia uma reunião de grupos, onde estava a CAS, o COSPA, a CADHU, para realizar ações conjuntas no México. E as realizavam, sem problemas. Eu não participava muito dessas reuniões, mas estava a par de tudo o que estava sendo feito. Era como uma lógica. **Nos reuníamos, íamos ao 'colégio' de direitos humanos, pedíamos a libertação dos presos e a saída da Argentina, que os desaparecidos aparecessem, bem... Lutávamos pelos que estavam na embaixada... Essa era a nossa lógica, escrevíamos artigos jornalísticos, fazíamos denúncias, pedíamos aos mexicanos que fizessem reivindicações. Tudo isso era a ação diária realizada com muita facilidade no México, com muito apoio do governo que permitia isso, porque tudo isso incluía também Cámpora, Abal Medina, aqueles que estavam na embaixada e todo o conjunto. Era parte da luta, da política externa mexicana.** E o nosso objetivo era lutar juntos para garantir a aplicação imediata de medidas relacionadas aos direitos humanos para tirar pessoas da prisão e retirá-las da Argentina. Depois havia diferenças sobre o que fazer com a Copa do Mundo, se fazer uma campanha contra ou não, aí vinham outras discussões. Os Montoneros iam e lançavam um míssil... um foguete no prédio do governo durante a Copa do Mundo e nós dizíamos 'eles estão loucos, com isso não vão conseguir nada, pelo contrário'. [...] era uma visão de como a luta deveria acontecer na Argentina. E, em geral, os setores que estavam na CAS apoiavam a luta dos organismos de direitos humanos e todas as lutas sindicais. Essas eram lideradas pelo peronismo. E também qualquer luta política, os que diziam 'não, é preciso convocar eleições'. [...] Apoiamos tudo isso. E não concordávamos com as ações armadas dos Montoneros, considerávamos que elas eram totalmente contraproducentes, porque fortaleciam a ditadura (Entrevistado 11. Entrevista 11. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (116 min.), tradução nossa, grifo nosso).

As diferenças entre a CAS e o COSPA eram notórias, embora existissem pontos de convergência como a liberação de presos políticos, a denúncia dos sequestros e das torturas. A forma pela qual a luta contra a ditadura deveria ser realizada era diferente entre as organizações e, para o governo mexicano, não havia diferença de trato com os grupos de exilados:

> A Secretaria de Governo, que era a responsável por isso com o Ministério do Interior, mantinha relações com todos, com igualdade para todos. [...] E como sabíamos disso, também não iríamos nos confrontar. Nem ninguém, pelo menos da nossa parte, jamais quisemos desqualificar o outro grupo. Fazíamos a nossa parte, eles pediam que uma determinada quantidade de pessoas entrasse no país, concordávamos. E eles também não interferiam. Havia, sim, disputa sobre o que estava ocorrendo na Argentina, mas não sobre o que estava acontecendo no México. [...] Denunciar a ditadura era rejeitar o governo militar, questionar as suas prisões, eram coisas que para o público mexicano, em geral, não havia diferenças. (Entrevistado 11. Entrevista 11. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (116 min.), tradução nossa).

Em 1984, o Entrevistado 11 regressou à Argentina e voltou a exercer as suas atividades como jornalista, escritor e docente universitário. A questão das Malvinas foi uma de suas motivações para voltar:

> As coisas começaram a se abrir com as Malvinas. [...] a ditadura começou a ruir e algumas pessoas voltaram antes das eleições. Eu estava esperando por isso, e quando ocorreu a eleição, então pudemos ir. Voltamos [...] quatro dias depois de Alfonsín assumir. [...] Tomamos a decisão de voltar e vendemos uma casa no México e eu também tinha uma parte de uma herança de uma casa do meu pai. Voltei em junho de 1984, compramos um apartamento e voltamos a Buenos Aires em dezembro de 1984, diretamente para aquela casa que comprei em junho (Entrevistado 11. Entrevista 11. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (116 min.), tradução nossa).

A percepção das pessoas entrevistadas que faziam parte da CAS limitou o potencial político das atividades realizadas pelo COSPA. Nos documentos do *Fondo Carlos González Gartland* do *Archivo Nacional de la Memoria* (AR-ANM-CGG), ao fim de 1983, o COSPA fez um compilado de todas as atividades que desenvolveu no exílio ao longo dos anos da ditadura. Em um pronunciamento do COSPA, em janeiro 1983, a organização se posicionou sobre o retorno do exílio argentino e declarou o fim de suas atividades.

O exílio foi colocado como um "[...] prolongamento, no exterior, de nosso compromisso militante" (AR-ANM-CGG, Caja 19, p. 20, tradução nossa). Dentre essas atividades de militância que o COSPA desenvolveu foi a "[...] firme e profunda relação mantida com o povo do México, o seu governo e as suas organizações populares, democráticas e revolucionárias que com tanta generosidade apoiaram o nosso esforço". Importante também destacar, aqui, as diversas mobilizações políticas que o grupo realizou nesses diversos níveis, como assinalado pelo documento:

> com particular destaque às gestões do COSPA frente a governos, instituições religiosas, partidos políticos e organismos internacionais pela situação dos presos-desaparecidos na Argentina e para que se exigisse com tirania o aparecimento com vida das vítimas do terrorismo de Estado; também foram entrevistados e entregue documentação sobre violações de direitos humanos para a Comissão da OEA, que visitaria a Argentina em setembro de 1979; da mesma maneira, o COSPA também participou na organização e celebração do Congresso Mundial do Exílio Argentino em Nova Iorque em 1979; foi incessante a atividade de nosso Comitê pela liberdade e melhoria das condições das prisões de presos políticos argentinos; foram impulsionadas campanhas pela outorga de salvo-condutos aos companheiros Héctor Cámpora e Juan Manuel Abal Medina (AR-ANM-CGG, Caja 19, p. 20, tradução nossa).

Outra profissão que marcou os exílios no México foi a área da Psicologia. O Entrevistado 12, psicólogo, trouxe outra perspectiva à pesquisa a partir dos elementos de sua profissão. Tal qual outras pessoas, desde a juventude, ele fez parte de grupos como o Partido Comunista Revolucionário e o PRT-ERP. Aos 20 anos, exilou-se em Paris em janeiro de 1975, com a sua companheira da época.

Ao chegar ao México no fim de 1976, continuou com os seus estudos em Psicologia até se graduar na área, além de permanecer na militância política. Participou como integrante do COSPA até que membros do PRT-ERP deixaram o grupo e, assim, passou a ser membro da CAS e de um grupo chamado Trabalhadores da Saúde Mental de Argentinos no México, o qual desenvolvia atividades sobre saúde mental com pessoas exiladas no México.[141] Ele ainda trabalhou na CADHU que, segundo ele, ajudou não somente no atendimento psicológico no sofrimento de pessoas que haviam passado por experiências de violência, mas também na identificação dos métodos de tortura utilizados pelos militares:

> Este grupo era chamado de Trabalhadores da Saúde Mental de Argentinos no México. Foi decidido que esses depoimentos passariam por uma análise por parte dos trabalhadores da saúde mental. Foi formado dentro deste grupo [...] com pelo menos 30, 40 pessoas, um pequeno grupo para ler esses depoimentos, e eu estava nesse pequeno grupo, pois éramos oito ou nove pessoas que lemos e depois fizemos alguns comentários sobre o que havíamos lido. [...] **Eu tinha a suspeita, a conjectura, lendo esses depoimentos ou ouvindo quando eram lidos em voz alta, especialmente no que se referia aos depoimentos, relatos de tortura, que havia algo no método, na forma como a tortura era conduzida, que havia uma estratégia, um plano, e que nesse plano, de uma forma ou de outra, os trabalhadores da saúde mental tiveram que estar envolvidos.** Sejam psicólogos, psicanalistas [...] (Entrevistado 12. Entrevista 12. [out. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (124 min.), tradução nossa).

Com relação à temática da saúde mental, conforme os documentos do ANM, há registro de atividades do COSPA nessa área. Em 1979, o COSPA publicou um documento produzido pela equipe de saúde mental de sua Secretaria de Estudos e Investigação que discutiu sobre a tortura, a psicologia e a política. A relevância da temática da saúde mental e exílio se faz presente ainda durante os anos da ditadura e reverbera até a atualidade no que algumas pessoas entrevistadas chamaram de "fase pós-exílio".[142]

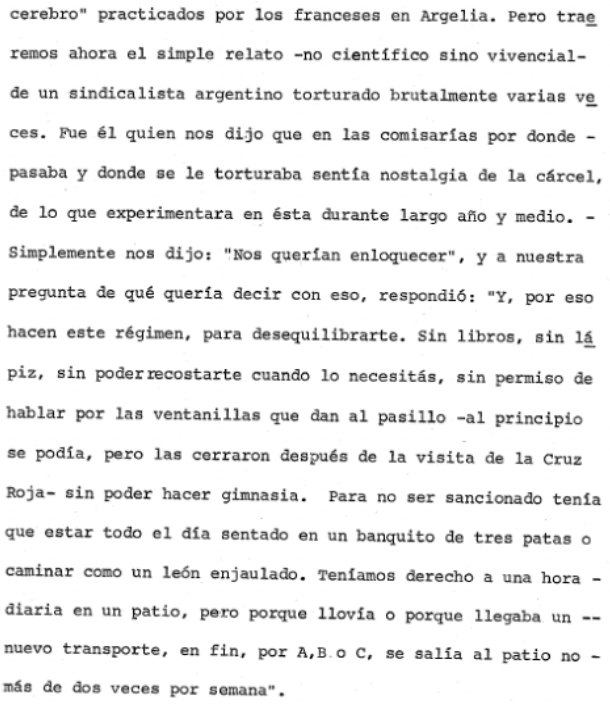
Sublinha-se a seguinte frase da análise da equipe de saúde mental que, como se pode observar nas entrevistas desta pesquisa, passaram também no corpo daquelas que se exilaram: "Em todas essas 'condutas' a violência da realidade não pôde ser processada por meio da compreensão do contexto político e com intenções de conter a atividade, mas incorporada e dirigida contra o próprio corpo, a própria mente, ou ambas" (AR-ANM-CGG, Caja 19, p. 595,

[141] Também conhecido como *Trabajadores de la Salud Mental* (TSM), o grupo, constituído de psicoterapeutas argentinos exilados no México, trabalhou inicialmente com argentinos que deixaram a Argentina ainda no governo de Isabel Perón e que depois passou a atender exilados de outras nacionalidades devido a perseguições políticas, torturas e das consequências próprias do deslocamento forçado (Yankelevich, 2009).

[142] O objetivo era alertar sobre as consequências psíquicas da tortura física e moral que a ditadura militar argentina aplicava a seus "reféns", os presos políticos, mas que se estende também às consequências mesmas do exílio. Dentre os resultados corpóreos das torturas e da prisão, destaca-se a negação dos próprios presos de saírem ao recreio semanal, as atitudes violentas contra companheiros que também estavam presos e aos carcerários, alterações psicossomáticas, quadros neuróticos e psicóticos, angústia, insônia, crises histéricas, alteração corporal, episódios depressivos, crises de perseguição e esquizofrenia.

tradução nossa). Um exemplo que pode ser de um homem argentino que decidiu sair da prisão na Argentina pelo direito de opção segue a seguir, conforme a figura 10:

Figura 10 – Relato de pessoa sobre condições nas prisões durante a ditadura

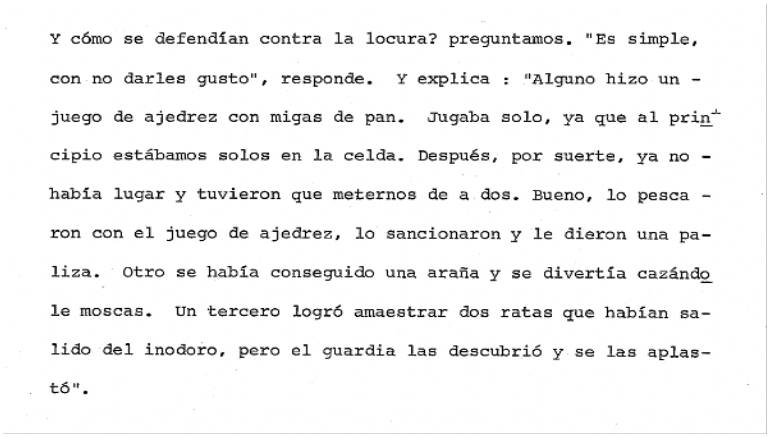


cerebro" practicados por los franceses en Argelia. Pero traeremos ahora el simple relato -no científico sino vivencial- de un sindicalista argentino torturado brutalmente varias veces. Fue él quien nos dijo que en las comisarías por donde - pasaba y donde se le torturaba sentía nostalgia de la cárcel, de lo que experimentara en ésta durante largo año y medio. - Simplemente nos dijo: "Nos querían enloquecer", y a nuestra pregunta de qué quería decir con eso, respondió: "Y, por eso hacen este régimen, para desequilibrarte. Sin libros, sin lápiz, sin poder recostarte cuando lo necesitás, sin permiso de hablar por las ventanillas que dan al pasillo -al principio se podía, pero las cerraron después de la visita de la Cruz Roja- sin poder hacer gimnasia. Para no ser sancionado tenía que estar todo el día sentado en un banquito de tres patas o caminar como un león enjaulado. Teníamos derecho a una hora - diaria en un patio, pero porque llovía o porque llegaba un -- nuevo transporte, en fin, por A,B o C, se salía al patio no - más de dos veces por semana".

Fonte: Fondo Carlos González Gartland. Archivo Nacional de la Memoria. AR-ANM-CGG.

Para resistir a tamanha violência psicológica, as estratégias de sobrevivência eram várias, como jogar xadrez com migalhas de pão e adestrar ratos nas celas:

Figura 11 – Relato de pessoa que havia estado presa na ditadura para resistir às violências carcerárias



Y cómo se defendían contra la locura? preguntamos. "Es simple, con no darles gusto", responde. Y explica : "Alguno hizo un - juego de ajedrez con migas de pan. Jugaba solo, ya que al principio estábamos solos en la celda. Después, por suerte, ya no - había lugar y tuvieron que meternos de a dos. Bueno, lo pescaron con el juego de ajedrez, lo sancionaron y le dieron una paliza. Otro se había conseguido una araña y se divertía cazándole moscas. Un tercero logró amaestrar dos ratas que habían salido del inodoro, pero el guardia las descubrió y se las aplastó".

Fonte: Fondo Carlos González Gartland. Archivo Nacional de la Memoria. AR-ANM-CGG.

As atividades do Entrevistado 12 na CAS estavam concentradas em participar de reuniões para discutir questões políticas. Quando estava no COSPA, as suas primeiras recordações sobre a organização remontaram a um espaço para acolhida, moradia temporária, alimentação, auxílio na busca por emprego e para o exercício de uma vida social e cultural no exílio. Ou seja, embora a CAS fosse muito mais intelectualizada, o COSPA desenvolvia diversas ações de proteção e integração no México. Em certo momento, o Entrevistado 12 entra em contradição ao dizer que os membros do COSPA realizavam ações, mas não eram políticas. Questiona-se: as atividades de proteção e integração não eram em si mesmas ações políticas que representavam a situação na Argentina? Segundo ele:

> No COSPA, não se fazia nada, depois cada organização fora disso era como uma casa. **Era uma casa onde havia pessoas vivendo, uma referência, um lugar para encontrar outros... As pessoas estavam buscando trabalho... Quero dizer, a atividade política [...] era pontual. Era apoiar algumas pessoas, e o restante das pessoas tinha que ver onde iria morar, como iria se alimentar, conseguir um emprego, se organizar... Alguns chegavam com crianças pequenas.** Sabia-se que a volta não estava ao virar da esquina... Em seis meses voltaremos. Não, era preciso se estabelecer lá, e as pessoas foram se instalando. Alugando uma casa, arrumando um emprego. **A atividade política de forma contínua e permanente [...] isso era conduzido apenas por algumas pessoas que eram militantes... Incansáveis, poderia dizer.** [...] A chegada ao México aconteceu... Ou a traumática saída de Montoneros ocorreu antes do exílio. [...] já no exílio havia uma contradição entre os próprios militantes, entre aqueles que continuavam com o fervor revolucionário enraizado no corpo e aqueles que haviam enraizado no corpo a derrota e a morte dos companheiros. E isso obviamente gerava tensões e perspectivas muito diferentes (Entrevistado 12. Entrevista 12. [out. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (124 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Em contrapartida, para ele, o COSPA era um ambiente de total obediência e sem lugar para o pensamento e o questionamento, com uma hierarquia e ordens a serem cumpridas como elementos estruturais. Embora com esses problemas, não se pode compreender o grupo sem considerar as suas ações de solidariedade. De acordo com Yankelevich (2009),

> [...] no âmbito da solidariedade, o COSPA desempenhou as suas ações em distintas áreas [...] busca de alojamento para recém-chegados [...] a Casa Argentina era um ponto de encontro e de reinserção na vida ativa da militância política [...] ajudar a obter a legalidade migratória [...] Rodolfo Puiggrós assinou centenas de cartas de apresentação às autoridades da Secretaria de Governação [...] organização de atividades para crianças e adolescentes exilados [...] apoio terapêutico a vítimas de repressão (Yankelevich, 2009, p. 122-123, tradução nossa).

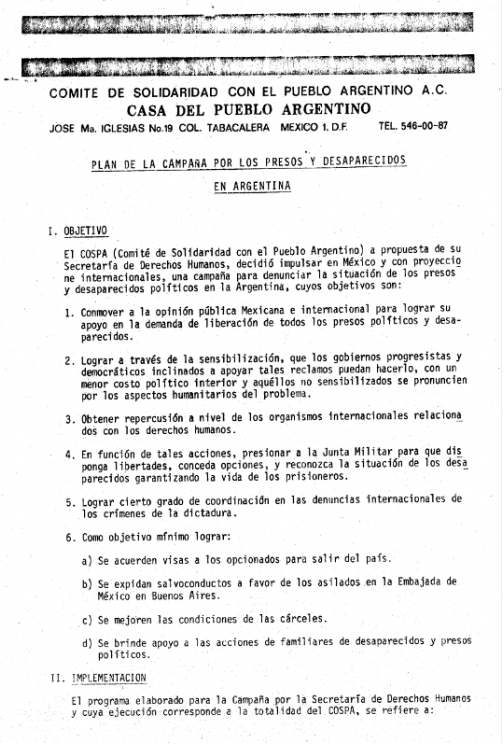
A despeito das recordações contraditórias do Entrevistado 12, o COSPA realizou ações de denúncia e solidariedade com outros exilados. Duas ações desenvolvidas pelo grupo merecem destaque, a primeira trata sobre uma campanha pelos direitos das pessoas presas e desaparecidas em 1978 e, a segunda, sobre a sua mobilização para compartilhar informações à CIDH da OEA (prestes a realizar a sua visita em setembro de 1979 na Argentina).

No primeiro ato, o COSPA divulgou o seu plano de campanha pelos presos e desaparecidos na Argentina, com execução no México e outros países, elaborado em novembro e para ocorrer até a metade de dezembro de 1978. O documento ilustra os distintos instrumentos que o grupo utilizou para se organizar na denúncia contra as violações que as pessoas na Argentina estavam passando. [143] Destacam-se, por exemplo, os seguintes objetivos da campanha:

> [...] 1. Comover a opinião pública mexicana e internacional para conseguir o seu apoio na demanda de liberação de todos os presos políticos e desaparecidos. 2. Conseguir, por meio de sensibilização, que os governos progressistas e democráticos inclinados a apoiar tais demandas possam fazê-la, com o menor custo político doméstico e àqueles não sensibilizados se pronunciem pelos aspectos humanitários do problema. 3. Obter repercussão ao nível dos organismos internacionais relacionados aos direitos humanos. 4. Em função dessas ações, pressionar a Junta Militar para dispor liberdades, que conceda opções e reconheça a situação dos desaparecidos, garantindo a vida dos prisioneiros. 5. Conseguir certo grau de coordenação nas denúncias internacionais dos crimes da ditadura (AR-ANM-CGG, Caja 19, p. 889, tradução nossa).

Um extrato do documento de campanha pode ser visto abaixo na figura 12:

Figura 12 – Documento de campanha do COSPA para denunciar as violações dos direitos das pessoas presas e desaparecidas na Argentina



COMITE DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO ARGENTINO A.C.
CASA DEL PUEBLO ARGENTINO
JOSE Ma. IGLESIAS No.19 COL. TABACALERA MEXICO 1. D.F. TEL. 546-00-87

PLAN DE LA CAMPAÑA POR LOS PRESOS Y DESAPARECIDOS
EN ARGENTINA

I. OBJETIVO

El COSPA (Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino) a propuesta de su Secretaría de Derechos Humanos, decidió impulsar en México y con proyección internacionales, una campaña para denunciar la situación de los presos y desaparecidos políticos en la Argentina, cuyos objetivos son:

1. Conmover a la opinión pública Mexicana e internacional para lograr su apoyo en la demanda de liberación de todos los presos políticos y desaparecidos.
2. Lograr a través de la sensibilización, que los gobiernos progresistas y democráticos inclinados a apoyar tales reclamos puedan hacerlo, con un menor costo político interior y aquéllos no sensibilizados se pronuncien por los aspectos humanitarios del problema.
3. Obtener repercusión a nivel de los organismos internacionales relacionados con los derechos humanos.
4. En función de tales acciones, presionar a la Junta Militar para que disponga libertades, conceda opciones, y reconozca la situación de los desaparecidos garantizando la vida de los prisioneros.
5. Lograr cierto grado de coordinación en las denuncias internacionales de los crímenes de la dictadura.
6. Como objetivo mínimo lograr:
   a) Se acuerden visas a los opcionados para salir del país.
   b) Se expidan salvoconductos a favor de los asilados en la Embajada de México en Buenos Aires.
   c) Se mejoren las condiciones de las cárceles.
   d) Se brinde apoyo a las acciones de familiares de desaparecidos y presos políticos.

II. IMPLEMENTACION

El programa elaborado para la Campaña por la Secretaría de Derechos Humanos y cuya ejecución corresponde a la totalidad del COSPA, se refiere a:

Fonte: Fondo Carlos González Gartland. Archivo Nacional de la Memoria. AR-ANM-CGG.

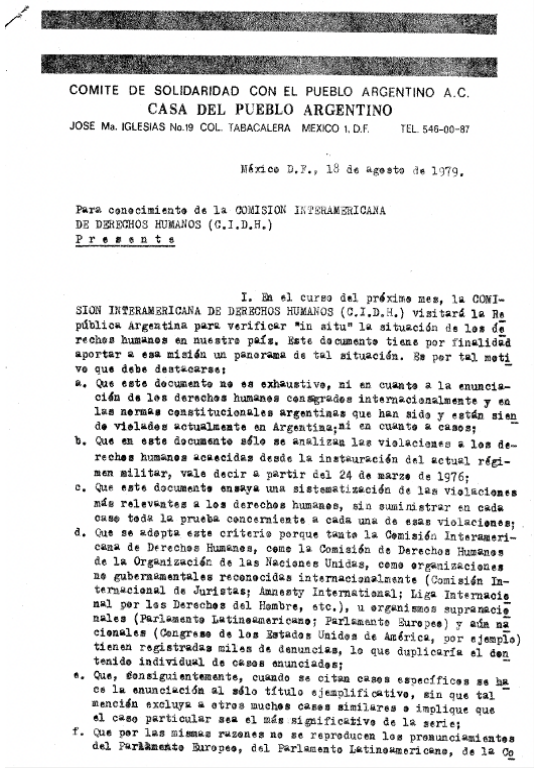
143 O COSPA elaborou panfletos, disseminou palavras de ordem (por exemplo, *Por la libertad de todos los presos y desaparecidos políticos, fuera la dictadura militar argentin*a) e compartilhou as suas ações e reflexões na imprensa, na rádio e na televisão. As informações eram enviadas a diversos organismos e grupos, como instituições religiosas, universitárias e culturais do México, outros grupos de exilados argentinos no mundo, até mesmo organizações internacionais como a ONU e a OEA.

Em 1978, o grupo também se preparou para estar presente nos preparativos para a visita da CIDH na Argentina em 1979. Um dos pontos estratégicos da campanha era, assim,

> [...] dirigir-se à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para sensibilizá-la sobre a situação, em vista de sua próxima visita à Argentina. Nesse sentido, é prioritário registrar em um documento especial maiores detalhes sobre os campos de concentração e as 'unidades de reeducação', para solicitar que visitem esses lugares (AR-ANM-CGG, Caja 19, p. 889, tradução nossa).

Sobre a divulgação de informações à CIDH, o COSPA afirmou que uma de suas principais ações no exílio era a denúncia das atrocidades cometidas pela ditadura. Para tanto, a organização teria encaminhado à CIDH, em agosto de 1979, um documento com informações sobre o tema para fornecer à futura visita do órgão à Argentina um quadro da situação dos direitos humanos (desaparecimento de pessoas, situação de presos políticos, liberdade de imprensa, assassinatos, centros clandestinos de detenção – chamados, à época, de campos de concentração) no país:[144]

Figura 13 – Informações do COSPA direcionadas à CIDH da OEA



COMITE DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO ARGENTINO A.C.
CASA DEL PUEBLO ARGENTINO
JOSE Ma. IGLESIAS No.19 COL. TABACALERA MEXICO 1, D.F. TEL. 546-00-87

México D.F., 18 de agosto de 1979.

Para conocimiento de la COMISION INTERAMERICANA
DE DERECHOS HUMANOS (C.I.D.H.)
P r e s e n t e

I. En el curso del próximo mes, la COMISION INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (C.I.D.H.) visitará la República Argentina para verificar "in situ" la situación de los derechos humanos en nuestro país. Este documento tiene por finalidad aportar a esa misión un panorama de tal situación. Es por tal motivo que debe destacarse:

a. Que este documento no es exhaustivo, ni en cuanto a la enunciación de los derechos humanos consagrados internacionalmente y en las normas constitucionales argentinas que han sido y están siendo violados actualmente en Argentina, ni en cuanto a casos;
b. Que en este documento sólo se analizan las violaciones a los derechos humanos acaecidas desde la instauración del actual régimen militar, vale decir a partir del 24 de marzo de 1976;
c. Que este documento ensaya una sistematización de las violaciones más relevantes a los derechos humanos, sin suministrar en cada caso toda la prueba concerniente a cada una de esas violaciones;
d. Que se adopta este criterio porque tanto la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, como la Comisión de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas, como organizaciones no gubernamentales reconocidas internacionalmente (Comisión Internacional de Juristas; Amnesty International; Liga Internacional por los Derechos del Hombre, etc.), u organismos supranacionales (Parlamento Latinoamericano; Parlamento Europeo) y aún nacionales (Congreso de los Estados Unidos de América, por ejemplo) tienen registradas miles de denuncias, lo que duplicaría el contenido individual de casos enunciados;
e. Que, consiguientemente, cuando se citan casos específicos se hace la enunciación al sólo título ejemplificativo, sin que tal mención excluya a otros muchos casos similares o implique que el caso particular sea el más significativo de la serie;
f. Que por las mismas razones no se reproducen los pronunciamientos del Parlamento Europeo, del Parlamento Latinoamericano, de la Co

Fonte: Fondo Carlos González Gartland. Archivo Nacional de la Memoria. AR-ANM-CGG.

144 O COSPA finaliza o documento com a exigência de que as Forças Armadas sejam responsabilizadas pelas ações que cometeram dos diversos crimes de lesa-humanidade. Percebe-se que, a despeito das pessoas entrevistadas que fizeram parte da CAS terem pontuado que o COSPA era menos intelectual e, por vezes, sem capacidade de refletir teoricamente sobre as questões da realidade política argentina, o grupo participou de diversos eventos e mobilizações relevantes no exílio contra a ditadura, tendo produzido relações e discussões tão fundamentais quanto àquelas de análise da CAS.

No COSPA, também eram realizadas atividades de discussão política. Líderes políticos de vários países que estavam sob governos militares se reuniram nas dependências da organização para debates sobre a realidade latino-americana e prestar homenagens a personalidades referências na resistência contra a repressão (Yankelevich, 2009).

Em continuidade às atividades de denúncia dos exilados, o Entrevistado 12 comentou que, na década de 1980, em seus dois últimos anos no exílio no México, viveu de 1982 a 1984 no interior do país em um povoado chamado Tepoztlán. Mesmo fora da capital, ia à Cidade do México a trabalho e participava de reuniões na CAS. Em um desses encontros, o Entrevistado 12 recordou sobre as calorosas discussões sobre a Guerra das Malvinas, considerada por ele como um erro político:

> Eu já tinha me formado como psicólogo, comecei a trabalhar [...] alguns dias na Cidade do México, mas morava nesta casinha na montanha. [...] tudo isso já era uma questão além do envolvimento com o partido político e estava ligado à CAS, um momento mais cultural e participando de forma mais ativa em alguns momentos pontuais. Um desses momentos foi o que você mencionou, as assembleias no exílio argentino durante a Guerra das Malvinas. **Houve uma discussão no exílio sobre essa guerra, e bem, o exílio se dividiu entre aqueles que acreditavam que deveríamos apoiar a guerra e aqueles que acreditavam que não deveríamos. Era completamente delirante, um absurdo, um erro político completo apoiar essa guerra.** Eu estava entre aqueles que consideravam ser um erro absoluto, quase uma posição política imperdoável (Entrevistado 12. Entrevista 12. [out. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (124 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Mais um exemplo de ações do COSPA provém do testemunho do Entrevistado 13, o qual possuía um cargo mais importante nessa organização, além de ter auxiliado o grupo em questões jurídicas, políticas e educacionais. Ele chegou ao México em 1974 como *opcionado*, após sair da prisão que estava na Argentina.[145] Formado em Direito, atuou como advogado em distintas demandas que surgiram durante o seu exílio no México com pessoas que precisavam de assistência jurídica. Também trabalhou como escritor de matérias em jornais mexicanos, com foco em notícias de denúncias sobre a repressão na Argentina, além de ter sido professor universitário na *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM).[146]

---

[145] O Entrevistado 13 foi preso em 1974 durante o governo de Isabel Perón. Depois, no México, reencontrou-se com a sua família, esposa e filha de um ano e dois meses.

[146] Isso demonstra que a variável de ocupação profissional é importante para compreender o tipo de migração que se quer analisar, nesse caso em especial, a dos exilados políticos, além dos efeitos nocivos que o programa econômico da ditadura causou na vida de milhares de argentinos. As divergências internas na Junta Militar tiveram impacto na economia, visto que uma parte dela criticava as políticas econômicas de José Alfredo Martínez de Hoz (Ministro da Economia no governo de Videla). Além disso, os militares estavam preocupados em garantir que as políticas econômicas atendessem às necessidades da população, como a manutenção de empregos e a prevenção da queda da renda, embora não estivessem dispostos e preocupados em manter os canais de diálogo com os setores sociais (Romero, L. A., 2002). A ditadura abriu o mercado argentino ao mercado financeiro internacional de maneira indiscriminada e que pelas políticas econômicas adotadas, aumentou a instabilidade do país, resultou na queda no poder de compra da população, no aumento da especulação financeira, na diminuição da demanda externa e na diminuição do mercado interno. Isso tudo sem desconsiderar o crescimento da dívida externa da Argentina,

Uma de suas primeiras reflexões sobre o exílio tratou da política mexicana. O Entrevistado 13 fez uma análise sobre a história mexicana a partir de seus elementos étnicos, raciais, políticos e sociais. Nesse contexto, afirmou que o período do exílio argentino no México, durante a ditadura argentina, foi governado por um PRI que poderia ser comparado com o peronismo argentino em seus aspectos de justiça social. A sua perspectiva demarca as possibilidades de manutenção de vínculos e apoios com o México que os exilados poderiam obter para denunciar as atrocidades da ditadura, além de disputar com os militares ao nível internacional a veracidade sobre a realidade na Argentina:

> O período no qual estivemos no México foi o período do PRI, daquele PRI que, em alguns aspectos, podia ser comparado ao peronismo [...] o da justiça social. [...] Havia certo grau de soberania política, não era total, o sempre poderoso, os Estados Unidos da América impunham condições, mas havia uma forte impressão de soberania nacional, e não vou te dizer que havia, mas não uma total independência econômica, porque o México ainda carecia disso, resistindo à pressão econômica estadunidense. [...] Bem, esse era um governo que nos recebeu e que, quando começamos a estudar no México, percebemos ser um país complicado, com uma política complicada e que não podia ser esquematizado ou simplificado (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa).

Ao recordar ter deixado a Argentina como *opcionado*, o Entrevistado 13 pontua que não se tratava de uma escolha. O direito de opção, para ele, era um instrumento institucional e que marcou, principalmente, a vida daquelas pessoas que exerciam atividades políticas contra a repressão do Estado argentino antes mesmo do golpe de 1976:

> A opção é uma farsa [...] eu, por exemplo, inicialmente, escolhi o Peru, porque o Peru ficava muito perto para que eu pudesse voltar imediatamente de forma clandestina, porque eu era um militante, mas não me deram essa opção. **Então, não era uma escolha, era um desterro, e eles te davam a opção de escolher um país que fosse conveniente para eles, e se não fosse, eles simplesmente diziam não**. Escolhi depois o México porque percebi que voltar ao Peru ou ao México não era o mesmo, e lá estavam companheiros como Puiggrós (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Antes do golpe, no México, ele participou e acompanhou a evolução da articulação de outros argentinos em distintos grupos políticos do exílio. No início, eram pessoas provenientes do peronismo, vinculadas a organizações como Montoneros, PRT-ERP. Existiam também pessoas que não eram peronistas, não integravam grupos armados e tampouco estavam atreladas a partidos ou grupos políticos.

---

causada pela entrada de dólares no país sem uma política econômica estratégica (Romero, L. A., 2002; Quiroga, 2005; Águila, 2023). Houve, assim, uma absorção de parcela do contingente de exilados pelo mercado de trabalho mexicano, especialmente no âmbito formal para as pessoas que já possuíam estudos acadêmicos.

Quando questionado sobre a sua opinião em relação ao discurso de direitos humanos e às atividades armadas, para ele, a luta armada era necessária tendo em conta a história argentina, marcada por distintos períodos de golpes militares e pequenos momentos de democracia:

> Concordava com a luta armada [...] porque havia uma história... há uma história argentina que naquele momento evidenciava [...] Em 1930, ocorreu o primeiro golpe de Estado, um governo radical democrático, progressista, soberano, criador da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), nacionalista com um líder Hipólito Yrigoyen, uma figura muito respeitável [...] apesar dos graves erros que cometeu [...] que democratizou a vida política argentina e governou para a nação e o povo por oito anos, com erros, mas para a nação e o povo. [...] A partir de 1930, começaram os golpes militares e, desde então, sempre que havia um governo do povo, de uma maneira ou de outra, houve um golpe militar contra o governo democrático. [...] Os militares não podiam governar, porque o peronismo estava vivo, na população, nos sindicatos, na economia, os militares não sabiam o que fazer no governo e, em apenas três anos, causaram um desastre. Então, convocaram eleições com o peronismo proscrito, sem que ele pudesse se apresentar. Escolheram um presidente democrático, Arturo Frondizi, que ficou quatro anos no governo de 1958 a 1962, quando houve um golpe militar. Em 1962, os militares assumiram o governo há um ano e já não sabiam o que fazer, então, em 1963, convocaram eleições com o peronismo proibido de participar e elegeram uma pessoa decente em 1963. [...] em 1966, um golpe de Onganía para nós, jovens, por quê? Porque dizíamos, quando cheguei à universidade em 1960, dizíamos sim, eles tiraram Perón, tiraram Frondizi, tiraram Yrigoyen, ganhamos as eleições, queremos fazer política eleitoral. Se ganharmos as eleições [...] o que você diria a um jovem de 18 anos que chega à universidade? Tudo bem, você deve se envolver em um partido político, ir às eleições, ganhar as eleições. Isso é o que diremos. Com 18 anos, eu teria respondido [...] **As ex-colônias do mundo, africanas e asiáticas, todas estão fazendo revoluções e revoluções socialistas e [...] estão derrotando os Estados Unidos. [...] Che Guevara era um exemplo. Cuba derrotou o imperialismo, eles a invadiram e foram derrotados. Não venha me dizer que estou militando apenas para ir às eleições, nada mais. O mundo está em outra coisa, nos Estados Unidos não há guerrilhas, mas há hippies [...]. Portanto, na juventude argentina, na juventude militante, a lógica de opor violência com violência era natural** [...] (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Na Argentina, o Entrevistado 13 participou, com a sua esposa, de diversos atos contra o governo. A esposa, quando esteve preso em La Plata, além de visitá-lo, tratou de acionar todos os instrumentos jurídicos possíveis para conseguir a sua liberdade. Quando ele finalmente conseguiu sair da cadeia, ela vendeu a casa e o carro que tinham para ir ao México. O objetivo era regressar à Argentina para recomeçar a militância como membro de Montoneros, mas clandestinamente, algo que não foi possível devido aos riscos que corriam à época.

Se para muitas das pessoas entrevistadas o COSPA era um grupo marcado pela sua orientação de uma política armada, além de outras investigações sobre a comissão assinalarem esse aspecto, para o Entrevistado 13, que atuou no grupo como secretário em áreas como emprego e imprensa, o COSPA exerceu as suas atividades sobre dois pilares principais: a denúncia às violações de direitos humanos e a solidariedade com outros argentinos e argentinas que buscavam apoio no México em sua experiência exilar. E, em paralelo à solidariedade que

o COSPA forneceu aos exilados, os próprios mexicanos também foram extremamente solidários com os argentinos:

> Os mexicanos foram de uma generosidade conosco que raramente vi em toda a minha vida. [...] Eles me deram uma lição de humanidade que ficou comigo para toda a vida. A mim, à minha família, às minhas filhas e aos meus colegas, para toda a vida [...] Eles nos deram empregos, nos forneceram ajuda financeira. Por exemplo, na Casa Argentina, juntamos dinheiro entre todos nós e alugamos uma casa na Rua Roma 1. Era uma casa antiga no México, no andar superior, tínhamos que subir uma escada, mas lá em cima era espaçosa, tinha muitos quartos e podíamos hospedar os colegas que chegavam, fornecendo-lhes comida e acomodação. Tínhamos uma cozinha e preparávamos comida, comprávamos coisas juntos, mas não tínhamos onde dormir, então colocávamos colchões no chão (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa).

Uma de suas principais atividades foi a organização do encontro de Montoneros em Roma, que iniciou na Espanha e na França. O papel do Entrevistado 13 no evento de Roma foi o de organizar e redigir documentos. Quando esteve nos preparativos na França, destacou as atividades de vigilância que existiam por parte do governo argentino ao ter instaurado, na Embaixada da Argentina no país, o chamado Centro Piloto.[147] Quando perguntado sobre a existência de mecanismos de vigilância dos militares argentinos no México, o Entrevistado 13 afirmou que não existiam, visto que seria algo muito negativo às relações diplomáticas entre os países:

> A Embaixada argentina no México nem pensava em se intrometer como a Embaixada argentina na França fez, porque poderia dar muito errado com o governo mexicano. O governo mexicano nos protegia… no México, na Rua Alabama, abrimos (já na decadência do COSPA, que praticamente nada fazia) uma Casa Montonera pública. A Casa Montonera na Rua Alabama ficou muito famosa. Ali funcionávamos de forma pública, realizávamos reuniões com políticos, estudantes, artistas e jornalistas (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa).

Entretanto, de acordo com Yankelevich (2009), os militares estavam, sim, em alerta sobre as atividades desenvolvidas pelos exilados no México. O autor também aponta que a diplomacia argentina solicitou, diversas vezes, que o México cessasse as atividades e as declarações do COSPA.[148] Segundo o autor,

> a liberdade de movimentos com as quais Montoneros contou não passou despercebida pelos militares argentinos, os quais não demoraram a avaliar o México como o centro de gravidade desta organização no exterior [...] os serviços de inteligência argentina vigiavam os passos dos dirigentes do exílio, em particular, a sede do COSPA, e as residências de alguns de seus dirigentes eram perseguidas por agentes de espionagem da ditadura (Yankelevich, 2009, p. 131-132, tradução nossa).

[147] Para mais informações sobre o exílio de argentinos na França e o Centro Piloto, consultar Franco (2008).
[148] O próximo e último capítulo tratará dessas solicitações a partir dos telegramas enviados pela Embaixada da Argentina no México ao MREyC.

Dentre as situações as quais a ditadura demonstrou o seu incômodo ao México foi o hasteamento da bandeira argentina por membros do COSPA na Casa Montonera:

> Na casa de Roma o folclore argentino tinha muito prestígio no México, e os cantores e grupos folclóricos daqui eram ouvidos e conhecidos. Levávamos alguns de nossos companheiros que tocavam violão e cantavam música folclórica argentina para tocar e cantar aos sábados. **Preparávamos empanadas, pizzas e também vendíamos bebidas alcoólicas, e o local ficava lotado, era impressionante e teve muito impacto. Era comentado nos jornais, as pessoas comentavam sobre a *peña* da Casa Argentina aos sábados. Foi também por isso que o Ministro do Interior da Argentina veio protestar. Entre outras coisas, protestou por nossas campanhas distorcerem a realidade argentina, por nossas mentiras sobre a repressão e também porque colocamos uma bandeira argentina no topo do prédio, que tinha um sol no meio.** Até aquele momento, a bandeira de guerra argentina era a bandeira com um sol no meio, e nós colocamos uma bandeira de guerra. **Quando ele viu, reclamou, então o Ministro do Interior do México (Jesús Reyes Heroles) nos chamou e disse: 'Aquele filho da mãe veio aqui, como ele diz... pediu um monte de coisas, me contou... e outra coisa que ele pediu foi que vocês retirem a bandeira de guerra. Digo a vocês, conto isso a vocês. Se vocês quiserem retirá-la, retirem; se não quiserem retirá-la, não retirem. Digo isso para saberem que não são obrigados a retirá-la, a mudá-la'.** Imediatamente, pudemos substituí-la por uma sem o sol e dissemos a ele que a substituímos em homenagem ao governo mexicano [...] pelo que fizeram por nós [...] mas não devido ao Harguindeguy ou do governo argentino, mas em homenagem ao governo mexicano (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Ao recordar da Copa do Mundo de 1978, o Entrevistado 13 disse que foi encarregado de escrever cartas para pessoas na Argentina e elaborar campanhas contra a ditadura. Percebe-se, portanto, o exercício no exílio de estabelecer uma política de informação e de denúncia (Keck; Sikkink, 1998) contra a ditadura em escala transnacional e coletiva com outros grupos e atores:

> Não posso lhe dizer a quantidade de slogans que inventamos, tínhamos companheiros com muita capacidade criativa e também enviávamos slogans daqui [...] me lembro de um... Em 1978, na Argentina, durante a Copa do Mundo, era '*Argentina campeón, Videla al paredón*'. Mas havia muitos outros. Realizamos muitas campanhas com correspondências, entrevistas a personalidades, redação de documentos… (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa).

Ao contrário do que os telegramas da Embaixada mexicana atestam, o Entrevistado 13 não acredita que o México tenha negado solicitações de asilo para argentinos que buscavam proteção. Segundo ele:

> Acredito não haver nenhum caso de um argentino que tenha entrado na Embaixada mexicana e tenha tido asilo negado. Explicarei qual era a política do México sobre esse assunto [...] ao cidadão argentino perseguido que estivesse seguro em outro país e pedisse asilo no México, seria negado. Por quê? Porque já estava seguro, não corria risco de perseguição, a sua vida não estava em perigo devido à ditadura argentina. Porque estava na França, no Paraguai, no Brasil, na Itália, mas não estava na Argentina. **Por que tínhamos essa política? Porque naquela época tínhamos uma população de 80 milhões de habitantes, muitas pessoas vivendo na pobreza, e não podíamos receber refugiados, nem refugiados econômicos...** Não íamos receber refugiados econômicos, nem perseguidos que já estivessem seguros em outro país

> (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Um dos aspectos importantes relatado pelo Entrevistado 13 foi a relação da comunidade de argentinos com outras nacionalidades de exilados no México. Além das atividades e discussões políticas conjuntas em comissão, também existiam disputas em relação à proximidade para com o governo mexicano, como a relação com os chilenos:

> Em vez de uma comissão, era mais uma reunião informal em que periodicamente nos encontrávamos, chilenos, haitianos, nicaraguenses... Na Casa Argentina, nós e a Frente de Libertação Nacional Sandinista tínhamos um escritório permanente e nos reuníamos regularmente com chilenos, uruguaios, brasileiros, haitianos, guatemaltecos, nicaraguenses e outros. Mantínhamos contato com todos, uma relação constante, organizávamos eventos e atividades. Com os nicaraguenses, antes de assumirem o poder, eles estavam na Casa Argentina, juntamente com muitos outros. O mesmo acontecia com os chilenos. Os chilenos tinham uma relação competitiva conosco, eram muito competitivos. Isso porque tínhamos uma ótima relação com o governo mexicano, enquanto eles não tinham. Tínhamos uma relação excelente, pois chegaram antes e o governo mexicano estava comprometido até o fim com os chilenos (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa).

Mesmo sem dar maiores explicações sobre o porquê de a comunidade chilena ter relações menos próximas com o governo mexicano, embora o México estivesse "comprometido até o fim" com os chilenos, outra questão relevante que envolve o Chile são as razões pelas quais o México não rompeu as suas relações diplomáticas com a Argentina, como o fez com aquele país.

Para o Entrevistado 13, o que explica esse não rompimento com a Argentina é a sua história política, marcada por outros golpes, ao contrário do Chile. Ademais, uma parcela significativa da população argentina apoiou o golpe:

> [...] o México rompeu relações com Pinochet e por que romperia com a Argentina se as pessoas estavam satisfeitas com o golpe? Além disso, ninguém foi morto... **Durante o primeiro ano do governo militar argentino, nos primeiros nove meses, não aconteceu nada grave em termos de repressão**. Em 1977, as coisas começaram a ficar difíceis. Então, o que o governo mexicano poderia fazer? Romper relações porque houve um golpe? Isso pareceria ruim e incoerente. Com Pinochet, a situação era diferente, ele bombardeou e matou o presidente. Para o governo mexicano, **romper relações com aquele desgraçado era como receber uma medalha, porque o mundo inteiro condenou Pinochet. Essa é a razão. A ditadura argentina teve tudo ao seu favor. Os militares argentinos são muito cautelosos em questões políticas. Sempre que deram um golpe (parece que os militares brasileiros são iguais), tinham medo do clima político. Na Argentina, eles tinham medo do clima político e nunca deram um golpe que não tivesse pelo menos um certo consentimento social, nunca** (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Há, por fim, a autopercepção do Entrevistado 13 como parte integrante de uma comunidade de exilados no México que influenciou as relações diplomáticas Argentina-

México. Isso é, a presença dos exilados argentinos foi um fator importante no cálculo dos governos argentino e mexicano na manutenção e negociação de suas relações:

> [...] **acredito que a influência que tivemos sobre o governo mexicano ocorreu principalmente devido à nossa mera existência como exilados no México, não porque tenhamos desenvolvido ações ou atos específicos para influenciar nesse assunto, pois não tínhamos a entidade nem a força para fazê-lo. Foi algo intrínseco à nossa presença. Estávamos no México, tínhamos uma posição em relação à ditadura e tomávamos medidas contra a ditadura argentina.** Essa era uma realidade que estava presente no México, e o governo mexicano, naturalmente, levava isso em consideração, pois estávamos ali. Agora, se isso desempenhou algum papel ou teve peso nas decisões das políticas mexicanas, como disse, não foi porque nos propusemos como objetivo, mas sim devido à nossa mera existência no México como exilados (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Outra pessoa que foi possível contatar foi o Entrevistado 14, Economista de formação e professor universitário na área. Antes de ir ao México, trabalhava no Instituto Di Tella em seu *Centro de Estudios Urbanos y Regionales* e estava nos EUA, onde lecionava na Universidade de Cornell. Quando voltou à Argentina, foi para a cidade de Bahía Blanca lecionar sobre economia regional no Departamento de Economia da *Universidad Nacional del Sur* (UNS). Na cidade, descobriu que estava na lista de buscados da *Triple A*, acusado de infiltração ideológica. Ele decidiu permanecer na cidade, pois havia sido convidado a chefiar o Departamento de Economia da UNS, tendo organizado a carreira de Economia.

Em meados de 1975, o prédio do Instituto Di Tella, do qual o Entrevistado 14 fazia parte, foi baleado por pessoas desconhecidas, mas se supõe serem membros da *Triple A.* A partir disso, ele saiu da Argentina por um tempo, tendo passado pelo Brasil, em Porto Alegre, para lecionar em outro curso. Em Porto Alegre, foi avisado que não deveria voltar à Argentina. A decisão de ir ao México, concretizada em 1976 após o golpe, deveu-se por duas questões: já havia passado pelo país quando esteve no *Colégio de México* (COLMEX) e também porque não queria sair da América Latina.

No COLMEX, trabalhou na estruturação do mestrado em Estudos Urbanos e Regionais, juntamente do Entrevistado 8. Ao longo de sua estadia no México, foi convidado a trabalhar em projetos vinculados a partidos políticos, já que desenvolvia pesquisas na área de urbanismo, mas não participou por ser advertido por conhecidos a não se envolver na política mexicana. Outra atividade que desenvolveu para além da esfera acadêmica foi a sua participação no *Movimiento de Solidaridad con el Frente Farabundo Martí* de El Salvador, cujo objetivo era conseguir recursos (materiais, humanos e de comunicação) para a luta do povo salvadorenho.

Embora tenha tido contato com outras nacionalidades de exilados, o Entrevistado 14 não quis se vincular com os seus nacionais. Para ele, nota-se que o saudosismo de outros

argentinos com relação aos costumes sociais da Argentina dificultava a sua aproximação com grupos como o COSPA e a CAS:

> Havia duas organizações de argentinos exilados. **Participava de uma delas, mas, em geral, evitava ter contato com os argentinos porque não gostava. Por exemplo, íamos a um restaurante e diziam 'olha, aqui os garçons têm que anotar o que você pede, na Argentina eles memorizam'.** Diziam: 'Aqui não tem mate', 'o tango, a *calle Corrientes*'. Naquele momento, pensava que nunca mais voltaria e realmente não sentia falta... **evitava o argentinismo, o argentinismo me incomodava. Me sentia como latino-americano, então não rejeitava os costumes mexicanos, pelo contrário, queria conhecê-los e assimilá-los, não os rejeitar.** Em contrapartida, me envolvi muito com a comunidade equatoriana, porque naquela época minha nova esposa era equatoriana [...] não estava ativamente envolvido em grupos de argentinos, não tinha muita participação. Já sentia que estava me integrando ao México (…) E quando ocorreu a questão das Malvinas, obviamente, estava ao lado da Argentina. Equivocadamente, porque depois percebemos ser uma aventura militar para consolidar a ditadura, destinada à derrota. Mas, na época, era pró-Argentina, naturalmente, foi o único momento em que me envolvi mais com a política argentina. Depois disso, não. Antes também não (Entrevistado 14. Entrevista 14. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (91 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Ao longo do período no qual esteve exilado, o Entrevistado 14 também passou por outros países. Ficou no México até 1980 e depois foi à Nicarágua, onde permaneceu até 1986, quando foi ao Equador e, em 1994, voltou à Argentina.

Outro jornalista que foi possível dialogar para a pesquisa foi o Entrevistado 15. Ele saiu da Argentina sozinho em 1976, aproximadamente no mês de julho, após o golpe, devido ao contexto político no país e por temer a sua segurança e integridade física. Quando questionado sobre a possibilidade de ter sido preso ou ameaçado durante a ditadura, ele respondeu que sim, mas não quis desenvolver o assunto.

Na época, a sua vida era permeada por dificuldades de encontrar trabalho e formas de exercer pressão sobre a ditadura, em seu caso, por meio de jornais mais voltados à esquerda mexicana e simpáticos às demandas dos exilados latino-americanos, como *El Día* e *Unomásuno*. Esse trabalho era exercido também pelos grupos de exilados, especialmente o COSPA e a CAS, tratando de não realizar atividades que publicamente demonstrassem as suas diferenças políticas, em uma espécie de acordo tácito:

> [...] cada um tinha os seus próprios meios de comunicação. **Tentávamos não entrar em conflito, não nos confundir, porque o objetivo maior era derrubar a ditadura. E, nesse sentido, acredito que havia um acordo tácito, implícito. Pelo que sei, não havia conversas, não havia acordos explícitos.** Mas a ideia era que, quando havia alguma informação de um setor, o apoio era generalizado (Entrevistado 15. Entrevista 15. [jul. 2020]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. São Paulo, 2020. 1 arquivo .mp4 (50 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Os comentários do Entrevistado 15 permitem uma visão mais crítica e distinta sobre o COSPA e a CAS. Em suas palavras, além de ter mais recursos financeiros, o COSPA era mais

fechado, secreto e também mais clandestino, contrariando o Entrevistado 13, o qual apontou a transparência das atividades do grupo, até mesmo para com o governo mexicano:

> Cada um produzia o seu próprio material, nós produzíamos do nosso setor, e o **COSPA, que tinha um pouco mais de dinheiro, podia fazer isso, porque eles tinham o dinheiro dos Montoneros, que não era pouco, então eles tinham mais recursos para pagar.** Nós não tínhamos um centavo, e para nós era um esforço muito maior. É claro que tínhamos, digamos, a grande maioria do exílio, reunia-se na CAS [...] **o COSPA era mais restrito, mais secreto, também mais clandestino** (Entrevistado 15. Entrevista 15. [jul. 2020]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. São Paulo, 2020. 1 arquivo .mp4 (50 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Os esforços da comunidade exilar argentina no México para tornar a denúncia contra a ditadura foi acompanhada, ao longo dos anos, por distintos atores estatais do México, dispostos a difundir o discurso e a prática de direitos humanos em sua política externa, como foi o caso durante os mandatos de Echeverría e de López Portillo. Nesse sentido, o Entrevistado 15 destacou a história política mexicana de solidariedade com outros povos que, segundo ele, perdura até a atualidade em suas relações diplomáticas com a Argentina:

> [...] houve uma diferença muito profunda que começou com a própria ditadura argentina [...] o presidente mexicano Luis Echeverría já marcou uma diferença. Echeverría não reconheceu a ditadura. Em vez disso, ele rapidamente estabeleceu uma diferença. O México é um país com uma tradição histórica de solidariedade com as lutas de libertação e de não apoio às ditaduras. Isso já tinha sido feito isso com Salvador Allende em 1973. **E, em 1976, novamente, Luis Echeverría impôs uma política diplomática mexicana de distanciamento prudente em relação aos regimes totalitários. A ditadura argentina nunca suportou, nunca aceitou que o México concedeu asilo rapidamente** [...] O papel do México nesse sentido tem sido extraordinário. [...] **ainda hoje, há todo um sentimento de fraternidade entre o México e a Argentina que vem daí e é claramente visível** (Entrevistado 15. Entrevista 15. [jul. 2020]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. São Paulo, 2020. 1 arquivo .mp4 (50 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Segundo o Entrevistado 15, ele e outros exilados argentinos realizaram diversas manifestações em frente à Embaixada argentina. Uma das situações foi durante a Guerra das Malvinas, evento no qual o entrevistado pôde até mesmo rebater uma nota escrita pelo embaixador da Inglaterra ao jornal *Excélsior*:

> [...] no jornal *Excélsior*, no qual eu trabalhava, houve um grande artigo escrito pelo embaixador britânico no México. Ele defendia a guerra e explicava os motivos dos direitos da Inglaterra e como a Inglaterra havia agido bem ao se defender. Bem, eu pedi o direito de resposta. E o jornal *Excélsior* me concedeu o mesmo espaço, uma página. Escrevi duas ou três, não me lembro. [...] escrevi um artigo expressando a nossa posição em relação às Malvinas. Acho que foi um gesto extraordinário por parte do jornal. Claro, eu trabalhava no jornal, mas era apenas um funcionário, e eles me deram uma página para responder ao embaixador britânico (Entrevistado 15. Entrevista 15. [jul. 2020]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. São Paulo, 2020. 1 arquivo .mp4 (50 min.), tradução nossa).

Outro tema importante recordado pelo Entrevistado 15 sobre as relações diplomáticas Argentina-México foi as tratativas para a concessão de salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora. Para o Entrevistado 15, o cuidado da política externa mexicana também esteve

presente nesse momento e se aplicou de maneira igualitária em todas as suas representações diplomáticas:

> **Acredito que Cámpora foi mais problemático para o México quando estava na Argentina, quando estava asilado na embaixada, do que quando chegou ao México. Evidentemente, o governo mexicano não o homenageava para evitar ofender a ditadura, para evitar conflitos. No entanto, ele era reconhecido como um ex-presidente. E os ex-presidentes sempre são respeitados e reconhecidos.** Mas é preciso mencionar que Cámpora estava doente. Já era um Cámpora que chegou a falecer no México. Não era mais o Cámpora combativo e lutador de muitos anos atrás [...] Talvez o processo chileno tenha tido mais repercussão internacional. **A queda e a morte de Allende tiveram um impacto maior, mas não acredito que a política tenha sido diferente. Ou seja, os embaixadores mexicanos na Argentina seguiram a política mexicana. E o embaixador Corbalá, no Chile, também.** Ou seja, nenhum embaixador, em qualquer lugar do mundo, de qualquer país, seja chileno, mexicano, argentino, brasileiro, age conforme a sua vontade. Todo embaixador segue a política de seu governo. [...] o caso chileno teve mais destaque devido ao momento histórico e à forma como Allende morreu. Mas foi a mesma política aplicada posteriormente em relação a Cámpora. De fato, o México resgatou muitas pessoas na embaixada chilena, assim como na embaixada argentina (Entrevistado 15. Entrevista 15. [jul. 2020]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. São Paulo, 2020. 1 arquivo .mp4 (50 min.), tradução nossa, grifo nosso).

A atuação igualitária entre os distintos diplomatas mexicanos nas Embaixadas do México no Cone Sul não é consensual. Para a Bielous (2000), no caso da Embaixada do México no Chile, o Embaixador mexicano durante o golpe de Pinochet, Gonzalo Martínez Corbalá, não economizou esforços para conceder asilo aos chilenos perseguidos, mas ainda

> [...] promoveu todos os tipos de apoios solicitados em emergências que viviam, como também **buscou, durante o golpe e o bombardeio no *Palacio de la Moneda*, encontrar muitas pessoas para salvá-las. Com o risco de pôr em perigo a sua própria vida, Martínez Corbalá conseguiu proteger essas pessoas por uma decisiva e valente busca dos perseguidos.** Sem dúvida, outra história pode ser contada no Chile, mesmo quando o trâmite de solicitação era realizado de maneira burocrática (Bielous, 2000, p. 45, tradução nossa, grifo nosso).

Ao regressar à Argentina em 1984, o Entrevistado 14 voltou a trabalhar como escritor de literatura e jornalista.

A Entrevistada 16 foi a última mulher entrevistada para a pesquisa, resultando em uma experiência de maior contato entre entrevistada e entrevistador. Foram mais de cinco horas de entrevistas realizadas em três momentos distintos. Esses intervalos temporais foram importantes devido à sensibilidade da entrevistada ao (re)viver um passado tão presente e marcante em sua vida, que ainda a impacta até hoje.

Nascida na cidade de Córdoba, a Entrevistada 16 é oriunda de uma família abastada economicamente e que sempre pôde frequentar as melhores instituições educacionais. Na faculdade, graduou-se em Letras e foi integrante de ações universitárias independentes.[149]

[149] Segundo a Entrevistada 16, nunca foi vinculada a partidos políticos, à luta armada ou ao peronismo, como muitas das pessoas exiladas e daquelas entrevistadas para essa pesquisa.

Ainda na capital cordobesa, a Entrevistada 16 conheceu o Entrevistado 9, com quem se casou (atualmente são divorciados) e teve dois filhos. Quando a situação política em Córdoba ficou mais perigosa e a intervenção militar na UNC havia iniciado (ainda no governo de Isabel Perón), um tio da Entrevistada 16 lhe avisou que seria melhor que ela e o seu ex-marido fossem "estudar fora", ou seja, deixar a Argentina por conta de possíveis riscos as suas vidas.

Antes de chegar ao México, entre agosto e dezembro de 1975, o seu ex-marido foi antes e ela ficou com os dois filhos em Córdoba, até que fosse possível se exilar. Uma das situações que mais marcaram a sua experiência prévia ao exílio foi quando "guardou" pessoas em sua casa, ou seja, escondeu e protegeu integrantes de partidos políticos e organizações armadas como Montoneros:

> [...] guardar é dar abrigo, guardar, abrigar pessoas, nós abrigamos [...]. Guardamos documentos, pacotes, até um carro, um carro usado em uma operação e acredito que isso nos traiu, ele ficou guardado na minha casa por uma noite e dois dias, ou talvez duas noites e três dias, um Fiat Vermelho que sempre me lembro [...] emprestamos a casa para que altos líderes realizassem uma reunião de negociação, nem sei mais se eram da esquerda, do Exército Revolucionário do Povo (ERP) ou de Montoneros (Entrevistada 16. Entrevista 16. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (320 min.), tradução nossa).

Em uma dessas ocasiões, foi alertada por uma amiga que poderia existir material comprometedor, por exemplo, documentação classificada como de esquerda, principalmente de pessoas vinculadas a organizações armadas. Ao vasculhar a casa, encontrou elementos que a colocariam em grave risco, caso os militares decidissem entrar em sua residência. Alguns materiais representavam elementos comprobatórios de uma reunião em sua casa de grupos considerados inimigos pelos militares:

> [...] tive que queimar documentos e livros [...] tinham me deixado três pacotes de impressão, impressões completas destas, em papel marrom, bem fechados, intactos, de uma revista militante, guerrilheira, não sei como se chamava, guardados ali no compartimento do armário no closet do meu quarto [...] eles deixaram essas coisas. Fornecemos um quarto para que eles conversassem, e lá deixaram isso, que era uma bomba. Eu não estaria viva hoje se não fosse por alguém, é toda uma história, outra história [...] (Entrevistada 16. Entrevista 16. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (320 min.), tradução nossa).

No exílio, as lideranças eram fundamentais não somente para organizar atividades burocráticas (regularização migratória, apoio na busca por emprego e moradia) e políticas, mas também como símbolos de apoio, inspiração e confidência. Para a Entrevistada 16, Noé Jitrik (uma das lideranças da CAS) foi uma dessas pessoas centrais no exílio:

> Noé já estava agindo [...] ele era um patriarca no sentido de que se você precisava de um pediatra, Noé poderia conseguir um [...] Noé tinha contato com o governo ou migrações, na porta da sua casa estaria um advogado de plantão. Isso é algo extremamente importante em uma situação de exílio, muito importante. E, com o apoio do presidente Echeverría, que governou até 1976, deu dinheiro substancial para mobilar a casa, ou seja, para decorá-la com belos móveis mexicanos. **Noé liderou,**

> **promoveu uma série de atividades no exílio, no sentido de não se render à melancolia, ao desamparo e à desesperança, mas em vez disso, realizou mesas de trabalho, cineclube, pequenas refeições para as crianças, mesas de debate [...] uma série de atividades em que muito rapidamente, me dei conta do quanto estava aprendendo** (Entrevistada 16. Entrevista 16. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (320 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Em suas participações na CAS, diferentemente dos integrantes homens que se sentiram livres para dizer o que discutiam ou não no grupo e de suas atividades (como a revista *Controversia*), a Entrevistada 16 revelou a dificuldade de falar e de se colocar perante outros membros, seja por ser mais jovem, mulher e mais introvertida:

> Durante esses anos em que frequentamos bastante a CAS [...] por minha idade, era um pouco uma anomalia, no sentido de que não tinha a idade da maioria das pessoas do exílio, mas também não era uma filha, ou seja, as crianças com 15, 14 ou 13 anos, não, **era muito jovem, muito bonita, muito inteligente, e causava graça, interesse, risos [...] e, portanto, tinha pouca autoridade para falar [...]** Não fui uma figura política, nunca fui, embora tenha convicções políticas fortes, muito fortes. No entanto, as minhas convicções e as minhas práticas políticas [...] sempre vão pelo lado pessoal e íntimo, pelo lado intelectual e criativo (Entrevistada 16. Entrevista 16. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (320 min.), tradução nossa, grifo nosso).

A sua posição na CAS foi mais direcionada à observação, à escuta, apoiar quem precisava de ajuda e realizar comentários pontuais em discussões. Ademais, ela chamou a atenção para o papel de sua classe econômica e social em seu processo exilar. Na Argentina, era de uma família abastada em termos econômicos e financeiros, além de possuir parentes em cargos importantes. Já no exílio, disse que passou por uma espécie de perda de sua posição de classe social e também migratória, de não ser reconhecida nem como totalmente argentina, nem plenamente mexicana até hoje:

> Há, em primeiro lugar, uma marca de classe, de classe social que é inconfundível. Eu a tenho e percebo que, para estar à vontade, de qualquer maneira, isso é perceptível [...] A questão da imagem que alguém projeta, Goffman, você conhece Goffman? **Bem, não apenas como alguém é, mas como se apresenta para o mundo exterior, é algo que nunca teria pensado, mas em uma situação de exílio, de desterramento, de migração, é extremamente importante, absolutamente crucial** [...] sofri, como disse, e uso a palavra deliberadamente, nesse processo de exílio, sofri uma séria desclassificação [...] Não é apenas como diz uma música, acho que é mexicana, 'não sou daqui, nem sou de lá' [...] **Tenho até as datas calculadas, se você já passou cerca de oito anos consecutivos, estáveis, profundos, completos, fora do seu país, já era, com perdão, ou seja, quando voltar, se voltar, vão perguntar: 'De onde você é?' Eu não consigo pegar um táxi, nem na Argentina, nem no México, sem que me digam: 'Ah, mas você não é mexicana. Ah, mas você não é argentina, certo? De onde você é?' E isso é algo que detesto, detesto** (Entrevistada 16. Entrevista 16. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (320 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Como muitas das pessoas no exílio, uma das formas de participar politicamente de atividades no México – compreendida aqui enquanto uma prática de resistência migrante – foi a partir de atividades acadêmicas. A escrita e a pesquisa foram instrumentos de transformação

pessoal e de contribuição também à sociedade mexicana para a Entrevistada 16, além do aprendizado que teve nos encontros com demais integrantes da CAS:

> [...] essa pesquisa de doutorado foi exatamente uma forma de entender, tentar entender, decifrar esse país para o qual vim contribuir, e nesse processo de compreensão, procurar, como estou fazendo agora, tentar aliviar pelo menos uma parte daquela dor. É por isso que acredito que o meu lado mais sinceramente expressivo de muitas coisas está, paradoxalmente ou não, na minha produção intelectual. [...] **nas discussões propriamente políticas na CAS, a verdade é que aprendi muito, sei que aprendi muito sobre a história e a política da Argentina em si, da qual eu era, na verdade, bastante ignorante. Também aprendi sobre maneiras de refletir, expor, argumentar e contra-argumentar, ou seja, liderado por Noé e com muitos outros intelectuais altamente qualificados, a CAS foi para mim como uma escola de alto nível** [...] tive Noé como professor no doutorado do Colégio do México, mas isso se referia, digamos, à minha vida individual. Como grupo, como congregação de sociólogos, cientistas políticos, advogados, juristas, é claro que a CAS foi como uma escola, como a *École Normale Supérieure*, por assim dizer, na França [...] uma coisa realmente magnífica. (Entrevistada 16. Entrevista 16. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (320 min.), tradução nossa).

4.3.2 Limites e alcances da participação política: o artigo 33º da Constituição Mexicana

Como visto no primeiro capítulo, impera até a atualidade na Constituição do México a proibição de não nacionais participarem de quaisquer assuntos políticos do país, determinado em seu 33º artigo. As origens históricas desse artigo estão marcadas por aspectos políticos e sociais importantes no contexto mexicano, especialmente a partir do processo da Revolução Mexicana em 1910.

Segundo Yankelevich (2004), com a Revolução Mexicana, a relação entre o poder político e as pessoas estrangeiras ganhou força. Um dos resultados é o 33º artigo, sem lei de regulamentação, que disponibiliza ao presidente total determinação para a sua aplicação. Cabe destacar que o autoritarismo mexicano também possui apoio social, marcador das "[...] intolerâncias e rejeições em um México em que amplos setores sociais valorizavam algumas presenças e certos interesses estrangeiros como uma ameaça para a vigência de direitos sociais e políticos" (Yankelevich, 2004, p. 739, tradução nossa).

As entrevistas confirmam, sob diversos cenários, as distintas estratégias, os cuidados e a consciência das pessoas exiladas no México sobre os possíveis efeitos práticos do artigo 33º em sua experiência exilar. Nenhuma das pessoas entrevistadas desconhecia tal artigo: mesmo que não participassem ativamente de encontros e eventos políticos, sabiam que não deveriam se envolver em assuntos domésticos, seja a partir de críticas ou envolvimento com grupos e organizações locais no México. Para ilustrar como o artigo 33º operava no quotidiano dos exílios da comunidade argentina no México, destacam-se as quatro entrevistas a seguir.

Para o Entrevistado 6, em um de seus trabalhos, ele desempenhou um papel importante na organização de uma coletiva de imprensa para docentes universitários em greve. A situação acabou envolvendo a polícia e um pequeno grupo guerrilheiro mexicano, o que levou o Entrevistado 6 a se afastar das pessoas envolvidas na greve devido ao artigo 33º. Quase todas as pessoas entrevistadas mencionaram explicitamente o artigo 33º como um fator limitante às ações no país e aos vínculos com a sociedade mexicana, além do medo de serem expulsos do México:

> O México tem uma política externa impecável, mas possui na constituição o Artigo 33, que estipula que se um estrangeiro se envolver na política interna, será expulso do país. Portanto, **tive que me afastar de lá... tive que me afastar, não podia falar pelo telefone. Fiquei muito envergonhado, porque senti que estava abandonando [...] os companheiros mexicanos que estavam lá, que haviam sido muito solidários comigo.** E tudo isso enquanto conversava com outros companheiros argentinos, eu nem podia ligar para explicar que estava me afastando porque senão seria expulso do país (Entrevistado 6. Entrevista 6. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (146 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Há, portanto, além do sentimento de medo, o de desamparar e de abandonar pessoas de confiança que prestavam solidariedade no exílio. As poucas tentativas de integração eram também estrategicamente minadas pelo governo mexicano com a existência, a aplicação ou a mera possibilidade de represália indiscriminada do artigo 33º.

Em outra situação, o Entrevistado 8 evitou participar de eventos com movimentos mexicanos, especialmente aqueles ligados a grupos armados. Essa postura distante em relação às esquerdas mexicanas também foi uma maneira de não se intrometer na política mexicana. O ato de cuidado para não se envolver em assuntos mexicanos – ao passo que se realizavam atos contra a ditadura argentina (e também em denúncia a outras ditaduras no Cone Sul) – era algo comum, conforme exposto pelo Entrevistado 8:

> [...] imprimíamos panfletos repudiando a ditadura brasileira, os chilenos contra Pinochet imprimiam panfletos e nós contra Videla. [...] é assim que organizávamos pequenos eventos. **Com cuidado, porque a polícia mexicana era tolerante, mas até certo ponto, contanto que não nos envolvêssemos na política mexicana, estava tudo bem. Se nos misturássemos com a política mexicana, aí era arriscado.** Pense que a maioria de nós, eu e a outra companheira, estávamos clandestinos, porque havíamos entrado como turistas e já estávamos lá há mais de um ano. A Secretaria de Governo, o Ministério do Interior mexicano. 'Sim, façam coisas, podem realizar eventos, nada relacionado à política mexicana'. **No entanto, se um ditador do Brasil viesse e nós distribuíssemos panfletos contra ele, estaríamos interferindo na política mexicana.** [...] não gostavam disso, tínhamos que fazer com cuidado e nada aconteceu... Nenhum de nós jamais foi detido, interrogado ou algo do tipo (Entrevistado 8. Entrevista 8. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (212 min.), tradução nossa).[150]

150 A categoria FM2 não contempla todos os casos, pois muitos exilados que chegaram ao México, daqueles que de fato obtiveram a qualidade de migrantes FM2, possuíram outra condição migratória. Os registros migratórios mexicanos tampouco possibilitam distinguir quem era exilado político ou imigrante por questões econômicas. E, em termos de classe, embora as camadas médias fossem predominantes, não se pode desconsiderar a existência de

Embora não existissem mecanismos de vigilância explícitos por parte do governo argentino no México, não se pode dizer o mesmo do governo mexicano, que historicamente exerceu atividades de monitoramento das ações de nacionais e não nacionais no país, como bem descrito por Aguayo Quezada (2001). O Entrevistado 13 apontou que a comunidade de argentinos exilados no México procurou respeitar as exigências do governo mexicano para garantir que pudessem exercer as suas atividades de denúncia contra a ditadura argentina, além de manter a proteção dada pelo país:

> [...] Éramos muito respeitosos, mas eles permitiam nossas atividades. Agora, vou te contar que eles estavam informados de tudo, **os serviços de informações mexicanos historicamente são muito eficientes e sabiam tudo sobre nós, tudo o que fazíamos, tinham informações de tudo.** Além disso, éramos abertos, eu dizia tudo pelo telefone, escrevia em um diário e os jornais publicavam tudo o que dizíamos, nos encontrávamos abertamente, não tínhamos nada clandestino, nenhuma atividade clandestina. Quando nós, de Montoneros, dávamos uma palestra, podíamos fazê-la na Casa Montonera e era um convite público a todos que quisessem vir, em um salão grande, as pessoas chegavam e a palestra começava. Até mesmo os serviços de informações do estado podiam vir e se sentar como público e informar tudo. [...] **Não precisavam nos espionar, grampear nossos telefones para saber o que estávamos dizendo, era tudo público.** Mais ainda, vou te dizer, os líderes Montoneros que os militares queriam matar ou sequestrar, viviam em endereços que eu não sabia, mas o estado mexicano sabia. Firmenich, por exemplo, o endereço onde ele vivia, o Estado mexicano sabia, ele dizia: 'Estou morando na rua tal, no número tal'. Então, tínhamos proteção… (Entrevistado 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Mais uma vez, como se pode observar, o artigo 33º da Constituição mexicana imperava nas decisões dos exilados atuarem no país. As restrições impactaram a vida daquelas pessoas que tinham ou não estabilidade migratória no México, como era o caso do Entrevistado 14, docente no COLMEX, portador de visto de residência no país:

> [...] eu estava liderando essa pesquisa, que foi muito interessante, e aqui respondo a uma pergunta que você me fez. Era um resultado que poderia ser usado politicamente. **Eu tinha um amigo que era do... acho que era do Partido Revolucionário Mexicano [...] E eu disse a ele: 'Olha, tenho isso, você está interessado?' E ele me disse: 'Não se envolva com política no México, se você se envolver com política no México, vai ser expulso'. Eu tinha um visto de residência que não era fácil de conseguir.** E logo me cansei da vida puramente acadêmica. Pensei 'não quero mais isso' e me associei a pessoas que estavam no Movimento de Solidariedade com o Frente Farabundo Martí, de El Salvador. [...] eu ia às reuniões e, no final, o objetivo era apoiar com recursos a luta desse povo. Havia pessoas, artistas, que doavam uma obra de arte para ser vendida e arrecadar fundos... [...] eu disse: 'Olhem, eu não produzo nada que possa ser vendido, mas ofereço ajudar a elaborar um plano de governo para quando ganharem', porque parecia que iam ganhar. Eles aceitaram, e eu

setores populares, os quais também compuseram o montante de exilados argentinos no mundo. A falta de maiores dados pelo INMM de pessoas de baixos níveis de qualificação se deve justamente pelas restrições da própria política migratória quando em território mexicano, que privilegiava o ingresso de pessoas de alta qualidade profissional ou técnica, em detrimento daquelas provenientes das classes mais baixas. Há, portanto, ausência de dados de argentinos que trabalhavam em empregos informais, de exilados em situação migratória irregular ou indocumentada (Yankelevich; Jensen, 2007).

> montei um grupo de profissionais argentinos, outros latino-americanos, mexicanos e salvadorenhos, e elaboramos o plano de governo que o Frente teria se vencesse as eleições. [...] Acontece que o Frente não venceu, em 1979 o Sandinismo ganhou. Da Nicarágua, recebi várias ligações para dar consultoria, mas já tinha outra coisa em mente, não era mais trabalho acadêmico, era trabalhar para um processo de transformação (Entrevistado 14. Entrevista 14. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (91 min.), tradução nossa, grifo nosso).

A liberdade de expressão que os exilados possuíam (contanto que respeitassem as diretrizes do artigo 33º) pressionaram aos exilados a mudarem as suas estratégias de ações contra a ditadura. Nesse sentido, Marques (2017) aponta que o lugar onde os exilados se encontram impõe restrições às estruturas de oportunidade política desses atores na busca de seus objetivos. A afirmação pode parecer um tanto quanto óbvia, mas traz uma reflexão sobre como foram criadas as janelas de oportunidade e de exclusão da política em paralelo à proteção mexicana aos exilados argentinos, por exemplo. A autora defende a existência de uma estrutura de oportunidades exilar, caracterizada pelo seu caráter dinâmico e multidimensional e pelo seu

> […] caráter transitório. Esse caráter transitório se deve ao fato de que a possibilidade de uma nova migração é inerente à condição exilar. […] Cada nova migração pode trazer uma nova **metamorfose total das estruturas**, uma vez que dificilmente o exilado retornará para um contexto totalmente conhecido, mesmo quando retorna ao país de origem. Além disso, a cada chegada ele está, de certa forma, limitado pelas restrições estabelecidas pelo repertório preexistente (Marques, 2017, p. 250, grifo da autora).

Diante do exposto, embora o artigo 33º fosse amplamente conhecido pela comunidade exilar no México, os termos para a sua aplicação eram amplos e poderiam abarcar quaisquer ações no país. Em determinados assuntos, a ingerência parecia se tornar mais acentuada ao Estado mexicano, como as relações de apoio mútuo entre os grupos de exilados mexicanos e os movimentos políticos contrários ao governo de López Portillo. Por outro lado, as ações de denúncia e crítica realizadas pelos exilados argentinos contra a ditadura eram muito mais aceitáveis e toleradas pelas autoridades mexicanas, as quais se valiam da liberdade de expressão – também assegurada na constituição mexicana – para responder às demandas de silenciamento das ações dos exilados solicitadas pelas autoridades argentinas.[151]

4.3.3 A integração laboral exilar: oportunidades e desigualdades

A busca por trabalho e maneiras de subsistência material são umas das principais preocupações das pessoas que se deslocam forçosamente. No exílio não foi diferente: dentre as

151 Esse assunto, visto no segundo capítulo, será retomado em maior detalhe no quarto e último capítulo.

pessoas entrevistadas, a urgência de encontrar um espaço laboral para garantir o próprio sustento e, também, de membros familiares, aparece como essencial no processo de se exilar no México. Mesmo para aquelas pessoas que já possuíam carreiras formais em distintos setores, foi também o momento de consolidação e construção das profissões, além de abertura de novas possibilidades e redes de contato.

As experiências dos testemunhos aqui apresentados ilustram a diversidade de relações estabelecidas entre as comunidades no exílio para encontrar trabalho, bem como àquelas com cidadãos mexicanos. Nota-se que, no trabalho, existiam canais para articular as denúncias contra a ditadura, espaços para dialogar sobre a própria condição exilar e, também, obstáculos em permanecer nos cargos.

A Entrevistada 1, enquanto viveu em Xalapa, trabalhou como professora e pesquisadora na *Universidad Veracruzana*. Segundo ela, o corpo docente e estudantil a recebeu bem e nunca a forçaram a falar sobre o seu exílio, mas demonstrou as diferenças entre possuir ou não um diploma universitário para uma pessoa migrante:

> [...] fomos com um advogado da universidade que havia cuidado de todos os trâmites para nós [...] Eu testemunhava o sofrimento que outros colegas tinham, aqueles que não estavam na *Universidad Veracruzana* [...] porque havia uma divisão, aqueles que conseguiam emprego antes dos famosos 30 dias e aqueles que não conseguiam. E é verdade que, de forma geral, os profissionais, aqueles que vinham com algum diploma ou algo semelhante, tinham chances de emprego e, consequentemente, de imigração muito facilitadas, não é verdade? O problema era chegar sem diploma, o México não se importava nem um pouco, mas a vida se tornava difícil. No caso daqueles de nós que estavam na *Universidad Veracruzana*, tínhamos absolutamente tudo facilitado, graças à universidade (Entrevistada 1. Entrevista 1. [julho. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (61 min.), tradução nossa).

A importância de tecer redes de apoio e solidariedade no exílio foi fundamental para conseguir trabalho e organizar, minimamente, a vida. Com duas filhas, a Entrevistada 2 destacou os esforços que passou ao sair de seu primeiro exílio na Espanha e iniciar o seu segundo no México, integrando-se na sociedade local:

> Quando vou ao México [...] teve mais a ver com questões de segurança que poderiam existir para nós aqui, a verdade é que o México representou uma realidade muito diferente e muito melhor, muito mais livre, no sentido de que o México nos ofereceu, bem, a mim, ofereceu ao exílio em geral, a oportunidade de ter um emprego estável e, portanto, condições de vida muito mais seguras. Assim que cheguei ao México, comecei a estudar na UNAM, o que foi fundamental, é claro, porque foi a oportunidade de começar a refletir, a pensar no que havia acontecido. **De forma mais sistemática, sempre se reflete e pensa. Na verdade, eu diria que a condição de exílio e o tipo de relacionamento que existe entre os exilados levam muito a essa elaboração coletiva, pois a partir das lembranças, da memória, das conversas, muitas coisas vividas e acontecidas são elaboradas, tanto na militância quanto no meu caso... Fiz um grande esforço em todo o meu primeiro período para me integrar ao México, e a universidade foi fundamental.** Então, no meu trabalho, tive diferentes trajetórias profissionais... No primeiro ano em que estive trabalhando, estive em um emprego que me foi proporcionado por pessoas próximas à militância

> mais rígida (que viviam ao lado do meu marido) e foi desastroso, eu estava isolada, mas a partir daí, e graças aos contatos com colegas do exílio, consegui emprego na Secretaria de Educação Pública e, a partir desse momento, meu local de trabalho, a universidade, foram lugares onde eu tinha contato tanto com pessoas do exílio quanto com muitos mexicanos. **E para mim foi extremamente importante me integrar, eu fiz... digamos, o mais importante para mim foi... o foco para mim foi me integrar ao México** (Entrevistada 2. Entrevista 2. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.), tradução nossa, grifo nosso).

O exílio também foi quebra e reconstrução de carreiras. Algumas pessoas conseguiram continuar com os seus estudos e trabalhar na área, situação do Entrevistado 5, arquiteto que, ao deixar a Argentina em outubro de 1976, encontrou na Bélgica a oportunidade de continuar a estudar. Graduado em Arquitetura pela UBA, iniciou o seu mestrado em Bruxelas, além de estabelecer contato com outras pessoas argentinas exiladas na Bélgica. Segundo ele, a sua vida na Bélgica era muito mais difícil em comparação a sua experiência de exílio no México, principalmente no que diz respeito à busca de trabalho formal com boas condições de subsistência:

> O primeiro ano que passei na Bélgica foi bastante sozinho porque ainda não havia muitos exilados na Bélgica. Mas começamos a nos conectar. [...] Eu me envolvi com seis ou sete exilados que estavam na Bélgica. E começamos a trabalhar com o ACNUR. Com todos os que estavam, como se chama, *opcionados*. Eles tinham saído sem documentos para o Brasil e no Brasil se tornaram refugiados. E, então, muitos deles acabaram vindo parar na Suécia, Noruega e Bélgica. Ou seja, em países não tradicionais como França, Espanha ou México, que eram os lugares para onde, em geral, iam os exilados. **Mas a vida dos exilados na Bélgica era consideravelmente mais difícil do que a vida no México. Por exemplo, os exilados na Bélgica trabalhavam limpando os metrôs à noite. E a minha situação era um pouco favorável porque eu tinha uma bolsa de estudos. A bolsa era de 300 dólares. Mas eu tinha documentos** (Entrevistado 5. Entrevista 5. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (156 min.), tradução nossa, grifo nosso).

No México, ele viveu de julho de 1979 até abril de 1983 e, com o apoio de outros arquitetos que estavam exilados no país, conseguiu trabalho formal em projetos vinculados à revitalização de bairros populares na Cidade do México. No México, a sua condição migratória era mais favorável em comparação a de outros entrevistados, pois possuía visto de trabalho e, em paralelo, participou como membro do COSPA:

> [...] erguíamos a bandeira do peronismo e da luta social. [...] Não diminuir a vontade de lutar. E isso, no momento em que tínhamos tudo contra nós, continuar mantendo a vontade de lutar. Bem, isso foi o julgamento que aconteceu agora com o tema da Contraofensiva. Mas, naquela época, era uma discussão que nos atravessava como uma questão de vida ou morte. [...] Eu também tenho uma interpretação dos diferentes exílios. Ou seja, o exílio em Bruxelas. As pessoas que chegaram lá, chegaram com poucos recursos e faziam trabalhos como limpar o metrô à noite. **No exílio no México, predominavam professores universitários, profissionais e aqueles com conexões políticas. Então, a perspectiva era mais acadêmica, de classe média.** [...] minha esposa e eu decidimos voltar em 2 de abril de 1983. Ou seja, após um ano de Malvinas e com os militares aqui (Entrevistado 5. Entrevista 5. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (156 min.), tradução nossa, grifo nosso).

No México, o Entrevistado 8 passou por experiências profundas em termos psicológicos e na busca por emprego.[152] Ao mesmo tempo, começou a trabalhar em jornais mexicanos e não deixou de participar de grupos de exilados como o COSPA. Chegou a se envolver com membros da Montoneros, mas após uma análise da derrota da organização, decidiu se vincular à CAS em 1978. Os anos 1977 e 1978 foram momentos de compreensão da nova realidade no exílio no México, com destaque para as dificuldades e os problemas na busca por um trabalho para o sustento da família:

> Foi difícil porque trabalhar em uma empresa de publicidade com um documento falso [...] e como turista [...] **o dono da empresa se aproveitava da minha situação** ilegal, eu estava ilegal, ele não sabia que eu era argentino. Ele pensava que eu era equatoriano, um equatoriano que tinha entrado e permanecido como turista. E foi difícil porque o pagamento era baixo... Foi um ano difícil. **Minha esposa também trabalhava como secretária em uma empresa e ganhava pouco porque também estava ilegal, os patrões mexicanos se aproveitaram da nossa condição**. Então, 1977 foi difícil. Já em 1978, nos ajustamos e ela engravidou (Entrevistado 8. Entrevista 8. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (212 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Em outro exemplo, o Entrevistado 9 demonstra como as relações interpessoais com colegas de trabalho no México poderiam ser essenciais para a permanência e a manutenção dos vínculos empregatícios no país. Em 1975, antes do golpe de 1976, ele relatou ter discutido com outros docentes onde trabalhava na UNC, tendo sido expulso do grupo ao qual estava vinculado na Escola de Ciências da instituição (atual Faculdade de Ciências da Comunicação), assim como a sua ex-esposa, também expulsa da faculdade.

O Entrevistado 9 e a sua ex-esposa (que chegou depois, com os dois filhos do casal) decidiram se exilar no México, onde ele já tinha contatos no COLMEX, instituição que o recebeu e o contratou para trabalhar no mestrado de Desenvolvimento Urbano. Nessa renomada instituição acadêmica, ele lecionou no mestrado e, em 1978, assumiu o cargo de coordenador, uma situação que ele chamou de "excepcional", dadas as hierarquias do COLMEX. Enquanto isso, a sua ex-esposa cursava o doutorado em Letras no COLMEX.

Em relação aos grupos de exilados, ele e a sua ex-esposa participaram das reuniões do COSPA, mas decidiram entrar na CAS porque o líder do grupo trabalhava no COLMEX e o casal havia se vinculado a ele. Tudo se tornou um drama quando, em 1982, o Entrevistado 9 foi expulso do COLMEX, momento que ele recorda com sentimentos ruins:

---

[152] Durante a sua carreira no México, o Entrevistado 7 trabalhou em jornais mexicanos como *El Día* e *Unomásuno*. Ele também chegou a trabalhar no governo mexicano quando fez parte da equipe de discursos do presidente López Portillo, sendo responsável por escrever textos para o mandatário na área de política internacional. Essa experiência foi importante e demandou dele estudo sobre política, história e cultura mexicana. Mesmo com a proximidade que tinha com o presidente, ele não a utilizou para exigir ou falar sobre a condição dos exilados no país, as suas mobilizações contra a ditadura ou as relações diplomáticas entre os países.

> No COLMEX, havia dois núcleos de poder: um núcleo no centro de estudos onde eu estava e outro na presidência. Meu primeiro contato com a presidência foi quando eu tinha que explicar e defender o projeto de mestrado que havíamos feito e que não gostaram... era marxista. Pouco depois disso, no COLMEX, houve um conflito trabalhista muito forte: um grupo de funcionários administrativos criou um sindicato (que não existia), criou um sindicato... no México, havia dois tipos de sindicatos, os sindicatos associados à Confederação de Trabalhadores do México (CTM), a estrutura trabalhista do México, que estavam ligados ao PRI. [...] O que aconteceu? Na escola, o grupo de professores pesquisadores se dividiu. Um grupo no qual estavam estrangeiros, homossexuais, mulheres, esquerdistas... que, por exemplo, em um momento decisivo, enviou uma carta que não era pública, mas foi dentro do COLMEX, na qual apoiamos os esforços do presidente do COLMEX para encontrar uma solução por meio do diálogo [...] **nesse ínterim, faleceu o diretor que me havia nomeado.** E então aconteceu algo muito mexicano: esse diretor morre e tudo o que ele havia promovido, ou quase tudo, podia ser desfeito, desfez-se. **Poucos meses após a sua morte, a pós-graduação foi suspensa e começou uma revisão. Eu, que estava muito ligado a ele, fui marginalizado** (Entrevistado 9. Entrevista 9. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (128 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Em termos econômicos, a Entrevistada 16 e o seu ex-marido, o Entrevistado 9, possuíam uma vida confortável: enquanto ele era professor no COLMEX, ela manteve os seus estudos como bolsista de doutorado na mesma instituição. Com a carreira acadêmica em desenvolvimento em uma das melhores instituições do país, os dois viviam com os filhos pequenos na Vila Olímpica, um dos principais bairros que concentraram os exilados latino-americanos na época:

> Na Vila Olímpica, onde vivemos por muitos anos, moramos de 1976 a 1980, de dezembro de 1976 a dezembro de 1980, mais ou menos [...] cheguei ao melhor estabelecimento acadêmico mexicano na época [...] **pude viver em um lugar maravilhoso, onde as crianças andavam de bicicleta e patinete. Ou seja, nunca me faltou trabalho, teto ou comida, jamais fui perseguida por *Migraciones* (Instituto Nacional de Migrações do México) [...] Todos estávamos muito mais estáveis e, em termos econômicos, uma vez que obtive uma bolsa de estudos, isso não foi um problema, porque [Entrevistado 9] tinha um emprego em tempo integral. E eu tinha uma bolsa de estudante, que não era magnífica, mas também não era ruim, era, na verdade, bastante boa. Na realidade, eu estava surpresa com o quão bem se podia viver no México.** Nós, não? (Entrevistada 16. Entrevista 16. [set. 2020]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. São Paulo, 2020. 1 arquivo .mp4 (320 min.), tradução nossa, grifo nosso).

As mulheres também passaram por dificuldades de trabalho no âmbito acadêmico, ora por receberem ameaças das próprias organizações armadas argentinas, ora pelas dificuldades de encontrar trabalho com a derrubada da ditadura. Esse foi o caso da Entrevistada 10. Antes de se exilar no México, ela já havia estado lá e mantido laços de amizade com mexicanos, o que facilitou o seu estabelecimento, especialmente em termos de trabalho. Já instalada, começou a trabalhar na UNAM, onde relatou ter sido muito bem recebida e nunca ter sofrido repressões da instituição por participar de atividades e grupos políticos no México contra o governo argentino.

Em dezembro de 1984, a Entrevistada 10 retornou à Argentina em um processo muito difícil, pois, em suas palavras, era odiada por certas pessoas com cargos estratégicos em espaços universitários. Antes de conseguir emprego na Argentina, manteve-se financeiramente pela UNAM em um ano sabático de estudos. Após passar dois anos, foi aprovada em um concurso universitário, voltou a dar aulas e se envolveu em cargos políticos na Argentina.

Os exilados assumiram distintos cargos no exílio, tendo alcançado altas posições e responsabilidades em diversos setores. No México, o Entrevistado 11 trabalhou como jornalista no *El Universal* de 1976 a 1978, responsável por coordenar a seção editorial e único funcionário estrangeiro do jornal nesse período. Ele afirmou que, durante esses anos, o presidente López Portillo buscou estabelecer uma abertura ideológica para se aproximar de outros setores da sociedade, como as esquerdas mexicanas. Isso não foi um impedimento para o governo mexicano exercer um rígido controle sobre a imprensa mexicana, além de influenciar as pautas discutidas nos jornais do México.

Em paralelo ao seu trabalho jornalístico, o Entrevistado 11 esteve envolvido em atos de denúncia e solidariedade, como a publicação de textos sobre as violações dos direitos humanos na Argentina. A sua participação na CAS esteve relacionada à discussão sobre organizações sindicais, políticas e de direitos humanos e ao seu exercício enquanto jornalista. Segundo ele, no contexto do governo de López Portillo, a política de proteção aos exilados havia continuado e era possível manter relações com o México:

> Tínhamos relações com a Secretaria de Governo [...] lidavam com problemas documentais de pessoas que estavam exiladas em algum lugar e não possuíam documentos. [...] **forneciam um *laissez-passer* e a pessoa chegava ao México, onde recebia o documento, o formulário migratório 2, até chegar ao formulário migratório 1... Até se inserir no sistema de imigração para obter emprego. E havia muitas oportunidades de trabalho para profissionais nas universidades mexicanas, porque o México estava expandindo o seu sistema universitário, então os argentinos se tornavam professores.** Eu era um dos que estudava. O México foi muito generoso. Inclusive ao me receber na universidade ao me permitir estudar (Entrevistado 11. Entrevista 11. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (116 min.), tradução nossa).

Outro jornalista que atuou no México foi o Entrevistado 15. Ele havia escolhido o México como o seu único país de exílio por pensar ser o país, naquela época, um Estado democrático e solidário, além de ter amigos lá e ser um admirador da literatura mexicana. No exílio, ele trabalhou em diversos jornais como escritor em redação (um desses o *Excélsior*) e estabeleceu vínculos com outros exilados argentinos que estavam no país:

> [...] comecei a trabalhar em dois ou três empregos para ganhar alguns centavos, porque na realidade, no início, era muito difícil conseguir um emprego, e me conectei muito rapidamente com o que era a comunidade do exílio na Argentina. Comunidade política, que naquela época, em 1976, estava dividida. Já estava começando essa divisão que persistiu ao longo do tempo. Entre COSPA e CAS [...] **Comecei a**

> **trabalhar no jornal *Excélsior*, na seção cultural, no suplemento literário do *Excélsior,* no qual sempre havia espaço para as nossas denúncias, análises e assim por diante. Depois, mesmo quando precisávamos fazer algum tipo de declaração pública conjunta que fazíamos no exílio, aqueles de nós que trabalhavam em diferentes jornais ou revistas contribuíam para que o veículo não nos cobrasse muito dinheiro, de forma que publicássemos os anúncios, os comunicados** (Entrevistado 15. Entrevista 15. [jul. 2020]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. São Paulo, 2020. 1 arquivo .mp4 (50 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Durante seu exílio no México, o Entrevistado 15 viajou para outros países a trabalho para cobrir matérias jornalísticas. Em suas travessias, esteve na Suécia, Inglaterra e Escócia, lugares que conheceu outros exilados argentinos, as suas formas de organização e as possibilidades de trabalhar em conjunto para disseminar informações relevantes que prejudicassem a ditadura e obter o apoio de outros países. E, no caso do México, em suas palavras, o apoio era concedido de maneira indireta, não explícita e muito menos pública:

> O governo mexicano não poderia ter uma política pública em relação a nós porque isso teria criado um conflito diplomático com o governo argentino. [...] Mas o que o governo mexicano fez foi ser muito solidário ao aceitar muitas situações. Por exemplo, **as universidades mexicanas estavam cheias de professores, pesquisadores, doutores de todas as especialidades. A contribuição intelectual argentina para a universidade mexicana, em geral, foi extraordinária.** Principalmente nas universidades públicas. A UNAM em primeiro lugar. E depois outras universidades públicas [...] (Entrevistado 15. Entrevista 15. [jul. 2020]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. São Paulo, 2020. 1 arquivo .mp4 (50 min.), tradução nossa).

Como visto, as marcas do exílio seguem até hoje na vida das pessoas que estiveram exiladas no México. Esse é o caso do Entrevistado 12, psicólogo formado no México e atuante na Argentina. A própria construção da carreira de Psicologia na Argentina foi atravessada pela experiência de profissionais que atuaram e se formaram no exílio, tendo contribuído no México e em outros países na área:

> A chegada de psicanalistas argentinos ao México foi uma das marcas deixadas pelo exílio [...] A psicanálise no México, com a chegada de psicanalistas argentinos, passou por uma espécie de renovação completa, e há um reconhecimento muito grande por parte da comunidade psicanalítica no México em relação à psicanálise argentina. **Se a psicanálise tem certa difusão e se espalhou um pouco pela cultura na Cidade do México e em algumas outras cidades, isso se deve à chegada dos argentinos, à marca que imprimiram à psicanálise. Antes da chegada dos argentinos, a psicanálise no México era uma espécie de pequena seita fechada em si e estagnada**, muito influenciada pela relação com a psicanálise nos Estados Unidos da América [...] (Entrevistado 12. Entrevista 12. [out. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (124 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Os afetos e a acolhida facilitaram a inserção laboral de exiladas e exilados no México. Para o Entrevistado 14, a sociedade e o governo mexicanos foram solidários aos exilados, o que permitiu, como espécie de retorno à acolhida, a colaboração do exílio argentino no desenvolvimento da pesquisa em distintas áreas no México. Em seu caso, ele possuía uma boa condição econômica por também ter conseguido emprego no COLMEX. Foi também um dos

milhares de moradores da Vila Olímpica, o que facilitava para chegar ao trabalho pela proximidade do local e, diferentemente de outras pessoas, trabalhava menos horas e tinha muito tempo livre.

Mesmo com todas as boas condições de trabalho e habitação, ele estava insatisfeito porque queria se dedicar a projetos voltados à transformação social. Semelhante ao caso do Entrevistado 9, o Entrevistado 14 também deixou o México com más impressões das instituições acadêmicas. No COLMEX, ele também relatou as dificuldades de trabalhar com colegas mexicanos:

> Eu nunca mais voltei ao Colégio do México. Nem mesmo para dar uma palestra, porque no final do período em que estive no México, **o ciúme de alguns dos acadêmicos mexicanos em relação aos argentinos havia se intensificado, e eles começaram a nos pressionar para que fôssemos embora. [...] fui embora porque tinha um projeto em outro lugar, mas outros foram praticamente expulsos.** [...] nunca mais retornei ao México, ninguém nunca me chamou (Entrevistado 14. Entrevista 14. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (91 min.), tradução nossa, grifo nosso).

4.3.4 Elementos psicológicos e corpóreos das experiências dos exílios

Ao longo do processo migratório, determinadas pessoas acessam deslocamentos seguros, enquanto outras estão mais propensas a mobilidades permanentes, perigosas e mais precárias, dando ênfase às chamadas mobilidades irregulares ou desiguais (Sheller, 2018). O conceito de mobilidade desigual auxilia a compreender as distintas experiências corpóreas e psicológicas dos exílios argentinos. Segundo Sheller (2018), a mobilidade desigual faz alusão a um

> [...] terreno soberano para o movimento no qual existem **configurações espaciais, infraestruturas físicas e impedimentos simbólicos criando caminhos divergentes, acessos diferentes e arquiteturas de controle para conexões parciais e desvios**; em segundo lugar, refere-se aos **meios ou modos de movimento que têm maior ou menor grau de facilidade, conforto, flexibilidade, velocidade e segurança**, e assim sinaliza a disciplina de sujeitos móveis por meio de experiências afetivas de **se mover com mais ou menos atrito, ruído, perigo, medo ou turbulência**; e terceiro, refere-se ao aparato institucional e aos meios de comunicação que produzem conhecimento sobre tais relações de mobilidade e imobilidade, velocidade e lentidão, conforto e desconforto, segurança e risco (Sheller, 2018, p. 65-66, tradução nossa, grifo nosso).

Em resumo, as mobilidades estão marcadas por um complexo de instrumentos de controle que criam e reforçam diversos tipos de violência. A gestão da migração acontece no quotidiano por meio de mecanismos que ampliam, acentuam e destacam diversas desigualdades. Os deslocamentos forçados são, portanto, sintomas de infraestruturas e geoestruturas que controlam e manipulam as rotas e os espaços utilizados para a migração, e informam quem é ou não é legítimo de estar nesses ambientes (Agier, 2006, 2016; Pallister-

Wilkins, 2019). Esses espaços também são pontos de transição onde múltiplos obstáculos se configuram e dificultam o acesso, a passagem, o ir e vir, e que materializam uma política de exaustão nos corpos dos migrantes: sobrecargas físicas e emocionais acumuladas ao longo do tempo de contínuas violências (De Vries; Guild, 2019).

Este processo exaustivo, que molda e é moldado pelos espaços da migração, está acompanhado por políticas e instrumentos migratórios que acentuam essas violências: o prolongado sofrimento no pedido de refúgio, a assistência humanitária (tardia e insuficiente) e outras formas de proteção (institucionalizadas ou não) são exercícios de poder, assim como as estruturas administrativas autoritárias de Estados e instituições internacionais que se afastam da centralidade na proteção dos migrantes e classificam a própria migração como um problema. Essas práticas se desviam das necessidades das pessoas que migram.

Se durante as ditaduras do Cone Sul já existiam instrumentos de cooperação transnacional para vigilância e denúncia dos chamados "terroristas" e "subversivos", atualmente, os avanços nos mecanismos de controle e vigilância fronteiriça – integrados em políticas de cooperação securitária transnacional – estão mais refinados e contribuem ainda mais para controlar a migração, em vez de salvaguardar as vidas das pessoas que migram. Assim, nesta última seção, são expostos exemplos de experiências árduas e difíceis do processo do exílio, que embora tratem de efeitos psicológicos e corpóreos, não deixam de estarem vinculados às mobilizações políticas dos exilados no México contra a ditadura. Ou seja, as decisões de onde, quando, para aonde e como se deslocar partem também de diretrizes e até mesmo regramentos pelos quais os exilados estavam submetidos ou pressionados socialmente por seus pares a seguir.

Um dos processos de exaustão enfrentados pela comunidade de exilados argentinos no México foi a obtenção ou renovação de seus documentos para a sua formal regularização migratória no México. Nesse sentido, a atuação das organizações de exilados no México foi de fundamental importância, dada a pressão e mobilização política que poderiam exercer para obter a garantia mínima de seus direitos no exterior.

Um caso emblemático de sobrevivência e risco de vida foi relatado pelo Entrevistado 3. Após sobreviver à Contraofensiva ao retornar do México, ele descreveu a sua jornada de volta à Argentina. Com a sua ex-companheira e os seus dois filhos pequenos, eles passaram por diferentes países latino-americanos antes de chegar à Argentina. Durante uma perigosa jornada migratória com a sua família, o Entrevistado 3 lembrou dos pontos em que sentiu mais medo, perigo, ansiedade e desconfiança, até mesmo a possibilidade de suicídio ao longo de aeroportos e rotas de fronteira em direção à Argentina:

> O retorno foi como uma ordem que veio de cima. [...] primeiro vem um casal [...] em meados de 1979, e se estabelecem. Depois voltamos nós. [...] Fizemos quase toda a viagem juntos, até chegarmos ao Chile. Quando chegamos a Puerto Montt, eles atravessaram primeiro e havíamos combinado que eles me ligariam do hotel em Bariloche e me diriam como estava a fronteira. [...] nosso responsável [...] **me liga na hora combinada e o assunto era, se ele me dissesse ter 'chovido' na fronteira, significa que eu não deveria passar por lá, que fosse por outro caminho. [...] ele me diz 'não, choveu muito'. 'Me conte, como foi, como chegaram?'. Se ele me dissesse 'bem, maravilhoso, um sol lindo', significa que não aconteceu nada. Se ele me dissesse que choveu muito, significava que a travessia da fronteira foi difícil.** Então, em cada lugar, aconteciam coisas, digamos, no Panamá fizemos a troca de documentos, saímos legalmente do México e entramos legalmente no Panamá, mas já saímos com outro documento do Panamá, um documento falso. [...] ficamos cerca de uma semana no Panamá, um pouco mais. [...] lá nos sentíamos protegidos... e se algo acontecesse, tínhamos quem chamar [...] se nos prendessem [...] **foi lá que a pílula se derreteu devido ao calor. Eu havia colocado... Íamos entrar com uma pílula de cianeto e eu coloquei o cianeto em cápsulas, como remédios, antibióticos, e pelo calor, derreteu, virou uma pasta, misturou tudo, então jogamos fora, viemos sem as pílulas. Jogamos no lixo. [...] A pílula era caso fôssemos presos e decidíssemos nos suicidar, para não cairmos, porque sabíamos o que faziam** (Entrevistado 3. Entrevista 3. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (240 min.), tradução nossa, grifo nosso).

O relato do Entrevistado 3 é um exemplo de como a razão não está dissociada das emoções. Logo, os sentimentos psicológicos e corpóreos fazem parte do enquadramento das ações no exílio. De acordo com Jasper (2018), as emoções e os sentimentos podem ser utilizados estrategicamente com finalidades políticas. Segundo o autor, as emoções são formas de processar informações e guias para a ação, não sintomas de irracionalidade e restritas a dois sentimentos muito comuns: o medo e a raiva (Jasper, 1997, 2018). As emoções constroem as ideias, os interesses e as identidades dos ativistas; não são apenas sensações corporais, mas igualmente fruto de construções sociais vivenciadas de determinada maneira, que atuam como "[…] mecanismos causais que ajudam a explicar como uma ação leva a outra na política e na vida social em geral" (Jasper, 2018, p. 12, tradução nossa).

Assim, nos espaços de travessia, observa-se que eram utilizados distintos códigos para comunicação entre os exilados a fim de evitar que as forças policiais das ditaduras descobrissem onde estavam, aonde iam e quem eram.[153] As ameaças eram outras estratégias utilizadas pela ditadura para deter e amedrontar as pessoas de realizarem atividades políticas, além de servirem como impulsor do exílio. No caso do Entrevistado 6, devido ao aumento da violência e das

[153] No marco da Operação Condor, as atividades informacionais e de inteligência eram concentradas em Santiago do Chile, capital do Chile. A partir de um sistema comunicacional criptografado chamado *Condortel*, era possível compartilhar de maneira rápida dados sobre a movimentação de pessoas e de suas atividades (Lessa, 2022). E, para avaliar e planejar as ações, foi estabelecido um escritório em Buenos Aires, dedicado às atividades operativas e de coordenação, intitulado *Condoreje* (Lessa, 2022). Nesse sentido, foi fundamental o apoio de representações diplomáticas dos países-membros (embaixadas e consulados), pois fortalecerem os instrumentos de espionagem e repressão no exterior (Penna Filho, 2009).

ameaças contra ele em 1975 (além do assassinato de sua irmã no final daquele ano), decidiu se exilar no México em março de 1976:

> Eu morava em *La Boca*, em um Monobloc [...] pegava o ônibus e descia em uma avenida, e percebi que me seguiam. Quando desci do ônibus, tive que caminhar duas quadras muito escuras até chegar à área onde o Monobloc estava mais iluminado. Meu apartamento ficava lá. Desci caminhando e **tinha um Ford Falcon verde, que era o carro típico da repressão daquela época, que me seguia lentamente, logo atrás. [...] o que mais me angustiava naquele momento era pensar: 'E se eu chegar em casa agora e eles estiverem lá [...] estão meus filhos…'** E essa ideia me desesperava [...] quando meus irmãos entraram na clandestinidade, eu decidi fazer o mesmo (Entrevistado 6. Entrevista 6. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (146 min.), tradução nossa).

Nessa única viagem de ida, antes de ir ao México, foi à Venezuela em dezembro de 1975, convidado por uma pessoa conhecida, tendo permanecido nesse país até março de 1976, quando decidiu ir ao México. No México, ficou até 1977, indo depois ao Panamá e retornando ao México em 1978:

> [...] no México eu já tinha mais amigos, eram colegas de militância [...] poderia me reencontrar com a minha família, que era o que eu mais sentia falta naquele momento. **A morte da minha irmã também me afetou muito, essas coisas que, apesar de vivermos em uma situação de violência, a consciência da morte nunca é tão clara, você tem medo [...] mas a consciência do que a morte implica em toda a sua dimensão, você não sabe até que acontece com você.** [...] foi aí que decidi ir ao México e chamar a minha família. Cheguei ao México e comecei tudo de novo, mas lá havia mais rede de apoio. Quando cheguei, havia dois comitês de solidariedade com a Argentina, formados por argentinos exilados, que tinham diferenças políticas (Entrevistado 6. Entrevista 6. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (146 min.), tradução nossa).

A família e as amizades eram elementos de ligação fundamentais para a garantia do bem-estar e da segurança dos exilados. Em outra experiência, as estratégias para seguir no exílio eram múltiplas, como o uso de nomes e documentos falsos. Segundo o Entrevistado 8, antes de ir ao México em 1976, ele vivia na cidade de Córdoba. Lá, foi sequestrado e levado para *La Perla*, um dos maiores centros clandestinos de detenção da Argentina, mas conseguiu escapar:

> Em dezembro de 1976, fui ao Brasil com um passaporte equatoriano, **saí pelo aeroporto de *Aeroparque* daqui, mas com um passaporte falso**. **Fiquei cerca de dois a três dias no Rio de Janeiro e depois segui direto ao México. Também entrei no México com um passaporte equatoriano e vivi no México como equatoriano por quase um ano e meio, quase dois anos.** [...] E, em Montevidéu, cheguei de manhã, por volta das 7:00 da manhã, no primeiro avião, e às sete ou oito da noite peguei um voo direto ao Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, fiquei lá por três ou quatro dias esperando uma companheira que também estava saindo daqui e me encontrando com outra companheira que estava [...] tinha chegado um dia ou dois antes de mim. [...] **muitos de nós nos conhecíamos, então o medo era que alguém me reconhecesse, o que felizmente não aconteceu. Com os três passaportes, o cara [...] carimbou e eu respirei aliviado. Cheguei a Montevidéu... Montevidéu foi muito tenso, eu tive mais medo em Montevidéu do que saindo daqui. Estava cheio de policiais, a cidade estava cheia de policiais e jipes e bem...** Era uma situação muito ruim. Chegar em Montevidéu às 07:30, 08:00 da manhã e ter que esperar [...] Fui à primeira agência que encontrei, não sei qual era, provavelmente uma companhia aérea brasileira (Entrevistado 8. Entrevista 8. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel

> Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (212 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Para o Entrevistado 8, viver na Argentina não era fácil, pois o seu nome era conhecido pela *Triple A*, já que o seu irmão (assassinado em dezembro de 1974) era militante de um grupo trotskista chamado *Política Obrera*. Ao considerar as chances de também ser morto, o Entrevistado 8 se exilou no México em dezembro de 1976, após sair da Argentina com um passaporte falso de nacionalidade equatoriana. Para chegar ao seu destino, ele fez escala no Uruguai – onde se sentiu em extremo perigo na capital Montevidéu – antes de chegar ao Brasil. Quando chegou ao Brasil em 24 de dezembro de 1976, conheceu a sua esposa e juntos foram para o México. Essas situações demonstram as dificuldades e as distintas estratégias de manter a segurança física e mental ao longo das travessias do exílio, contando com redes de apoio e instrumentos de não identificação diante à vigilância das ditaduras.

O momento de retornar não foi fácil e nem consensual. Um dos casos mais emblemáticos nesta pesquisa foi o do Entrevistado 9 e da Entrevistada 16, ambos casados e com dois filhos pequenos antes de saírem da Argentina. Próximo da derrubada da ditadura, ao contrário de seu ex-marido, a Entrevistada 16 não queria voltar, pois desenvolvia a sua carreira acadêmica. Ao final, ela permaneceu no México com os dois filhos e o Entrevistado 9 retornou à Argentina em 1984 com apoio financeiro do ACNUR:

> Quando voltei ao México (...) claro, havia um movimento, não é verdade? Muitos dizendo 'vamos embora'. [...] Em 1983 tínhamos nos separado, estávamos vivendo separados. Então ela me diz 'não, voltemos'. [...] Bem, de alguma forma nos reunimos um pouco e voltamos para a Argentina e sei lá. Quando eu me envolvo nisso. Bem, peço colaboração ao ACNUR [...] financiam minha viagem de volta. [...] um pouco antes [...] minha esposa dizia [...] ela tinha pendente o doutorado, a tese de doutorado [...] **Por que eu voltei? Bem, vou te dizer que o que aconteceu comigo no Colégio do México, sem dúvida, teve importância. Ou seja, eu me senti traído pela instituição. Eu tinha trabalhado muito, não apenas para a coordenação da pós-graduação. [...] Eu saí do México para vir à Argentina porque não queria... porque estava quebrado.** Minha relação com o México estava quebrada, ou seja, eu sabia que estava voltando para uma situação mais difícil, pobreza... ou seja, era voltar a me inserir na Argentina (Entrevistado 9. Entrevista 9. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (128 min.), tradução nossa, grifo nosso).[154]

[154] A atuação do ACNUR, no contexto das ditaduras do Cone Sul, buscou proteger aquelas pessoas que queriam ser reconhecidas na condição de refugiadas. Contudo, nem todas as pessoas se viam nesse marco jurídico. Algumas das razões se devem às características que marcam quem pode ou nem ser reconhecido como refugiado, às limitações que cerceavam as atividades políticas dos exilados, à visibilidade que teriam nessa condição e, também, a crítica ao termo refugiado por membros (ou não) de organizações militares que viam a proteção como uma despolitização de sua luta e vitimização de sua condição. Segundo Lastra (2016), muitas pessoas saíram da Argentina como turistas e em condições regulares migratórias, outras com documentação falsa e, em alguns casos, "[...] foram os próprios exilados que decidiram não ser acolhidos pela proteção do ACNUR, seja porque não queriam visibilizar a sua condição política no exterior ou porque não se identificavam com a imagem tradicional de refugiados, fortemente associada a grandes grupos de pessoas e famílias desamparadas pelas guerras na Europa [...] **se aproximaram do ACNUR para solicitar essa categoria porque os permitia serem acolhidos à proteção deste organismo no seu ingresso ao país e contar com ajuda econômica, passagens e facilidades aduaneiras**

Em meados de 1984, já no governo democrático, o Entrevistado 12 decidiu voltar à Argentina. As suas memórias guardam boas lembranças, em meio aos sentimentos de medo, insegurança e incerteza de viver no exílio:

> Na metade 1984, eu já estava de volta a Buenos Aires. Vivi oito anos no México, dois anos em Paris. Não são exatamente 10 anos, mas sim nove anos e meio de exílio. [...] fui embora antes de completar 20 anos e voltei antes de completar 30, mas tenho a sensação de que durante essa década entre meus 20 e 30 anos, eu não vivi aqui. **No exílio mexicano, havia aqueles que se sentiam bem no México, que podiam se deixar envolver pelo país, e aqueles que tinham um absoluto repúdio a se deixar influenciar pelo México, vivendo como se estivessem em uma espécie de ilha argentina em uma melancolia...** estou exagerando, claro. Deve ter havido alguém que, com orgulho, após anos de exílio, possa dizer que nunca comeu... Esteve no México e nunca comeu um taco. Bem, deve haver pessoas assim para fazer uma piada... talvez em suas entrevistas você encontre alguém que diga com orgulho: 'Estive sete anos no México e nunca comi um taco.' **Bem, eu era mais um jovem que naquela época desfrutava da dança, da música, e das bebidas…** [...] eu não estava com a cabeça na Argentina o dia todo, de jeito nenhum. A Argentina podia vir até mim em sonhos. Há muito tempo, tive um sonho com um amigo meu, José, no qual eu descobria onde ele estava sequestrado e, em uma ação heroica, o libertava [...] **Assim como há a pulsão de morte, há a pulsão de vida. Havia uma forte pulsão de vida, até mesmo na minha esposa, que tinha três irmãos recentemente sequestrados e desaparecidos, mortos, torturados. Em minha casa, com ela, era um lugar de muitas festas** (Entrevistado 12. Entrevista 12. [out. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (124 min.), tradução nossa, grifo nosso).

O exílio também foi um espaço de transformações e reconfigurações identitárias. Para o Entrevistado 12 não foi diferente. Segundo ele:

> Bem, existe isso como identidade. O que a partir desse exílio se tornou uma marca, é uma marca identitária, é uma marca na pele. **A marca é epidérmica, é a identidade *argenmex*, a partir do exílio, somos os *argenmex*. Eu me sinto um *argenmex*, tenho a marca do exílio em mim. É uma marca absolutamente indelével, e eu a protejo um pouco também. Ela me localiza em Buenos Aires de certa forma, que não foi escolhida por mim. Quero dizer, eu ainda tenho uma relação muito forte com o México, viajo muito... Dentro de casa, são incontáveis as coisas mexicanas que existem. Há galos, patos, peixes, árvores da vida, livros, quadros, xícaras... Os pratos que como, os copos de que bebo... todos mexicanos. Posso conversar em mexicano sem nenhum problema aqui.** Amo o México, vamos México! Quando vou ao México, me sinto em casa. Não me sinto estrangeiro no México. **Ou, sim, mas também em certo sentido me sinto estrangeiro aqui** (Entrevistado 12. Entrevista 12. [out. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (124 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Em complemento a esses relatos psicológicos e corpóreos das travessias (e de suas burocracias) ao México e de retorno à Argentina, estão as ações de solidariedade do COSPA, como o apoio a argentinos que haviam saído da Argentina pelo direito de opção e tinham problemas para obter a renovação de seus passaportes nas representações diplomáticas

---

para poder organizar melhor a sua reinserção. [...] esta não parece ter sido a modalidade que prevaleceu entre esses migrantes políticos" (Lastra, 2016, p. 46, tradução nossa, grifo nosso).

argentinas no exterior, uma situação similar a experiência que o Entrevistado 8 relatou. Em um informe não datado, o grupo especificou um caso em que um homem precisa renovar o seu passaporte e, após ter feito todos os trâmites burocráticos na Embaixada argentina, o documento ficou retido no local:

> [...] as autoridades consulares não têm autorização legal para reter documentação [...] a retenção de passaporte de um perseguido político ou a negação em renovar a sua vigência, em consequência, apresentam-se como sinais evidentes da perseguição no exterior. [...] **É público e notório, de outra maneira, que no consulado argentino no México existem listas de cidadãos para as quais os cônsules possuem ordem de não lhes emitir documentação** (AR-ANM-CGG, Caja 22, p. 186, tradução nossa, grifo nosso).

Para denunciar as restrições e a retenção documental que a ditadura impunha, o COSPA estruturou ações de publicidade da situação a distintos atores, como o ACNUR no México, à Comissão de Direitos Humanos da ONU, a CIDH da OEA, bem como à Anistia Internacional e à Comissão Internacional de Juristas.[155] Em contrapartida, o grupo estava ciente de que, para o governo mexicano, não seria tão simples responder às demandas do COSPA nesse assunto, pois os seus integrantes tinham consciência de que

> [...] o governo mexicano pode estar interessado em não prejudicar as suas relações com a ditadura Argentina. Se assim for, poderia interpor os seus bons ofícios para que se outorguem as renovações ou duplicados, mudando a atitude do consulado argentino. Acreditamos que existe a possibilidade de que as autoridades mexicanas tomem contato oficioso com a Embaixada Argentina no México, hipótese na qual a situação poderia se regularizar (AR-ANM-CGG, Caja 22, p. 189, tradução nossa).

Para envolver o governo mexicano, a estratégia adotada pelo COSPA seria a de garantir que os casos encaminhados fossem de pessoas regularmente registradas no México:

> [...] os casos em discussão sejam vários e, se possível, correspondam a companheiros que tenham regularizadas a sua situação migratória no México, para evitar que a aplicação de sanções ou a sua não aplicação resultem em uma justificativa da inércia governamental ou como elemento de pressão (AR-ANM-CGG, Caja 22, p. 190, tradução nossa).

Logo, a experiência daquela pessoa que vive um deslocamento forçado, marcado por inúmeras violências físicas, psíquicas e sociais, faz com que sejam tensionados os elementos basilares de sua constituição humana. Não se deve, tampouco, esquecer dos esforços individuais e coletivos realizados pelos grupos de exilados no México, seja do COSPA, CAS, CADHU e outros que buscaram viabilizar as mínimas condições de integração e habitação no país, em uma tentativa também de aliviar o sofrimento psíquico dos exilados. E, nessa reconfiguração

[155] Em 1977 o COSPA já desenvolvia ações de denúncia das violações de direitos humanos cometidas pela ditadura ao nível internacional. Em uma de suas resoluções de outubro de 1977, o grupo tomou como objetivo encaminhar ao Secretário Geral da ONU e ao ACNUR para pressionarem os governos dos países membros da ONU a "[...] admitir e proteger os refugiados e exilados políticos argentinos em todo o mundo" (AR-ANM-CGG, Caja 22, p. 255, tradução nossa). A solicitação se estendia a países como França, Alemanha, Espanha, Dinamarca, Canadá, Suécia, Suíça, Venezuela e EUA, países com alta concentração de exilados argentinos.

pessoal no exílio, estão ainda as transformações coletivas do desterro, especialmente àquelas relacionadas ao âmbito familiar e dos afetos, como se discute na próxima e última seção deste capítulo.

4.3.5 (Re)organização, aproximação e ruptura de laços familiares

Como visto, os exílios constituíram experiências marcadas por traços singulares e compartilhados tanto ao nível individual como coletivo. O núcleo familiar, entendido aqui pela presença de distintos elementos (filhas e filhos, mães e pais, avós e avôs, tios e tias, primos e primas), também foi transformado pelos exílios e produziu efeitos a curto, médio e longo prazo a várias gerações que o vivenciaram de maneira direta ou indireta.

Em convívio no México ou a distância na Argentina, as famílias aqui entrevistadas fazem parte do processo, segundo Bielous (2013), de transmissão intergeracional das consequências da repressão e das violências produzidas pela ditadura: as perdas, os lutos, as rupturas, as resistências, as memórias e os papéis familiares. Ao mesmo tempo, as identidades individuais e coletivas são reconfiguradas (Pollak, 1989, 1992), as quais modificam as possibilidades das relações entre os membros de uma família.

Se para algumas pessoas estar distante da Argentina era um processo extremamente difícil e doloroso, para a Entrevistada 2, era uma oportunidade de recriar a sua identidade e se fortalecer a partir dos vários lugares simbólicos e políticos que ocupou no exílio, seja como exilada, mulher e mãe solo. Ela era, em suas palavras, um "bicho diferente":

> Eu não me senti desconfortável por ser diferente. [...] eu era uma criatura diferente, era uma criatura diferente em termos de minha família, em termos de como falava (e, como verá, continuo falando como uma argentina), em termos de como me comportava como mulher, minha vida como mulher. **Eu era uma criatura diferente, [...] era claramente uma estrangeira, e essa condição de estrangeira não me incomodou.** Pelo contrário, acredito que me adaptei bastante bem. **Falamos sobre a distância, acho que isso me permitia ter um certo senso de pertencimento e também uma certa distância em relação aos dois espaços, tanto na Argentina quanto no México.** [...] Quando me ouvem falar, dizem 'esta é argentina', e para mim isso não é um problema, não, não me oprime, pelo contrário, me sinto à vontade com isso. E acontece algo semelhante na Argentina. Quando vou para a Argentina, me sinto como um peixe na água, mas também sinto uma distância em algum sentido, às vezes crítica, às vezes nostálgica, mas essa distância também me satisfaz, não é? Ou seja, não vejo a condição de estrangeira como um problema. [...] éramos quatro mulheres [...] lembro que tinha um pôster muito bonito e grande de Emiliano Zapata, que podia ser visto do lado de fora, e eu sempre dizia: 'O homem da minha casa é Emiliano Zapata' [...] ele era o homem da casa. [...] **Ao não voltar a viver com... em um relacionamento com nenhum homem, me libertei disso. Ou seja, não tive que compartilhar decisões de ir ou ficar com mais alguém, e o mesmo vale para as decisões relacionadas às minhas filhas, com tudo o que isso tem de bom e ruim, não é? Mas sim, as decisões eram minhas, não posso dizer que não as tomei devido a algo** [...] (Entrevistada 2. Entrevista 2. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel

> Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Ser mulher e mãe, no exílio, são fatores que acentuaram as dificuldades e as potências dessa experiência. Um aspecto transversal a todas as mulheres entrevistadas foi a organização e a tomada de decisão entre elas e os seus companheiros da época no exílio para tomar decisões que teriam impacto em seus filhos, em seus familiares, na relação própria do casal e, também, em suas carreiras.

Segundo o Entrevistado 3, a maioria das decisões era realizada pelos homens, e não pelas mulheres – situação observada em quase todas as outras entrevistas –, cuja dinâmica também acontecia nas organizações dos exilados no México: "Eu queria voltar muito antes, senti muita saudade, queria estar aqui. Principalmente após conversar com a minha mãe. Mas antes disso, eu já queria estar aqui, a verdade é que doía estar fora. [...] [esposa] apoiava... não tinha uma decisão assim, como a nossa" (Entrevistado 3. Entrevista 3. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (240 min.), tradução nossa).

Além do meio acadêmico, foi possível entrevistar pessoas de outros setores, como foi o caso do Entrevistado 4, arquiteto de formação e atuante na área. O entrevistado, natural de Buenos Aires, participou desde jovem de distintos grupos e movimentos políticos. Quando adulto, decidiu ir ao México em 1977, dado o clima de violência que crescia na Argentina com o golpe, acompanhado de seu recém-nascido filho e de sua ex-esposa, da qual se separou ainda no exílio, em 1979:

> **Foi muito disruptivo nos exilarmos, mudar de contexto foi bastante pesado pessoalmente. [...] alguns casais aguentaram, nem todos. Foi um abalo bastante forte. Bem, obviamente devido à ruptura pessoal que ocorreu. E por não entender... ou estar digerindo o que havia acontecido conosco.** Digamos, em outro plano. Uma coisa é o que aconteceu politicamente, pessoalmente. Mas o que aconteceu por dentro. Por dentro, sim, coisas foram quebradas. Obviamente não havia mais vontade de continuar... Havia muita complicação pessoal" (Entrevistado 4. Entrevista 4. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Permanecer ou voltar não eram escolhas simples. Para algumas famílias, as decisões significaram mudanças de carreira, distanciamento de familiares e amigos, separações de casais, cujas dificuldades de manutenção dos laços permanecem até hoje. Quando perguntado se existia um equilíbrio nas decisões de migrar para determinado país no exílio, o Entrevistado 6 também afirmou que a maioria das decisões eram suas, acompanhando a lógica do Entrevistado 3 e de outros casos das pessoas aqui entrevistadas:

> [...] acho que eu tinha mais (maior autoridade nas decisões) [...] depois disso, nós nos separamos. [...] a verdade é que ela me acompanhou nisso. [...] ela também estava

> envolvida em atividades políticas, mas, sim, **as decisões de mudar de país e tudo mais eram principalmente minhas, porque eram tarefas que precisavam ser feitas...** apenas a decisão de voltar para o México e de retornar para a Argentina foi discutida entre nós dois. As duas... a decisão de voltar ao México desde o Panamá, quando ficamos sozinhos e tudo mais, nos sentimos um pouco... muito isolados. Então, naquele momento, conversamos sobre isso. Eu disse a ela 'vamos voltar ao México, lá podemos trabalhar…', foi uma pena, porque realmente fizemos muitos amigos panamenhos (Entrevistado 6. Entrevista 6. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (146 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Outra experiência importante de retorno a ser destacada é a do Entrevistado 8. O Entrevistado 8 e a sua família receberam apoio do ACNUR com as passagens aéreas até Buenos Aires. No entanto, não permaneceram na capital e foram a Santa Fé para trabalhar, distância que enfraqueceu o seu casamento aos poucos, até que ele e a sua esposa decidiram se divorciar.

Segundo ele, ela estava mais resistente a deixar o México, pois havia começado a desenvolver a sua carreira como economista no país. Para o Entrevistado 8, as diferenças se aprofundaram a partir da concepção de um "casamento da ditadura", uma união feita pelas condições do exílio e pela perseguição política, mas que já não fazia mais sentido após a queda dos militares. Quando perguntado sobre quem havia decidido voltar à Argentina, ele respondeu que a escolha não havia sido muito conjunta:

> Ela estava indo bem [...] tinha se formado, estava começando a trabalhar na universidade, eu acho, não me lembro bem. **Ela não estava muito decidida a voltar. Mas bem, eu exerci pressão até que... Claro, a questão eram as crianças.** E as crianças tinham cinco e três anos, algo assim. **Uma vez que se ficássemos mais dois anos lá, as crianças não iriam querer voltar, por causa de seus amigos, então era o momento ideal para voltar. Então, bem, eu exerci toda a pressão que pude e consegui** (Entrevistado 8. Entrevista 8. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (212 min.), tradução nossa, grifo nosso).

Essa é uma experiência de ruptura que ocorreu na vida do Entrevistado 8 e de outras pessoas entrevistadas, o que permite alcançar as potencialidades não apenas políticas do exílio, mas também sociais e emocionais. Essas foram decisões múltiplas, como ir embora ou ficar, se afastar ou se aproximar da luta armada, romper ou fortalecer os laços construídos em momentos e situações críticas para a sobrevivência das pessoas exiladas, com efeitos individuais e coletivos.

Como visto, a maioria das decisões de casais heterossexuais eram realizadas pelos homens. As Malvinas foram emblemáticas para o retorno e, no caso das organizações como a CAS e o COSPA, foram realizadas distintas reuniões para debater e organizar a volta, com

discussões na revista *Controversia.* Foram também formadas comissões, como o Comitê Pró-Retorno do COSPA, mas sem sucesso.[156]

Outro fator relevante sobre o retorno é que não houve a atenção necessária do Estado argentino após a eleição de Raúl Alfonsín, muito menos o apoio e a solidariedade suficientes da própria sociedade argentina. Se as esperanças de um retorno sem condições e discriminações existiam, a realidade foi muito mais árdua:

> Essa persistência nas declarações dos comitês argentinos manifestam a clara preocupação diante da possibilidade de que um setor do exílio não fosse 'bem recebido' ou que diretamente não poderia voltar ao país. **A maioria dos retornos de argentinos aconteceu sem repercussão pública, em parte pela imagem negativa que exerceu sobre os exilados: eram vistos como 'subversivos', 'terroristas', parte de um 'exílio dourado', de uma migração que 'não tinha passado tão mal' enquanto o país estava em ditadura** (Lastra, 2016, p. 61, tradução nossa, grifo nosso).

Logo, o Estado, a sociedade e os meios de comunicação foram variáveis estruturantes que dificultaram o retorno. Mesmo com a volta da democracia, os exilados se viram em uma nova fase de desafios, a de reconstruir as suas vidas na Argentina em meio a novas adversidades políticas, sociais, econômicas e psicológicas.

O México também foi um espaço de encontro seguro de familiares, amores e amizades. Entre 1975 e 1976, membros da família do Entrevistado 12 foram ameaçados pela *Triple A*, o que os levaram a se exilar no México, visto que eram amigos do líder da CAS, Noé Jitrik. Ao final de 1976, o Entrevistado 12 decidiu ir ao México com a sua companheira e os amigos de militância para se encontrar com os seus familiares:

> E, assim, no fim de 1976, tanto a minha família política quanto nós, a minha companheira e eu, decidimos todos juntos deixar a Europa para ir viver no México. Foi assim que a minha companheira e eu, juntamente com a família dela, nos reunimos no mesmo dia, na mesma hora, em um aeroporto na Bélgica, para pegar um avião para o México. Chegamos no final de 1976, onde naquela época meu irmão, meu pai e minha mãe já estavam no México (Entrevistado 12. Entrevista 12. [out. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (124 min.), tradução nossa).

Em seu regresso para a Argentina, o Entrevistado 12 e a ex-companheira conseguiram o estatuto de refugiado após uma entrevista com o ACNUR. Em sua perspectiva, os fatores que facilitaram o seu reconhecimento como refugiado foram o seu histórico familiar e o de sua esposa, ela com três irmãos desaparecidos e ele com a família exilada no México.[157]

---

[156] As discussões sobre o retorno tiveram força entre 1980 e 1981. Contudo, próximo à guerra das Malvinas, as reuniões perderam o seu sentido, ainda mais porque muitas pessoas já haviam iniciado o processo de regressar à Argentina (Lastra, 2016).

[157] Em geral, o ACNUR passou a reconhecer a condição de refugiado para todas as argentinas e argentinos que solicitavam refúgio, dada a situação generalizada na Argentina de violação de direitos humanos: "[...] o reconhecimento por parte do exílio daqueles que eram membros do exílio. Ou seja, não era um argentino se aproveitando, era um filtro para isso, era um filtro para que qualquer um não entrasse e conseguisse uma passagem

Por fim, uma das experiências familiares que mais escancarou as rupturas e os traumas do exílio foi entre o Entrevistado 9 e a Entrevistada 16. O Entrevistado 9 reside em Buenos Aires, onde também mora o seu filho, com o qual possui relações mais próximas, diferentemente da Entrevistada 16, que ficou na Cidade do México com a sua filha. Até hoje, a relação entre a Entrevistada 16 e o seu filho é distante.

Embora não tenha participado diretamente como membros de partidos políticos ou de grupos armados, hoje a Entrevistada 16 se lamenta das ações que tomou por considerá-las como irresponsáveis, especialmente a falta de cuidado de seu ex-marido para com ela e os seus filhos:

> Entendi depois porque demorei tanto [...] quem fica exposto de forma terrível é o pai dele, no sentido de quão em risco nos colocou a todos, e quanto a sua esposa e os seus dois filhos pequenos, e **o quanto ele não cuidou de nós, porque foi para o México e eu fiquei lá com as duas crianças pequenas.** [...] a casa continha uma sentença de morte, porque era simplesmente uma sentença de morte. E foi por isso que foi muito difícil para mim [...] é por isso que demorei cerca de dois anos para escrever a verdade dessa história. Primeiro, como mencionei, porque retrata o pai dele de maneira muito negativa, e em segundo lugar, me retrata muito mal também. **O relato me mostra muito mal no seguinte sentido: todas as situações perigosas, extremamente perigosas, em que a casa foi usada, partiram dele (pai). Devo dizer que ele sempre me avisou e formalmente pediu permissão, mas é aí que eu também me sinto muito mal. Não me ocorreu dizer não, e isso era a minha responsabilidade. Ele não cumpriu a dele, certo, isso é problema dele, não é? Mas eu também não cumpri a minha** (Entrevistada 16. Entrevista 16. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (320 min.), tradução nossa).

O exercício de recordar os momentos no exílio como o casamento, o deslocamento forçado ao México, a participação em grupos de exilados, o envolvimento com grupos armados (mesmo que indiretamente), tornou-se uma empreitada árdua, mas que tem servido de exercício de reflexão e de cura para ela e muitas outras pessoas que têm a oportunidade de serem ouvidas:

> [...] fico muito feliz que você esteja fazendo perguntas ou se interessando por esta terceira fase, que tem sido, está sendo [...] muito mais difícil, muito mais dolorosa e muito mais complicada de lidar do que a primeira fase de exílio, porque normalmente, entre o exílio original e os últimos anos de vida em um país que não é o país de origem [...] geralmente ocorre no meio desse período algum evento muito doloroso e traumático [...] seja a morte do parceiro [...] ou o abandono por essas razões que são, em última instância, com crueldade, envolver-se afetivamente com uma mulher muito mais jovem [...] e com muito dinheiro, porque é um passaporte para uma vida melhor para os homens que conseguem [...] (Entrevistada 16. Entrevista 16. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (320 min.), tradução nossa).

gratuita" (Entrevistado 12. Entrevista 12. [out. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires. 2022. 1 arquivo .mp4 (124 min.), tradução nossa).

4.4 Considerações preliminares

Os relatos dos exilados permitem visualizar a diversidade e a complexidade de suas experiências pessoais e coletivas, assim como as formas de vivenciar o exílio no México, dadas as condições econômicas, sociais e políticas nas quais estavam inseridos. Além das intensas atividades de denúncia contra a ditadura, destacam-se as divergências de opiniões sobre os posicionamentos em momentos críticos para os militares, como a Copa do Mundo de 1978, a *Contraofensiva* de Montoneros, a Guerra das Malvinas, e os motivos pelos quais o México concedia proteção aos exilados desde um complexo equilíbrio entre o cerceamento de suas ações e a garantia de sua liberdade de expressão diante da pressão do governo argentino.

A partir das estratégias de sobrevivência e de acolhida de cada pessoa entrevistada, foi destacado que as memórias subterrâneas são mais ou menos marginalizadas dependendo das características e origens dos exilados, seja por sua condição econômica, educacional, de gênero e de orientação sexual. Nessas conjunturas, também operaram exaustões do processo do exílio, que ora se aproximam, ora se distanciam em uma identidade coletiva de reconstrução de um passado que persiste em viver no presente e que afeta aos entrevistados (e aos seus familiares) até hoje.

5 A EMBAIXADA DA ARGENTINA NO MÉXICO: OS ESFORÇOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM O MÉXICO E DE COMBATE ÀS DENÚNCIAS DOS EXILADOS ARGENTINOS CONTRA A DITADURA

5.1 Introdução

Neste quarto e último capítulo, são descritas e analisadas as diretrizes da política externa argentina voltadas às relações com o México. O período abarca desde o governo de Isabel Perón, a sua destituição com o golpe de 24 de março de 1976, até 10 de dezembro de 1983, com a posse do presidente eleito, Raúl Alfonsín.[158] Em geral, a política externa argentina foi marcada por disputas ideológicas e tensões políticas entre as Forças Armadas para a tomada de decisões em questões diplomáticas no cenário de históricas mudanças de regimes políticos na Argentina.

No campo diplomático, estão os agentes estatais (militares e civis), a estrutura e o papel do MREyC na construção e implementação de ações antes e durante a ditadura. Nesses termos, existiu uma ampla agenda de política externa em disputa na Argentina que abrangia questões de segurança, comércio, economia, política, cultura e a agenda de direitos humanos ao nível nacional e internacional.

O argumento do capítulo sustenta que, embora o MREyC tenha competido com outras burocracias estatais na condução das relações internacionais da Argentina, foi fundamental na formulação de estratégias em questões bilaterais e multilaterais. E, mais importante, as atividades de cooperação internacional bilateral e multilateral com o México foram intermediadas pela presença das exiladas e dos exilados argentinos no México, tendo em consideração as suas denúncias de direitos humanos no país e a força política de sua presença na Embaixada mexicana na Argentina, em especial aos exilados com cargos e status político alto na Argentina.

Para isso, são analisados os documentos selecionados sobre o tema disponíveis no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, especificamente os telegramas entre as representações diplomáticas da Argentina no México e em organismos internacionais, com especial atenção às diretrizes do MREyC. Além disso, são analisadas as memórias institucionais do MREyC nos anos da ditadura, que se conectam a assuntos discutidos nesses

158 Para o ano de 1983, não foram encontradas informações relevantes sobre as relações diplomáticas entre a Argentina e o México nos telegramas entre o MREyC e a Embaixada argentina. Tratou-se de um período em que as Forças Armadas já se encontravam em seu estágio mais fragilizado, dadas as péssimas condições políticas, sociais e econômicas nas quais a sociedade e o país se encontravam.

telegramas, além de permitir entender de que forma o governo militar quis estruturar de maneira estratégica o desenvolvimento das relações diplomáticas bilaterais e multilaterais com o México.[159]

Os documentos entre o MREyC e a Embaixada da Argentina no México entre 1974 e 1983 estão concentrados principalmente em três arquivos documentais: i) Direção da América Latina (1960-1980); ii) Direção de Comunicações; e iii) Direção de Organismos Internacionais (1940-1987).[160] Em alguns casos, determinados assuntos de um telegrama estão presentes em mais de um desses arquivos, pois os cabos telegráficos eram distribuídos pela área de Comunicação do MREyC para diferentes repartições do ministério e representações diplomáticas da Argentina.[161] Há, ainda, temáticas analisadas a partir da produção das memórias do MREyC que, no período da ditadura, estão disponíveis de 1976 a 1983.

5.2 O balanço das relações diplomáticas Argentina-México pela ditadura antes e no ano do golpe

A partir da documentação analisada, os anos de maior destaque para a diplomacia argentina com relação ao México começam a partir de 1977. Em que pese os anos 1974, 1975 e 1976, havia pouca informação de destaque para análise deste capítulo. Entretanto, cabe apontar alguns achados de 1975 e 1976, especialmente pelo registro do MREyC e o contexto prévio ao golpe a partir da perspectiva da Argentina em relação ao mundo.

Segundo o MREyC, o ano de 1975 foi um "período atípico", mas não há uma explicação sobre as razões dessa peculiaridade em comparação com outros anos. Nesse ano, a Argentina

[159] Não há registro de memórias do ano de 1983, após consulta presencial no *Archivo Histórico de la Cancillería* do MRECIC. Em geral, os principais temas discutidos nestas memórias são: a) relações bilaterais; b) relações multilaterais; c) economia; d) direitos humanos; e e) candidaturas a organismos internacionais. O grau de importância e de informação pode variar entre essas áreas e no ano de análise.

[160] Os documentos do fundo América Latina permitem reconhecer a existência de uma multitude de temáticas negociadas nas relações diplomáticas entre Argentina e México. As principais áreas para estabelecer projetos e mecanismos de cooperação entre esses países foram as seguintes: comércio, comunicação, transportes, cultura, direitos humanos, economia, educação, política e relações internacionais. Essas áreas estão presentes em diferentes telegramas, cujas menções e destaques não são regulares; ou seja, há momentos em que são mais ou menos discutidos entre os diplomatas argentinos e mexicanos. Nas caixas do fundo Comunicações, foi encontrada documentação sobre temas como: relatório da OEA sobre a situação dos direitos humanos na Argentina, a Guerra das Malvinas, atos e instruções de vigilância e mobilização política dos exilados, comércio, migração e economia, asilados na Embaixada do México na Argentina, apoio mútuo em candidaturas para cargos em organizações internacionais (AMRECIC, 1982a). O último fundo investigado, o de Organismos Internacionais, os documentos deste setor do MREyC, diferentes do fundo América Latina e Comunicações (como esperado), contêm mais telegramas sobre tudo o que se refere às relações diplomáticas bilaterais e multilaterais da Argentina no cenário internacional, com especial atenção à imagem pública da Argentina e aos possíveis eventos ou atores que poderiam afetá-la.

[161] Para mais informações sobre o acervo documental do *Archivo Histórico de la Cancillería* do MRECIC, ver: https://cancilleria.gob.ar/userfiles/ut/pagina_web_cuadro_de_clasificacion_archivo_historico.pdf.

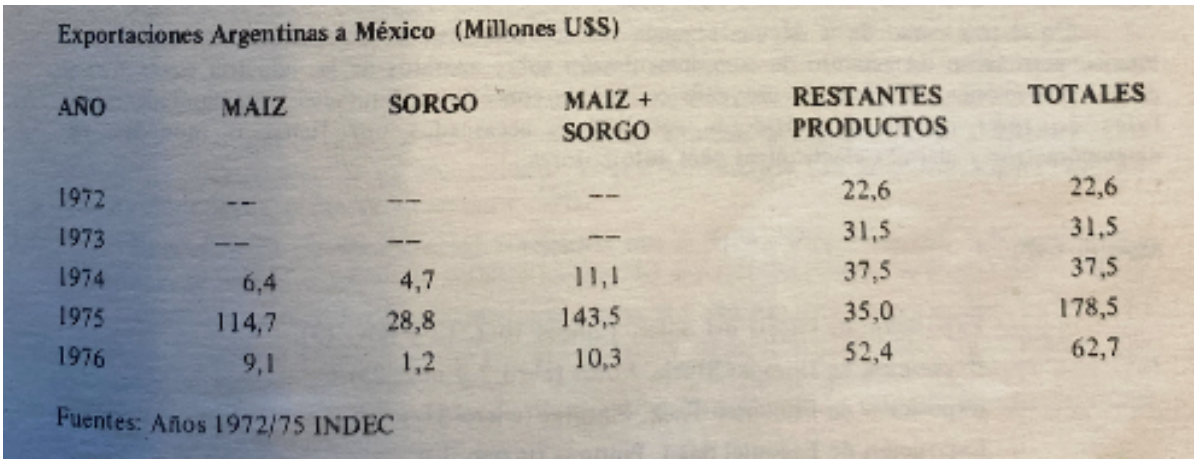
importou menos produtos do México: de 58 milhões de dólares em 1975 para 34 milhões de dólares em 1976, uma queda de 41% (MRECIC, 1976). Em termos culturais, a Argentina organizou, no México, exposições de pinturas, tapeçarias, fotografias e também conferências de artistas argentinos. Já no campo esportivo, foram mencionadas atividades de ciclismo, futebol e hóquei. Como será visto, essas atividades visavam aproximar ambos os países que, historicamente, não possuíam laços tão fortes e que, ao longo da ditadura, ganharam outros contornos dadas as questões políticas que envolviam os exílios de argentinos no México.

No âmbito comercial, a Argentina e o México mantiveram relações multilaterais por meio da ALALC. Na décima segunda reunião setorial da associação, Argentina e México negociaram um acordo de complementação de aparelhos da indústria eletrônica e de comunicações elétricas. Na ALALC, o MREyC destacou a participação da Argentina na convocação e reunião do Conselho de Ministros, órgão supremo do organismo (MRECIC, 1976). Além disso, a Argentina se posicionou a favor da abertura de mercados para países de menor desenvolvimento econômico relativo, da adoção de um sistema de acordos por pares ou grupos de países e da aplicação de tratamentos diferenciados para categorias distintas de países que fazem parte da ALALC.

Em muitos telegramas entre a Embaixada argentina e o MREyC, há o registro do apoio mútuo entre os países para candidaturas em organismos internacionais, como observado na documentação mexicana, mas agora com as justificativas por parte da Argentina. Este respaldo diplomático, muitas vezes, exigiu que a Argentina apoiasse o México em outras candidaturas e vice-versa. Tais candidaturas também estão registradas nas memórias do MREyC, algumas delas importantes à pesquisa, ao poderem ter contado com o apoio do México.

Para o ano de 1976, primeiro ano da ditadura, o MREyC caracterizou as relações diplomáticas bilaterais entre a Argentina e o México como "fluídas" e de "franca amizade". Algumas áreas dessas relações foram destacadas como a econômica, cujas exportações de grãos como milho e sorgo da Argentina ao México diminuíram drasticamente de 1975 para 1976 (de 178,5 para 62,7 milhões de dólares, respectivamente) (MRECIC, 1976):

Figura 14 – Exportações argentinas ao México em milhões de dólares estadunidenses (1972-1976)



Exportaciones Argentinas a México (Millones U$S)

AÑO	MAIZ	SORGO	MAIZ + SORGO	RESTANTES PRODUCTOS	TOTALES
1972	--	--	--	22,6	22,6
1973	--	--	--	31,5	31,5
1974	6,4	4,7	11,1	37,5	37,5
1975	114,7	28,8	143,5	35,0	178,5
1976	9,1	1,2	10,3	52,4	62,7

Fuentes: Años 1972/75 INDEC

Fonte: MRECIC, 1976, p. 39.

Nas memórias de 1976, o MREyC já apontava a importância da participação da Argentina em distintas reuniões sobre a temática de direitos humanos em Genebra, com destaque para o 32º período de sessões da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU), na qual se discutiram as violações de direitos humanos no Chile (MRECIC, 1976). Outro encontro importante foi a Conferência diplomática sobre Direito Internacional Humanitário aplicável a conflitos armados, organizada pela CDHNU entre 21 de abril a 11 de junho de 1976, em Genebra, na qual participaram funcionários do MREyC, da Missão Permanente da Argentina e assessores das Forças Armadas (MRECIC, 1976).

Nesse ano, a Argentina se candidatou a alguns postos em organismos internacionais, como a Organização Internacional de Energia Atômica (OIEA) (20ª Conferência, 21 a 28 de setembro, Rio de Janeiro), o Comitê Jurídico Interamericano (CJI) (5º Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, Santiago de Chile) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (MRECIC, 1976). Em fevereiro, menos de um mês antes do golpe, o México realizou visita ao Departamento de Organismos Internacionais do MREyC, sob a representação de Roberto de Negri Yberri, Ministro Conselheiro da Embaixada mexicana. O objetivo do encontro foi verificar detalhes sobre a reunião regional do PNUMA em Caracas, Venezuela, com particular atenção ao posicionamento do governo argentino nas temáticas de meio ambiente e desenvolvimento para a América Latina e o Caribe (AMRECIC, 1976a). O México vislumbrava a possibilidade de uma candidatura da América Latina ao cargo de Diretor Executivo do PNUMA e, por isso, o voto da Argentina era necessário.

Como visto, a ditadura não interrompeu o apoio mútuo entre a Argentina e o México em suas candidaturas em foros multilaterais sobre temas de interesse comum. Em julho de 1976, já há registro de negociação entre os países para as candidaturas às 31ª e 32ª reuniões da

Assembleia Geral da ONU (AMRECIC, 1976b). A solicitação de apoio havia ocorrido no mês de janeiro, quando o México queria o apoio da Argentina para a sua candidatura ao cargo no Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), durante a 31ª reunião da Assembleia Geral da ONU (AMRECIC, 1976c). Em contrapartida, o México ofereceria apoio à candidatura argentina na 32ª Assembleia Geral da ONU para o ano de 1977. Assim, em julho, o MREyC orientou à Embaixada argentina a formalizar junto do governo mexicano o seu apoio à candidatura de reeleição da Argentina ao ECOSOC na 32ª reunião (AMRECIC, 1976d).

Originalmente, a candidatura seria para o cargo no Comitê de Políticas e Programa Mundial de Ajuda Alimentária, mas como a Argentina foi o único país a apresentar a candidatura, o apoio mexicano não foi necessário (AMRECIC, 1976d). Ambos os países aprovaram as propostas de apoiar as candidaturas. Isso demonstra que os apoios mútuos já ocorriam antes mesmo da ditadura, mesmo com o clima de tensão preliminar ao golpe.

Em outubro, a Embaixada argentina informou ao MREyC sobre matérias publicadas em jornais mexicanos que, segundo o tema, poderiam ser prejudiciais à imagem internacional da Argentina (AMRECIC, 1976). Uma dessas foi publicada no jornal *El Día*, cujo título era "Guzzetti: O terrorismo de direito não é subversivo" (AMRECIC, 1976e, s. p., tradução nossa). Outro telegrama da Embaixada argentina ao MREyC relatou uma matéria publicada no jornal mexicano *El Sol de México*, intitulada "Denúncia da Comissão de Direitos Humanos: o Exército de Videla declarou guerra contra o povo da Argentina" (AMRECIC, 1976f, s. p., tradução nossa). Há menção de que a denúncia foi feita pela CADHU, assinada por Carlos González Gartland, Rodolfo Puiggrós e Ricardo Obregón Cano. Importante telegrama para ver o tipo de mobilização política que se gestava no exílio desde o início da ditadura, a partir de compartilhamento de informações à imprensa nacional mexicana.

5.3 A crescente pressão internacional contra a Argentina e as negociações com o México sobre o salvo-conduto do ex-presidente Cámpora (1977-1979)

O ano de 1977 é um marco para as relações diplomáticas não somente entre a Argentina e o México, mas para a própria ditadura. Isso ocorre pelo número crescente de denúncias de alcance transnacional que atores estatais e não estatais realizaram nesse ano em diante, além da pressão exercida pelos EUA no governo de Carter sobre a Junta Militar. Foi também, nesse ano, que a questão dos exilados argentinos no México e dos asilados na Embaixada mexicana se tornou um ponto recorrente quando da negociação de temas como comércio, comunicação,

transporte, cultura, direitos humanos, economia, política, educação e relações internacionais, como será visto nas comunicações entre o MREyC e a Embaixada argentina.

Em um desses documentos enviado pelo Departamento da América Latina do MREyC para a Embaixada, o diplomata argentino Federico Carlos Barttfeld (chefe desse departamento) se encontrou com o Primeiro Secretário da Embaixada mexicana.[162] Barttfeld destacou que o principal elemento de tensão entre os países decorria dos asilados que viviam na representação diplomática mexicana e que era necessária uma resposta rápida para resolver o caso, considerando "[...] os interesses de nosso país na atual conjuntura internacional" (AMRECIC, 1977a, s. p., tradução nossa). Os asilados, portanto, já eram parte estrutural das relações diplomáticas entre Argentina e México, logo no início da ditadura (AMRECIC, 1977a).[163]

Em 1977, o México não apareceu nas memórias do MREyC em uma seção especial. No entanto, houve menção às negociações comerciais com o país no marco da ALALC. Segundo o MREyC, as relações com o México poderiam ser intensificadas no campo comercial a partir das tratativas da Comissão Mista Argentino-Mexicana. Essa possibilidade surgia a partir dos esforços da Argentina em estabelecer uma "nova filosofia de integração" (MRECIC, 1977, p. 201, tradução nossa) na ALALC.

Em março, durante o 33º Período de Sessões da CDHNU, o Representante Permanente da Argentina na ONU em Genebra, o Embaixador Gabriel Martínez, emitiu uma nota verbal para o Diretor de Divisão de Direitos Humanos da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias da ONU, na qual defendia a Argentina das críticas sobre o seu quadro de direitos humanos (ONU, 1977). Países como Áustria, França e Itália estavam organizados para investigar as denúncias recebidas pelos exilados e ONGs internacionais de direitos humanos que, segundo Martínez, a Argentina tinha uma tradição de defender os direitos humanos e o direito do asilo.

Para ele, a Argentina vivia em meio a uma crise, atribuída às atividades de organizações terroristas que visavam minar as instituições e a identidade nacional, sendo necessário proteger

---

[162] Barttfeld foi nomeado Chefe do Departamento da América Latina em 12 de julho de 1976 pelo Ministro do MREyC, César Augusto Guzzetti, conforme Resolução Ministerial do órgão disponível em http://desclasificacion.cancilleria.gov.ar/userfiles/documentos/RESOLUCIONES_PUBLICAS/Res0789-1976.pdf. Barttfeld, que faleceu em 2009, era um funcionário de carreira do serviço exterior argentino que esteve associado à Emilio Eduardo Massera, ex-comandante-em-chefe da Marinha argentina. Ele foi embaixador na Alemanha, Venezuela, Nigéria, Iugoslávia e China, além de ter atuado na OEA.

[163] Em outro telegrama que trata de um acordo entre a Argentina e o México na área de transportes, segundo o Chefe do Departamento de América Latina (Barttfeld), não havia "razões políticas que tornassem necessário atender à solicitação mexicana" (AMRECIC, 1977b, s. p., tradução nossa). Sem mais informações, supõe-se que a questão dos exilados estava envolvida para o acordo ser assinado ou para as negociações entre os países avançassem nessa temática. É importante observar também que a diplomacia argentina não estava disposta a aceitar irrestritamente certas condições e solicitações do México nesses primeiros anos da ditadura.

a integridade da nação. Ele questionava a integridade e validade dos trabalhos desenvolvidos pelo ECOSOC, especialmente as ações do ACNUR, as quais poderiam perturbar as atividades entre os Estados-membros da organização. Por fim, ele também criticou os países europeus ao afirmar que, na América Latina, o direito de asilo era respeitado e que existiam ONGs, exilados e estrangeiros que trabalhavam na alcunhada (pelos militares) "campanha anti-Argentina" (ONU, 1977).

Na tentativa de explorar uma nova perspectiva de direção para a ALALC, o MREyC concedeu grande importância à visita do ditador Videla à sede da organização em junho de 1977.[164] Segundo as memórias, Videla discursou sobre a integração nacional e regional para a América Latina, no qual se podem observar certas marcas desta "nova filosofia":

> [...] a independência econômica de nossos países e, consequentemente, da região, será fortalecida enquanto seja imposto **um adequado sistema de preferências e a cooperação econômica permita que uma proporção crescente de nossas relações econômicas internacionais se nutra de fontes da região**. Essa integração terá que ser um meio para fortalecer e consolidar nossas nacionalidades. Portanto, **não há nenhuma oposição entre a integração interna de nossas economias e a integração econômica regional**. Ambos são caminhos para um fim comum [...] (MRECIC, 1977, p. 201-202, tradução nossa, grifo nosso).

Em outubro, a Embaixada argentina encaminhou um plano de ação com uma série de pautas que poderiam ser endereçadas ao governo mexicano para o avanço das relações diplomáticas com o México. As atividades tentativas a serem desenvolvidas pelos diplomatas argentinos com o México se destacavam nas seguintes áreas: promoção comercial; cooperação técnica nos setores petrolífero e agrário; forças armadas; imprensa (boletins informativos produzidos pela Embaixada argentina a serem difundidos ao governo mexicano); cultura (revisão de convênios e assinatura de novos acordos); turismo (difusão da Copa do Mundo de 1978, dos centros turísticos e da música argentina); consular (reinstauração do Consulado Geral da Argentina no México e de novas representações consulares no país) e política, por exemplo (AMRECIC, 1977b).

Na área política, a Embaixada argentina destacou a dificuldade de estabelecer relações com o novo governo mexicano por ser de "esquerda":

> Ao examinar as relações entre os dois países, não se pode desconsiderar que o atual governo recebeu um México que se orgulha de ser um país de esquerda e que será muito difícil mudar totalmente. Caberia formular a pergunta: até onde é de esquerda o país e o seu atual governo? [...] com respeito ao nosso país, estimo que devemos nos guiar conforme o seguinte refrão, 'fatos e sem palavras'. [...] **México atravessa um momento difícil, interna e externamente [...] as conquistas dos objetivos argentinos devem ser alcançadas ao lado do governo do México, e não contra. Isso requer evitar, com exceção de casos extremos, a apresentação de notas de**

[164] Na ALALC, chama a atenção alguns acordos aos quais a Argentina e o México estavam vinculados, os quais incluem áreas da indústria, tarifas, química e petrolífera. Há outros acordos comerciais mencionados nas memórias do MREyC, mas com baixa importância, como produtos da indústria fotográfica, corantes e pigmentos.

> **protesto ou severas reclamações** (AMRECIC, 1977b, p. 13, tradução nossa, grifo nosso).

Em 1978, o México voltou a figurar como destaque no rol de países com os quais a Argentina mantinha relações bilaterais. Nesse ano, o MREyC registrou um crescimento em termos econômicos e comerciais, mas uma estagnação das exportações mexicanas à Argentina. Os produtos argentinos exportados ao México foram aqueles comumente negociados (como sorgo, sementes de girassol e lã lavada), mas também outros como livros, máquinas, ferramentas e acessórios, queijos e matrizes para automóveis, itens de baixo valor agregado. As principais exportações do México à Argentina eram produtos variados, também com pouco valor agregado (máquinas de escrever, de calcular e registradoras, fósforos para cigarros, isqueiros e copiadoras).

Culturalmente, as relações entre os países foram classificadas como "excelentes", com um apoio particular da diplomacia mexicana:

> O Departamento de Assuntos Culturais da Chancelaria mexicana ofereceu a mais ampla colaboração no sentido de que os artistas argentinos puderam contar com cinemas, teatros, divulgação televisiva, centros de estudos superiores que refletiram plenamente o nível alcançado por nossa cultura (MRECIC, 1978, p. 42, tradução nossa).

A partir do ano de 1978, o resumo das relações diplomáticas com o México ganha uma seção que não existia para falar das comissões bilaterais ou multilaterais entre os países. Este novo ponto nas memórias destacou as seguintes reuniões: reunião dos Grupos de Trabalho da Comissão Mista Intergovernamental Argentino-Mexicana para Assuntos Econômicos e Comerciais (24 a 28 de abril); segunda Reunião das Comissões Culturais do México e Argentina para aprovar o Programa de Intercâmbio Cultural entre os países para o período de 1979 a 1980 (2 de agosto); e, por último, a Primeira Reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica e Técnica Argentino-Mexicana, como cumprimento dos mecanismos estabelecidos no Artigo III do Convênio de Cooperação Científica e Técnica entre os países (23 a 25 de agosto).

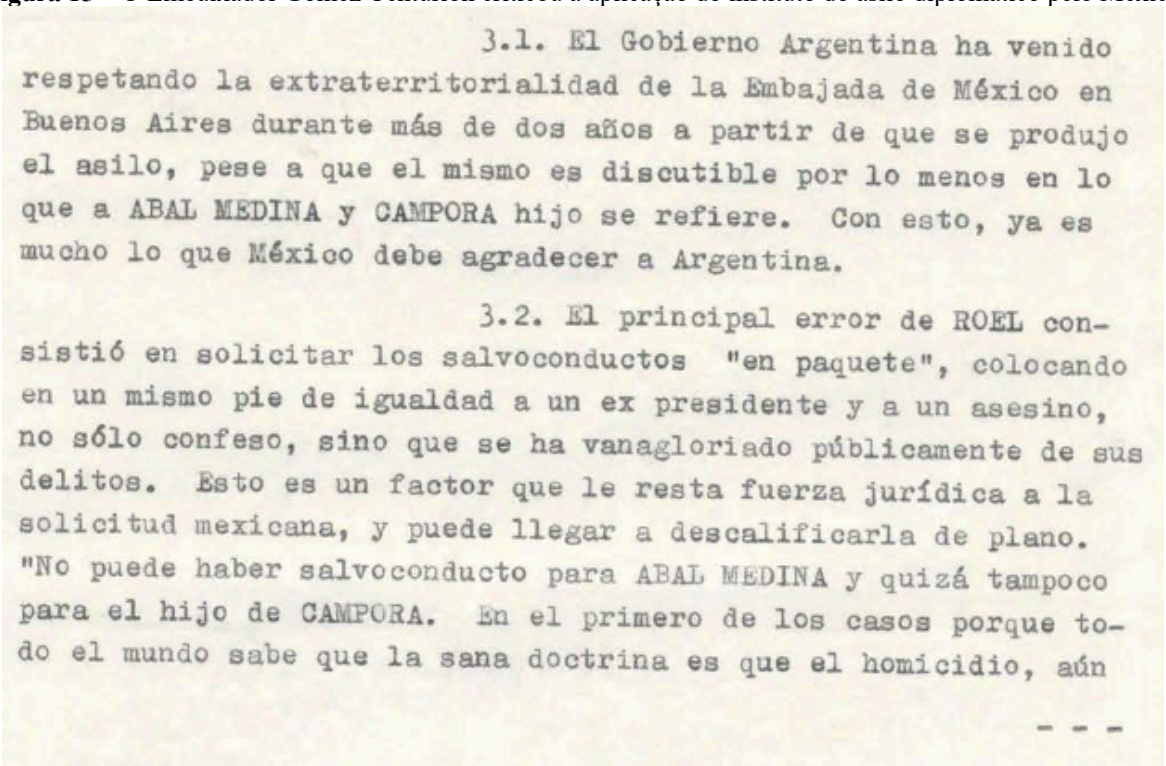
No início do ano, em janeiro, o governo argentino se pronunciou novamente no 34° Período de Sessões da CDHNU para desqualificar o trabalho realizado pela comissão. Segundo a representação argentina no órgão, o papel da CDHNU não deveria ser o de apontar medidas, mas somente o de indicar os casos de violações de direitos humanos e liberdades fundamentais (ONU, 1978). E, nesse sentido, os temas deveriam ser tratados em confidencialidade, o que demonstra a preocupação da Argentina sobre a investigação que se gestava na ONU.

Em março, Gómez Centurión, ao ser questionado por Santiago Roel sobre a situação dos asilados na Embaixada mexicana, destacou ao MREyC que o México vinculava as relações

diplomáticas Argentina-México com os asilados: “segundo a versão de Roel, a solução do problema político é um passo prévio para empreendimentos econômicos, comerciais, científicos e técnicos” (AMRECIC, 1978a, s. p., tradução nossa). Para o Embaixador argentino, a afirmação era uma contradição, dadas as tratativas entre os dois países em foros multilaterais e o apoio mútuo nestes. Assim, ele solicitou maiores elementos do MREyC para uma futura conversa com Roel, que ocorreria ainda no mesmo mês.

No mês de abril, Gómez Centurión encaminhou uma nota importante ao MREyC, na qual ele descrevia as razões pelas quais não era factível conceder os salvo-condutos aos asilados na Embaixada (AMRECIC, 1978b). As justificativas partiam do pressuposto de que, por exemplo, Abal Medina era um delinquente e assassino, o que faria com que não tivesse direito de receber asilo diplomático. Ademais, o Embaixador apontou que o México teria errado na aplicação do asilo, algo que o governo mexicano também considerava por parte da Argentina. As figuras 15 e 16 abaixo ilustram em detalhe o assunto:

Figura 15 – O Embaixador Gómez Centurión criticou a aplicação do instituto do asilo diplomático pelo México



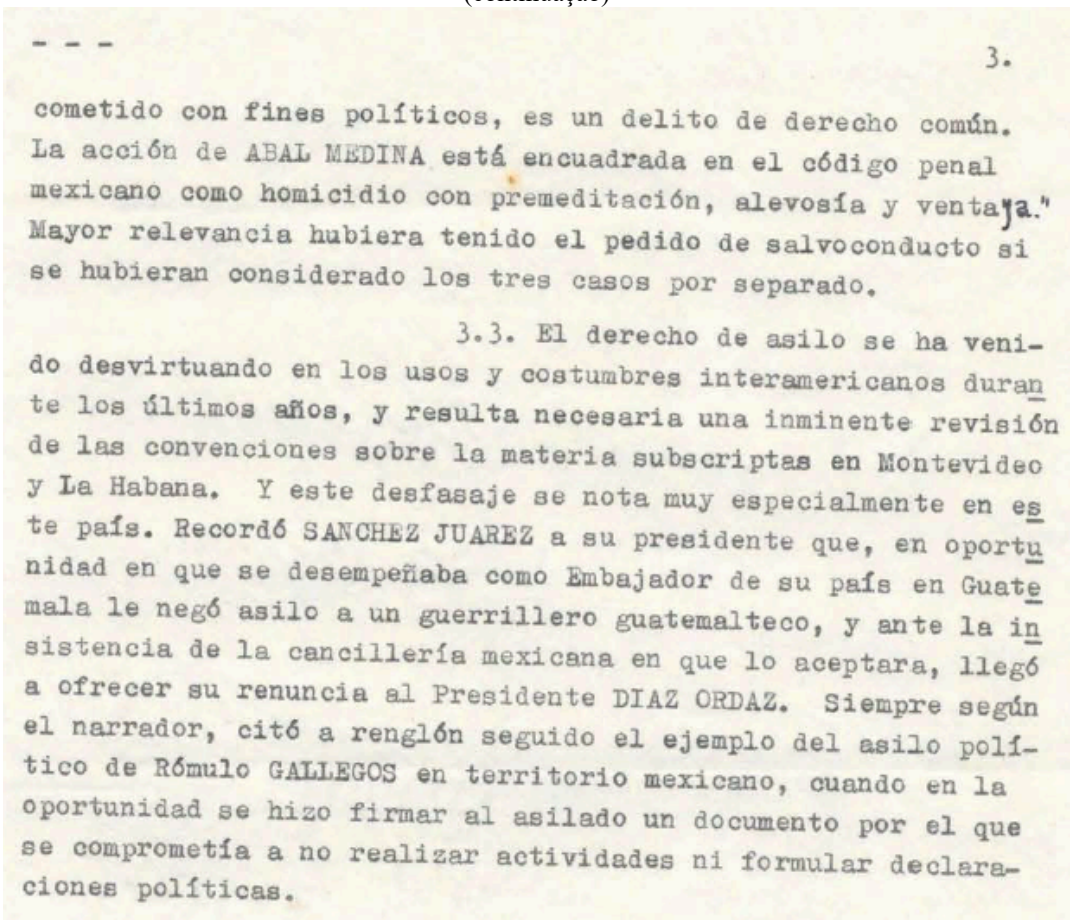
3.1. El Gobierno Argentina ha venido respetando la extraterritorialidad de la Embajada de México en Buenos Aires durante más de dos años a partir de que se produjo el asilo, pese a que el mismo es discutible por lo menos en lo que a ABAL MEDINA y CAMPORA hijo se refiere. Con esto, ya es mucho lo que México debe agradecer a Argentina.

3.2. El principal error de ROEL consistió en solicitar los salvoconductos "en paquete", colocando en un mismo pie de igualdad a un ex presidente y a un asesino, no sólo confeso, sino que se ha vanagloriado públicamente de sus delitos. Esto es un factor que le resta fuerza jurídica a la solicitud mexicana, y puede llegar a descalificarla de plano. "No puede haber salvoconducto para ABAL MEDINA y quizá tampoco para el hijo de CAMPORA. En el primero de los casos porque todo el mundo sabe que la sana doctrina es que el homicidio, aún

- - -

Fonte: AMRECIC, 1978b.

Figura 16 – O Embaixador Gómez Centurión criticou a aplicação do instituto do asilo diplomático pelo México (continuação)



- - -

3.

cometido con fines políticos, es un delito de derecho común. La acción de ABAL MEDINA está encuadrada en el código penal mexicano como homicidio con premeditación, alevosía y ventaja." Mayor relevancia hubiera tenido el pedido de salvoconducto si se hubieran considerado los tres casos por separado.

3.3. El derecho de asilo se ha venido desvirtuando en los usos y costumbres interamericanos durante los últimos años, y resulta necesaria una inminente revisión de las convenciones sobre la materia subscriptas en Montevideo y La Habana. Y este desfasaje se nota muy especialmente en este país. Recordó SANCHEZ JUAREZ a su presidente que, en oportunidad en que se desempeñaba como Embajador de su país en Guatemala le negó asilo a un guerrillero guatemalteco, y ante la insistencia de la cancillería mexicana en que lo aceptara, llegó a ofrecer su renuncia al Presidente DIAZ ORDAZ. Siempre según el narrador, citó a renglón seguido el ejemplo del asilo político de Rómulo GALLEGOS en territorio mexicano, cuando en la oportunidad se hizo firmar al asilado un documento por el que se comprometía a no realizar actividades ni formular declaraciones políticas.

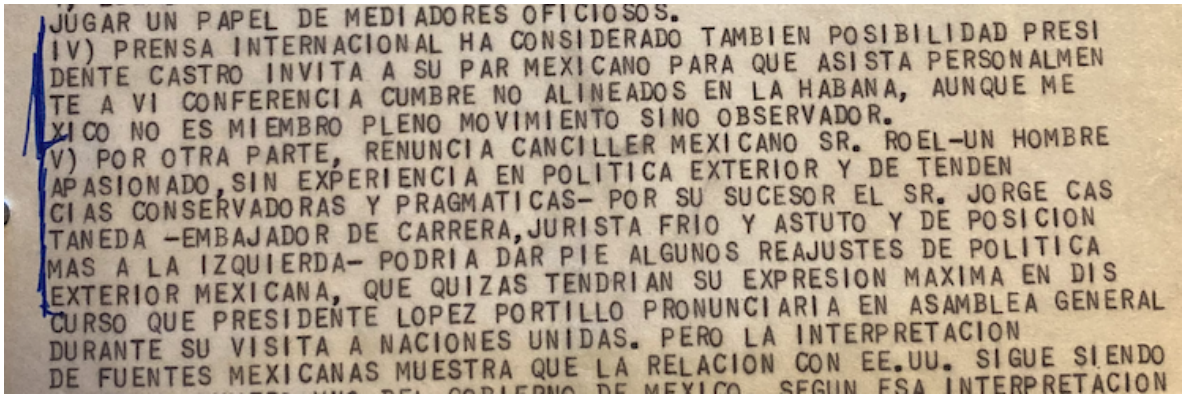
Fonte: AMRECIC, 1978b.

A Embaixada argentina também compartilhou que os diplomatas mexicanos eram críticos da posição exercida pelo México. Segundo o documento, o Embaixador mexicano na Argentina, o Almirante Uribe Escandón, em outros telegramas entre a SRE e a Embaixada mexicana, havia sido escolhido por ser um militar e, por conta disso, haveria possibilidade de ter maior proximidade com os militares argentinos para tratar dos salvo-condutos. Contudo, ele era visto como incapaz para o seu cargo pelos próprios mexicanos: "[...] o assunto Cámpora deve ser discutido em Buenos Aires por um Embaixador 'de qualidade', e não pelo almirante Uribe Escandón, que não tem nada de diplomata e que 'tem tanto de almirante como de arcebispo: somente navegou nos barcos do Lago Chapultepec...'" (AMRECIC, 1978b, p. 4, tradução nossa).

As mudanças na pasta de política externa mexicana eram observadas pela Embaixada argentina em perspectiva crítica e que dificultariam a melhoria das relações com o México. Em um telegrama de maio, a representação diplomática argentina criticou a postura de Santiago Roel e a de seu substituto (após a sua renúncia) Jorge Castañeda, visto como "[...] um homem apaixonado, sem experiência em política externa e com tendências conservadoras e pragmáticas

– sucedido por seu sucessor, o Sr. Jorge Castañeda – um embaixador de carreira, jurista frio e astuto e de posição mais à esquerda" (AMRECIC, 1978c, s. p., tradução nossa). O comentário, feito no contexto da visita de Fidel Castro ao México, está na figura 17 abaixo:

Figura 17 – Comentários críticos da representação diplomática argentina sobre agentes diplomáticos mexicanos


JUGAR UN PAPEL DE MEDIADORES OFICIOSOS.
IV) PRENSA INTERNACIONAL HA CONSIDERADO TAMBIEN POSIBILIDAD PRESI
DENTE CASTRO INVITA A SU PAR MEXICANO PARA QUE ASISTA PERSONALMEN
TE A VI CONFERENCIA CUMBRE NO ALINEADOS EN LA HABANA, AUNQUE ME
XICO NO ES MIEMBRO PLENO MOVIMIENTO SINO OBSERVADOR.
V) POR OTRA PARTE, RENUNCIA CANCILLER MEXICANO SR. ROEL-UN HOMBRE
APASIONADO, SIN EXPERIENCIA EN POLITICA EXTERIOR Y DE TENDEN
CIAS CONSERVADORAS Y PRAGMATICAS- POR SU SUCESOR EL SR. JORGE CAS
TANEDA -EMBAJADOR DE CARRERA, JURISTA FRIO Y ASTUTO Y DE POSICION
MAS A LA IZQUIERDA- PODRIA DAR PIE ALGUNOS REAJUSTES DE POLITICA
EXTERIOR MEXICANA, QUE QUIZAS TENDRIAN SU EXPRESION MAXIMA EN DIS
CURSO QUE PRESIDENTE LOPEZ PORTILLO PRONUNCIARIA EN ASAMBLEA GENERAL
DURANTE SU VISITA A NACIONES UNIDAS. PERO LA INTERPRETACION
DE FUENTES MEXICANAS MUESTRA QUE LA RELACION CON EE.UU. SIGUE SIENDO

Fonte: AMRECIC, 1978c.

Em Genebra, a representação diplomática da Argentina tentava justificar a situação de direitos humanos do país perante o Grupo de Especialistas em Comunicação, constituído por membros dos EUA e do México, importantes países com os quais a ditadura deveria ter ao seu lado para evitar maiores críticas internacionais. O conteúdo do documento, segundo a representação diplomática argentina, deveria tratar sobre as medidas da ditadura para abordar o tema de direitos humanos, como a regulamentação do direito de opção, a independência do poder judicial e críticas às listas de pessoas desaparecidas apresentadas por organizações e grupos classificados como subversivos (AMRECIC, 1978d). Para a Embaixada argentina, o voto de apoio dos EUA deveria ser desconsiderado por conta do governo de Carter, mas o do México ainda poderia ser obtido:

> Para a reunião do grupo dos cinco especialistas mencionada anteriormente, é de fundamental importância contar com pelo menos três votos favoráveis. Considerando que o Paquistão e a URSS se manifestem nesse sentido e descartando definitivamente o voto dos EUA. Os especialistas do México e da Tunísia devem ser alvo de uma abordagem de alto nível em seus respectivos países. No caso da Tunísia, a reunião dos não alinhados em Belgrado é a oportunidade adequada para formular o pedido de apoio ao nível dos ministros das Relações Exteriores (AMRECIC, 1978d, s. p., tradução nossa).

Determinados jornais mexicanos como *Excélsior* tinham a característica de divulgar matérias críticas sobre a Argentina e as violações de direitos humanos no país. Em maio, a Embaixada argentina expressou o seu desagrado com as posições do jornal que, segundo a representação, era contrário ao governo argentino. Nas palavras de Gimenez Melo, funcionário da Embaixada argentina, *Excélsior* era um "[...] jornal geralmente sério e moderado, embora

tenha se destacado por sua posição contra o atual governo argentino" (AMRECIC, 1978d, s. p., tradução nossa). Supõe-se que a constância de publicações do jornal sobre a Argentina se deva a existência de muitos exilados nas equipes de trabalho desses periódicos, o que facilitaria a estratégia de disseminação de informações sobre os desaparecidos, os assassinatos e as prisões arbitrárias na Argentina.

Em junho, grupos de partidos políticos e de movimentos sociais mexicanos entregaram à Embaixada argentina um documento que solicitava esclarecimentos sobre a situação física e jurídica das pessoas desaparecidas na Argentina. Dentre os grupos políticos que assinaram o documento constam: *Unión Izquierda Comunista*, *Partido del Pueblo Mexicano*, *Movimiento Mexicano para la Paz*, *Partido Comunista Mexicano*. A Embaixada argentina destacou alguns nomes de relevância que assinaram o documento, pessoas de partidos políticos de importância no México e outras pessoas de renome internacional, por exemplo: *Partido Popular Socialista* (Senador Jorge Cruickshank Garcia); PRI (Deputado Victor Manzanilla Schaffer); *Universidad de Puebla* (Reitor Luis Rivera Terrazas); exilados uruguaios e chilenos, dentre esses, a viúva de Salvador Allende (Hortensia Bussi).

O governo argentino estava ciente do apoio tácito do governo mexicano para grupos de esquerda de diversos países, como a transmissão pela Secretaria da Educação Pública do México de programas "pró-Montoneros". Nesse telegrama, tratava-se da possibilidade de o México dar asilo para sandinistas da Nicarágua. Nas palavras de Gómez Centurión, essas ações mexicanas manifestavam "[…] mais uma vez o livre jogo desfrutado pelos elementos terroristas americanos no México e a curiosa interpretação dada ao asilo político neste país" (AMRECIC, 1978e, s. p., tradução nossa).

Na ONU, o Embaixador do México na organização solicitou reunião com o chanceler argentino para discutir sobre o Tratado de Tlatelolco.[165] Segundo o documento, o Embaixador mexicano tratou o tema com caráter "preferencial e urgente" (AMRECIC, 1978f, s. p., tradução nossa), além de destacar a importância da participação da Argentina nas negociações do tratado e do caráter pró-América Latina da iniciativa:

> […] destacou a importância da presença argentina não apenas pelo papel predominante no grupo latino-americano, mas também pelos méritos de Vossa Excelência como Representante no assunto, qualificando sua assistência como muito importante. Acrescentou que o México visa redigir um documento que interprete de forma mais homogênea possível o pensamento da região, sobre especialmente a

[165] Alguns meses antes, em julho, o Departamento de Organismos Internacionais (DOEA) do MREyC encaminhou a sua Subsecretaria de Relações Exteriores um convite que o México teria feito à Argentina, por intermédio da Embaixada argentina, para participar de reunião no mês de agosto sobre as limitações de transferência de armas convencionais, uma iniciativa do México com outros países como Bolívia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, Jamaica, Nicarágua e Venezuela (AMRECIC, 1978g).

> limitação razoável de armamentos convencionais e a proibição absoluta de armas que causem danos desnecessários (AMRECIC, 1978f, s. p., tradução nossa).

Dias após, Gomez Centurión encaminhou um telegrama ao MREyC no qual explica sobre a importância de se aproximar do representante diplomático do México na ONU, Martínez Baez, a fim de gerenciar o tema de direitos humanos na Argentina (AMRECIC, 1978h). Em conversa com o subsecretário do México na pasta, Gomez Centurión recebeu o informe de que o governo mexicano estaria favorável em apoiar a Argentina.

Em setembro, a Embaixada argentina relatou que Rodolfo Puiggrós, líder do COSPA, trabalhava juntamente ao governo mexicano para auxiliar nas solicitações de visto de trabalho a argentinos que queriam ir ao México (AMRECIC, 1978i).[166] Segundo a representação,

> […] investigações subsequentes conseguiram obter uma fotocópia do documento […] segundo o qual a Secretaria de Governo – Direção-Geral de Serviços Migratórios – solicita a opinião do Presidente do 'Comitê' mencionado para outorgar permissão de imigrante por três meses a um técnico em desenho e modelagem de vestidos para mulher […] o assessoramento em matéria de migração é privado à soberania de um Estado e inerente a sua política interna, também é possível se perguntar **até que ponto a atitude descoberta de consultar mediante documentos oficiais, a um organismo orientado diretamente contra um governo com o qual se mantém relações amigáveis, não é suscetível de gerar um desapreço desses vínculos** (AMRECIC, 1978i, s. p., tradução nossa, grifo nosso).

A desconfiança de que Rodolfo Puiggrós trabalhava para o governo mexicano datam de telegramas desde março de 1978 (AMRECIC, 1978j). A informação teria sido transmitida por uma mulher que foi à seção consular da Embaixada argentina, conforme se pode ver no Anexo D.

Por outro lado, em tratativas para organizar a próxima reunião da Comissão Mista para o mês de novembro de 1978 em Buenos Aires, a Embaixada argentina destacou a necessidade de observar que questões políticas poderiam surgir na reunião. Cabe entender quais eram os temas políticos, supostamente ligados aos exilados argentinos e ao salvo-conduto do ex-

[166] A atuação de Puiggrós junto ao governo mexicano ocorreu em um momento de transformação social, no qual a concepção de segurança nacional começava a mudar e, consequentemente, as instituições e os mecanismos que a resguardavam iniciaram um processo de crise interna (Aguayo, 2001). Era um período em que "[…] se multiplicavam os meios impressos, decididos a se libertarem do controle oficial e da autocensura, e se criavam os primeiros organismos não governamentais de direitos humanos que denunciavam os métodos coercitivos que eram aplicados sobre os opositores (Aguayo, 2001, p. 227, tradução nossa). Esse contexto possibilitou uma maior abertura à participação de exilados como Puiggrós nas atividades de vigilância do governo mexicano. Ele, a partir das ações do COSPA, auxiliou na obtenção da legalidade migratória de exilados no México, por ser a figura de liderança nesse país, além de possuir uma ampla rede de contatos políticos, além de acadêmicos, que facilitou a sua negociação com o governo mexicano na temática migratória. De acordo com Yankelevich (2009), o líder do COSPA "[…] assinou centenas de cartas de apresentação diante das autoridades da Secretaria de Governo; nestas cartas se confirmava que o solicitante havia chegado ao México por consequência da perseguição política. O aval de Puiggrós permitia iniciar o trâmite migratório, e caso se tornasse complicado, ele mesmo ou outros integrantes da Comissão Diretiva auxiliavam a realizar entrevistas com as autoridades" (Yankelevich, 2009, p. 123, tradução nossa).

presidente Cámpora. O Embaixador Gómez Centurión demonstrou grande preocupação em firmar a data da reunião do órgão, já que significava a possibilidade de avançar nas relações comerciais Argentina-México, ademais de fortalecer o propósito de seu trabalho no país, como se observa no trecho abaixo:

> A não realização naquela data poderia talvez resultar em um adiamento por tempo indeterminado, o que significaria dar um passo atrás em tudo o que foi avançado nesses meses e não cumpriria as instruções para ativar o intercâmbio comercial entre ambos os países que recebi quando fui designado como Embaixador no México e ao Chanceler Roel quando apresentei minhas credenciais (AMRECIC, 1978k, s. p., tradução nossa).

A pauta do esfriamento das relações diplomáticas Argentina-México retornou com a condecoração do governo argentino para Pedro Vargas, cantor mexicano, amigo próximo do chanceler Roel. Conforme Gómez Centurión, a ocasião teria representado uma maneira de aproximar ainda mais as relações entre os países e de "[…] demonstrar que não existe nenhum esfriamento entre um povo e outro" (AMRECIC, 1978l, s. p., tradução nossa). Cabe recordar que esse "esfriamento" das relações diplomáticas entre os países iniciou, especialmente, pela negativa do governo argentino em conceder o salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora.

Gómez Centurión afirmou que algumas notícias eram falsas e as relações da Argentina com México estavam ligadas por laços históricos. Acrescentou, também, que os asilados não eram uma variável importante nessa conta:

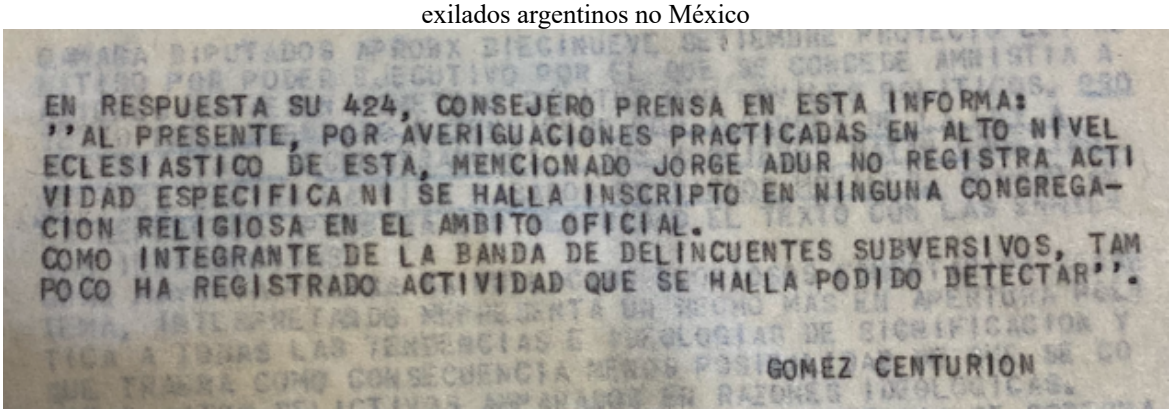
> [...] é falso que o Chanceler mexicano tenha falado em descongelar ou estreitar as relações ruins com a Argentina, e muito menos tratar o assunto relacionado ao asilo concedido a diversas pessoas naquela Embaixada. **Existe uma grande amizade que une o povo mexicano ao povo argentino, com quem temos laços estreitos de afeto desde tempos imemoriais, os quais não devem ser prejudicados pela presença dos asilados** (AMRECIC, 1978, s. p., tradução nossa, grifo nosso).

O estreitamento das "más relações" entre a Argentina e o México teria sido o título de uma nota do jornal argentino *Clarín*, a qual declarava que a visita do Chanceler Roel foi para "[…] estreitar as más relações com a Argentina" (AMRECIC, 1978l, s. p., tradução nossa). Nas palavras de Gómez Centurión, Santiago Roel enviaria um comunicado à Embaixada mexicana com cópia para Videla para demonstrar que

> [...] lamentava esse tipo de acontecimento que prejudica o trabalho de aproximação que estava sendo realizado entre ambos os países. Disse que sua presença no ato de condecoração de Pedro Vargas despertou ciúmes em meios diplomáticos, mas que a **decisão havia sido tomada com a intenção de demonstrar o bom estado das relações entre México e Argentina** (AMRECIC, 1978l, s. p., tradução nossa, grifo nosso).

Nesse mesmo ano, era também notável a vigilância exercida pela Embaixada argentina sobre a comunidade de exilados argentinos no México, como se pode ver na figura 18 a seguir:

Figura 18 – Investigações realizadas pela Embaixada argentina sobre atividades consideradas subversivas pelos exilados argentinos no México



EN RESPUESTA SU 424, CONSEJERO PRENSA EN ESTA INFORMA:
''AL PRESENTE, POR AVERIGUACIONES PRACTICADAS EN ALTO NIVEL ECLESIASTICO DE ESTA, MENCIONADO JORGE ADUR NO REGISTRA ACTIVIDAD ESPECIFICA NI SE HALLA INSCRIPTO EN NINGUNA CONGREGACION RELIGIOSA EN EL AMBITO OFICIAL.
COMO INTEGRANTE DE LA BANDA DE DELINCUENTES SUBVERSIVOS, TAMPOCO HA REGISTRADO ACTIVIDAD QUE SE HALLA PODIDO DETECTAR''.

GOMEZ CENTURION

Fonte: AMRECIC, 1978m.

Em outubro, a Embaixada argentina e o MREyC discutiram outra solicitação mexicana para a Argentina apoiar a candidatura do México a um posto na CIDH (AMRECIC, 1978n), algo de extrema importância, visto que a Argentina observava a movimentação da comissão ao realizar visitas a países com histórico de violações de direitos humanos e emitir relatórios da situação local.[167] E, em dezembro, o Departamento de América Latina do MREyC solicitou à Embaixada argentina mais informações sobre diversos atores não estatais do México (AMRECIC, 1978o). Supõe-se que o objetivo era averiguar a possibilidade de os exilados argentinos possuírem contatos no país que aderissem as suas ações de denúncia contra a ditadura. O MREyC queria saber sobre os grupos guerrilheiros mexicanos, a posição de igreja, de sindicatos e outros grupos de pressão em relação aos grupos guerrilheiros, a atitude do governo, as ações que desenvolviam em universidades, com especial atenção à UNAM e outras informações importantes (AMRECIC, 1978o).

Já no ano de 1979, a documentação aponta para maiores interações entre a Argentina e o México e uma maior constância no compartilhamento de informações entre a Embaixada argentina e o MREyC. Em suas memórias, o MREyC considerou três eventos importantes nas relações bilaterais com o México: i) a visita de Galtieri ao México (14 a 19 de setembro), entendida como um sinal das "[…] excelentes relações entre as Forças Armadas de ambos os países, em especial o Exército" (MRECIC, 1979, p. 91, tradução nossa); ii) a visita do Secretário da Defesa Nacional do México, General de Divisão Félix Galván López, à Argentina (28 de setembro a 3 de novembro), após convite de Viola; e iii) a concessão de salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora.

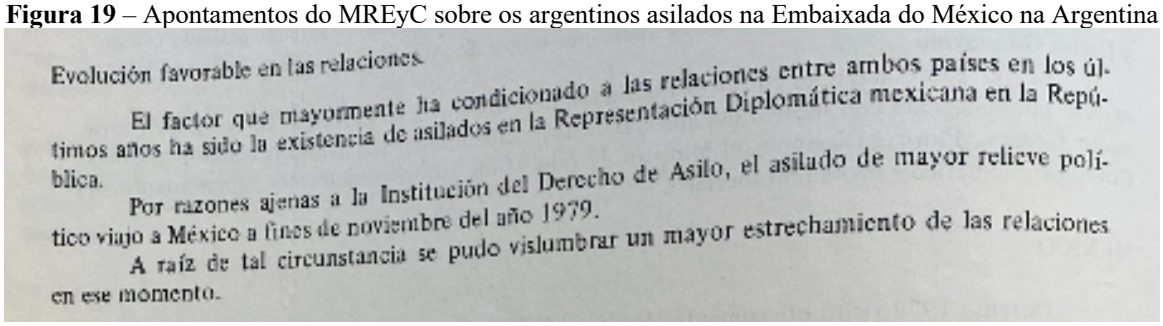
[167] Especificamente, a pessoa a ser candidata pelo México era Mario Cantú Leal e as informações sobre a candidatura datam de 1979, como será visto nas próximas páginas.

As visitas de Galtieri ao México e de Galván López à Argentina demonstram que as forças armadas argentina e mexicana tentaram expressar em público que existiam boas relações diplomáticas entre os países, a despeito das dificuldades na concessão dos salvo-condutos aos asilados na Embaixada mexicana e das denúncias contra a ditadura argentina sobre as violações de direitos humanos. No caso de Galtieri, a visita foi um convite do governo de López Portillo ao desfile militar de celebração à independência mexicana. De acordo com Yankelevich (2009), a ocasião não era de desconhecimento das organizações argentinas no exílio e nem evitaria que o utilizassem para realizarem ações políticas, contudo se o fizessem seria um "incômodo", devido a necessidade de "[...] condenar um gesto protocolar de um governo que concedia várias demonstrações de solidariedade para com os perseguidos da ditadura" (Yankelevich, 2009, p. 225, tradução nossa).

Sabe-se que além de os exilados considerarem em suas ações a proteção mexicana, era de seu conhecimento os dispositivos do artigo 33 da constituinte mexicana. Isso não significa que a visita passou despercebida por outros grupos: organizações sindicais e políticas mexicanas e um grupo de exilados de várias nacionalidades se mobilizaram para exigir respostas de Galtieri sobre os desaparecidos, as torturas e a concessão de salvo-conduto aos asilados (Yankelevich, 2009). Ou seja, para preservar as boas relações com o governo de López Portillo, os exilados optaram por recuar de suas ações públicas nas ruas e atuar mais indiretamente, pois era mais estratégico não ser um alvo direto das críticas da ditadura (e do governo mexicano), e sim mobilizar em coletividade as críticas à Junta Militar durante a visita.

E, com especial atenção ao salvo-conduto de Cámpora, o MREyC observou que essa ação permitiu "[…] vislumbrar um maior estreitamento das relações neste momento" (MRECIC, 1979, s. p., tradução nossa), também visto como um "fator que condicionou grandemente as relações entre ambos os países nos últimos anos […]" (MRECIC, 1979, s. p., tradução nossa). O tema Cámpora, portanto, era uma negociação importante a ser discutida não apenas em seu aspecto político, mas também devido aos seus potenciais resultados em outras áreas de interesse da Argentina, como em suas relações bilaterais e multilaterais com o México, principalmente em termos econômicos e comerciais. A figura 19 a seguir ilustra a preocupação do MREyC relativa aos asilados na Embaixada mexicana:

Figura 19 – Apontamentos do MREyC sobre os argentinos asilados na Embaixada do México na Argentina



Evolución favorable en las relaciones

El factor que mayormente ha condicionado a las relaciones entre ambos países en los últimos años ha sido la existencia de asilados en la Representación Diplomática mexicana en la República.

Por razones ajenas a la Institución del Derecho de Asilo, el asilado de mayor relieve político viajo a México a fines de noviembre del año 1979.

A raíz de tal circunstancia se pudo vislumbrar un mayor estrechamiento de las relaciones en ese momento.

Fonte: MRECIC, 1979, p. 92.

Em termos de cooperação política bilateral, o ano de 1979 foi marcado por um "[...] amplo apoio às candidaturas argentinas em fóruns internacionais. Assim, e em um quadro de reciprocidade, em 1979 o México votou em candidatos argentinos para ocupar vagas" (MRECIC, 1979, p. 91, tradução nossa), sendo estas vagas nas seguintes organizações: OEA; Conselho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); ALALC; Comitê Jurídico Interamericano (CJI); Comissão de Direito Internacional (CDI); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); ECOSOC; e Organização Consultiva Marítima Intergovernamental (OCMI).[168]

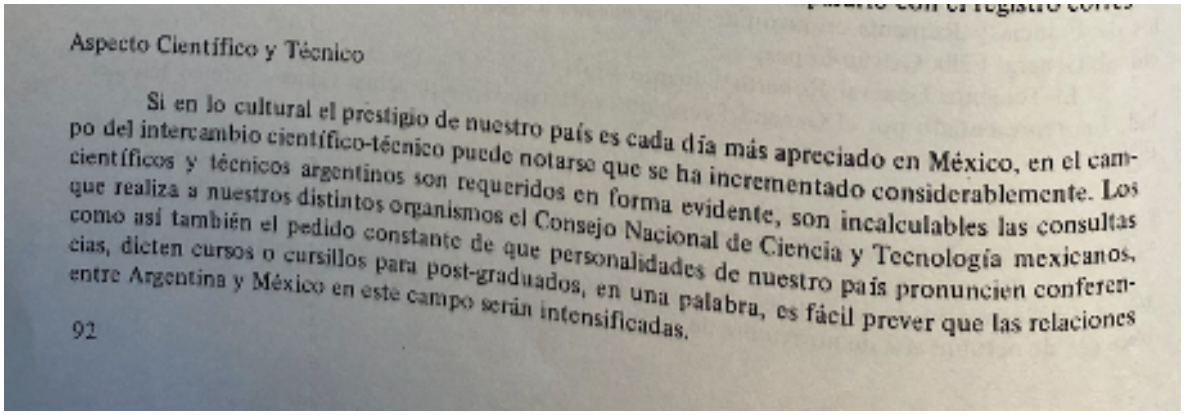
Em paralelo às negociações para apoio em OIs, os aspectos econômicos e culturais continuaram a ser avaliados em termos positivos e em evolução pelo MREyC. Em 1979, destaca-se um "[…] aumento relativo maior das vendas mexicanas para a Argentina do que o valor das compras dessa origem, ao se fazerem comparações com o que ocorreu um ano antes" (MRECIC, 1979, p. 92, tradução nossa).[169] A cultura ocupava um lugar especial nas relações bilaterais com o México que, conforme o MREyC, existiam excelentes relações com "a Representação junto ao Departamento de Assuntos Culturais da Chancelaria local, que permite oferecer a mais ampla colaboração do mesmo para que os diferentes artistas argentinos possam contar com cinemas, teatros, divulgação televisiva, gravações gratuitas em videoteipe […]" (MRECIC, 1979, p. 93, tradução nossa).

Nos campos científico e técnico, houve um aumento considerável nas relações entre os países. Segundo o MREyC, o México estaria disposto a receber indivíduos com formação científica em seu território ou demandar a sua participação em eventos e formações acadêmicas. Para os diplomatas argentinos, as perspectivas futuras indicavam um aumento nessas relações científicas e técnicas, conforme a figura 20:

[168] Em julho de 1979, o MREyC solicitou à Embaixada argentina investigar a posição do México em relação à temática do PNUMA, bem como averiguar se seria possível obter desse país apoio na posição da Argentina na 34.ª Assembleia Geral da ONU.

[169] Segundo as memórias do MREyC de 1979, um dos desafios da exportação de grãos argentinos foi o aumento do preço dos fretes marítimos (MRECIC, 1979).

Figura 20 – Aspectos científicos e tecnológicos das relações diplomáticas Argentina-México



Aspecto Científico y Técnico

Si en lo cultural el prestigio de nuestro país es cada día más apreciado en México, en el campo del intercambio científico-técnico puede notarse que se ha incrementado considerablemente. Los científicos y técnicos argentinos son requeridos en forma evidente, son incalculables las consultas que realiza a nuestros distintos organismos el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología mexicanos, como así también el pedido constante de que personalidades de nuestro país pronuncien conferencias, dicten cursos o cursillos para post-graduados, en una palabra, es fácil prever que las relaciones entre Argentina y México en este campo serán intensificadas.

92

Fonte: MRECIC, 1979, p. 92.

Quanto às interações do México com a Argentina em comissões bilaterais e multilaterais, destacam-se quatro aspectos: i) a integração econômica bilateral desenvolvida por meio de tarifas; ii) a coincidência de posições de ambos os países na ALALC; iii) as discussões de assuntos econômicos e comerciais sob a Comissão Mista Intergovernamental Argentina-México; e iv) negociações para realizar uma missão de empresários argentinos no México. Em relação ao primeiro tema, não foi registrado se os interesses da Argentina foram atendidos, apenas que a SRE estaria disposta a analisar a proposta argentina. No caso da ALALC, a Argentina tinha o objetivo de participar ativamente no processo de reestruturação da instituição, especificamente para alcançar a integração econômica por meio de tarifas, um interesse compartilhado pelo México, consoante o MREyC.[170] Vale ressaltar que a proposta tinha como objetivo, segundo o MREyC, diversificar geograficamente as negociações do comércio exterior argentino (MRECIC, 1979).[171]

[170] A principal atividade da representação argentina na ALALC para o ano de 1979 foi negociar sua reestruturação a partir de uma proposta da Argentina. Esta proposta tinha como marco uma política econômica externa ligada aos interesses nacionais da Argentina: "[...] uma parte de uma política nacional externa [...] o fato de ter definida uma política de integração econômica regional de forma coerente e orgânica com a política econômica interna de nosso país [...] por mais de uma década, a Argentina tem participado passivamente diante do impossível cumprimento das metas estabelecidas para a ALALC" (MRECIC, 1979, p. 296, tradução nossa).

[171] Na ALALC, empresários de diferentes países se reuniram, incluindo mexicanos e argentinos (MRECIC, 1979). Alguns dos eventos destacados pelo MREyC eram: i) projeto de Acordos de Complementação – empresários argentinos, brasileiros e mexicanos concordaram com sugestões de desoneração no setor médico, hospitalar, odontológico e veterinário; ii) solicitação de ampliação do projeto de Acordo de Complementação sobre o setor de indústria de confecção: empresários argentinos, brasileiros e mexicanos solicitaram a expansão do projeto de acordo de complementação de 1978; e iii) projetos de expansão de acordos de complementação já assinados – empresários argentinos, brasileiros e mexicanos solicitaram a expansão de acordos em diferentes áreas, como máquinas de escritório, produtos da indústria químico-farmacêutica, fotográfica, óleos naturais, eletricidade, eletrônicos e comunicações elétricas, lâmpadas e unidades de iluminação (MRECIC, 1979).

Na Comissão Mista, o objetivo da ditadura era retomar as discussões no mecanismo após dois anos sem se reunir.[172] Por último, empresários argentinos específicos (dos setores de máquinas, agricultura e veículos de transporte, por exemplo) estiveram em missão ao México. Lá, reuniram-se com as suas contrapartes mexicanas, visitaram a Câmara Nacional de Comércio e a Câmara Nacional da Indústria de Transformação do México, além de outras instituições (MRECIC, 1979). Os empresários argentinos também estabeleceram contato com empresas mexicanas para negociar futuros projetos.

No campo dos direitos humanos, o MREyC fez um resumo da visita da CIDH, tendo qualificado o contexto daquele momento como uma fase "[…] da vida do país caracterizada pela agressão aos valores e estilo de vida nacionais e na qual se tentou aniquilar, por meio do terror e da violência, a tradicional vocação do povo argentino pela liberdade, paz e democracia" (MRECIC, 1979, p. 213, tradução nossa). No entanto, não houve menção ao México no assunto.

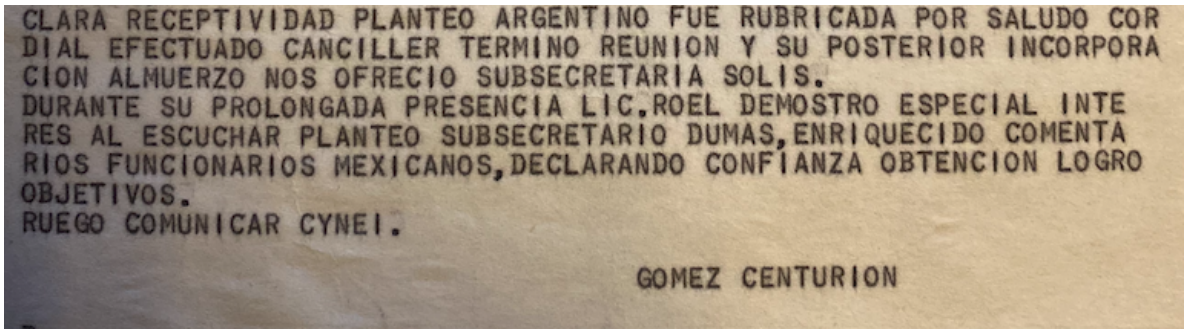
Em janeiro de 1979, as notícias sobre a situação do ex-presidente Cámpora já estavam nas principais pautas das relações entre a Argentina e o México. Em telegrama da Embaixada argentina, o governo mexicano demonstrou preocupação com a situação do ex-presidente Cámpora, conforme reunião entre Gómez Centurión e Secretário de Relações Exteriores do México, Santiago Roel. Foram propostas ideias pelo diplomata argentino Dumas (Subsecretário de Relações Econômicas Internacionais), mas que teriam dificuldade de serem executadas por conta da não definição da situação dos asilados (AMRECIC, 1979a). A Embaixada argentina relatou que Dumas, ao ter conversado com diplomatas mexicanos, discutiu sobre comércio exterior, assuntos econômicos e de fazenda para tratar dos interesses argentinos para com o México. A estratégia dele visava impulsionar a negociação de tarifas e ressaltar que

> […] o México era o primeiro ao qual essa proposta era formulada […] Essa oportunidade tinha como propósito propor um estudo amplo do esquema de integração com o México e descrever os pontos essenciais da metodologia concebida em nosso país em função da política de abertura (AMRECIC, 1979b, s. p., tradução nossa).

O assunto seria discutido na próxima reunião da Comissão Mista para buscar novas formas de integração entre os países, a despeito do caso dos asilados. Segundo a Embaixada argentina, a proposta da Argentina teria sido bem recebida, até mesmo por Santiago Roel, conforme a figura 21 abaixo:

[172] As informações dos telegramas entre a Embaixada argentina e o MREyC sugerem que a demora para se reunir na comissão era devido ao caso do ex-presidente Cámpora.

Figura 21 – Negociações sobre integração tarifária entre a Argentina e o México


CLARA RECEPTIVIDAD PLANTEO ARGENTINO FUE RUBRICADA POR SALUDO COR
DIAL EFECTUADO CANCILLER TERMINO REUNION Y SU POSTERIOR INCORPORA
CION ALMUERZO NOS OFRECIO SUBSECRETARIA SOLIS.
DURANTE SU PROLONGADA PRESENCIA LIC.ROEL DEMOSTRO ESPECIAL INTE
RES AL ESCUCHAR PLANTEO SUBSECRETARIO DUMAS,ENRIQUECIDO COMENTA
RIOS FUNCIONARIOS MEXICANOS,DECLARANDO CONFIANZA OBTENCION LOGRO
OBJETIVOS.
RUEGO COMUNICAR CYNEI.

GOMEZ CENTURION

Fonte: AMRECIC, 1979b.

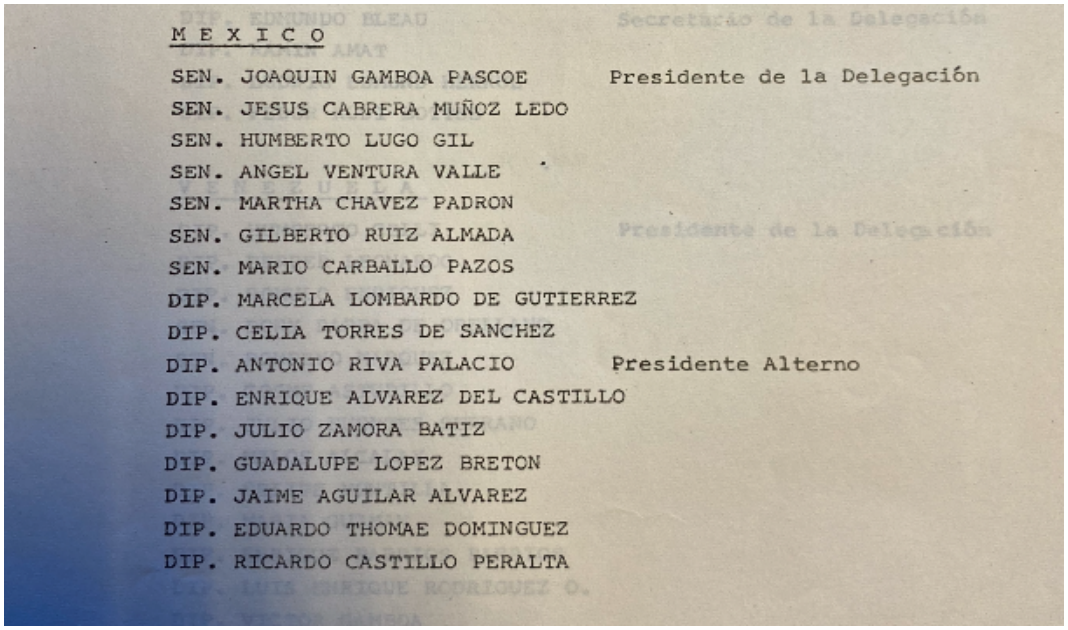
O ano de 1979 foi também um período de diversos eventos internacionais que impulsionaram a visibilidade das violações de direitos humanos na Argentina. Um exemplo foi a IX Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano, que ocorreu na Cidade do México de 16 a 18 de julho, na qual participaram delegados de distintos países, como o México.[173] Os membros da delegação mexicana estiveram compostos por senadores e, dentre alguns objetivos do parlamento, os direitos humanos deveriam ser preservados:

> Art. 5º - Os objetivos do Parlamento Latino-americano são: a) Promover e orientar a integração política, social, econômica e cultural dos povos latino-americanos. b) Apoiar o pleno império da liberdade, da justiça social e o exercício efetivo da democracia representativa. **c) Garantir o respeito absoluto aos direitos humanos** (AMRECIC, 1979c, p. 4, tradução nossa, grifo nosso).

O próprio presidente da *Junta Directiva* (máxima autoridade do parlamento) era um deputado mexicano chamado Víctor Manzanilla Schaffer. Há uma extensa lista de deputados e senadores mexicanos que estiveram presentes, conforme a figura 22 abaixo:

[173] O parlamento também mantinha relações com países externos ao grupo e com organizações internacionais e outros órgãos multilaterais, como os parlamentos europeu e africano e a união interparlamentária mundial. Além disso, existia um órgão responsável por receber, organizar e enviar informações concernentes às atividades do parlamento, cuja composição se dava por quatro pilares: a assembleia, a junta diretora, as diversas comissões permanentes e a secretaria geral. Dentre as comissões, existia uma de direitos humanos.

Figura 22 – Deputados e senadores mexicanos presentes na IX Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano



M E X I C O

SEN. JOAQUIN GAMBOA PASCOE — Presidente de la Delegación
SEN. JESUS CABRERA MUÑOZ LEDO
SEN. HUMBERTO LUGO GIL
SEN. ANGEL VENTURA VALLE
SEN. MARTHA CHAVEZ PADRON
SEN. GILBERTO RUIZ ALMADA
SEN. MARIO CARBALLO PAZOS
DIP. MARCELA LOMBARDO DE GUTIERREZ
DIP. CELIA TORRES DE SANCHEZ
DIP. ANTONIO RIVA PALACIO — Presidente Alterno
DIP. ENRIQUE ALVAREZ DEL CASTILLO
DIP. JULIO ZAMORA BATIZ
DIP. GUADALUPE LOPEZ BRETON
DIP. JAIME AGUILAR ALVAREZ
DIP. EDUARDO THOMAE DOMINGUEZ
DIP. RICARDO CASTILLO PERALTA

Fonte: AMRECIC, 1979c.

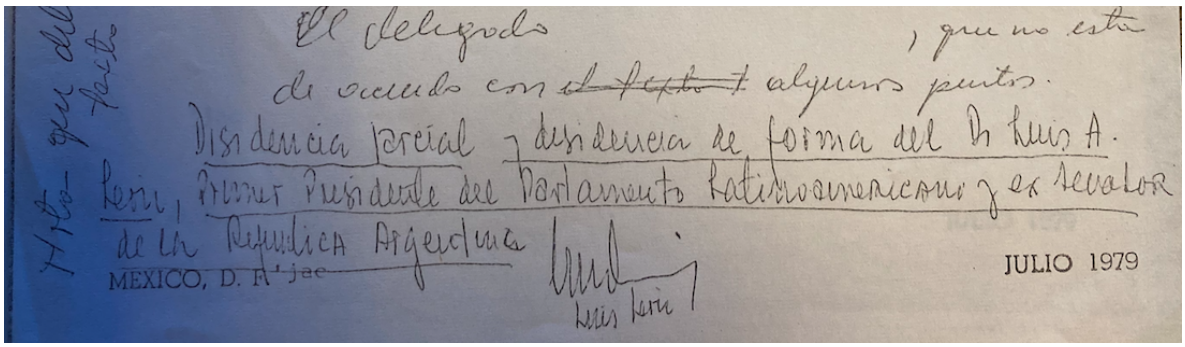
Além da presença mexicana no evento, exilados de diversas nacionalidades, dentre essas, a argentina, estiveram na assembleia. Entre os exilados argentinos que estiveram presentes se destacam os seguintes nomes: Hector Bruno, Hector Raúl Sandler e Ricardo Obregón Cano. Participaram ainda observadores da Argentina (Luis A. Leon) e de países europeus, como Portugal e Espanha.

No documento da assembleia, foi discutido o contexto de violações dos direitos políticos e humanos nas ditaduras da Argentina, Uruguai e Chile com diversas consequências e ações, como a dissolução de partidos políticos, organizações sindicais, desaparecimentos, detenções e exílios forçados. A partir disso, os presentes decidiram sobre as seguintes ações para a questão dos exilados:

> 3º. Solicitar especialmente a libertação do General Líber Seregni, preso há seis anos no Uruguai; **salvo-conduto ao Dr. Héctor Cámpora, ex-presidente argentino asilado há quatro anos na Embaixada do México em Buenos Aires**, e uma investigação séria sobre o destino de centenas de milhares de desaparecidos nas prisões do Chile, Argentina e Uruguai. **4º. Proteger e reconhecer o direito de centenas de milhares de exilados chilenos, argentinos e uruguaios de retornarem para viver na Pátria e exigir que sua segurança pessoal e direitos fundamentais sejam garantidos** (AMRECIC, 1979c, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

Há uma anotação ao final da segunda página do documento em que, supostamente, o senador argentino que estava como observador, Luis A. Leon, não estaria de acordo com o documento:

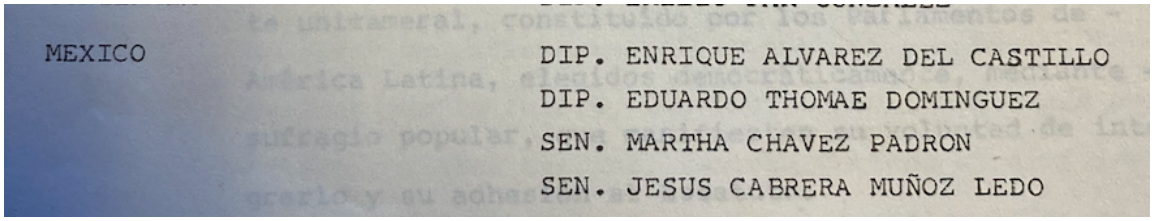
Figura 23 – Senador argentino que participou da IX Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano não teria concordado com o andamento das discussões do evento



Fonte: AMRECIC, 1979c.

Na reunião, segundo a Embaixada argentina, estiveram presentes os seguintes deputados e senadores mexicanos:

Figura 24 – Deputados e senadores do México presentes na IX Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano

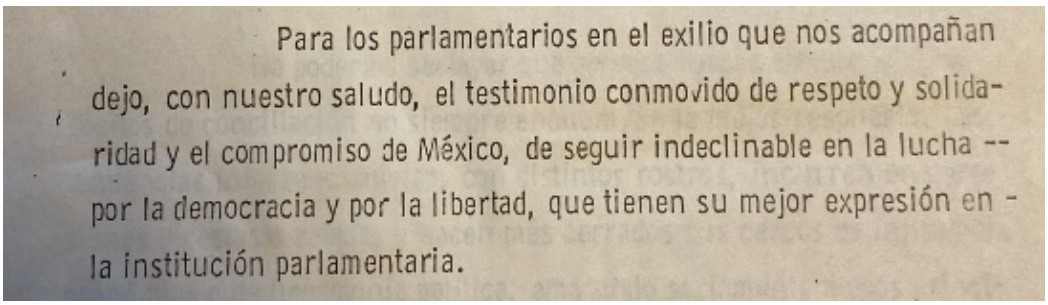


Fonte: AMRECIC, 1979c.

Isso não quer dizer que aquelas pessoas que não foram não receberam as informações do evento. Dentre os exilados argentinos, quem esteve presente foi Hector Raúl Sandler. Na reunião, a delegação mexicana apresentou algumas recomendações, como a autorização ao presidente da *Junta Directiva* de começar negociações para confirmar a quinta conferência dos parlamentos latino-americano e europeu, incluindo temas de discussão no evento conexos aos exílios, como a defesa dos direitos humanos e dos trabalhadores migrantes.

Havia também pautas mais gerais e importantes para a política internacional do México, como a nova ordem econômica internacional, insumos energéticos, comércio de armas convencionais e direito do mar. No discurso do presidente da delegação mexicana, o senador Joaquin Gamboa Pascoe mencionou o presidente López Portillo e o chanceler Jorge Castañeda. Ou seja, talvez esses estivessem presentes. No começo de sua fala, ele citou os exilados que estiveram no evento:

Figura 25 – Fala de Joaquin Gamboa Pascoe, senador e presidente da delegação mexicana na IX Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano


Para los parlamentarios en el exilio que nos acompañan dejo, con nuestro saludo, el testimonio conmovido de respeto y solidaridad y el compromiso de México, de seguir indeclinable en la lucha -- por la democracia y por la libertad, que tienen su mejor expresión en - la institución parlamentaria.

Fonte: AMRECIC, 1979c.

Gamboa Pascoe discorreu sobre a importância dos direitos humanos para o México, falou sobre a situação na Nicarágua, neocolonialismo, desarmamento nuclear e recursos energéticos (petróleo). Contudo, não mencionou explicitamente o caso da Argentina e dos asilados na Embaixada mexicana. O discurso de abertura dos trabalhos da IX Assembleia foi realizado pelo deputado Victor Manzanilla Schaffer, presidente do Parlamento Latino-americano, que expressou a grave preocupação com a situação na Nicarágua por conta da ditadura da família Somoza. Logo após falar sobre a Nicarágua, recordou sobre as ditaduras no Cone Sul ao dizer que o panorama "[…] político da nossa América Latina, também são consideradas as abomináveis ditaduras de corte fascista que permanecem no poder na Argentina, Chile e Uruguai. […] continuam recebendo ajuda financeira e militar de outros países" (AMRECIC, 1979c, p. 5, tradução nossa).

Esse trecho é importante ao trazer questões sobre quais foram as possíveis mobilizações no Congresso mexicano para impedir qualquer categoria de relação econômica, comercial, financeira e bélica com a Argentina. A fala é crítica a qualquer categoria de ajuda a esses governos, o que destoa da diplomacia mexicana que mantinha suas relações diplomáticas com a Argentina em diversas frentes. Segundo o presidente do parlamento, a alternativa poderia ser o distanciamento desses países e pressionar que os países que financiam as ditaduras suspendam os seus auxílios econômicos e militares, entendida como uma postura de "coerência democrática" (AMRECIC, 1979c, p. 6, tradução nossa).

Outra ação de denúncia das violações de direitos humanos na Argentina partiu da mobilização de grupos políticos e partidos mexicanos para pressionar a Embaixada argentina sobre o estado de segurança do movimento trabalhista na Argentina, especialmente nos casos reconhecidos de desaparecimentos, sequestros e prisões arbitrárias. Em um documento assinado por vários grupos e partidos mexicanos (representantes de organizações políticas, sindicais e sociais) e endereçado ao Embaixador da Argentina no México, esses atores expressaram a sua

preocupação com o movimento trabalhista na Argentina.[174] Em seus primeiros parágrafos, é notável que esses atores não estatais estavam envolvidos na rede transnacional de denúncia contra a ditadura argentina, os quais exigiam o

> [...] fim da repressão e da tortura como armas políticas; a restituição dos sindicatos aos seus legítimos proprietários – os trabalhadores –; a liberdade para todos os cidadãos privados dela por questões sindicais, políticas e sociais, a aparição com vida de todos os sequestrados e o exercício das faculdades de governo pelos verdadeiros representantes do povo eleitos de forma democrática (AMRECIC, 1979d, s. p., tradução nossa).

Como discutido no primeiro capítulo, o MREyC não foi o único órgão interessado na política externa da Argentina. Em uma pasta encontrada nos arquivos do AMRECIC, está o documento intitulado "Documento apresentado pelo Instituto Latino-Americano de Comunicação Educativa (ILCE) à Chancelaria do México". Dentro, há um arquivo que solicita investigação para entender qual organismo expressou comentários negativos sobre a Argentina. Na sequência deste documento, há um telegrama entre o Ministro de Educação e Cultura, Juan Rafael Llerena Amadeo, endereçado ao Ministro do MREyC, Carlos Washington Pastor, no qual Amadeo afirma que, no documento do ILCE, há trechos

> [...] que prejudicam a imagem da Argentina em relação às suas realizações na área da educação ao dizer 'A indefinição da República Argentina em sua política em relação ao Instituto Latino-Americano de Comunicação Educativa constitui uma ausência significativa, mas, ao mesmo tempo, permite deduzir que não haverá interferências por parte deste país nas ações que o Instituto realizará: **percebe-se como uma constante sua falta de preocupação com o setor educacional; e sua influência na área, nos campos educacional e cultural, medida em termos reais, tem diminuído consideravelmente** (AMRECIC, 1979e, s. p., grifo do autor).[175]

Isso mostra, portanto, que outros ministérios além do MREyC estavam envolvidos nas tratativas de relações internacionais da Argentina, como o da Educação e Cultura. E, nesse contexto, a possibilidade de estreitar laços de cooperação internacional nessas áreas com o México era estratégico para a ditadura poder conduzir, em termos bilaterais com o governo mexicano, as suas próprias diretrizes e a busca de seus objetivos.

Os jornais mexicanos disseminavam o clima das relações diplomáticas entre a Argentina e o México de maneira constante. Em janeiro, o jornal mexicano *Unomásuno* publicou uma matéria sobre uma audiência de López Portillo com exilados peronistas, com a presença do

---

[174] Dentre os assinantes do documento estão os seguintes atores: *Partido Socialista Revolucionario* (Bernardo Fonseca V.); *Movimiento Mexicano por la Paz, e Antiimperialismo y la Solidaridad ante los Pueblos* (Natalio Vazquez Pallarres); *Partido Comunista Mexicano* (Cuautémoc Sandoval); *Unidad Izquierda Comunista* (Menvel Terrazas); *Partido Socialista de los Trabajadores* (Carlos Olonendi T.); *Universidad Obrera de Méxic*o (Adriana Lombardo); *Partido Mexicano de los Trabajadores* (Heberto Castillo e Demetrio Vallejo); *Federación Nacional de Mujeres Insurgentes* (Esther Gorijan); *Juventud Socialista de los Trabajadores* (César Alberto Buentiempo); *Organización Democrática de Estudiantes Técnicos* (Bruno Espejel).

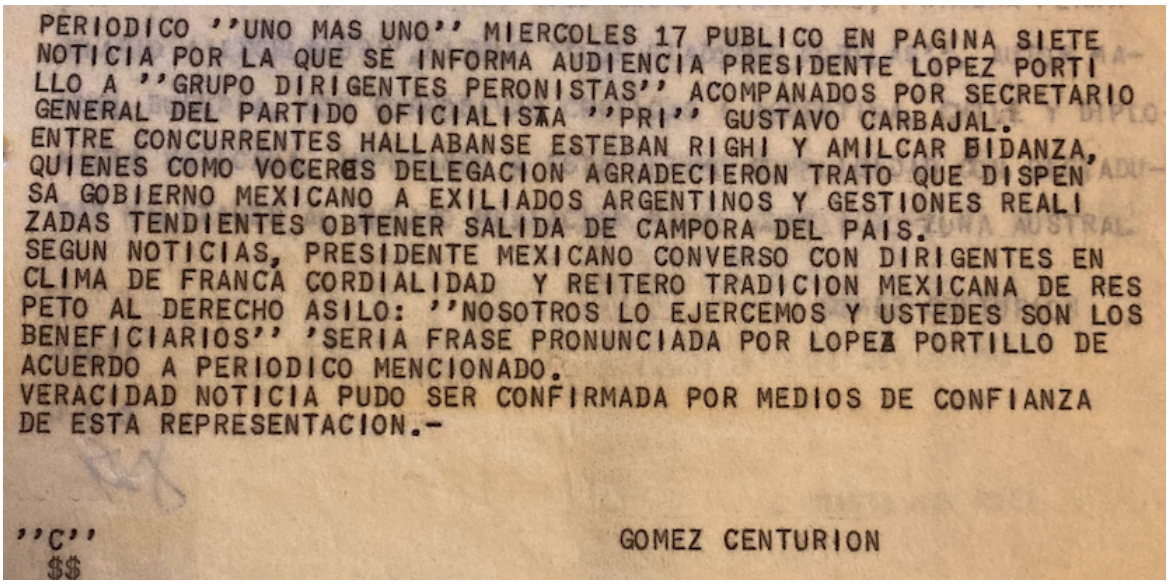
[175] Não se sabe se o destaque no texto foi feito pelo remetente mexicano ou pelo Ministro de Educação e Cultura, Juan Rafael Llerena Amadeo.

secretário-geral do partido mexicano PRI. Estavam presentes figuras importantes do exílio como Esteban Righi e Amílcar Fidanza que, segundo a Embaixada argentina,

> [...] agradeceram a maneira como o governo mexicano trata os exilados argentinos e os esforços feitos para obter a saída de Cámpora do país. Segundo notícias, o presidente mexicano conversou com os líderes em um clima de franca cordialidade e reiterou a tradição mexicana de respeito ao direito de asilo (AMRECIC, 1979e, s. p., tradução nossa).[176]

López Portillo destacou brevemente que o asilo era uma prática do México e que eles eram os beneficiários diretos dessa tradição:

Figura 26 – López Portillo se pronunciou sobre acolhida aos exilados argentinos no jornal *Unomásuno*



PERIODICO ''UNO MAS UNO'' MIERCOLES 17 PUBLICO EN PAGINA SIETE
NOTICIA POR LA QUE SE INFORMA AUDIENCIA PRESIDENTE LOPEZ PORTI
LLO A ''GRUPO DIRIGENTES PERONISTAS'' ACOMPANADOS POR SECRETARIO
GENERAL DEL PARTIDO OFICIALISTA ''PRI'' GUSTAVO CARBAJAL.
ENTRE CONCURRENTES HALLABANSE ESTEBAN RIGHI Y AMILCAR FIDANZA,
QUIENES COMO VOCEROS DELEGACION AGRADECIERON TRATO QUE DISPEN
SA GOBIERNO MEXICANO A EXILIADOS ARGENTINOS Y GESTIONES REALI
ZADAS TENDIENTES OBTENER SALIDA DE CAMPORA DEL PAIS.
SEGUN NOTICIAS, PRESIDENTE MEXICANO CONVERSO CON DIRIGENTES EN
CLIMA DE FRANCA CORDIALIDAD Y REITERO TRADICION MEXICANA DE RES
PETO AL DERECHO ASILO: ''NOSOTROS LO EJERCEMOS Y USTEDES SON LOS
BENEFICIARIOS'' 'SERIA FRASE PRONUNCIADA POR LOPEZ PORTILLO DE
ACUERDO A PERIODICO MENCIONADO.
VERACIDAD NOTICIA PUDO SER CONFIRMADA POR MEDIOS DE CONFIANZA
DE ESTA REPRESENTACION.-

''C''
$$

GOMEZ CENTURION

Fonte: AMRECIC, 1979e.

Em outra ocasião, em fevereiro, o jornal *Sol de México* publicou que as relações entre os países estavam tensas, além de mencionar uma entrevista com o exilado Esteban Righi e outros exilados com o presidente López Portillo em janeiro de 1979 (AMRECIC, 1979f). Os telegramas entre a Embaixada argentina e o MREyC confirmaram a tensão nas relações diplomáticas entre Argentina e México, com evidência de que, desde dezembro de 1978, essas não estavam em um bom estado (AMRECIC, 1979g).

As constantes mudanças de Embaixador na representação diplomática mexicana na Argentina preocupavam a ditadura e foram um fator marcante das más relações entre os

[176] Esteban Righi (1938-2019) foi um renomado jurista e político argentino. Foi Ministro do Ministério do Interior da Argentina durante o governo de Cámpora, além de ter sido Procurador-Geral da Nação da Argentina nos governos de Raúl Alfonsín e Cristina Fernández de Kirchner. Foi um dos primeiros políticos a chegar exilado ao México no ano de 1974, tendo desempenhado atividades como membro-fundador da CAS. Permaneceu no México até 1983, tendo lecionado na UNAM e na UAM. Amílcar Fidanza foi um jornalista e militante peronista que integrou a CAS em seu exílio no México.

países.[177] Conforme Gomez Centurión, a posse do novo Embaixador do México na Argentina, Lara Villarreal, poderia representar um novo "endurecimento das relações bilaterais" (AMRECIC, 1979h, s. p., tradução nossa) entre os países. A análise de Gómez Centurión se deve, provavelmente, ao fato de que o Embaixador anterior (Uribe Escandón) não conseguiu avançar na obtenção dos salvo-condutos, mesmo sendo um militar, como esperava o México.

Durante as tratativas para a mudança do Embaixador do México na Argentina, segundo telegramas do MREyC, a pessoa a ser encarregada teria um perfil com méritos capazes de "[...] desenvolver intensas negociações, tanto políticas quanto econômicas" (AMRECIC, 1979i, s. p., tradução nossa). Além dessa informação, Gómez Centurión enfatizou a necessidade de encontrar uma solução final à questão dos asilados na Embaixada mexicana. O tema, em paralelo com outras negociações, tomava proporções mais sérias à Embaixada argentina: "Reitero a necessidade de solucionar o problema dos asilos, os quais qualificou como 'pessoas medíocres' que estavam deteriorando possibilidades de uma melhoria nas ótimas relações entre ambos os países" (AMRECIC, 1979i, s. p., tradução nossa).

No mês de março, Gómez Centurión foi informado pela Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais da SRE que determinadas ações do México com a Argentina dependiam da solução do caso dos asilados na Embaixada.[178] Dentre as atividades em negociação, estariam aquelas desenvolvidas na Comissão Mista, como se pode ver a seguir:

> 1) A determinação da data da reunião da Comissão Mista está condicionada à resolução do problema dos asilados na Embaixada do México; 2) As autoridades oficiais não prestarão apoio à missão empresarial de maquinaria agrícola. Portanto, considero aconselhável adiar a viagem até novo aviso (AMRECIC, 1979j, s. p., tradução nossa).

Logo, o caso do ex-presidente Cámpora continuava em plena negociação. Em um telegrama, foi informado que, em um jantar realizado em 24 de maio de 1979 com a participação de diversos diplomatas mexicanos, como Eduardo Jimenez de Arechaga, César Sepúlveda, Gomez Robledo (Embaixador do México na Suíça), Hector Gross Spiell e o novo Secretário de Relações Exteriores do México à época, Jorge Castañeda, o tema teria sido discutido. Conforme a Embaixada argentina, a Junta Militar aceitaria uma arbitragem *est aequeo et bueno* sobre o caso do ex-presidente Cámpora; ou seja, designar o tema a uma terceira parte. Contudo, a proposta não seria aceita por conta de declarações feitas por Videla (AMRECIC, 1979l).

---

[177] Durante a ditadura, o governo mexicano mudou várias vezes os seus Embaixadores na Argentina. No total, cinco pessoas assumiram o cargo no período, sendo eles: Roque Antonio González Salazar (1976 – 1977); José Joaquín Bernal y García Pimentel (1977); Humberto Uribe Escandón (1977 – 1979); José Antonio Lara Villarreal (1979 – 1980); e Emilio Calderón Puig (1980 – 1983).

[178] Em março, o MREyC enviou orientação para a Embaixada argentina buscar intensificar as relações bilaterais com o México na esfera econômica em distintos setores como comercial, financeiro, transportes, indústria, agropecuária, científica e tecnológica (AMRECIC, 1979k).

Conforme informações da Embaixada argentina, além da próxima reunião da Comissão Mista ter sido condicionada apenas após a solução do problema dos asilados na Embaixada mexicana (AMRECIC, 1979m), o México também vinculou outras questões nas relações bilaterais, como visitas de empresários do ramo agrícola argentino ao país. É interessante observar que, na esfera multilateral, as ações da diplomacia mexicana não se mostravam contundentes; pelo contrário, o apoio mútuo era muito mais evidente. Em determinadas ocasiões, quando as negociações com o México não avançavam conforme o esperado no contexto multilateral, optava-se por retomar o diálogo no âmbito bilateral para evitar desvantagens diante de acordos com outros países que não demonstravam apoio à Argentina. Essa estratégia evidencia a importância de manter canais de comunicação direta para fortalecer laços e garantir interesses compartilhados entre os países, mas ainda com entraves, como o caso do ex-presidente Cámpora.

Em abril, o Chanceler Roel solicitou mais informações sobre a situação do ex-presidente Cámpora e Gómez Centurión o retornou para afirmar que a situação não havia mudado. Em resposta, Roel insistiu sobre a necessidade de gestar novas ações para o caso, e relembrou que a situação já estava pública nos jornais mexicanos: “Fez referência à campanha de imprensa desenvolvida nos últimos dias, especialmente pelo jornal *Excélsior* […] e, diante do meu comentário crítico, deu a resposta usual da ‘liberdade de informação’” (AMRECIC, 1979n, s. p., tradução nossa). Sobre a designação de um novo Embaixador na Argentina, Gómez Centurión informou duas conclusões principais da decisão do México, relacionadas à situação do ex-presidente Cámpora:

> I) A nomeação do embaixador já foi resolvida pelo presidente da República, mas Roel está tentando exercer pressão para obter algum tipo de decisão por parte do nosso país em relação à formalidade da nomeação; II) O chanceler mexicano deseja apresentar uma candidatura ao presidente López Portillo com algum fato positivo relacionado ao tema Cámpora. Por isso o seu chamado antecipado diante da eventualidade de que a data tenha uma audiência com o primeiro mandatário (AMRECIC, 1979n, s. p., tradução nossa).

Em outro comentário realizado pela agência EFE de notícias da Espanha, Gómez Centurión, em conversa com Roel em evento em Caracas, Venezuela, o México teria insistido em “[…] condicionar toda negociação comercial ou diplomática à concessão do salvo-conduto” (AMRECIC, 1979o, s. p., tradução nossa), informação não compatível com os telegramas da SRE. De parte da Argentina, o jornal relatou haver um movimento de “[…] quebrar a irredutível posição mexicana com duas propostas pessoais de seu chanceler que foram rejeitadas” (AMRECIC, 1979o, s. p., tradução nossa). Entre as propostas estavam as seguintes opções: “A) Atribuir a Cámpora o caráter de 'exilado recluso' com proibição de realizar atividades públicas

no México; B) Conceder imunidade diplomática a outro prédio em Buenos Aires para eliminar inconvenientes relacionados à presença de asilados na representação diplomática mexicana" (AMRECIC, 1979o, s. p., tradução nossa).

Ademais das discussões sobre direitos humanos e exilados, ambos os países mantinham os seus apoios em espaços multilaterais de seu interesse. Um dos casos em 1979 foi quando o México solicitou apoio de países, dentre eles a Argentina, para candidatura de Alejandro Carrillo ao cargo de presidente do *Centro Latinoamericano Administración para el Desarrollo* (CLAD). O México também solicitou que a Argentina propusesse um candidato para o CLAD. Segundo Gómez Centurión, era importante estabelecer apoio mútuo: "Alejandro Carrillo é atualmente assessor do presidente López Portillo, com quem ele tem uma grande amizade, então considero que, caso não haja outros compromissos, seria politicamente útil conceder o apoio solicitado e propor um candidato" (AMRECIC, 1979o, tradução nossa).

Para aproximar as relações diplomáticas entre a Argentina e o México, as tentativas da diplomacia argentina iam além desses apoios, como as intenções de realizar eventos culturais entre ambos os países, mas sem deixar de ter objetivos políticos (AMRECIC, 1979p). Destacam-se os diversos telegramas entre o MREyC e a Embaixada argentina sobre um informe da participação da esposa de López Portillo, Carmen Romano de López Portillo, como presidenta do VII Festival Internacional Cervantino, na cidade de Guanajuato, México. No festival, também estava confirmada a presença de artistas argentinos. Estima-se que o evento em si não era relevante às relações diplomáticas Argentina-México, mas quando visto amplamente, tratou-se de um importante mecanismo de aproximação entre os países via o campo cultural, ainda mais com a participação de familiares de López Portillo no comando ou em cargos importantes de instituições públicas (AMRECIC, 1979q).

Outro evento marcante e de notoriedade internacional foi a III CELAM. A conferência foi acompanhada de perto pela Embaixada argentina, com diversos documentos encaminhados ao MREyC. Em um desses telegramas, havia informação de que Leónidas Proaño (bispo de Riobamba, Equador) entregou aos participantes do evento uma carta com 30 mil nomes de pessoas desaparecidas na Argentina e responsabilizou a igreja argentina por não oferecer solução para o problema dos desaparecidos (AMRECIC, 1979r).[179]

[179] Em outro telegrama, a Embaixada argentina relatou a mobilização de exilados argentinos que viviam nos EUA, membros da *Argentine Information Service* e que compareceram à CELAM. Na ocasião, o grupo teria entregue uma lista de desaparecidos na Argentina para diversos cardeais – a lista seria um suplemento àquela entregada pelo secretário dos EUA Cyrus Vance para Videla em sua visita no ano de 1977 à Argentina. Também estiveram presentes no evento, segundo a Embaixada argentina, representantes das *Madres*.

Segundo a Embaixada argentina, a representação trabalhou para "[…] formular uma resposta enérgica em protesto ao bispo equatoriano pela apresentação não consultada" (AMRECIC, 1979r, s. p., tradução nossa) ao considerar que qualquer declaração pública de países latino-americanos deveria ter sido feita após consulta prévia com a delegação correspondente. A Embaixada argentina também apontou a forte presença de jornalistas, entendidos como "ativistas de esquerda" (AMRECIC, 1979s, s. p., tradução nossa) que defendiam a agenda de direitos humanos ao fazer "[…] perguntas intencionadas para condicionar as respostas dos bispos a condenações explícitas relacionadas aos direitos humanos e à situação política, econômica e social dos países da América Latina" (AMRECIC, 1979, s. p., tradução nossa).

O evento de Puebla foi um movimento importante para a disseminação de informação em rede transnacional sobre o quadro de violações de direitos humanos na Argentina, e que chamou a atenção da Embaixada argentina. A atividade e a presença dos exilados argentinos, acompanhados de inúmeros atores que circulavam em distintos espaços internacionais é um exemplo das estratégias utilizadas para criação, fortalecimento e monitoramento de normas internacionais a partir de suas atividades em estruturas de oportunidades políticas domésticas e internacionais pré-existentes ou criadas por esses atores (Khagram; Riker; Sikkink, 2002). Nesse caso, não seriam normas em si, mas o paradeiro das pessoas desaparecidas e da responsabilização da ditadura diante das demais violações aos direitos civis e políticos da população na Argentina.

Em telegrama da Embaixada argentina ao MREyC, Gómez Centurión compartilhou que, ao se reunir com o novo Embaixador do México na Argentina, Lara Villarreal, ouviu do Embaixador mexicano que a mudança teria sido para conseguir solucionar o caso de Cámpora (AMRECIC, 1979t). Ademais, Lara Villarreal disse que para as relações voltarem à normalidade, seria necessário resolver a questão dos asilados na Embaixada mexicana. No mês de junho, segundo a Embaixada argentina, o México estudava a possibilidade de sugerir à ditadura a construção de uma comissão bilateral específica para tratar da outorga do salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora (AMRECIC, 1979u).

Previamente à visita da CIDH, em junho, o MREyC solicitou à Embaixada argentina que buscasse estabelecer contato e desenvolver uma relação cordial com o membro mexicano da comissão, Mario Cantu Leal. O objetivo, segundo o MREyC, era compartilhar-lhe "[…] toda a informação que devido à visita possa desejar sobre a realidade nacional e retornar com informação" (AMRECIC, 1979v, s. p., tradução nossa). Essa informação é relevante ao

demonstrar as tratativas internacionais que a Argentina estava empenhada em realizar para evitar quaisquer represálias e de conhecimento sobre as atrocidades que aconteciam no país.

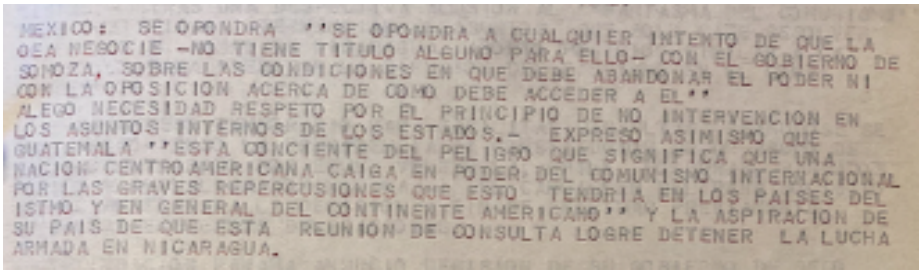
Na OEA, a Argentina observava como outros países (alvos de críticas por conta de violações de direitos humanos) passavam pelo escrutínio na organização. Em referência ao texto crítico sobre a situação da Nicarágua, governada por Anastasio Somoza, a delegação argentina repassou sobre como foi o processo de discussão entre os embaixadores (AMRECIC, 1979w).[180] Se em um primeiro momento a representação observou um clima construtivo entre os diplomatas antes dos discursos, quando esses ocorreram, não foram tão amistosos.

A delegação argentina na OEA destacou a posição rígida e pouco flexível de alguns países em suas críticas ao governo nicaraguense, como o discurso do México e de outros países (Panamá, Jamaica e Granada). A Argentina chegou a tentar retirar a análise sobre os direitos humanos na Nicarágua no projeto de resolução:

> Parece difícil evitar que o tema dos direitos humanos seja tratado em relação à Nicarágua, à luz do relatório da CIDH. Em um primeiro momento, foi discutida a possibilidade de um projeto de resolução de fundo que incluísse em sua reunião de consulta algum parágrafo ou parágrafos sobre a questão, mas como isso poderia causar problemas para várias delegações, agora se menciona que poderia haver dois projetos de resolução, um sobre direitos humanos e outro sobre a crise nicaraguense, a fim de permitir que algumas delegações possam votar favoravelmente o segundo sem ter dificuldades com o primeiro. De qualquer forma, é prematuro neste momento prever como esse ponto do problema evoluirá (AMRECIC, 1979w, s. p., tradução nossa).

O discurso mexicano sobre a Nicarágua, transcrito pela representação argentina na OEA, teria considerado o comunismo internacional como um perigo a ser evitado na Nicarágua (AMRECIC, 1979x). Esse aspecto dialoga com as críticas feitas pela Junta Militar relativas à possibilidade de os exilados argentinos no México realizarem ações de denúncia e de descrédito da imagem da Argentina. Isso era importante ainda mais quando se considera que havia apoio dos grupos armados do México e da Argentina aos grupos armados na Nicarágua contra Somoza, sem estarem necessariamente vinculados ao Montoneros ou ao PRT-ERP:

Figura 27 – Discurso do México na OEA sobre a situação na Nicarágua e o perigo do comunismo internacional



MEXICO: SE OPONDRA "SE OPONDRA A CUALQUIER INTENTO DE QUE LA OEA NEGOCIE -NO TIENE TITULO ALGUNO PARA ELLO- CON EL GOBIERNO DE SOMOZA, SOBRE LAS CONDICIONES EN QUE DEBE ABANDONAR EL PODER NI CON LA OPOSICION ACERCA DE COMO DEBE ACCEDER A EL"
ALEGO NECESIDAD RESPETO POR EL PRINCIPIO DE NO INTERVENCION EN LOS ASUNTOS INTERNOS DE LOS ESTADOS.- EXPRESO ASIMISMO QUE GUATEMALA "ESTA CONCIENTE DEL PELIGRO QUE SIGNIFICA QUE UNA NACION CENTROAMERICANA CAIGA EN PODER DEL COMUNISMO INTERNACIONAL POR LAS GRAVES REPERCUSIONES QUE ESTO TENDRIA EN LOS PAISES DEL ISTHO Y EN GENERAL DEL CONTINENTE AMERICANO" Y LA ASPIRACION DE SU PAIS DE QUE ESTA REUNION DE CONSULTA LOGRE DETENER LA LUCHA ARMADA EN NICARAGUA.

Fonte: AMRECIC, 1979x.

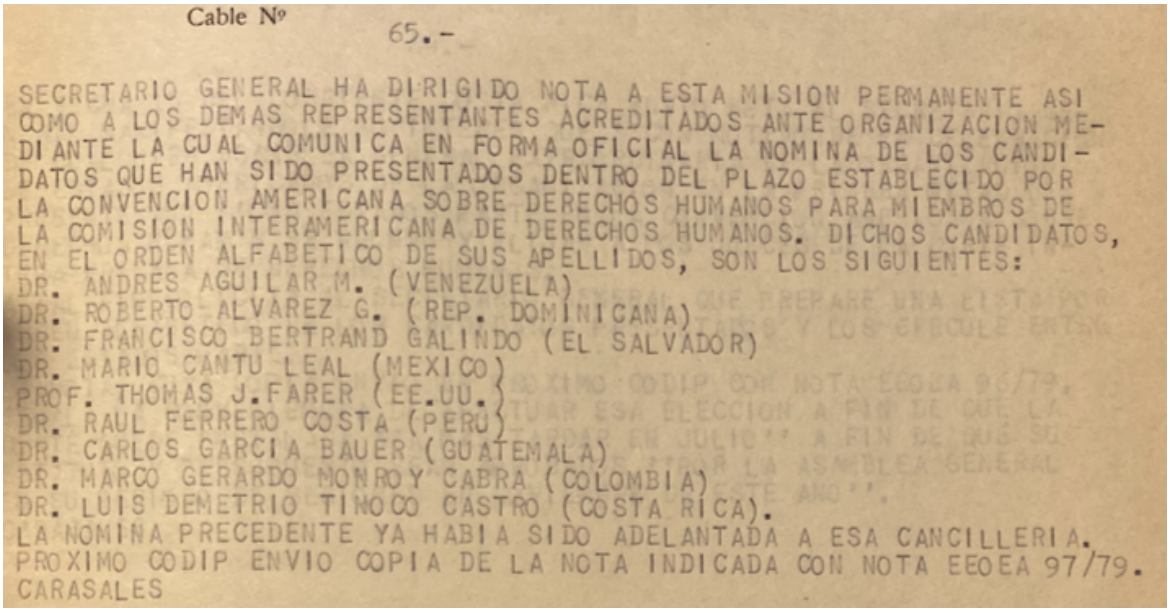
[180] O texto foi repassado durante a XVII Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores da OEA, no qual o México votou a favor de sua aprovação.

Nesse panorama, a posição do México sobre a Nicarágua teria gerado, segundo a representação argentina, perplexidade na OEA, dada a renúncia do chanceler Santiago Roel ao seu cargo e, logo após a sua visita a Cuba, o rompimento das relações diplomáticas do país com a Nicarágua e a tentativa de mobilizar outros países a adotarem a mesma ação. Para Julio César Carasales (Chefe da Missão Permanente e Representante Titular da Argentina na OEA), o

> [...] o ativismo em relação à Nicarágua foi totalmente inesperado e levanta diversas especulações. No que diz respeito à OEA, não se descarta a possibilidade de o México solicitar a reativação da XVII Reunião de Consulta, para apresentar o caso da Nicarágua, considerando inevitavelmente o relatório pendente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e provavelmente promover uma resolução recomendando o rompimento coletivo de relações diplomáticas com o governo da Nicarágua. [...] A delegação do México observa que até o momento não recebeu nenhuma instrução sobre o assunto, mas não descarta a possibilidade acima mencionada (AMRECIC, 1979x, s. p., tradução nossa).

Ainda assim, não era de se esperar que o México fosse contundente com a Argentina como foi com a Nicarágua. Isso se deve aos vários movimentos por parte do México de avançar em solicitações mútuas de apoio entre os dois países em suas candidaturas a postos em OIs, como ocorreu dentro da OEA. Sublinha-se que, em janeiro, a missão permanente do México na OEA enviou solicitação de apoio à missão argentina para a sua candidatura à vaga no Comitê Executivo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (AMRECIC, 1979y). E, no mesmo, período, o México se candidatou, na figura de Mario Cantu Leal, à vaga de membro da CIDH, conforme a nominata da figura 28 abaixo (AMRECIC, 1979z):

Figura 28 – Candidaturas dos países-membros da OEA às vagas de membros da CIDH



Cable Nº 65.-

SECRETARIO GENERAL HA DIRIGIDO NOTA A ESTA MISION PERMANENTE ASI COMO A LOS DEMAS REPRESENTANTES ACREDITADOS ANTE ORGANIZACION MEDIANTE LA CUAL COMUNICA EN FORMA OFICIAL LA NOMINA DE LOS CANDIDATOS QUE HAN SIDO PRESENTADOS DENTRO DEL PLAZO ESTABLECIDO POR LA CONVENCION AMERICANA SOBRE DERECHOS HUMANOS PARA MIEMBROS DE LA COMISION INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. DICHOS CANDIDATOS, EN EL ORDEN ALFABETICO DE SUS APELLIDOS, SON LOS SIGUIENTES:
DR. ANDRES AGUILAR M. (VENEZUELA)
DR. ROBERTO ALVAREZ G. (REP. DOMINICANA)
DR. FRANCISCO BERTRAND GALINDO (EL SALVADOR)
DR. MARIO CANTU LEAL (MEXICO)
PROF. THOMAS J. FARER (EE.UU.)
DR. RAUL FERRERO COSTA (PERU)
DR. CARLOS GARCIA BAUER (GUATEMALA)
DR. MARCO GERARDO MONROY CABRA (COLOMBIA)
DR. LUIS DEMETRIO TINOCO CASTRO (COSTA RICA).
LA NOMINA PRECEDENTE YA HABIA SIDO ADELANTADA A ESA CANCILLERIA.
PROXIMO CODIP ENVIO COPIA DE LA NOTA INDICADA CON NOTA EEOEA 97/79.
CARASALES

Fonte: AMRECIC, 1979z.

Meses após o ocorrido, quando o ex-presidente Cámpora já havia conseguido a outorga do salvo-conduto, em novembro, o Embaixador Raúl Quijano informou que o Embaixador do México na OEA demonstrou grande satisfação pela solução do caso de Cámpora. Segundo de La Colina, tratava-se de um passo para o "[...] estreitamento das relações entre os nossos países" (AMRECIC, 1979aa, s. p., tradução nossa) e que, caso a situação não tivesse melhorado, pelo perfil do Secretário Castañeda, o México teria rompido as suas relações diplomáticas com a Argentina. Após a concessão do salvo-conduto à Cámpora, era uma ocasião propícia para "[...] excelentes possibilidades para um diálogo muito positivo e necessário entre México e Argentina" (AMRECIC, 1979aa, s. p., tradução nossa).

Como visto, em paralelo às discussões sobre os asilados e os assuntos no âmbito da Comissão Mista, a diplomacia argentina também tentou aprofundar as relações com o governo mexicano em outros espaços e por outros assuntos, por exemplo, a temática energética. Em setembro, segundo telegrama enviado pela representação argentina ao MREyC, o secretário-geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), teria convidado um observador argentino para participar de reunião extraordinária em outubro de 1979. Conforme Gómez Centurión, a ocasião poderia ser estratégica visto que "[...] a presença argentina em reuniões patrocinadas pela Secretaria de Relações Exteriores do México contribui para estreitar vínculos de ordem bilateral" (AMRECIC, 1979bb, s. p., tradução nossa).

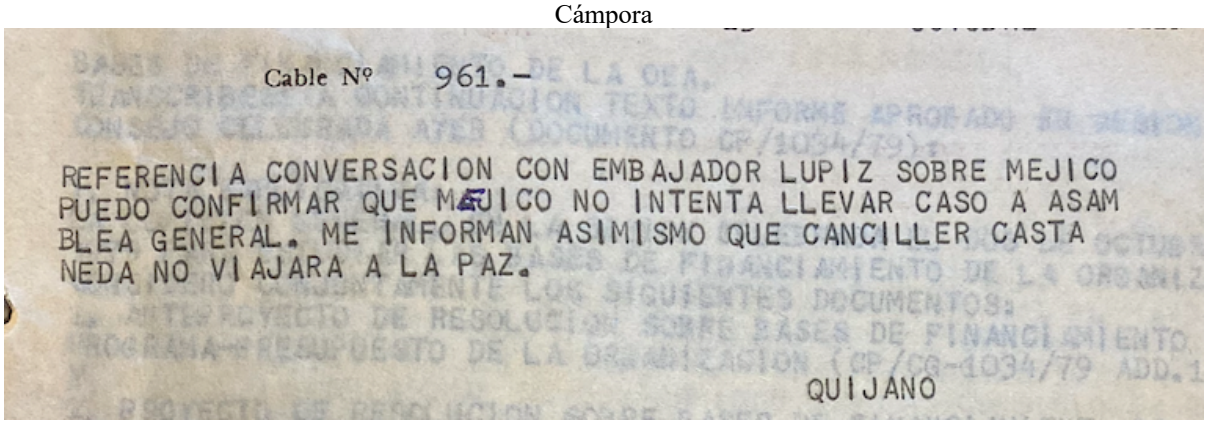
A relevância do salvo-conduto de Cámpora não acabava nas relações diplomáticas bilaterais Argentina-México. Ia além. A Junta Militar estava preocupada que o assunto chegasse ao relatório da CIDH – o qual, ao final, esteve presente no documento. Nos telegramas enviados por Raúl Quijano, supõe-se que os militares se articularam na OEA para evitar que diversos assuntos aparecessem no relatório, como as tratativas para concessão do salvo-conduto ao ex-presidente na tentativa de melhorar as relações diplomáticas com o México. Quijano relatou ainda que, segundo Edmundo Vargas Carreño,

> [...] o caso Cámpora é amplamente considerado no relatório e a decisão de o governo argentino permitir a sua saída poderia modificar substancialmente as conclusões que o projeto de relatório traz sobre este assunto [...] fontes da secretaria da CIDH nos informaram, confidencialmente, que o relatório reconheceria uma tendência de melhoria na situação dos direitos humanos nos últimos meses, especialmente em relação ao desaparecimento (AMRECIC, 1979aa, s. p., tradução nossa).

No mês anterior, em outubro, a expectativa era a de que o México não levaria o caso do ex-presidente Cámpora à Assembleia Geral da OEA (AMRECIC, 1979). A informação foi

repassada pelo Embaixador do México na organização, conforme telegrama enviado por Quijano:[181]

Figura 29 – Embaixador Quijano afirmou que o México não levaria à discussão na OEA o caso do ex-presidente Cámpora



Cable Nº 961.-

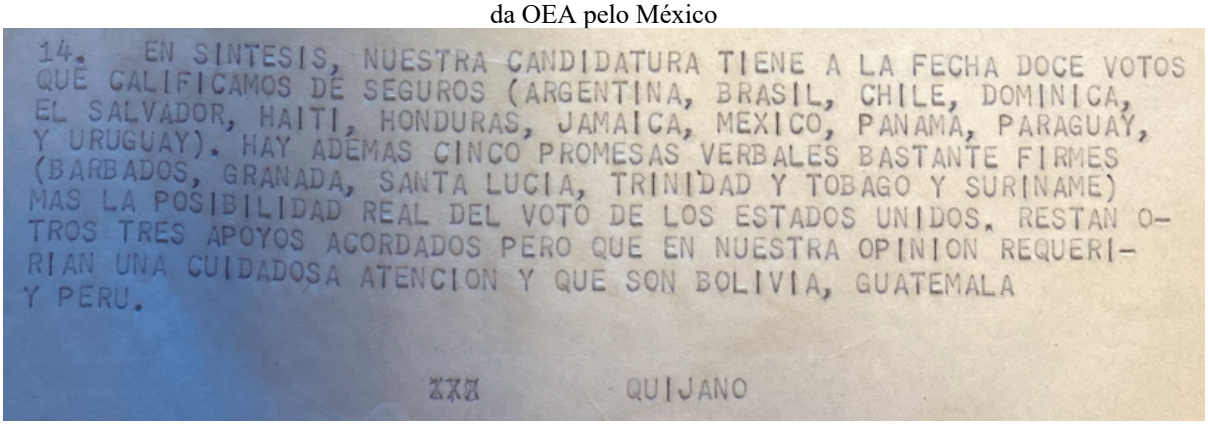
REFERENCIA CONVERSACION CON EMBAJADOR LUPIZ SOBRE MEJICO PUEDO CONFIRMAR QUE MEJICO NO INTENTA LLEVAR CASO A ASAM BLEA GENERAL. ME INFORMAN ASIMISMO QUE CANCILLER CASTA NEDA NO VIAJARA A LA PAZ.

QUIJANO

Fonte: AMRECIC, 1979aa.

A probabilidade de o México não escalar o caso para a Assembleia Geral da OEA chama atenção quando se coloca em perspectiva os apoios mútuos entre a Argentina e esse país em mecanismos multilaterais cruciais para as suas relações internacionais. Em setembro, o Embaixador Raúl Quijano havia encaminhado a sua avaliação política sobre o apoio de países-membros da OEA para a candidatura da Argentina ao cargo da Secretária-geral da organização (AMRECIC, 1979cc). Segundo ele, o apoio do México era um voto garantido ou "seguro", conforme a figura 30 na sequência:

Figura 30 – Expectativa argentina de obter apoio a sua candidatura ao cargo na Secretaria Geral da OEA pelo México



14. EN SINTESIS, NUESTRA CANDIDATURA TIENE A LA FECHA DOCE VOTOS QUE CALIFICAMOS DE SEGUROS (ARGENTINA, BRASIL, CHILE, DOMINICA, EL SALVADOR, HAITI, HONDURAS, JAMAICA, MEXICO, PANAMA, PARAGUAY, Y URUGUAY). HAY ADEMAS CINCO PROMESAS VERBALES BASTANTE FIRMES (BARBADOS, GRANADA, SANTA LUCIA, TRINIDAD Y TOBAGO Y SURINAME) MAS LA POSIBILIDAD REAL DEL VOTO DE LOS ESTADOS UNIDOS. RESTAN O-TROS TRES APOYOS ACORDADOS PERO QUE EN NUESTRA OPINION REQUERI-RIAN UNA CUIDADOSA ATENCION Y QUE SON BOLIVIA, GUATEMALA Y PERU.

XXX QUIJANO

Fonte: AMRECIC, 1979cc.

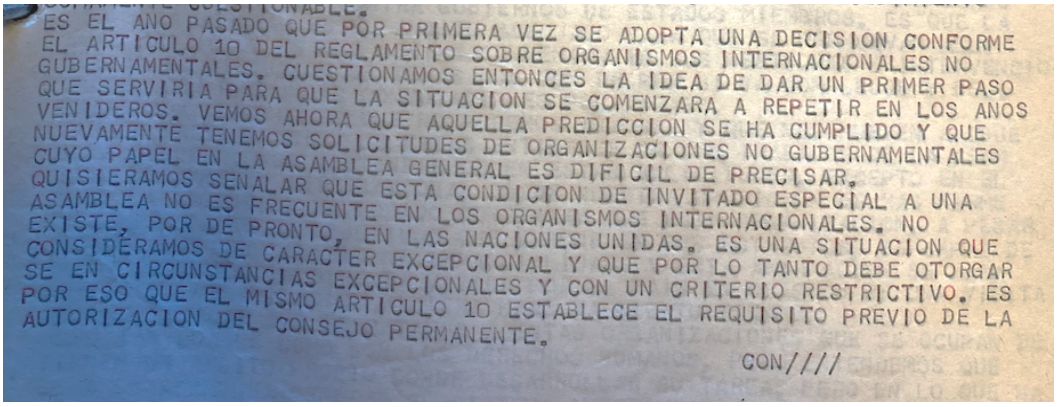
Os esforços da Junta Militar em criar obstáculos e evitar que o país (principalmente os militares) fosse responsabilizado pelas violações de direitos humanos eram direcionados não

[181] Supõe-se que o assunto era sobre o salvo-conduto de Cámpora, dada a discussão sobre a situação dos direitos humanos na Argentina com relação ao relatório da CIDH.

somente aos países membros, às altas autoridades da OEA e aos comissionados da CIDH, mas também às ONGs de direitos humanos que encaminhavam relatórios e denunciavam as atrocidades cometidas pela ditadura (AMRECIC, 1979dd). Um exemplo expressivo dessa estratégia transversal está em um telegrama de outubro, no qual a delegação argentina na OEA era contrária à participação de ONGs no nono período de sessões da Assembleia Geral do órgão (AMRECIC, 1979).

A delegação questionava o papel dessas ONGs na Assembleia. Em outro telegrama há uma especificação dessas organizações, como a Anistia Internacional, *Council of the Americas*, Conselho Nacional de Igrejas (CNI) dos EUA, *The International League for Human Rights* (ILHR) e o *Washington Office on Latin America* (WOLA) (AMRECIC, 1979), ONGs que estavam em contato direto com exilados argentinos em diversos países e grupos de direitos humanos na Argentina:

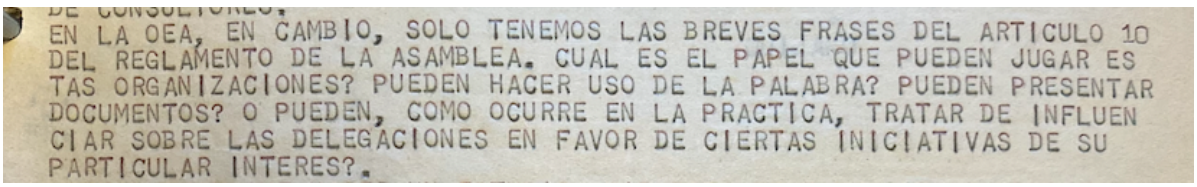
Figura 31 – Representação diplomática argentina na OEA destaca e critica participação de ONGs no organismo


ES EL ANO PASADO QUE POR PRIMERA VEZ SE ADOPTA UNA DECISION CONFORME
EL ARTICULO 10 DEL REGLAMENTO SOBRE ORGANISMOS INTERNACIONALES NO
GUBERNAMENTALES. CUESTIONAMOS ENTONCES LA IDEA DE DAR UN PRIMER PASO
QUE SERVIRIA PARA QUE LA SITUACION SE COMENZARA A REPETIR EN LOS ANOS
VENIDEROS. VEMOS AHORA QUE AQUELLA PREDICCION SE HA CUMPLIDO Y QUE
NUEVAMENTE TENEMOS SOLICITUDES DE ORGANIZACIONES NO GUBERNAMENTALES
CUYO PAPEL EN LA ASAMBLEA GENERAL ES DIFICIL DE PRECISAR.
QUISIERAMOS SENALAR QUE ESTA CONDICION DE INVITADO ESPECIAL A UNA
ASAMBLEA NO ES FRECUENTE EN LOS ORGANISMOS INTERNACIONALES. NO
EXISTE, POR DE PRONTO, EN LAS NACIONES UNIDAS. ES UNA SITUACION QUE
CONSIDERAMOS DE CARACTER EXCEPCIONAL Y QUE POR LO TANTO DEBE OTORGAR
SE EN CIRCUNSTANCIAS EXCEPCIONALES Y CON UN CRITERIO RESTRICTIVO. ES
POR ESO QUE EL MISMO ARTICULO 10 ESTABLECE EL REQUISITO PREVIO DE LA
AUTORIZACION DEL CONSEJO PERMANENTE.
CON////

Fonte: AMRECIC, 1979dd.

A preocupação da Junta Militar sobre a presença dessas ONGs na OEA se dava pela possibilidade de essas apresentarem mais denúncias sobre as violações de direitos humanos na Argentina e ampliarem a rede transnacional que se formava no mundo contra a ditadura mediante distintos mecanismos de informação e de persuasão. A figura 32 abaixo expressa a preocupação da Argentina:

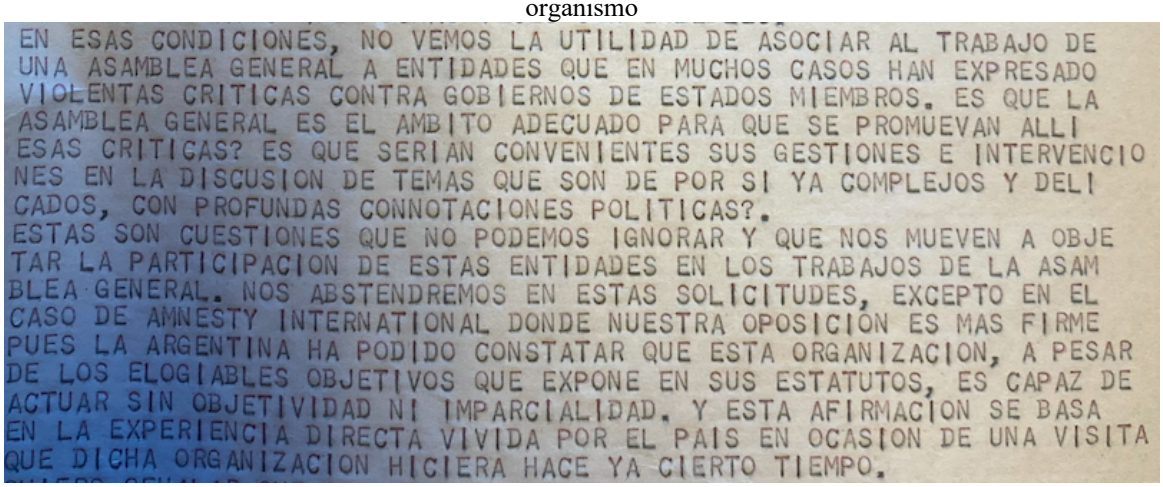
Figura 32 – Análise da representação argentina na OEA sobre a participação de ONGs no organismo


EN LA OEA, EN CAMBIO, SOLO TENEMOS LAS BREVES FRASES DEL ARTICULO 10
DEL REGLAMENTO DE LA ASAMBLEA. CUAL ES EL PAPEL QUE PUEDEN JUGAR ES
TAS ORGANIZACIONES? PUEDEN HACER USO DE LA PALABRA? PUEDEN PRESENTAR
DOCUMENTOS? O PUEDEN, COMO OCURRE EN LA PRACTICA, TRATAR DE INFLUEN
CIAR SOBRE LAS DELEGACIONES EN FAVOR DE CIERTAS INICIATIVAS DE SU
PARTICULAR INTERES?.

Fonte: AMRECIC, 1979dd.

E, no trecho da figura 33 a seguir, a representação argentina criticou de maneira contundente o papel da Anistia Internacional ao colocá-la como uma instituição que não atua com objetividade e imparcialidade. Essa posição crítica da Argentina pode ser estendida às outras ONGs:

Figura 33 – Crítica da representação argentina na OEA sobre a participação da Anistia Internacional no organismo

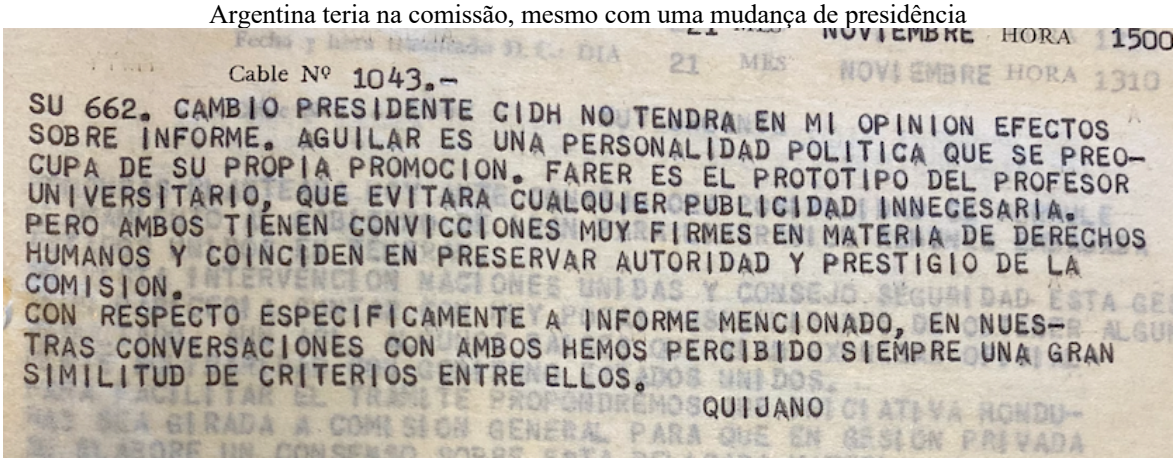


EN ESAS CONDICIONES, NO VEMOS LA UTILIDAD DE ASOCIAR AL TRABAJO DE UNA ASAMBLEA GENERAL A ENTIDADES QUE EN MUCHOS CASOS HAN EXPRESADO VIOLENTAS CRITICAS CONTRA GOBIERNOS DE ESTADOS MIEMBROS. ES QUE LA ASAMBLEA GENERAL ES EL AMBITO ADECUADO PARA QUE SE PROMUEVAN ALLI ESAS CRITICAS? ES QUE SERIAN CONVENIENTES SUS GESTIONES E INTERVENCIO NES EN LA DISCUSION DE TEMAS QUE SON DE POR SI YA COMPLEJOS Y DELI CADOS, CON PROFUNDAS CONNOTACIONES POLITICAS?.
ESTAS SON CUESTIONES QUE NO PODEMOS IGNORAR Y QUE NOS MUEVEN A OBJE TAR LA PARTICIPACION DE ESTAS ENTIDADES EN LOS TRABAJOS DE LA ASAM BLEA GENERAL. NOS ABSTENDREMOS EN ESTAS SOLICITUDES, EXCEPTO EN EL CASO DE AMNESTY INTERNATIONAL DONDE NUESTRA OPOSICION ES MAS FIRME PUES LA ARGENTINA HA PODIDO CONSTATAR QUE ESTA ORGANIZACION, A PESAR DE LOS ELOGIABLES OBJETIVOS QUE EXPONE EN SUS ESTATUTOS, ES CAPAZ DE ACTUAR SIN OBJETIVIDAD NI IMPARCIALIDAD. Y ESTA AFIRMACION SE BASA EN LA EXPERIENCIA DIRECTA VIVIDA POR EL PAIS EN OCASION DE UNA VISITA QUE DICHA ORGANIZACION HICIERA HACE YA CIERTO TIEMPO.

Fonte: AMRECIC, 1979dd.

Em 1979, a CIDH passou por um processo de mudança de sua presidência, o que poderia ser uma via de negociação favorável para a Argentina. Entretanto, na perspectiva de Raúl Quijano, tal transformação não teria efeitos sobre o relatório da comissão, publicado após a visita na Argentina. Para ele, Aguilar e Farrer (que tinham intenção de se candidatar ao cargo) possuíam objetivos particulares, mas, sobretudo, tinham "[...] convicções muito firmes em matéria de direitos humanos e concordam em preservar a autoridade e o prestígio da comissão [...] em nossas conversas com ambos, sempre percebemos uma grande semelhança de opiniões entre eles" (AMRECIC, 1979ff, s. p., tradução nossa):

Figura 34 – O Embaixador Quijano qualificou o perfil dos comissionados da CIDH e as dificuldades que a Argentina teria na comissão, mesmo com uma mudança de presidência



NOVIEMBRE HORA 1500
Cable Nº 1043.-
SU 662. CAMBIO PRESIDENTE CIDH NO TENDRA EN MI OPINION EFECTOS SOBRE INFORME. AGUILAR ES UNA PERSONALIDAD POLITICA QUE SE PREO- CUPA DE SU PROPIA PROMOCION. FARER ES EL PROTOTIPO DEL PROFESOR UNIVERSITARIO, QUE EVITARA CUALQUIER PUBLICIDAD INNECESARIA. PERO AMBOS TIENEN CONVICCIONES MUY FIRMES EN MATERIA DE DERECHOS HUMANOS Y COINCIDEN EN PRESERVAR AUTORIDAD Y PRESTIGIO DE LA COMISION.
CON RESPECTO ESPECIFICAMENTE A INFORME MENCIONADO, EN NUES- TRAS CONVERSACIONES CON AMBOS HEMOS PERCIBIDO SIEMPRE UNA GRAN SIMILITUD DE CRITERIOS ENTRE ELLOS.
QUIJANO

Fonte: AMRECIC, 1979ff.

Segundo Gómez Centurión, ele esperava que a concessão dos salvo-condutos aos asilados faria com que o México estivesse disposto a fortalecer as relações com a Argentina, mas havia o fator de imprevisibilidade da política mexicana que tornava a viabilidade incerta (AMRECIC, 1979gg). Conforme o Embaixador argentino, a Dinamarca teria sido outro país a receber Cámpora:

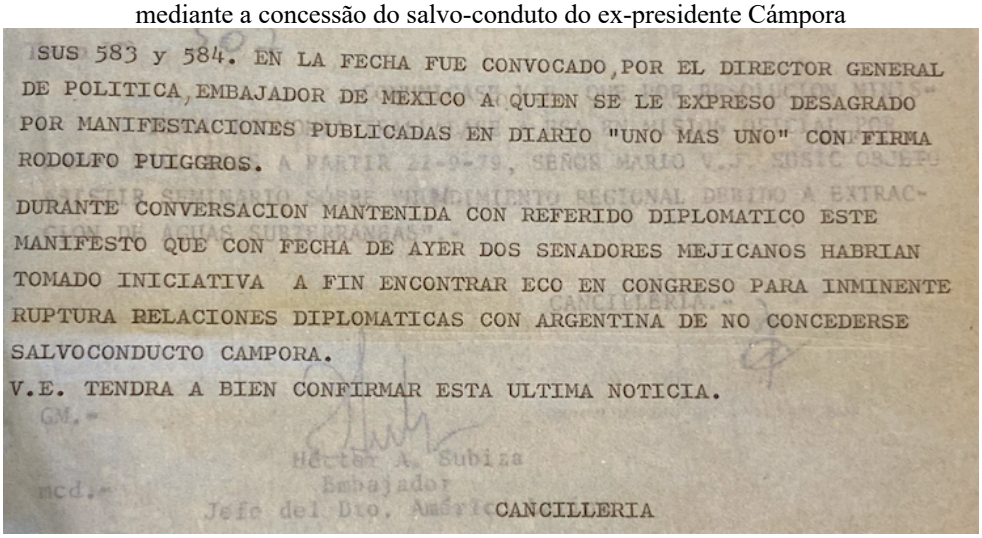
> Ele expressou que estava recebendo pressões insistentes para resolver o problema e que, caso o governo argentino libertasse Cámpora, o México se comprometeria a não o receber em seu território em momento algum. Ele mencionou a Dinamarca como um possível país de destino (AMRECIC, 1979gg, tradução nossa).

Santiago Roel reconhecia os esforços da Argentina para melhorar as relações com o México. Se isso for de fato a opinião do chanceler mexicano, pode-se concluir ser um ator no México de confiança para com os diplomatas argentinos, com o qual poderiam conquistar maiores avanços nas relações diplomáticas entre os países:

> Por outro lado, reconheceu o esforço de nosso país em melhorar as relações por meio de atitudes como a ratificação do acordo cultural, a viagem planejada de uma missão de empresários mexicanos, reuniões sobre ciência e tecnologia, e a presença no México de altas autoridades de nosso país em reuniões internacionais e eventos patrióticos (AMRECIC, 1979gg, s. p., tradução nossa).

Como visto, os comentários dos exilados no México contra a Argentina eram uma preocupação da Junta Militar, pois em suas justificativas afirmavam que a imagem do governo seria prejudicada. Contudo, as críticas não partiam apenas dos exilados, mas também de atores políticos mexicanos, como membros do Congresso do México, os quais teriam se organizado para exigir a ruptura das relações diplomáticas com a Argentina caso o salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora não fosse concedido, conforme figura 35 abaixo:

Figura 35 – Congressistas mexicanos se reuniram para condicionar as relações diplomáticas com a Argentina mediante a concessão do salvo-conduto do ex-presidente Cámpora



SUS 583 y 584. EN LA FECHA FUE CONVOCADO, POR EL DIRECTOR GENERAL DE POLITICA, EMBAJADOR DE MEXICO A QUIEN SE LE EXPRESO DESAGRADO POR MANIFESTACIONES PUBLICADAS EN DIARIO "UNO MAS UNO" CON FIRMA RODOLFO PUIGGROS.

DURANTE CONVERSACION MANTENIDA CON REFERIDO DIPLOMATICO ESTE MANIFESTO QUE CON FECHA DE AYER DOS SENADORES MEJICANOS HABRIAN TOMADO INICIATIVA A FIN ENCONTRAR ECO EN CONGRESO PARA INMINENTE RUPTURA RELACIONES DIPLOMATICAS CON ARGENTINA DE NO CONCEDERSE SALVOCONDUCTO CAMPORA.

V.E. TENDRA A BIEN CONFIRMAR ESTA ULTIMA NOTICIA.

GM.-

mcd.-

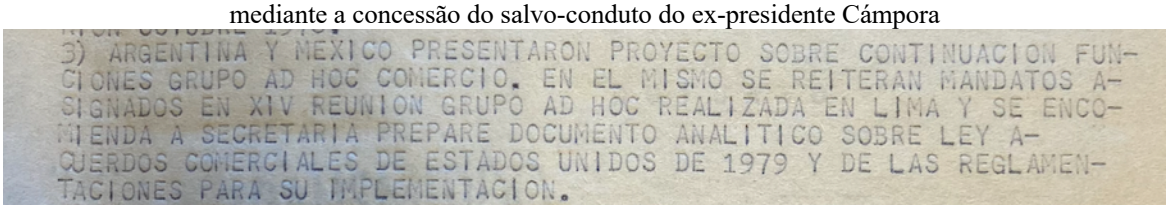
Héctor A. Subiza
Embajador
Jefe del Dto. Amér.

CANCILLERIA

Fonte: AMRECIC, 1979hh.

A despeito da problemática dos asilados e dos exilados, a Argentina e o México cooperaram em 1979 em âmbito bilateral e multilateral. Um desses casos foi na OEA. Em um telegrama, observa-se que existia um projeto formulado por ambos os países no âmbito de um grupo ad hoc de comércio na OEA (AMRECIC, 1979hh), conforme a figura 36 na sequência:

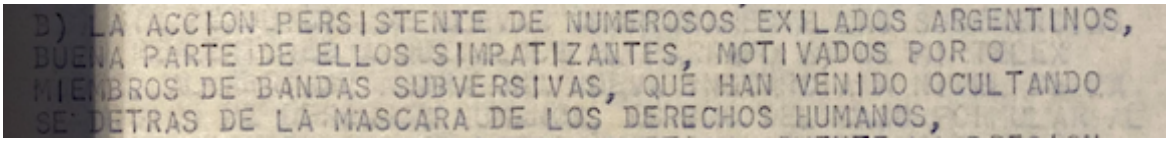
Figura 36 – Congressistas mexicanos se reuniram para condicionar as relações diplomáticas com a Argentina mediante a concessão do salvo-conduto do ex-presidente Cámpora


3) ARGENTINA Y MEXICO PRESENTARON PROYECTO SOBRE CONTINUACION FUN-
CIONES GRUPO AD HOC COMERCIO. EN EL MISMO SE REITERAN MANDATOS A-
SIGNADOS EN XIV REUNION GRUPO AD HOC REALIZADA EN LIMA Y SE ENCO-
MIENDA A SECRETARIA PREPARE DOCUMENTO ANALITICO SOBRE LEY A-
CUERDOS COMERCIALES DE ESTADOS UNIDOS DE 1979 Y DE LAS REGLAMEN-
TACIONES PARA SU IMPLEMENTACION.

Fonte: AMRECIC, 1979hh.

Em Genebra, a discussão sobre o caso dos desaparecidos era uma das principais pautas da missão diplomática argentina, tendo em vista as denúncias internacionais contra o país e a tentativa de a Junta Militar obter apoio nos órgãos de direitos humanos, como a CDHNU.[182] Em um telegrama da missão, a Embaixada argentina e o MREyC foram informados da votação na Subcomissão de Prevenção de Discriminações e Proteção de Minorias no marco da CDHNU. Segundo o diplomata Martinez, a decisão sobre levar ao órgão a situação da Argentina havia ganhado a maioria dos votos (AMRECIC, 1979ii). O resultado, segundo ele, devia-se a alguns fatores, com especial atenção para a mobilização dos exilados argentinos, além de outros aspectos (AMRECIC, 1979ii). A figura 37 abaixo retrata a atenção dada aos exilados argentinos e as suas denúncias contra a ditadura:

Figura 37 – Relevância dada aos exilados argentinos e as suas denúncias internacionais contra a ditadura


D) LA ACCION PERSISTENTE DE NUMEROSOS EXILADOS ARGENTINOS,
BUENA PARTE DE ELLOS SIMPATIZANTES, MOTIVADOS POR O
MIEMBROS DE BANDAS SUBVERSIVAS, QUE HAN VENIDO OCULTANDO
SE DETRAS DE LA MASCARA DE LOS DERECHOS HUMANOS,

Fonte: AMRECIC, 1979ii.

[182] Em março, durante o 35º Período de Sessões da CDHNU, um projeto de resolução assinado por uma coalizão de países, incluindo Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, França, Irlanda, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia, discorreu sobre a situação das pessoas desaparecidas na Argentina (ONU, 1979). Tais países, cientes da visita iminente da CIDH à Argentina no mesmo ano, exigiram que a Argentina informasse sobre as medidas em curso para resolver o problema das pessoas desaparecidas no país (ONU, 1979). Esse convite evidencia a preocupação internacional com a situação dos direitos humanos na Argentina e a necessidade de ações concretas para solucionar um tema que havia ganhando relevância internacional. Segundo o projeto de resolução, o Secretário-Geral da CDHNU solicitou ao governo argentino a apresentação, no 36º Período de Sessões da comissão, de um resumo analítico das informações. Essa medida indica o desejo de manter a CDHNU informada e próxima do quadro de direitos humanos na Argentina.

Interessante também notar que as conversas com Santiago Roel sempre eram vistas por Gómez Centurión como muito amistosas. Em outro telegrama, foi considerada a proposta mexicana de realocar os asilados na Embaixada do México para outro local. Contudo, Gómez Centurión não tinha sido informado sobre essa possibilidade e solicitou mais informações ao MREyC (AMRECIC, 1979jj). Havia, portanto, uma falha na comunicação entre a Embaixada da Argentina no México e o MREyC.

A visita da CIDH marcou um ponto de inflexão na ditadura, tanto na avaliação dos militares quanto na dos exilados. Era um momento em que a comunidade internacional estava ciente do cenário de violência na Argentina, dos casos de desaparecimento forçado, das torturas e das prisões arbitrárias. Não havia como simplesmente apagar o passado ou deter a publicidade que as graves violações de direitos humanos na Argentina haviam alcançado mundialmente (Novaro; Avenburg, 2009; Jensen, 2010).

Para que a CIDH pudesse de fato realizar a visita, houve um longo e burocrático processo de negociação com a Junta Militar. Antes de concordar com a visita, os militares oferecem à CIDH proporcionar informações sobre o país, o que foi descartado pelos membros da comissão (Novaro; Avenburg, 2009; Jensen, 2010). Quando a Argentina aceitou a visita, a primeira tentativa da ditadura foi impor a condição de limitar as suas atividades ao estudo da legislação do país, proposta também recusada pela CIDH, pois já conhecia as características gerais dos aparatos repressivos da ditadura (Novaro; Avenburg, 2009; Jensen, 2010).[183]

O convite formal do governo militar chegou à CIDH em 18 de novembro de 1978.[184] A data prevista da visita era para maio de 1979. Contudo uma reestruturação e mudança de autoridades na comissão fizeram com que a visita fosse adiada para setembro de 1979 (Jensen, 2010). Com a postergação da visita, a Junta Militar conseguiu se preparar para receber a comissão no sentido de aumentar as prisões, as perseguições, os assédios, os sequestros e os

[183] Em 1979, com a presença da CIDH, a Junta Militar já sabia que o governo militar estava sob um isolamento internacional que sufocava sua capacidade de governar. Aos militares era urgente "[…] dar um fim ao passado, fornecendo o mínimo de informação sobre os chamados 'desaparecidos' e que essa informação fosse parcial e negasse qualquer responsabilidade institucional" (Jensen, 2010, p. 134, tradução nossa). Os representantes da comissão exigiam não apenas abertura para consultar as autoridades argentinas, mas que tivessem acesso a todos os documentos disponíveis, garantia de se deslocar livremente pelo país para visitar prisões e falar com nacionais (Lisińska, 2019).

[184] Durante a 43ª sessão da CIDH, foi decidido que a comissão prepararia um relatório sobre a situação dos direitos humanos na Argentina. Conforme a CIDH, caso o governo da Argentina não convidasse a comissão para realizar a visita, a própria faria a solicitação ao país (IACHR, 1978a). Foi na 44ª sessão da comissão que a Argentina convidou a CIDH para visitar o país. O convite veio diretamente do Ministro de Relações Exteriores da Argentina, que participou da sessão junto de outros oficiais do ministério. O convite, contudo, limitava-se à análise das condições jurídicas e legais da Argentina. Essa restrição fez com que a comissão solicitasse ao governo da Argentina as especificações das atividades que a CIDH poderia realizar no país. O propósito era conhecer se a comissão possuiria as condições necessárias para que pudesse exercer seu mandato da maneira mais completa possível (IACHR, 1978b).

desaparecimentos de militantes de organizações de direitos humanos que trabalhavam para coletar informações e denúncias contra a ditadura (Novaro; Avenburg, 2009; Jensen, 2010).[185]

Em outubro, no âmbito da Comissão Mista, a Subsecretaria de Relações Econômicas Internacionais comunicou à Embaixada argentina que havia interesse da Argentina em cooperar com o México na área de agricultura (AMRECIC, 1979kk). Para isso, o Instituto Florestal Nacional da Argentina (IFONA) estaria em condições de receber docentes mexicanos com possibilidade de ofertar bolsas acadêmicas. Nota-se que a Argentina estava preparada e esforçada em discutir outras temáticas com o México e avançar para além do caso de Cámpora.

Em novembro, há registro de outras negociações entre a Argentina e o México para cooperação na área científica e tecnológica. Como exemplo, existiram tratativas para desenvolvimento de laser (AMRECIC, 1979ll) e, também, sobre energia nuclear (AMRECIC, 1979mm). E, no mês de dezembro, Gómez Centurión, encaminhou declaração de López Portillo em uma conferência de imprensa no México sobre os asilados na Embaixada mexicana. A sua declaração indica uma crítica direta à ditadura, dado que os militares não respeitaram o instituto do asilo diplomático e que, conforme o presidente mexicano teria dito, para o caso de Cámpora, "[...] **os esforços do país para que fosse respeitado o direito de asilo tiveram finalmente êxito, dadas as infelizes condições produzidas.** Seguiremos a insistir que o direito de asilo seja pleno para aqueles que estão refugiados em nossa Embaixada" (AMRECIC, 1979nn, s. p., tradução nossa, grifo nosso).

As discussões no âmbito da OEA não eram restritas à pauta de direitos humanos. A missão permanente da Argentina na instituição chegou a enviar um telegrama ao MREyC para solicitar mais informações sobre o processo de ratificação do protocolo sobre reformas ao TIAR. Alguns países já haviam depositado os instrumentos de ratificação, como o México (AMRECIC, 1979oo), e se entende que os militares queriam compreender o contexto para estudar a posição da Argentina no tema.[186]

Os diplomatas argentinos na OEA, como o Embaixador Raúl Quijano, informaram sobre as especulações que a representação argentina teria feito com Andrés Aguilar, presidente da CIDH, visto que ele teria, segundo notícias de jornais, renunciado ao cargo, além de destacar a importância de a Argentina divulgar o informe da CIDH sobre as perspectivas do país, e não a própria OEA. O Embaixador argentino destacou que a CIDH não era um corpo homogêneo

[185] A comissão aceitou realizar a visita durante sua 45ª sessão, posto que o governo da Argentina havia aceitado as normas de visita da CIDH (IACHR, 1978c).
[186] A sigla da representação argentina na OEA era "EMARPAN", ou *Misión Permanente de la República de Argentina ante la Organización de los Estados Americanos.*

de atores com as mesmas opiniões, o que sugere a existência de comissionados dispostos a cooperar com a representação argentina na OEA. Em suas palavras:

> O que tem validade é o comentário sobre as divisões na comissão. Embora existam diferenças ideológicas marcantes, como muitas decisões no relatório sobre a Argentina terem sido tomadas por quatro votos contra três, conforme me informou o secretário Vargas, as que são expressas são mais questões pessoais, principalmente entre o professor Farer e o Dr. Abranches (AMRECIC, 1979pp, s. p., tradução nossa).[187]

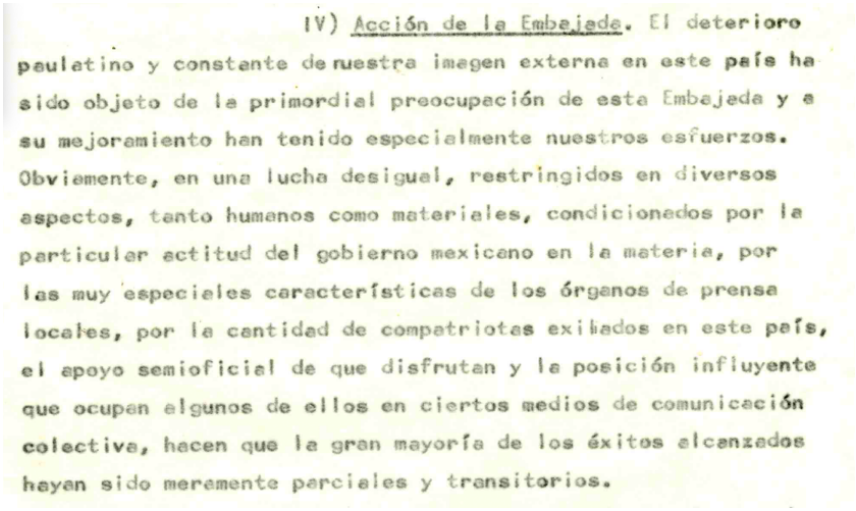
Também em dezembro, Gómez Centurión encaminhou um extenso memorando ao chefe do setor de América Latina sobre o contexto pelo qual o México passava em diversas áreas (AMRECIC, 1979qq). Desse documento, a situação das relações diplomáticas Argentina-México é descrita a partir de diversos fatores que, ao final, asseguraram uma imagem negativa da ditadura nesse país. Segundo o Embaixador, a imagem não era favorável devido a inúmeras distorções e divergências políticas, desde as ações sobre Cuba e Nicarágua, a movimentação dos exilados argentinos, de OIs e de ONGs ao tecerem críticas contundentes à ditadura e até mesmo o nacionalismo mexicano como defensor da democracia nas Américas:

> **[...] a avessa ação de descrédito desenvolvida pelos cidadãos argentinos expatriados, alguns, que ocupam cargos diretivos em determinados órgãos de imprensa, desenvolvem nesses espaços eco propício para manter uma boa elaborada campanha de difamação e calúnia contra as autoridades militares. Outros, aproveitam seu indiscutível prestígio artístico e cultural no meio local para construir a campanha de descrédito** [...] a atitude de agências internacionais, em boa parte infiltradas em diversos níveis por agentes da esquerda e da extrema esquerda e que inescrupulosamente emitiram uma série de versões falaciosas [...] a ativa presença de assessores governamentais, cargos administrativos de importância e de docência universitária **[...] a séria dificuldade que adicionalmente implica, em um país de nível cultural médio extremamente baixo, fazer compreender o verdadeiro significado da transformação das instituições na Argentina [...] as próprias características psicológicas da nação mexicana é seu acentuado nacionalismo, que leva a se considerar como uma das poucas democracias operativas da América Latina e a regozijar-se com prazer mórbido pelas dificuldades que atravessam outros países do continente [...] a campanha realizada pela atual administração de Carter nos EUA com relação aos direitos humanos fez com que o México, com um critério essencialmente utilitário, tenha assumido a posição militante de apoio decidido a esta postura e, consequentemente, acompanhará toda a moção de condenação que se faça em foros regionais e internacionais** (AMRECIC, 1979rr, p. 7-9, tradução nossa, grifo nosso).

Como resposta, a Embaixada argentina teria realizado esforços para reparar a imagem da Argentina no México, mas de alcance limitado, conforme se observa na figura 38 a seguir:

[187] Os nomes citados por Raúl Quijano se referem a Thomas J. Farer, advogado e professor estadunidense, e Carlos A. Dunshee de Abranches, professor brasileiro. Ambos foram membros da CIDH durante a visita na Argentina (Basualdo, 2019).

Figura 38 – Tentativas da Embaixada argentina de não prejudicar a imagem da Junta Militar no México

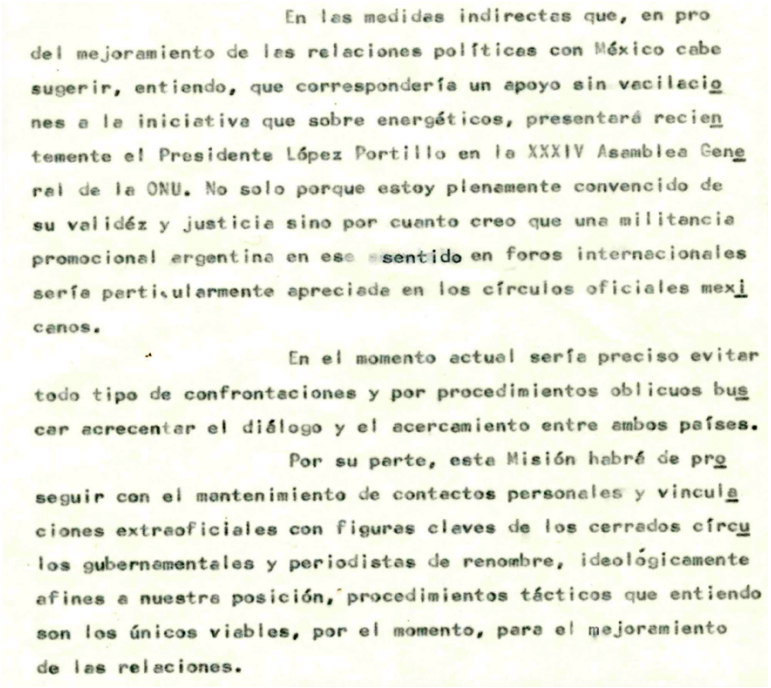


IV) Acción de la Embajada. El deterioro paulatino y constante de nuestra imagen externa en este país ha sido objeto de la primordial preocupación de esta Embajada y a su mejoramiento han tenido especialmente nuestros esfuerzos. Obviamente, en una lucha desigual, restringidos en diversos aspectos, tanto humanos como materiales, condicionados por la particular actitud del gobierno mexicano en la materia, por las muy especiales características de los órganos de prensa locales, por la cantidad de compatriotas exilados en este país, el apoyo semioficial de que disfrutan y la posición influyente que ocupan algunos de ellos en ciertos medios de comunicación colectiva, hacen que la gran mayoría de los éxitos alcanzados hayan sido meramente parciales y transitorios.

Fonte: AMRECIC, 1979rr.

Como alternativa para superar as dificuldades das relações entre os dois países, Gómez Centurión sugeriu avançar não em aspectos políticos, mas nos comerciales, culturais, educacionais, esportivos, tecnológicos, científicos, assistência técnica e de indústria, por exemplo (AMRECIC, 1979rr). Nessa toada, apoiar o México em foros internacionais, especialmente na área petrolífera, era algo que fazia sentido e seria visto positivamente pela comunidade internacional, além de manter contato próximo com a imprensa mexicana para remediar as críticas ao governo argentino, conforme ilustrado na figura 39 abaixo:

Figura 39 – Embaixada argentina avaliou importância de apoiar o México para ganhar apoio internacional e evitar críticas à ditadura



En las medidas indirectas que, en pro del mejoramiento de las relaciones políticas con México cabe sugerir, entiendo, que correspondería un apoyo sin vacilaciones a la iniciativa que sobre energéticos, presentará recientemente el Presidente López Portillo en la XXXIV Asamblea General de la ONU. No solo porque estoy plenamente convencido de su validéz y justicia sino por cuanto creo que una militancia promocional argentina en ese sentido en foros internacionales sería particularmente apreciada en los círculos oficiales mexicanos.

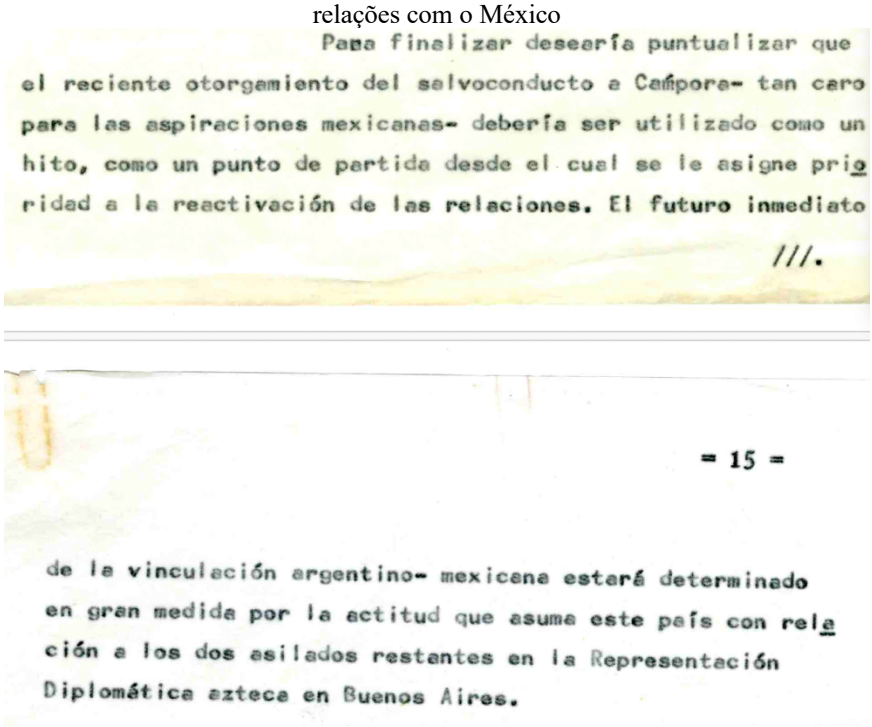
En el momento actual sería preciso evitar todo tipo de confrontaciones y por procedimientos oblicuos buscar acrecentar el diálogo y el acercamiento entre ambos países.

Por su parte, esta Misión habrá de proseguir con el mantenimiento de contactos personales y vinculaciones extraoficiales con figuras claves de los cerrados círculos gubernamentales y periodistas de renombre, ideológicamente afines a nuestra posición, procedimientos tácticos que entiendo son los únicos viables, por el momento, para el mejoramiento de las relaciones.

Fonte: AMRECIC, 1979rr.

E, por fim, o salvo-conduto do ex-presidente Cámpora seria utilizado como um marco para renovar as relações diplomáticas entre os países:

Figura 40 – O salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora seria um instrumento da Junta Militar para renovar as relações com o México



Para finalizar desearía puntualizar que el reciente otorgamiento del salvoconducto a Cámpora- tan caro para las aspiraciones mexicanas- debería ser utilizado como un hito, como un punto de partida desde el cual se le asigne prioridad a la reactivación de las relaciones. El futuro inmediato

///.

= 15 =

de la vinculación argentino- mexicana estará determinado en gran medida por la actitud que asuma este país con relación a los dos asilados restantes en la Representación Diplomática azteca en Buenos Aires.

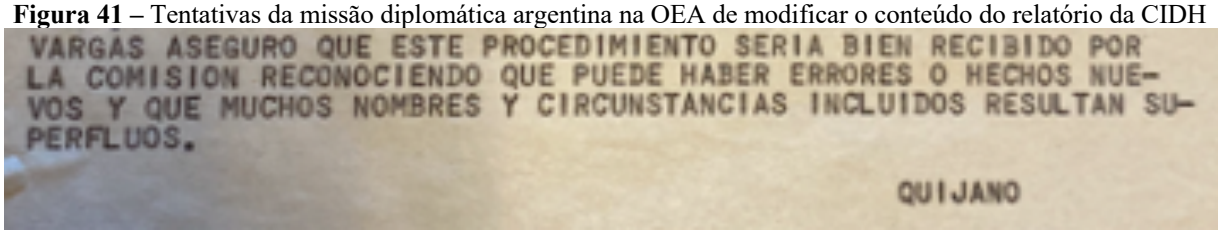
Fonte: AMRECIC, 1979rr.

Em dezembro, o Embaixador Raúl Quijano informou ao MREyC que conversou com Thomas J. Farer e Edmundo Vargas Carreño sobre o relatório da CIDH. No início do mês, o Embaixador argentino avisou ao MREyC que o presidente da CIDH havia lhe entregado uma nota endereçada ao governo argentino para enviar o relatório da comissão, após a visita do órgão ao país. Além disso, o presidente da CIDH também informou que o relatório foi aprovado por unanimidade e que o governo argentino teria até 29 de fevereiro de 1980 para apresentar observações ao documento (AMRECIC, 1979ss). Tais notas seriam avaliadas pela comissão ao final do mês de março de 1980 para aprovar definitivamente o relatório e torná-lo público no mês de abril do mesmo ano (AMRECIC, 1979ss).

Em outra reunião de Raúl Quijano, agora com o representante dos EUA na OEA, ele foi informado que existiam informações no relatório da CIDH sobre a Argentina oriundas do governo estadunidense, mas, nas palavras desse representante, nenhum funcionário dos EUA teria passado os dados à comissão (AMRECIC, 1979ss). Segundo o representante, existia proximidade entre Farer e funcionários da Divisão de Assuntos Humanitários do Departamento de Estado dos EUA, cuja posição, conforme o contexto relatado por Quijano, era crítica em relação aos direitos humanos na Argentina (AMRECIC, 1979tt).

Particularmente com Carreño, em outra reunião, Quijano buscou reorganizar a maneira de apresentação do relatório da comissão. A ideia era inserir um documento em anexo ao relatório com as observações do governo argentino, acompanhado de outro documento secreto destinado apenas aos membros da CIDH para propor "[...] correções ou adições quando apropriado, eliminação de nomes e lugares que são supérfluos, supressão de citações e episódios cuja inclusão é repetitiva ou desnecessária" (AMRECIC, 1979uu, s. p., tradução nossa). Segundo Quijano, o Secretário-Executivo estaria disposto a acatar a sua decisão:

Figura 41 – Tentativas da missão diplomática argentina na OEA de modificar o conteúdo do relatório da CIDH


VARGAS ASEGURO QUE ESTE PROCEDIMIENTO SERIA BIEN RECIBIDO POR LA COMISION RECONOCIENDO QUE PUEDE HABER ERRORES O HECHOS NUEVOS Y QUE MUCHOS NOMBRES Y CIRCUNSTANCIAS INCLUIDOS RESULTAN SUPERFLUOS.

QUIJANO

Fonte: AMRECIC, 1979uu.

Quijano, em outra conversa com Farrer e Carreño, criticou o tamanho do relatório e, em resposta, ouviu dos comissionados que o documento seria revisado com base nas observações do governo argentino, em vistas a "eliminar capítulos inteiros por reconhecer que o estudo tinha sido ampliado excessivamente. A justificativa que me passaram foi o volume de documentação que a comissão reuniu durante os últimos dois anos" (AMRECIC, 1979ss, s. p., tradução nossa). Esse aspecto é interessante pois demonstra os esforços da representação argentina na OEA de barrar não apenas a divulgação do relatório, mas o seu conteúdo.[188]

Portanto, a visita da CIDH e as denúncias de movimentos de direitos humanos e dos exilados demonstram que a implementação da política externa dependia também da ação de outros atores, sejam estatais ou não estatais, em contextos domésticos ou internacionais. No caso dos militares, o objetivo era recuperar o prestígio internacional da Junta Militar e demonstrar ao mundo que a Argentina era autêntica defensora dos direitos humanos.

[188] Existiam atritos entre a comissão e a Assembleia Geral da OEA. Nos anos 1970 e 1980, a CIDH era vista com muita desconfiança pelos países governados por ditaduras militares (Novaro; Avenburg, 2009; Jensen, 2010). Logo, na Assembleia Geral, os governos autoritários votavam em bloco contra resoluções que tratavam do quadro de direitos humanos desses países, o que de certa maneira sinalizava um boicote às atividades da CIDH. Portanto, apesar de os informes especiais da comissão serem relevantes para tornar público os casos de violações de direitos humanos e realizar uma condenação internacional dos governos envolvidos, esses documentos não eram garantia de que o país seria sancionado na Assembleia Geral da OEA.

5.4 Crises, avanços e retrocessos: as instabilidades e as incertezas das relações diplomáticas Argentina-México (1980-1983)

Os anos de 1980 a 1983, para as relações diplomáticas Argentina-México, podem ser caracterizados como um período de melhorias, dada a concessão do salvo-conduto do ex-presidente Cámpora e de avanços nas negociações bilaterais e multilaterais em outras áreas de interesse de ambos os países. Contudo, esses foram anos de forte crise econômica e política, ora por conta da crise do petróleo no México, ora pela Guerra das Malvinas para a Argentina.

Na perspectiva das Memórias do MREyC, o ano de 1980 foi um momento de cooperação e entendimento mútuo nas relações diplomáticas com o México. Um dos principais fatores foi o salvo-conduto concedido pela Argentina ao ex-presidente Cámpora e ao seu filho. Segundo o MREyC, a concessão desses dois salvo-condutos foram fundamentais para o retorno de uma suposta normalidade diplomática nas relações entre Argentina e México (MRECIC, 1980).

Para além da questão dos asilados, em síntese, as relações com o México em 1980 foram vistas como em "evolução favorável" (MRECIC, 1980, p. 109, tradução nossa) devido ao progresso de algumas negociações, como a assinatura do Contrato de Fornecimento de Grãos entre a Junta Nacional de Grãos da Argentina e sua contraparte mexicana, a *Compañía Nacional de Subsistencias Populares* (CONASUPO).[189]

Outro marco relevante, ainda relacionado com a reestruturação da ALALC, foi a reunião conduzida por funcionários do governo argentino no México, por funcionários das pastas de Comércio e Negociações Econômicas Internacionais e de Relações Econômicas Internacionais. O objetivo era discutir questões econômicas nas relações bilaterais e, em termos culturais, a diplomacia argentina tentou manter alguns laços ao desenvolver atividades simbólicas na área educacional e cultural (MRECIC, 1980).

Já nas OIs, o MREyC destacou os esforços da diplomacia argentina para se envolver em diferentes temas da política internacional aos níveis mundial, regional e nacional, em vistas a promover os interesses nacionais. Um dos exemplos é a presença da Argentina na CDHNU e na Assembleia Geral da OEA, em razão do contexto das violações de direitos humanos que ocorriam no país e das denúncias globais pela rede transnacional de atores não estatais e estatais conectados (incluso os exilados argentinos no México e em outros países) (MRECIC, 1980).

[189] O objetivo do acordo era aumentar as vendas de grãos para o México que, para 1981 e 1982, estavam projetadas em 80 mil toneladas de grãos (trigo, sorgo, soja e girassol) e 500 mil toneladas de milho (MRECIC, 1980).

As memórias reiteram as informações dos telegramas entre a Embaixada argentina e o MREyC de que o objetivo das representações diplomáticas da Argentina nesses espaços era impedir qualquer impacto negativo na imagem e nas relações internacionais do país:

> [...] **quando o referido assunto foi abordado, a Argentina tentou neutralizar qualquer medida que prejudicasse a imagem e o prestígio do país.** A Argentina também buscou manter uma posição de solidariedade com países que compartilham posições semelhantes às nossas, especialmente os países latino-americanos e os Não Alinhados, tentando, no entanto, manter um critério de independência política em relação às decisões do Grupo que discordam da filosofia política do Governo Nacional (MRECIC, 1980, p. 151, tradução nossa, grifo nosso).

Quando mencionada a atuação da Argentina na OEA, há mais detalhes sobre quais princípios de relações internacionais o país estava disposto a defender. Este aspecto é relevante por possibilitar a compreensão das estratégias não públicas nas negociações conduzidas pela missão argentina para impedir a discussão do relatório da CIDH na Assembleia Geral da OEA ao defender "[…] os princípios que tradicionalmente temos sustentado, como o de não intervenção nos assuntos internos dos Estados, igualdade jurídica destes, respeito absoluto da soberania e integridade territorial de cada Estado, etc." (MRECIC, 1980, p. 151, tradução nossa).[190]

Portanto, segundo o MREyC, o objetivo estabelecido para os direitos humanos, pela Junta Militar, foi defender os "[…] pontos de vista nacionais" (MRECIC, 1980, p. 152, tradução nossa) e articular a política externa da Argentina em suas relações bilaterais e multilaterais, com o apoio de "[…] setores nacionais interessados na matéria" (MRECIC, 1980, p. 152, tradução nossa). Em termos bilaterais, a Divisão de Direitos Humanos do MREyC foi encarregada de processar e responder

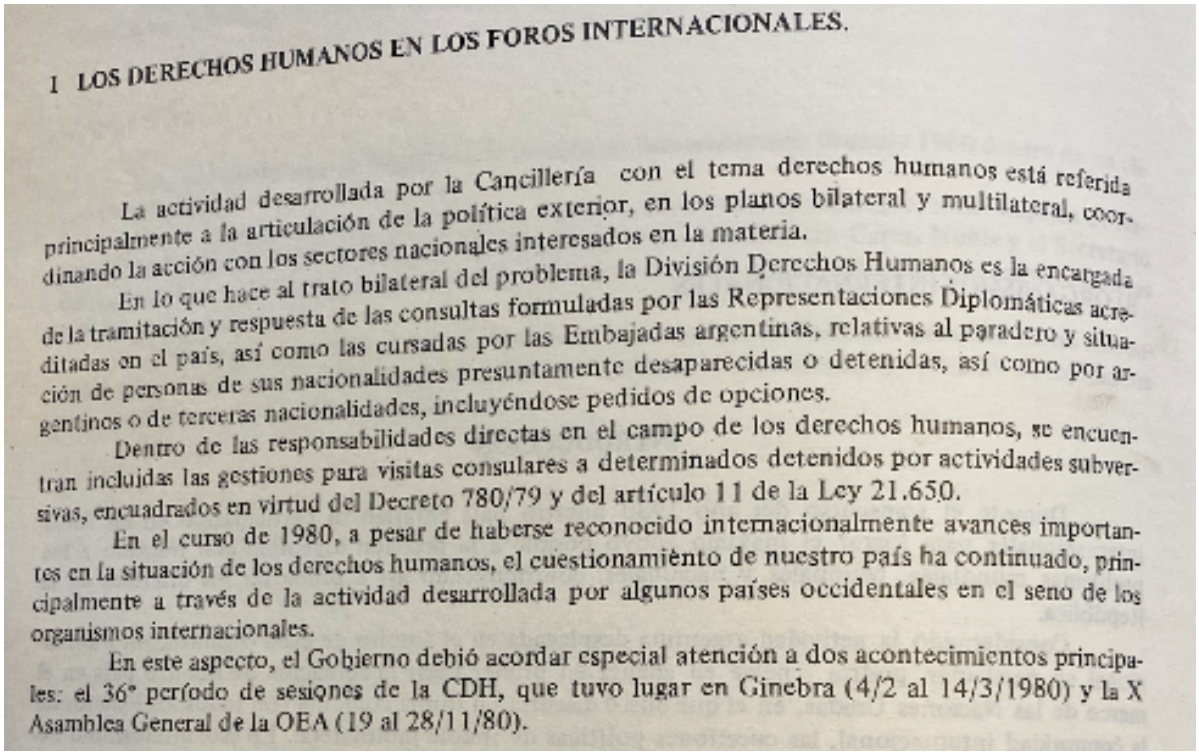
> […] as consultas formuladas pelas Representações Diplomáticas credenciadas no país, bem como as enviadas pelas Embaixadas argentinas, relacionadas ao paradeiro e à situação de pessoas de suas nacionalidades presumivelmente desaparecidas ou detidas, assim como por argentinos ou de terceiras nacionalidades, incluindo pedidos de opções (MRECIC, 1980, p. 152).

É evidente a intensa preocupação da diplomacia com as críticas às violações de direitos humanos e as demandas por informações, não apenas de atores não estatais, mas também de outros países e de seus diplomatas. O excerto e a figura 42 das memórias na sequência transmitem um estado de alerta da diplomacia argentina sobre denúncias de violações dos direitos humanos e de questionamentos

[190] Ao final, o informe da comissão nem chegou a ser discutido na Assembleia Geral da OEA em novembro de 1980. Isso representou uma vitória dos militares, já que a Argentina não foi condenada (Engstrom, 2016; D'Antonio, 2017). Contudo, no que tange ao próprio sistema interamericano de direitos humanos, a visita teria marcado um "[…] momento decisivo no desenvolvimento de sua identidade como uma instituição independente e operacional de direitos humanos" (Engstrom, 2016, p. 220, tradução nossa).

> […] por meio da atividade desenvolvida por alguns países ocidentais nos organismos internacionais. Nesse aspecto, o Governo teve que dedicar especial atenção a dois eventos principais: o 36º período de sessões da CDHNU, que ocorreu em Genebra (4/2 a 14/3/1980) e a X Assembleia Geral da OEA (19 a 28/11/80) (MRECIC, 1980, p. 152, tradução nossa).

Figura 42 – Atividades do MREyC em temas de direitos humanos em âmbito multilateral em 1980



1 LOS DERECHOS HUMANOS EN LOS FOROS INTERNACIONALES.

La actividad desarrollada por la Cancillería con el tema derechos humanos está referida principalmente a la articulación de la política exterior, en los planos bilateral y multilateral, coordinando la acción con los sectores nacionales interesados en la materia.

En lo que hace al trato bilateral del problema, la División Derechos Humanos es la encargada de la tramitación y respuesta de las consultas formuladas por las Representaciones Diplomáticas acreditadas en el país, así como las cursadas por las Embajadas argentinas, relativas al paradero y situación de personas de sus nacionalidades presuntamente desaparecidas o detenidas, así como por argentinos o de terceras nacionalidades, incluyéndose pedidos de opciones.

Dentro de las responsabilidades directas en el campo de los derechos humanos, se encuentran incluidas las gestiones para visitas consulares a determinados detenidos por actividades subversivas, encuadrados en virtud del Decreto 780/79 y del artículo 11 de la Ley 21.650.

En el curso de 1980, a pesar de haberse reconocido internacionalmente avances importantes en la situación de los derechos humanos, el cuestionamiento de nuestro país ha continuado, principalmente a través de la actividad desarrollada por algunos países occidentales en el seno de los organismos internacionales.

En este aspecto, el Gobierno debió acordar especial atención a dos acontecimientos principales: el 36° período de sesiones de la CDH, que tuvo lugar en Ginebra (4/2 al 14/3/1980) y la X Asamblea General de la OEA (19 al 28/11/80).

Fonte: MRECIC, 1980, p. 151.

A visita da CIDH serviu, dentre vários efeitos, para aproximar o discurso dos direitos humanos com o contexto local da Argentina e, principalmente, de sua população. O esforço dos comissionados, grupos de direitos humanos e dos exilados foi relevante, porque escancarou a realidade da violência da Argentina às normas internacionais de direitos humanos. O informe da comissão respaldou internacionalmente as denúncias dos argentinos (Novaro; Avenburg, 2009). Como indicado por Roniger (2018),

> o uso da linguagem abstrata dos direitos humanos pode ser inoperante caso não expressada em termos que sejam significativos e tenham repercussão cultural. […] o ideal normativo dos direitos humanos universais necessita com frequência do apoio dos discursos locais e de porta-vozes que possam esclarecer seu significado conforme a percepção de cada marco social (Roniger, 2018, p. 25, tradução nossa).

Portanto, melhor do que ter explicado o significado desses direitos humanos, a CIDH exerceu um papel de debatê-los e criticá-los publicamente com a sociedade. Com o passar do tempo, a visita foi importante ao auxiliar também na construção, aplicação e reconstrução dos

direitos humanos na Argentina, mas também como exemplo para outros países e sociedades da região.[191]

Com relação ao 36º período de sessões da CDHNU, estiveram presentes os Embaixadores argentinos Enrique Ros, junto à ONU, e Gabriel Martínez, vinculado aos Organismos Internacionais em Genebra. Esses atores mobilizaram recursos de informação e comunicação para defender os interesses e a imagem internacional da Argentina e obter apoio de outros países. Houve não apenas uma ação coordenada das embaixadas argentinas para defender a posição argentina sobre o assunto, mas também um esforço para dialogar com embaixadores de países europeus importantes aos interesses nacionais que a Junta Militar vislumbrava no período.

Quanto à X Assembleia Geral da OEA, a missão diplomática da Argentina no organismo se dedicou a defender a resposta ao relatório da CIDH durante a sua visita à Argentina em 1979. O documento intitulado "Observações e Comentários Críticos sobre o Relatório Especial Produzido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a Situação dos Direitos Humanos na Argentina" foi uma forma de contrapor as críticas da CIDH ao estado dos direitos humanos na Argentina e às ações dos militares (MRECIC, 1980).

O informe produzido pelos militares em resposta ao documento da CIDH rechaçava as afirmações e considerações da comissão. A réplica da ditadura demonstrou que

> [...] qualquer julgamento justo sobre o passado recente argentino não podia evitar os atentados terroristas cometidos entre 1969 e 1979 e que formavam parte da 'guerra não convencional', originada da 'agressão subversiva' sobre a qual as Forças Armadas responderam para salvar a Pátria das garras do marxismo internacional (Jensen, 2010, p. 163, tradução nossa).

Por fim, como era de se esperar dadas as últimas experiências de contestação pública, a ditadura negava que os direitos humanos do povo argentino haviam sido violados. Os chamados "excessos" eram resultados de uma situação excepcional que o país havia passado. Tampouco os desaparecidos constituíam um problema, já que não existiam; o que existiam eram mortos em enfrentamentos armados, terroristas assassinados por suas próprias organizações, subversivos que estavam no exílio ou terroristas que haviam fugido do país para realizar

[191] Após a visita da CIDH, a situação dos direitos humanos na Argentina foi pauta de outras sessões da Comissão e da Assembleia Geral da OEA: 52ª sessão de 1980 sobre denúncias de prisões arbitrárias de membros de grupos de direitos humanos (IACHR, 1980); 10ª sessão regular da Assembleia Geral da OEA, que tratou sobre o desaparecimento de pessoas após serem detidas e ameaças contra instituições de direitos humanos (IACHR, 1981); 55ª sessão de 1982 sobre casos individuais de argentinos que haviam denunciado terem sofrido violações de direitos humanos (IACHR, 1982a); 56ª sessão de 1982 sobre denúncias gerais de violações de direitos humanos na Argentina como presos à disposição do Poder Executivo Nacional, desaparecimentos, Estado de Sítio e novas detenções arbitrárias (IACHR, 1982b); 20ª sessão regular da Assembleia Geral da OEA, que discorreu sobre denúncias de pessoas que haviam sido presas e depois haviam desaparecido, direitos políticos, Estado de Sítio e casos individuais (IACHR, 1982c).

campanhas anti-Argentina, segundo os militares (Novaro; Avenburg, 2009; Jensen, 2010; Lloret, 2016).

Após a publicação do informe da CIDH, a Junta Militar trabalhou para distribuir o seu "contrainforme" em diversas representações diplomáticas e governamentais, nos círculos políticos, de inteligência, de imprensa, empresariais e para os militares dos EUA. Em resposta à comissão, a Junta Militar qualificou o documento como subjetivo e precipitado, além de ter se intrometido em assuntos internos e se utilizado de metodologias que distorciam a veracidade dos fatos na Argentina. Segundo a Junta Militar, conforme a Ata 129 de 26 de fevereiro de 1980, o informe

> [...] ignora a realidade argentina da última década, que sem o conhecimento acabado é impossível compreender a situação atual e do passado recente. O informe não se ocupa da agressão terrorista, cuja magnitude e consequências explicam e justificam as medidas que o Governo teve de tomar para a defesa da sociedade, que nunca excederam a uma razoável resposta a essa tremenda agressão de que se era objeto (MINDEF, 2014, p. 58, tradução nossa).

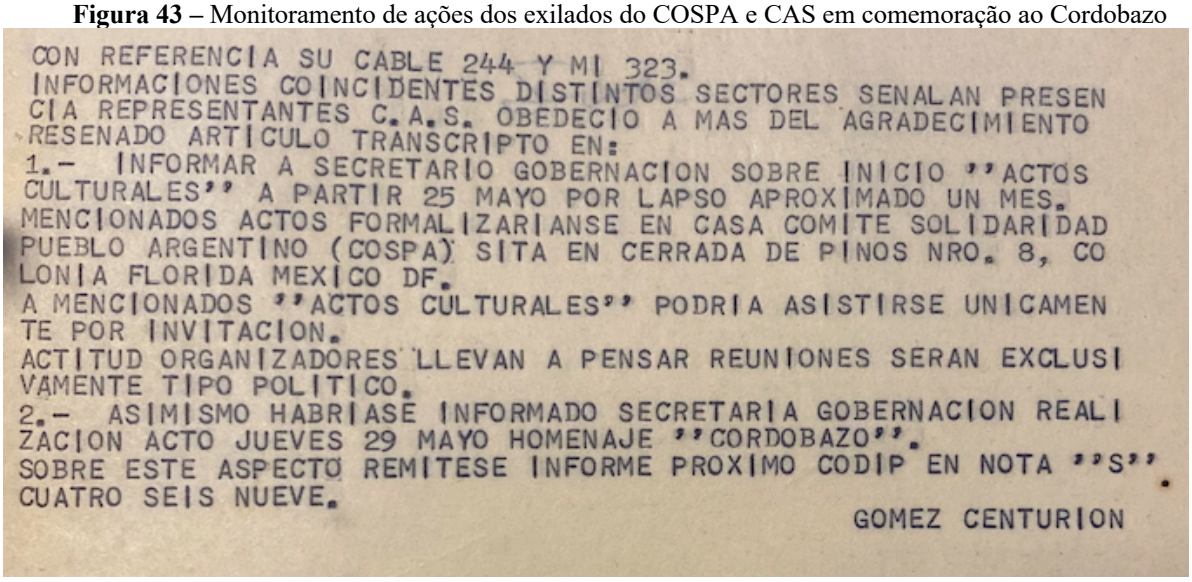
A ditadura, ao desqualificar o informe da CIDH, também trabalhava para que o documento não fosse aprovado na Assembleia Geral da OEA. Como exposto no primeiro capítulo, o Ministério das Relações Exteriores da Argentina não era o principal órgão decisório da política externa do país (Lisińska, 2019). Apesar de não ser a principal instituição decisória da política externa da ditadura, o MREyC e seus diplomatas eram uma "[…] **peça fundamental na engrenagem oficial para buscar justificar** o que alguns explicavam como uma 'crise' que havia iniciado na Argentina pela violência de 'terroristas' e 'subversivos', que uma vez derrotados, organizaram uma 'campanha anti-Argentina' no exterior" (Lloret, 2016, p. 128, tradução nossa, grifo nosso).

No mês de abril, a Embaixada argentina informou ao MREyC que jornais mexicanos difundiram o informe da visita da CIDH na Argentina, com destaque para as partes negativas do documento. O telegrama, enviado por Gomez Centurión, transparece a sua preocupação não apenas pela difusão dos jornais mexicanos do relatório, mas também pelos possíveis comentários que o governo mexicano faria, pois "[…] até a data não foram feitos comentários oficiais sobre o tema" (AMRECIC, 1980a, s. p., tradução nossa). A demora de um posicionamento do México poderia significar algo positivo ou negativo, já que o silêncio do governo mexicano sobre o tema seria uma maneira de concordar com o que os jornais diziam sobre a situação na Argentina. Em outra perspectiva, o silêncio do México seria uma forma de evitar maiores problemas diplomáticos de ingerência externa por parte do México e tratar a questão de maneira direta, bilateralmente, sem exposição pública.

Não menos importante, a missão argentina apresentou, na X Assembleia Geral, o documento "Nota Informativa do Governo argentino", que continha informações sobre o ano de 1980 consideradas "[…] indispensáveis para uma melhor interpretação da realidade nacional no campo dos direitos humanos" (MRECIC, 1980, p. 153, tradução nossa). Para se defender, a diplomacia argentina articulou o seu discurso para instrumentalizar o princípio de não intervenção nos assuntos internos das nações, o qual, se não respeitado, poderia afetar outros países da OEA e os supostos objetivos políticos com os quais a Assembleia Geral estava sendo utilizada. A tônica, então, era a de desprestigiar e desqualificar a própria organização.

Em paralelo, continuava o monitoramento constante das ações dos exilados por parte da Embaixada argentina. Em um desses casos, a representação acompanhou um suposto encontro de representantes do COSPA e da CAS em comemoração ao Cordobazo no mês de maio (AMRECIC, 1980b):

Figura 43 – Monitoramento de ações dos exilados do COSPA e CAS em comemoração ao Cordobazo



CON REFERENCIA SU CABLE 244 Y MI 323.
INFORMACIONES COINCIDENTES DISTINTOS SECTORES SENALAN PRESEN
CIA REPRESENTANTES C.A.S. OBEDECIO A MAS DEL AGRADECIMIENTO
RESENADO ARTICULO TRANSCRIPTO EN:
1.- INFORMAR A SECRETARIO GOBERNACION SOBRE INICIO ''ACTOS
CULTURALES'' A PARTIR 25 MAYO POR LAPSO APROXIMADO UN MES.
MENCIONADOS ACTOS FORMALIZARIANSE EN CASA COMITE SOLIDARIDAD
PUEBLO ARGENTINO (COSPA) SITA EN CERRADA DE PINOS NRO. 8, CO
LONIA FLORIDA MEXICO DF.
A MENCIONADOS ''ACTOS CULTURALES'' PODRIA ASISTIRSE UNICAMEN
TE POR INVITACION.
ACTITUD ORGANIZADORES LLEVAN A PENSAR REUNIONES SERAN EXCLUSI
VAMENTE TIPO POLITICO.
2.- ASIMISMO HABRIASE INFORMADO SECRETARIA GOBERNACION REALI
ZACION ACTO JUEVES 29 MAYO HOMENAJE ''CORDOBAZO''.
SOBRE ESTE ASPECTO REMITESE INFORME PROXIMO CODIP EN NOTA ''S''.
CUATRO SEIS NUEVE.
GOMEZ CENTURION

Fonte: AMRECIC, 1980b.

Em junho, o MREyC solicitou à Embaixada argentina verificar quais temas poderia tratar com o México na ALALC, com especial atenção para a área econômica (AMRECIC, 1980). E, no início de julho, o jornal mexicano *Proceso* entrevistou o Chanceler mexicano Castañeda. Segundo ele, a questão dos asilados que ainda estavam na Embaixada mexicana – o filho do ex-presidente Cámpora e Abal Medina – fazia com que as relações com a Argentina estivessem no mesmo lugar e não estavam em seu melhor momento:

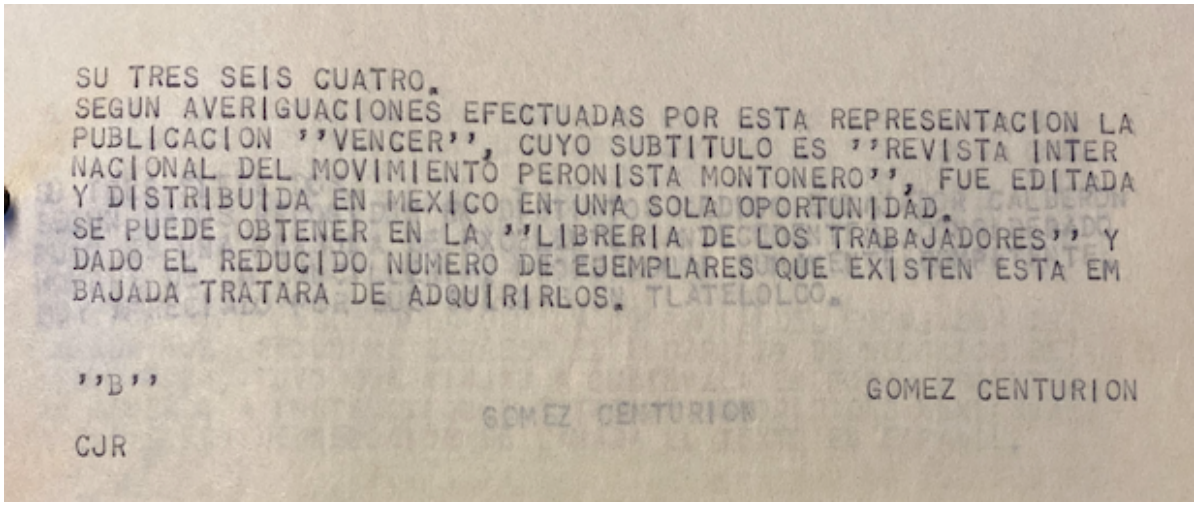
> **[...] estimo que essas relações com Argentina não estão no ponto mais desejável, dificilmente poderiam ser caracterizadas como normais quando existe um assunto tão espinhoso e tão incômodo como esse. [...] Temos insistido com empenho na solução desse assunto. Não conseguimos, até agora, êxito no sentido de que não conseguimos o salvo-conduto para os dois asilados.** Lamentamos e seguiremos a insistir, mas, por outro lado, é óbvio que devem continuar essas relações.

> Seguem, ainda mesmo que agora não tenha Embaixador, há uma Encarregada de Negócios, a Argentina possui seu Embaixador aqui, e são desenvolvidas relações em outros campos, a despeito dessa dificuldade (AMRECIC, 1980c, s. p., tradução nossa, grifo nosso).

E, como de costume, no mesmo mês de julho de 1980, o México solicitou apoio da Argentina a sua candidatura ao posto na Secretaria Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (AMRECIC, 1980d).[192]

As atividades de denúncia contra a ditadura pelos exilados no México ganharam maior fôlego após a visita da CIDH e a publicação do relatório no mês de abril. Por exemplo, uma das estratégias dos grupos armados exilados México era produzir conteúdo em formato de revista. Em um telegrama, fica notório que a Embaixada argentina buscava minimizar o alcance dessas publicações ao chegar a adquirir todos os exemplares para minimizar a sua circulação (AMRECIC, 1980e), conforme a figura 44 abaixo:

Figura 44 – Embaixada argentina queria adquirir exemplares de publicações de exilados que criticavam a ditadura



SU TRES SEIS CUATRO.
SEGUN AVERIGUACIONES EFECTUADAS POR ESTA REPRESENTACION LA PUBLICACION ''VENCER'', CUYO SUBTITULO ES ''REVISTA INTER NACIONAL DEL MOVIMIENTO PERONISTA MONTONERO'', FUE EDITADA Y DISTRIBUIDA EN MEXICO EN UNA SOLA OPORTUNIDAD.
SE PUEDE OBTENER EN LA ''LIBRERIA DE LOS TRABAJADORES'' Y DADO EL REDUCIDO NUMERO DE EJEMPLARES QUE EXISTEN ESTA EM BAJADA TRATARA DE ADQUIRIRLOS.

''B''

GOMEZ CENTURION

CJR

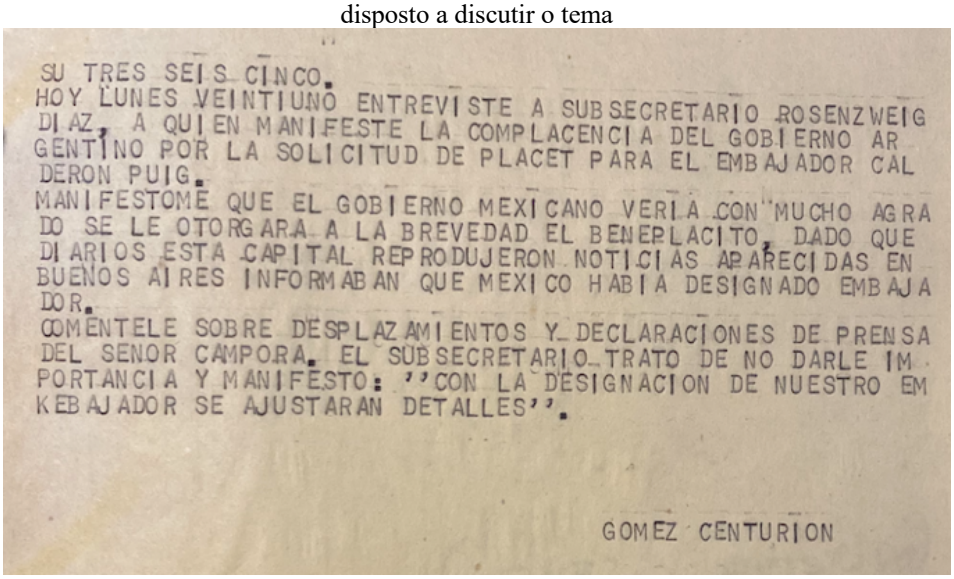
Fonte: AMRECIC, 1980e.

Com relação às declarações públicas do ex-presidente Cámpora, agora exilado no México, o governo mexicano expressava ao governo argentino não querer discutir o assunto. Não obstante, era um tema que a Argentina queria tratar (AMRECIC, 1980f). A figura 45 demonstra que, ao discutir a concordância do governo argentino com o novo Embaixador do México na Argentina, o governo mexicano não quis aprofundar detalhes sobre os

[192] Mais a frente, em dezembro, a diplomacia mexicana solicitou apoio da Argentina em sua candidatura ao cargo de Direção-Geral na Organização Internacional de Energia Atômica (OIEA) (AMRECIC, 1980g). Para isso, o MREyC contactou a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina para entender o seu posicionamento técnico para apoiar ou não a candidatura. Supõe-se que existiam questões políticas para considerar o apoio, como o caso dos asilados na Embaixada mexicana e dos exilados no México.

pronunciamentos do ex-presidente em seu exílio que, para a Junta Militar, eram prejudiciais a sua imagem:

Figura 45 – Declarações do ex-presidente Cámpora preocupam a ditadura, mas o governo mexicano não estava disposto a discutir o tema



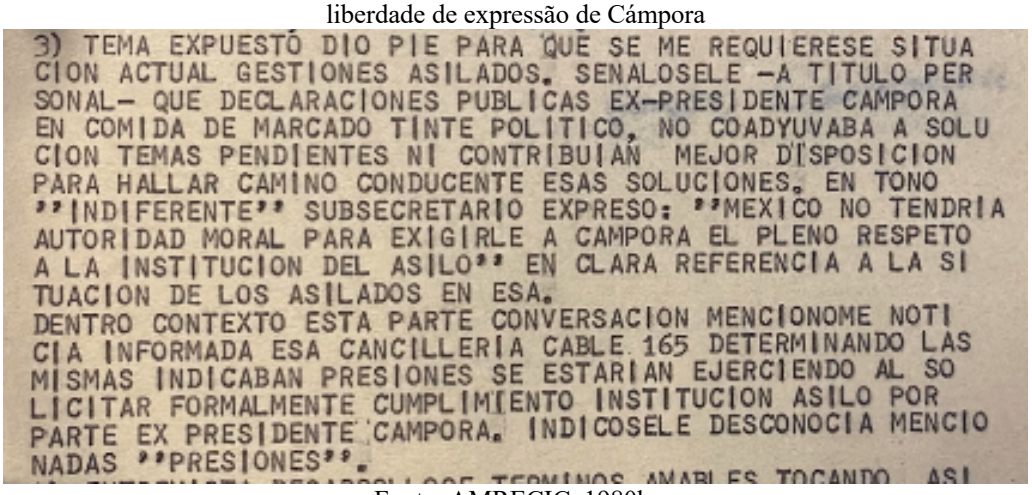
SU TRES SEIS CINCO.
HOY LUNES VEINTIUNO ENTREVISTE A SUBSECRETARIO ROSENZWEIG DIAZ, A QUIEN MANIFESTE LA COMPLACENCIA DEL GOBIERNO ARGENTINO POR LA SOLICITUD DE PLACET PARA EL EMBAJADOR CALDERON PUIG.
MANIFESTOME QUE EL GOBIERNO MEXICANO VERIA CON MUCHO AGRADO SE LE OTORGARA A LA BREVEDAD EL BENEPLACITO, DADO QUE DIARIOS ESTA CAPITAL REPRODUJERON NOTICIAS APARECIDAS EN BUENOS AIRES INFORMABAN QUE MEXICO HABIA DESIGNADO EMBAJADOR.
COMENTELE SOBRE DESPLAZAMIENTOS Y DECLARACIONES DE PRENSA DEL SENOR CAMPORA. EL SUBSECRETARIO TRATO DE NO DARLE IMPORTANCIA Y MANIFESTO: ''CON LA DESIGNACION DE NUESTRO EMBAJADOR SE AJUSTARAN DETALLES''.

GOMEZ CENTURION

Fonte: AMRECIC, 1980f.

Em março, o governo mexicano respondeu que não poderia controlar o que os exilados diziam no México. Cabe destacar a crítica implícita que o Subsecretário do México, Rosenweig-Díaz, fez quando foi questionado pela Embaixada argentina sobre os pronunciamentos do ex-presidente Cámpora em seu exílio no país (AMRECIC, 1980h). Para ele, não era moral que o México exigisse de Cámpora o pleno respeito ao asilo diplomático, uma referência direta ao próprio descumprimento da Argentina diante o instituto:

Figura 46 – Críticas de funcionário mexicano à Argentina por querer que o governo mexicano limitasse a liberdade de expressão de Cámpora



3) TEMA EXPUESTO DIO PIE PARA QUE SE ME REQUIERESE SITUACION ACTUAL GESTIONES ASILADOS. SENALOSELE -A TITULO PERSONAL- QUE DECLARACIONES PUBLICAS EX-PRESIDENTE CAMPORA EN COMIDA DE MARCADO TINTE POLITICO, NO COADYUVABA A SOLUCION TEMAS PENDIENTES NI CONTRIBUIAN MEJOR DISPOSICION PARA HALLAR CAMINO CONDUCENTE ESAS SOLUCIONES. EN TONO ''INDIFERENTE'' SUBSECRETARIO EXPRESO: ''MEXICO NO TENDRIA AUTORIDAD MORAL PARA EXIGIRLE A CAMPORA EL PLENO RESPETO A LA INSTITUCION DEL ASILO'' EN CLARA REFERENCIA A LA SITUACION DE LOS ASILADOS EN ESA.
DENTRO CONTEXTO ESTA PARTE CONVERSACION MENCIONOME NOTICIA INFORMADA ESA CANCILLERIA CABLE 165 DETERMINANDO LAS MISMAS INDICABAN PRESIONES SE ESTARIAN EJERCIENDO AL SOLICITAR FORMALMENTE CUMPLIMIENTO INSTITUCION ASILO POR PARTE EX PRESIDENTE CAMPORA. INDICOSELE DESCONOCIA MENCIONADAS ''PRESIONES''.

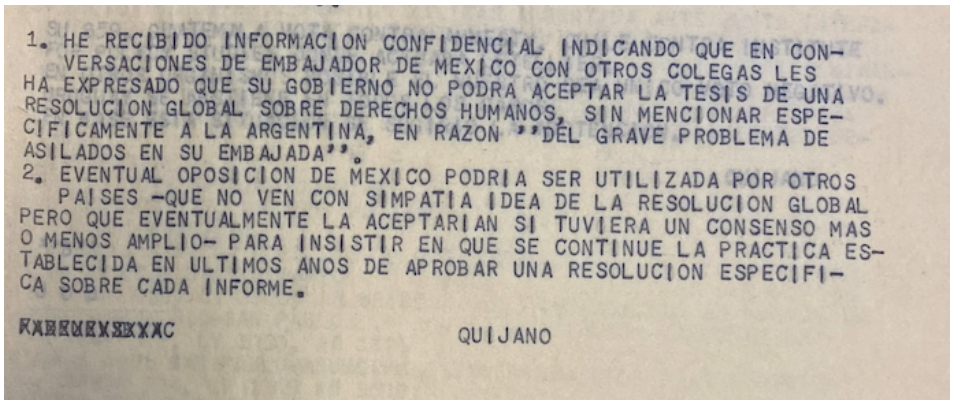
Fonte: AMRECIC, 1980h.

A vigilância transnacional da informação que circulava entre os exilados era uma constante para a ditadura e, também, compartilhada com outros países sob governos

ditatoriais.[193] Em agosto, o Departamento de Assuntos Consulares do MREyC solicitou a diversas representações consulares argentinas na região das Américas mais informações sobre a obtenção de vistos para ingressar nos países, como os requisitos e as pessoas responsáveis por conceder a documentação. A informação é importante ao demonstrar o interesse da ditadura em saber como funcionavam os mecanismos de migração em países com os quais possuía relação e eram destino dos argentinos exilados (AMRECIC, 1980i).

Em paralelo, na OEA, a delegação da Argentina relatou a sua preocupação em relação ao México, pois o país não aceitaria uma resolução global sobre direitos humanos na instituição (AMRECIC, 1980j). Segundo Quijano, isso era um resultado das tratativas sobre os asilados na Embaixada mexicana e a posição do México poderia ser adotada por outros países. E, se outros países adotassem a mesma postura, seria muito mais difícil para a Argentina defender a criação de resoluções específicas sobre o seu contexto político e de direitos humanos, as quais teriam menos relevância do que resoluções gerais a serem discutidas amplamente na OEA:

Figura 47 – Representação argentina na OEA estava atenta à postura na instituição e possíveis dificuldades a serem enfrentadas sobre a discussão de seu contexto doméstico em direitos humanos



1. HE RECIBIDO INFORMACION CONFIDENCIAL INDICANDO QUE EN CONVERSACIONES DE EMBAJADOR DE MEXICO CON OTROS COLEGAS LES HA EXPRESADO QUE SU GOBIERNO NO PODRA ACEPTAR LA TESIS DE UNA RESOLUCION GLOBAL SOBRE DERECHOS HUMANOS, SIN MENCIONAR ESPECIFICAMENTE A LA ARGENTINA, EN RAZON ''DEL GRAVE PROBLEMA DE ASILADOS EN SU EMBAJADA''.
2. EVENTUAL OPOSICION DE MEXICO PODRIA SER UTILIZADA POR OTROS PAISES -QUE NO VEN CON SIMPATIA IDEA DE LA RESOLUCION GLOBAL PERO QUE EVENTUALMENTE LA ACEPTARIAN SI TUVIERA UN CONSENSO MAS O MENOS AMPLIO- PARA INSISTIR EN QUE SE CONTINUE LA PRACTICA ESTABLECIDA EN ULTIMOS ANOS DE APROBAR UNA RESOLUCION ESPECIFICA SOBRE CADA INFORME.

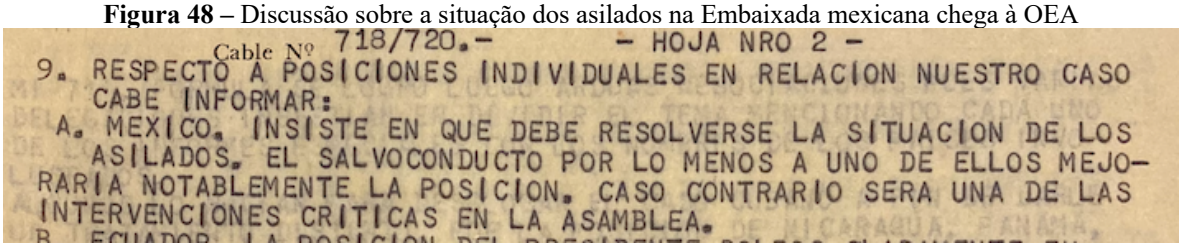
XXXXXXXXXXC QUIJANO

Fonte: AMRECIC, 1980j.

193 Os trabalhos Fernández Barrio (2017, 2022) retomam as discussões sobre as atividades transnacionais repressivas empregadas pela ditadura, como o caso Molfino. No contexto geral das atividades repressivas, Fernández Barrio (2022) aponta os principais avanços nas investigações sobre as ações transnacionais de repressão da ditadura, desde um enfoque historiográfico transnacional não centrado somente na influência e na perspectiva dos EUA. Segundo o autor, é necessário analisar interações, relações e movimentos de atores locais em escala regional para compreender como o aparato repressivo da última ditadura na Argentina operou: i) em outras regiões ademais da América Latina; ii) por outras forças armadas além de o Exército, como a Marinha e a Aeronáutica; e iii) outros fatores das projeções transnacionais do aparato repressivo que não a perseguição às dissidências políticas latino-americanas (Fernández Barrio, 2017). O caso Molfino diz respeito ao sequestro e ao desaparecimento de quatro argentinos exilados pertencentes a Montoneros, no Peru, em junho de 1980 (Fernández Barrio, 2017). O objetivo do Exército argentino – em colaboração com o Serviço de Inteligência do Exército (SIE) do Peru e, também, da Bolívia –, era o de evitar o suposto assassinato do presidente Videla, que estaria no país durante uma visita oficial em julho do mesmo ano. Ficou atestado a colaboração entre agentes estatais peruanos e argentinos para intercâmbio de informação, além dos esforços de evitar quaisquer indícios de ligação aos crimes desses países com as suas respectivas autoridades e, também, que os seus governos fossem difamados pela opinião pública (Fernández Barrio, 2017).

Em relação ao México na OEA, a Argentina destacou que, caso o salvo-conduto a um dos asilados não fosse concedido, a posição mexicana na Assembleia Geral poderia ser mais dura (AMRECIC, 1980j). Possivelmente, tratava-se da situação do filho do ex-presidente Cámpora ou de Abal Medina, os quais ainda permaneciam na Embaixada mexicana:

Figura 48 – Discussão sobre a situação dos asilados na Embaixada mexicana chega à OEA

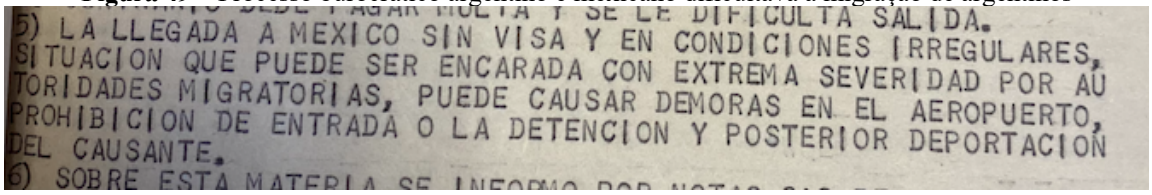


Cable Nº 718/720.- - HOJA NRO 2 -
9. RESPECTO A POSICIONES INDIVIDUALES EN RELACION NUESTRO CASO CABE INFORMAR:
A. MEXICO, INSISTE EN QUE DEBE RESOLVERSE LA SITUACION DE LOS ASILADOS, EL SALVOCONDUCTO POR LO MENOS A UNO DE ELLOS MEJORARIA NOTABLEMENTE LA POSICION, CASO CONTRARIO SERA UNA DE LAS INTERVENCIONES CRITICAS EN LA ASAMBLEA.

Fonte: AMRECIC, 1980k.

Segundo diretrizes consulares, os cidadãos argentinos que desejassem viajar ao México deveriam solicitar, obrigatoriamente, o visto no consulado mexicano na Argentina ou, como alternativa, adquirir em empresas de turismo ou aéreas um cartão de turismo chamado *Formulario Migratorio Turista* (FMT). Outra exigência era a de apresentarem passagem aérea de regresso à Argentina ou saída para outro país após terem passado no México. O consulado também analisou os trâmites migratórios do México que, a despeito das concessões de asilo e facilidades para as pessoas que se encontravam no país (tal como a confecção de documentação e ofertas de empregos), impunham dificuldades para permanecer no país caso estivessem irregulares:

Figura 49 – Processo burocrático argentino e mexicano dificultava a migração de argentinos



5) LA LLEGADA A MEXICO SIN VISA Y EN CONDICIONES IRREGULARES, SITUACION QUE PUEDE SER ENCARADA CON EXTREMA SEVERIDAD POR AUTORIDADES MIGRATORIAS, PUEDE CAUSAR DEMORAS EN EL AEROPUERTO, PROHIBICION DE ENTRADA O LA DETENCION Y POSTERIOR DEPORTACION DEL CAUSANTE.
6) SOBRE ESTA MATERIA SE INFORMO POR NOTAS

Fonte: AMRECIC, 1980l.

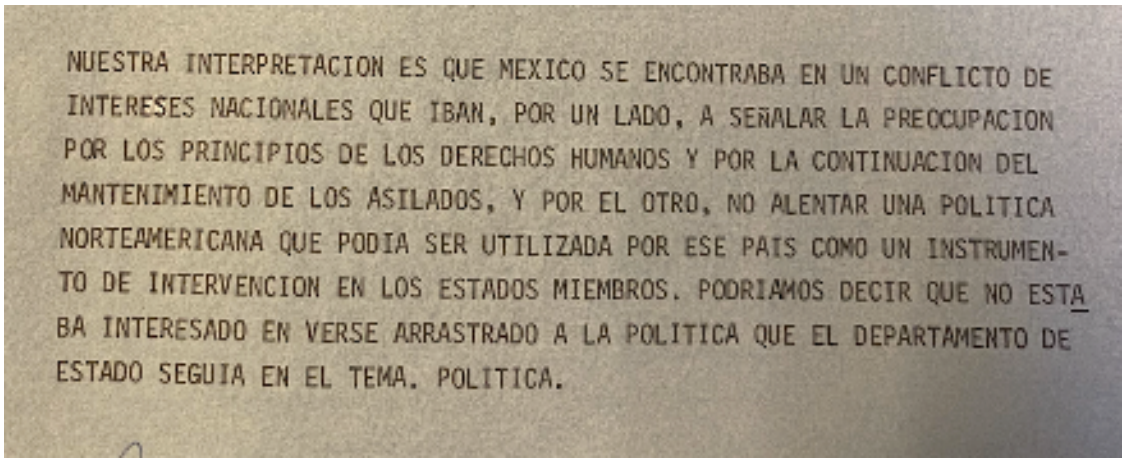
Nesse contexto, o Departamento de Assuntos Consulares da Argentina no México (DASE) solicitou ao consulado argentino no México informações sobre a filiação de Esteban Righi, exilado argentino no México, para continuar com a tramitação de um processo não especificado (AMRECIC, 1980m).[194] Mas, em outro documento, foram fornecidas informações sobre a data e o local de nascimento de seus pais (AMRECIC, 1980n). Subentende-se que, tal

[194] O consulado argentino informou ao Departamento de Assuntos Consulares que o cidadão argentino Jorge Diego Castro Pueyrredon não possuía "antecedentes desfavoráveis" (AMRECIC, 1980p, s. p., tradução nossa). Isso pode se encaixar na maneira pela qual as representações diplomáticas exerciam seus mecanismos de vigilância, com essencial participação do consulado, local de tramitação de processos burocráticos para cidadãos argentinos.

qual Rodolfo Puiggrós, Esteban Righi auxiliava o governo mexicano na concessão de asilo aos exilados argentinos.

Em dezembro, conforme as percepções da representação diplomática argentina na OEA, o México tratou a questão dos asilados na organização com cautela, sem tecer críticas contundentes contra a Argentina (AMRECIC, 1980o), tendo adotado uma posição menos rígida em comparação ao início de 1980. As informações vieram de representantes da Embaixada argentina que estiveram presentes na X Assembleia Geral da OEA e notaram que se tratava de uma maneira de evitar intervenções dos EUA no contexto doméstico de demais países da organização:

Figura 50 – México adotou uma posição menos rígida ao fim de 1980 sobre a questão dos asilados na Embaixada mexicana



NUESTRA INTERPRETACION ES QUE MEXICO SE ENCONTRABA EN UN CONFLICTO DE INTERESES NACIONALES QUE IBAN, POR UN LADO, A SEÑALAR LA PREOCUPACION POR LOS PRINCIPIOS DE LOS DERECHOS HUMANOS Y POR LA CONTINUACION DEL MANTENIMIENTO DE LOS ASILADOS, Y POR EL OTRO, NO ALENTAR UNA POLITICA NORTEAMERICANA QUE PODIA SER UTILIZADA POR ESE PAIS COMO UN INSTRUMENTO DE INTERVENCION EN LOS ESTADOS MIEMBROS. PODRIAMOS DECIR QUE NO ESTABA INTERESADO EN VERSE ARRASTRADO A LA POLITICA QUE EL DEPARTAMENTO DE ESTADO SEGUIA EN EL TEMA. POLITICA.

Fonte: AMRECIC, 1980o.

O ano de 1981 foi considerado pelo MREyC como um estágio de crescimento nas trocas comerciais entre a Argentina e o México, com um superávit nas exportações argentinas e uma queda significativa nas importações mexicanas de produtos argentinos (MRECIC, 1981). Entretanto, não foram registrados acordos firmados na área científica e tecnológica, mas o MREyC destacou o interesse do México nos organismos argentinos de pesquisa científica.

Tampouco foram assinados acordos culturais em 1981. Essa estagnação geral pode sinalizar os resultados negativos da deterioração das relações diplomáticas entre os países devido às denúncias de violações dos direitos humanos na Argentina ao longo dos anos e, ainda, de todo o processo para obter o salvo-conduto do ex-presidente Cámpora. Com relação ao caso de Cámpora, de fato, mesmo após ter conseguido ir ao México, não significou uma melhora nas relações com o México. Para Bernetti e Giardinelli (2014), a liberdade concedida a Cámpora não cessou os problemas com o México, haja vista que o governo mexicano era extremamente crítico ao uso seletivo e indiscriminado do instituto do asilo diplomático pela Junta Militar. E,

por isso, logo após a chegada de Cámpora ao México, as trocas na Embaixada mexicana foram mais recorrentes:

> […] naquilo que se interpretou como um novo congelamento das relações, decidiram pela retirada de seus Embaixadores: o general aposentado Carlos Gómez Centurión voltou para Buenos Aires e Lara Villarreal ao México. No DF (Cidade do México), as declarações deste último foram muito duras e a imprensa mexicana coincidiu em condenar o jornal argentino *Convicción* (editado pelas Forças Armadas da Argentina, sob a condução de Massera) por ter afirmado editorialmente que os asilados restantes deveriam 'envelhecer na Embaixada', pois não era muito importante 'tendo em conta o baixo intercâmbio comercial entre o México e a Argentina'" (Bernetti; Giardinelli, 2014, p. 115, tradução nossa).

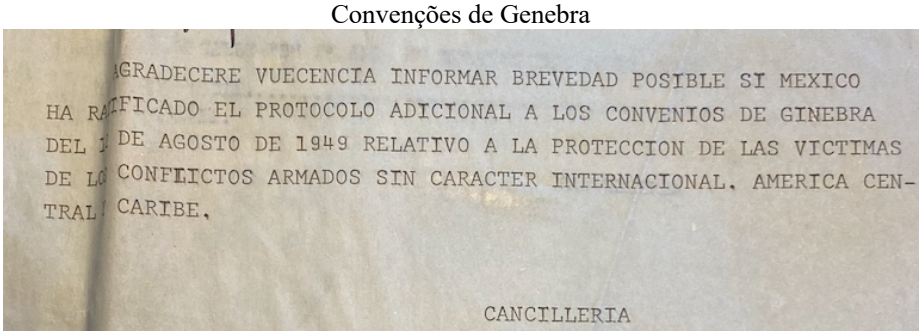
No início de 1981, em janeiro, há registro de mais apoio mútuo entre candidaturas a cargos em OIs, contudo, dessa vez se tratou de solicitação de apoio por parte do México à Argentina para o cargo de membro da Subcomissão de Prevenção a Discriminações e Proteção de Minorias na CDHNU. Isso é relevante ao demonstrar a possibilidade de proteção mútua entre o México e a Argentina na comissão a fim de não votarem e não apoiarem propostas que prejudicassem ambos países.[195] Segundo o MREyC, o México

> [...] apresentou uma nota nesta solicitando apoio para seu candidato Antonio Martinez Baez para sua reeleição como membro do referido órgão, oferecendo, ao mesmo tempo, troca de votos para o candidato argentino à mesma subcomissão, Dr. Julio Oyhanarte. V.E. está autorizado a informar a essa chancelaria que o oferecimento é aceito (AMRECIC, 1981a, s. p., tradução nossa).

O MREyC solicitou à Embaixada argentina e à representação diplomática argentina na ONU se o México havia ratificado o protocolo adicional das Convenções de Genebra relativas à proteção de vítimas em conflitos armados sem caráter internacional (AMRECIC, 1981a). A apuração é importante ao se considerar as características atribuídas pela Junta Militar ao contexto na Argentina, entendido por ela como uma guerra contra a subversão:

[195] As práticas cautelosas das diplomacias argentina e mexicana não foram as únicas ao longo das décadas de 1970 e 1980. Os autores Boti (2020) e Roriz (2021) apontam como o governo brasileiro, durante a ditadura, realizou esforços para silenciar e evitar a ressonância internacional das denúncias de violações de direitos humanos contra o Brasil, tanto na OEA quanto na ONU. Boti (2020), ao estudar a relação entre a CIDH e o Brasil, demonstra como a comissão enfrentou inúmeras dificuldades para investigar as violações de direitos humanos no país, dada a falta de cooperação e restrições impostas pelo governo militar, além das próprias articulações políticas que os militares possuíam na OEA. No caso de Roriz (2021), a sua análise parte das relações da ditadura brasileira com a CDHNU. O Brasil, nesse caso, também adotou uma postura silenciosa e não cooperativa na comissão, em vistas a proteger a sua imagem internacional. Em ambos estudos, percebem-se as barreiras que a ditadura brasileira criou para impedir investigações mais minuciosas por parte da CIDH e da CDHNU, em articulação com outros países que também trabalharam para evitar as críticas e os seus possíveis efeitos aos níveis doméstico e internacional.

Figura 51 – Interesse da Argentina em saber se o México era signatário dos protocolos adicionais das Convenções de Genebra


AGRADECERE VUECENCIA INFORMAR BREVEDAD POSIBLE SI MEXICO
HA RATIFICADO EL PROTOCOLO ADICIONAL A LOS CONVENIOS DE GINEBRA
DEL 12 DE AGOSTO DE 1949 RELATIVO A LA PROTECCION DE LAS VICTIMAS
DE LOS CONFLICTOS ARMADOS SIN CARACTER INTERNACIONAL, AMERICA CEN-
TRAL CARIBE.

CANCILLERIA

Fonte: AMRECIC, 1981a.

A atenção dada pela Argentina sobre a mobilização de atores não estatais contra a ditadura ainda era alta, pois a mobilização não cessaria, apesar das represálias da Junta Militar. Em um importante telegrama do MREyC sobre o 37º período de sessões da Comissão de Direitos Humanos na ONU (a ser realizado de 2 de janeiro a 13 de março de 1981), diversas representações diplomáticas na Argentina, como a Embaixada mexicana, foram informadas da posição da Argentina na temática de pessoas desaparecidas, bem como o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, criado no âmbito da CDHNU (AMRECIC, 1981b).

O ponto de destaque foi sobre a tramitação de comunicações na CDHNU, como denúncias e informações oriundas de pessoas físicas ou jurídicas. O alerta do MREyC ressalta a articulação da ditadura na ONU: a Argentina persistia em ser contrária à participação de ONGs na comissão, dada a sua capilaridade e habilidade em realizar denúncias na comissão e a publicidade que poderiam alcançar em outros espaços. Segundo o telegrama, a orientação foi a de:

> Estabelecer procedimentos a serem submetidos pela CDHNU ao próximo período do ECOSOC, em relação ao tratamento de comunicações (denúncias ou informações) provenientes de pessoas físicas ou jurídicas. Tais comunicações deveriam respeitar princípios de discrição e admissibilidade semelhantes aos estabelecidos pela Resolução 1503 e conexos em matéria de denúncias sobre violações de direitos humanos. Isso permitirá aproveitar experiências e evitar duplicidade de procedimentos (AMRECIC, 1981b, p. 1, tradução nossa).

E, segundo o relatório do grupo, publicado no início de janeiro, a Argentina encaminhou informações sobre os direitos humanos no país em 24 de dezembro de 1980. Nos primeiros trechos do documento, a Argentina questionou os procedimentos e normas adotados pela CDHNU em suas análises, como o recebimento de declarações de indivíduos, em particular, sobre pessoas desaparecidas (ONU, 1981). A delegação argentina persistiu em justificar que os desaparecimentos eram resultados de atividades de organizações terroristas, além de enfatizar que a pressão internacional sobre o país poderia prejudicar a sua política externa (ONU, 1981). Ademais, a delegação argentina afirmou que o Poder Judiciário argentino funcionava

regularmente e estava empenhado em trabalhar para auxiliar todos os familiares a encontrarem os seus parentes desaparecidos (ONU, 1981).

Em contrapartida, ao final do ano, em dezembro, no 38º Período de Sessões da CDHNU, o relatório da comissão trouxe a realidade das inúmeras violações de direitos humanos e as falácias da delegação argentina (ONU, 1981). O relatório frisou que as garantias judiciais, como o habeas corpus, não eram adequadas para revelar o paradeiro ou garantir a libertação das pessoas desaparecidas, com especial preocupação em relação às crianças desse grupo (ONU, 1981). A comissão também recebeu testemunhos que evidenciavam o uso de desaparecimentos como tática terrorista da Argentina e que havia, por parte do país, uma tentativa de desacreditar a sistemática dos desaparecimentos (ONU, 1981).

A vigilância sobre o grupo Montoneros era uma constante e, em abril, a Embaixada argentina demandou uma investigação sobre as publicações feitas pelo grupo em jornais mexicanos, consideradas "desfavoráveis à Argentina pelos jornais *El Día* e *Noticias* (órgão oficial dos Montoneros)" (AMRECIC, 1981c, s. p., tradução nossa). Assim, o MREyC sabia do apoio de jornais mexicanos aos exilados, de fato uma realidade, pois vários ainda trabalhavam nesses espaços, como diretores e colunistas. Um caso é o Entrevistado 15 que, ao trabalhar no jornal *Excélsior*, podia publicar artigos de denúncia e análises críticas sobre a situação dos direitos humanos na Argentina. Outro exemplo é o Entrevistado 11, que chegou a ser coordenador da seção editorial no jornal *El Universal*.

Como visto, embora existissem atritos entre a Argentina e o México devido às concessões dos salvo-condutos, os apoios mútuos para candidaturas em foros multilaterais não cessaram. Em abril, o México solicitou à Argentina o seu apoio na candidatura mexicana para presidência no Conselho Mundial de Alimentação (AMRECIC, 1981d). Em seguida, em maio, o MREyC orientou à Embaixada argentina solicitar ao México o seu apoio na candidatura argentina para o assento na Comissão de Direito Internacional e a reeleição do Embaixador argentino, Julio Barbosa, no órgão (AMRECIC, 1981e). Nesse mesmo mês, o México apoiou outra candidatura argentina, nesse caso, a vaga de magistratura no Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (AMRECIC, 1981f).

Ao passo das negociações de apoio mútuo nas OIs, o MREyC solicitou que a Embaixada argentina autorizasse o Conselheiro Econômico e Comercial da representação, Honorio Pueyrredón, a regressar a Buenos Aires para atualizar a Junta Militar sobre o estado das relações econômicas e comerciais com o México (AMRECIC, 1981g). Nota-se, portanto, uma preocupação da Argentina nessas áreas, cujo avanço nesse estágio já estava fortemente condicionado à concessão dos salvo-condutos.

Em junho, a Argentina decidiu não participar da reunião de agricultura do Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) organizada pelo México porque o país "[...] tende a forçar um mecanismo para segurança alimentar não fundamentado no princípio da vantagem mútua [...] O México, como país motivador desta reunião, ainda não explicou ao nosso governo as suas intenções em relação a esta iniciativa" (AMRECIC, 1981h, s. p., tradução nossa). Essa declaração é importante, porque dialoga com os interesses da ditadura de exportar grandes quantidades de produtos alimentícios e outros grãos ao México, como observado nas atividades da Comissão Mista e nas memórias do MREyC.

Ademais, o MREyC pontuou à Embaixada argentina que o México parecia querer "[...] estabelecer um mecanismo permanente no âmbito do SELA" (AMRECIC, 1981h, s. p., tradução nossa) e que a Argentina não tinha sido consultada sobre as iniciativas mexicanas. Embora as palavras utilizadas pelo MREyC tivessem sido duras, o ministério não recomendou utilizá-las diretamente com o México, mas com outros países da América Latina caso a oportunidade surgisse (AMRECIC, 1981h).

Ainda que existissem discordâncias entre os dois países, as diplomacias argentina e mexicana estavam dispostas a manter os bons ofícios na tentativa de conquistar os seus objetivos no cenário internacional. Nesse mesmo mês de junho, o MREyC informou que o México também estava interessado em se candidatar à Comissão de Direito Internacional, processo em discussão desde maio. Portanto, o ministério solicitou à Embaixada argentina a promoção de diálogos com o governo mexicano para negociar a sua não candidatura, e sim o apoio à candidatura argentina (AMRECIC, 1981i). Não foram identificados outros telegramas relacionados ao caso para acompanhamento.

A Comissão Mista ainda era um importante espaço para discussão de temáticas caras aos dois países. Em julho, o MREyC compartilhou com a Embaixada argentina a informação de que foi discutida a temática de meio ambiente entre a Argentina e o México, sem aprofundar a pauta ou mencionar questões políticas que poderiam estar envolvidas na reunião (AMRECIC, 1981). Em paralelo, no marco das atividades da comissão, a Embaixada argentina trabalhava no desenvolvimento de um projeto entre a UAM do México e a *Universidad Nacional de Cuyo* (UNCuyo) da Argentina nas áreas de medicina e engenharia (AMRECIC, 1981j).

Ao passo dessas tratativas, o MREyC colocou no centro de suas atividades com o México os esforços em aprofundar as relações comerciais com o país, mas não somente no âmbito do SELA ou da Comissão Mista, mas também na CEPAL e na ALADI, instituições cujo escopo era muito maior e que detinham possibilidades de desenvolvimento de projetos mais vantajosos. Dessa forma, em julho, o ministério investiu esforços para buscar alternativas de

diálogo sobre o estado das relações comerciais bilaterais com o México em distintos espaços e contextos. Neste caso, tratava-se da tentativa de abordar o tema durante o Seminário Latino-americano sobre Consórcios e Outras Temas de Exportação Conjunta, realizado na Cidade do México entre 3 e 7 de agosto de 1981, organizado pela CEPAL (AMRECIC, 1981k).

Em agosto, o MREyC tratou como urgente a necessidade de o governo argentino se reunir com o Diretor-Geral de Negociações Comerciais Bilaterais, Abel Garrido, e o Subdiretor Geral de Negociações Regionais do México, Vicente Muñiz, para tratar sobre dificuldades nas relações comerciais Argentina-México. O objetivo era "[...] encontrar uma maneira de eliminar licenças prévias para a importação de produtos negociados na ALADI" (AMRECIC, 1981l, s. p., tradução nossa).

Outra preocupação do MREyC era sobre a posição do México na América Central, uma região na qual diversos grupos guerrilheiros de esquerda se organizaram para combater os seus governos autoritários. A ditadura, ao longo da década de 1980, concentrou parcela de suas atividades diplomáticas nessa região, para aumentar a presença da Argentina em países como El Salvador, Honduras e Guatemala, onde existiam movimentos separatistas e de esquerda que se comunicavam com os grupos guerrilheiros argentinos, como Montoneros e PRT-ERP.[196]

Em setembro, o MREyC encaminhou um telegrama à Embaixada argentina no qual demonstrou preocupação pelas declarações de apoio feitas pela França e México ao movimento de insurreição em El Salvador, haja vista o potencial de internacionalizar a questão e atingir a Argentina. Muito provavelmente o texto se trata de um ponto crítico de atenção ao contexto da ditadura e às críticas internacionais sobre a política doméstica do país e de outros países na região: "Eles lembram que na América Latina, desde o sul do Rio Grande para baixo, nós sofremos em várias ocasiões experiências dolorosas e amargas de intervenções estrangeiras regionais e extrarregionais" (AMRECIC, 1981m, s. p., tradução nossa). Como recorda Bernetti e Giardinelli (2014), a Argentina e o México divergiam em suas políticas externas na região. A Junta Militar era favorável aos regimes ditatoriais, como o da Nicarágua, e chegou a enviar equipamentos e militares para combater contra os grupos insurgentes. Em contrapartida, o

[196] Entretanto, as relações entre esses dois organismos argentinos e as organizações mexicanas foram limitadas. Isso se deve a diversos fatores, como a intervenção do governo mexicano em mediar as relações entre os distintos grupos de exilados argentinos no México (o que dificultava a aproximação entre as partes), as divergências ideológicas, o artigo 33 da Constituição mexicana e a repressão doméstica contrainsurgente da DFS (Romero, F. L.,, 2022). Dessa forma, havia pouca margem para o contato entre os grupos armados argentinos e mexicanos, sendo possível em momentos como encontros nas prisões mexicanas (Romero, F. L., 2022), em consideração à proteção do México, dado que "[...] qualquer vinculação com a oposição armada poderia ter sido vista como uma situação grave que justificaria a sua expulsão, assim como um rompimento à lealdade ao governo que lhes permitia se organizarem em seu território" (Romero, F. L., 2022, p. 329, tradução nossa).

México buscou vias pacíficas e não intervencionistas para solucionar os conflitos na região (Yankelevich, 2014).

Assim, o MREyC manteve a sua orientação à Embaixada argentina em enfatizar o interesse da Argentina em manter boas relações diplomáticas com o México, sem desconsiderar as diferenças em assuntos de política exterior e que, esses temas, "[...] não devem ser impedimento para desenvolver a relação bilateral de interesse mútuo" (AMRECIC, 1981n, s. p., tradução nossa). Percebe-se, portanto, que a Argentina ainda considerava as suas relações com o México relevantes e que tinha interesse em mantê-las em outras áreas, para além da problemática de direitos humanos e de asilados.

Um exemplo foi o telegrama emitido pelo Departamento de Organizações Internacionais do MREyC para a representação diplomática da Argentina na OEA. O objetivo foi informar sobre a Comissão Interamericana de Energia Nuclear (CIEN), a qual emitiu resolução para aprovação de solicitação financeira aos órgãos da OEA e a demais organismos nacionais de seus países membros responsáveis por política nuclear (AMRECIC, 1981o). Importante salientar que o grupo de trabalho responsável pela resolução e pela reformulação da comissão era composto pela Argentina, Brasil, México, Peru e Venezuela.

Contudo, um evento que causou incômodo aos diplomatas argentinos foi um telegrama entre a Embaixada argentina e o MREyC no qual a representação atestou que a Argentina não seria convidada a participar da Reunião da Cúpula de Chefes de Estado, celebrada em Cancún, no México, nos dias 22 e 23 de outubro de 1981. O objetivo do encontro era discutir temas de cooperação econômica internacional, especificamente nos temas de comércio internacional, alimentos e desenvolvimento agrícola, energia e assuntos monetários e financeiros (AMRECIC, 1981p). Dentre os países da América Latina que participaram foram: México, Brasil, Venezuela e Guiana. Segundo o MREyC, a ausência da Argentina no evento se deveu a uma decisão do México:

> A República Argentina fez gestões para ser incluída na lista de convidados antes da segunda Reunião Preparatória de março de 1981 em Viena, na qual a lista de participantes foi definida. As gestões realizadas junto aos governos do México, Áustria, Índia, França, Suécia e Iugoslávia não tiveram sucesso, principalmente **devido à oposição do México à participação argentina** (AMRECIC, 1981p, s. p., tradução nossa, grifo nosso).

Havia uma percepção sobrevalorizada sobre a participação da Argentina na reunião, ao ponto de o MREyC considerar o país como o "[...] único (país) em desenvolvimento, grande exportador de alimentos na zona temperada, pelo que sua vontade política é necessária para

alcançar um acordo ao nível internacional de alimentos" (AMRECIC, 1981p, s. p., tradução nossa). Entretanto, tais fatores não foram suficientes para incluí-la no evento.

No memorando sobre a reunião, a justificativa de a Argentina não ter sido convidada para o evento traz elementos que tangenciam os exilados argentinos no México e os asilados na Embaixada mexicana. Ou seja, esses teriam sido fatores que teriam dificultado a não participação da Argentina no evento, ademais de outras questões como o turismo em Cancún e os maus resultados da visita do presidente no momento, Jorge Rafael Videla, na Venezuela:

> A) Devido à existência de problemas bilaterais entre México e Argentina (por exemplo, refugiados na Embaixada mexicana em Buenos Aires). Esses problemas podem dificultar as negociações, então não se descarta o fracasso das gestões feitas pela Argentina para garantir sua participação. B) O país anfitrião também apresenta dificuldades devido às possíveis repercussões negativas que a comunidade de exilados argentinos poderia causar no México durante a 1ª Reunião (AMRECIC, 1981p, s. p., tradução nossa).

O MREyC pontuou quais seriam os resultados negativos da ausência da Argentina no evento, como o ineditismo da ocasião na história diplomática argentina em âmbito regional. E, em âmbito global, a ausência também teria impactos domésticos pelo simbolismo de seu "[...] fracasso no objetivo de afirmar a presença argentina no exterior e conduziria a um juízo de valor negativo sobre a política seguida a esse respeito" (AMRECIC, 1981p, s. p., tradução nossa).

Mesmo com a negativa inicial de sua presença no evento, a diplomacia argentina prospectou alternativas para consolidar a participação da Argentina, como a tentativa de apoio de países que haviam participado de reuniões anteriores e foram convidados ao evento. Sobretudo, chama a atenção outra via de ação: a negociação direta com o México. Isso consistia em remediar o impacto da presença dos asilados na Embaixada mexicana, conforme o trecho a seguir:

> A terceira seria feita diretamente com o México e teria duas ações: uma, de implementação simultânea com as mencionadas anteriormente, buscaria reduzir os efeitos negativos causados pela presença de refugiados na Embaixada mexicana, **o principal problema bilateral entre os dois países** (AMRECIC, 1981p, s. p., tradução nossa, grifo nosso).

A existência dos asilados era vista pelo MREyC como o principal fator de dificuldade nas relações diplomáticas Argentina-México. Ademais, caso a Argentina não participasse, a diplomacia trabalharia para fazer com que o evento não ocorresse, ou seja, apoiaria "[...] aqueles eventos que conduzam ao seu possível fracasso (a não participação dos EUA)" (AMRECIC, 1981p, s. p., tradução nossa). Dada a resposta do MREyC, compreende-se que os exilados podem então ter sido um fator importante para a decisão mexicana de não convidar a Argentina.

Em janeiro de 1982, um dos primeiros telegramas do ano tornam mais explícitos alguns pontos de relevância das relações diplomáticas Argentina-México, com especial atenção ao ano

de 1981 (AMRECIC, 1982a). Segundo a Embaixada argentina, por parte do governo argentino, foram concedidos mais de 6000 vistos de turista a cidadãos mexicanos. Ademais, na área comercial, o México se tornou o segundo maior comprador de grãos do mercado argentino (AMRECIC, 1982a). Em relação às exportações e importações mexicanas de produtos argentinos, a Argentina saiu com um superávit de mais de 181 milhões de dólares no período (AMRECIC, 1982a). Mas isso não era suficiente para uma melhoria significativa nas relações.

Os registros das memórias do MREyC da última ditadura terminam em 1982. Neste ano, a Guerra das Malvinas esteve no centro da política internacional argentina e em suas relações bilaterais e multilaterais. Foi, também, um ano importante nas relações diplomáticas com o México: em 1º de dezembro, Miguel de la Madrid foi eleito presidente do México, e em 9 de setembro, D. Rafael M. Vázquez assumiu o cargo de Embaixador da Argentina no México.

Segundo o MREyC, as relações com o México começaram com "a mesma tônica dos anos imediatamente anteriores" (MRECIC, 1982, p. 158, tradução nossa), ou seja, com as relações bilaterais limitadas aos termos econômicos, mas "sem alcançar níveis significativos" (MRECIC, 1982, p. 158, tradução nossa) devido a "severas restrições para a saída de divisas" (MRECIC, 1982, p. 158, tradução nossa). A dificuldade no comércio e intercâmbio econômico com o México também é resultado dos efeitos da crise do petróleo, mas também das restrições mexicanas à Argentina por motivos políticos que se acumularam ao longo dos anos.[197]

Isso demonstra que, perto do final da ditadura, existiam interesses comerciais e econômicos mútuos nos mercados de ambos os países, a despeito das problemáticas políticas para com a questão dos exilados no México e dos asilados na Embaixada mexicana. Além disso, a concessão de vistos de turismo por parte da Argentina a cidadãos mexicanos pode ter sido uma forma de amenizar o tom negativo da diplomacia mexicana em relação aos anos anteriores de resistência dos militares em conceder o salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora e ao seu filho – sem desconsiderar que Abal Medina ainda estava na Embaixada mexicana.

[197] Uma missão mexicana esteve em Buenos Aires entre 16 e 18 de março de 1982 para negociar os termos das importações de produtos argentinos para o México, mas não foi possível encontrar mais informações a respeito. Cabe destacar que, em 1982, o México também enfrentou uma verdadeira crise em sua economia doméstica e internacional. De acordo com Philip (1992), López Portillo acreditava que o petróleo seria uma ferramenta para alterar o equilíbrio de poder entre o México e os EUA. Em outras palavras, havia grandes expectativas tanto no âmbito nacional quanto na política externa em relação aos recursos energéticos, o que colocava a área econômica como um dos maiores desafios do país (Smith, 1991). No entanto, a excessiva dependência da economia do petróleo tornou o México muito vulnerável às variações no preço internacional desse recurso energético. Com a queda em 1981 dos preços do petróleo no mercado internacional, as expectativas de crescimento diminuíram e os níveis de desconfiança internacional em relação à economia do país aumentaram, resultando na saída de capitais e em desvalorizações generalizadas que culminaram em uma crise econômica (fragilidade no mercado petrolífero, excesso de demanda interna e queda nos níveis comerciais) e política (avaliação frágil da situação e da cooperação com os setores privados nacionais e internacionais) (Herrera-Lasso M., 1984; Smith, 1991; Aguilar Camín; Meyer, 2000).

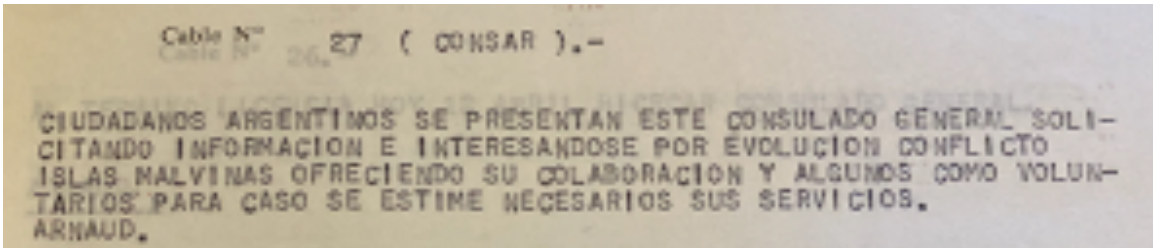
A Embaixada argentina informou ao MREyC que teria recebido de fontes seguras a possibilidade de uma grande manifestação contra a ditadura, organizada por membros da CAS e com participação de outros grupos, como o COSPA (AMRECIC, 1982b), a ser realizada no dia 24 de março, em frente a sede da representação diplomática argentina. Quando o ato de fato aconteceu, a Embaixada argentina disse que membros do grupo solicitaram a entrada na embaixada para deixar um manifesto dos exilados, com destaque para o apoio às demandas de aparição com vida dos presos-desaparecidos, contra o imperialismo dos EUA e, também, a outorga do salvo-conduto a Abal Medina, único que ainda não havia deixado a Embaixada mexicana (AMRECIC, 1982c).

Em maio, a Junta Militar concedeu o salvo-conduto a Abal Medina. Para Yankelevich (2014), as relações Argentina-México estavam congeladas não somente por conta da concessão dos salvo-condutos e da proteção mexicana aos argentinos, mas em outras áreas, como as divergências na região da América Central. De fato, existiam posições diametralmente opostas na política externa em algumas temáticas, contudo, as negociações em outros temas de interesse para ambos os países permaneciam, a exemplo das diversas solicitações e concordâncias em apoiar a candidaturas em OIs. Essa perspectiva dialoga melhor com Bernetti e Giardinelli (2014), os quais defendem que a chegada de Abal Medina ao México foi um momento de "descompressão" (Bernetti; Giardinelli, 2014, p. 117, tradução nossa) das relações diplomáticas.

Outro tema de protesto no México encabeçado pelos exilados argentinos foi a Guerra das Malvinas, marcado por distintas e controversas perspectivas entre os exilados. Como visto no terceiro capítulo, existiam pessoas que apoiavam a guerra com base na legitimidade histórica, geográfica e política da Argentina sobre as ilhas, àquelas que eram contrárias ao conflito por opinarem ser uma investida da ditadura para obter apoio político ou por caracterizarem a empreitada como um movimento nacionalista sem grandes retornos políticos e econômicos. Chama a atenção que, dadas as diferenças no exílio, há relatos de nacionais argentinos e até mesmo mexicanos que teriam se apresentado entre os meses de abril e maio ao consulado argentino na Cidade do México como voluntários à guerra (AMRECIC, 1982d), conforme a figura 52 abaixo:[198]

[198] Não apenas no México, mas os argentinos exilados se voluntariaram para a guerra em outros países (Novaro; Palermo, 2007). Houve também apoio de Montoneros e do PRT-ERP, sem deixar de tecer críticas anti-imperialistas e contra a ditadura (Novaro; Palermo, 2007; Yankelevich, 2014).

Figura 52 – Argentinos e mexicanos teriam se voluntariado no consulado argentino no México para integrar a Guerra das Malvinas



Cable N° 27 (CONSAR).-

CIUDADANOS ARGENTINOS SE PRESENTAN ESTE CONSULADO GENERAL SOLICITANDO INFORMACION E INTERESANDOSE POR EVOLUCION CONFLICTO ISLAS MALVINAS OFRECIENDO SU COLABORACION Y ALGUNOS COMO VOLUNTARIOS PARA CASO SE ESTIME NECESARIOS SUS SERVICIOS.
ARNAUD.

Fonte: AMRECIC, 1982e.

A Guerra das Malvinas havia se convertido em mais um elo de união que fortaleceu a rede transnacional de denúncia e solidariedade entre milhares de exilados argentinos no mundo. E, nessa rede, diversos "[…] jornalistas e intelectuais mexicanos e latino-americanos buscaram ajustar posturas anti-ditatoriais para apoiar a uma reivindicação histórica da Argentina" (Yankelevich, 2014, p. 199, tradução nossa).

Em um telegrama, a Embaixada argentina encaminhou ao MREyC cinco pontos nos quais o México justificava o seu apoio ao direito soberano argentino sobre as Malvinas. Dentre esses, estava a posição latino-americanista do México, o qual orientava a sua política externa no período:

> Ademais de aplicar um princípio básico de sua política externa, a posição do México neste caso se inspira em um sentido de espírito latino-americanista, dado que persiste em nosso continente um bom número de conflitos territoriais, alguns tão antigos como o das Ilhas Malvinas. A respeito de alguns deles, em um passado não remoto houve tentativas de encontrar soluções militares com grave perigo para a paz do continente e as relações de amizade entre as repúblicas latino-americanas (AMRECIC, 1982f, s. p., tradução nossa).

O apoio mexicano ao direito soberano argentino sobre as Malvinas não significava que seria um país mediador entre a Argentina e a Inglaterra. Segundo o MREyC, o presidente López Portillo teria declarado que "[…] não é a nossa função, simplesmente exteriorizamos nossa posição de manter os princípios, sempre" (AMRECIC, 1982g, s. p., tradução nossa).[199] A partir disso, autores como Yankelevich (2014) e Zidane e González Uresti (2022) explicitam os fatores estruturantes e contextuais das relações diplomáticas Argentina-México no momento em que ocorreu a Guerra das Malvinas.

A questão das Malvinas perpassou um momento de crise do governo de López Portillo, dada a recessão econômica por conta do petróleo que criou diversos outros efeitos em outras

[199] Os princípios se referem aos de autodeterminação e não intervenção, em consideração às históricas intervenções estrangeiras nas Américas, especialmente a dos EUA. No caso das Malvinas, se considerada a análise de Ojeda (2011), a posição mexicana em defender o direito da Argentina sobre as ilhas era justificada em termos jurídicos pelo direito internacional. Segundo o autor, o México "[...] evitou ao máximo, por um lado, comprometer-se com problemas internacionais alheios e, outro lado, quando se viu forçado pelas circunstâncias, evitou adotar, na maioria dos casos, uma posição que fosse à raiz política do problema" (Ojeda, 2011, p. 131, tradução nossa).

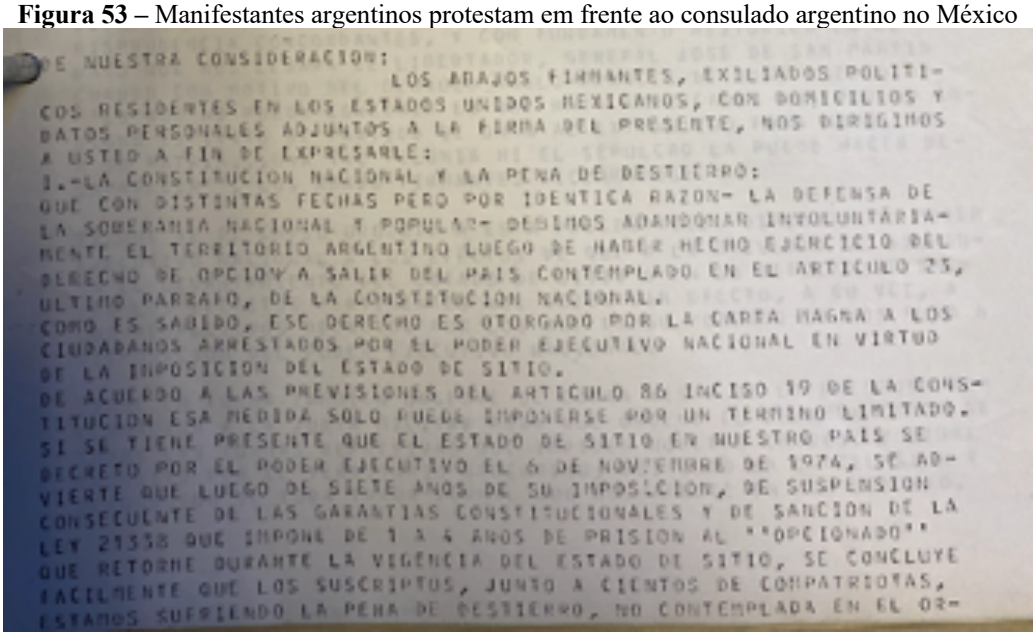
áreas para o país, dentre essas, a de sua política externa. Ao mesmo tempo que o México guiava a sua diplomacia pelos históricos princípios de não intervenção, autodeterminação dos povos e solução pacífica de controvérsias (Yankelevich, 2014), e ter chegado a aplicá-los nas discussões na ONU e na OEA, a "[...] aplicação desses mesmos princípios ficou invariavelmente sujeita a interpretações pragmáticas por parte das autoridades mexicanas, devido à situação conjuntural na qual tiveram de ser implementadas" (Zidane; Gónzález Uresti, 2022, p. 159, tradução nossa).

Nesse caso, encontra-se a decisão de tomar uma posição mais cautelosa e silenciosa a partir das ações da diplomacia dos EUA sobre o conflito, haja vista o seu apoio ao lado britânico. O México não foi publicamente contrário às investidas da ditadura sobre as ilhas Malvinas, mas também não as apoiou: ou seja, adotou a condenação de qualquer tipo de agressão estrangeira (decisão alinhada aos princípios orientadores do TIAR), mas sem entrar em maiores críticas à Grã-Bretanha em cuidado às boas relações e aos interesses dos EUA, ainda mais em um período crítico que aumentava a dependência mexicana sobre este último (Zidane; Gónzález Uresti, 2022).

E, em paralelo ao movimento de voluntarismo às Malvinas no consulado argentino, outras pessoas protestaram em frente à representação diplomática da Argentina contra a ditadura. No mês de maio, foi relatada uma manifestação de aproximadamente cem pessoas no consulado, com a presença de funcionários da Secretaria de Governo do México e policiais.[200] Segundo o telegrama encaminhado ao MREyC, as principais exigências dos manifestantes eram o fim do Estado de Sítio, a possibilidade de regressar à Argentina sem as sanções do direito de opção e contribuir com a guerra, segundo a figura 53 a seguir:

[200] No mês de março, o consulado argentino informou ao MREyC sobre outra manifestação contra a ditadura (AMRECIC, 1982i). Os exilados tentaram fechar a rua, mas não conseguiram por causa das forças policiais mexicanas.

Figura 53 – Manifestantes argentinos protestam em frente ao consulado argentino no México


E NUESTRA CONSIDERACION:
LOS ABAJOS FIRMANTES, EXILIADOS POLITI-
COS RESIDENTES EN LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, CON DOMICILIOS Y
DATOS PERSONALES ADJUNTOS A LA FIRMA DEL PRESENTE, NOS DIRIGIMOS
A USTED A FIN DE EXPRESARLE:
1.-LA CONSTITUCION NACIONAL Y LA PENA DE DESTIERRO:
QUE CON DISTINTAS FECHAS PERO POR IDENTICA RAZON- LA DEFENSA DE
LA SOBERANIA NACIONAL Y POPULAR- DEBIMOS ABANDONAR INVOLUNTARIA-
MENTE EL TERRITORIO ARGENTINO LUEGO DE HABER HECHO EJERCICIO DEL
DERECHO DE OPCION Y SALIR DEL PAIS CONTEMPLADO EN EL ARTICULO 23,
ULTIMO PARRAFO, DE LA CONSTITUCION NACIONAL.
COMO ES SABIDO, ESE DERECHO ES OTORGADO POR LA CARTA MAGNA A LOS
CIUDADANOS ARRESTADOS POR EL PODER EJECUTIVO NACIONAL EN VIRTUD
DE LA IMPOSICION DEL ESTADO DE SITIO.
DE ACUERDO A LAS PREVISIONES DEL ARTICULO 86 INCISO 19 DE LA CONS-
TITUCION ESA MEDIDA SOLO PUEDE IMPONERSE POR UN TERMINO LIMITADO.
SI SE TIENE PRESENTE QUE EL ESTADO DE SITIO EN NUESTRO PAIS SE
DECRETO POR EL PODER EJECUTIVO EL 6 DE NOVIEMBRE DE 1974, SE AD-
VIERTE QUE LUEGO DE SIETE ANOS DE SU IMPOSICION, DE SUSPENSION
CONSECUENTE DE LAS GARANTIAS CONSTITUCIONALES Y DE SANCION DE LA
LEY 21338 QUE IMPONE DE 1 A 6 ANOS DE PRISION AL ""OPCIONADO""
QUE RETORNE DURANTE LA VIGENCIA DEL ESTADO DE SITIO, SE CONCLUYE
FACILMENTE QUE LOS SUSCRIPTOS, JUNTO A CIENTOS DE COMPATRIOTAS,
ESTAMOS SUFRIENDO LA PENA DE DESTIERRO, NO CONTEMPLADA EN EL OR-

Fonte: AMRECIC, 1982h.

Conforme o documento, os exilados sofriam a

> [...] pena de desterro, não contemplada na ordem jurídica constitucional argentina. Isso ocorre porque nos é impedido o retorno à nossa pátria, transformando assim em crime o que é direito e garantia expressamente consagrados pelo artigo 14 da Constituição Nacional: 'todos os habitantes da Nação gozam dos seguintes direitos [...] de entrar, permanecer, transitar e sair do território argentino' (AMRECIC, 1982h, p.1-2, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, na temática da Guerra das Malvinas, como visto nas entrevistas do capítulo terceiro, grande parte dos exilados eram críticos do imperialismo estadunidense e britânico, sem deixar de celebrar a solidariedade de outros países e povos pela agressão contra a Argentina e ao seu povo. Havia, portanto, uma diferença entre apoiar à ditadura e à nação argentina, que se sobressai no discurso ao não endossar diretamente os militares, mas sim a "soberania popular":

> Nós, aqueles que, por defender nossa soberania popular e nacional, fomos obrigados a abandonar nossa terra, queremos hoje retornar a ela para nos unirmos imediatamente à sua defesa. Para isso, aqueles que governam a nação devem suspender imediatamente todas as formas repressivas – legais e de fato – que nos impedem de entrar e transitar livremente no território argentino (AMRECIC, 1982j, p. 2, tradução nossa).

O nacionalismo foi acentuado, mas as críticas à soberania nacional também. Se era legítimo o direito soberano da Argentina sobre as ilhas Malvinas, também era o direito soberano popular de poder eleger os seus governantes: essa era uma das principais discussões que permeavam o debate no exílio e estampavam os jornais mexicanos de esquerda, como *UnomásUno*, *Excélsior* e *Proceso* (Yankelevich, 2014).

Na maioria das vezes, as relações diplomáticas Argentina-México foram conduzidas não por seus presidentes, mas por embaixadores, diplomatas e, também, militares (especialmente do lado argentino). Conforme o MREyC, as relações bilaterais em 1982 começaram com baixos níveis de intercâmbio diplomático entre os países (MRECIC, 1982). No entanto, também se nota uma leve melhoria devido ao apoio mexicano à campanha argentina na ONU para incluir o tema das Malvinas no XXXVII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, respaldo explícito nos telegramas entre o MREyC e a Embaixada argentina, além de atestar a preocupação da Argentina em obter o apoio do México na ONU.

Outros projetos de cooperação eram encaminhados, mesmo a lento desenvolvimento. Um desses foi a construção de um trecho de gasoduto entre as cidades de Rosário e Buenos Aires, um projeto que fazia parte de um consórcio entre a Argentina e o México que, segundo o MREyC, foi muito bem recebido pelas autoridades mexicanas (MRECIC, 1982). A Argentina também participou de várias reuniões sobre diversos temas (comunicações, finanças, meio ambiente, ciência e tecnologia, comércio exterior, alimentação, agricultura e cultura) realizadas no México, além de visitas de funcionários estatais argentinos.

Em termos culturais, não houve avanços em outros programas de cooperação, mas o MREyC mencionou as negociações para renovar o acordo entre Argentina e México em ciência e tecnologia (firmado em 1973 e em vigor desde 1977). Em 1980, estava prevista a renovação do acordo, mas foi adiada por questões de "política externa" (MRECIC, 1982, p. 467, tradução nossa). Supõe-se que o adiamento da reunião para renovar o acordo possa ter sido resultado da existência do caso Abal Medina, ainda asilado na Embaixada mexicana. Nos telegramas entre o MREyC e a Embaixada argentina, há uma discussão de que o adiamento foi provavelmente causado pelo atraso da Argentina em conceder os salvo-condutos aos asilados na Embaixada mexicana, especialmente para o ex-presidente Cámpora.

A vigilância transnacional da ditadura não havia cessado. Em abril, o MREyC solicitou documentação sobre o paradeiro de um cidadão argentino (AMRECIC, 1982k). Nesse caso, quem encaminhou o telegrama para o consulado argentino no México foi o DASE. Em um primeiro momento, poderia se imaginar que a preocupação do governo argentino era sobre a integridade física dos cidadãos argentinos. Contudo, dado o contexto da vigilância e repressão ditatorial, supõe-se que era mais uma forma de manter as comunicações com as representações argentinas no exterior de modo a buscar, monitorar e repreender quaisquer ações dos exilados. E, no mês de junho, foi informado pelo mesmo organismo DASE que uma argentina teria solicitado o seu retorno à Argentina na Embaixada argentina na Áustria (AMRECIC, 1982).

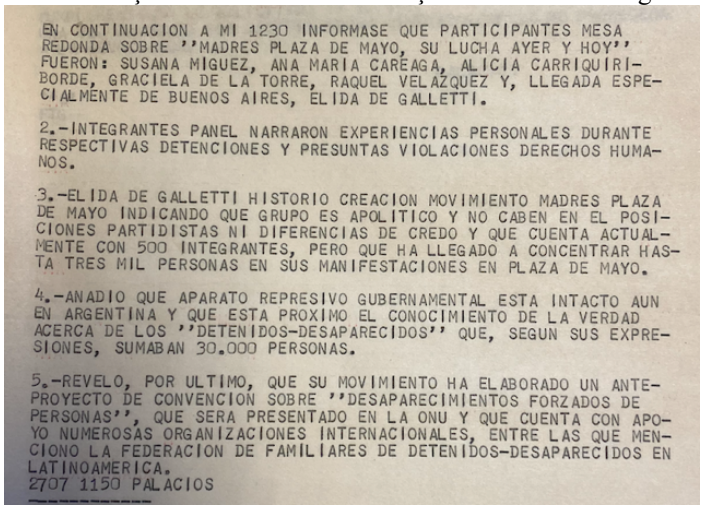
Aparentemente, a cidadã teria buscado a Embaixada argentina no México para tramitar o procedimento, mas sem sucesso.

Nesse mesmo mês, a representação argentina na OEA encaminhou ao MREyC telegrama que atestava o apoio da delegação mexicana à reivindicação da Argentina pelas ilhas Malvinas (AMRECIC, 1982l). Segundo informado, o México gostaria de discutir a questão no âmbito da Assembleia Geral da ONU e obter apoio de outros países latino-americanos.

No segundo semestre, foram registrados maiores casos de manifestações de exilados argentinos no México contra a Junta Militar argentina. Em julho, a Embaixada mexicana relatou um evento de apoio às Mães da Praça de Maio, com a presença de membros da COSOFAM (AMRECIC, 1982). A Embaixada argentina sabia de detalhes do evento, logo, ainda acompanhava de perto todos os atos realizados no exílio.

Outra manifestação importante ocorreu também em julho, com a presença de cerca de 15 mil manifestantes em uma marcha organizada pelo Partido Socialista Unificado do México, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores e de organizações de solidariedade do México e de exilados latino-americanos (AMRECIC, 1982m). Dentre as organizações estavam presentes a CAS, a CADHU e a de Trabalhadores de Saúde Mental da Argentina (TSM). O objetivo do ato foi, segundo a Embaixada argentina, "[...] denunciar a intervenção norte-americana na América Central e a ingerência do governo hondurenho em El Salvador, além de condenar 'o governo genocida de Rios Montt na Guatemala' e o regime de D'Abuisson" (AMRECIC, 1982m, s. p., tradução nossa). A representação chegou a listar nomes específicos que estavam na ocasião e o conteúdo do debate, como a repressão do governo e a tentativa de discutir a temática do desaparecimento forçado na ONU (AMRECIC, 1982n). As informações podem ser vistas em detalhe na figura 54 a seguir:

Figura 54 – Manifestação no exílio chama a atenção da Embaixada argentina em 1982



EN CONTINUACION A MI 1230 INFORMASE QUE PARTICIPANTES MESA REDONDA SOBRE ''MADRES PLAZA DE MAYO, SU LUCHA AYER Y HOY'' FUERON: SUSANA MIGUEZ, ANA MARIA CAREAGA, ALICIA CARRIQUIRIBORDE, GRACIELA DE LA TORRE, RAQUEL VELAZQUEZ Y, LLEGADA ESPECIALMENTE DE BUENOS AIRES, ELIDA DE GALLETTI.

2.-INTEGRANTES PANEL NARRARON EXPERIENCIAS PERSONALES DURANTE RESPECTIVAS DETENCIONES Y PRESUNTAS VIOLACIONES DERECHOS HUMANOS.

3.-ELIDA DE GALLETTI HISTORIO CREACION MOVIMIENTO MADRES PLAZA DE MAYO INDICANDO QUE GRUPO ES APOLITICO Y NO CABEN EN EL POSICIONES PARTIDISTAS NI DIFERENCIAS DE CREDO Y QUE CUENTA ACTUALMENTE CON 500 INTEGRANTES, PERO QUE HA LLEGADO A CONCENTRAR HASTA TRES MIL PERSONAS EN SUS MANIFESTACIONES EN PLAZA DE MAYO.

4.-ANADIO QUE APARATO REPRESIVO GUBERNAMENTAL ESTA INTACTO AUN EN ARGENTINA Y QUE ESTA PROXIMO EL CONOCIMIENTO DE LA VERDAD ACERCA DE LOS ''DETENIDOS-DESAPARECIDOS'' QUE, SEGUN SUS EXPRESIONES, SUMABAN 30.000 PERSONAS.

5.-REVELO, POR ULTIMO, QUE SU MOVIMIENTO HA ELABORADO UN ANTEPROYECTO DE CONVENCION SOBRE ''DESAPARECIMIENTOS FORZADOS DE PERSONAS'', QUE SERA PRESENTADO EN LA ONU Y QUE CUENTA CON APOYO NUMEROSAS ORGANIZACIONES INTERNACIONALES, ENTRE LAS QUE MENCIONO LA FEDERACION DE FAMILIARES DE DETENIDOS-DESAPARECIDOS EN LATINOAMERICA.
2707 1150 PALACIOS

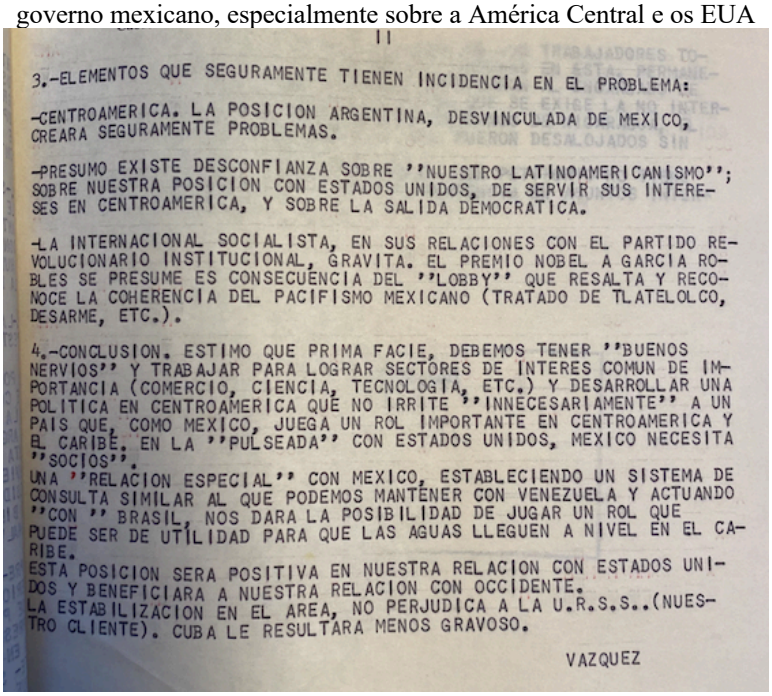
Fonte: AMRECIC, 1982n.

Ao mesmo tempo que a Embaixada mexicana relatava à SRE sobre as violações de direitos humanos na Argentina, a sua contraparte argentina também o fazia. Em outro informe de julho, a Embaixada argentina informou ao MREyC sobre uma manifestação do Comitê Nacional Pró-Defesa de Presos, Perseguidos, Desaparecidos e Exilados Políticos no México (AMRECIC, 1982o). A manifestação, que teria ocorrido em frente à Secretaria de Governo do México, tinha por objetivo exigir a aplicação de uma lei de anistia em diversos estados do país, além de assegurar o regresso de exilados e a liberdade dos desaparecidos.

Nas palavras da Embaixada argentina, o governo mexicano respondia com os mesmos argumentos da ditadura quando questionado sobre o paradeiro dos desaparecidos, os quais "[…] morreram em enfrentamentos armados com a polícia ou nas mãos de seus companheiros" (AMRECIC, 1982o, s. p., tradução nossa). Assim, fica explícito que a ditadura também estava consciente de que o México se preocupava com as críticas nacionais e internacionais sobre o seu quadro de direitos humanos, assim como a Argentina. E, por isso, o governo mexicano era cauteloso em suas decisões e pronunciamentos em foros multilaterais, como a ONU e a OEA.

A Embaixada argentina informou ao MREyC sobre algumas temáticas que deveriam ser tratadas com cautela para não piorar as relações com o México. Dentre elas, o posicionamento da Argentina a respeito da América Central e as suas relações com os EUA (AMRECIC, 1982p). A proposta era estabelecer uma relação mais próxima, consultiva, especialmente para temas e regiões de importância ao México, conforme a figura 55 abaixo:

Figura 55 – Embaixada argentina informou ao MREyC assuntos que deveriam ser tratados com cautela com o governo mexicano, especialmente sobre a América Central e os EUA



3.-ELEMENTOS QUE SEGURAMENTE TIENEN INCIDENCIA EN EL PROBLEMA:

-CENTROAMERICA. LA POSICION ARGENTINA, DESVINCULADA DE MEXICO, CREARA SEGURAMENTE PROBLEMAS.

-PRESUMO EXISTE DESCONFIANZA SOBRE ''NUESTRO LATINOAMERICANISMO''; SOBRE NUESTRA POSICION CON ESTADOS UNIDOS, DE SERVIR SUS INTERESES EN CENTROAMERICA, Y SOBRE LA SALIDA DEMOCRATICA.

-LA INTERNACIONAL SOCIALISTA, EN SUS RELACIONES CON EL PARTIDO REVOLUCIONARIO INSTITUCIONAL, GRAVITA. EL PREMIO NOBEL A GARCIA ROBLES SE PRESUME ES CONSECUENCIA DEL ''LOBBY'' QUE RESALTA Y RECONOCE LA COHERENCIA DEL PACIFISMO MEXICANO (TRATADO DE TLATELOLCO, DESARME, ETC.).

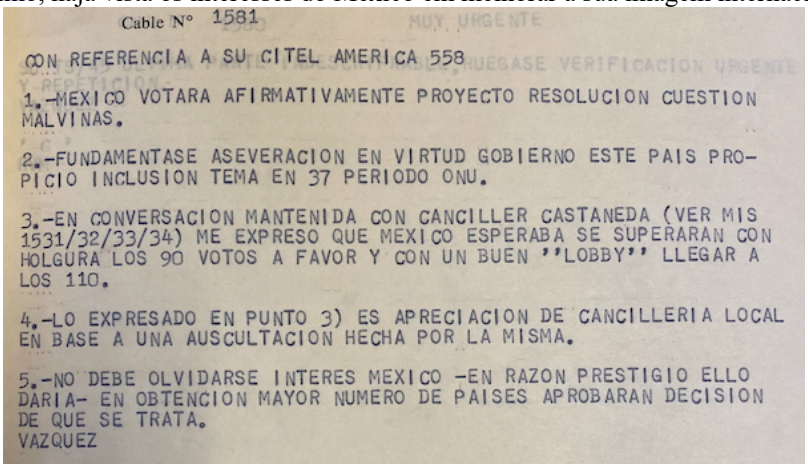
4.-CONCLUSION. ESTIMO QUE PRIMA FACIE, DEBEMOS TENER ''BUENOS NERVIOS'' Y TRABAJAR PARA LOGRAR SECTORES DE INTERES COMUN DE IMPORTANCIA (COMERCIO, CIENCIA, TECNOLOGIA, ETC.) Y DESARROLLAR UNA POLITICA EN CENTROAMERICA QUE NO IRRITE ''INNECESARIAMENTE'' A UN PAIS QUE, COMO MEXICO, JUEGA UN ROL IMPORTANTE EN CENTROAMERICA Y EL CARIBE. EN LA ''PULSEADA'' CON ESTADOS UNIDOS, MEXICO NECESITA ''SOCIOS''.
UNA ''RELACION ESPECIAL'' CON MEXICO, ESTABLECIENDO UN SISTEMA DE CONSULTA SIMILAR AL QUE PODEMOS MANTENER CON VENEZUELA Y ACTUANDO ''CON'' BRASIL, NOS DARA LA POSIBILIDAD DE JUGAR UN ROL QUE PUEDE SER DE UTILIDAD PARA QUE LAS AGUAS LLEGUEN A NIVEL EN EL CARIBE.
ESTA POSICION SERA POSITIVA EN NUESTRA RELACION CON ESTADOS UNIDOS Y BENEFICIARA A NUESTRA RELACION CON OCCIDENTE.
LA ESTABILIZACION EN EL AREA, NO PERJUDICA A LA U.R.S.S..(NUESTRO CLIENTE). CUBA LE RESULTARA MENOS GRAVOSO.

VAZQUEZ

Fonte: AMRECIC, 1982p.

Logo, havia uma janela de oportunidade que a Argentina queria aproveitar ao máximo: o apoio do México às ilhas Malvinas. Para a ditadura, os esforços da diplomacia mexicana sobre a questão das Malvinas na ONU era uma forma do México obter prestígio ao próprio país na cena internacional, segundo a Embaixada argentina (AMRECIC, 1982p). O andamento da negociação entre ambos países, pela perspectiva argentina, pode ser observada no telegrama abaixo:

Figura 56 – Para a Embaixada argentina, o apoio mexicano às ilhas Malvinas deveria ser aproveitado ao máximo, haja vista os interesses do México em melhorar a sua imagem internacional



Cable N° 1581

CON REFERENCIA A SU CITEL AMERICA 558

1.-MEXICO VOTARA AFIRMATIVAMENTE PROYECTO RESOLUCION CUESTION MALVINAS.

2.-FUNDAMENTASE ASEVERACION EN VIRTUD GOBIERNO ESTE PAIS PROPICIO INCLUSION TEMA EN 37 PERIODO ONU.

3.-EN CONVERSACION MANTENIDA CON CANCILLER CASTANEDA (VER MIS 1531/32/33/34) ME EXPRESO QUE MEXICO ESPERABA SE SUPERARAN CON HOLGURA LOS 90 VOTOS A FAVOR Y CON UN BUEN ''LOBBY'' LLEGAR A LOS 110.

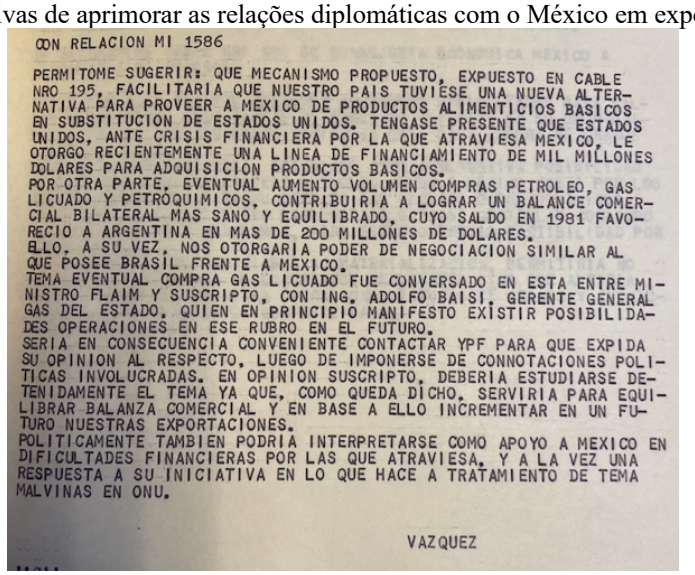
4.-LO EXPRESADO EN PUNTO 3) ES APRECIACION DE CANCILLERIA LOCAL EN BASE A UNA AUSCULTACION HECHA POR LA MISMA.

5.-NO DEBE OLVIDARSE INTERES MEXICO -EN RAZON PRESTIGIO ELLO DARIA- EN OBTENCION MAYOR NUMERO DE PAISES APROBARAN DECISION DE QUE SE TRATA.
VAZQUEZ

Fonte: AMRECIC, 1982q.

Em setembro, a Embaixada argentina encaminhou as diretrizes que poderiam ser seguidas para melhorar as relações diplomáticas com o México em diversos termos, com ênfase na exportação e compra de produtos de interesse para ambos os países, como produtos alimentícios e petróleo. O contexto era crítico, visto que a economia mexicana passava por problemas financeiros (AMRECIC, 1982r), conforme a figura 57 a seguir:

Figura 57 – Tentativas de aprimorar as relações diplomáticas com o México em exportação e comércio



CON RELACION MI 1586

PERMITOME SUGERIR: QUE MECANISMO PROPUESTO, EXPUESTO EN CABLE NRO 195, FACILITARIA QUE NUESTRO PAIS TUVIESE UNA NUEVA ALTERNATIVA PARA PROVEER A MEXICO DE PRODUCTOS ALIMENTICIOS BASICOS EN SUBSTITUCION DE ESTADOS UNIDOS. TENGASE PRESENTE QUE ESTADOS UNIDOS, ANTE CRISIS FINANCIERA POR LA QUE ATRAVIESA MEXICO, LE OTORGO RECIENTEMENTE UNA LINEA DE FINANCIAMIENTO DE MIL MILLONES DOLARES PARA ADQUISICION PRODUCTOS BASICOS.
POR OTRA PARTE, EVENTUAL AUMENTO VOLUMEN COMPRAS PETROLEO, GAS LICUADO Y PETROQUIMICOS, CONTRIBUIRIA A LOGRAR UN BALANCE COMERCIAL BILATERAL MAS SANO Y EQUILIBRADO, CUYO SALDO EN 1981 FAVORECIO A ARGENTINA EN MAS DE 200 MILLONES DE DOLARES.
ELLO, A SU VEZ, NOS OTORGARIA PODER DE NEGOCIACION SIMILAR AL QUE POSEE BRASIL FRENTE A MEXICO.
TEMA EVENTUAL COMPRA GAS LICUADO FUE CONVERSADO EN ESTA ENTRE MINISTRO FLAIM Y SUSCRIPTO, CON ING. ADOLFO BAISI, GERENTE GENERAL GAS DEL ESTADO, QUIEN EN PRINCIPIO MANIFESTO EXISTIR POSIBILIDADES OPERACIONES EN ESE RUBRO EN EL FUTURO.
SERIA EN CONSECUENCIA CONVENIENTE CONTACTAR YPF PARA QUE EXPIDA SU OPINION AL RESPECTO, LUEGO DE IMPONERSE DE CONNOTACIONES POLITICAS INVOLUCRADAS. EN OPINION SUSCRIPTO, DEBERIA ESTUDIARSE DETENIDAMENTE EL TEMA YA QUE, COMO QUEDA DICHO, SERVIRIA PARA EQUILIBRAR BALANZA COMERCIAL Y EN BASE A ELLO INCREMENTAR EN UN FUTURO NUESTRAS EXPORTACIONES.
POLITICAMENTE TAMBIEN PODRIA INTERPRETARSE COMO APOYO A MEXICO EN DIFICULTADES FINANCIERAS POR LAS QUE ATRAVIESA, Y A LA VEZ UNA RESPUESTA A SU INICIATIVA EN LO QUE HACE A TRATAMIENTO DE TEMA MALVINAS EN ONU.

VAZQUEZ

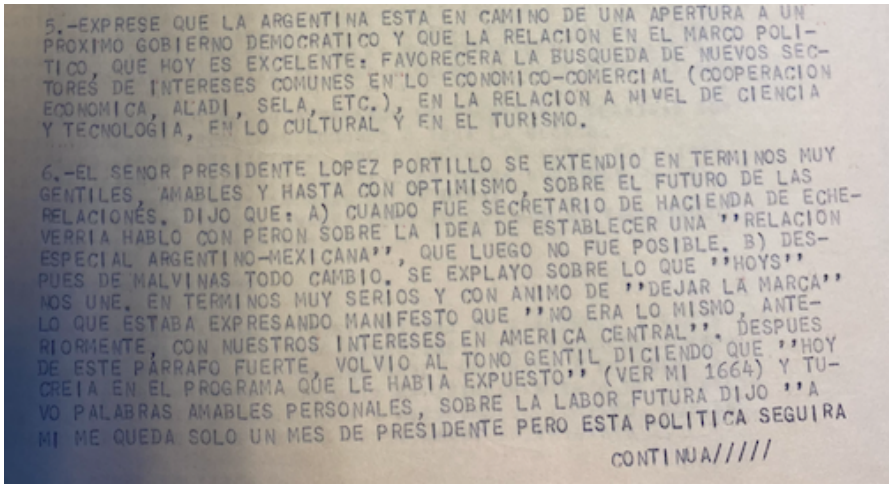
Fonte: AMRECIC, 1982r.

Em meio às tratativas sobre as vias de cooperação com o México e o seu apoio ao lado Argentino na guerra das Malvinas, a ditadura concedeu finalmente o salvo-conduto a Abal Medina, após seis anos na Embaixada mexicana. Já no México, ele se reuniu com o presidente López Portillo em outubro, cujo encontro virou notícia de diversos jornais mexicanos.

A Embaixada argentina encaminhou ao MREyC com urgência o trecho da entrevista, no qual Abal Medina destacou os seus agradecimentos ao mandatário e denunciou a realidade das violações de direitos humanos cometidas pela ditadura, conforme se observa nos Anexos E, F, G e H (AMRECIC, 1982s). Ele anunciou também que, durante o seu asilo na Embaixada mexicana, não houve tentativa de retirá-lo à força da representação, mas que existiram episódios intimidatórios da ditadura ao redor das dependências mexicanas, algo que se sabe que ocorria em outras representações diplomáticas em Buenos Aires.

Ainda em outubro, o Embaixador da Argentina no México se reuniu com o presidente López Portillo no intuito de agradecer os esforços do México de apoio à Argentina na questão das Malvinas, sendo o primeiro país a assinar um projeto de resolução na temática (AMRECIC, 1982t). O objetivo também foi ressaltar que a Argentina caminhava para uma abertura democrática e que novos caminhos de negociação com o México poderiam se abrir em diversas áreas no âmbito bilateral e multilateral (AMRECIC, 1982t).[201] Segundo a Embaixada argentina, o presidente mexicano estava otimista para avançar nas relações com a Argentina, conforme se observa nas figuras 58 e 59 abaixo:

Figura 58 – López Portillo expressou otimismo sobre as relações diplomáticas entre a Argentina e o México



5.-EXPRESE QUE LA ARGENTINA ESTA EN CAMINO DE UNA APERTURA A UN PROXIMO GOBIERNO DEMOCRATICO Y QUE LA RELACION EN EL MARCO POLITICO, QUE HOY ES EXCELENTE, FAVORECERA LA BUSQUEDA DE NUEVOS SECTORES DE INTERESES COMUNES EN LO ECONOMICO-COMERCIAL (COOPERACION ECONOMICA, ALADI, SELA, ETC.), EN LA RELACION A NIVEL DE CIENCIA Y TECNOLOGIA, EN LO CULTURAL Y EN EL TURISMO.

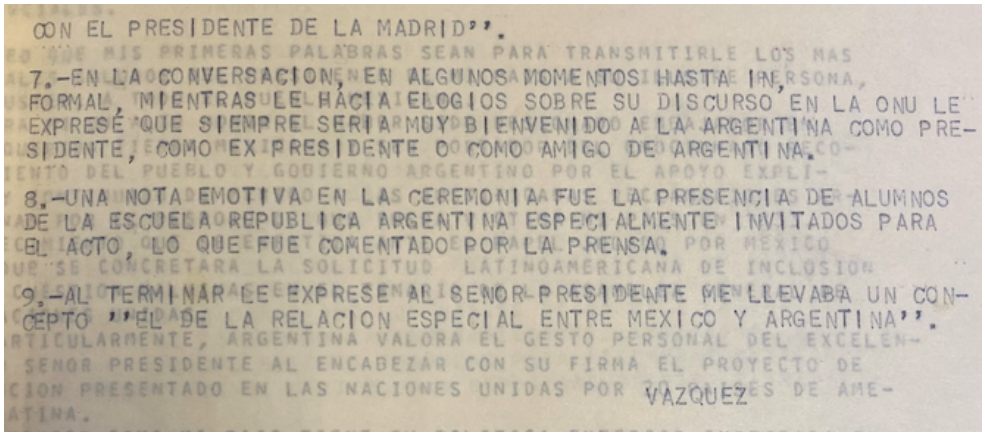
6.-EL SENOR PRESIDENTE LOPEZ PORTILLO SE EXTENDIO EN TERMINOS MUY GENTILES, AMABLES Y HASTA CON OPTIMISMO, SOBRE EL FUTURO DE LAS RELACIONES. DIJO QUE: A) CUANDO FUE SECRETARIO DE HACIENDA DE ECHEVERRIA HABLO CON PERON SOBRE LA IDEA DE ESTABLECER UNA ''RELACION ESPECIAL ARGENTINO-MEXICANA'', QUE LUEGO NO FUE POSIBLE. B) DESPUES DE MALVINAS TODO CAMBIO. SE EXPLAYO SOBRE LO QUE ''HOYS'' NOS UNE. EN TERMINOS MUY SERIOS Y CON ANIMO DE ''DEJAR LA MARCA'' LO QUE ESTABA EXPRESANDO MANIFESTO QUE ''NO ERA LO MISMO, ANTERIORMENTE, CON NUESTROS INTERESES EN AMERICA CENTRAL''. DESPUES DE ESTE PARRAFO FUERTE, VOLVIO AL TONO GENTIL DICIENDO QUE ''HOY CREIA EN EL PROGRAMA QUE LE HABIA EXPUESTO'' (VER MI 1664) Y TUVO PALABRAS AMABLES PERSONALES, SOBRE LA LABOR FUTURA DIJO ''A MI ME QUEDA SOLO UN MES DE PRESIDENTE PERO ESTA POLITICA SEGUIRA

CONTINUA/////

Fonte: AMRECIC, 1982t.

[201] Em fevereiro, a Embaixada mexicana encaminhou telegrama para solicitar o apoio da Argentina na reeleição do Embaixador Sergio González Galvez ao cargo no Comitê Jurídico Interamericano, cujas eleições aconteceriam durante a XII Assembleia Geral da OEA (AMRECIC, 1982u). E, em outubro de 1982, o México solicitou apoio para a sua candidatura ao posto no Comitê Jurídico Interamericano. Segundo o Embaixador argentino, Raúl Alberto Quijano, representante permanente na OEA, seria aconselhável apoiar o México dados os esforços desse país em apoiar a Argentina na questão Malvinas (AMRECIC, 1982v).

Figura 59 – López Portillo expressou otimismo sobre as relações diplomáticas entre a Argentina e o México em 1982



CON EL PRESIDENTE DE LA MADRID''.

7.-EN LA CONVERSACION, EN ALGUNOS MOMENTOS HASTA INFORMAL, MIENTRAS LE HACIA ELOGIOS SOBRE SU DISCURSO EN LA ONU LE EXPRESE QUE SIEMPRE SERIA MUY BIENVENIDO A LA ARGENTINA COMO PRESIDENTE, COMO EX PRESIDENTE O COMO AMIGO DE ARGENTINA.

8.-UNA NOTA EMOTIVA EN LA CEREMONIA FUE LA PRESENCIA DE ALUMNOS DE LA ESCUELA REPUBLICA ARGENTINA ESPECIALMENTE INVITADOS PARA EL ACTO, LO QUE FUE COMENTADO POR LA PRENSA.

9.-AL TERMINAR LE EXPRESE AL SENOR PRESIDENTE ME LLEVABA UN CONCEPTO ''EL DE LA RELACION ESPECIAL ENTRE MEXICO Y ARGENTINA''.

VAZQUEZ

Fonte: AMRECIC, 1982t.

5.5 Considerações preliminares

Em consideração ao exposto neste capítulo, foi observado um papel significativo do MREyC na definição e na implementação das ações diplomáticas nas relações com o México. A presença dos exilados argentinos nesse país, envolvidos ou não em atividades e em grupos de denúncia contra a ditadura, foi um fator central nas negociações diplomáticas entre os dois países. Essas relações – mais intensas em 1977 com o crescimento do apoio mútuo em OIs, como a OEA e a ONU – foram acompanhadas ao longo dos anos posteriores por inúmeros desafios, como as críticas da imprensa mexicana sobre as violações de direitos humanos na Argentina, a problemática dos asilados na Embaixada mexicana e as tentativas da Junta Militar de avançar nas relações diplomáticas com o México em outras áreas.

As negociações para obtenção dos salvo-condutos ao ex-presidente Cámpora, ao seu filho e à Abal Medina mediaram as tratativas de negociação sobre temas como comércio, cultura, economia, educação, ciência e direitos humanos. Embora a ditadura se empenhasse em melhorar a sua imagem internacional e contornar a questão das críticas sobre os direitos humanos na Argentina, as tensões permaneceram (menores e maiores ao longo do tempo e dependentes de quais eram os tomadores de decisão à época) e não foi possível avançar em profundidade em áreas de interesse para a ditadura sem discutir a questão dos asilados na Embaixada mexicana. Por fim, acontecimentos como a Guerra das Malvinas na Argentina e a crise econômica no México devido ao petróleo catalisaram quase que um congelamento generalizado das relações diplomáticas entre os países que só veio a se reestabelecer com o retorno da democracia ao final de 1983.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última ditadura civil-militar argentina (e o período que a antecede) fez parte de um contexto maior da história do Cone Sul que, nas décadas de 1970 e 1980, operou distintos instrumentos estatais e paraestatais de violência contra a população na Argentina para atingir os objetivos particulares do alto escalão das Forças Armadas e das elites nacionais e internacionais que comandavam o país de maneira direta e indireta. Uma das consequências das ameaças, dos assassinatos, dos desaparecimentos forçados e de outras inúmeras e, talvez, ainda não nominadas violências contra os direitos humanos, foram os exílios. Ou melhor, os exílios foram além de consequências, mas também práticas políticas institucionalizadas do "Processo" para dissuadir e eliminar a oposição política no país.

Nesse cenário, a escalada da violência na Argentina desde o governo de Isabel Perón fez com que cidadãos argentinos e de outras nacionalidades decidissem sair do país em busca de proteção, principalmente. Um dos países de destino no continente americano foi o México, historicamente reconhecido no século XX como um lugar de portas abertas para perseguidos políticos. Mesmo em outros países, a ditadura argentina manteve as suas práticas de vigilância e de repressão em escala transnacional, em paralelo às denúncias e críticas dos exilados que, em uma rede transnacional, buscavam expor e denunciar as atrocidades cometidas pelos militares e os seus apoiadores a fim de obterem respostas sobre o paradeiro das vítimas, justiça e verdade sobre o que ocorria na Argentina. No México, a atuação de argentinas e argentinos exilados foi viabilizada com a proteção do país, além da fundamental acolhida, solidariedade e integração de grupos no exílio e de atores não estatais que asseguraram moradia, renda e apoio em diversas áreas de suas vidas.

As estratégias dos governos de Echeverría e López Portillo – mais além de seus discursos de solidariedade e de proteção aos direitos humanos – visavam colocar o país como vanguardista nas relações internacionais da época, em uma dinâmica complexa de coexistência nacional com a truculência dos aparatos repressivos mexicanos contra a sua população. A proteção aos exilados, portanto, ocorreu em paralelo às próprias perseguições, detenções arbitrárias e desaparecimentos que o Estado mexicano operava (e ainda executa) em seu território desde a simulação de um compromisso democrático do regime do PRI.[202]

[202] As eleições presidenciais de 2024 demonstraram altos índices de violência política no México. Segundo o centro de pesquisa mexicano *Laboratorio Electoral* (2024), 82 pessoas foram assassinadas ao longo do processo eleitoral (4 de junho de 2023 a 23 de maio de 2024), além de 65 atentados, 108 casos de ameaças e 17 sequestros, números que ainda estão sob contagem. Isso sem contar a violência contra jornalistas e defensores de direitos humanos, principalmente mulheres, em monitoramento pela ONU, como as truculentas eleições federais de 2021 (OHCHR,

Com base nesse contexto, o objetivo geral desta tese foi compreender as repercussões das distintas e dinâmicas estratégias de mobilização humanitárias e anti-ditatoriais de exilados argentinos no México nas relações diplomáticas Argentina-México (1974-1983). A partir disso, o problema de pesquisa que guiou a investigação foi verificar o alcance das ações de denúncia e da própria presença dos exilados argentinos em território mexicano como fatores determinantes às relações diplomáticas entre a Argentina e o México.

Para responder ao problema e alcançar o objetivo da tese, foram analisados, identificados e comparados, em perspectiva histórica, os distintos processos da formação e estrutura das políticas externas argentina e mexicana e os atores estatais e não estatais envolvidos. Além disso, as entrevistas realizadas serviram de insumo indispensável para a visualização das modalidades, dos recursos, das dificuldades e das oportunidades que mulheres e homens no exílio vivenciaram desde o período prévio ao desterro até o retorno da democracia na Argentina.

O primeiro capítulo "As relações diplomáticas Argentina-México, as chancelarias e as violações de direitos humanos (1 de julho de 1974 a 10 de dezembro de 1983)" reconstruiu as relações diplomáticas entre a Argentina e o México, em consideração aos seus serviços de política externa, a saber, o MREyC argentino e a SRE mexicana. O governo de Isabel Perón, que assumiu a presidência da Argentina após a morte de Perón em 1974, enfrentou um período de intensa instabilidade política e econômica, caracterizado por um vazio de poder e a crescente influência das Forças Armadas na política.

Isabel Perón não conseguiu manter a ordem estatal, e a sociedade argentina sofreu com a violência de grupos armados, militares e outras forças policiais estatais e paraestatais ainda em seu governo. A crise econômica de 1975 agravou a situação, o que exacerbou a falta de competência de seu governo em assegurar os graus mínimos de coesão social e governabilidade, o que facilitou a ascensão dos militares, que se apresentavam como os restauradores da ordem estatal. A deterioração política e os escândalos de corrupção contribuíram para a legitimidade das Forças Armadas, que então se posicionaram como os únicos capazes de governar o país.

No plano externo, a política de Isabel Perón também fracassou devido à dificuldade em equilibrar fatores domésticos e internacionais, ao contrário do legado de Perón, cuja personalidade populista fortalecia a sua figura de liderança política. Após a morte de Perón, a política externa argentina ficou mais comprometida por conflitos internos no MREyC e por disputas de poder entre os diferentes ministérios que disputavam com a pasta a condução das

---

2021). E, também, o registro nefasto de mais de 100 mil pessoas desaparecidas no México em 2022 (OHCHR, 2022).

relações internacionais da Argentina. A ditadura reorientou a política externa ao subordiná-la às necessidades econômicas e militares, com uma abordagem pragmática em busca de alianças internacionais. A Junta Militar priorizou as relações que pudessem garantir estabilidade econômica e apoio internacional, o que deixou o MREyC, por vezes, afastado em favor de outros ministérios, como o Ministério da Economia, para responder às críticas internacionais sobre violações de direitos humanos e buscar investimentos estrangeiros (Osuna, 2012, 2017). Assim, a diplomacia argentina passou a refletir uma combinação de nacionalismo militar e pragmatismo econômico, moldada por pressões internas e externas (Russell, 1984; Paradiso, 2005; Lisińska, 2019).

Ao contrário do suposto insulamento do MREyC na ditadura, esta pesquisa se orientou pela perspectiva de Lloret (2019), o qual contesta a visão de Russell (1984) ao demonstrar que o ministério argentino na ditadura não era apenas um órgão técnico-profissional executor, mas possuía autonomia para representar os interesses do "Processo" nas relações internacionais e tomar decisões importantes. Esse ministério tinha a responsabilidade de coordenar as ações da política externa, preservar a imagem da Argentina perante as acusações de violações de direitos humanos e encobrir as práticas de terrorismo nacionais e transnacionais do país.

A visita da CIDH da OEA em 1979 foi um marco para os direitos humanos na Argentina, a qual destacou ainda mais a importância da diplomacia paralela e as ações de ocultação das atrocidades dos militares (Jensen, 2010; Míguez; Morgenfeld, 2017; Slatman, 2010, 2012). A visita expôs a estratégia da ditadura de flexibilizar a sua posição para melhorar a imagem internacional do país. O MREyC, junto do Ministério do Interior, coordenou ações para controlar e negar as acusações de violações de direitos humanos (Canelo, 2012, 2014). Este último ministério desempenhou um papel crucial ao influenciar a política local e externa e ao criar obstáculos para que ações de grupos de direitos humanos ecoassem internacionalmente. A articulação entre os diferentes ministérios demonstrou a complexidade e a profundidade da política de repressão e controle da ditadura, tanto na política doméstica quanto nas relações internacionais da Argentina.

Em que pese o México, na segunda metade do século XX, a política mexicana, dominada pelo PRI, combinou um aparente governo democrático com práticas autoritárias contra a sua população. A crescente pressão das esquerdas por maior abertura política destacou as responsabilidades do México nas torturas e nos desaparecimentos de opositores políticos (Covarrubias Velasco, 2008; Saltalamacchia Ziccardi; Covarrubias Velasco, 2011). Na década de 1970 e início da década de 1980, a política externa mexicana priorizou a segurança nacional e os direitos humanos, o que se refletiu nas relações diplomáticas e de proteção aos exilados

latino-americanos. Essa nova política buscou uma unidade nacional via reconciliação com grupos dissidentes, que propunha um reforço da imagem de um México democrático e hospitaleiro, enquanto equilibrava interesses domésticos e internacionais das elites econômicas e políticas (Ojeda, 1984; Rico, 2000).

A política externa mexicana evoluiu de um isolamento cauteloso para uma postura mais ativa, menos reativa e em busca de protagonismo nas relações internacionais. Os presidentes Echeverría e López Portillo implementaram mudanças significativas ao usar a política externa como instrumento de recuperação da legitimidade doméstica e melhorar a imagem do México após episódios de repressão estatal, como o massacre de Tlatelolco em 1968 e em 1971 (Aguilar Camín; Meyer, 2000; Saltalamacchia Ziccardi, 2009). Esses eventos abalaram a estabilidade política e forçaram uma reavaliação das estratégias domésticas e externas. A política de proteção aos exilados latino-americanos foi uma ferramenta para obter o apoio popular necessário e fortalecer a posição do México no cenário internacional como defensor dos direitos humanos, o que demonstrava um compromisso nessa área, ao menos no discurso.

A falta de compreensão presidencial sobre a área de segurança, destacada por Aguayo Quezada (2014), contribuiu significativamente para a ausência de uma estratégia bem definida de controles institucionais e de supervisão social sobre os aparatos de segurança. A violência estatal, frequentemente respaldada por setores complacentes da sociedade, como grupos de interesse e meios de comunicação, foi usada para eliminar opositores sob o pretexto de manter o crescimento econômico e a paz social. Além disso, a absorção de práticas de segurança dos EUA e de regimes militares do Cone Sul influenciou a estruturação dos serviços de inteligência mexicanos, que adotaram métodos repressivos similares, como a tortura, o assassinato e o desaparecimento forçado para controlar dissidentes políticos.

Como visto, na década 1970 e no início dos anos 1980, tanto a Argentina quanto o México alteraram significativamente as suas políticas externas, seja por questões domésticas, externas e pelas características dos atores estatais em liderança (Paradiso, 2005; Simonoff, 1999, 2010). A Argentina mudou o grau de importância de seus parceiros estratégicos (Europa e os EUA se tornaram mercados mais importantes do que os países latino-americanos), especialmente devido às violações de direitos humanos por militares argentinos e a política dos EUA orientada pelos direitos humanos (Skidmore, 1993; Schmidli, 2013).

O México, por sua vez, manteve as suas históricas relações com os EUA, mas adotou uma postura mais audaciosa em sua política externa ao tentar aumentar a sua visibilidade internacional como defensor dos direitos humanos, em resposta à repressão doméstica e à pressão das esquerdas mexicanas (Rico, 2000; Carr, 1996). Essas mudanças influenciaram a

proteção aos exilados latino-americanos como parte de uma estratégia para melhorar a legitimidade interna e a imagem internacional do México (Covarrubias Velasco 2008), além de López Portillo aproveitar o momento de ascensão do petróleo para a sua economia e de influência no mundo (Chabat, 1986; Smith, 1991; Aguilar Camín; Meyer, 2000).

Em seguida, no segundo capítulo "A Embaixada do México na Argentina: a política de asilo e as tentativas de diálogo com a Junta Militar", foram reconstruídas as estratégias e as decisões tomadas pela diplomacia mexicana para proteger os exilados argentinos e manter as relações diplomáticas com a ditadura argentina, desde os interesses nacionais do México e dos seus objetivos de política externa com os mandatos de Echeverría e López Portillo.

A perseguição política na Argentina começou antes do golpe militar de 1976 e, como visto, a Embaixada mexicana já concedia asilo diplomático desde 1974 a diversas pessoas, como profissionais liberais, acadêmicos e membros de grupos guerrilheiros. A documentação do arquivo histórico da SRE permite afirmar que as razões para a concessão de asilo eram muitas vezes relacionadas a ameaças à vida, embora o governo argentino negasse a perseguição política e questionasse a forma pela qual o México entendia o instituto do asilo diplomático desde o governo de Isabel Perón e, também, durante a ditadura.

Após o golpe, a Embaixada mexicana visou garantir os salvo-condutos para os asilados, pois previa um aumento nas solicitações devido à intensificação da violência na Argentina. A despeito das dificuldades em comunicação e de transparência do governo argentino, o México manteve as suas relações diplomáticas, reconheceu o governo dos militares, mas não deixou de seguir com as normas e os instrumentos internacionais de proteção aos perseguidos políticos.

Nesse cenário, os diplomatas mexicanos enfrentaram inúmeros desafios para gerenciar a política externa com a Junta Militar ao longo da ditadura. Os exemplos desses obstáculos vão desde as tratativas para a obtenção dos salvo-condutos aos asilados na Embaixada mexicana, a pressão doméstica de atores estatais e não estatais mexicanos para o México adotar uma postura mais rígida em relação à Argentina (como grupos de trabalhadores e sindicatos mexicanos), bem como as informações que circulavam nos meios de comunicação sobre o estado das relações diplomáticas entre os dois países.

Ao longo da ditadura, observa-se que o posicionamento dos representantes diplomáticos na Embaixada mexicana e de funcionários da SRE convergiu e divergiu a depender do momento político, especialmente devido à temática da concessão dos asilos diplomáticos e que envolviam outros temas de interesse nacional para o México. No início da ditadura, o Embaixador mexicano González Salazar adotou uma postura mais restritiva, na qual negou a maioria dos

pedidos de asilo por alegar não atenderem aos critérios necessários, embora muitos solicitantes fossem vítimas da perseguição política dos militares.

A Embaixada mexicana também teve dificuldade em entender os objetivos da Junta Militar na política internacional, pois os diplomatas mexicanos afirmavam que faltava precisão na política externa da ditadura, além de pressionar o governo mexicano a controlar as atividades dos exilados. Em paralelo, desde o início do governo ditatorial, o México tentou explorar oportunidades de cooperação econômica, comercial e financeira, como no setor petrolífero, o que demonstrou a sua propensão a negociar questões que iam além dos direitos humanos.

Em 1977, a ditadura entrou em um processo de crescente denúncia nacional e internacional pelas violações de direitos humanos, acentuado até a derrubada da Junta Militar. Nesse ano, funcionários da Embaixada mexicana como Raúl Lópezlira já alertavam para as resistências da ditadura em conceder os salvo-condutos e os potenciais prejuízos políticos que isso poderia ter nas relações diplomáticas Argentina-México e para ambos os governos em âmbito doméstico.

A Embaixada mexicana recebia material informativo dos exilados sobre a situação das prisões, os desaparecimentos e a perseguição política na Argentina, e destacava ao governo argentino que o instituto do asilo deveria ser respeitado. Nesse período, percebe-se que as atividades dos exilados argentinos já eram uma variável considerada nas tratativas de negociações diplomáticas entre a Argentina e o México, especialmente a presença dos asilados na Embaixada mexicana, como o ex-presidente Cámpora.

E, sobre os salvo-condutos, as negociações para as suas concessões por parte da ditadura ocorreram em paralelo a outras discussões diplomáticas entre os países, como a tentativa de fortalecer as relações econômicas e comerciais Argentina-México, principalmente na área de exportações. Sob a liderança de outro Embaixador mexicano, Uribe Escandón, existiram tentativas de obter os salvo-condutos, mas a ditadura permaneceu inflexível. Ademais, a SRE não foi estratégica ao ponto de conceder mais informações e vias de ação para um representante diplomático sem experiência política. Notam-se, assim, ao longo de 1977 e 1979, falhas na troca de informações e omissões significativas entre a SRE e a Embaixada mexicana. Para além dos direitos humanos, mesmo com o aumento das exportações mexicanas para a Argentina no período, as relações comerciais não eram suficientes para amenizar a questão dos asilados.

No final de 1978, a SRE mudou a abordagem ao priorizar outras áreas de cooperação, embora a questão dos asilados na Embaixada mexicana tenha dominado a pauta das imprensas argentina e mexicana, o que demonstra a grande preocupação pública do caso e as dificuldades de resolvê-lo pelas vias diplomáticas. No ano seguinte, em 1979, a permanência do ex-

presidente Cámpora na Embaixada mexicana deteriorou excessivamente as relações diplomáticas entre os países, ainda mais pelo seu adoecimento físico. Ao mesmo tempo, nesses anos, as tratativas entre a Argentina e o México em foros multilaterais permaneceram no sentido de assegurar que as suas candidaturas aos postos de liderança em OIs (ONU e OEA, principalmente) obtivessem os seus apoios mútuos.

Em contrapartida, embora a ditadura tenha buscado avançar em outras áreas nas relações diplomáticas com o México para minimizar a relevância do caso Cámpora nas relações bilaterais, a mobilização de congressistas mexicanos e demais atores estatais e não estatais (políticos, eclesiásticos, grupos de direitos humanos latino-americanos e europeus) mantiveram as suas exigências: assegurar o direito ao asilo diplomático e de respostas aos desaparecimentos e prisões arbitrárias. A situação de Cámpora se manteve tensa e complexa até o fim de 1979, quando os militares finalmente concederam o salvo-conduto ao ex-presidente, em consideração também à importante pressão que a visita da CIDH exerceu sobre a Junta Militar.

A Embaixada mexicana chegou a sugerir à SRE que o México deveria romper ou, ao menos, manter as suas relações com a Argentina nos mínimos níveis possíveis, além de aplicar sanções econômicas e comerciais. Entretanto, a SRE foi contrária a quaisquer medidas prejudiciais à ditadura, pois vislumbrava objetivos a longo prazo; entende-se que a ação dos tomadores de decisão mexicanos da secretaria foi condizente com a política externa do México naquele período, dado que era necessário equilibrar os princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos da diplomacia mexicana com os interesses de médio e de longo prazo do país – como avançar na integração latino-americana pela ALALC.

Essa abordagem (que se estendeu até o fim da ditadura) parte do entendimento de Velazquez-Flores (2022), o qual entende a política externa mexicana a partir do pragmatismo de princípios. Ou seja, quando a pauta em discussão era sobre a temática de direitos humanos e os asilados, o México se valia de seus princípios normativos do direito internacional. Porém, no momento de tratar de assuntos como comércio, economia, energia, ciência e tecnologia, era mais vantajoso ser pragmático e considerar os potenciais ganhos a longo prazo que poderia ter com a Argentina, ainda mais como uma porta de entrada para uma inserção mais vantajosa na América do Sul.

Nos anos 1980, a diplomacia argentina tentou emplacar uma imagem de normalidade nas relações com o México e que os laços se fortaleciam, embora a imprensa mexicana e os próprios funcionários do serviço exterior mexicano negassem que o clima entre os países era cordial. Entretanto, considera-se que o próprio México contribuiu para essa imagem, visto

querer expandir as suas negociações com a Argentina nos campos energético e comercial, dados os ganhos com o petróleo na época.

Não somente a situação dos asilados na Embaixada mexicana criou tensões nas relações diplomáticas entre os dois países, como também as atividades de denúncia dos exilados argentinos. Havia um grande incômodo da diplomacia argentina diante da liberdade pela qual os exilados possuíam para organizar e participar de eventos críticos à ditadura, prerrogativa que o México defendeu com base em sua própria constituinte – sempre que os exilados respeitassem o seu artigo 33º. Para diminuir os ânimos dos militares, o México não deixou de apoiar a Argentina em momentos críticos, como a Guerra das Malvinas, ao defender o direito argentino sobre as ilhas, ao mesmo tempo que prezava pela solução pacífica de controvérsias, visto que as suas relações diplomáticas com a Inglaterra também eram de seu interesse.

Logo após, o terceiro capítulo "Denúncias, resistências e práticas de sobrevivência: as estratégias de exilados argentinos no México contra a ditadura militar" discutiu, a partir de entrevistas realizadas em 2020 e 2022, fragmentos das experiências de homens e mulheres que estiveram exilados no México no contexto do "Processo", com base na perspectiva da História Oral. As entrevistas abordaram cinco eixos estruturantes das experiências exilares no México, a saber: as atividades de denúncia, resistência e reflexão política sobre a ditadura e as possibilidades de articulação em rede; os limites e os cuidados de atuação e participação política no México, em consideração aos princípios de liberdade de expressão e de não se envolver em questões pertinentes à política mexicana (artigo 33º); as particularidades psicológicas das trajetórias; e, por fim, as consequências dos exílios no seio familiar e as suas marcas intergeracionais.

Com base nesses recortes, foi possível observar os diferentes e desiguais recursos (materiais e imateriais) que existiram nos exílios – ou seja, algumas memórias são mais ou menos subterrâneas que outras, com particular destaque para os recursos materiais e sociais (formação acadêmica, classe social, gênero, raça e redes de contato) (Agier, 2006, 2016; Pollak, 1989, 1992; Sheller, 2018). As novas interpretações e inquietações sobre um passado que vive no presente abrem portas para o futuro de uma memória coletiva e socializada, fundamentais para a reconstrução de uma outra história das relações diplomáticas Argentina-México, mediada não somente por militares e diplomatas (Jelin, 2012), mas por atores não estatais – os exilados e as exiladas. Assim, os testemunhos construídos nesta pesquisa tensionam os documentos diplomáticos analisados na Argentina e no México, além de viabilizarem a criação de novas camadas interpretativas sobre as experiências no exílio (Da Silva Catela, 2007; Ferreira, 1994; Thompson, 2017).

Os relatos demonstraram que as trajetórias não foram lineares, igualmente seguras e nem motivadas pelas mesmas razões. Antes de chegarem ao México, uma parcela das pessoas entrevistadas foi para outros países das Américas e (ou) da Europa. No México, ao longo do tempo, foi sendo consolidada uma rede geográfica descentralizada e constituída por distintos perfis sociodemográficos e de pertencimento político. Mesmo que a maioria vivesse na Cidade do México, algumas pessoas moravam em outras cidades, além de participarem de grupos mais ou menos afeitos à luta armada ou ao debate intelectual – como as diferenças entre o COSPA e a CAS.

A análise dos testemunhos das pessoas entrevistadas sobre as coletividades no México é interessante, pois prevaleceram algumas considerações rasas sobre a atuação de seus compatriotas. Para a maioria das pessoas que pertenciam à CAS, percebeu-se que essa organização era vista por elas como mais habilitada (e autorizada) a discutir temáticas e estratégias políticas de ação sobre a ditadura, a luta armada e a volta da democracia. Até mesmo garantiam que as atividades do grupo antagônico, o COSPA, eram muito mais limitadas que as da CAS.

Entretanto, os testemunhos de membros daquele grupo, bem como a documentação encontrada, permitem inferir que, na realidade, o COSPA também desenvolveu inúmeras ações de solidariedade, denúncia e integração de exilados no México. Embora não tenha tido o mesmo nível intelectual da CAS, isso não torna o COSPA menos importante ou fundamental na luta contra a ditadura, dadas as outras ferramentas de denúncia e resistência que mobilizaram ao longo da existência do grupo.

A própria sobrevivência aos aparatos da repressão poderia ser vista ora como símbolo de resistência política, ora como traição (Slipak, 2023), especialmente para os grupos armados de Montoneros e PRT-ERP. Nesse sentido, caminharam lado a lado convergências e desavenças políticas sobre eventos marcantes na política internacional da Argentina, como a visita da CIDH, a Copa do Mundo de 1978 e a Guerra das Malvinas. Não havia, também, homogeneidade política no exílio, algo que era até mesmo frutífero ao desenvolvimento e à organização de atividades de denúncia contra a ditadura.

Embora o México defendesse uma posição de vanguarda nos direitos humanos e de proteção aos perseguidos latino-americanos, os testemunhos ilustram as dificuldades no país que os exilados encontraram para trabalhar ou residir. Isso não significa que o México deixou de fornecer um espaço para que os exilados pudessem exercer as suas atividades laborais e políticas, mas foi fundamental o trabalho da sociedade e instituições mexicanas nesse processo. Os esforços de contatos diretos com os mexicanos asseguraram a integração e a acolhida, como

o papel das instituições de ensino superior ao contratarem profissionais altamente capacitados (UAM, COLMEX e UNAM, por exemplo) e, também, a solidariedade dos próprios exilados argentinos entre si (e de outras nacionalidades).

As entrevistas trazem uma visão positiva da proteção do Estado mexicano aos exílios latino-americanos; há uma perspectiva compartilhada de que a diplomacia mexicana atuou com estratégia e cautela na condução de suas relações diplomáticas com a ditadura. Mesmo que existissem restrições impostas nas atividades de denúncia dos exilados, a percepção geral das pessoas entrevistadas era a de corresponder positivamente às solicitações das autoridades do país como uma forma de agradecimento e de retribuição à proteção e à hospitalidade do país (Agier, 2021) – mesmo que isso significasse, em certa medida, um silenciamento sobre as práticas repressivas e de violações de direitos humanos do próprio México.

Foi marcante, também, o sentimento de deslocamento pós-exílio: muitas das pessoas entrevistadas não mais se reconhecem plenamente como argentinas, mas sim, *argenmex*. Esse adjetivo, na prática, possui vários efeitos psicológicos e sociais (De Vries; Guild, 2019), como estar na Argentina e se sentir estrangeiro, ou estar no México e não se sentir plenamente local – algo mais ou menos difícil de conviver. Além disso, as rupturas e os graus de decisão no âmbito familiar são marcas indeléveis e forçam uma (re)construção constante do passado (e da identidade) rememorado no presente.

Por fim, no quarto e último capítulo "A Embaixada da Argentina no México: os esforços de cooperação internacional com o México e de combate às denúncias dos exilados argentinos contra a ditadura", foram descritas e analisadas as diretrizes da política externa argentina ao México na tentativa de estabelecer e avançar em negociações do interesse da Junta Militar, em concorrência com as problemáticas dos exilados no México e dos asilados na Embaixada mexicana.

A partir de telegramas entre o MREyC e a Embaixada argentina (e das memórias institucionais do ministério), foi possível identificar as marcas dessas relações nos momentos prévios à ditadura até a sua queda. Nesse contexto, a própria existência dos exilados argentinos (alheios ou não às atividades políticas de resistência, solidariedade e denúncia contra a ditadura) foi um fator presente na maioria das negociações diplomáticas entre a Argentina e o México.

A diplomacia argentina direcionada ao México começou a ganhar maior atenção a partir de 1977. Antes disso, havia pouca informação relevante nos telegramas, com alguns achados nos anos de 1975 a 1976. Em 1975, as relações foram classificadas pelo MREyC como "atípicas", dadas as reduções nas importações de produtos do México e as tentativas de aproximação pela área cultural. A ALALC foi um fórum de diálogo importante que, ao longo

da ditadura, esteve presente no horizonte de possibilidades de negociação entre os países. No ano do golpe, as relações foram mais presentes, como o crescimento de apoio mútuo dos países em foros multilaterais, além de contarem com a participação de militares nessas negociações diplomáticas.

Em contrapartida, no âmbito bilateral, a diplomacia enfrentou desafios, como as inúmeras publicações contra a ditadura veiculadas pela imprensa mexicana desde o início do "Processo", o que refletia as tensões políticas entre os países e a relevância dos exílios de argentinos (e asilados na Embaixada mexicana) nas relações diplomáticas Argentina-México. As manchetes – produzidas muitas vezes por exilados reconhecidos na Argentina – refletiam as críticas contra os militares, além de destacarem que Videla não era um ator moderado entre esses, como aponta Lvovich (2020). Essas interações mostraram que, mesmo com a ditadura, a cooperação internacional entre os dois países permaneceu em várias frentes, inclusive em questões de direitos humanos.

Em 1977, as relações diplomáticas Argentina-México se tornaram ainda mais políticas dado o aumento do número de denúncias internacionais sobre as violações de direitos humanos contra a ditadura argentina e a pressão de governos internacionais, como os EUA e países da Europa. Nesse cenário, a problemática dos asilados na Embaixada mexicana ganhou um espaço central nas negociações bilaterais ao ser inserida em outras discussões em áreas como comércio, cultura, educação, ciência e direitos humanos em geral. Os documentos dos telegramas permitem apontar para uma frequência constante nas discussões entre os diplomatas argentinos e mexicanos sobre os asilados, com ênfase na necessidade de resolver essa questão para melhorar as relações diplomáticas entre os países.

Ou seja, o tema era visto como de menor importância em relação a outros assuntos que figuravam em interesses de longo prazo entre os países. Do mesmo modo, era importante para os militares manter boas relações com o México e não emitir críticas contundentes ao seu governo, cuja característica "de esquerda" era vista com desconfiança pela ditadura. Os militares sabiam que o México também era um país no qual eram cometidas violações de direitos humanos e que estava sob monitoramento e escrutínio da comunidade internacional.

No ano seguinte, em 1978, a Argentina observava o potencial do México em seus objetivos para que pudesse atingir ganhos econômicos e comerciais com as exportações ao país, embora os entraves políticos e diplomáticos pela questão dos asilados na Embaixada mexicana fossem ainda presentes entre os países. Nesse ano, a Argentina recebeu diversas críticas internacionais sobre a sua situação de direitos humanos, tendo início um grande esforço dos

diplomatas argentinos em OIs para negar as violações de direitos humanos e melhorar a imagem do país diante a comunidade internacional.

Nessa circunstância, a colaboração em outras áreas como a cultura foi considerada pelo MREyC como excelente, além de distintas reuniões para fortalecer as relações econômicas e científicas com o México. Contudo, na prática, essas reuniões eram meras promessas que não possuíam concretude significativa, além da desconfiança mútua e das dificuldades políticas que deixavam ainda mais distante uma aproximação substancial entre os governos argentino e mexicano da época.

1978 foi também o ano da Operação México, no qual os militares desgastaram ainda mais as relações com o México ao ingressarem em território mexicano para executar um plano clandestino de assassinato dos membros do grupo Montoneros. A tentativa falhou e os militares argentinos foram expulsos, mas cabe destacar que os serviços de inteligência argentino e mexicano trabalharam posteriormente em 1979 em uma operação sobre PRT-ERP. O México chegou a prender e torturar os membros desse grupo, uma demonstração de sua truculência em paralelo ao seu discurso de paladino dos direitos humanos.

A situação dos asilados na Embaixada mexicana fez com que as relações diplomáticas chegassem a um ponto crítico, marcado por visões controversas entre os países: embora o Embaixador da Argentina no México, Gómez Centurión, persistisse em negar que o caso dos asilados fosse um tema relevante nessas relações, não se pode dizer o mesmo da postura da SRE. E, nas memórias do MREyC, o ministério reconheceu que o asilo do ex-presidente Cámpora era sim um fator condicionante das relações diplomáticas com o México, embora na época a ditadura tenha diminuído publicamente a magnitude da situação.

A Argentina estava ciente de que o México apoiava e dava suporte às organizações de exilados argentinos no país, como a possibilidade de Montoneros aparecer em canais nacionais para fazer pronunciamentos, ou de Rodolfo Puiggrós (líder do COSPA) auxiliar o governo mexicano nos processos migratórios de argentinos que chegavam ao México. Havia, em paralelo, a preocupação de tentar obter o apoio do México na CIDH da OEA, dada a movimentação que existia no órgão em realizar visitas *in loco* e elaborar relatórios críticos sobre os países da organização, como aconteceu em 1979. Nesse período, a Embaixada argentina aumentou a intensidade de seus relatos ao MREyC sobre as atividades dos exilados, o que condiz com o reforço nas práticas de vigilância dos diplomatas argentinos no México.

Os telegramas de 1979 possuem mais informações e material de análise para entender a dinâmica das relações diplomáticas Argentina-México. Nesse ano, a cooperação política entre os países foi marcada pelo forte apoio mútuo em OIs para cargos de direção em organizações

como a OEA, a FAO e a ALALC. Existia interesse da diplomacia argentina em estabelecer negociações para fortalecer a integração regional, especialmente na área econômica e comercial, como a diversificação de mercados e a diminuição de tarifas, uma vontade também compartilhada pelo México.

Ao mesmo tempo, a ditadura tentou ampliar as relações econômicas e culturais com o México, bem como a cooperação científica e tecnológica com base no intercâmbio de pessoal. Contudo, a Comissão Mista Argentina-México não retomou as suas discussões após ter se reunido em 1977, pois o México só voltaria a dialogar nessa comissão se a ditadura concedesse os salvo-condutos aos asilados, uma expressão da preocupação da diplomacia de López Portillo não apenas com os direitos humanos e a instituição do asilo, mas pelas críticas domésticas que o seu governo recebia das esquerdas (congressistas e movimentos sociais).

Na OEA, houve um grande esforço da diplomacia argentina em evitar a escalada das denúncias de violações de direitos humanos por conta do relatório da CIDH, além da tentativa de impedir a responsabilização da Argentina pelas violações e a sua publicidade internacional. Foi notória a atividade política de senadores e deputados mexicanos, os quais possuíam uma posição muito mais rígida em comparação à do presidente López Portillo e da SRE: para eles, o México deveria romper as suas relações diplomáticas com a Argentina devido às violações de direitos humanos e a longa demora da ditadura em conceder os salvo-condutos aos asilados. No fim de 1979, a concessão do salvo-conduto de Cámpora, para a ditadura, foi vista como uma possibilidade de renovar e ressignificar as relações diplomáticas com o México, além de avançar em negociações em outras áreas como o petróleo, importante para López Portillo devido à ascensão global da indústria petrolífera mexicana na época.

As constantes mudanças de representantes diplomáticos mexicanos atestam as dificuldades do México em conseguir resolver a questão dos asilos, dada a resistência dos militares em conceder os salvo-condutos e tentar, de maneira fracassada, avançar em outras temáticas de interesse nacional. Logo, observa-se que as negociações eram baseadas, por parte do México, na premissa de que a Junta Militar concederia os salvo-condutos aos asilados por ser prejudicial à própria ditadura. Entretanto, os militares continuaram a justificar a dificuldade em conceder os salvo-condutos pela mobilização dos exilados no México e o potencial dos asilados intensificarem as denúncias realizadas no país. Como exemplo disso, destacam-se as ações de denúncia dos exilados argentinos na III CELAM e na IX Assembleia do Parlamento Latino-Americano, eventos que contaram com a presença de congressistas e religiosos mexicanos, os quais apoiavam as demandas dos exilados e denunciavam as atrocidades.

Havia também esperanças por parte da diplomacia argentina de que determinadas mudanças no quadro do serviço exterior mexicano seriam benéficas à Argentina, como a saída de Uribe Escandón e a chegada de Lara Villarreal como Embaixador do México na Argentina, por esse ser mais interessado em avançar em negociações para além das tratativas sobre os asilados. Em paralelo, a saída de Santiago Roel preocupou os militares, pois a vinda de Jorge Castañeda como secretário na SRE levantou suspeitas da possibilidade de rompimento das relações diplomáticas entre os países. Entretanto, considera-se que isso seria difícil de acontecer, pois o presidente López Portillo trabalhava para ampliar os parceiros comerciais do México, não queria perder um aliado em foros multilaterais como era a Argentina e a quebra das relações não seria benéfica aos exilados, pelo contrário, faria com que ficassem ainda mais vulneráveis e também às pessoas que buscavam proteção na Embaixada mexicana.

Os anos de 1980 a 1983 são marcados por uma fase de crises, avanços e retrocessos por conta do contexto nacional de ambos os países (dificuldades econômicas, políticas e sociais). Nesse período, os diplomatas tentaram avançar nas relações diplomáticas, mas de maneira tímida. Em 1980, o momento era outro, haja vista a concessão do salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora no fim de 1979, mas ainda com a permanência de seu filho e de Abal Medina na Embaixada mexicana. A Junta Militar manteve os seus esforços de defender a imagem internacional e os seus próprios interesses nacionais da Argentina e, para isso, tentou neutralizar os impactos negativos das críticas internacionais, garantir o apoio do México na pauta de direitos humanos em fóruns multilaterais quando esse país dava intenções de ser mais cauteloso e querer evitar outros problemas diplomáticos com a Argentina.

Contudo, a imprensa mexicana teve um importante papel de denúncia e divulgação dos resultados do informe da CIDH e, em paralelo, Jorge Castañeda comentava aos jornais que as relações com a Argentina não estavam no seu melhor momento por conta da não concessão dos salvo-condutos ao filho do ex-presidente Cámpora e à Abal Medina. O México também não acatou as demandas da ditadura em limitar a atuação política dos exilados por defender o seu direito à liberdade de expressão no país. Esse aspecto é interessante, pois esse direito caminhava em paralelo às diretrizes do artigo 33 da constituinte mexicana que limitava a atuação dos estrangeiros em questões domésticas, além de ser controverso, visto que os representantes diplomáticos defendiam o controle das ações dos exilados no México para estreitar as relações com a Argentina, ao passo que a SRE era contrária a esse tipo de limitação.

Em 1981, as solicitações de apoio mútuo para cargos em OIs continuaram. Logo, vê-se que tanto para a Argentina quanto para o México era importante ter uma postura moderada na pauta de direitos humanos em espaços multilaterais com outros países, ainda mais porque o

México também tinha começado a sofrer um processo de crítica mais contundente no âmbito nacional e internacional sobre o seu quadro de direitos humanos, como na CIDH (OEA) e na CDHNU (ONU). Em certos momentos, o México também demonstrou o seu baixo interesse em dialogar com a Argentina, como exemplo a reclamação da Junta Militar pelo país não ter sido convidado por López Portillo a participar de iniciativas e eventos regionais que o seu governo sediava em assuntos de comércio e integração regional, importantes para a diplomacia argentina.

Nesse ano, foi registrada uma queda nos acordos e eventos culturais e científicos, aspectos que as memórias do MREyC não discutem em profundidade. As relações diplomáticas estavam estagnadas e existia uma falsa ilusão de que o salvo-conduto ao ex-presidente Cámpora era um símbolo de melhoria entre a Argentina e o México. Existiram esforços de manter as negociações na área comercial, com particular atenção à CEPAL e à ALADI. Entretanto, o peso do apoio mútuo entre os países nas OIs parecia perder fôlego, ao passo que a ditadura persistia em criticar as ações da CDHNU e, em paralelo, a OEA mantinha as críticas sobre as violações de direitos humanos na Argentina.

Os anos de 1982 e 1983 marcam a queda acelerada dos militares no poder. No contexto da Guerra das Malvinas, persistia a dificuldade em avançar em outras negociações porque Abal Medina ainda estava asilado na Embaixada mexicana, até maio de 1982, quando foi ao México após a concessão do salvo-conduto pela ditadura. Mesmo assim, isso não foi um impeditivo para o México apoiar o direito da Argentina sobre as ilhas Malvinas, seja em declarações públicas à imprensa mexicana ou em discussões na ONU. Isso também partia do princípio de que o México tomou uma posição mais latino-americanista em defesa da região, mas com um distanciamento seguro para não se comprometer ao ponto de prejudicar as suas relações com outros parceiros econômicos importantes.

O período também é marcado pela crise do petróleo e de restrições financeiras no México, as quais impactaram negativamente o comércio do país com o mundo (Aguilar Camín; Meyer, 2000). Logo, observou-se uma distensão das relações dadas as enormes dificuldades que ambos os países passavam e precisavam estabelecer graus mínimos de apoio ou, ao menos, de não conflito. Em 1983, não foram encontrados telegramas e demais documentos de importância das relações diplomáticas Argentina-México (também não há memórias do MREyC desse ano). Supõe-se que isso se deve ao grande desgaste que a ditadura se encontrava, as novas prioridades dos militares em outros ministérios e os preparativos para a retomada da democracia.

Portanto, a hipótese inicial de que as denúncias dos exilados argentinos e a sua presença em território mexicano inseriram o país na rede transnacional contra a ditadura civil-militar argentina e fortaleceram as diversas pressões e demandas de distintos atores estatais e não estatais mexicanos se sustenta pelas atividades desses exilados e pela proteção e apoio concedidos a eles pelo Estado mexicano, tanto antes quanto durante a ditadura. O México decidiu proteger os exilados argentinos e enfrentar a Junta Militar, recusando-se a acatar as suas demandas que visavam cercear e silenciar as ações dos exilados.

Ao fazer essa escolha, o México precisou equilibrar diversas pressões. Responder às demandas das esquerdas mexicanas, lidar com as pressões domésticas e externas (a crise do petróleo, o governo pró-direitos humanos de Carter e os congressistas mexicanos) e estar sob o escrutínio internacional sobre o seu próprio quadro de direitos humanos, ao mesmo tempo que tentava se projetar como um país líder da América Latina no mundo. Sobre os salvo-condutos, havia dois discursos por parte do México: um mais crítico e incisivo contra a resistência da Argentina em concedê-los, ilustrado em jornais mexicanos, e outro mais parcimonioso, presente nos telegramas entre os países.

Essa confluência de pressões tornou difícil às lideranças argentina e mexicana avançarem nas relações diplomáticas Argentina-México em questões que ultrapassassem os direitos humanos e a situação dos exilados e asilados, o que demonstra a relevância das variáveis domésticas e internacionais em suas políticas externas. Se as relações diplomáticas entre os países eram publicamente caracterizadas como “confusas” ou “congeladas” por conta da questão dos asilados, nos bastidores da diplomacia argentina e mexicana, os procedimentos tomados iam no sentido de contornar a questão de direitos humanos para dar espaço a assuntos de maior interesse nacional, ora no âmbito doméstico, ora em foros multilaterais nos quais a Argentina e o México se encontravam e queriam obter maior protagonismo e autoridade na tomada de decisão. Isso condiz com o estudo de Franco (2018) que pontua o cuidado na leitura dos lugares e dos alcances que termos como direitos humanos, violência estatal, desaparecimento forçado e outros possuíam na época, com uma relevância muito menor naquele período em comparação com a atualidade na agenda pública.

Consequentemente, as relações diplomáticas Argentina-México foram significativamente impactadas, com dificuldades para avançar em outros temas devido à urgência da agenda de direitos humanos em ascensão no mundo e à presença física dos exilados argentinos no México e dos asilados na Embaixada mexicana. A política de proteção do México, embora crucial, apresentou limites burocráticos e justificativas genéricas para negar as

solicitações de asilo, refletidas na imposição de restrições constitucionais às liberdades de mobilização política e de habitação dos exilados (residir fora da capital federal, por exemplo).

Logo, observa-se como distintas variáveis (com destaque para os exilados) influíram na construção e manutenção das relações diplomáticas Argentina-México, embora tenha existido vontade política para superar os direitos humanos e avançar em outros temas de interesse que eram mais importantes aos tomadores de decisão desses países, mesmo que não deixassem tais intenções explícitas na arena pública. Contudo, foram fracassadas as tentativas de contornar a pauta dos direitos humanos, a qual esteve presente em todos os momentos e processos de negociação desses países, mesmo que tentassem ignorá-la.

Uma série de arquivos e vertentes de pesquisa não foram analisados e discutidos nesta tese, mas que valem esforços em futuras investigações na temática das relações diplomáticas Argentina-México e dos exílios de argentinos. Uma das fontes arquivísticas é o *Archivo General de la Nación* (AGN) no México que, infelizmente, não pôde ser visitado por complicações na obtenção de visto migratório ao país quando o pesquisador estava na fase de sua pesquisa de campo.[203] Esse arquivo possui fontes que merecem ser exploradas, com ênfase nas ações de vigilância e inteligência do governo mexicano sobre as atividades dos exilados argentinos, como a Operação México e demais atuações dos grupos armados Montoneros e PRT-ERP no exterior.

Há espaço para mais pesquisas sobre o congresso mexicano, para entender quais eram as pautas discutidas no período e como a questão das relações diplomáticas Argentina-México era abordada entre os congressistas. A atuação do Ministério da Economia (e do Interior) na política externa da ditadura também é um terreno frutífero para pesquisas, embora quando o pesquisador realizou a sua pesquisa de campo no AMRECIC, em Buenos Aires, os funcionários do órgão disseram não existir documentação sobre o tema.

Não menos relevante, as questões concernentes às entrevistas demonstraram a importância de recortes de idade, de classe, de raça e de gênero no exílio, e expõem a necessidade desses aspectos serem aprofundados para enriquecer a complexidade das atividades de solidariedade, acolhida e resistência nos exílios. E, nesse sentido, outros grupos e

[203] Em 2022, cidadãos brasileiros enfrentaram diversas dificuldades burocráticas e tecnológicas para a obtenção da autorização eletrônica para ingressar ao México, que passou a ser exigida dadas as pressões dos EUA por conta do alto número de migrantes oriundos das Américas do Sul e Central. Muitos brasileiros que decidiram viajar ao México na qualidade de turistas perderam os seus bilhetes aéreos e foram barrados no aeroporto Benito Juárez, na Cidade do México. Um dos casos emblemáticos foi durante a 9ª Conferência Latino-americana e Caribenha de Ciências Sociais (CLACSO), na UNAM, na capital federal. Os viajantes brasileiros que tentaram participar da conferência relataram o processo intimidatório e constrangedor das autoridades migratórias mexicanas e, depois, foram deportados do México (ANDES-SN, 2022). Hoje, desde o dia 18 de agosto de 2022, cidadãos brasileiros precisam de um visto impresso no passaporte para entrar no México.

coletividades na Cidade do México e fora dela merecem investigação documental e testemunhal. Cabe também investigar em maior profundidade os contatos que os exilados argentinos tinham com ONGs internacionais, como a Anistia Internacional no México, por exemplo.

Ao investigar as complexas interações entre os exílios de argentinos no México, esta tese possibilita uma nova visão sobre as relações diplomáticas Argentina-México no contexto da última ditadura civil-militar argentina (1974-1983). A pesquisa deslocou o foco conservador de atenção nos atores estatais clássicos das RI (diplomatas e militares), para colocar no centro da discussão o papel de atores não estatais na área da diplomacia.

Esses atores não estatais, na figura dos exilados, foram compreendidos não mais como de menor grau de importância ou absolutamente desconsiderados da diplomacia, mas fundamentais e estruturantes no processo de tomada de decisão e implementação das ações de política externa nas relações diplomáticas bilaterais e multilaterais entre a Argentina e o México. A abordagem metodológica empregada possibilitou visualizar os distintos eventos da história da política externa desses países nas décadas de 1970 e 1980, nos quais os exilados estiveram presentes e fizeram diferença nessas relações. A pesquisa, portanto, demonstrou que os exilados argentinos no México – envolvidos em uma rede transnacional de denúncia, acolhida e residência contra a ditadura – moldaram a percepção internacional sobre a ditadura argentina, influenciaram a política externa desses países (em âmbito bilateral e multilateral) e, também, a formulação da opinião pública (especialmente dos meios de comunicação).

A triangulação de fontes históricas (escritas e orais), compostas por documentação das burocracias estatais de relações exteriores da Argentina e do México, bem como as entrevistas com exiladas e exilados no México, possibilitaram o confronto de perspectivas e de memórias de atores estatais e não estatais que participaram dos processos históricos. A História Oral e a análise de arquivos históricos foram métodos diferenciais da pesquisa em relação a outras investigações em RI, no esforço de chamar a atenção para que as pesquisas na área se envolvam diretamente com os sujeitos (e as suas memórias) dos processos políticos e históricos em estudo. A partir da oralidade, esta tese retirou das margens vozes historicamente excluídas dos processos históricos e da maneira pela qual se estudam as relações internacionais do Cone Sul para ir além de atos, declarações, narrativas e memórias oficiais estatais.

As experiências pessoais dos testemunhos de mulheres e homens, de distintas origens sociais e políticas dos exílios, suscitaram o exercício de repensar a disciplina de História das Relações Internacionais desde os atores não estatais que, em escala transnacional, deslocaram recursos materiais, políticos e simbólicos em vistas a um objetivo comum de derrubar a ditadura

e inviabilizar quaisquer negociações com outros países que a fortalecessem. A análise documental nos arquivos diplomáticos da Argentina e do México, em contraste com as entrevistas realizadas, permitiu a construção de um quadro mais complexo das relações diplomáticas Argentina-México. Ou seja, as interações entre os dois países, especialmente nos bastidores de suas diplomacias, não permitem caracterizar o México como um país defensor dos direitos humanos desinteressado na arena internacional, ou da Argentina enquanto país ingênuo e ignorante sobre a realidade mexicana dos desaparecimentos, assassinatos e detenções arbitrárias e que poderia utilizar isso como uma vantagem para a ditadura.

Pelo contrário, esta pesquisa demonstrou que, embora os interesses da Argentina e do México, representados por seus tomadores de decisão, mostrassem discordâncias na forma de pensar e agir na política externa de seus países, havia uma vontade de avançar em suas relações diplomáticas. Mesmo que as pautas de direitos humanos e de asilo dificultassem esse processo, existiam interesses compartilhados nas áreas econômica, política, comercial, energética, científica e tecnológica, por exemplo. Espera-se que esta tese contribua aos estudos, às leituras e à reescrita da História das Relações Internacionais desde uma compreensão multifacetada dos atores envolvidos, com o uso de distintas fontes históricas e o cuidado no trato com pessoas que, até hoje, convivem com um passado que não passa, com dores e perdas que estão vivas e que anseiam por memória, verdade e justiça.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Borderlands:** towards an anthropology of the cosmopolitan condition. Malden, MA: Polity Press, 2016.

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197-215, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2020.

AGIER, Michel. **The Stranger as My Guest:** A Critical Anthropology of Hospitality. John Wiley & Sons, 2021.

ÁGUILA, Gabriela. **Historia de la última dictadura militar:** Argentina, 1976-1983. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2023.

AGUILAR CAMÍN, H.; MEYER, L. **À Sombra da Revolução Mexicana:** História Mexicana Contemporânea, 1910-1989. São Paulo: EDUSP, 2000. 376p.

ALEN, Luis H. Argentina. **Entre águilas y cóndores.** La coordinación represiva en la dictadura cívico militar de 1976-1983. In: INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN DERECHOS HUMANOS (IPPDH) DEL MERCOSUR, A 40 años del Cóndor, Buenos Aires, v. 40, p. 24-49, 2015. Acesso em: 11 jun. 2024. Disponível em: https://www.ippdh.mercosur.int/publicaciones/a-40-anos-del-condor/.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009, p. 49-86. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 27 jul 2019.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0206, **Cable 718/719/720**. 17 de septiembre de 1980k.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0441, **Cable 1006**. 1 de diciembre de 1980l.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0444, **Cable 1581**. 23 de septiembre de 1982q.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0048, **Expediente 745**. 27 de febrero de 1976a.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0048, **Expediente 965**. 22 de julio de 1976b.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0048, **Memorandum 2884**. 22 de julio de 1976c.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Archivos Desclasificados, AH004805-130. **Expediente 92**. 22 de julio de 1976d.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0119, **Expediente 31832**. 10 de octubre de 1976e.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0119, **Expediente 31381**. 6 de octubre de 1976f.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0002, **Expediente 850**. 14 de marzo de 1977a.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0002, **Expediente 334**. 10 de octubre 1977b.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 203**. 23 de marzo de 1978a.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Selección México (Asilo), AH0116-01, **Nota 221/78**. 20 de abril de 1978b.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 1034**. 17 de mayo de 1978c.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0160, **Expediente 1494/1495**. 21 de junio de 1978d.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0024, **Expediente 550**. 26 de agosto de 1978e.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0017, **Expediente 1131**. 11 de octubre de 1978f.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0006, **Memorandum 1930**. 31 de julio de 1978g.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0163, **Expediente 560**. 31 de agosto de 1978h.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Selección México (Asilo), AH0116-01, **Nota 465**. 11 de septiembre de 1978i.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Selección México (Asilo), AH0116-05, **Nota 170**. 8 de marzo de 1978j.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0024, **Expediente 691/692**. 18 de octubre de 1978k.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0024, **Expediente 684**. 14 de octubre de 1978l.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0024, **Expediente 626**. 22 de septiembre de 1978m.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0049, **Expediente 717**. 30 de octubre de 1978n.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Selección México (Asilo), AH0018-02. **Expediente 687**. 28 de diciembre de 1978o.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 28**. 11 de enero de 1979a.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 24 al 27**. 11 de enero de 1979b.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0007, **Expediente 422**. 1979c.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0007, **Expediente 398**. Agosto de 1979d.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0011. 2 de agosto 1979e.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 93**. 7 de febrero de 1979f.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 108**. 14 de febrero de 1979g.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 357**. 30 de maio de 1979h.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 206**. 27 de marzo de 1979i.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 165**. 5 de marzo de 1979j.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0025, **Expediente 161/65**. 20 de marzo de 1979k.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 350**. 28 de maio 1979l.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Selección México (Asilo), AH0100-15, **Expediente 165**. 5 de marzo de 1979m.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 267**. 18 de abril de 1979n.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 193**. 17 de marzo de 1979o.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 187**. 15 de marzo de 1979p.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 179**. 9 de marzo de 1979q.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 92**. 7 de febrero de 1979r.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0023, **Expediente 91**. 7 de febrero de 1979s.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0983, **Cable 400**. 15 de junio de 1979t.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Selección México (Asilo), AH0100-15, **Expediente 383**. 8 de junio de 1979u.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0025, **Expediente 359**. 28 de junio de 1979v.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0654, **Cable 558/559**. 22 de junio de 1979w.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0654, **Cable 557**. 22 de junio de 1979x.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0654, **Cable 66**. 29 de enero de 1979y.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0654, **Cable 65**. 29 de enero de 1979z.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0596, **Cable 1068**. 28 de noviembre de 1979aa.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0024, **Expediente 570**. 5 de septiembre de 1979bb.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH596, **Cable 892/893/894**. 21 de septiembre de 1979cc.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0596, **Cable 927**. 4 de octubre de 1979dd.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0596, **Cable 928**. 4 de octubre de 1979ee.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0596, **Cable 1043**. 21 de noviembre de 1979ff.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0024, **Expediente 600**. 14 de septiembre de 1979gg.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0012, **Expediente 508**. 19 de septiembre de 1979hh.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0675, **Cable 1947 al 1949**. 11 de septiembre de 1979ii.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0024, **Expediente 587**. 12 de septiembre de 1979jj.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0012, **Expediente 571**. 23 de octubre de 1979kk.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0012, **Expediente 617**. 15 de noviembre de 1979ll.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0012, **Expediente 583**. 1 de noviembre de 1979mm.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Selección México (Asilo), AH0015-01b, **Expediente 768**. 8 de diciembre de 1979nn.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0596, **Cable 1119**. 26 de diciembre de 1979oo.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0596, **Cable 1119**. 26 de diciembre de 1979pp.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Selección México (Asilo), AH0015-01a. **Nota 693**. 12 de diciembre de 1979qq.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Selección México (Asilo), AH0015-01a. **Nota 693**. 12 de diciembre de 1979rr.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0596, **Cable 1100**. 14 de diciembre de 1979ss.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0596, **Cable 1094**. 14 de diciembre de 1979tt.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0596, **Cable 1106**. 19 de diciembre de 1979uu.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0122, **Expediente 247**. 22 de abril de 1980a.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0731, **Cable 333**. 20 de mayo de 1980b.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0731, **Cable 449**. 3 de julio de 1980c.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0731, **Cable 515**. 30 de julio de 1980d.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0731, **Cable 491**. 22 de julio de 1980e.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0731, **Cable 488**. 22 de julio de 1980f.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0013, **Expediente 3605**. 10 de diciembre de 1980g.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0731, **Cable 171**. 21 de marzo de 1980h.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0441, **Cable 34**. 8 de agosto de 1980i.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0206, **Cable 865**. 29 de octubre de 1980j.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0441, **Cable 66**. 18 de diciembre de 1980m.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0441, **Cable 117**. 24 de diciembre de 1980n.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0786, **Cable 730/731**. 3 de diciembre de 1980o.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0441, **Cable 64**. 12 de diciembre de 1980p.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 549**. 7 de septiembre de 1981a.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 27**. 22 de enero de 1981b.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 194**. 6 de abril de 1981c.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 212**. 15 de abril de 1981d.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 259**. 7 de mayo de 1981e.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 270**. 14 de mayo de 1981f.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 250**. 30 de abril de 1981g.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 306/308**. 4 de junio de 1981h.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 319**. 11 de junio de 1981i.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 408**. 22 de julio de 1981j.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 424**. 28 de julio de 1981k.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 488**. 14 de agosto de 1981l.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 531**. 2 de septiembre de 1981m.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0599, **Cable 541**. 4 de septiembre de 1981n.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0306, **Cable 1369**. 21 de octubre de 1981o.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Asuntos Políticos, AH0078, 1981p.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0335, **Cable 34**. 13 de enero de 1982a.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0660, **Cable 329**. 19 de marzo de 1982b.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0660, **Cable 359**. 24 de marzo de 1982c.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0335, **Cable 38**. 4 de maio de 1982d.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0335, **Cable 27**. 14 de abril de 1982e.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0660, **Cable 464**. 6 de abril de 1982f.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0660, **Cable 496**. 12 de abril de 1982g.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0335, **Cable 37**. 4 de maio de 1982h.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0335, **Cable 24**. 25 de marzo de 1982i.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0335, **Cable 37**. 4 de maio de 1982j.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0335, **Cable 24**. 13 de abril de 1982k.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0335, **Cable 32**. 4 de junio de 1982l.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0444, **Cable 1230**. 24 de julio de 1982m.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0444, **Cable 1243**. 27 de julio de 1982n.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0444, **Cable 1258**. 28 de julio de 1982o.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0444, **Cable 1694/95**. 14 de octubre de 1982p.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0444, **Cable 1587**. 24 de septiembre de 1982r.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0444, **Cable 1689**. 14 de octubre de 1982s.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0444, **Cable 1665**. 9 de octubre de 1982t.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0374, **Cable 148**. 26 de febrero de 1982u.

ARCHIVO DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO (AMRECIC), Sección Administrativa, Técnica y Consular, AH0610, **Cable 980**. 30 de octubre de 1982v.

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Servicio Exterior Mexicano, 2 de octubre de 1974a, **Sección Consular de la Embajada de México en la República Argentina.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), 12 de febrero de 1980a, **Memorandum de Conversación.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), 13 de diciembre de 1979c, **Memorandum para Información.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), 14 de diciembre de 1979d, **Memorandum para Información.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), 21 de mayo de 1982b, **Boletín Informativo.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), 23 de febrero de 1978a, **Relaciones México-Argentina.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), 29 de noviembre de 1979b, **Asilos diplomáticos concedidos por nuestra Embajada en Buenos Aires durante el régimen del presidente Echeverría – 1o de diciembre de 1970 – 30 de noviembre de 1976.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), 30 de septiembre de 1974c, **Telegrama para cifrar.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), 2 de enero de 1975a.

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), 1975b.

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), 9 de mayo de 1983a, **Memorandum para información superior.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Alfonso de Rosenb…, 2 de agosto de 1982c, **Telex.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Asuntos Diplomáticos – Departamento de América, Lic. Mariano Lemus Gas, 13 de octubre de 1978e, **Memorandum para Información Superior.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Dirección en Jefe de Asuntos Bilaterales, 12 de junio de 1980f, **Telegrama para cifrar.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Dirección General de América Latina, 16 de mayo de 1980d, **Memorandum sobre Argentina.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Dirección General de América Latina, Memorando Relaciones México-Argentina, 25 de febrero de 1980b, **Sobre el gobierno del General Videla en la Argentina.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Dirección General de Información, 20 de abril de 1976b, **Boletín de Prensa.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Dirección General de Servicios Migratorios, 22 de abril de 1980c, **Telex.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Dirección General del Servicio Diplomático, 1 de noviembre de 1976f, **Telegrama para Cifrar.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Dirección General del Servicio Diplomático, Departamento de América, Embajador Manuel Bartlett Díaz, 30 de junio de 1977a, **Supuesta implicación del exiliado argentino Rodolgo Puigróss (sic) en una organización de apoyo a la subversión argentina.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Dirección General, 2 de julio de 1976c, **Memorandum de Conversación.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Director General, Ignacio Villaseñor,Dirección General de Organismos Regionales, 22 de mayo de 1980e, **Informe de la CIDH sobre los Derechos Humanos en Argentina.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Director General, Luis G. Zorrilla, 15 de septiembre de 1981f, **Sobre la política exterior argentina.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Director General, Luis G. Zorrilla, 5 de marzo de 1981b, **Se remiten directrices referentes al asilo, Dirección General para América Latina y el Caribe.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Director General, Luis G. Zorrilla, Dirección General de América Latina y el Caribe, 1 de julio de 1980g, **Declaraciones del Embajador argentino en México – Asilados Políticos.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Director General, Luis G. Zorrilla, Dirección General para América Latina, 5 de marzo de 1981a, **Autorización internación territorio nacional al Sr. Luis Pablo Córdoba.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Director General, Luis G. Zorrilla, Dirección General para América Latina y el Caribe, 7 de abril de 1981c, **Solicitud de asilo del refugiado político de nacionalidad argentina, señor Francisco Reynaldo Alvero.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Director General, Luis G. Zorrilla, Dirección General para América Latina, 7 de mayo de 1981d, **Petición de asilo político para el Sr. Víctor Porter Holzman.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Director General, Mariano Lemus Gas, Sección General de Asuntos Diplomáticos, Departamento de América, 7 de julio de 1978d, **Telex.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Directora General, Diana Torres Ariceaga, Dirección General de Servicios Migratorios, 16 de julio de 1980h, **Telex.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), El Director en Jefe, Manuel Bartlett Díaz, Dirección General del Servicio Diplomático, Departamento de América, 10 de julio de 1977b, **Telex.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Embajador, Calderón Puig, 19 de diciembre de 1980j, **Telex.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Embajador, González Salazar, Telex, 26 de octubre de 1976e, **Relaciones.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Embajador, Rosenzweig Diaz Jr., 24 de septiembre de 1974b, **Memorandum.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Encargado de la Dirección, Pedro González-Rubio S, Dirección General de América Latina, Subdirector General, 3 de septiembre de 1979a, **Telex.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Encargado de Negocios a. i., De Negri, Telex, 29 de septiembre de 1976d, **Relaciones.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Encargado del Despacho, José S. Gallástegui, Dirección General del Servicio Diplomático, 10 de octubre de 1974e, **Departamento de América.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Encargado del Despacho, Víctor Manuel Rodríguez, Dirección General del Servicio Diplomático, 30 de septiembre de 1974d, **Urgente.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Fernando Gutierrez Barrios, Departamento de Migración, Oficina de Inmigrantes,11 de octubre de 1974f, **Telex.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Franco Todoberto…, 1 de marzo de 1982a, **Asistencia de las Fuerzas Armadas argentinas a El Salvador.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), junio de 1978c, **Relaciones económicas entre México y la República Argentina.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Legajo 121, Expediente 5, 1980i, **Extracto de la intervención del Embajador Rafael de la Colina, Representante Permanente de México ante la O.E.A en la Asamblea que tuvo lugar en noviembre de 1980 en Washington.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Presentación de Credenciales, 29 de diciembre 1983b, **Palabras pronunciadas por el Lic. Ignacio Ovalle Fernandez, Embajador de México en Argentina, durante la reunión con el Secretario de Relaciones Exteiores, Lic. Bernardo Sepúlveda Amor, efectuada los días 3 y 4 de agosto de 1983, en la ciudad de Brasília, Brasil.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Relaciones México-Argentina, 7 de noviembre de 1983c, **Memorandum para Información Superior.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Subdirector General, Ignacio Villaseñor, 26 de marzo de 1976a, **Asilo diplomático concedido por nuestra Embajada en Buenos Aires a 26 nacionales argentinos.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Subsecretario de Relaciones Exteriores, Alfonso de

Rosenzweig-Díaz, Dirección General de América Latina y el Caribe, Legajo 98, Expediente 6, 8 de mayo de 1981e, **Telex.**

ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO–SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (AHD-SRE), Subsecretario, José Juan de Olloqui, 30 de mayo de 1978b, **Memorandum.**

ARGENTINA. Lei nº 20.840, de 28 de setembro de 1974. Estabelece penalidades para as atividades subversivas em todas as suas manifestações. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-20840-73268/texto. Acesso em: 23 maio 2024.

ÁVILA, Rafael; RANGEL, Leandro de Alencar. **A guerra e o direito internacional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

BASUALDO, Guadalupe. **Movilización legal internacional en dictadura:** la visita de la CIDH y la creación del CELS. Instituto de Ciencias Antropológicas, 2019.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/29576. Acesso em: 11 jun. 2024.

BENEDETTI, Mario. **Andaimes.** São Paulo: Mundaréu, 2017.

BERNARDI, Bruno Boti. **O processo de democratização e a política externa mexicana de direitos humanos:** uma análise ao longo de duas décadas (1988-2006). 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08022010-144823/en.php.

BERNARDI, Bruno Boti. **Silence, hindrances and omissions:** the Inter-American Commission on Human Rights and the Brazilian military dictatorship. In: The Inter-American Human Rights System. Routledge, 2020. p. 13-33. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13642987.2017.1299915. Acesso em: 2 maio 2024.

BERNETTI, J. L.; GIARDINELLI, M. **México, el exilio que hemos vivido:** memoria del exilio argentino en México durante la dictadura 1976-1983. Buenos Aires: Octubre, 2014.

BIELOUS, Silvia Dutrénit. Durante el huracán: la búsqueda de un refugio. In: CASTRO, Ana Buriano; BIELOUS, Silvia Dutrénit; ITA, Guadalupe Rodríguez de (Eds.). **Tras la Memoria:** El asilo diplomático en tiempos de la Operación Cóndor. Ciudad de México: Instituto de Cultura de La Ciudad de México-instituto Mora, 2000a. Cap. 1. p. 36-104.

BIELOUS, Silvia Dutrénit. La marca del exilio y la represión en la "segunda generación". **Historia y Grafía**, Distrito Federal, México, v. 41, n. 21, p. 205-241, jul.-dez., 2013. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=58930553008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 1ª ed.

BRINGEL, Breno Marques; MARQUES, Teresa. Sociologia política do exílio: ativismo transnacional, redes militantes e perfis de exilados. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [*s. l.*], v. 9, n. 21, p. 155-180, 2021. Disponível em: https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.599.

CANELO, Paula. **El proceso en su laberinto:** La interna militar de Videla a Bignone. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

CANELO, Paula. Los efectos del poder tripartito: La balcanización del gabinete nacional durante la última dictadura militar argentina. **Prohistoria: historia, políticas de la historia**, n. 17, 2012, p. 129-150. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5843344

CANELO, Paula. Represión, consenso y "diálogo político". El Ministerio del Interior durante la última dictadura militar argentina. **Política**, v. 52, n. 2, 2014, p. 219-241. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/645/64537763007.pdf.

CARR, Barry. **La izquierda mexicana a través del siglo XX.** México D.F.: Ediciones Era, 1996.

CHABAT, Jorge. Condicionantes del activismo de la política exterior mexicana (1960-1985). In: ELIZONDO, Humberto Garza (comp.). **Fundamentos y prioridades de la política exterior de México.** Ciudad de México: El Colegio de México, 1986. p. 89-113.

CHABAT, Jorge. Condicionantes del activismo de la política exterior mexicana (1960-1985). In: ELIZONDO, Humberto Garza (comp.). **Fundamentos y prioridades de la política exterior de México.** Ciudad de México: El Colegio de México, 1986. p. 89-113.

CONFINO, Hernán. **La contraofensiva: El final de Montoneros**. Fondo de Cultura Económica Argentina, 2022.

COSSE, Isabella. "Infidelidades": Moral, revolución y sexualidad en las organizaciones de la izquierda armada en la Argentina de los años 70. Prácticas de Oficio. **Investigación y reflexión en Ciencias Sociales**, n. 19, 2017. Disponível em: http://revistas.ungs.edu.ar/index.php/po/article/download/112/119. Acesso em: 4 dez. 2023.

COVARRUBIAS VELASCO, A. "Los derechos humanos en la política exterior de México: ¿en defensa propia o de los valores liberales?". In: COVARRUBIAS VELASCO, A. (coord.), **Temas de política exterior**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2008. p. 303-332.

DAUER, Gabriel Roberto. **A política de acolhida mexicana aos exilados argentinos:** uma análise da atuação da Embaixada do México em Buenos Aires durante a ditadura civil-militar

argentina (1976-1983). 2019. 170 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/38290. Acesso em: 19 jun. 2024.

D'ANTONIO, Débora. Vigilancia, control social y agencia política del activismo por los derechos humanos ante la llegada de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (Argentina, 1979). **Izquierdas (Santiago)**, Santiago, n. 32, p. 184-202, março 2017. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50492017000100184&lng=es&nrm=iso.

DA SILVA CATELA, Ludmila. "Etnografía de los archivos de la represión en la Argentina". In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (Comps.), **Historia Reciente.** Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Espacios del Saber, 2007. p. 183-220.

DE LA TORRE, Carlos Fernando López. La "Operación México" contra Montoneros. **Huellas de la Historia**, n. 34, ano 3, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/download/28234413/operacion_mexico_pdf.pdf Acesso em: 20 maio 2024.

DE VRIES, L. A.; GUILD, E. Seeking refuge in Europe: spaces of transit and the violence of migration management. **Journal of Ethnic and Migration Studie**s, v. 45, n. 12, p. 2156-2166, 2019. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369183X.2018.1468308?journalCode=cjms20 . Acesso em: 21 jun. 2020.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney G. **Transnational Protest and Global Activism.** Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2005.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012. Disponível em: https://bit.ly/3f0gioj.

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Celso Humberto Delgado, 23 de septiembre de 1974a, **Relaciones México.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), 18 de septiembre de 1980j, **Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), 1981b, **Situación Política Interna.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Director General, Mariano Lemus Gas. Dirección General de Asuntos Diplomáticos, Departamento de América, 25 de septiembre de 1978o, **Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 16 de junio de 1978d, **Análisis de los posibles cursos de acción a seguir en el problema relacionado con los asilados en la Embajada de México en Buenos Aires.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 17 de septiembre de 1978n, **Carta.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 18 de octubre de 1977g, **Informe sobre Argentina.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 21 de junio de 1978f, **Invitación para que miembros de la Misión Interamericana de Derechos Humanos visiten Argentina.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 22 de mayo de 1978b, **Declaraciones del Canciller Montes en la T.V.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 24 de agosto de 1978m, **Relativo con asilados en la residencia de esta Misión Diplomática.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 24 de junio de 1978g, **Discurso del Canciller Montes en la Asamblea General de la O.E.A.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 25 de septiembre de 1978p, **Situación política argentina.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 28 de junio de 1978h, **Entrevista de prensa del General Videla.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 3 de agosto de 1978r, **Memorandum para Información del C. Secretario.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 30 de junio de 1978i, **Declaraciones del Canciller Montes.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, 31 de octubre de 1978q, **Refugiados en Argentina. Solicitud del Alto Comisionado para los Refugiados.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, Relaciones Ext. México, 1 de junio de 1978c, **Traducción de Telegrama Cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Almirante Humberto Uribe Escandón, Secretaría Particular, 16 de junio de 1978e, **Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Calderón Puig, 10 de noviembre de 1980k, **Telex Cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Calderón Puig, 11 de marzo de 1981a, **Relaciones.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Calderón Puig, 12 de agosto de 1981d, **Caso de Juan Manuel Abal Medina – Asilo Político.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Emilio Calderón Puig, 13 de agosto de 1981e, **Comentarios al editorial de 'La Prensa' titulado 'La Política Exterior Argentina'.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Emilio Calderón Puig, 20 de mayo de 1982a, **Traducción de Telegrama Cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Emilio Calderón Puig, 24 de junio de 1981c, **Informe Político Especial.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Emilio Calderón Puig, 25 de enero de 1983a, **Se remite declaración y noticiero de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Emilio Calderón Puig, 31 de enero de 1983b, **Se remiten publicaciones elaboradas por la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos y por la Organización de Madres de Plaza de Mayo.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Emilio Calderón Puig, 5 de julio de 1982b, **Relaciones.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, 10 de abril de 1976c, **Relaciones.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, 11 de enero de 1977a, **Integración Económica Latinoamericana, artículo del Dr. Leopoldo H. Tettamanti.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, 11 de enero de 1977b, **Política exterior argentina.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, 14 de junio de 1976g, **Para su información comunicole hoy entregue siguiente nota a Cancilleria este país.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, 15 de octubre de 1976k, **Se remiten recortes de prensa relacionados con el regreso a este país del Canciller Guzzetti.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, 24 de marzo de 1976a, **Relaciones.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, 29 de marzo de 1976e, **Carta del 15 del actual de nuestro Embajador en Argentina, Sr. Roque González Salazar, acerca de sus impresiones sobre la situación política,**

económica y social de dicho país; direcionado a Alfonso García Robles, Secretario de Relaciones Exteriores.

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, 5 de abril de 1976b, **Informe.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, 5 de junio de 1975b, **Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, Dirección General de Servicio Diplomático, 15 de octubre de 1976j, **Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, Relaciones Ext. México, 29 de marzo de 1976d, **Traducción de Telegrama Cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, González Salazar, Relaciones México, 28 de octubre de
1976l, **Traducción de Telegrama Cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Joaquín Bernal, 23 de abril de 1977e, **Situación política argentina.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, 13 de julio de 1979h, **Conceptos del Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, 15 de agosto de 1979i, **Se envía recorte periodístico.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, 21 de agosto de 1979j, **Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, 23 de agosto de 1979k, **Traducción de Telegrama Cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, 25 de octubre de 1979q, **Carta.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, Jefatura de Telex, 25 de febrero de 1980b, **Unidad de Comunicaciones al Exterior.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, Relaciones México, 15 de octubre de 1979p, **Centro de Comunicaciones Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, Relaciones, 12 de septiembre de 1979m, **Centro de Comunicaciones Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, Relaciones, 26 de septiembre de 1979n, **Centro de Comunicaciones Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, Relaciones, 4 de octubre de
1979o, **Centro de Comunicaciones Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, José Antonio Lara Villarreal, Relaciones, 8 de septiembre de 1979l, **Centro de Comunicaciones Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Embajador, Roque González Salazar, Legajo 105, Expediente 1, 10 de octubre de 1976i, **Telegrama.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Héctor Mendoza y Caamaño, 10 de junio de 1980e, **Memorandum.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Héctor Mendoza y Caamaño, 12 de junio de 1980f, **América Latina.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Héctor Mendoza y Caamaño, 28 de mayo de 1980d, **Asilados políticos, declaraciones del Embajador argentino en México.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Héctor Mendoza y Caamaño, 23 de junio de 1980g, **Se remiten recortes de prensa sobre entrevista del Dr. Cámpora con el Presidente Omar Torrijos.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Héctor Mendoza y Caamaño, 27 de junio de 1980h, **Informe sobre la situación política y económica de la Argentina.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Héctor Mendoza y Caamaño, 2 de julio de 1980i, **Envío de recortes de prensa con declaraciones del C. Jorge Castañeda, Secretario de Relaciones Exteriores.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Hector Mendoza y Caamaño, 8 de abril de 1980c, **Relaciones bilaterales con Argentina. Sugerencias para una estrategia política.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Héctor Mendoza y Caamaño, Relaciones, 23 de febrero de 1980a, **Centro de Comunicaciones Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Raúl Lópezlira Castro, 26 de enero de 1977c, **Publicaciones clandestinas.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Rául Lópezlira, 12 de febrero de 1977d, **Negose al Dr. Cámpora el pago de su pensión vitalícia.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Raúl Lópezlira, 21 de enero de 1977c, **Salida del país del Embajador González Salazar. Situación de los asilados en la Embajada.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Raúl Lópezlira, 28 de septiembre de 1977f, **Opción para salir del país a detenidos políticos.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Roberto de Negri; 4 de abril de 1975a, **Informe político.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, 3 de abril de 1978a, **Situación de refugiados en Argentina.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, 5 de julio de 1978j, **Situación Política Internacional.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, 1 de agosto de 1978k, **Traducción de Telegrama Cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, 7 de agosto de 1978l, **Traducción de Telegrama Cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, 12 de marzo de 1979a, **Declaraciones del Canciller Pastor a su salida para Caracas.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, 20 de abril de 1979b, **Traducción de Telegrama Cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, Legajo 105, Expediente 1, 23 de abril de 1979c, **Telegrama cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, 27 de abril de 1979d, **Traducción de Telegrama Cifrado.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, 9 de mayo de 1979e, **Declaraciones del Ministro del Interior de este país.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, Secretaria Particular, 9 de mayo de 1979f, **Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, 1 de junio de 1979g, **Entrevista del Canciller de Argentina con periodistas de La Prensa de este país.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Encargado de Negocios a. i., Silvia González Giammattei, 14 de mayo de 1979s, **Declaraciones del Canciller Carlos Washington Pastor.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Legajo 97, Expediente 2, 15 de noviembre de 1979r, **Carta de Maria Georgina Azevedo de Cámpora.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Roque González Salazar, Dirección General del Servicio Diplomático, 28 de mayo de 1976f, **Telex.**

EMBAJADA DE MÉXICO EN ARGENTINA (EMBAMEX), Secretaria Particular, Dirección General del Servicio Diplomático, De Negri, 23 de junio de 1976h, **Telex.**

ENTREVISTADA 1. Entrevista 1. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (61 min.).

ENTREVISTADA 10. Entrevista 10. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.)

ENTREVISTADA 16. Entrevista 16. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (320 min.).

ENTREVISTADA 2. Entrevista 2. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.).

ENTREVISTADO 11. Entrevista 11. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (116 min.).

ENTREVISTADO 12. Entrevista 12. [out. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (124 min.).

ENTREVISTADO 13. Entrevista 13. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (237 min.).

ENTREVISTADO 14. Entrevista 14. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (91 min.).

ENTREVISTADO 15. Entrevista 15. [jul. 2020]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. São Paulo, 2020. 1 arquivo .mp4 (50 min.).

ENTREVISTADO 3. Entrevista 3. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (240 min.).

ENTREVISTADO 4. Entrevista 4. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (111 min.).

ENTREVISTADO 5. Entrevista 5. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (156 min.).

ENTREVISTADO 6. Entrevista 6. [jul. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (146 min.).

ENTREVISTADO 7. Entrevista 7. [set. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (126 min.).

ENTREVISTADO 8. Entrevista 8. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (212 min.).

ENTREVISTADO 9. Entrevista 9. [ago. 2022]. Entrevistador: Gabriel Roberto Dauer. Buenos Aires, 2022. 1 arquivo .mp4 (128 min.).

FAIST, Thomas. Diaspora and transnationalism: What kind of dance partners? In: BAUBÖCK, Rainer; FAIST, Thomas (eds.). **Diaspora and Transnationalism:** Concepts, Theories and Methods. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. Cap. 1. p. 9-34.

FAIST, Thomas. Transnational Migration. **The Wiley-blackwell Encyclopedia Of Globalization**, [s.l.], p. 1-4, 29 fev. 2012. John Wiley & Sons, Ltd. Disponível em: https://bit.ly/2SHUIv6. Acesso em: 7 maio 2020.

FERNÁNDEZ BARRIO, Facundo. Diplomacia y represión extraterritorial: la actuación del Servicio Exterior argentino en el 'caso Molfino'. **Avances del CESOR**, v. 14, n. 16, p. 131-148, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S2422-65802017000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 27 maio 2024.

FERNÁNDEZ BARRIO, Facundo. El despliegue transnacional del aparato represivo argentino durante la última dictadura militar: un estado de la cuestión. **Revista Universitaria de Historia Militar (RUHM)**, v. 11, n. 23, 2022. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=22546111&AN=164025036&h=YxLvcNzeRfomjy5c8%2FJfXhhvqpFuviyHeq0d8YkQke%2BzHIKhgNvX2TxVOombd%2FSa8rW61oKCKFvP15ApSJP3YQ%3D%3D&crl=c. Acesso em: 27 maio 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: **Entre-Vistas:** abordagens e uso da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002. Disponível em: https://bit.ly/3d1yufz. Acesso em: 27 abr. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018. Disponível em: https://bit.ly/2Si89li. Acesso em: 27 abr. 2020.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. **International Organization**, v. 52, n. 4, p. 887-917, 1998. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/international-norm-dynamics-and-political-change/0A55ECBCC9E87EA49586E776EED8DB57. Acesso em: 23 maio 2024.

FONDO CARLOS GONZÁLEZ GARTLAND DO ARCHIVO NACIONAL DE LA MEMORIA (ANM). **Caja 19**. 1983.

FONDO CARLOS GONZÁLEZ GARTLAND DO ARCHIVO NACIONAL DE LA MEMORIA (ANM). **Caja 27**. 1981.

FONDO CARLOS GONZÁLEZ GARTLAND DO ARCHIVO NACIONAL DE LA MEMORIA (ANM). **Caja 22**.

FRANCO, Marina. **El exilio:** argentinos en Francia durante la dictadura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2008.

FRANCO, Marina. La “depuración” interna del peronismo como parte del proceso de construcción del terror de Estado en la Argentina de la década del 70. **A Contra corriente**, v. 8, n. 3, 2011, p. 23-54. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/236709. Acesso em: 12 jun. 2024.

FRANCO, Marina; LVOVICH, Daniel. Historia Reciente: apuntes sobre un campo de investigación en expansión. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, n. 47, p. 190-217, 2017.

FRANCO, Marina. **El final del silencio.** Dictadura, sociedad y derechos humanos en la transición (Argentina, 1979-1983), Buenos Aires: FCE, 2018.

FRANCO, Marina. **Un enemigo para la nación:** orden interno, violencia y "subversión", 1973-1976. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2021.

GAGO, María Verónica. **Controversia:** una lengua del exilio. Biblioteca Nacional, 2012.

GATTI, Gabriel. Prolegómeno. Para un concepto científico de desaparición. In: MUGUIRO, Juan; CANO, Íñigo; GATTI, Gabriel (Orgs.). **Desapariciones: Usos locales, circulaciones globales**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes, 2017. p. 13-32.

GLICK SCHILLER, Nina. A global perspective on transnational migration: Theorising migration without methodological nationalism. In: BAUBÖCK, Rainer; FAIST, Thomas (eds.). **Diaspora and Transnationalism:** Concepts, Theories and Methods. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. Cap. 6. p. 109-129.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HEREDIA, B. La relación entre política interna y política exterior: una definición conceptual. El caso de México. In: ELIZONDO, H. G. (Comp.). **Fundamentos y prioridades de la política exterior de México.** Ciudad de México: El Colegio de México, 1986. p. 89-113.

HEREDIA, Mariana; GENÉ, Mariana. Hacia una socio-historia del Gabinete Nacional. Los ministerios de Economía e Interior a través del tiempo (1930-2008). In: V Jornadas de Sociología de la UNLP (La Plata, 10 al 12 de diciembre de 2008). 2008.

HERRERA-LASSO M., Luis. México y La Distensión Internacional En El Período 1976-1982. Balance y Perspectivas. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 24, n. 3 (95), p. 358-369, jan-mar. 1984. Disponível em: http://bit.ly/2KM0KI5. Acesso em: 2 maio 2019. http://www.jstor.org/stable/2601361. Acesso em: 22 jul. 2019.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (IACHR). **Annual Report:** General Situation of Human Rights in the Member States of the OAS and areas in which further steps are needed to give effect to the Human Rights set forth in the American Declaration of the Rights and Duties of Man and The American Convention On Human

Rights**. 10th** regular session. 1981. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/80.81eng/TOC.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (IACHR). **Annual Report.** 44th session. 1978b. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/78eng/toc.htm. Acesso em: 8 out. 2019.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (IACHR). **Annual Report.** 45th session. 1978c. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/78eng/toc.htm. Acesso em: 8 out. 2019.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (IACHR). **Annual Report.** 52nd session. 1980. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/80.81eng/TOC.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (IACHR). **Annual Report. 55th** session. 1982a. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/81.82sp/indice.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (IACHR). **Annual Report.** 56th session. 1982b. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/81.82sp/indice.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (IACHR). **Annual Report.** 43rd session (special). 1978a. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/78eng/toc.htm. Acesso em: 8 out. 2019.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (IACHR). **Annual Report.** Twelfth Regular Session of the General Assembly of the Organization of American States**.** 12th regular session. 1982c. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/80.81eng/TOC.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria.** 2ª Edição. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

JENSEN, Silvina Inés. Los exiliados argentinos bajo la óptica del Estado terrorista (1976-1983). **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Centro de Historia Argentina y Americana, noviembre 2019-abril 2020, vol. 19, n. 2, e102, 2020, p. 1-18. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=arti&d=Jpr11541.

JENSEN, Silvina Inés. **Los exiliados:** la lucha por los derechos humanos durante la dictadura militar. 1ª Ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

JENSEN, Silvina Inés. Represión, prisión política y exilio en la Argentina dictatorial (1976-1983). **Revista de Historia Actual**, v. 14, n. 16-17, 2019a, p. 139-151. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/118305.

JENSEN, Silvina; LASTRA, Soledad. Formas de exilio y prácticas represivas en la Argentina reciente (1974-1985). **Series: Estudios/Investigaciones**, 57, 2016. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/127590. Acesso em: 16 maio 2024.

JENSEN, Silvina. Exilio y legalidad. Agenda para una historia de las luchas jurídico-normativas de los exiliados argentinos durante la última dictadura militar. **História**: Questões & Debates, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 97-122, 14 dez. 2016. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/49736.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders:** advocacy networks in international politics. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1998.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. Transnational advocacy networks in international and regional politics. **International Social Science Journal**, v. 51, n. 159, p. 89-101, 1999.

KECK, Margaret E.; VON BÜLOW, Marisa. Commentary: What Can we Ask of Civil Society?. **Journal of Civil Society**, v. 7, n. 3, p. 283-286, 2011. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17448689.2011.604996. Acesso em: 17 jun. 2024.

KEOHANE, Robert O. The demand for international regimes. In: **International Regimes**.

KHAGRAM, S.; RIKER, J. V.; SIKKINK, K. From Santiago to Seattle: Transnational Advocacy Groups Restructuring World Politics. In: KHAGRAM, Sanjeev; RIKER, James V.; SIKKINK, Kathryn (eds.). **Restructuring World Politics:** Transnational Social Movements, Networks, and Norms. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002. Cap. 1, p. 3-23.

KHAGRAM, Sanjeev; LEVITT, Peggy. Constructing transnational studies. In: PRIES, Ludger (ed.). **Rething Transnalitonalism.** The Meso-link of organisations. New York: Routledge, 2008. Cap. 2. p. 21-39.

KRASNER, Stephen D. (Ed.). Ithaca: Cornell University Press, 1983. 372p. p. 141-171.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. In: **International Regimes**. KRASNER, Stephen D. (Ed.). Ithaca: Cornell University Press, 1983. 372p. p. 1-21.

LABORATORIO ELECTORAL. Violencia. Disponível em: https://laboratorioelectoral.mx/violencia. Acesso em: 4 jun. 2024.

LAWSON, George. The eternal divide? History and international relations. **European Journal of International Relations**, v. 18, n. 2, p. 203-226, 2012. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1354066110373561.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LESSA, Francesca; BALARDINI, Lorena. No Safe Haven: Operation Condor and Transnational Repression in South America. **International Studies Quarterly**, v. 68, n. 2, p. 1-14, 2024. Disponível em: https://academic.oup.com/isq/article/68/2/sqae035/7637878. Acesso em: 15 maio 2024.

LESSA, Francesca. **The Condor Trials**: Transnational Repression and Human Rights in South America. Yale University Press, 2022.

LISIŃSKA, M. **Argentine Foreign Policy during the Military Dictatorship, 1976–1983:** Between a Nationalist and Pragmatic Approach. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. 197p.

LLORET, R. Represión, derechos humanos y política exterior: El rol de los diplomáticos argentinos en el Comité de Derechos Humanos de la ONU (1976-1983). **Papeles de Trabajo**, v. 10, n. 17, p. 126-146, 2016. Disponível em: https://goo.gl/2N5hY1.

LLORET, Rodrigo. **Política internacional y derechos humanos:** el frente externo de la última dictadura y el rol de la diplomacia argentina ante las denuncias que se realizaban en el exterior contra la Junta Militar (1976-1983). Tesis de Doctorado. 2019. FLACSO. Sede Académica Argentina, Buenos Aires. Disponível em: https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/16439.

LVOVICH, Daniel. La violencia dictatorial y la violencia estatal de largo plazo en el Cono Sur de América Latina: entre lo excepcional y lo habitual. **História: Questões & Debates**, v. 68, n. 1, 2020, p. 85-108. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/69044/40068. Acesso em: 11 jun. 2024.

LVOVICH, Daniel. El mito de la moderación de Videla: extensión social y funciones de una creencia compartida. **Contemporánea**, v. 12, n. 1, 2020, p. 164-173. Disponível em: https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/cont/article/view/754. Acesso em: 11 jun. 2024.

MACÍAS, Daniel Vega. Tendencias y políticas migratorias recientes sobre refugio en México. **Odisea. Revista de Estudios Migratorios**, n. 4, p. 202-227, 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6161242.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O Exílio e as Transformações de Repertórios de Ação Coletiva: A Esquerda Brasileira no Chile e na França (1968-1978). **Dados**, [*s. l.*], v. 60, n. 1, p. 239-279, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/kvtcq7Cs8bG5cDQ47HxNX9c/?format=pdf&lang=pt.

McSHERRY, J. Patrice. **Predatory states:** Operation Condor and covert war in Latin America. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2005.

MENDOZA Y CAAMAÑO, Héctor. **Chile: surgimiento y ocaso de una utopía, 1970-1973:** testimonio de un diplomático mexicano. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Acervo Histórico Diplomático, 2004.

MÉXICO. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos.** 2017. Disponible en: https://www.dof.gob.mx/constitucion/marzo_2014_constitucion.pdf.

MÍGUEZ, M. C.; MORGENFELD, L. Política exterior y movimiento social: análisis de grandes manifestaciones frente a destacados visitantes extranjeros en la Argentina (1963-1983), **Trabajos y Comunicaciones**, v. 1, n. 45, p. 1-25. UNLP, 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5913767. Acesso em: 4 jun. 2024.

MINISTERIO DE DEFENSA (MINDEF). Actas de la Dictadura: documentos de la Junta Militar encontrados en el Edificio Cóndor. **Tomo 4: actas 124 a 212, 19 de diciembre de 1979 – 2 de febrero de 1982.** Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2014. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/actas_tomo3.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO (MRECIC). **Memorias del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.** Buenos Aires: MREyC, 1976.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO (MRECIC). **Memorias del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.** Buenos Aires: MREyC, 1977.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO (MRECIC). **Memorias del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.** Buenos Aires: MREyC, 1978.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO (MRECIC). **Memorias del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.** Buenos Aires: MREyC, 1979.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO (MRECIC). **Memorias del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.** Buenos Aires: MREyC, 1980.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO (MRECIC). **Memorias del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.** Buenos Aires: MREyC, 1981.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO (MRECIC). **Memorias del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.** Buenos Aires: MREyC, 1982.

MONETA, Carlos Juan. La política exterior del peronismo: 1973-1976. **Foro Internacional**, v. 20, n. 2, p. 220-276, 1979. Disponível em: https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/download/823/813.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 53-65.

NOVARO, Marcos; AVENBURG, Alejandro. La CIDH en Argentina: Entre la democratización y los Derechos Humanos. **Desarrollo Económico**, v. 49, n. 193, p. 61-90, 2009.

NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. Transnational Relations and World Politics: An Introduction. **International Organization,** Wisconsin, v. 3, n. 25, p. 329-349, 1971. Disponível em: https://bit.ly/2zv7F1R. Acesso em: 10 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Comission on Human Rights**. Question of the Human Rights of all Persons subjected to any form of detention or

imprisonment. Thirty-fith session. Geneva, 9 March 1979. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/6750?ln=en. Acesso em: 27 abril 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Comission on Human Rights.** Question of the Human Rights of all Persons Subjected to any form of detention or imprisonment, in particular: (b) question of missing and disappeared persons. Geneva, 26 Jan. 1981. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/35515?ln=en. Acesso em: 27 abril 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Comission on Human Rights.** Question of the Human Rights of all Persons Subjected to any form of detention or imprisonment, in particular: questions of missing and disappeared persons. Report of the Working Group on Enforced or Involuntary Disappearances. Geneva, 31 Dec. 1981. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/29896?ln=en&v=pdf. Acesso em: 27 abril 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Situation of human rights in Argentina: Note by the Secretary-General**. New York, 18 mar. 1977. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/560396?ln=en&v=pdf. Acesso em: 27 abril 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Subcommission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities**. Resolution 2 C (XXIX). New York, 19 Feb. 1976. 26 de janeiro de 1978. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/556452?ln=em. Acesso em: 27 abril 2024.

OSUNA, María Florencia. Católicos y Tecnócratas. Diagnósticos, políticas y discusiones en torno a la previsión social durante la última dictadura. **Páginas**, v. 4, n. 6, Rosario, p. 101-121, 2012. Disponível em: https://rephip.unr.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/2133/15780/96-96-1-PB.pdf?sequence=2&isAllowed=y.

OSUNA, María Florencia. El Ministerio de Bienestar Social entre el onganiato y la última dictadura (1966-1983): análisis de la estrategia de intervención social del Estado en la historia argentina reciente. **Estudios Sociales del Estado**, v. 3, n. 6, p. 41-65, 2017. Disponível em: https://rephip.unr.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/2133/16566/Osuna.pdf?sequence=3.

PÁDROS, Enrique Serra. SLATMAN, Melisa. Brasil y Argentina: modelos represivos y redes de coordinación durante el último ciclo de dictaduras del Cono Sur. Estudio en clave comparativa y transnacional. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, Soledad (Eds). **Exilios: militancia y represión. Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina en los años setenta. La Plata: EDULP**, 2014. Disponível em: https://libros.unlp.edu.ar/index.php/unlp/catalog/book/1377. Acesso em: 14 jun. 2024.

PALLISTER-WILKINS, P. Walking, Not Flowing: The Migrant Caravan and the Geoinfrastructuring of Unequal Mobility. **Society+Space**, Montreal, 2019. Disponível em: http://societyandspace.org/2019/02/21/walking-not-flowing-the-migrant-caravan-and-the-geoinfrastructuring-of- unequal-mobility/. Acesso em: 4 jun. 2020.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo:** a Argentina e a busca de identidade internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista brasileira de política internacional**, v. 52, p. 43-62, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/PCPzqC94LnT5dzXCg974zXQ/?lang=pt. Acesso em: 15 maio 2024.

PHILIP, G. **The presidency in Mexican politics.** New York: Palgrave Macmillan, 1992.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o "Mercosul" do terror. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 28, n. 1, p. 167-182, 2002. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/23793. Acesso em: 11 jun. 2024.

QUADRAT, Samantha Viz. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. In: **IV Jornada de Historia Reciente**, Universidad Nacional de Rosário, Argentina, maio de 2008. Disponível em: https://unbral.nuvem.ufrgs.br/bd/items/show/919. Acesso em: 11 jun. 2024.

QUIROGA, Hugo. El tiempo del "Proceso". In: SURIANO, Juan (Dir.). **Dictadura y democracia:** 1976-2001. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. 560p.

RISLER, Julia. **La acción psicológica.** Dictadura, inteligencia y gobierno de las emociones 1955-1981. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

RISSE, T.; SIKKINK, K. The socialization of international human rights norms into domestic practices: introduction. In: RISSE, T.; SIKKINK, K. (Org.). **The power of human rights:** international norms and domestic change. NY: Cambrige University Press, 1999. p. 1-38.

RISSE, Thomas. Transnational Actors and World Politics. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. (ed.). **Handbook of International Relations.** London: Sage Publications, 2013. p. 426-452. Disponível em: https://goo.gl/Ev5oqr. Acesso em: 7 out. 2016.

RODRÍGUEZ CHÁVEZ, Ernesto. Asilo, refugio y otras formas de protección humanitaria en el México del siglo XXI. In: SOMOHANO, Katya; YANKELEVICH, Pablo (comps.). **El refugio en México:** entre la historia y los desafíos contemporáneos. COMAR-SEGOB: México, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio:** entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROMERO, Fernando Leon. Las guerrillas argentinas en su exilio mexicano y sus vínculos locales. **Sudamérica:** Revista de Ciencias Sociales, n. 17, p. 306-331, 2022. Disponível em:

http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/download/5924/6593. Acesso em: 30 abr. 2024.

ROMERO, Luis Alberto. **A history of Argentina in the twentieth century.** Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.

RORIZ, João. Os donos do silêncio: a política externa do regime militar brasileiro e a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, p. 103-136, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/v9wN6Ndt8RvF8kTyCkf7KxH/. Acesso em: 2 maio 2024.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe:** a história, o presente, o contemporâneo. Editora FGV, 2016.

RUSSELL, R.; TOKATLIAN, J. G. Grand strategy. In: DOMINGUEZ, J. I.; COVARRUBIAS, A. (Eds.). **Routledge handbook of Latin America in the world.** Nova Iorque; Londres: Routledge Taylor & Francis Group, 2015.

RUSSELL, Roberto. Argentina y la política exterior del régimen autoritario (1976-1983): una evaluación preliminar. **Estudios Internacionales**, Ano 17, n. 66 (Abril-Junho), p. 170-201, 1984. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/41391134. Acesso em: 10 ago. 2018.

SALTALAMACCHIA ZICCARDI, N.; COVARRUBIAS VELASCO, A. La trayectoria de los derechos humanos en la política exterior de México (1945-2006). In: SALTALAMACCHIA ZICCARDI, N.; COVARRUBIAS VELASCO, A. (coords.). **Derechos humanos en política exterior:** seis casos latinoamericanos. p. 161-210. México: Editorial Miguel Angel Porrua, 2011.

SALTALAMACCHIA ZICCARDI, Natalia. 1968 y los derechos humanos en México. **Foreign Affairs Latinoamérica**, México, v. 9, n. 1, p. 133-142, 2009. Disponível em: http://bit.ly/2OvdCWL. Acesso em: 24 jan. 2019.

SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHAPIRA, Yoram. La política exterior de México bajo el régimen de Echeverría: retrospectiva. **Foro Internacional**, v. 19, n. 1, 1978, p. 62-91. Disponível em: http://bit.ly/30WmSV9. Acesso em: 30 abr. 2019.

SHELLER, Mimi. Theorising mobility justice. **Tempo soc.**, v.30, n. 2, p. 17-34, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702018000200017&script=sci_arttext. Acesso em: 21 jun. 2020.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). Docentes são barrados ao chegar no México para participar da CLACSO, 9 de junho de 2022. Disponível em: https://repositorio.andes.org.br/conteudos/noticia/docentes-sao-barrados-ao-chegar-no-mexico-para-participar-da-clacso1/page:9/sort:Conteudo.created/direction:desc Acesso em: 5 jun. 2024.

SIKKINK, Kathryn. Human Rights, Principled Issue-Networks, and Sovereignty in Latin America. **International Organization**, v. 47, n. 3, 1993, p. 411-441. Disponível em: http://bit.ly/2Od0qFC. Acesso em: 29 jul. 2024.

SIKKINK, Kathryn. La dimensión transnacional de los movimientos sociales. In: JELIN, Elizabeth (comp.). **Más allá de la nación:** las escalas múltiples de los movimientos sociales. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003. p. 301-335.

SIKKINK, Kathryn. Patterns of Dynamic Multilevel Governance and the Insider-Outsider Coalition. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (eds.). **Transnational Protest and Global Activism.** Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2005. Cap. 7. p. 151-173.

SIMONOFF, Alejandro. **Apuntes sobre las políticas exteriores argentinas. Los giros copernicanos y sus tendencias profundas**. Universidad de La Plata, Instituto de Relaciones Internacionales, serie Libros, Nº 3, 1999, p. 51-75. Disponível em: https://iri.edu.ar/publicaciones_iri/IRI COMPLETO - Publicaciones-V05/Publicaciones/Libr03.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

SIMONOFF, Alejandro. La política exterior argentina durante la guerra fría: Interpretaciones y debates. In: Infesta, María Elena (coord). **El centenario de los estudios históricos en La Plata.** La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2010. Disponível em: http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.722/ev.722.pdf.

SLATMAN, Melisa. Un ejercicio cuantitativo y cualitativo sobre la desaparición y ejecución extraterritorial de ciudadanos argentinos en el Cono Sur. **Historia, voces y memoria**, n. 1, p. 149-179, 2009. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, UBA. Disponível em: https://www.academia.edu/8441520/Un_ejercicio_cuantitativo_y_cualitativo_sobre_la_desaparici%C3%B3n_y_ejecuci%C3%B3n_extraterritorial_de_ciudadanos_argentinos_en_el_Cono_Sur. Acesso em: 27 maio 2024.

SLATMAN, Melisa. Para un balance necesario: la relación entre la emergencia de la Junta de Coordinación Revolucionaria y el Operativo Cóndor: Cono Sur, 1974-1978. **Testimonios**, ano 2, n. 2, p. 79–100, 2011. Disponível em: https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/31574. Acesso em: 11 jun. 2024.

SLATMAN, Melisa. Actividades extraterritoriales represivas de la Armada Argentina durante la última dictadura civil-militar de Seguridad Nacional (1976-1983). **Aletheia**, v. 3, n. 5, a11, p. 1-19, 2012a. Disponível em: https://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/ATHv03n05a11. Acesso em: 11 jun. 2024.

SLATMAN, Melisa. Archivos de la represión y ciclos de producción de conocimiento social sobre las coordinaciones represivas en el Cono Sur. Taller (Segunda Época). **Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina**, v. 1, n. 1, p. 47-66, 2012b. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/196729. Acesso em: 11 jun. 2024.

SMITH, Peter. Mexico since 1946: Dynamics of an authoritarian regime. In: Leslie Bethell (ed.). **Mexico since Independence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. Cap. 6. p. 321-396. Disponível em: http://bit.ly/2wTxt61.

TARROW, Sidney. **Power in movement:** social movements and contentious politics. New York: Cambridge University Press, 2011.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. NY: Cambridge University Press, 2005.

THIES, Cameron G. A pragmatic guide to qualitative historical analysis in the study of international relations. **International Studies Perspectives**, v. 3, n. 4, p. 351-372, 2002. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1528-3577.t01-1-00099?casa_token=AmccV5LUigcAAAAA%3AqREOelMfXnlpyJTiurlM0ce6ONwjuYjaJvOC1gBgZ3fRwHyC0wy08Cn3wkC1JqyfY0bkyHqNH3qKuUtG.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Branch Office for Southern Latin America**, Humberto Uribe Escandon, Regional Representative for Southern Latin America, Kevin J. Lyonette. Buenos Aires, 27 march 1978.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER (OHCHR). Mexico: UN and regional experts call for peace after violent election campaign. 10 jun. 2021. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press-releases/2021/06/mexico-un-and-regional-experts-call-peace-after-violent-election-campaign. Acesso em: 4 jun. 2024.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER (OHCHR). Mexico: Dark landmark of 100,000 disappearances reflects a pattern of impunity - UN experts. 17 maio 2022. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/statements/2022/05/mexico-dark-landmark-100000-disappearances-reflects-pattern-impunity-un-experts. Acesso em: 4 jun. 2024.

VALDES, Ernesto Garzon. El Terrorismo de Estado (El problema de su legitimación e ilegitimidad). **Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)**, n. 65, jul.-set., 1989. Disponível em: https://recyt.fecyt.es/index.php/RevEsPol/article/viewFile/47595/29064. Acesso em: 17 jun. 2024.

VILANOVA, Mercedes. Rememoración y Fuentes Orales. In: CARNOVALE, V; Federico Lorenz; PITTALUGA, Roberto (Eds.). **Historia, memoria y fuentes orales** Buenos Aires: Memoria Abierta, 2006. Cap. 5 P. 72-86.

YANKELEVICH, Pablo. Extranjeros indeseables en México (1911-1940). Una aproximación cuantitativa a la aplicación del artículo 33 constitucional. **Historia mexicana**, p. 693-744, 2004.

YANKELEVICH, Pablo. La Guerra de Malvinas: solidaridad desde México. **Journal of Iberian and Latin American Research**, v. 20, n. 2, p. 198-211, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/13260219.2014.939126. Acesso em: 29 abr. 2024.

YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio.** Argentinos en México (1974-1983). México: El Colegio de México, 2009.

YANKELEVICH, Pablo. Waves of Exile: The Reception of Émigrés in Mexico, 1920-1980. In: PRIES, L.; YANKELEVICH, P. (eds.). **European & Latin American Social Scientists as Refugees, Émigrés & Return-Migrants.** Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 151-179.

YOUNG, Oran R. Regime dynamics: the rise and fall of international regimes. In: **International Regimes**. KRASNER, Stephen D. (Ed.). Ithaca: Cornell University Press, 1983. 372p. p. 93-113.

ZIDANE, Z; GONZÁLEZ, URESTI, L. México frente a la Guerra de las Malvinas. Una aproximación retrospectiva. **Relaciones Internacionales**, v. 31, n. 62, p. 143-168, 2022. Disponível em: https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/139810/Revista_completa.pdf?sequence=1#page=153. Acesso em: 30 abr. 2024.

APÊNDICE A – CORPO DIPLOMÁTICO DAS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DA ARGENTINA E DO MÉXICO ENTRE 1976 E 1983

Argentina		**México**		
Ministro do MREyC	***Embaixador no México***	***Secretário da SRE***	***Embaixador na Argentina***	***Encarregado de Negócios***
César Augusto Guzzetti (Março 1976 – Maio 1977)	Carlos Enrique Gómez Centurión	Alfonso García Robles (Dezembro 1975 – Novembro 1976)	Roque Antonio González Salazar (1976 – 1977)	Roberto De Negri (1975-1976)
Oscar Antonio Montes (Maio 1977 – Novembro 1978)		Santiago Roel García (Dezembro 1976 – Maio 1978)	José Joaquín Bernal y García Pimentel (1977)	Raúl Lópezlira (1977)
Carlos Washington Pastor (Novembro 1978 – Março 1981)		Jorge Castañeda y Álvarez de la Rosa (Maio 1978 – Novembro 1982)	Humberto Uribe Escandón (1977 – 1979)	Silvia González Giammattei (1978)
Oscar Camillón (Março – Dezembro 1981)		Bernardo Sepúlveda Amor (Dezembro 1982 – Novembro 1988)	José Antonio Lara Villarreal (1979 – 1980)	Héctor Mendoza y Caamaño (1980)
Nicanor Costa Méndez (Dezembro 1981 – Junho 1982)			Emilio Calderón Puig (1980 – 1983)	
Juan Ramón Aguirre Lanari (Julho 1982 – Dezembro 1983)				

Fonte: Elaborado pelo autor em consideração às informações do projeto de desclassificação documental do MRECIC da Argentina (MRECIC, 2019) e da Direção-Geral Acervo Histórico Diplomático da SRE do México (SRE, 2007).

APÊNDICE B – LISTA DE PERGUNTAS PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

PREGUNTAS – ENTREVISTA

1. ¿Puede decirme su nombre completo?
2. ¿Fecha y lugar de nacimiento?
3. ¿Cuál es su lugar de residecial actual?
4. ¿Cuál es su profesión actual?
5. ¿En que año saliste de Argentina?
6. ¿Por qué saliste de Argentina?
7. ¿Qué hacías antes de salir del país?
8. ¿Cuándo y cómo empezó el proceso de exiliarse?
9. ¿Fuiste amenazado o preso(a) durante la dictadura?
10. ¿Tuvo algun apoyo institucional o particular para irse de Argentina?
11. ¿Estuvo exiliado(a) solamente en México?
12. Si en más de otro país, ¿cuál?
13. ¿Por qué fuiste a México?
14. ¿Cómo fuiste a México?
15. ¿Conocía a alguién que estaba en México?
16. ¿Cómo fue esta experiencia en los primeros días en México?
17. ¿Cómo fue el proceso de migración en México?
18. ¿Tenía visa?
19. ¿Hubo algun apoyo o restricción institucional de México para su integración en el país?
20. ¿Llegaste a tener contacto o con alguna institución gubernamental, no gubernamental o internacional (ACNUR, Amnistía Internacional)?
21. ¿Alguna persona exiliada o del gobierno mexicano la ayudó en este proceso migratório?
22. ¿Cuál su impresión de la acogida a los exiliados argentinos en el gobierno de Luis Echeverría?
23. ¿Y durante el gobierno de López Portillo? ¿Hubo cambios? ¿Cuáles?
24. ¿Hubo alguién o algunas personas que ayudaron en este proceso del exílio en México?
25. ¿Cómo eran las relaciones con otros exiliados argentinos?
26. ¿Cómo eran las relaciones con las(los) mexicanos?
27. ¿Dónde viviste en México?
28. ¿Cómo se sentía en esta ciudad?
29. ¿Conseguiste trabajo en México?¿Dónde trabajabaste? ¿Qué hacía?
30. ¿Estuvo vinculado(a) a alguna agrupación política o militar? ¿Cuál(es)?
31. ¿Cuál era su papel en esta organización?
32. ¿Ha participado de alguna acción política contra la dictadura?
33. ¿Cómo eran las relaciones entre los distintos grupos de exiliados argentinos en México? Por ejemplo, entre CAS, COSPA y CADHU?
34. ¿Existían choques políticos acerca de las acciones políticas del exilio en contra la dictadura?
35. ¿México tenía algun mecanismo de vigilancia sobre usted?
36. ¿Hubo algun apoyo institucional del gobierno mexicano para sus acciones políticas?
37. ¿Siente que era parte de una red transnacional de exiliados?
38. ¿Cómo caracteriza a esta red?
39. ¿Llegaste a viajar para otras ciudades de México para participar de algun evento contra la dictadura?

40. ¿Tuviste contacto con otras organizaciones o personas en Argentina?
41. ¿Cuál fue la o las acciones políticas que considera más fuertes durante su exilio en México? Como por ejemplo, el asilo de Cámpora, su hijo y Abal Medina en la Embajada de México en Buenos Aires; el Mundial de 1978; la visita de la CIDH en 1979 a Argentina; la guerra de las Malvinas;
42. ¿Llegaste a salir de México para participar de alguna actividad política en otro país? Se si, ¿Cuál(es) país(es)?
43. Desde su exilio en México, ¿qué pensaba acerca de la diplomacia argentina durante la dictadura?
44. Desde su mirada, ¿cuál es su análisis acerca de las relaciones diplomáticas entre Argentina y México durante los años de la última dictadura argentina?
45. ¿Esta visión es la misma que tenías cuando estaba en el exilio?
46. ¿Tuvo alguna relación o contacto con algun actor estatal del gobierno de México? En caso positivo, ¿Quién? ¿Cuál fue el objetivo de contactarle?
47. ¿Qué significa para usted la palabra "argenmex"? ¿Hay alguna identificación personal con esta palabra?
48. ¿Cuándo regresó a Argentina?
49. ¿Tuvo contacto con algún organismo internacional (ACNUR)?
50. ¿Hiciste el proceso de regreso sólo(a)?
51. ¿Cómo fue retornar?
52. ¿Hay algo que extrañaba de México en este período de vuelta a Argentina?
53. Al final, ¿cómo ve su experiencia en el exilio hoy?
54. ¿Hay algo que en otro testimonio no quería o podría decír y que ahora siente que puede hablar?
55. Considerando el total de solicitudes de asilo de los argentinos y los casos efectivamente brindados por el gobierno mexicano, ¿cómo usted avalia la política mexicana de asilo en Argentina y en territorio mexicano?
56. ¿Se puede decir que el perfil de los embajadores y diplomáticos de la Embajada de México en Argentina durante los años de la dictadura es un elemento importante para analisar las relaciones de México con Argentina? Caso sea, ¿cómo?
57. ¿México llegó a usar otros campos de sus relaciones con Argentina (comércio, economía, seguridad, energía, cultura) cómo alternativa para solucionar cuestiones vinculadas a los derechos humanos en el país? Por ejemplo, el tema de los asilos diplomáticos.
58. Una vez en México, las acciones de los grupos de exilados (cómo del COSPA o de la CAS) tuvieron alguna demanda junto a la política exterior del país? Por ejemplo, alguna relación particular con determinado actor o grupo de la política exterior mexicana.
59. La literatura indica que existieron diferencias de trato acerca del asilo diplomático entre las embajadas de México en Argentina, Chile y Uruguay. ¿Cuáles factores explican estas diferencias?
60. La Embajada de México estuvo en contacto con varias organizaciones internacionales para brindar apoyo a los argentinos, dentre ellas el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). ¿Cuál fue la relación del gobierno mexicano con esta agencia de la ONU?
61. En su opinión, ¿cuáles son las razones de la tardanza por parte de la dictadura para conceder los salvoconductos a los asilados que aún estaban en la Embajada (el expresidente Cámpora, su hijo Pedro Cámpora y el militante peronista Juan Manuel Abal Medina)?
62. En su evaluación, ¿la opción bilateral de tratar los temas de derechos humanos con Argentina era la manera más acertada?
63. Entre 1980 y 1981, hay varias comunicaciones entre la Secretaría de Relaciones Exteriores (SRE) y la Embajada de México en Argentina con respecto a la posición de Argentina en

América Central. Parece que en esta región hubo una disputa de influencia entre los dos países. ¿Se puede decir que centroamérica jugo cómo una variable importante en las relaciones de México con Argentina?

64. Eventos internacionales importantes:
a. Mundial de 1978;
b. Visita de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos en 1979;
c. Guerra de las Malvinas;
d. Conflicto Beagle;
e. Operación México;

65. Participación política en grupos y movimentos de exiliados argentinos en México:
a. CAS
b. COSPA
c. CADHU
d. MPM
e. Otras agrupaciones

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA

FORMULARIO DE AUTORIZACIÓN DE ENTREVISTA

Formulario de autorización para la inclusión de entrevista en la tesis de doctorado de **Gabriel Roberto Dauer**, alumno de la *Universidade Estadual Paulista* "Júlio de Mesquista Filho" – *Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas* (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) (Brasil). Esta autorización está referida a grabaciones de audio y sus correspondientes trascripciones, que quedarán depositadas al cargo de Gabriel Roberto Dauer. Por medio de la presente dejo constancia de que mi participación en la entrevista es voluntaria y tomo conocimiento y consiento que no recibiré contraprestación económica de ninguna naturaleza a cambio. Autorizo la inclusión de la entrevista, realizada el día **xxx de xxx de 202x** por Gabriel Roberto Dauer (en la ciudad de xxx) (en la plataforma virtual Google Meet) bajo las siguientes condiciones:

a) Condiciones de uso
( ) Fines culturales, científicos y/o educativos
( ) Publicación total
( ) Parcial ..... %

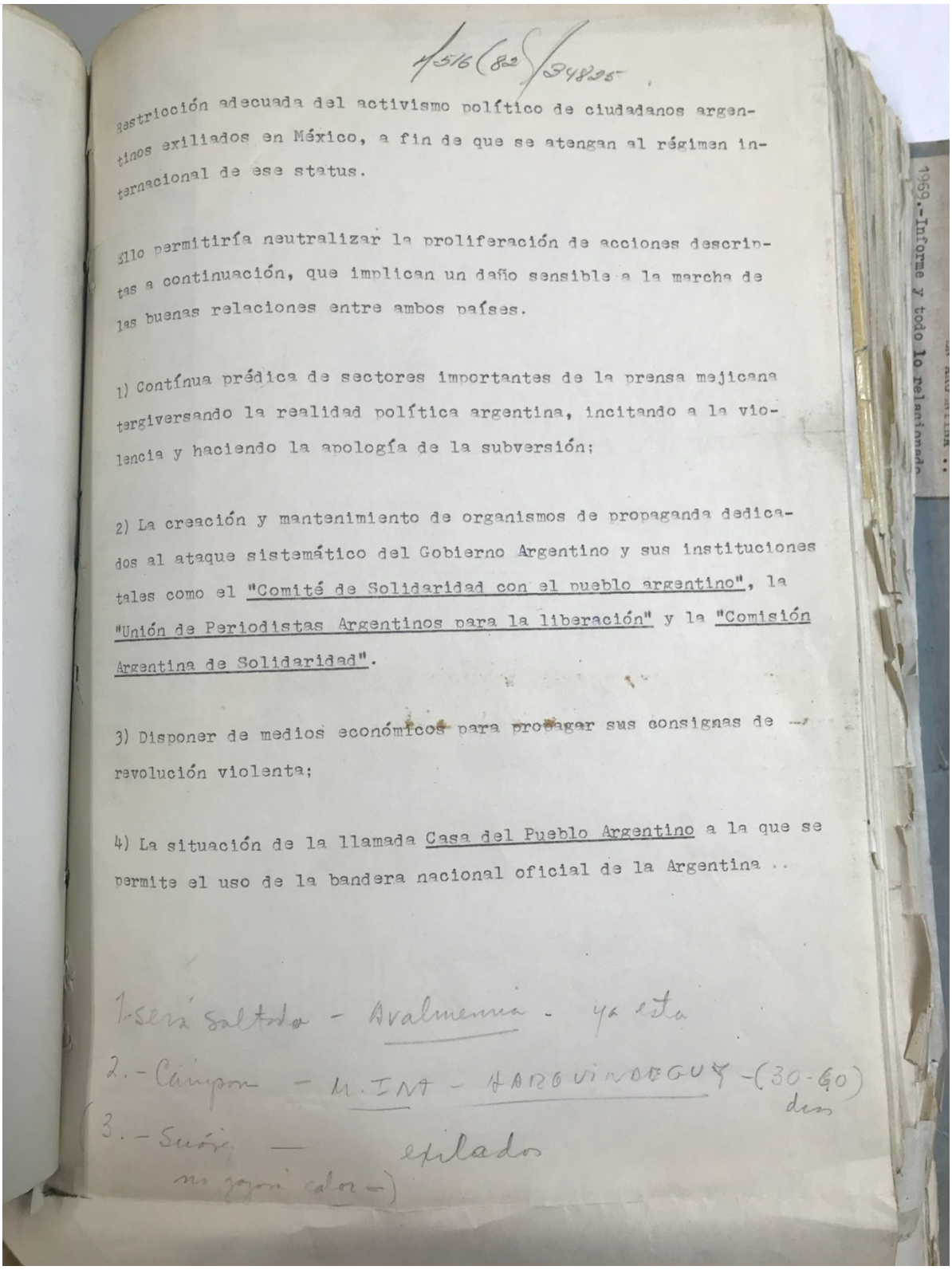
b) Condiciones de consulta
( ) Sin restricciones:.....

• Informaciones del entrevistado:
Nombre y apellido:.....
DNI Nº:.....
Dirección de contacto (correo eletrónico):.....
Firma:.....

• Informaciones del entrevistador:
Nombre y apellido:
RG-Brasil / CPF Brasil Nº:
Dirección de contacto (correo eletrónico):
Firma:.....

En la ciudad de _____, (Argentina/México), a los xxx días del mes de xxx de 202x se entrega copia de la presente autorización al entrevistado.

ANEXO A – INSTRUÇÕES SRE PARA LIMITAR AS ATIVIDADES POLÍTICAS DOS ARGENTINOS EXILADOS NO MÉXICO



4/516(82)/24825

Restricción adecuada del activismo político de ciudadanos argentinos exiliados en México, a fin de que se atengan al régimen internacional de ese status.

Ello permitiría neutralizar la proliferación de acciones descriptas a continuación, que implican un daño sensible a la marcha de las buenas relaciones entre ambos países.

1) Contínua prédica de sectores importantes de la prensa mejicana tergiversando la realidad política argentina, incitando a la violencia y haciendo la apología de la subversión;

2) La creación y mantenimiento de organismos de propaganda dedicados al ataque sistemático del Gobierno Argentino y sus instituciones tales como el "Comité de Solidaridad con el pueblo argentino", la "Unión de Periodistas Argentinos para la liberación" y la "Comisión Argentina de Solidaridad".

3) Disponer de medios económicos para propagar sus consignas de revolución violenta;

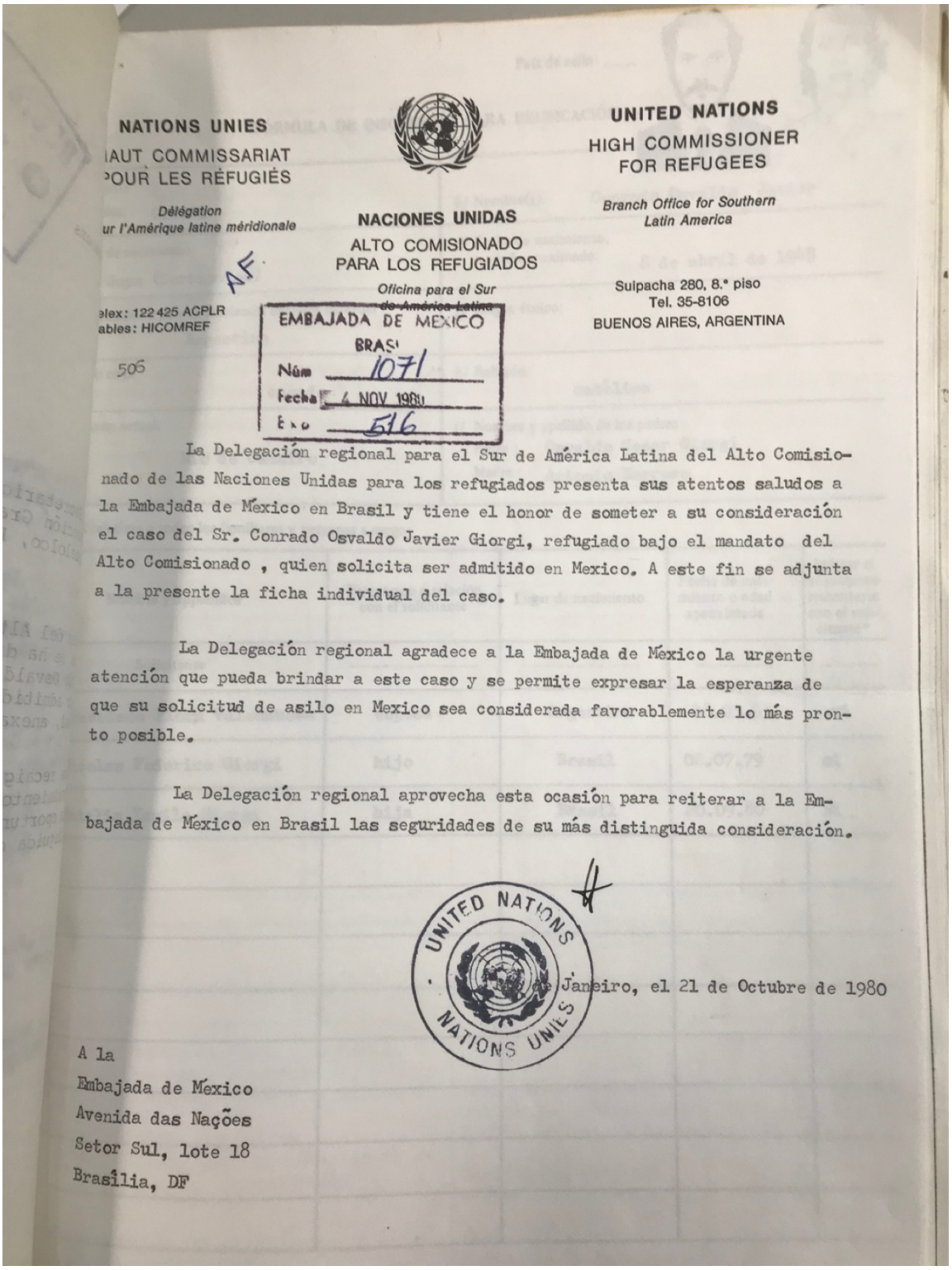
4) La situación de la llamada Casa del Pueblo Argentino a la que se permite el uso de la bandera nacional oficial de la Argentina ..

1-será saltado - Avalmenia - ya está
2.- Campos - M. INT - HABLO VINOEGUY -(30-60) días
3.- Suiza — exilados
no gobernador -)

1969.- Informe y todo lo relacionado

Fonte: AHD-SRE, 1975.

ANEXO B – ACNUR SOLICITA À EMBAIXADA MEXICANA ANÁLISE DE CASO DE REFÚGIO PARA O MÉXICO



NATIONS UNIES
HAUT COMMISSARIAT
POUR LES RÉFUGIÉS

Délégation
pour l'Amérique latine méridionale

UNITED NATIONS
HIGH COMMISSIONER
FOR REFUGEES

Branch Office for Southern
Latin America

NACIONES UNIDAS
ALTO COMISIONADO
PARA LOS REFUGIADOS

Oficina para el Sur
de América Latina

Suipacha 280, 8.° piso
Tel. 35-8106
BUENOS AIRES, ARGENTINA

Telex: 122425 ACPLR
Cables: HICOMREF

AF

506

EMBAJADA DE MEXICO
BRASIL
Núm 1071
Fecha 4 NOV 1980
Exp 516

La Delegación regional para el Sur de América Latina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los refugiados presenta sus atentos saludos a la Embajada de México en Brasil y tiene el honor de someter a su consideración el caso del Sr. Conrado Osvaldo Javier Giorgi, refugiado bajo el mandato del Alto Comisionado , quien solicita ser admitido en Mexico. A este fin se adjunta a la presente la ficha individual del caso.

La Delegación regional agradece a la Embajada de México la urgente atención que pueda brindar a este caso y se permite expresar la esperanza de que su solicitud de asilo en Mexico sea considerada favorablemente lo más pronto posible.

La Delegación regional aprovecha esta ocasión para reiterar a la Embajada de México en Brasil las seguridades de su más distinguida consideración.

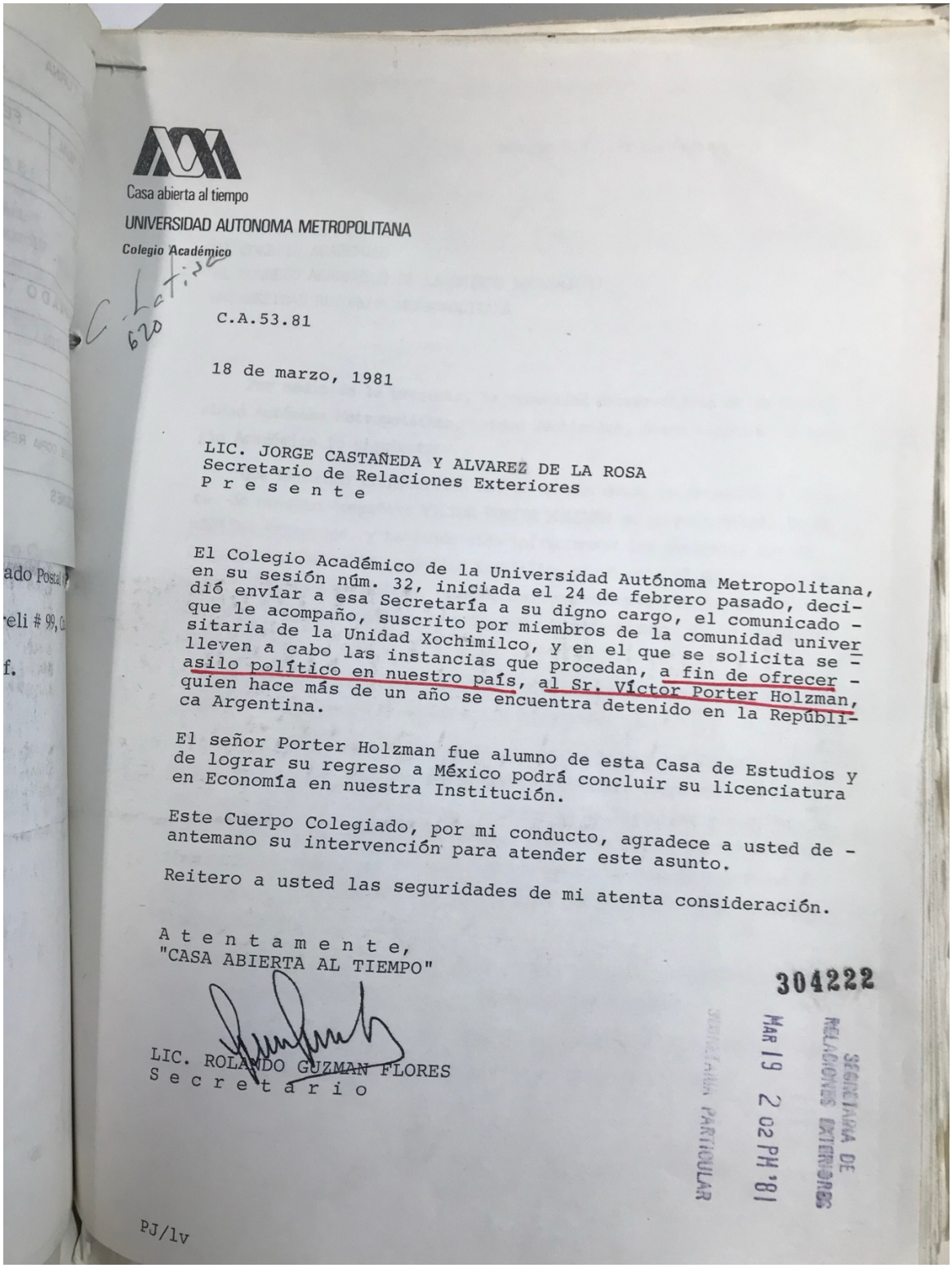
UNITED NATIONS
NATIONS UNIES

Rio de Janeiro, el 21 de Octubre de 1980

A la
Embajada de México
Avenida das Nações
Setor Sul, lote 18
Brasília, DF

Fonte: AHD-SRE, 1981.

ANEXO C – UNIVERSIDADE MEXICANA SOLICITA À EMBAIXADA MEXICANA CONCESSÃO DE ASILO DIPLOMÁTICO PARA EX-ALUNO ARGENTINO



Casa abierta al tiempo
UNIVERSIDAD AUTONOMA METROPOLITANA
Colegio Académico

C. Lat. 32
620

C.A.53.81

18 de marzo, 1981

LIC. JORGE CASTAÑEDA Y ALVAREZ DE LA ROSA
Secretario de Relaciones Exteriores
P r e s e n t e

El Colegio Académico de la Universidad Autónoma Metropolitana, en su sesión núm. 32, iniciada el 24 de febrero pasado, decidió envíar a esa Secretaría a su digno cargo, el comunicado - que le acompaño, suscrito por miembros de la comunidad universitaria de la Unidad Xochimilco, y en el que se solicita se - lleven a cabo las instancias que procedan, a fin de ofrecer - asilo político en nuestro país, al Sr. Víctor Porter Holzman, quien hace más de un año se encuentra detenido en la República Argentina.

El señor Porter Holzman fue alumno de esta Casa de Estudios y de lograr su regreso a México podrá concluir su licenciatura en Economía en nuestra Institución.

Este Cuerpo Colegiado, por mi conducto, agradece a usted de - antemano su intervención para atender este asunto.

Reitero a usted las seguridades de mi atenta consideración.

A t e n t a m e n t e,
"CASA ABIERTA AL TIEMPO"

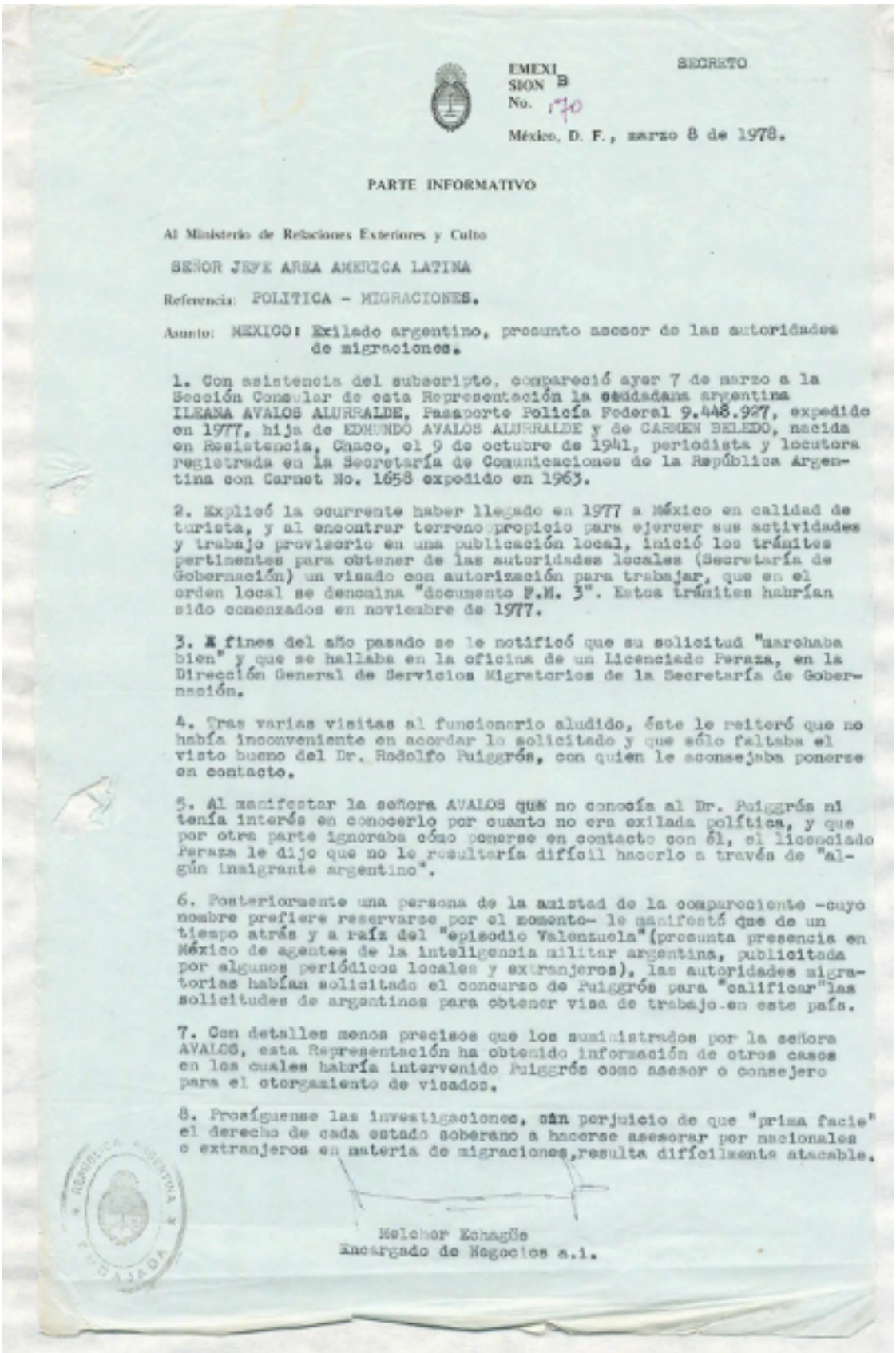
LIC. ROLANDO GUZMAN FLORES
S e c r e t a r i o

304222
SECRETARIA DE RELACIONES EXTERIORES
MAR 19 2 02 PM '81
SECRETARIA PARTICULAR

PJ/lv

Fonte: AHD-SRE, 1981.

ANEXO D – DOCUMENTAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO MIGRATÓRIA NO MÉXICO



EMEXI SION B
No. 170

SECRETO

México, D. F., marzo 8 de 1978.

PARTE INFORMATIVO

Al Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

SEÑOR JEFE AREA AMERICA LATINA

Referencia: POLITICA - MIGRACIONES.

Asunto: MEXICO: Exilado argentino, presunto asesor de las autoridades de migraciones.

1. Con asistencia del subscripto, compareció ayer 7 de marzo a la Sección Consular de esta Representación la ciudadana argentina ILEANA AVALOS ALURRALDE, Pasaporte Policía Federal 9.448.927, expedido en 1977, hija de EDMUNDO AVALOS ALURRALDE y de CARMEN BELEDO, nacida en Resistencia, Chaco, el 9 de octubre de 1941, periodista y locutora registrada en la Secretaría de Comunicaciones de la República Argentina con Carnet No. 1658 expedido en 1963.

2. Explicó la ocurrente haber llegado en 1977 a México en calidad de turista, y al encontrar terreno propicio para ejercer sus actividades y trabajo provisorio en una publicación local, inició los trámites pertinentes para obtener de las autoridades locales (Secretaría de Gobernación) un visado con autorización para trabajar, que en el orden local se denomina "documento F.M. 3". Estos trámites habrían sido comenzados en noviembre de 1977.

3. A fines del año pasado se le notificó que su solicitud "marchaba bien" y que se hallaba en la oficina de un Licenciado Peraza, en la Dirección General de Servicios Migratorios de la Secretaría de Gobernación.

4. Tras varias visitas al funcionario aludido, éste le reiteró que no había inconveniente en acordar lo solicitado y que sólo faltaba el visto bueno del Dr. Rodolfo Puiggrós, con quien le aconsejaba ponerse en contacto.

5. Al manifestar la señora AVALOS que no conocía al Dr. Puiggrós ni tenía interés en conocerlo por cuanto no era exilada política, y que por otra parte ignoraba cómo ponerse en contacto con él, el licenciado Peraza le dijo que no le resultaría difícil hacerlo a través de "algún inmigrante argentino".

6. Posteriormente una persona de la amistad de la compareciente -cuyo nombre prefiere reservarse por el momento- le manifestó que de un tiempo atrás y a raíz del "episodio Valenzuela" (presunta presencia en México de agentes de la inteligencia militar argentina, publicitada por algunos periódicos locales y extranjeros), las autoridades migratorias habían solicitado el concurso de Puiggrós para "calificar" las solicitudes de argentinos para obtener visa de trabajo en este país.

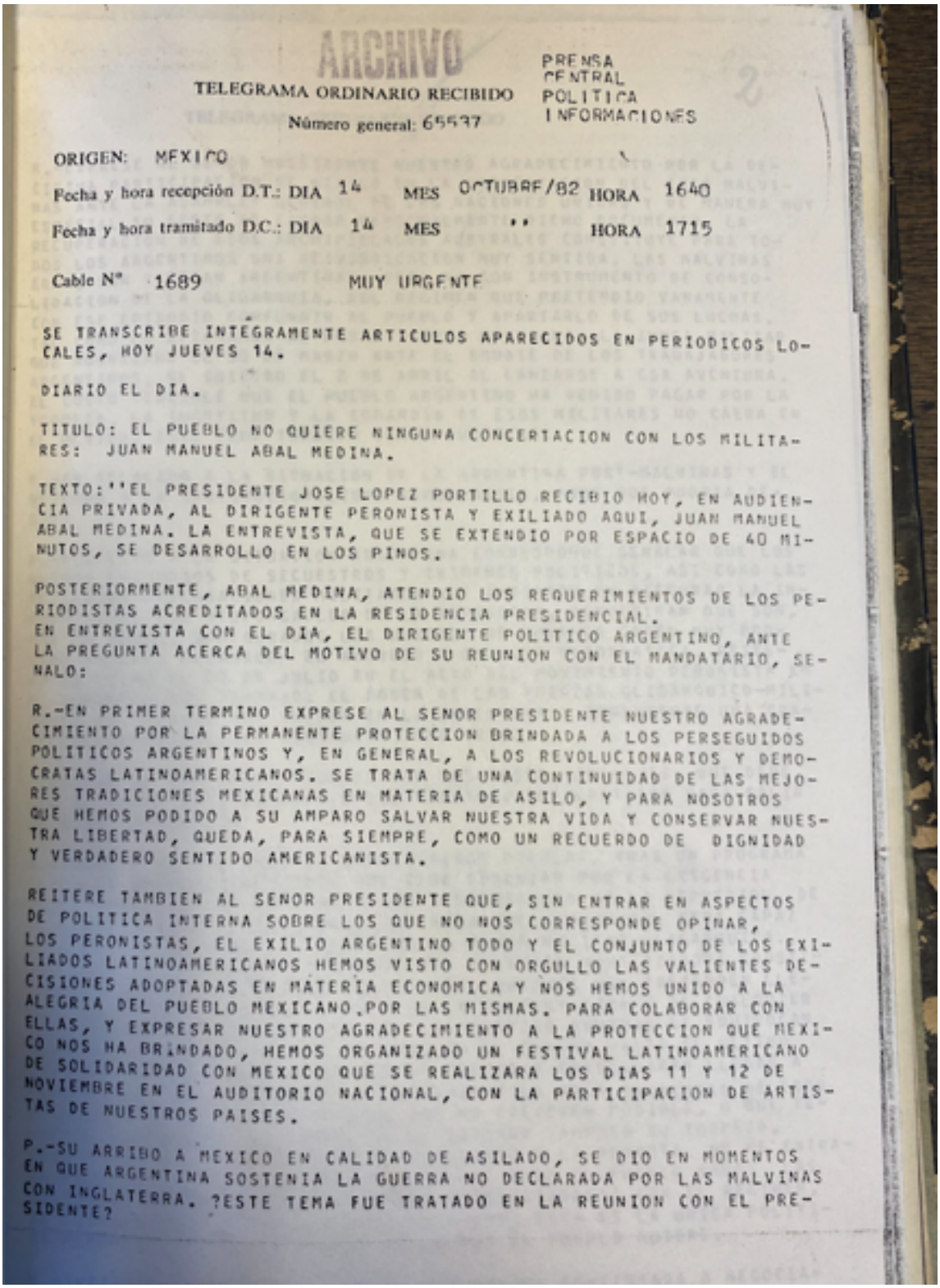
7. Con detalles menos precisos que los suministrados por la señora AVALOS, esta Representación ha obtenido información de otros casos en los cuales habría intervenido Puiggrós como asesor o consejero para el otorgamiento de visados.

8. Prosíganse las investigaciones, sin perjuicio de que "prima facie" el derecho de cada estado soberano a hacerse asesorar por nacionales o extranjeros en materia de migraciones, resulta difícilmente atacable.

Melchor Echagüe
Encargado de Negocios a.i.

Fonte: AMRECIC, 1978j.

ANEXO E – ABAL MEDINA CONCEDE ENTREVISTA E DENUNCIA QUADRO DE DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA



ARCHIVO

PRENSA
CENTRAL
POLITICA
INFORMACIONES

TELEGRAMA ORDINARIO RECIBIDO
Número general: 65597

ORIGEN: MEXICO

Fecha y hora recepción D.T.: DIA 14 MES OCTUBRE/82 HORA 1640

Fecha y hora tramitado D.C.: DIA 14 MES " HORA 1715

Cable N° 1689 MUY URGENTE

SE TRANSCRIBE INTEGRAMENTE ARTICULOS APARECIDOS EN PERIODICOS LOCALES, HOY JUEVES 14.

DIARIO EL DIA.

TITULO: EL PUEBLO NO QUIERE NINGUNA CONCERTACION CON LOS MILITARES: JUAN MANUEL ABAL MEDINA.

TEXTO:''EL PRESIDENTE JOSE LOPEZ PORTILLO RECIBIO HOY, EN AUDIENCIA PRIVADA, AL DIRIGENTE PERONISTA Y EXILIADO AQUI, JUAN MANUEL ABAL MEDINA. LA ENTREVISTA, QUE SE EXTENDIO POR ESPACIO DE 40 MINUTOS, SE DESARROLLO EN LOS PINOS.

POSTERIORMENTE, ABAL MEDINA, ATENDIO LOS REQUERIMIENTOS DE LOS PERIODISTAS ACREDITADOS EN LA RESIDENCIA PRESIDENCIAL.
EN ENTREVISTA CON EL DIA, EL DIRIGENTE POLITICO ARGENTINO, ANTE LA PREGUNTA ACERCA DEL MOTIVO DE SU REUNION CON EL MANDATARIO, SENALO:

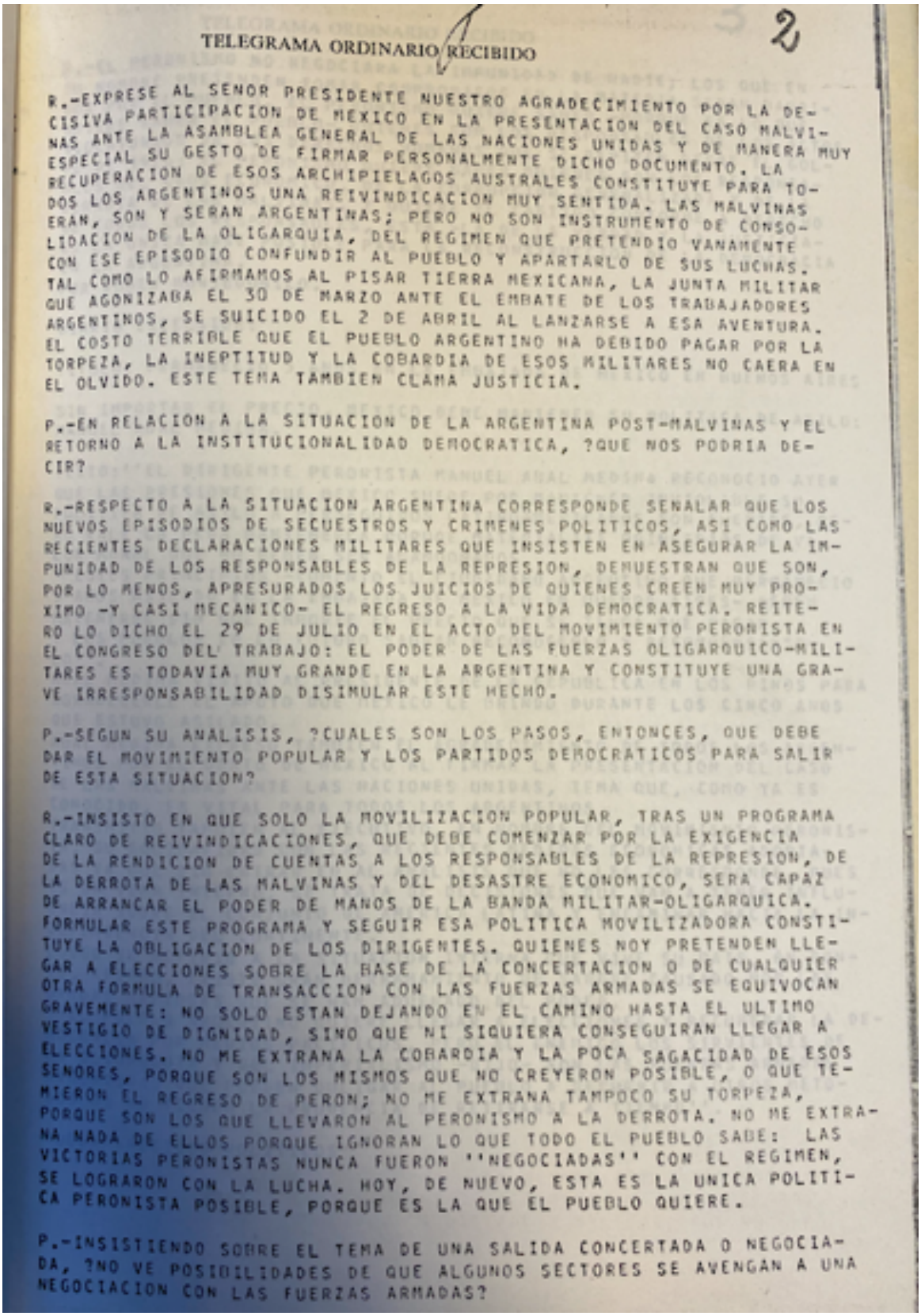
R.-EN PRIMER TERMINO EXPRESE AL SENOR PRESIDENTE NUESTRO AGRADECIMIENTO POR LA PERMANENTE PROTECCION BRINDADA A LOS PERSEGUIDOS POLITICOS ARGENTINOS Y, EN GENERAL, A LOS REVOLUCIONARIOS Y DEMOCRATAS LATINOAMERICANOS. SE TRATA DE UNA CONTINUIDAD DE LAS MEJORES TRADICIONES MEXICANAS EN MATERIA DE ASILO, Y PARA NOSOTROS QUE HEMOS PODIDO A SU AMPARO SALVAR NUESTRA VIDA Y CONSERVAR NUESTRA LIBERTAD, QUEDA, PARA SIEMPRE, COMO UN RECUERDO DE DIGNIDAD Y VERDADERO SENTIDO AMERICANISTA.

REITERE TAMBIEN AL SENOR PRESIDENTE QUE, SIN ENTRAR EN ASPECTOS DE POLITICA INTERNA SOBRE LOS QUE NO NOS CORRESPONDE OPINAR, LOS PERONISTAS, EL EXILIO ARGENTINO TODO Y EL CONJUNTO DE LOS EXILIADOS LATINOAMERICANOS HEMOS VISTO CON ORGULLO LAS VALIENTES DECISIONES ADOPTADAS EN MATERIA ECONOMICA Y NOS HEMOS UNIDO A LA ALEGRIA DEL PUEBLO MEXICANO,POR LAS MISMAS. PARA COLABORAR CON ELLAS, Y EXPRESAR NUESTRO AGRADECIMIENTO A LA PROTECCION QUE MEXICO NOS HA BRINDADO, HEMOS ORGANIZADO UN FESTIVAL LATINOAMERICANO DE SOLIDARIDAD CON MEXICO QUE SE REALIZARA LOS DIAS 11 Y 12 DE NOVIEMBRE EN EL AUDITORIO NACIONAL, CON LA PARTICIPACION DE ARTISTAS DE NUESTROS PAISES.

P.-SU ARRIBO A MEXICO EN CALIDAD DE ASILADO, SE DIO EN MOMENTOS EN QUE ARGENTINA SOSTENIA LA GUERRA NO DECLARADA POR LAS MALVINAS CON INGLATERRA. ?ESTE TEMA FUE TRATADO EN LA REUNION CON EL PRESIDENTE?

Fonte: AMRECIC, 1982r.

ANEXO F – ABAL MEDINA CONCEDE ENTREVISTA E DENUNCIA QUADRO DE DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA



TELEGRAMA ORDINARIO RECIBIDO 2

R.-EXPRESE AL SENOR PRESIDENTE NUESTRO AGRADECIMIENTO POR LA DECISIVA PARTICIPACION DE MEXICO EN LA PRESENTACION DEL CASO MALVINAS ANTE LA ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS Y DE MANERA MUY ESPECIAL SU GESTO DE FIRMAR PERSONALMENTE DICHO DOCUMENTO. LA RECUPERACION DE ESOS ARCHIPIELAGOS AUSTRALES CONSTITUYE PARA TODOS LOS ARGENTINOS UNA REIVINDICACION MUY SENTIDA. LAS MALVINAS ERAN, SON Y SERAN ARGENTINAS; PERO NO SON INSTRUMENTO DE CONSOLIDACION DE LA OLIGARQUIA, DEL REGIMEN QUE PRETENDIO VANAMENTE CON ESE EPISODIO CONFUNDIR AL PUEBLO Y APARTARLO DE SUS LUCHAS. TAL COMO LO AFIRMAMOS AL PISAR TIERRA MEXICANA, LA JUNTA MILITAR QUE AGONIZABA EL 30 DE MARZO ANTE EL EMBATE DE LOS TRABAJADORES ARGENTINOS, SE SUICIDO EL 2 DE ABRIL AL LANZARSE A ESA AVENTURA. EL COSTO TERRIBLE QUE EL PUEBLO ARGENTINO HA DEBIDO PAGAR POR LA TORPEZA, LA INEPTITUD Y LA COBARDIA DE ESOS MILITARES NO CAERA EN EL OLVIDO. ESTE TEMA TAMBIEN CLAMA JUSTICIA.

P.-EN RELACION A LA SITUACION DE LA ARGENTINA POST-MALVINAS Y EL RETORNO A LA INSTITUCIONALIDAD DEMOCRATICA, ?QUE NOS PODRIA DECIR?

R.-RESPECTO A LA SITUACION ARGENTINA CORRESPONDE SENALAR QUE LOS NUEVOS EPISODIOS DE SECUESTROS Y CRIMENES POLITICOS, ASI COMO LAS RECIENTES DECLARACIONES MILITARES QUE INSISTEN EN ASEGURAR LA IMPUNIDAD DE LOS RESPONSABLES DE LA REPRESION, DEMUESTRAN QUE SON, POR LO MENOS, APRESURADOS LOS JUICIOS DE QUIENES CREEN MUY PROXIMO -Y CASI MECANICO- EL REGRESO A LA VIDA DEMOCRATICA. REITERO LO DICHO EL 29 DE JULIO EN EL ACTO DEL MOVIMIENTO PERONISTA EN EL CONGRESO DEL TRABAJO: EL PODER DE LAS FUERZAS OLIGARQUICO-MILITARES ES TODAVIA MUY GRANDE EN LA ARGENTINA Y CONSTITUYE UNA GRAVE IRRESPONSABILIDAD DISIMULAR ESTE HECHO.

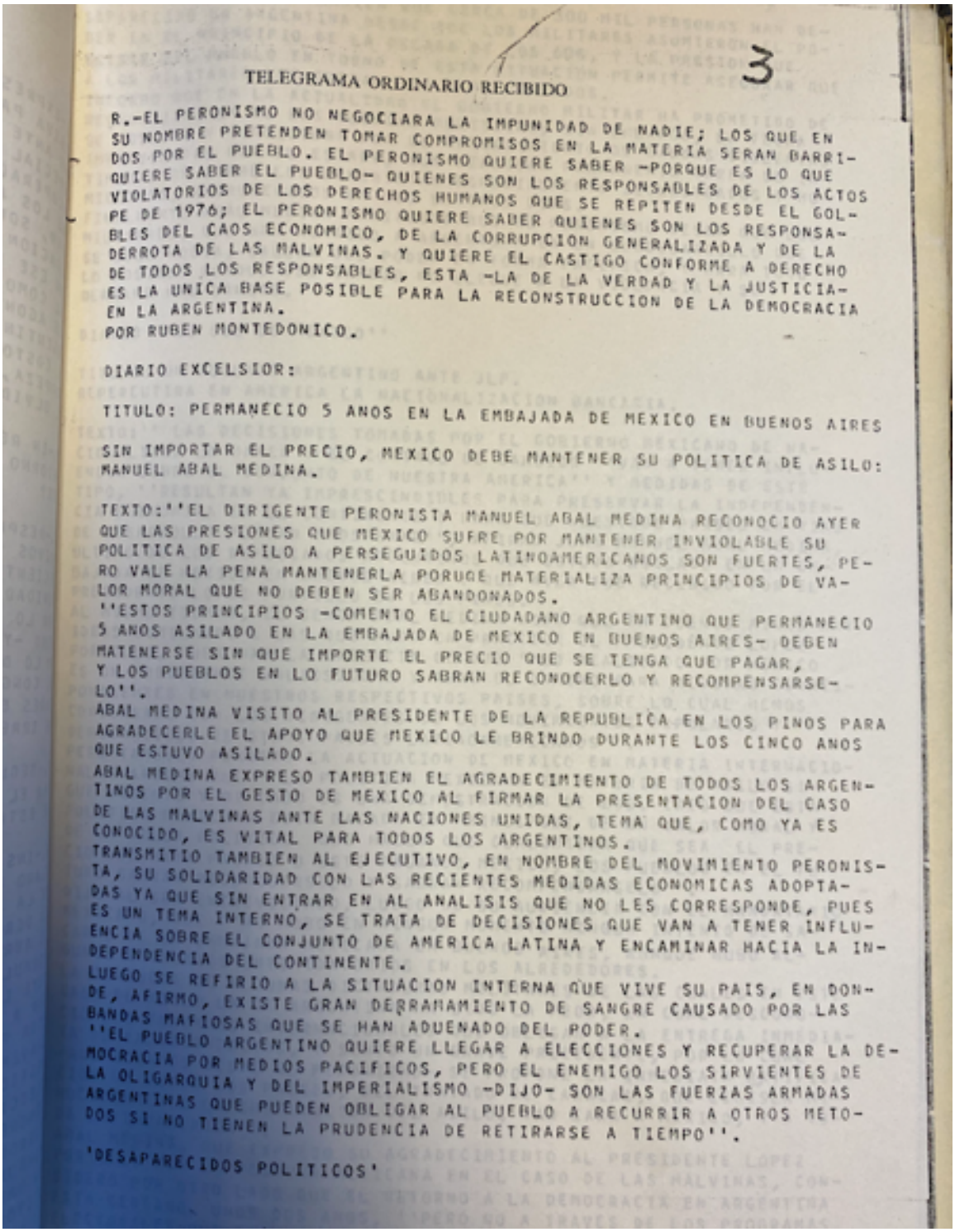
P.-SEGUN SU ANALISIS, ?CUALES SON LOS PASOS, ENTONCES, QUE DEBE DAR EL MOVIMIENTO POPULAR Y LOS PARTIDOS DEMOCRATICOS PARA SALIR DE ESTA SITUACION?

R.-INSISTO EN QUE SOLO LA MOVILIZACION POPULAR, TRAS UN PROGRAMA CLARO DE REIVINDICACIONES, QUE DEBE COMENZAR POR LA EXIGENCIA DE LA RENDICION DE CUENTAS A LOS RESPONSABLES DE LA REPRESION, DE LA DERROTA DE LAS MALVINAS Y DEL DESASTRE ECONOMICO, SERA CAPAZ DE ARRANCAR EL PODER DE MANOS DE LA BANDA MILITAR-OLIGARQUICA. FORMULAR ESTE PROGRAMA Y SEGUIR ESA POLITICA MOVILIZADORA CONSTITUYE LA OBLIGACION DE LOS DIRIGENTES. QUIENES HOY PRETENDEN LLEGAR A ELECCIONES SOBRE LA BASE DE LA CONCERTACION O DE CUALQUIER OTRA FORMULA DE TRANSACCION CON LAS FUERZAS ARMADAS SE EQUIVOCAN GRAVEMENTE: NO SOLO ESTAN DEJANDO EN EL CAMINO HASTA EL ULTIMO VESTIGIO DE DIGNIDAD, SINO QUE NI SIQUIERA CONSEGUIRAN LLEGAR A ELECCIONES. NO ME EXTRANA LA COBARDIA Y LA POCA SAGACIDAD DE ESOS SENORES, PORQUE SON LOS MISMOS QUE NO CREYERON POSIBLE, O QUE TEMIERON EL REGRESO DE PERON; NO ME EXTRANA TAMPOCO SU TORPEZA, PORQUE SON LOS QUE LLEVARON AL PERONISMO A LA DERROTA. NO ME EXTRANA NADA DE ELLOS PORQUE IGNORAN LO QUE TODO EL PUEBLO SABE: LAS VICTORIAS PERONISTAS NUNCA FUERON ''NEGOCIADAS'' CON EL REGIMEN, SE LOGRARON CON LA LUCHA. HOY, DE NUEVO, ESTA ES LA UNICA POLITICA PERONISTA POSIBLE, PORQUE ES LA QUE EL PUEBLO QUIERE.

P.-INSISTIENDO SOBRE EL TEMA DE UNA SALIDA CONCERTADA O NEGOCIADA, ?NO VE POSIBILIDADES DE QUE ALGUNOS SECTORES SE AVENGAN A UNA NEGOCIACION CON LAS FUERZAS ARMADAS?

Fonte: AMRECIC, 1982r.

ANEXO G – ABAL MEDINA CONCEDE ENTREVISTA E DENUNCIA QUADRO DE DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA



TELEGRAMA ORDINARIO RECIBIDO 3

R.-EL PERONISMO NO NEGOCIARA LA IMPUNIDAD DE NADIE; LOS QUE EN SU NOMBRE PRETENDEN TOMAR COMPROMISOS EN LA MATERIA SERAN BARRIDOS POR EL PUEBLO. EL PERONISMO QUIERE SABER -PORQUE ES LO QUE QUIERE SABER EL PUEBLO- QUIENES SON LOS RESPONSABLES DE LOS ACTOS VIOLATORIOS DE LOS DERECHOS HUMANOS QUE SE REPITEN DESDE EL GOLPE DE 1976; EL PERONISMO QUIERE SABER QUIENES SON LOS RESPONSABLES DEL CAOS ECONOMICO, DE LA CORRUPCION GENERALIZADA Y DE LA DERROTA DE LAS MALVINAS. Y QUIERE EL CASTIGO CONFORME A DERECHO DE TODOS LOS RESPONSABLES, ESTA -LA DE LA VERDAD Y LA JUSTICIA- ES LA UNICA BASE POSIBLE PARA LA RECONSTRUCCION DE LA DEMOCRACIA EN LA ARGENTINA.
POR RUBEN MONTEDONICO.

DIARIO EXCELSIOR:

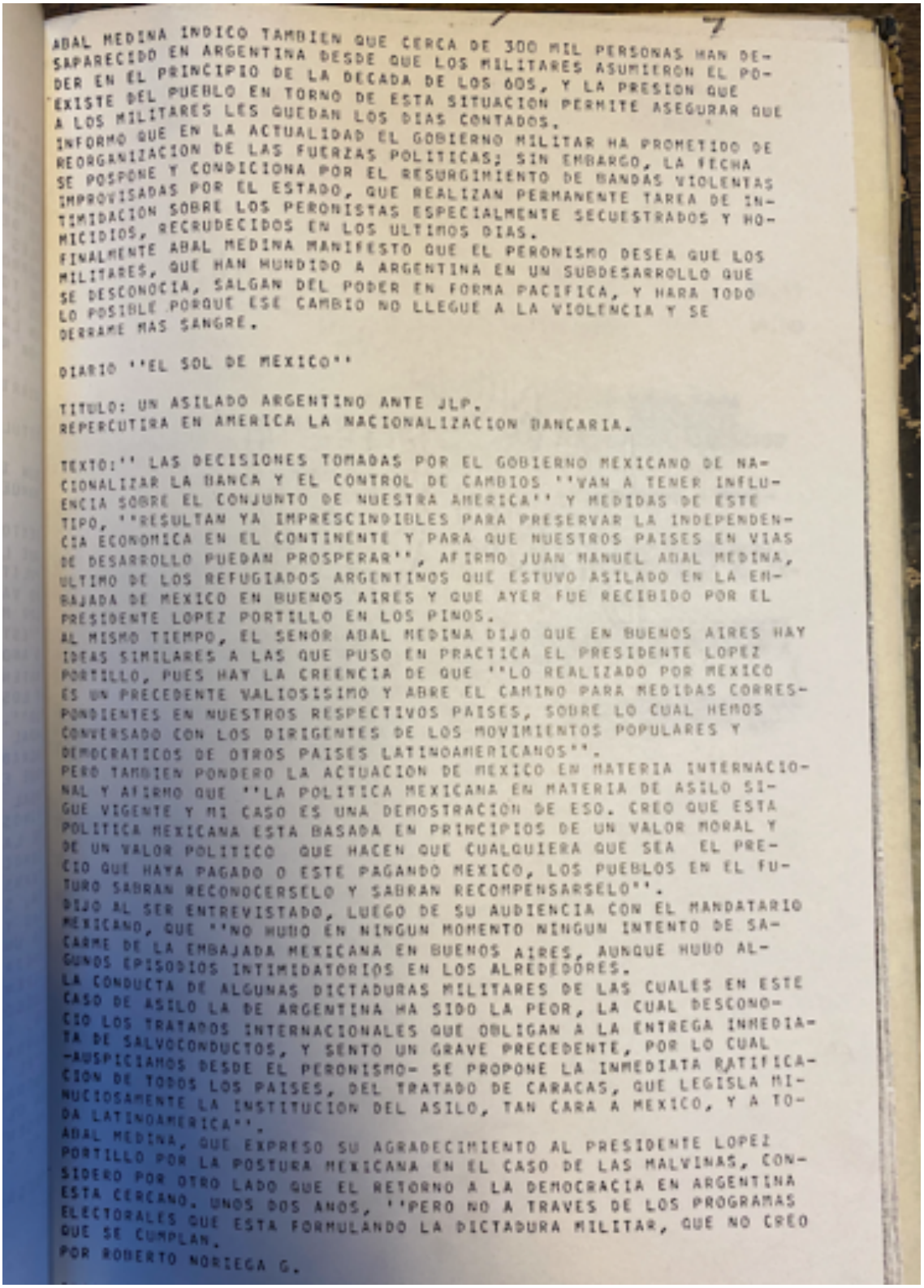
TITULO: PERMANECIO 5 ANOS EN LA EMBAJADA DE MEXICO EN BUENOS AIRES SIN IMPORTAR EL PRECIO, MEXICO DEBE MANTENER SU POLITICA DE ASILO: MANUEL ABAL MEDINA.

TEXTO:''EL DIRIGENTE PERONISTA MANUEL ABAL MEDINA RECONOCIO AYER QUE LAS PRESIONES QUE MEXICO SUFRE POR MANTENER INVIOLABLE SU POLITICA DE ASILO A PERSEGUIDOS LATINOAMERICANOS SON FUERTES, PERO VALE LA PENA MANTENERLA PORUQE MATERIALIZA PRINCIPIOS DE VALOR MORAL QUE NO DEBEN SER ABANDONADOS.
''ESTOS PRINCIPIOS -COMENTO EL CIUDADANO ARGENTINO QUE PERMANECIO 5 ANOS ASILADO EN LA EMBAJADA DE MEXICO EN BUENOS AIRES- DEBEN MATENERSE SIN QUE IMPORTE EL PRECIO QUE SE TENGA QUE PAGAR, Y LOS PUEBLOS EN LO FUTURO SABRAN RECONOCERLO Y RECOMPENSARSELO''.
ABAL MEDINA VISITO AL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA EN LOS PINOS PARA AGRADECERLE EL APOYO QUE MEXICO LE BRINDO DURANTE LOS CINCO ANOS QUE ESTUVO ASILADO.
ABAL MEDINA EXPRESO TAMBIEN EL AGRADECIMIENTO DE TODOS LOS ARGENTINOS POR EL GESTO DE MEXICO AL FIRMAR LA PRESENTACION DEL CASO DE LAS MALVINAS ANTE LAS NACIONES UNIDAS, TEMA QUE, COMO YA ES CONOCIDO, ES VITAL PARA TODOS LOS ARGENTINOS.
TRANSMITIO TAMBIEN AL EJECUTIVO, EN NOMBRE DEL MOVIMIENTO PERONISTA, SU SOLIDARIDAD CON LAS RECIENTES MEDIDAS ECONOMICAS ADOPTADAS YA QUE SIN ENTRAR EN AL ANALISIS QUE NO LES CORRESPONDE, PUES ES UN TEMA INTERNO, SE TRATA DE DECISIONES QUE VAN A TENER INFLUENCIA SOBRE EL CONJUNTO DE AMERICA LATINA Y ENCAMINAR HACIA LA INDEPENDENCIA DEL CONTINENTE.
LUEGO SE REFIRIO A LA SITUACION INTERNA QUE VIVE SU PAIS, EN DONDE, AFIRMO, EXISTE GRAN DERRAMAMIENTO DE SANGRE CAUSADO POR LAS BANDAS MAFIOSAS QUE SE HAN ADUENADO DEL PODER.
''EL PUEBLO ARGENTINO QUIERE LLEGAR A ELECCIONES Y RECUPERAR LA DEMOCRACIA POR MEDIOS PACIFICOS, PERO EL ENEMIGO LOS SIRVIENTES DE LA OLIGARQUIA Y DEL IMPERIALISMO -DIJO- SON LAS FUERZAS ARMADAS ARGENTINAS QUE PUEDEN OBLIGAR AL PUEBLO A RECURRIR A OTROS METODOS SI NO TIENEN LA PRUDENCIA DE RETIRARSE A TIEMPO''.

'DESAPARECIDOS POLITICOS'

Fonte: AMRECIC, 1982r.

ANEXO H – ABAL MEDINA CONCEDE ENTREVISTA E DENUNCIA QUADRO DE DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA



ABAL MEDINA INDICO TAMBIEN QUE CERCA DE 300 MIL PERSONAS HAN DESAPARECIDO EN ARGENTINA DESDE QUE LOS MILITARES ASUMIERON EL PODER EN EL PRINCIPIO DE LA DECADA DE LOS 60S, Y LA PRESION QUE EXISTE DEL PUEBLO EN TORNO DE ESTA SITUACION PERMITE ASEGURAR QUE A LOS MILITARES LES QUEDAN LOS DIAS CONTADOS.
INFORMO QUE EN LA ACTUALIDAD EL GOBIERNO MILITAR HA PROMETIDO DE REORGANIZACION DE LAS FUERZAS POLITICAS; SIN EMBARGO, LA FECHA SE POSPONE Y CONDICIONA POR EL RESURGIMIENTO DE BANDAS VIOLENTAS IMPROVISADAS POR EL ESTADO, QUE REALIZAN PERMANENTE TAREA DE INTIMIDACION SOBRE LOS PERONISTAS ESPECIALMENTE SECUESTRADOS Y HOMICIDIOS, RECRUDECIDOS EN LOS ULTIMOS DIAS.
FINALMENTE ABAL MEDINA MANIFESTO QUE EL PERONISMO DESEA QUE LOS MILITARES, QUE HAN HUNDIDO A ARGENTINA EN UN SUBDESARROLLO QUE SE DESCONOCIA, SALGAN DEL PODER EN FORMA PACIFICA, Y HARA TODO LO POSIBLE PORQUE ESE CAMBIO NO LLEGUE A LA VIOLENCIA Y SE DERRAME MAS SANGRE.

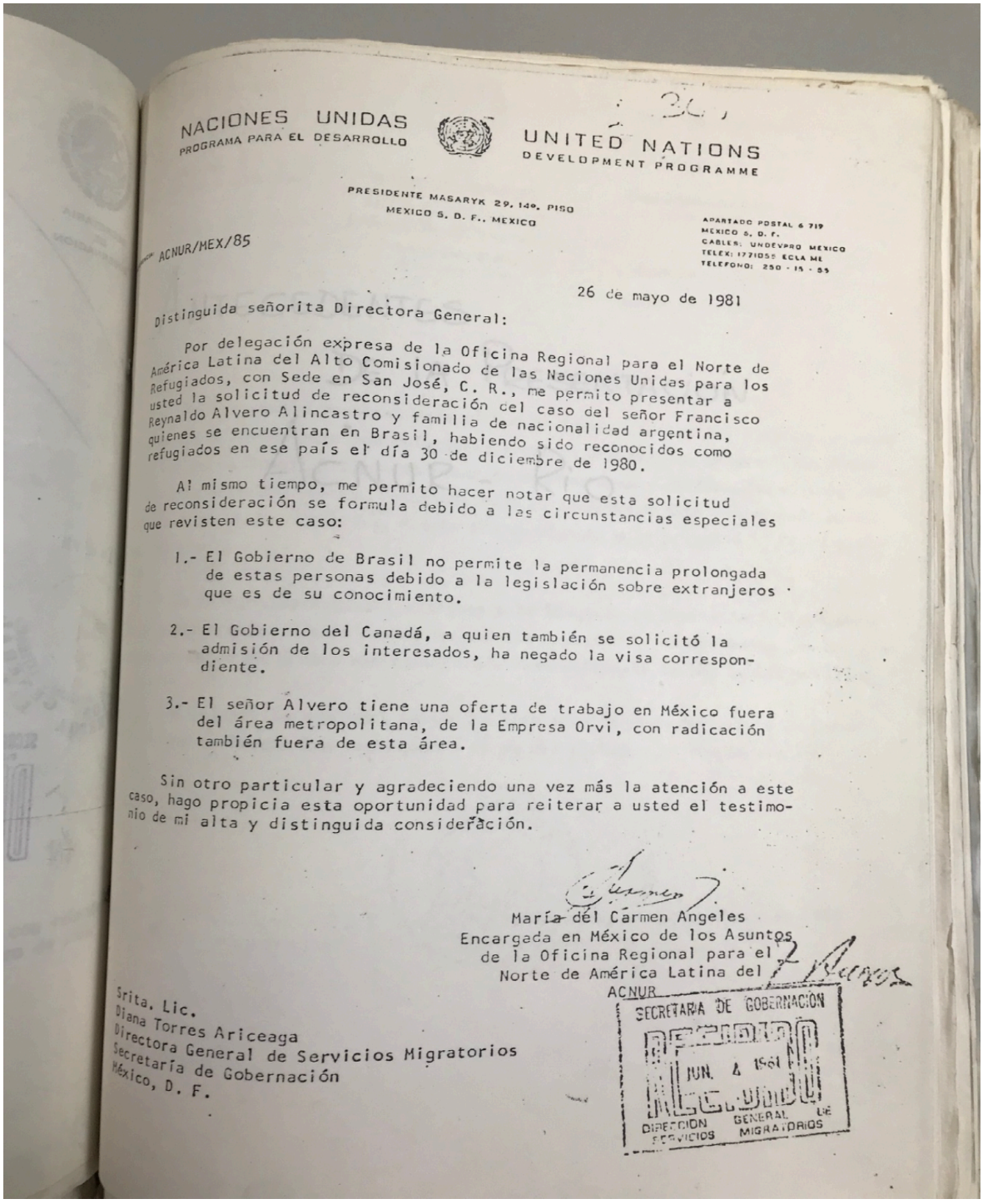
DIARIO ''EL SOL DE MEXICO''

TITULO: UN ASILADO ARGENTINO ANTE JLP.
REPERCUTIRA EN AMERICA LA NACIONALIZACION BANCARIA.

TEXTO:'' LAS DECISIONES TOMADAS POR EL GOBIERNO MEXICANO DE NACIONALIZAR LA BANCA Y EL CONTROL DE CAMBIOS ''VAN A TENER INFLUENCIA SOBRE EL CONJUNTO DE NUESTRA AMERICA'' Y MEDIDAS DE ESTE TIPO, ''RESULTAN YA IMPRESCINDIBLES PARA PRESERVAR LA INDEPENDENCIA ECONOMICA EN EL CONTINENTE Y PARA QUE NUESTROS PAISES EN VIAS DE DESARROLLO PUEDAN PROSPERAR'', AFIRMO JUAN MANUEL ABAL MEDINA, ULTIMO DE LOS REFUGIADOS ARGENTINOS QUE ESTUVO ASILADO EN LA EMBAJADA DE MEXICO EN BUENOS AIRES Y QUE AYER FUE RECIBIDO POR EL PRESIDENTE LOPEZ PORTILLO EN LOS PINOS.
AL MISMO TIEMPO, EL SENOR ABAL MEDINA DIJO QUE EN BUENOS AIRES HAY IDEAS SIMILARES A LAS QUE PUSO EN PRACTICA EL PRESIDENTE LOPEZ PORTILLO, PUES HAY LA CREENCIA DE QUE ''LO REALIZADO POR MEXICO ES UN PRECEDENTE VALIOSISIMO Y ABRE EL CAMINO PARA MEDIDAS CORRESPONDIENTES EN NUESTROS RESPECTIVOS PAISES, SOBRE LO CUAL HEMOS CONVERSADO CON LOS DIRIGENTES DE LOS MOVIMIENTOS POPULARES Y DEMOCRATICOS DE OTROS PAISES LATINOAMERICANOS''.
PERO TAMBIEN PONDERO LA ACTUACION DE MEXICO EN MATERIA INTERNACIONAL Y AFIRMO QUE ''LA POLITICA MEXICANA EN MATERIA DE ASILO SIGUE VIGENTE Y MI CASO ES UNA DEMOSTRACION DE ESO. CREO QUE ESTA POLITICA MEXICANA ESTA BASADA EN PRINCIPIOS DE UN VALOR MORAL Y DE UN VALOR POLITICO QUE HACEN QUE CUALQUIERA QUE SEA EL PRECIO QUE HAYA PAGADO O ESTE PAGANDO MEXICO, LOS PUEBLOS EN EL FUTURO SABRAN RECONOCERSELO Y SABRAN RECOMPENSARSELO''.
DIJO AL SER ENTREVISTADO, LUEGO DE SU AUDIENCIA CON EL MANDATARIO MEXICANO, QUE ''NO HUBO EN NINGUN MOMENTO NINGUN INTENTO DE SACARME DE LA EMBAJADA MEXICANA EN BUENOS AIRES, AUNQUE HUBO ALGUNOS EPISODIOS INTIMIDATORIOS EN LOS ALREDEDORES.
LA CONDUCTA DE ALGUNAS DICTADURAS MILITARES DE LAS CUALES EN ESTE CASO DE ASILO LA DE ARGENTINA HA SIDO LA PEOR, LA CUAL DESCONOCIO LOS TRATADOS INTERNACIONALES QUE OBLIGAN A LA ENTREGA INMEDIATA DE SALVOCONDUCTOS, Y SENTO UN GRAVE PRECEDENTE, POR LO CUAL -AUSPICIAMOS DESDE EL PERONISMO- SE PROPONE LA INMEDIATA RATIFICACION DE TODOS LOS PAISES, DEL TRATADO DE CARACAS, QUE LEGISLA MINUCIOSAMENTE LA INSTITUCION DEL ASILO, TAN CARA A MEXICO, Y A TODA LATINOAMERICA''.
ABAL MEDINA, QUE EXPRESO SU AGRADECIMIENTO AL PRESIDENTE LOPEZ PORTILLO POR LA POSTURA MEXICANA EN EL CASO DE LAS MALVINAS, CONSIDERO POR OTRO LADO QUE EL RETORNO A LA DEMOCRACIA EN ARGENTINA ESTA CERCANO. UNOS DOS ANOS, ''PERO NO A TRAVES DE LOS PROGRAMAS ELECTORALES QUE ESTA FORMULANDO LA DICTADURA MILITAR, QUE NO CREO QUE SE CUMPLAN.
POR ROBERTO NORIEGA G.

Fonte: AMRECIC, 1982r.

ANEXO I – ACNUR SOLICITOU QUE A EMBAIXADA MEXICANA REAVALIASSE CASO DE ASILO DIPLOMÁTICO



NACIONES UNIDAS
PROGRAMA PARA EL DESARROLLO

UNITED NATIONS
DEVELOPMENT PROGRAMME

PRESIDENTE MASARYK 29, 14o. PISO
MEXICO 5, D. F., MEXICO

APARTADO POSTAL 6 719
MEXICO 5, D. F.
CABLES: UNDEVPRO MEXICO
TELEX: 1771055 ECLA ME
TELEFONO: 250 - 15 - 55

ACNUR/MEX/85

26 de mayo de 1981

Distinguida señorita Directora General:

Por delegación expresa de la Oficina Regional para el Norte de América Latina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados, con Sede en San José, C. R., me permito presentar a usted la solicitud de reconsideración del caso del señor Francisco Reynaldo Alvero Alincastro y familia de nacionalidad argentina, quienes se encuentran en Brasil, habiendo sido reconocidos como refugiados en ese país el día 30 de diciembre de 1980.

Al mismo tiempo, me permito hacer notar que esta solicitud de reconsideración se formula debido a las circunstancias especiales que revisten este caso:

1.- El Gobierno de Brasil no permite la permanencia prolongada de estas personas debido a la legislación sobre extranjeros que es de su conocimiento.

2.- El Gobierno del Canadá, a quien también se solicitó la admisión de los interesados, ha negado la visa correspondiente.

3.- El señor Alvero tiene una oferta de trabajo en México fuera del área metropolitana, de la Empresa Orvi, con radicación también fuera de esta área.

Sin otro particular y agradeciendo una vez más la atención a este caso, hago propicia esta oportunidad para reiterar a usted el testimonio de mi alta y distinguida consideración.

María del Carmen Angeles
Encargada en México de los Asuntos
de la Oficina Regional para el
Norte de América Latina del
ACNUR

Srita. Lic.
Diana Torres Ariceaga
Directora General de Servicios Migratorios
Secretaría de Gobernación
México, D. F.

SECRETARIA DE GOBERNACION
RECIBIDO
JUN. 4 1981
DIRECCION GENERAL DE SERVICIOS MIGRATORIOS

Fonte: AHD-SRE, 1981c.